

Miguel Nuno Serieiro Duarte

UMA VILA QUE GRAVITA EM REDOR DE UMA INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL

A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533



Volume I

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Doutora Adelaide Pereira Millán da Costa

Mestrado em Estudos do Património

Universidade Aberta

Lisboa, Janeiro de 2008

Miguel Nuno Serieiro Duarte

UMA VILA QUE GRAVITA EM REDOR DE UMA INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL

A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533

Volume I

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Doutora Adelaide Pereira Millán da Costa

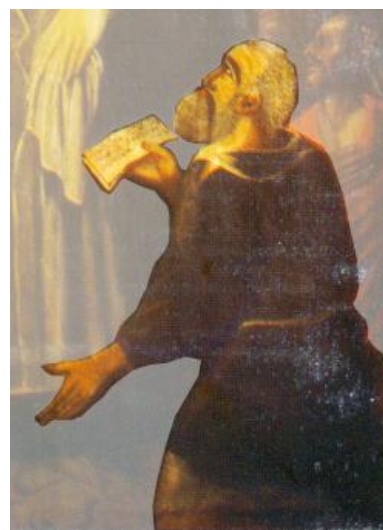
1.º Curso de Mestrado em Estudos do Património 2005-2008

Universidade Aberta

Lisboa, Janeiro de 2008

Para a minha Leonor

Quando todas as palavras de gratificação são devidas e que neste momento sempre falham, não poderei esquecer todo o carinho, confiança e apoio que me foi dado por: Ana Reis, Adelaide Costa, Manuel Remédios, Nicolau Borges, Conceição Colaço, Carlos Brochado, ao pessoal do Arquivo e Museu do Hospital, aos colegas do curso de mestrado, a todos aqueles que contribuíram com as suas opiniões, conselhos e que acreditaram na viabilidade deste projecto, e claro, a Jorge de S. Paulo, o timoneiro deste trabalho.



ÍNDICE

Volume I

Introdução	1
▪ Introdução	1
▪ Considerações para a leitura	5
▪ Regras seguidas na transcrição de documentos	6
▪ Base iconográfica das peças desenhadas neste trabalho	7
▪ Factores de conversão de medidas	8
▪ Abreviaturas utilizadas	9
1.^a Parte – O local e a ocupação humana até 1485	10
1. A estratégia da ocupação humana no local	11
1.1. Orografia e morfologia do sítio	11
1.2. A estrutura geológica e a topografia do local	16
1.3. A ocupação humana na região	24
2. Senhorio e propriedade na área de implementação da vila	33
2.1. A fronteira entre os Coutos de Alcobaça e a <i>Casa das Rainhas</i>	33
2.2. Os aglomerados populacionais envolventes	40
3. O Caminho de Santiago – a estrada Torres Vedras/Óbidos/Alcobaça	43
4. Primeiras referências às Caldas de Óbidos: o núcleo medieval	46
5. As Caldas no reinado de D. Afonso V	60
5.1. As Cartas de Privilégios de D. Afonso V	65
6. Reconstituição conjectural do núcleo medieval	71

2.^a Parte – A implantação do Hospital e da vila, estratégia e resultados	75
1. Fundação do Hospital e do núcleo urbano	76
1.1. Os banhos de Óbidos, a escolha do aquífero	76
1.2. A implantação do Hospital, definições, estratégias e resultados	81
2. O mecenato de D. Leonor e os focos de edificação na região	86
2.1. Breve abordagem à política de edificações patrocinada por D. Leonor	86
2.2. As grandes obras na região na viragem de Quatrocentos/Quinhentos	92
3. O estaleiro de obras, o início da construção	98
4. O abastecimento de água às Caldas	111
5. O enquadramento legal dos primeiros anos da vila	121
5.1. Dos privilégios à definição da vila	122
5.2. Do teor religioso inerente à fundação do Hospital	133
5.3. A dotação financeira do Hospital	144
5.4. A administração do Hospital e da vila: do Provedor aos Lóios	157
5.5. O <i>Compromisso do Hospital</i> : impacto na fisionomia urbana	167
6. A definição do termo das Caldas	173
7. Morfologia Urbana	184
7.1. A ruralidade do subúrbio: as condicionantes artificiais	186
7.2. O desenho da vila, risco: enquadramento e implantação dos arruamentos	189
7.3. Os vazios da malha urbana: a praça, rossio e terreiro	195
7.4. A evolução do tecido urbano e dos focos de construção	202
8. Os edifícios do Hospital: evolução do edificado até 1533	210
8.1. O Hospital como equipamento urbano	211
8.2. Evolução do edificado: reconstituição conjectural	217
8.3. A Horta do Hospital	250

Volume II

3.^a Parte – Habitar na vila das Caldas	1
1. A gestão do território: relações entre a Câmara e o Hospital	2
2. A assistência espiritual aos habitantes: As construções religiosas	11
3. Os primeiros habitantes: estratégias de ocupação do sítio	27
3.1. O incentivo ao povoamento: os privilégios	27
3.2. Responder ao apelo: os primeiros habitantes	32
4. Os habitantes das Caldas entre 1508 e 1533	47
4.1. Os oficiais do Hospital e do concelho	47
4.2. Os outros habitantes	57
5. A constituição do património foreiro urbano do Hospital	67
5.1. Os registos de propriedades urbanas das Caldas	67
5.2. A definição da dimensão da habitação, da oficina e do quintal unifamiliar	118
6. Reconstituição da vila das Caldas em 1533	123
Conclusão	129

Apêndice	132
▪ Cronologia das Caldas até 1683	133
▪ Lista dos Provedores do Hospital até 1683	149
▪ Lista dos Juízes de Fora das vilas de Óbidos e Caldas de 1565 a 1683	151
▪ Património da rainha D. Leonor	152
 Bibliografia	 155
▪ Fontes manuscritas	156
▪ Fontes impressas	159
▪ Fontes iconográficas	161
▪ Bibliografia: Obras de interesse específico	163
▪ Bibliografia: Obras de referência	174
 Anexo	 183
Corpo documental	183

Introdução

“A paisagem urbana pode ser encarada como um palimpsesto, capaz de revelar a sociedade que a moldou e ocupa e de exprimir as tensões entre o jogo das forças naturais – determinantes na escolha ou na utilização do sítio – e o que resulta da acção humana, procurando revelar a identidade das paisagens urbanas portuguesas a partir da interpretação da correlação entre a vivência e a forma.”¹

Poucas vilas têm data exacta e motivo para a sua criação. Caldas da Rainha integra-se neste grupo. Assim, a data corresponde a 1485, quando a rainha D. Leonor fundou o Hospital Termal e o motivo decorre da necessidade de criar condições de sustentabilidade económica para a existência da referida instituição. A forma de criação foi o privilégio concedido a trinta indivíduos interessados em habitar um local pantanoso de águas sulfurosas, sito na fronteira entre o termo de Óbidos e os coutos de Alcobaça, territórios da Rainha e da Ordem de Cister, respectivamente.

Embora a ocupação humana do local seja recente, o processo de modernização do núcleo fez gradualmente desaparecer os vestígios edificadas dos primeiros tempos desta vila. A indefinição dos limites do centro histórico das Caldas e a constante anexação e alteração da dimensão da propriedade urbana continuam a pôr em risco os testemunhos do traçado original que ainda podem ser, embora tenuemente, visíveis nas plantas e fotografias aéreas actuais, nos limites dos telhados e nos traçados das ruas, sendo que nem sequer a toponímia se mantém. Acresce que são muito poucos os edifícios que permanecem.

Face às condições acima enunciadas, o objecto deste trabalho corresponde ao espaço envolvente do Hospital das Caldas, analisado sob a perspectiva urbanística. Delimitado o objecto de estudo, explicam-se as balizas cronológicas escolhidas²: o período que medeia entre a primeira documentação conhecida sobre a utilização do aquífero termal no sítio (1222) e a entrega da gestão do Hospital à Congregação de S. João Evangelista (Lóios), simbolicamente coincidente com a implantação do pelourinho da vila em 1533.

Pretende-se recuperar a fisionomia urbanística das Caldas que a intervenção dos poderes no espaço, a sua intuição central e a evolução da ocupação humana no sítio irão materialmente alterar, quando não eliminar.

¹ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 9.

² Embora pouco estanques.

Esta dissertação tentará reconstituir várias fases do desenvolvimento urbanístico da vila atendendo, antes de mais, à morfologia do terreno, consistência geológica, topografia e orografia. Exploraremos na documentação conhecida as pré-existências no local, com especial atenção para os poucos estudados ecos documentais sobre a utilização das termas do sítio das Caldas de Óbidos durante o período medieval.

Face a este pano de fundo, explorar-se-ão as estratégias da implantação da vila e da morfologia que foi adquirindo. Pretende-se reconhecer a vila das Caldas nas edificações actuais e nos limites das propriedades da época em estudo, bem como compreender a relação entre as ruas e praças com os limites dos muros das quintas e casais. Para além da reconstituição das construções do núcleo de edifícios que compõem o Hospital e da evolução da organização do território, incluindo espaço rural e urbano e a estratégia e o desenvolvimento do *habitar*.

Num sentido mais regional, tentaremos definir qual o traçado correcto do termo da Vila, apoiando-nos na documentação e numa análise de investigação no terreno. Não descurando as relações políticas e institucionais com os concelhos limítrofes, condicionadores da estratégia de ocupação e desenvolvimento do sítio das Caldas.

Sai do âmbito deste trabalho as considerações sobre as actividades de apoio social, assistência hospitalar, e balneoterapia e a sua evolução no período em estudo. A instituição hospitalar das Caldas, é aqui considerada pelo seu carácter institucional unitário, pelo seu peso legal, económico e em especial como proprietário local. Esta dissertação não abrangerá igualmente as questões religiosas, políticas e de economia. Demarca-se de rótulos estilísticos, tais como manuelino, renascimento, etc. que considera que não têm aplicação directa na forma urbana, num edifício de transição de gostos estéticos como é o Hospital de Quinhentos e muito menos na arquitectura doméstica.

A existência de um bom acervo documental, desenhos e descrições da época, justifica um estudo sobre os primeiros tempos desta vila, e é desta forma, em si próprio, um meio de preservar um património urbanístico.

Sendo o Hospital o principal proprietário da vila, as fontes mais determinantes para a elaboração deste estudo são os documentos relativos a esta instituição. Existe no seu Arquivo um bom acervo documental, produzido desde 1490. Salientam-se o *Livro de Registos de Sesmarias* e os dois *Livros de Tombo dos Bens de Raiz do Hospital*, o primeiro é contemporâneo da génese do Hospital Leonorino e os *tombos* foram elaborados na segunda metade do século Dezassexto, nos quais são descritas as

propriedades incluindo as confrontações, a morfologia, o foreiro (profissão) e o foro. Destacam-se, também, plantas e desenhos da cidade elaborados entre 1742 e 1789, integrados nas obras de modernização da vila e do Hospital representando o estado da vila antes das obras. Por último, refiram-se os *Livros de Obra do Hospital, Aqueduto e Casa da Câmara*, tendo por responsáveis Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Rodrigo Franco durante as obras iniciadas em 1747, em especial as opções de manter ou demolir edifícios urbanos. Por outro lado, será a grande crónica de Jorge de S. Paulo, redigida em 1656³, que irá servir de base para este nosso estudo.

Optamos por transcrever trechos longos dos documentos no corpo do estudo por forma a facilitar a leitura dos mesmos em comparação com a sua análise. Sempre que possível referiremos a localização exacta do documento original, bem como as suas cópias, autor/publicador da leitura e os vários locais onde a mesma está publicada, independentemente das diferenças entre as várias leituras ou as várias formas de apresentação da mesma⁴. Foi necessária uma pesquisa suplementar de localização e confirmação dos documentos citados, pois, grande parte dos historiadores locais, raramente apresenta a localização da fonte original, ou então utilizam descritores em desuso ou mesmo «pistas» pessoais sem grande utilidade para o investigador contemporâneo.

Esta pesquisa recorrerá aos métodos da urbanística histórica, conjugados com os métodos de representação e leitura da topografia e arquitectura. Ou seja, pretende-se a reconstituição da vila das Caldas em várias fases, confrontando os testemunhos documentais escritos e a cartografia da época com os actuais métodos de representação arquitectónica e de avaliação geomorfológica dos solos, plantas, mapas e fotografias aéreas.

Com base nas representações de casas e cidades, a restituição ou a reconstituição da sua integridade num ou em vários momentos históricos, para cada um dos diferentes objectos foi tentada com maior ou menor grau de certeza. Por exclusão dos elementos apócrifos, ou de elementos exteriores a certas características epocais, serão elaboradas

³ Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656).

⁴ Reconhecendo desde já que não somos especialistas em Paleografia, sempre que o documento se encontre publicado, tentaremos escolher de forma crítica a leitura que nos parece mais correcta. No caso de textos em latim iremos transcrevê-los no original, lidos por António Domingues de Sousa, mas indicaremos as traduções para vernáculo existentes. Contudo, em fontes que consideramos essenciais para este trabalho e quando as «versões» publicadas estão em português moderno, optamos por elaborar novas leituras do original, bem como apresentamos documentos inéditos.

representações arquitectónicas ou urbanas dos objectos, como deveriam ter sido nos períodos respectivos. É importante considerar desde logo que todas as reconstituições são conjecturais, embora por questões de leitura não se afirme isto em todas as imagens que iremos apresentar.

Pela falta de peças desenhadas da época, decidimos simplificar ao máximo as construções e definir modelos com base nos poucos vestígios do período. Utilizando um método comparativo, sempre que os estudos e os documentos, em especial os iconográficos, são insuficientes, optar-se-à por comparar com outras realidades, tais como as relações entre a morfologia urbana das Caldas, Sesimbra e Funchal, ambas com risco de Mateus Fernandes; assim como os estaleiros de obra do Hospital em 1485 e 1747, por falta de documentação sobre o primeiro. Comparamos também as nossas opções para a elaboração das reconstituições com os trabalhos de Teresa Bettencourt da Câmara⁵, pelo estudo da realidade regional na época; José Manuel Fernandes⁶ com cujo método mais nos identificamos; e à falta de peças desenhadas sobre as Caldas Quinhentista, com especial enfoque nos desenhos de Duarte de Armas⁷.

Longe de ser obra acabada, em especial pela total ausência de referências arqueológicas na área urbana das Caldas, este nosso estudo visa o levantamento das estruturas pré-leonorinas, a reconstituição do edificado hospital de meados do século Dezassexis e a identificação da realidade urbana na génese da vila das Caldas.

⁵ Teresa Bettencourt da Câmara – *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990.

⁶ José Manuel Fernandes – *Cidades e casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do século XV ao século XVIII*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Porto: FAUP Publicações, 1996.

⁷ Duarte de Armas – *Livro das Fortalezas: fac-simile do Ms 159 da Casa Forte do AN/TT*, 3.^a ed. Lisboa: AN/TT / Inapa, 2006.

Considerações para a leitura

– Optámos pela designação genérica de «Hospital das Caldas», «Hospital» ou «Instituição» (em maiúscula) quando nos referimos ao complexo de edifícios sede e genericamente à instituição hospitalar, apesar de mudar várias vezes de nome no período em estudo – Hospital de N. Sra. do Pópulo, Hospital das Caldas, Hospital Real das Caldas.

– Quando escrevemos «hospital» (em minúscula) referimo-nos à valência hospitalar.

– Sempre que aparece escrito: «D. Leonor» ou a «Rainha», referimo-nos a D. Leonor de Lencastre, esposa de D. João II.

– As referências que são feitas para documentos do *fundo do Hospital das Caldas da Rainha* na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria (BPADL) aparecem simplificados sem indicação do fundo, pois não utilizamos outro fundo deste Arquivo. Os documentos avulsos do mesmo fundo aparecem simplificados pela expressão «Doc.» seguida do número do documento.

– Sempre que apareçam p, q, ou s sem mais caracteres deverão ser considerados com tendo til no original.

– Por opção excluímos do texto as denominações profissionais dos autores e personagens (tais como Doutor, Mestre, Padre, Arquitecto, etc.). Contudo, mantemos as denominações nobiliárquicas.

– Todas as peças desenhadas, fotografias, modelos tridimensionais e imagens, excepto nota em contrário, são de nossa autoria e inéditas.

Regras seguidas na transcrição de documentos

Excepto quando se optou pelas transcrições publicadas por um autor referido utilizaremos as seguintes regras paleográficas:

- Transcrição do documento em linha contínua, separando os fólios ou colunas pela anotação do número do novo fólio ou coluna entre parênteses rectos.
- Respeito pela ortografia do texto original, mantendo exactamente maiúsculas e minúsculas, pontuação original etc.
- Separam-se as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas.
- Desdobram-se as abreviaturas.
- Substituição de u por y nos locais apropriados.
- Mantêm-se as formas numerais, sempre que a grafia o permita.
- Colocação entre parênteses rectos de tudo o que tenha sido interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir aos erros do próprio texto.
- Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...]
- Sempre que a grafia o permitiu mantiveram-se as palavras supra ou sobrescritas ou sublinhadas do original.
- Remetem-se para nota de rodapé todas as indicações que ajudem à leitura do texto ou que tenham causado dúvida ao leitor.
- As dúvidas de leitura assinalam-se por (?).
- Quanto a critérios de edição, optou-se por título conciso do documento sumariando os teores documentais ou apresentando o título mais comum do documento.
- Sempre que se conheçam cópias, traduções ou outras transcrições mesmo que parciais, estas serão indicadas em nota de rodapé.

Base iconográfica das peças desenhadas neste trabalho⁸

– Mapas de localização regional:

Mapa de Portugal – Regional Centro 1:300000. Michelin, 2006.

– Mapas de enquadramento à escala 1:25000:

Plantas de execução do *Plano Director Municipal das Caldas da Rainha*.⁹

– Mapas da vila à escala 1:5000:

Plantas de Localização a 1:5000 de 1970.

– Mapas da vila em escala inferior a 1:2000:

Plantas de execução do *Plano Director Municipal das Caldas da Rainha*.

– Delimitação do termo da vila.

Fotograma de satélite do *Google Earth*.

– Plantas do Hospital e dos edifícios religiosos:

Peças desenhadas cedidas pelo *Gabinete de Planeamento do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha*.

⁸ Vd. referências nas Fontes Iconográficas.

⁹ *Plano Director Municipal de Caldas da Rainha*. Resolução do Concelho de Ministros n.º 101/2002. DR n.º 138, Série 1B. 18 de Junho de 2002.

Factores de conversão de medidas¹⁰

1 dedo = 1,8 centímetros

1 palma (1 punho) = 7 centímetros (4 dedos)

1 mão travessa = 11 centímetros (meio palmo)

1 palmo = 22 centímetros

1 pé = 33 centímetros

1 sexma = 55 centímetros (um pé e um palmo equivale a meia vara)

1 côvado = 66 centímetros (3 palmos)

1 vara = 1,1 metros

1 toesa = 1,98 metros (6 pés)

1 braça = 2,2 metros (2 varas ou 10 palmos)

1 légua = 5,5 quilómetros (5 mil varas)

1 chão = 6,60 x 12,20 metros (6 x 12 varas)

¹⁰ Sistema Craveiro português. Vd. Rui Maneira Cunha – *As medidas na arquitectura: século XIII-XVIII*. Oeiras: Caleidoscópio, 2003. pp.183-186.

Abreviaturas utilizadas

AN/TT – Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

AH/HCR – Arquivo Histórico do Museu do Hospital e das Caldas (Arquivo Histórico do Hospital das Caldas da Rainha).

AHMO – Arquivo Histórico Municipal de Óbidos

BPADL – Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria

CHCR – Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

CMCR – Câmara Municipal das Caldas da Rainha

CMO – Câmara Municipal de Óbidos

DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

IN-CM – Imprensa Nacional Casa da Moeda

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

IPM – Instituto Português de Museus

M/C – Ministério da Cultura

MHC – Museu do Hospital e das Caldas

PH – Património Histórico – Grupo de Estudos, Caldas da Rainha

[e.a.] – edição de autor

[s.d] – sem data

[1500] – data crítica

Sc. – Secção

Sr. – Série

lv. – Livro

vol. – Volume

fl. – Fólio

fls. – Fólios

p. – Página

pp. – Páginas

1.ª Parte

O local e a ocupação humana até 1485

1. A estratégia da ocupação humana do local

1.1. Orografia e Morfologia do sítio

*“Os Pauys são terras baixas e allegadiças quaze todo o anno cheas de agoa ou de chuva ou de Rio sem sahida: pera frutificarem he necessario vallas e mais vallas pera darem corrente às agoas, e sem vallas pasasse o anno sem sabermos de que casta são os seus frutos, como exprimentamos no Paul da Cornaga q tem custado poços de ouro assy ao Hosp. como a cazeiros pucantes em dr.º q o afforarão, e se perderão nelle, como logo veremos; e nos prezentes annos pera uir ao Hosp. algum Bene esse hade esperar q se semee no ult.º mes do verão, a risco de se adiantar o Inverno e ficar o fruto debaixo de suas inundações. Destes Pauis todos fez a R.ª D. Leonor Fundadora doação a este Hosp., (...)”*¹

Os 35km de costa entre Nazaré e Peniche teriam um recorte composto por um grupo de ilhas paralelas à linha de costa e entre estas e o «continente» uma ampla toalha de água interior, comunicando com o oceano no que será hoje a Foz da Ribeira de São Domingos (Baleal), a Aberta da Lagoa de Óbidos (Foz do Arelho), Salir do Porto e o porto da Nazaré. Com a descida da cota média das águas do mar entre outros processos geológicos distintos que alteraram por várias vezes o seu traçado, a toalha de água foi-se separando, criando assim, principalmente, cinco depressões hidrográficas, que importa referir sobretudo pela sua contemporaneidade com a ocupação humana da região².

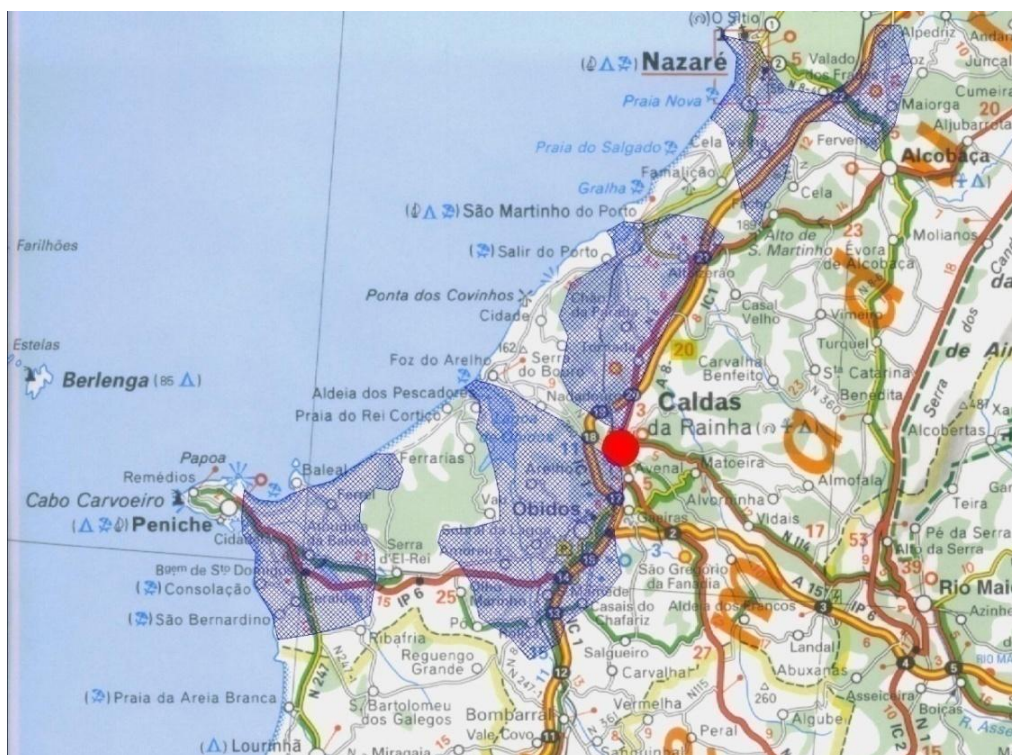
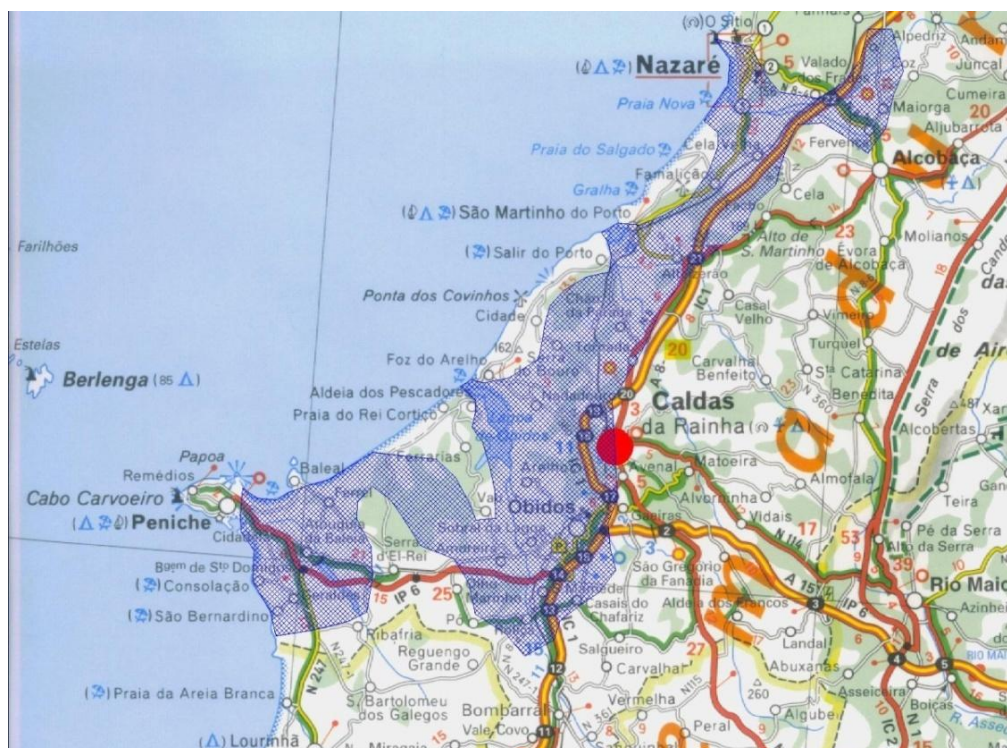
A Lagoa da Pedreneira, a Baía de Alfeizerão (ou de Salir), a Lagoa de Óbidos, a Lagoa de Atougua e as ilhas que dão origem ao Cabo Carvoeiro foram essenciais para a fixação humana e para a economia da sociedade local. De todas, só a Lagoa de Óbidos — a maior das cinco depressões hidrográficas — mantém hoje alguma dimensão e ecossistema próprio. Contudo, são escassos os estudos sobre a evolução da ocupação humana nas suas margens, bem como o conhecimento do seu contributo para a fixação de comunidades.

Como veremos no próximo capítulo, serão esta série de subsistemas hidrológicos de água salgada e de fraca ondulação e, por outro lado, as suaves pendentes de algumas encostas costeiras destas lagoas que irão servir de locais de fixação de comunidades piscatórias. Verifique-se que o local onde se irá implantar a vila das Caldas está na

¹ Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656). tomo. III, p. 231.

² Vd. capítulo 1.4. e M. V. Henriques – *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche: Unidades geomorfológicas e dinâmica actual dos sistemas litorais*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora, 1996.

ligação entre o continente e uma das antigas ilhas, ficando ladeado pelas duas maiores lagoas, a de Óbidos e a de Alfeizerão.



³ Linha da costa entre Peniche e Nazaré, mar interior, anterior ao povoamento humano, o círculo vermelho localiza as Caldas. (limites aproximados).

⁴ Linha da costa entre Peniche e Nazaré, mar interior, contemporânea do início do povoamento humano, o círculo vermelho localiza as Caldas. (limites aproximados).

As terras intermédias entre estes acidentes geográficos seriam pântanos de água doce criados pela indefinição dos limites das margens de rios que, se por um lado tornavam a envolvente fértil, por outro, tornavam difícil a mobilidade no terreno. Assim, a ocupação humana na região fez-se inicialmente sobre os maciços calcários em especial nas margens da Lagoa da Pederneira⁵ e da Lagoa de Óbidos⁶.

No início do século Quinze, a orografia da região já se tinha alterado consideravelmente dando lugar a várzeas férteis, recuando as águas do mar para cotas muito próximas das actuais. As estratégias de arroteamento levadas a cabo⁷ possibilitaram o controlo do curso dos rios e a dimensão dos paúis.

Assim, enquanto Alfeizerão ainda possuía alguma capacidade de fundeamento de navios de média envergadura⁸, a Baía de Atouguia já tinha basicamente desaparecido, dando lugar a um enorme pântano costeiro que, na maré baixa, possibilitava o acesso por terra às ilhas que compõem o Cabo Carvoeiro; só no século Dezassete foi possível criar uma estrada que, mesmo assim, não possibilitava ainda o tráfego de cargas pesadas, como nos é dado a conhecer pela carta do conde da Atouguia ao rei D. João III sobre a construção da cintura fortificada de Peniche⁹.

Contudo, a Lagoa de Óbidos e a Lagoa de Alfeizerão estavam rodeadas por várias zonas húmidas, das quais hoje só existe o Braço da Barosa e o Paúl de Tornada, que resultam de dois factores: por um lado, as variações das cotas dos leitos de cheia¹⁰ dos Rios Arnoia, Quente, Real, Avenal e Cal e da própria Lagoa e, por outro, a potência de certas nascentes aliadas ao tipo de solo pouco permeável (argilas e gessos) e às baixas variações de cotas altimétricas¹¹.

⁵ Cós, Maiorga, Pareitas, Pederneira. Vd. no geral Eduíno Borges Garcia — *As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira. A torre de D. Framondo*, (policopiado), 1964.

⁶ Grutas das Cezaredas, Lapa do Suão, Outeiro da Assenta, Outeiro de São Mamede, Óbidos, Castro de Santa Catarina. Vd. Próximo capítulo.

⁷ Um dos principais arroteadores foi o Hospital, como se lê na citação de abertura deste capítulo. Será importante referir também a Rainha D. Catarina e o seu trabalho junto a Óbidos, nomeadamente com a Várzea da Rainha, Quinta da Roliça e do Paúl, vd. Teresa Bettencourt da Câmara — *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990.

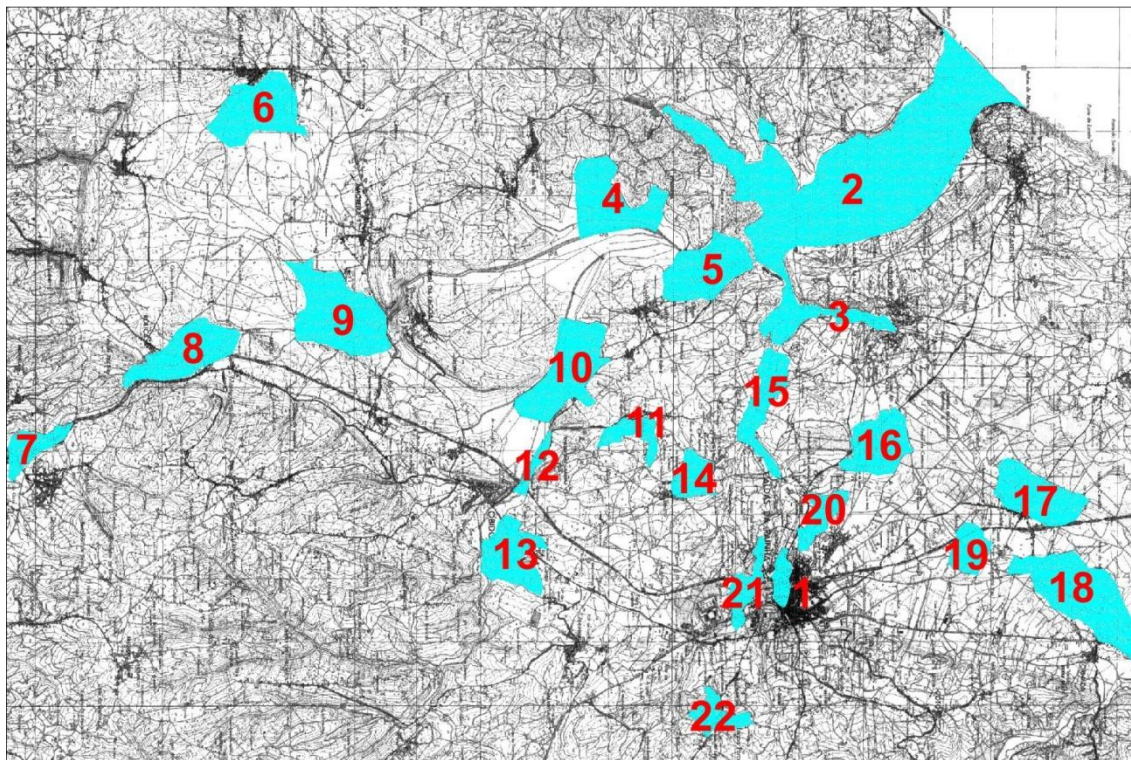
⁸ Possuía estaleiro naval no final do século Quinze, vd. Fernando Castelo-Branco — “Os portos da enseada de São Martinho e o seu tráfego através dos tempos” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 23. Lisboa: 1975.

⁹ Mariano Calado — “Onde se fala de uma carta de D. Afonso de Ataíde, Senhor da Atouguia, para D. João III e de como, ao depois, para defesa de Lisboa e do País, se alevantaram as fortificações de Peniche” in *Oeste Cultural, Revista de Cultura e Teoria*, n.º1. Torres Vedras: ADRO, 2002, pp. 25 a 41.

¹⁰ Associação PATO — *Dossier Técnico de Candidatura da Lagoa de Óbidos a área de paisagem protegida de âmbito local e regional* (versão preliminar), Caldas da Rainha: 2005 (policopiado).

¹¹ Vd. M. V. Henriques — *Op. Cit.*

Algumas destas zonas húmidas serão mais tarde propriedade do Hospital; carecendo de grandes obras para se tornarem economicamente sustentáveis, será por ordem do Hospital que é feito o assoreamento e a transformação dos lençóis de água em redes de irrigação dos campos, tarefa em que a referida instituição gastava mais do que recebia com o aforamento destas propriedades¹².



13

Ironicamente, envolvida por tantos pântanos, o local de implantação da vila não possui água potável, facto que contribuiu para a inviabilidade de ocupação do território anterior ao Hospital. A uma menor escala, a envolvente é rasgada por três cursos de água principais, um proveniente das nascentes sulfurosas criando um pântano fumegante e mal cheiroso, os outros dois situados a sul dos limites da vila, com pouca água capaz de irrigar os campos, apesar de serem o motor da economia rural do futuro termo das Caldas, como veremos na próxima parte deste estudo.

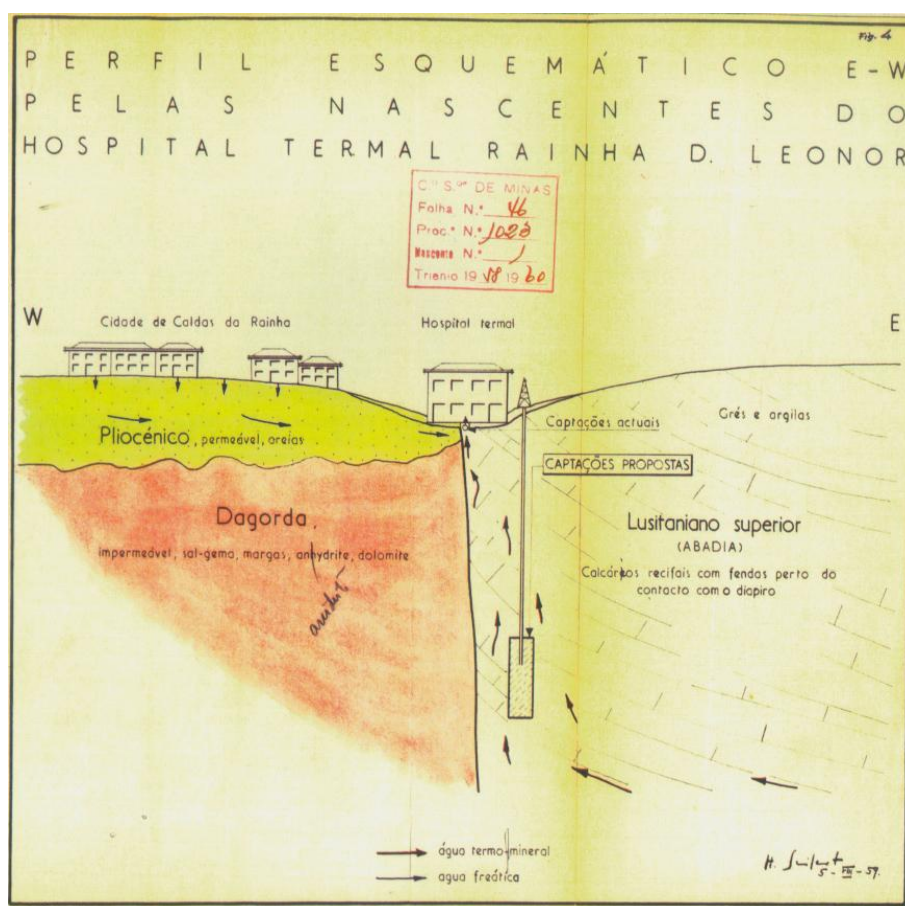
¹² Vd. Jorge de S. Paulo na citação de abertura deste capítulo.

¹³ As zonas húmidas mais notáveis existentes no século Quinze: 1. Águas Quentes (Caldas); 2. Lagoa de Óbidos; 3. Braço da Barosa; 4. Poça do Vau; 5. Juncal do Arelho; 6. Paúl do Olho Marinho; 7. Paúl do Bombarral; 8. Paúl de S. Mamede; 9. Lagoa do Meio (Amoreira); 10. Brejeira do Carregal; 11. Brejo do Convento de Trás-do-Outeiro; 12. Almarjoa; 13. Caxinas (Senhor da Pedra) e Paúl da Caniçada ou da Quinta Vale das Flores; 14. Paúl da Macinata e do Ameal (Bairro da Sra. da Luz); 15. Braço do Negrelho; 16. Brejo da Mina (Touguio); 17. Reguengo do Campo; 18. Paúl de Tornada; 19. Palhagueira; 20. Ameal das Águas Santas; 21. Águas Frias (Ribeira do Avenal); 22. Lagoa Parceira. Fora da carta: Lagoa dos Coelhoos (Vale Benfeito), Brejo da Matoeira, Baixios da Sancheira e de A-dos-Negros.

1.2. A estrutura geológica e a topografia do local

“A interpretação clássica da depressão de Caldas da Rainha foi proposta por G. Zbyszewky, em 1959. De acordo com este autor, a área deprimida teria resultado do dismantelamento erosivo da estrutura anticlinal original (anticlinal diapírico), centrada nas formações do complexo evaporítico. O episódio erosivo determinante terá correspondido a uma fase regressiva, verificada no Miocénico superior (12-10 milhões de anos). Por essa altura, fenómenos erosivos não discriminados teriam originado o nivelamento generalizado da superfície topográfica adjacente ao diapiro. A depressão seria contemporânea e da responsabilidade da erosão fluvial (Zbyszewky 1959). Neste contexto, admitia-se que a transgressão marinha verificada no Pliocénico (provavelmente há 3 milhões de anos) teria inundado as antigas depressões escavadas pela erosão fluvial e depositado os sedimentos de origem marinha já referenciados. Deste modo, ficava igualmente justificada a importância da sedimentação pliocénica na depressão diapírica, em evidente contraste com o que acontece na sua periferia.

A suposta origem fluvial da erosão responsável pelo afundamento de áreas sujeitas a «tectónica salífera», levou Choffat (1882) a propor a designação de «Vale Tifónico», largamente difundida, para estas formas de relevo.”¹⁵



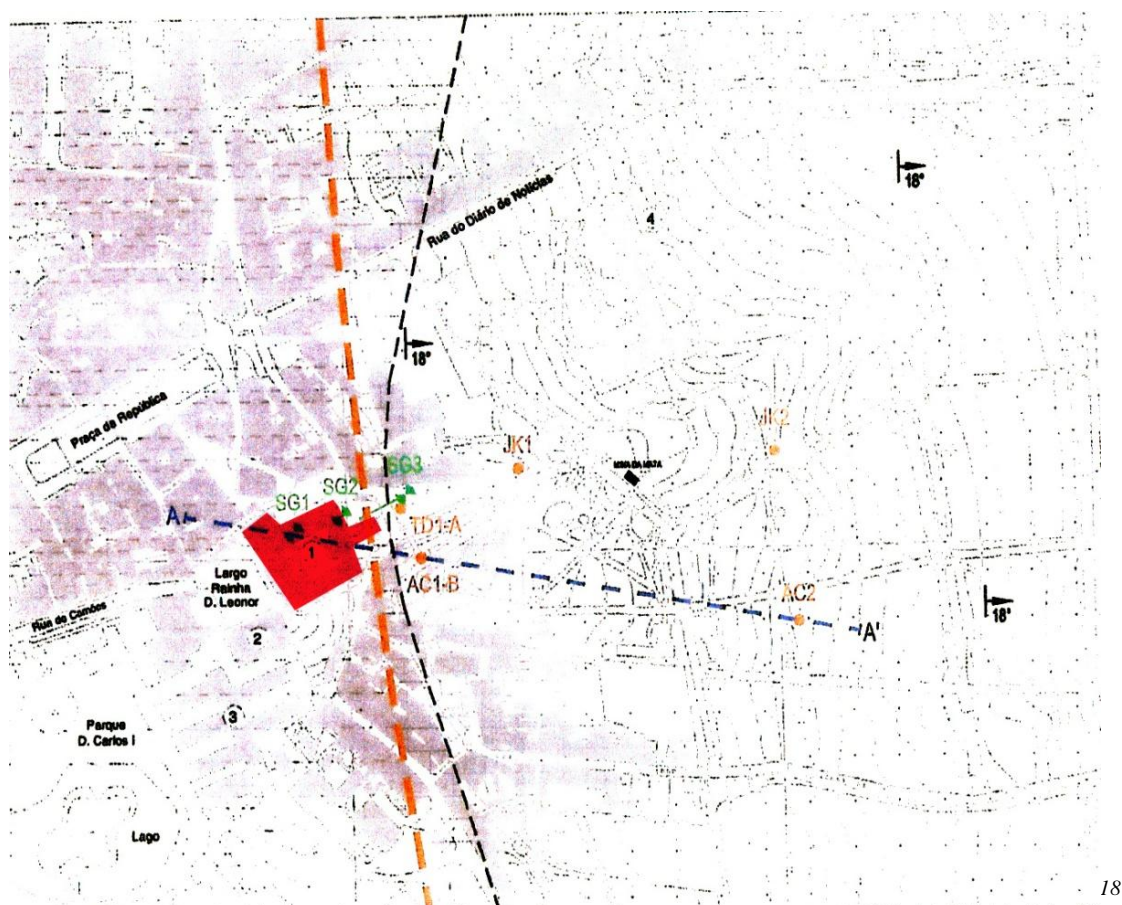
16

¹⁵ José Luís Zêzere – “A geomorfologia da região das Caldas da Rainha” in Luís Aires-Barros (coord.) – *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005. p. 63.

¹⁶ Hartmut Seifert – “Perfil esquemático E-W pelas nascentes do Hospital Termal Rainha D. Leonor, 5 de Agosto de 1959” in Luís Aires-Barros – “Termalismo e prevenção do património cultural e natural” in *Caldas da Rainha: património das águas...* p. 74.

A vila das Caldas será implementada num vale apertado em anfiteatro com uma pendente reduzida virada a Noroeste, o que a torna pouco protegida dos ventos, dominando uma planície composta por vários pântanos intercalados por uma densa mata, que só será explorada economicamente a par do início da construção do Hospital¹⁷.

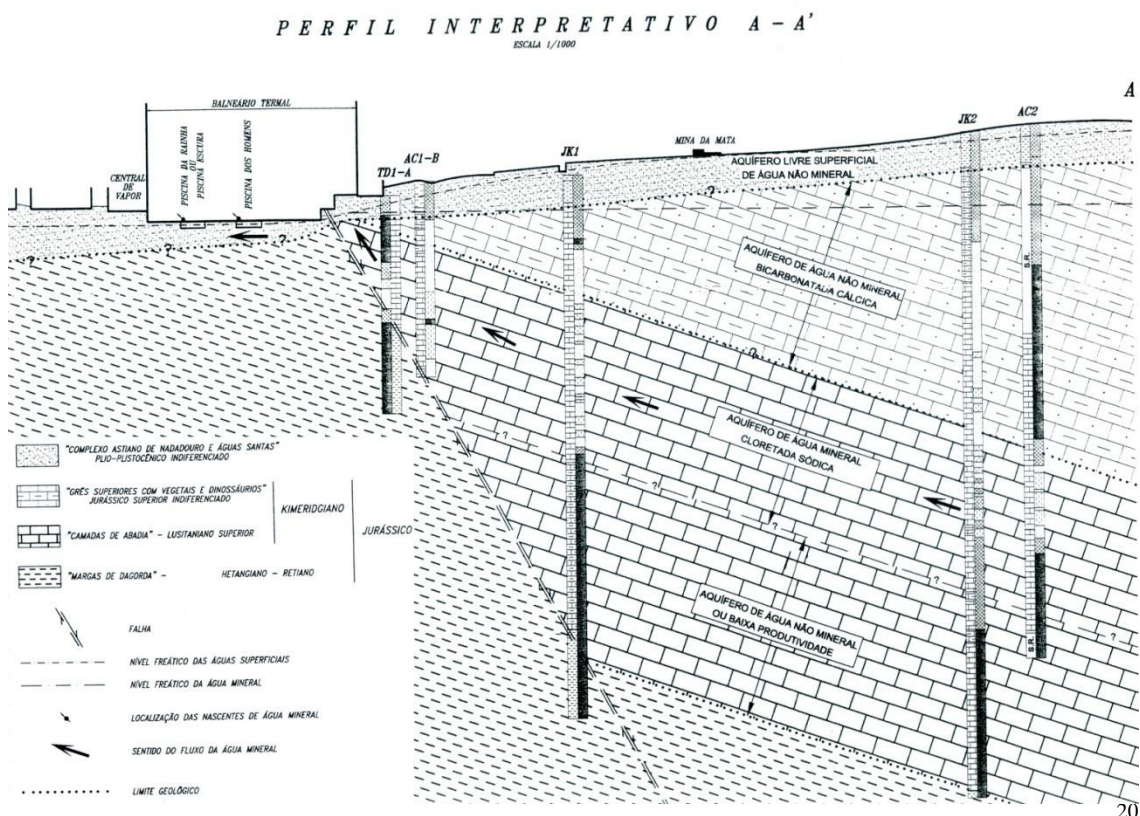
Será esta a característica principal que definirá grande parte do desenvolvimento do povoamento das Caldas: perpendicular à depressão diapírica corre a ribeira das Águas Quentes que, como qualquer ribeira, ajuda a regular e a definir o «loteamento» dos sítios. O diapíro por um lado, dá origem à temperatura com que nascem as águas e, por outro, molda o formato do vale da vila, como iremos ver na próxima parte deste trabalho.



¹⁷ As primeiras sesmarias nas imediações são feitas ao mesmo tempo que decorriam os primeiros trabalhos de construção do Hospital, como veremos na próxima parte deste estudo.

¹⁸ Planta de localização do estudo geológico in DataGeo & Gabinete de Planeamento do CHCR – Concessão do HM-14, Estudo do perímetro de protecção. Caldas da Rainha: Setembro de 1999: a vermelho o edifício do Hospital (actual); a tracejado vermelho a falha; a tracejado preto o limite geológico; a tracejado azul o perfil interpretativo.

Os estudos mais actuais sobre a estrutura geológica da zona das nascentes foram elaborados pela empresa *DataGeo* em colaboração com o *Gabinete de Planeamento do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha*, em 1999¹⁹, para a concessão de um novo furo de captação. Este estudo, bastante pormenorizado, apresenta conclusões mais definidas do que a interpretação de Zbyszewky, localizando a falha e consequente limite geológico, bem como a estrutura da envolvente.



“Localmente, na zona do Hospital Termal, foi identificada e deduzida a orientação da falha regional, com base na informação dos diagramas dos furos executados (...) Segundo estes dados a falha apresenta uma inclinação de aproximadamente 60° para Este. No entanto, surgiram algumas dúvidas relativamente à interpretação das litologias atravessadas pela furacão, só passíveis de confirmação pela execução de sondagens de prospecção na zona do contacto da falha com a superfície.(..)

O encaixe Jurásico desenvolve-se segundo uma estrutura monoclinial, inclinando cerca de 18° para Este. Segundo os dados da furacão da captação JK2, o limite das formações calcárias do lusitano superior com as margas Hetagianas far-se-ia por contacto normal, o que significa que em profundidade as margas Hetangianas acompanham a estrutura sinclinal do encaixante jurássico.

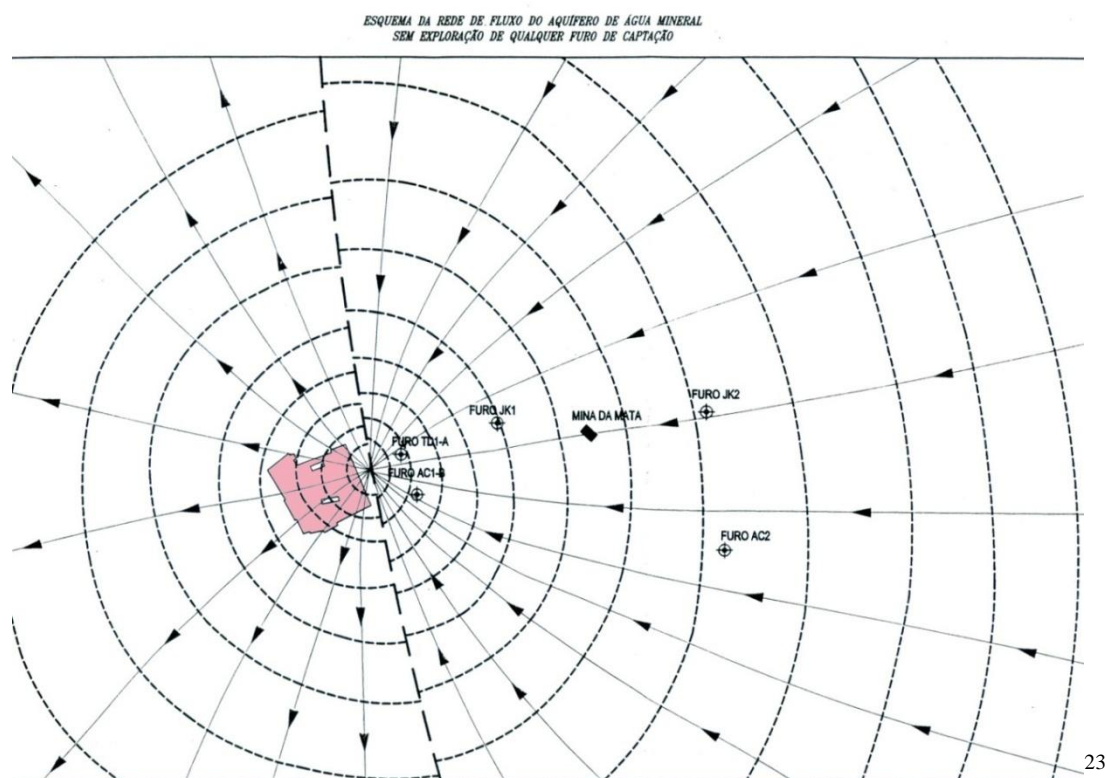
Relativo aos depósitos Plio-Plistocénicos que cobrem o substrato Jurásico, reconhecidos nos taludes marginais ao Hospital Distrital, verifica-se que os estratos

¹⁹ DataGeo & Gabinete de Planeamento do CHCR – *Op Cit.*

²⁰ *Idem.* Desenho 8. “Perfil interpretativo A - A'” está marcado na planta anterior com tracejado azul.

*estão inclinados, não tendo sido possível determinar atitudes precisas. Estas formações contactam com as formações Jurássicas, quer de um, quer de outro lado da falha, segundo superfícies discordantes”.*²¹

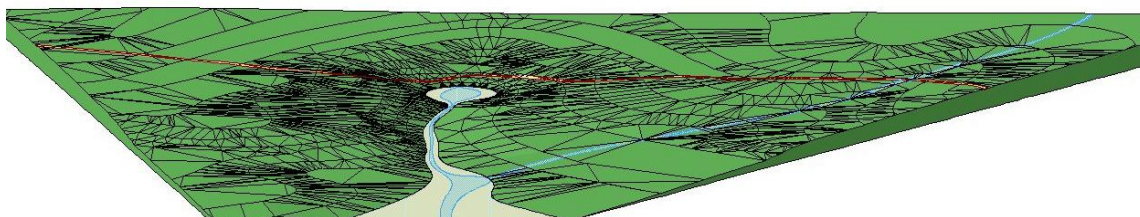
Como é visível, a falha, marcada na planta de localização a tracejado vermelho, corre perpendicular ao vale definindo igualmente o sentido global dos declives. Contudo, é o formato do «anfiteatro» onde se desenvolveu as Caldas que define o início da ribeira das águas quentes e, conseqüentemente, embora o vale tenha início mais acima, o local de implantação do Hospital e da igreja. Esta foi construída no centro exacto para onde o fluxo de águas corre que é, ao mesmo tempo, o centro de expansão da falha. Compreende-se assim as razões pelas quais a água quente brota à superfície²², servindo-se da falha, tendo por paredes dois tipos de solo pouco permeáveis e subindo pela vaporização devida à temperatura, como se de um alambique se tratasse.



²¹ *Idem* p. 31 das peças escritas

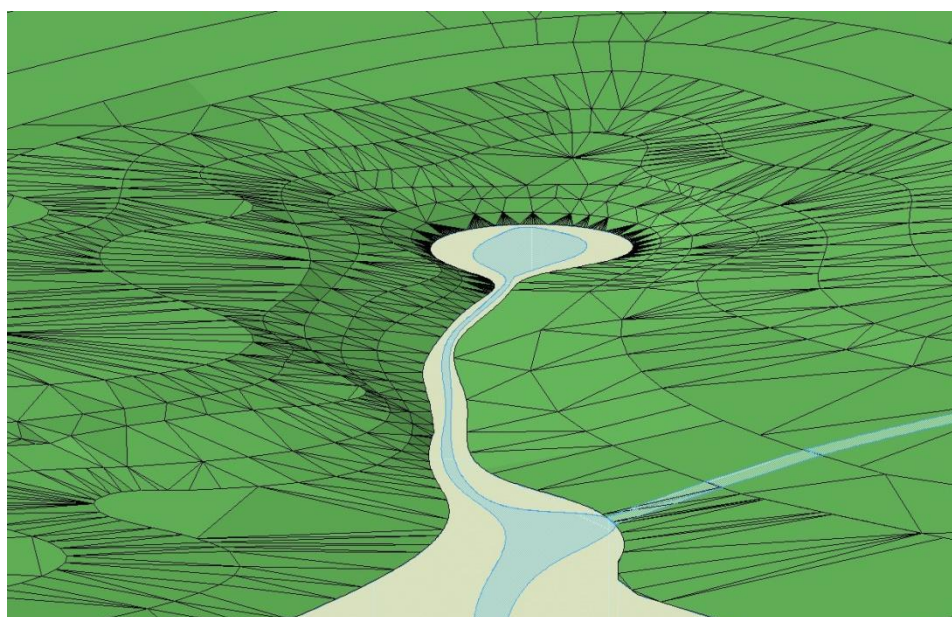
²² Os furos artesanais de captação de água termal que actualmente estão em uso fazem a captação a mais de duzentos metros de profundidade (visíveis no perfil esquemático).

²³ “Esquema da rede de fluxo do aquífero de água mineral sem exploração de qualquer furo de captação” in DataGeo & Gabinete de Planeamento do CHCR – *Op Cit.* Desenho 10.



24

À superfície, o tipo de solo argiloso e sem a presença de maciços calcários como acontece nas colinas de Óbidos, Sobral, Useira e Gaeiras permitiu uma argila com um elevado grau de pureza pautado por uma quase ausência de matérias duras, sendo um dos motores da economia da vila²⁵. Por outro lado, a falta de pedra fez com que os edifícios fossem maioritariamente construídos em adobe e taipa²⁶, factos que possibilitaram a evolução urbana sustentada nas constantes demolições de edifícios, justificando até, economicamente, a opção por demolir ao invés de remodelar e reaproveitar as estruturas construídas.



27

²⁴ Modelo tridimensional da topografia da zona de implantação da vila. O traço azul é a Ribeira da Boneca e o traço castanho é a estrada Óbidos-Alcobaça.

²⁵ Como veremos na última parte deste estudo, a cerâmica é uma das principais actividades nas Caldas, desde os primeiros habitantes, mantendo-se até hoje como a actividade económica prioritária e pela qual as Caldas é conhecida. Vd. por exemplo, o espólio do Museu da Cerâmica.

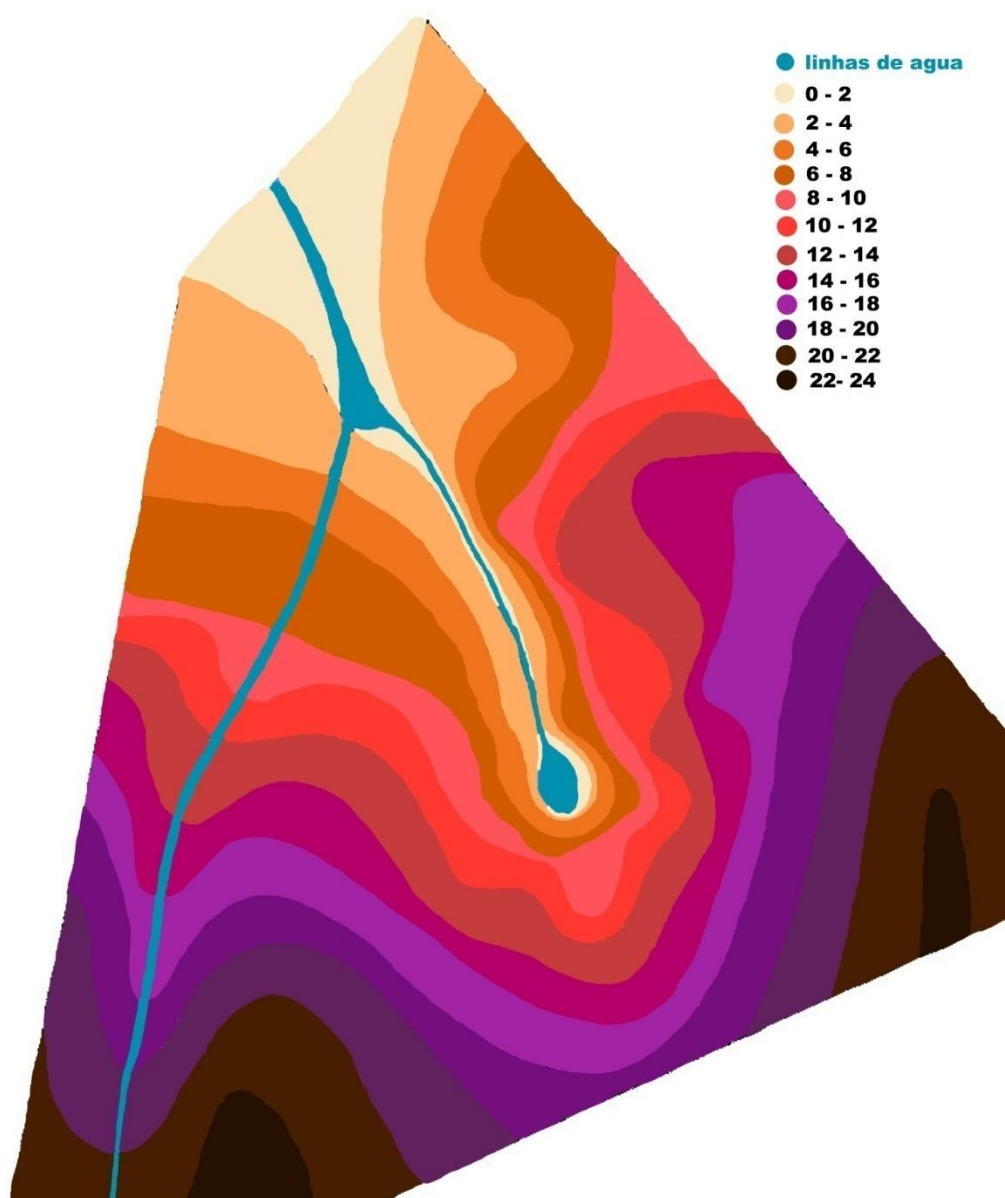
²⁶ Vd. capítulo 3. da segunda parte deste estudo.

²⁷ Pormenor do modelo tridimensional da topografia focando a bacia do pântano onde será implantado o Hospital, comparação entre as pendentes das encostas (linhas entre curvas de nível) e com esquema anterior da rede de fluxos do aquífero.



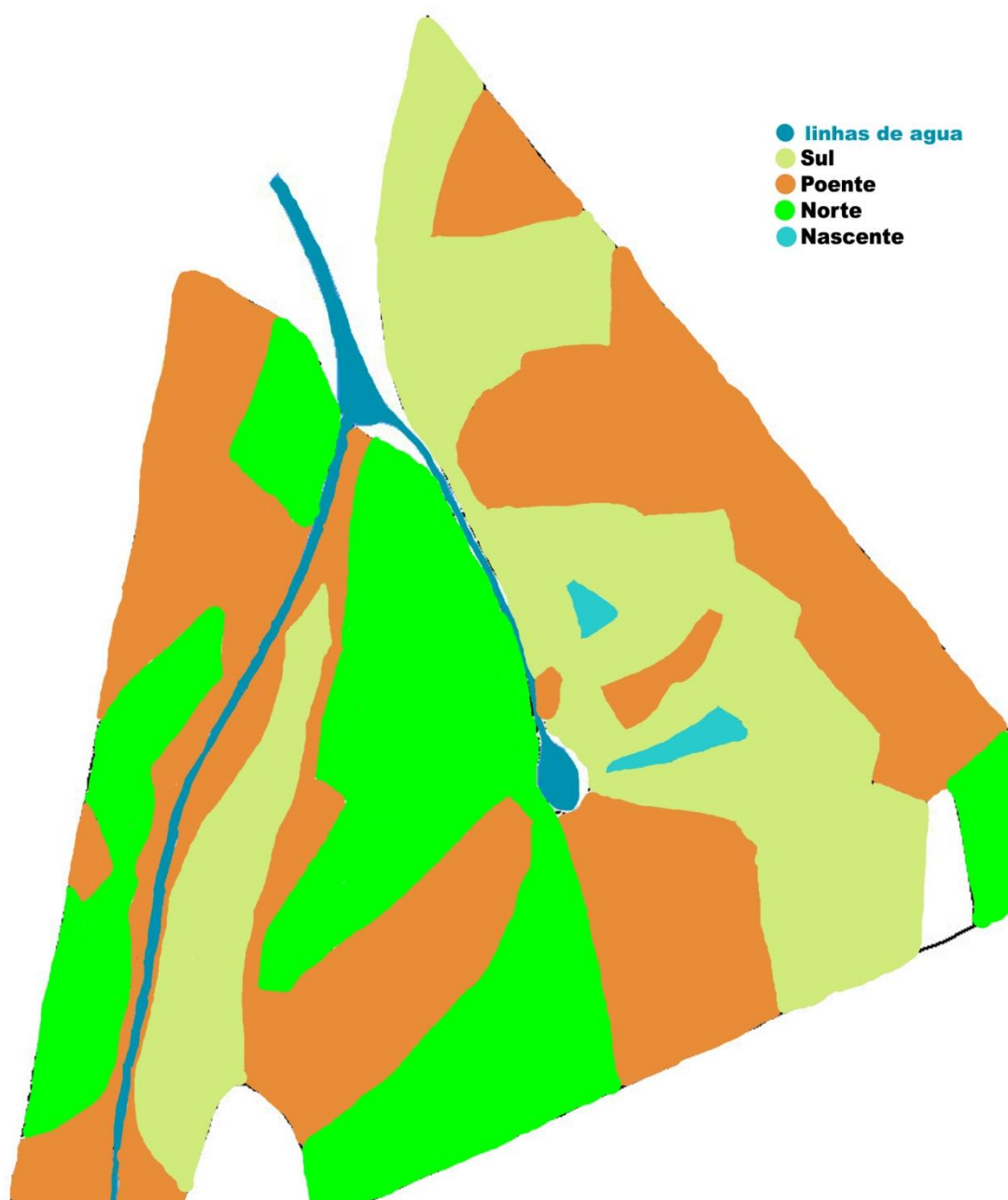
28

²⁸ Sobreposição da topografia original (do pormenor da ilustração anterior) com a fotografia aérea actualizada.



29

²⁹ Estudo da altimetria da topografia onde foi implantada a vila das Caldas, (caracterização topográfica).



30

³⁰ Estudo da exposição solar das encostas, (caracterização topográfica).

1.3. A ocupação humana na região

“(...) nesta Villa das Caldas sendo um brejo e ameal junto a corrente das Agoas Calidas se obrou hũa Hermida da invocação de Sam Silvestre q hera ia antiquiss.^a antes deste lugar ser povoado (...)”³¹

O povoamento humano na região compreendida entre o promontório da Nazaré e o Cabo Carvoeiro foi condicionado por uma topografia composta por ligeiras colinas contrastando com cotas baixas de solo fértil arenoso, marginal de vários subsistemas hidrológicos dos quais os mais notáveis seriam a Lagoa de Óbidos, a Lagoa da Pederneira (Nazaré), Lagoa de Alfeizerão e Baía de Atouguia.

Sem pretendermos desenvolver demasiado este tema, será importante fazer referência ao modo como o Homem se integrou no ambiente que, como vimos no capítulo anterior, esteve sempre em mudança.

Caldas situa-se na Estremadura, região de transição entre o norte e o sul, dominada por um imenso manto vegetal, no qual predomina o pinheiro manso, algum carvalho e, mais recentemente, grandes florestas de eucalipto. A presença de enormes maciços calcários domina a paisagem e define o povoamento³². A esse calcário, o Homem aplicou a sua criatividade para construir exemplos de arrojo técnico, que hoje constituem objecto de reflexão da História da Arte.

Os primeiros vestígios de povoamento humano demonstram que o Homem procuraria a facilidade que a pesca nestas baías proporcionava; assim, os primeiros povoadores da região ocuparam algumas grutas entre a Lagoa de Atouguia e a de Óbidos e talvez um núcleo de grutas junto a Salir. Veja-se, na segunda metade do século Dezanove e no início do século Vinte, a publicação das descobertas nas grutas de Peniche, do planalto das Cesaredas³³, da Lapa do Suão³⁴ e da Columbeira³⁵.

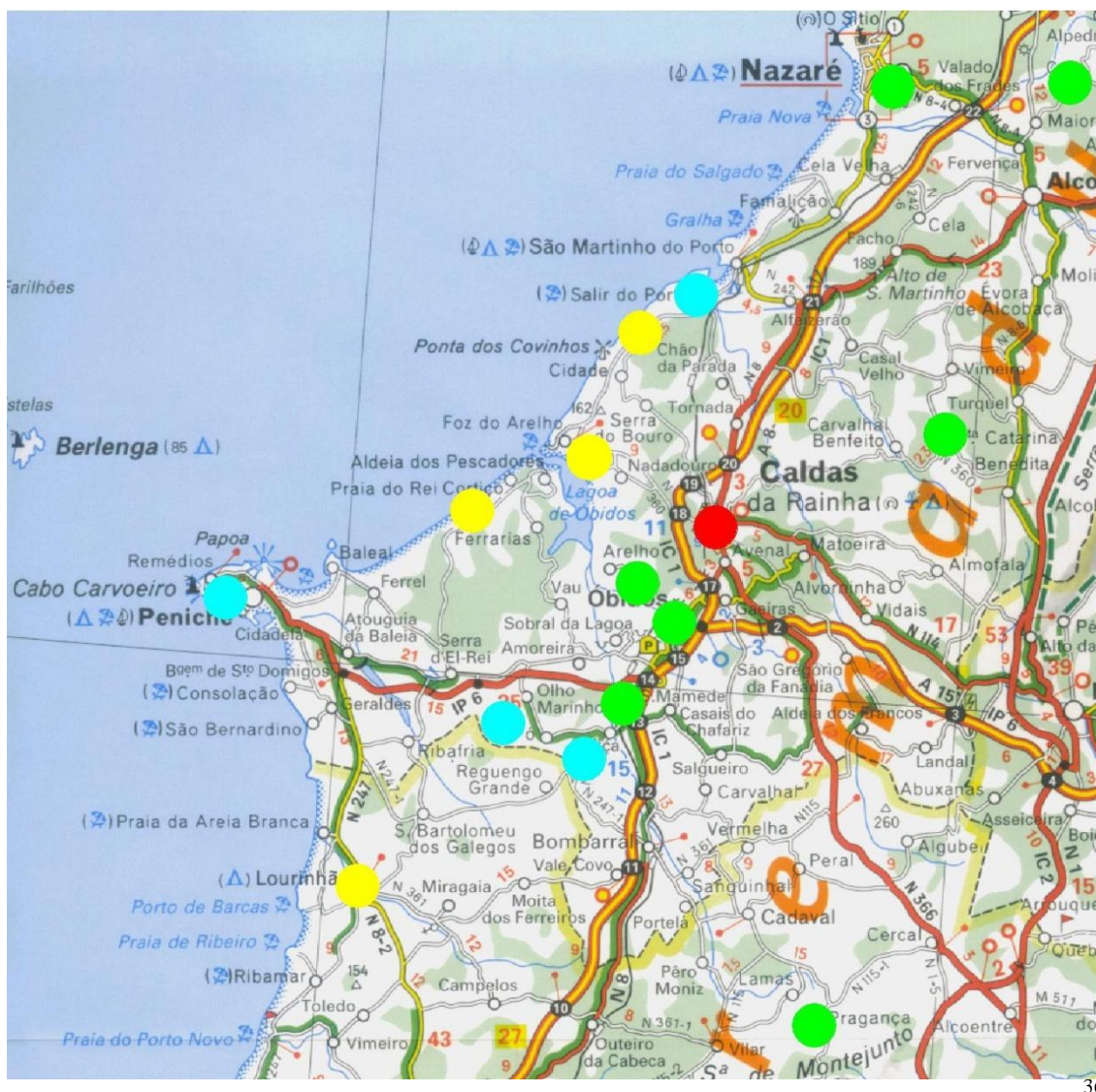
³¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo. I, p. 427.

³² Poderemos ainda fazer referência aos vários vestígios da presença de dinossauros na região, como as pegadas da Lourinhã, nos Covões (Óbidos) e nas Quebradas (Salir) e as ossadas encontradas na Lourinhã e a bela bacia encontrada na Foz do Arelho em exposição na Academia das Ciências de Lisboa.

³³ J F N Delgado — *Notícia acerca das Grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1867.

³⁴ Santos Rocha & Arthur Salles Henriques — “Novas explorações na gruta da Lapa do Suão” in *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Tomo 1 n.º 5. Figueira: Imprensa Lusitana de Augusto Veiga, 1907.

³⁵ Santos Rocha — “As grutas da Columbeira” in *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Tomo 1 n.º 4. Figueira: Imprensa Lusitana de Augusto Veiga, 1907.



Datado da Idade do Cobre, um machado-placa anfibolito polido e perfurado, provavelmente levado pela corrente de um povoado nas margens para o fundo da Lagoa³⁷, foi descoberto, em 1999, pelo *Centro Nacional de Arqueologia Náutica Subaquática* numa escavação de urgência de análise das dragagens da Lagoa.³⁸

No início do século Vinte serão explorados o Outeiro de São Mamede³⁹ e o Outeiro da Assenta⁴⁰, por José Leite de Vasconcelos. As descobertas em ambos não indiciam a presença de estruturas habitacionais embora, na exploração de 1915, seja referida no

³⁶ Sítios Arqueológicos pré-romanos: a amarelo vestígios de dinossauros, a cian grutas com ocupação humana, a verde povoados castrejos fortificados, a vermelho o local das Caldas para referência geográfica.

³⁷ A 9 metros de profundidade.

³⁸ Associação PATO – *Op. Cit.* p. 120.

³⁹ Refira-se que na carta militar os Outeiros da Assenta e de São Mamede, estão nomeados como Penedo das Gralhas e Raposa, respectivamente.

⁴⁰ José Leite de Vasconcelos — “Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)” in *O archeologo português*, vol. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, pp.135-146.

Outeiro de Santo Antão (a Sul do Outeiro da Assenta) a possibilidade da existência de cozinhas, a julgar pelo aglomerado de cascas de moluscos.

Integrada na cultura castreja, considere-se ainda a ocupação permanente dos primeiros aglomerados ditos urbanos da região, tipologicamente povoamentos fortificados no topo de colinas, sendo a colina de Óbidos (no local do Paço) voltada para a defesa costeira e para a pesca e os castros de Pragança (na serra de Montejunto) e de Santa Catarina (perto da Benedita) mais vocacionados para a pastorícia e para a agricultura.

“Seria uma zona fértil em caça e pesca, conforme demonstra o aparecimento de presas de javali, hastes de cervídeo e de bovinos e casca de ostra.”⁴¹

Serão os romanos, fruto da descida da cota média da linha da água, que começam a povoar a meia encosta, mais perto dos recursos naturais e com uma estrutura viária da qual ainda possuímos ecos no traçado actual das principais estradas.

Será a via principal que cruza a *Civitas* governada pela *Eburobrittium* que ligava esta à cidade de *Colipo* que passava na encosta das Caldas⁴², unindo as *villas* situadas junto à Lagoa de Alfeizerão (Alfeizerão e Tornada⁴³) ao centro nevrálgico da região. A busca desse centro urbano ao longo da estrada motivou que se defendessem várias localizações, incluindo certos autores que propuseram a localização da *Eburobrittium* nas Caldas. É o caso de Pedro Azevedo, em 1986, e Pedro Barbosa, em 1992, ambos baseando-se num texto paroquial de 1775⁴⁴, de fraca consistência; só a descoberta de estruturas na encosta das Gaeiras, em 1994, veio dissipar as dúvidas da localização da cidade romana de *Eburobrittium*.

“No tempo dos Romanos, Vândalos, Suevos e Allanos houve indícios de que já esta villa fora povoada por ocasião dos mesmos banhos sendo o mais porvável as ruínas que se descobrirão junto às ditas agoas quando se fundou o Hospital se conservão as memórias de ruínas em Arayollos, Évora de Alcobaça, Povos e Alfizerão que he constante fora a celebre Cidade de Eborobricio.”⁴⁵

⁴¹ José Beleza Moreira — *Eburobrittium*. Porto: Produção Mimesis, 2002. p. 59.

⁴² *Idem*. pp. 50-51.

⁴³ “Trata-se, provavelmente, da toponimização do genitivo latino *cornus aquae* (braço, ponta ou extremidade de água), dado que é possível ali ter existido um vicus romano e a água banhar Tornada até ao século XVII. As relações entre o lat. * *conus aquae* e o port. Tornada cremos terem sido as seguintes: lat. * *cornus aquae* → lat. med. * *cornus de aqua* → port. med. Cornágua → por. Cornaga → transf. Eufemística Tornada.” João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. nota 14, p. 50.

⁴⁴ Na verdade este texto, agora transcrito é de 1758. André Gomes de Carvalho – *Memória das Caldas 1758*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1991. Vd. próxima nota.

⁴⁵ André Gomes de Carvalho – *Op. Cit.* p. 47.

Por outro lado, em 1968, foi encontrada uma estatueta romana representando Neptuno no Largo do Hospital Termal. Esta descoberta, publicada por Fernando de Almeida, Octávio da Veiga Ferreira e Jorge de Almeida Monteiro⁴⁶, veio lançar o debate sobre a utilização termal do local pelos romanos, nunca confirmada, devido à falta de prospecções arqueológicas no sítio, problema recorrente no estudo da história das Caldas.



Contudo, a fraca qualidade dos solos para exploração agrícola põe em causa a existência de uma *villa* no local. Ao mesmo tempo, à luz das descobertas actuais, a presença de duas fontes termais de características semelhantes à de Caldas, junto a *Eburobrittium*, fazem-nos duvidar da necessidade de utilização das águas de um local tão inóspito. Mesmo considerando que aí não tenha havido povoamento romano neste sítio, é facto que o pântano das futuras termas das Caldas é marginado pela estrada já referida⁴⁷; o aspecto fumegante e de odor intenso das águas, situação pouco comum na Lusitânia, poderá ser a justificação da presença de uma imagem do Deus das Águas.

Sobre esta estatueta, infelizmente, só conhecemos o que os autores da publicação escreveram e fotografaram, pois a peça terá sido vendida para Espanha. Escrevem que era de bronze com 11,5cm e que:

*“(...) representa um homem forte, de complexão atlética, macissa, com farta cabeleira, barba muito desenvolvida e encaracolada. Apresenta-se nu, apenas com uma espécie de estola nos ombros, caída para se costas e para os lados deixando todo o peito a descoberto: por estes pormenores a atribuímos a Neptuno. Infelizmente está incompleta, por já não ter mãos nem pés. O braço esquerdo, flectido em ângulo recto e levantado, apoiar-se-ia no tridente; o direito, também dobrado, dirige-se para diante. A face mantém-se intacta, o nariz direito e fino, os lábios bem desenhados e os olhos encovados, com aspecto observador. O sexo está bem marcado.”*⁴⁸

Após a ocupação romana, tal como no resto do país, os ecos da presença de culturas que medeiam até à ocupação magrebina são reduzidos. Conhecemos a manutenção e a importância da cultura cristã na região pela construção da bela igreja de

⁴⁶ Fernando de Almeida, Octávio da Veiga Ferreira e Jorge de Almeida Monteiro – “Estatueta romana de Neptuno encontrada nas Caldas da Rainha” in *Arqueologia e História*, 9.ª série, I, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1968, pp. 73 a 78.

⁴⁷ O que significa que era uma zona frequentada.

⁴⁸ Fernando de Almeida – *Op. Cit.* pp. 73-74.

S. Gião⁴⁹, junto a Nazaré. A presença de povos do Norte da Europa fica documentada por uma descoberta accidental no início da década de 1970:

“Durante a abertura de uma vala de drenagem na Quinta do Gorjão, várzea de Alfeizerão, no início da década de 70, a remoção de terras deixou à vista uma caverna pertencente ao casco de uma embarcação de madeira. O achado, conhecido apenas anos mais tarde, prometia, revelando ter pertencido a um casco «trincado», como confirmou uma missão do Museu Nacional



*de Arqueologia, alertado para a importante descoberta por um engenheiro geólogo, António Teixeira Pinto, (...) Ou seja, aquele pedaço de madeira denunciava uma técnica de construção naval em que o tabuado do casco é sobreposto, método de construção de influência da Europa do Norte, encontrado também em embarcações portuguesas nos rios Lima e Douro. (...) Quanto à datação por carbono 14, esta situou a idade da madeira no século XI da nossa era. A Quinta do Gorjão, no entanto, mudaria de dono, perdendo-se a «caverna de Alfeizerão», como ficou conhecida. De tão importante vestígio sobram hoje as provas fotográficas tiradas à época por António Teixeira Pinto, assim como as suas anotações minuciosas sobre o achado.”*⁵⁰

A riqueza do mar entre o promontório da Senhora da Nazaré e as ilhas de Peniche está bem documentada para o período medieval. Assim, os pescadores da Pedreneira, Alfeizerão e Atouguia conseguem obter privilégios régios nas Cortes⁵¹. Estes pólos de pescadores são importantíssimos na marinha de guerra medieval, tendo por várias vezes disponibilizado embarcações e tripulações para a defesa da barra do Tejo⁵². Durante o reinado de D. Fernando, realizam-se as Cortes de 1373 ou 76 na igreja de S. Leonardo de Atouguia, onde são discutidos os privilégios do comércio e da navegação marítima⁵³.

⁴⁹ Construída em meados do século Sexto, contemporânea do Concílio de Braga e da igreja de São Martinho de Dume. Vd. Paulo Pereira – *História da Arte Portuguesa*. vol. I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 135.

⁵⁰ Mónica Bello – *Enigmas, A Costa dos Tesouros*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 38.

⁵¹ Vd. Lurdes Perdigão – *Ficha do IPA 1014020015, Castelo da Vila de Atouguia da Baleia*. DGEMN, 1998 e Luís Miguel Duarte – “A Marinha de Guerra Medieval Portuguesa” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2003, p. 292. Os estudos sobre Atouguia são bastante escassos e maioritariamente feitos por iniciativa de jornais locais e de fraca consistência científica.

⁵² Luís Miguel Duarte — *Ibidem*, p. 292.

⁵³ Vd. Notas anteriores.

Manuela Santos Silva faz uma interessante abordagem ao porto de Salir⁵⁴, o ponto mais a Norte do Termo de Óbidos. Refere a quase independência jurídica deste povoado, tendo em consideração a constante mobilidade dos pescadores entre a Lagoa e Salir. Em 1449, estes foram libertos do serviço militar e, nove anos depois, da obrigatoriedade de ouvirem missa ao Domingo⁵⁵.

A pesca profissional na Lagoa de Óbidos não ocuparia todo o ano; os pescadores deveriam, nos meses de Verão, pescar no mar e, quando a pesca neste se apresentava mais temerária (cerca de oito meses por ano) optar por desenvolver a actividade na Lagoa⁵⁶.

Assim, durante a Idade Média, coexistiram duas realidades distintas na forma dos pescadores ocuparem as margens da Lagoa: por um lado, as comunidades residentes que aí pescavam todo o ano; por outro, aqueles que dividiam o tempo entre o mar e a Lagoa. Naturalmente as pescas marítima e fluvial eram praticadas de forma diversa e recorrendo a diferentes meios técnicos e humanos. A pesca de mar obrigava à utilização de grandes embarcações aptas para mar revolto, redes e arpões (quando se tratava da caça à baleia); a pesca fluvial realizava-se ou a partir da margem ou em pequenas embarcações de fundo chato, que evoluíram até às actuais bateiras, tradicionais da Lagoa de Óbidos: uma cana, redes em cesto (*gualrixo*) ou ancinhos para revolver o fundo (*gadanho*) seriam os instrumentos do pescador.⁵⁷

Com a necessidade de armazenar as alfaias da faina na Lagoa, devem ter-se criado aglomerados de habitações sazonais, como também acontece na Rias de Aveiro ou na Ria Formosa. Manuela Santos Silva sugere que estes aglomerados se situariam no “*Soueral de Val da Allagoa*”⁵⁸ que terá dado origem ao topónimo de Sobral da Lagoa. Serão talvez estes alojamentos sazonais a origem de um tipo de barraca de pescador que

⁵⁴ Manuela Santos Silva — “Salir do Porto: um exemplo de pequenos portos da Estremadura durante a Idade Média” in *A região de Óbidos na época medieval*. Col. *Estudos e Documentos*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994, pp. 33 a 44.

⁵⁵ Vd. *Idem*.

⁵⁶ Vd. Entre outros: Manuela Santos Silva — “Comunidades piscatórias medievais estremenhas entre o rio de Salir e o concelho de Torres Vedras — um primeiro levantamento.” in *A região de Óbidos na época medieval...*; José Parreira — *A Lagoa de Óbidos, Património Ambiental*. Caldas da Rainha: Ed. do autor, 1999; Miguel Duarte — *Povoamento e ocupação humana nas margens da Lagoa de Óbidos, uma primeira abordagem*. Óbidos: 2005. (policopiado); *Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos*. Lisboa: IN-CM/CMO, 1985; Sérgio Gorjão — *O foral manuelino de Óbidos*. Óbidos: CMO, 1999.

⁵⁷ Vd. no geral José Parreira — *Op. Cit.*

⁵⁸ Manuela Santos Silva — *Comunidades piscatórias medievais estremenhas...* p. 47.

ainda hoje é construído nas margens da Lagoa, feita com caniço e reforçada anteriormente com lodo e barro da Lagoa⁵⁹.

Durante a Idade Média, a colina de Óbidos era envolvida por um imenso manto florestal, como a toponímia local regista⁶⁰ e pela várzea fértil, resultante da descida da cota da Lagoa, espaço para um grande pasto comunitário mais tarde adquirido pela rainha D. Catarina (D. João III)⁶¹.

O Cabo Carvoeiro não passava de um conjunto de penínsulas e ilhas interligadas ao continente por braços de areia. Contudo, a grande importância geo-estratégica da zona, ligada à defesa a norte do acesso marítimo à barra de Lisboa estava, no século Quinze, a desenvolver aos poucos o local⁶².

Com o recuo das águas e com o desenvolvimento de novas embarcações mais capazes de enfrentar o mar, dever-se-á ter aos poucos extinguindo a sazonalidade da actividade piscatória verificada no período medieval. Por outro lado, no século Dezassexto a baía de Atouguia já não possibilita a ancoragem de barcos junto do Castelo e já era possível, no Verão, circular no istmo que ligava às ilhas de Peniche⁶³. Com o acentuar das quezílias e da pirataria no mar, o rei D. João III cede ao conde da Atouguia verbas para a reforma do castelo de Atouguia, mas o conde, numa carta ao rei⁶⁴, considera que seria mais importante fortificar Peniche, local onde já se encontrava uma povoação piscatória. Nessa carta, o conde relata a importância comercial de Peniche e da estrada que liga a Santarém.

Contudo, no extremo Norte do termo de Óbidos, a enseada de Alfeizerão, no final do século Dezassexto, ainda tinha capacidade para recolher navios de alto bordo.

Embora pontilhada de pequenos povoados ligados à exploração agrícola e piscatória, entre Alcobaça, Óbidos e o Cabo Carvoeiro não existiam grandes estruturas viárias. Uma simples estrada ligava a vila de Atouguia (da Baleia), Amoreira, Óbidos, Santarém a outra estrada, mais frequentada entre Lisboa e Alcobaça passando por

⁵⁹ Vd. José Parreira – *Op. Cit.* Miguel Duarte – *Op. Cit.*

⁶⁰ Pinhal de Óbidos, Carvalhal, Sobral, Amoreira, Matoeira...

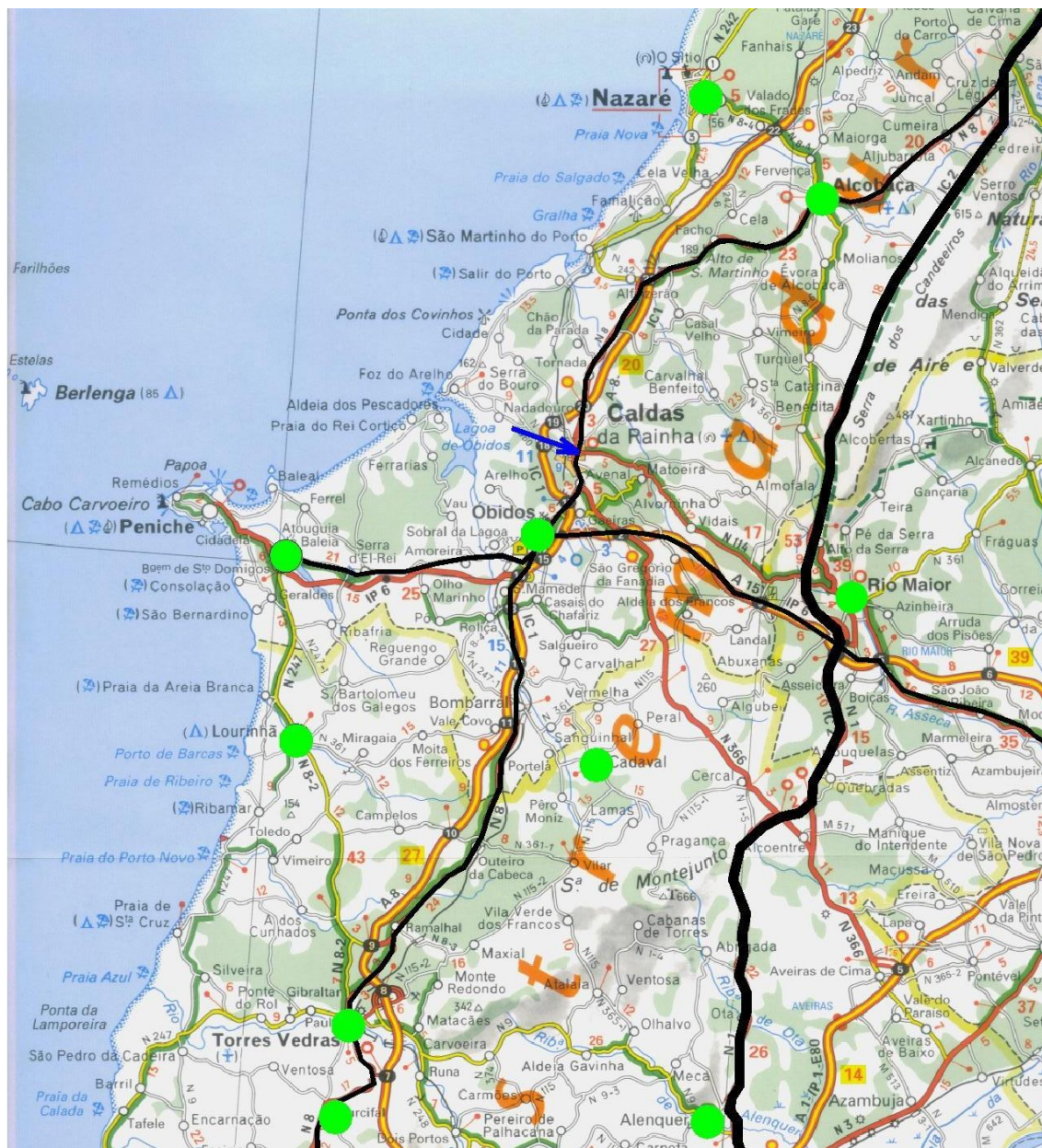
⁶¹ A Várzea da Rainha foi adquirida pela Rainha D. Catarina pela troca da construção do Aqueduto de Óbidos vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990. Documentos.

⁶² Vd. Luís Miguel Duarte – *Op. Cit.* p. 292. Mariano Calado — *Op. Cit.* o Conde de Atouguia refere na Carta o isolamento do local e a dificuldade de mobilização da pouca população que se começa a instalar em Peniche. Verifique-se, durante a dinastia filipina as várias provisões dadas para a prontidão da defesa do Cabo Carvoeiro. Vd. Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal*. vol. IV. Lisboa: Editorial Verbo, 3.ª ed. 2001. p. 129.

⁶³ Vd. Nota anterior.

⁶⁴ Mariano Calado — *Op. Cit.*

Torres Vedras e Óbidos⁶⁵. As ligações entre os vários povoados, e mesmo entre as outras sedes de concelho fora destas vias principais de acesso, eram efectuadas por caminhos habitualmente nas cumeadas dos montes sem grande expressão de tráfego.



66

⁶⁵ “uma boa estrada” segundo o monge cisterciense Bronseval – *Peregrinatio Hispânica*. 1531-33 [apud] por Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Verbo Editora, 3.ª ed. 2001. p. 295.

⁶⁶ Estrutura viária principal da região na Idade Média: as linhas pretas mais finas indicam as vias Torres Vedras-Óbidos-Alcobça e Atouguia-Óbidos-Santarém; Os círculos verdes indicam as sedes de concelho, no século Quinze, a seta azul a localização das Caldas; A linha preta mais grossa indica a via entre Lisboa-Leiria-Porto concluída no século Dezanove (serve aqui como referência).

É de reter a dinâmica dos povos num território tão pequeno como o vale da Lagoa de Óbidos e da Lagoa de Alfeizerão (Vale Tifónico): os pescadores acompanham o recuo das águas movimentando-se para jusante e, por outro lado, os agricultores ocupam os locais deixados pelas águas, descendo das colinas envolventes, verificando-se ainda hoje que o tipo de culturas da várzea é diferente do das colinas. Assim, será de pressupor que a água que chegava às margens mais a Sul não seria água salgada. Os caudais dos rios seriam muito superiores ao actual, a julgar também pela morfologia orográfica de toda a região de influência, fortemente sulcada por rios e ribeiros.



⁶⁷ Fotografia aérea da Lagoa de Óbidos em 1966. Cedida Pelo Gabinete de Planeamento do CHCR.

2. Senhorio e propriedade na área de implementação da vila

2.1. A fronteira entre os Coutos de Alcobaça e a “Casa das Rainhas”⁶⁸

“E asy pareceram os ofyçyaes dobydos e ho noso almoxaryfe e asy ho allmoxaryfe dellRey meu Señor com os hescripvães de seus ofyçios e asy os remdeiros das nosas jugadas e outros escudeiros e omês bõos da dita vjlla e com o dito gyll vaz ouvydor pareço Joham rodriguez feytor do dito mosteiro e o dito Corregedor com os sobre ditos e com outros foy ber e apegar per omde partyão os termos da dita vjlla dobidos com os lugares do couto dalcobasa e say foy ver as teras da contemda sobre que he a demanda por parte do dito dom abade contra Joam afonso dallcunha yonãs as quaes eram todas da parte dallesm da rybeira descontra a dita vylla dobydos yndo com ho dito Corregedor o dito yoam afonso foram pola rybeira a fumdo desde ho porto do furnjgall atee varzea da mota camjnho dallfeyzeram falamdo todos sobre os ditos marcos dizendo os da dita villa dobydos que a dita villa partya per o Rijo a fumdo E o procurador do dito dom abade disse que era verdade mas que o Ryjo per tempos antygos yaa per outras partes e nom per onde agora yaa que as teras da contemda que fosesm da parte dallem do Ryjo e no termo dobydos quer nõ que ho dito mosteiro dallcobaça estava em pose daver dellas destamto tempo que ha memorya de homẽs nõ era em contrairo (...)”⁶⁹

Analisar os motivos da distribuição da propriedade, a grande escala, não cabe no estudo que nos propomos fazer. Porém, antes de mais, será necessário conhecer o enquadramento jurisdicional da região, bem como os interesses políticos que sugere.

As duas grandes potências na região são, sem dúvida, a Casa das Rainhas e o Mosteiro de Alcobaça. Ambas controlam vastos territórios, com excepção de quatro pequenas vilas: Atouguia, Lourinhã, Alfeizerão e Pederneira, com donatários estrangeiros que, por serviços militares, receberam territórios que permaneceram sempre na sombra da Casa das Rainhas ou do Mosteiro de Alcobaça.

⁶⁸ Sobre o assunto vd. Manuela Santos Silva – “Óbidos terra que foi da rainha D. Filipa (o Senhorio de Óbidos de 1415 a 1428)” in *A região de Óbidos na época medieval....* Igualmente publicado in *Arqueologia do Estado*, Vol 1. Lisboa: História e Crítica, 1988. A vila de Óbidos pertenceu sempre às rainhas, desde D. Uraca em 1210. Para facilitar a leitura e não ter de nomear sempre a rainha donatária de Óbidos à época, iremos sempre referir como Casa das Rainhas mesmo no período anterior à instituição desta, como será o caso do período deste capítulo. “Na verdade, em toda a documentação por nós consultada até hoje e referente a esta época [século XV] nunca tal expressão nos surgiu. Isto não obsta, naturalmente, a que cada uma das senhoras, desde muito cedo, tivesse a sua própria casa composta por funcionários próprios e muitos outros que viveriam na sua companhia e na sua dependência, e sustentada pelo seu património que lhe era doado ao longo da sua vida (...) em nossa opinião, cada Casa das Rainhas era um caso singular. A instituição ainda não se encontrava definida.” vd. nota 8 de *Idem*.

⁶⁹ Carta de D. Leonor sobre a contenda sobre as fronteiras do termo de Óbidos com os coutos de Alcobaça AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 91-98. 5/7/1490. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história da espiritualidade em Portugal na época do renascimento*. Vol. 2 (documentos) Dissertação de doutoramento em Cultura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1992. (policopiado). pp. 63-73. Transcrito em anexo (documento 2).

Consideramos que a manutenção de Óbidos na *Casa das Rainhas* serve para que o rei mantenha um estrito controlo político sobre os pequenos donatários estrangeiros.⁷⁰ Foi relativamente frequente a retirada de poder e a integração na coroa ou na *Casa das Rainhas* dos territórios de Atouguia e da Lourinhã, ou a quase nula margem de manobra política/económica da Pederneira e Alfeizerão, enclaves dentro das fronteiras de Alcobaça. Contudo, qualquer destes pequenos territórios exerceu grande influência na marinha de guerra medieval, em especial na defesa da costa norte da Barra do Tejo⁷¹.

Para o período medieval não é fácil definir com exactidão os limites dos concelhos, em resultado da existência de propriedades nas fronteiras que, constantemente, mudam de senhorio⁷², bem como dos dúbios limites das paróquias, frequentemente extensivos a igrejas fora do concelho⁷³.

Assim, no século Treze, as Rainhas controlavam um território contínuo entre o Tejo (Alenquer) e o mar (Óbidos), fazendo de charneira política entre os territórios da coroa a Nascente (Santarém), a Sul de Torres Vedras, e o clero de Cister a Norte. Este vasto espaço político vai-se fragmentando a partir do século Quatorze com a criação do concelho do Cadaval, quebrando a ligação geográfica entre Óbidos e Alenquer.

Com a aclamação de D. João I, agudizou-se uma crise económica e social nos Coutos de Alcobaça motivada pela excessiva carga de impostos sobre a população, levando a algumas querelas e revoltas contra o mosteiro. A par da tentativa de «alargamento» de fronteiras do Couto⁷⁴, apropriando-se de terras do concelho de Óbidos. Há testemunhos das suplicas de famílias às rainhas, para integração no termo de Óbidos⁷⁵. Contrastando com esta crise em Alcobaça⁷⁶, as rainhas da segunda dinastia, aos poucos vão promovendo doações, enfiteuses, alvarás, privilégios, sesmarias,

⁷⁰ O poderio destes donatários e a sua relação com a Casa das Rainhas e com a Coroa carece de estudo aprofundado.

⁷¹ Luís Miguel Duarte – *Op. Cit.* p. 292.

⁷² É o caso da Serra D'el Rei, Alfeizerão, Salir do Mato, Alguber, como se pode ver na continuação deste capítulo.

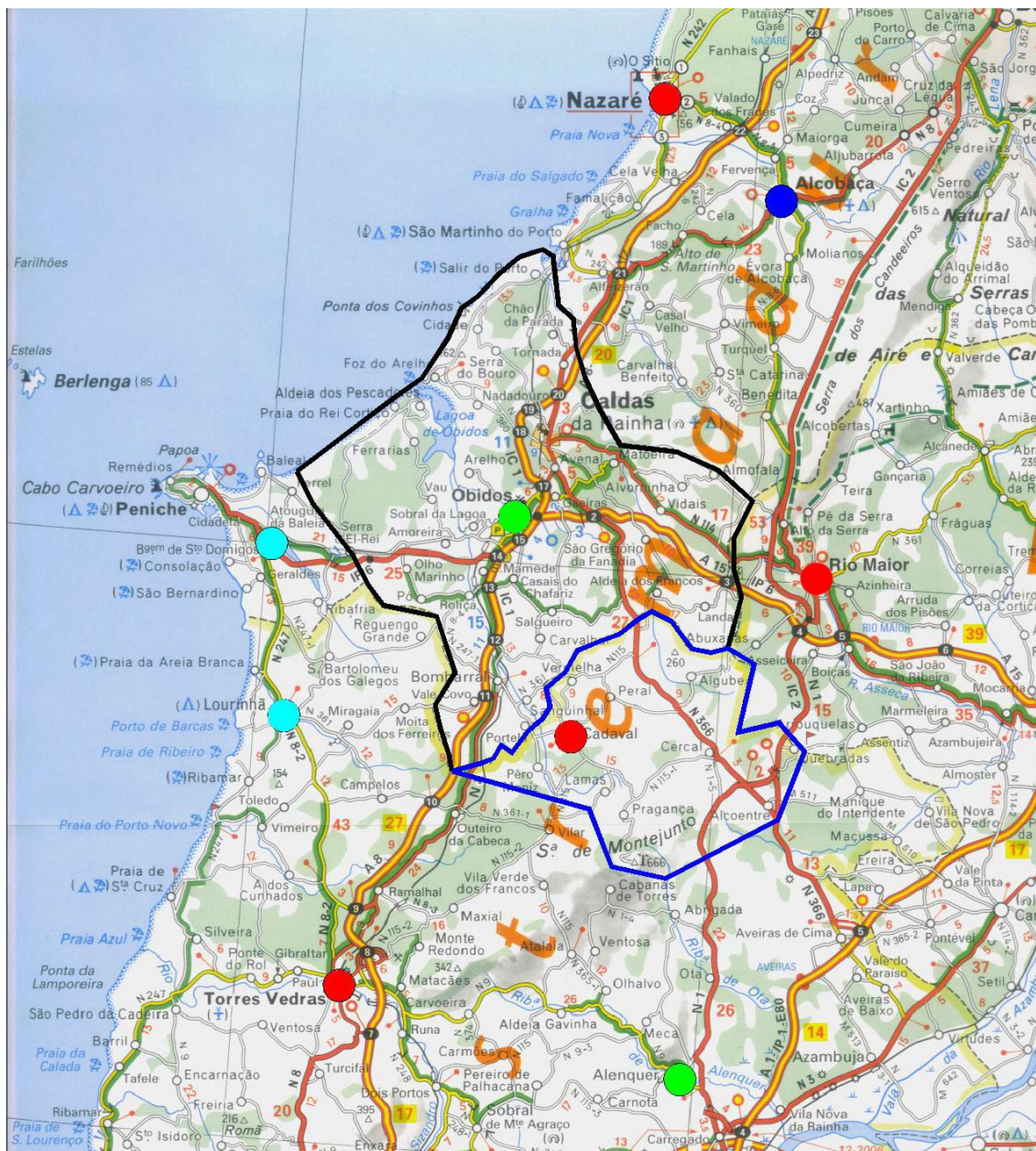
⁷³ O autor do *Memórias Históricas...* refere algumas igrejas de Atouguia e da Lourinhã nas listas de igrejas pertencentes às paróquias de Óbidos e, como veremos mais tarde, também as Caldas se manterá integrada na paróquia de S. João de Óbidos.

⁷⁴ Vd. continuação do capítulo.

⁷⁵ Vd. João Saavedra Machado – “As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor. Aspectos da sua evolução até ao século XVII” in *Terra de Águas, Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993. p. 48.

⁷⁶ São abades neste período: D. Rodrigo, Frei Nicolau Vieira, D. Jorge da Costa (Cardeal de Alpedrinha) e após estes os filhos de D. Manuel: D. Afonso e D. Henrique. Sobre este assunto vd. Joaquim Veríssimo Serrão – *Op. Cit.* pp. 340 e 341. e citações. Vd. também Jorge Borges de Macedo & J. Vieira Natividade – “As instituições e as técnicas na história regional” in *A região Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: FCG, 1961, pp. 79-80.

emprazamentos e aforamentos,⁷⁷ viabilizando economicamente os agricultores: melhorando as condições dos produtores e também, favorecendo o escoamento das produções, pelos portos fluviais de Formigal e Tornada e pelo porto marítimo de Salir⁷⁸.



⁷⁷ No Arquivo Histórico de Óbidos reúne-se um importante espólio documental sobre estes assuntos. Vd. também *Memórias Históricas...* sobre as relações entre as rainhas e o povo.

⁷⁸ Vd. Sérgio Gorjão – *O foral manuelino de Óbidos*. Óbidos: CMO, 1999. e João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 48-49.

⁷⁹ Núcleos urbanos principais na região (século Quinze): Os círculos a verde são as sedes da Casa das Rainhas (Óbidos e Alenquer); os círculos vermelhos são concelhos de controlo régio com donatários nacionais (Torres Vedras, Rio Maior e Cadaval); o círculo azul é o Mosteiro de Alcobaça (território de Cister) e os círculos cian são os territórios de donatários (Pederneira, Alfeizerão, Atouguia e Lourinhã). A linha preta é o limite do concelho de Óbidos e a linha azul é o limite do concelho do Cadaval.

As Rainhas em Óbidos ficaram na imaginação popular pela sua benevolência com o povo, em especial as que terão passado mais tempo na vila, D. Isabel (D. Dinis), D. Leonor (D. João II) e D. Catarina (D. João III)⁸⁰. A futura definição do termo de Caldas acontece num clima social favorável para com o poder da Rainha.⁸¹

Ilustrando a questão da indefinição das fronteiras entre o termo de Óbidos e os Coutos de Alcobaça, no final de Quatrocentos, surge um conflito entre um judeu converso e o Mosteiro de Alcobaça: este judeu, João Afonso, ou Joanás, recusa o pagamento de sisa ao Mosteiro e o consequente aumento, porque, segundo ele, as suas propriedades em Salir do Mato estavam no termo de Óbidos.⁸²

Este conflito irá, em 1490⁸³, despoletar diligências no sentido da definição exacta das fronteiras. Assim, é marcado um encontro em Tornada entre as entidades de Alcobaça e de Óbidos⁸⁴, tendo como testemunhas alguns moradores das Caldas, nomeadamente o primeiro provedor do Hospital – Álvaro Dias Borges⁸⁵ – e como procurador encarregue de resolver a contenda, o chanceler-mor Rui Boto, um dos mais notáveis homens de Leis do reinado de D. Manuel.

Entre as várias propriedades fronteiriças, disputadas pelo abade D. Isidro⁸⁶ e os procuradores do concelho de Óbidos destaca-se toda a zona fértil a Sul de Tornada; na prática, a própria aldeia era, segundo o abade D. Isidro,⁸⁷ território de Alcobaça porque o rio de Salir tinha sido desviado por D. Dinis, para secar as terras da Granja Real,⁸⁸ actual Paúl da Boa Vista do Extremo, propriedade cedida por D. Leonor a Pero de Alcaçova.⁸⁹

“(...) este mesmo Rijo como dito he nem se pode yso mesmo dizer que o dito Rijo foy mudado do pee do dito monte onde estão os ditos casaes da mourarya e damoreyra e que foy feita aberta e deitada auguoa per onde ora vay por que a mudança da dita

⁸⁰ Vd. *Memórias Históricas...*, Teresa Bettencout da Câmara – *Op. Cit.* E José Fernandes Pereira – *Óbidos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. A primeira parte do tomo I de Jorge de S. Paulo. Entre outros.

⁸¹ Vd. capítulo 6 da segunda parte.

⁸² AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 91. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...* pp. 63-73. Transcrito em anexo (documento 2).

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ Vd. documento citado e João Saavedra Machado – *Op. Cit.*, p. 62.

⁸⁵ Álvaro Dias Borges será alvo de outras considerações no decorrer deste estudo.

⁸⁶ Este processo acontece num curto periodo em que D. Jorge da Costa, futuro Cardeal de Portugal em Roma não foi abade comendatário do Mosteiro de Alcobaça, como cardeal D. Jorge será personagem chave no desenvolvimento e regulamentação do Hospital, como veremos no capítulo 5.2 da segunda parte.

⁸⁷ Argumentando com documentos do Cartório do Mosteiro e em testemunhas locais. Vd. o documento citado nos fls. 92-94v.

⁸⁸ Vd. próxima citação.

⁸⁹ Esta propriedade a Sul de Tornada será por morte de Pero de Alcaçova integrada no património do Hospital. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo. III, p. 231.

*auguaa se avja de fazer pera provejto do regengo que o dito Rey dom dinjs mandava abryr e sendo o regengo ho paull que ora he de pero dallcaçova (...)*⁹⁰

Esta discussão que se centra entre uma possível alteração da bacia do rio de Salir, entre o porto do Formigal e a zona de Alfeizerão, irá culminar na reposição dos limites dos Coutos pela linha da doação de D. Afonso Henriques (em 1153)⁹¹, a fronteira passará pelo actual curso do rio e não “*d’além e d’aquem d’águas*” como o Mosteiro de Alcobaça pretendia, atingindo as vinhas de Tornada (propriedade da Rainha) grande parte do termo da vila de Salir do Mato⁹², as terras de cultivo a Sul da aldeia de Barrantes e o porto fluvial do Formigal.⁹³

*“(...) a dicta mudança dauguaa fecta em fumdo ñ pode ja fazer proveito algũu ao dito rregengo ajnda per vista se mostra que ho dicto Rijo ñ podia hijr pello pee do dito monte se o ñ fezesem per i jr artyficialmente e aberta e valles velhos que paresem per aserquia do dito monte parece que farão feitos a mão por tornar auguaa dos montes e outras que dos ditos montes nase nom corerem por a varzea.”*⁹⁴

A justificação da decisão de Rui Boto – claramente favorável aos interesses de D. Leonor – prende-se com a óbvia má leitura do terreno⁹⁵ por parte dos monges de Alcobaça; estes queriam pôr o curso do rio numas valas de drenagem do paúl, que era área com uma topografia mais elevada do que o curso a montante.

Por fim, esta delimitação iria consolidar posições de D. Leonor no panorama geo-estratégico⁹⁶ nesta faixa de terras que, por um lado, servirá de entreposto comercial e via fluvial de grande importância⁹⁷ e, por outro, permitirá em 1511 a definição das fronteiras do termo das Caldas, criando assim uma zona tampão entre ambos os concelhos. A presença do primeiro provedor das Caldas, Álvaro Dias Borges,

⁹⁰ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 97. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...* pp. 63-73. Transcrito em anexo (documento 2).

⁹¹ Pouco estudado, este documento corresponderá talvez um dos momentos de maior importância para a definição da geografia política da região. Até à elaboração deste trabalho só foi referido por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 62. Embora tenha sido transcrito por Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...*

⁹² AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 94v.

⁹³ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 96-96v.

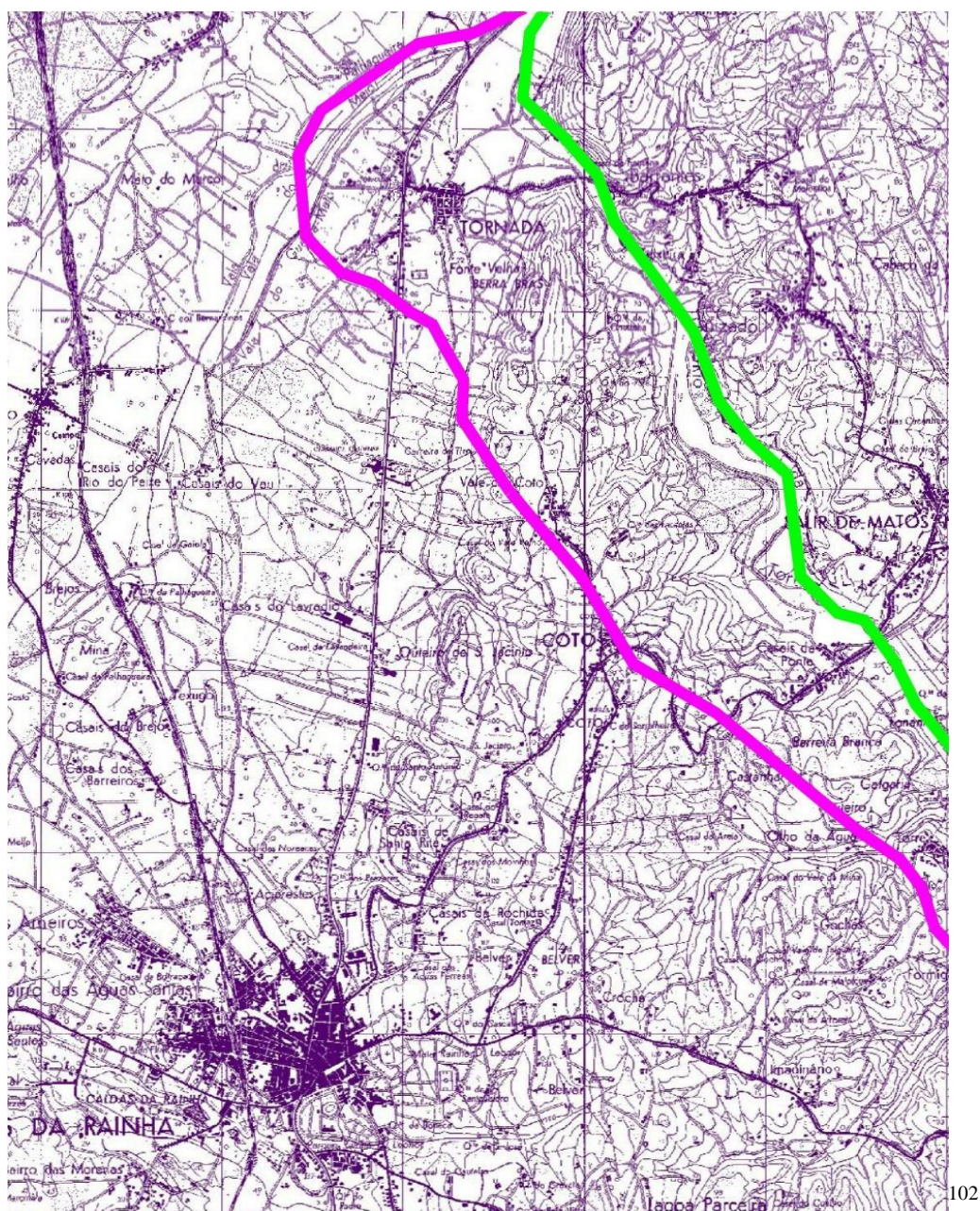
⁹⁴ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 97.

⁹⁵ Topograficamente a água teria que subir a cotas mais altas do que o curso a montante, naturalmente impossível.

⁹⁶ Alargou o território jurisdicional sobre terras férteis já emprazadas. Vd. próxima citação.

⁹⁷ O controlo sobre o tráfego e o Direito das Águas do Rio de Salir será ainda factor de demandas em meados do século Dezassete entre o Mosteiro de Alcobaça, os foreiros do Hospital das Caldas e os oficiais de Óbidos. Vd. Carlos Marques Querido – *Salir d’outrora*. Caldas da Rainha: P.H., 2007. pp. 44-47.

personagem de grande influência junto da Rainha⁹⁸, conjuntamente com os oficiais do termo de Óbidos e da vila das Caldas⁹⁹, terá servido, no entender de Saavedra Machado, para delinear os limites do termo das Caldas, resolvendo da forma mais simples¹⁰⁰ as querelas sobre determinados territórios.¹⁰¹



⁹⁸ O testamento de Álvaro Dias Borges, ao qual nos iremos referir mais tarde, aponta uma dívida da rainha superior a 20000 reais e 10000 reais do rei. Vd. documento transcrito em anexo.

⁹⁹ Sobre a questão da denominação «vila das Caldas» ser anterior à demarcação do termo vd. o capítulo 5.1. da segunda parte.

¹⁰⁰ Integrando-os num novo termo, independente das duas partes em conflito.

¹⁰¹ Vd. capítulo 6 da segunda parte.

¹⁰² Fronteira entre os coutos de Alcobaça e o termo de Óbidos: a magenta os limites reivindicados por Alcobaça; a verde os limites finais.

*“E asy decraramos todas has teras e eram sam que sam do dito Rijo pera hos dytos coutos serem da jurdição dallcobaça e dos termos dos ditos coutos e todas has que sã d outra parte do dito ryo pera obydos serem do termo e jurdiçã e sogeyção da dita vylla dobidos e per conseguinte noso por a dita vylla ser nosa ão tolhendo porem per esta decrarasão e demarquação de termos ao abade e convento do dito mosteiro poderem aver foros e rendas de quais quer teras que no dito termo dobidos tiverem segundo lhes por direito pertencer ão tolhendo yso mesmo aos posoidores das eramças e teras que hora por esta demarquaça fiquão no termo dobidos e se entenderem que nom som hobrigados pagar ao ditto mosteiro foros nem rendas allgũas poderem husar de seu direito ho reqquererem como devem.”*¹⁰³

Em 1535, o Bombarral tenta a separação do termo de Óbidos o que é inviabilizado por D. Catarina; esta dá provimento ao protesto da Vereação, entendendo que a promoção a vilas de Caldas, Alvorninha, Salir do Mato, Cadaval e, agora, o Bombarral ira deixar Óbidos reduzido a um punhado de aldeias menores. Assim, o Bombarral só é elevada a concelho em 1914, já longe das curiosas disputas políticas pela definição de limites de concelho e sedes no século Dezanove¹⁰⁴.

¹⁰³ AH/HCR – Livro de Registos de Sesmarias fl. 97v.

¹⁰⁴ Vd. João Bonifácio Serra – “A formação geográfico-administrativa do Concelho das Caldas” in *Terra de Águas* p. 211-217.

2.2. Os aglomerados populacionais envolventes

Por opção, será somente sobre o concelho de Óbidos¹⁰⁵ que nos iremos debruçar, atentando à quantidade de doações de bens de raiz efectuados no início do século Dezasseis ao Hospital por parte dos seus habitantes¹⁰⁶. Cruzando estes documentos com registos da Chancelaria de D. Manuel referentes a oficiais do concelho¹⁰⁷ e com as listas das paróquias poderemos apontar para perto de sessenta as aldeias do concelho de Óbidos no virar de Quinhentos.

Verifica-se a existência de várias aldeias na fronteira entre Óbidos e Alcobaça; pelo contrário, no lado oposto (fronteiras com Atouguia e Lourinhã), o mesmo não se passa¹⁰⁸. Assim, o desenvolvimento económico e a capacidade de escoamento de produtos por via fluvial pelo Rio de Salir (fronteira) levaram ao desenvolvimento económico de Salir de Matos, Santa Catarina, Alvorninha, Salir do Porto; localidades com termos muito reduzidos que, infelizmente, não é possível conhecer os limites correctos. Por outro lado, Amoreira, Pó, Reguengo Grande, Vila Verde dos Francos, Alguber, Serra do Bouro (e mais tarde Bombarral)¹⁰⁹ tinham termos definidos pelos limites de grandes explorações agrícolas, na bacia hidrográfica da Lagoa de Óbidos, com propósitos diferentes e uma maior estabilidade social¹¹⁰ e uma paisagem rural trabalhada, ao contrário do Norte do Concelho de Óbidos que, no dizer de Jorge de S. Paulo era, composto por matos incultos.

Tal como já referimos, a fixação das populações na região é controlada pela descida do nível das águas salgadas e pela fertilização dos solos, seja na implantação de novos povoados, seja na reorientação ocupacional das famílias dos povoados existentes.

¹⁰⁵ No decorrer do trabalho optámos pelo estudo mais aprofundado do concelho de Óbidos, em detrimento do de Alcobaça pelo facto de que o termo das Caldas, quando foi criado em 1511 ficar dentro dos limites do concelho de Óbidos. Por outro lado, são poucas as povoações do concelho de Alcobaça junto à fronteira Sul.

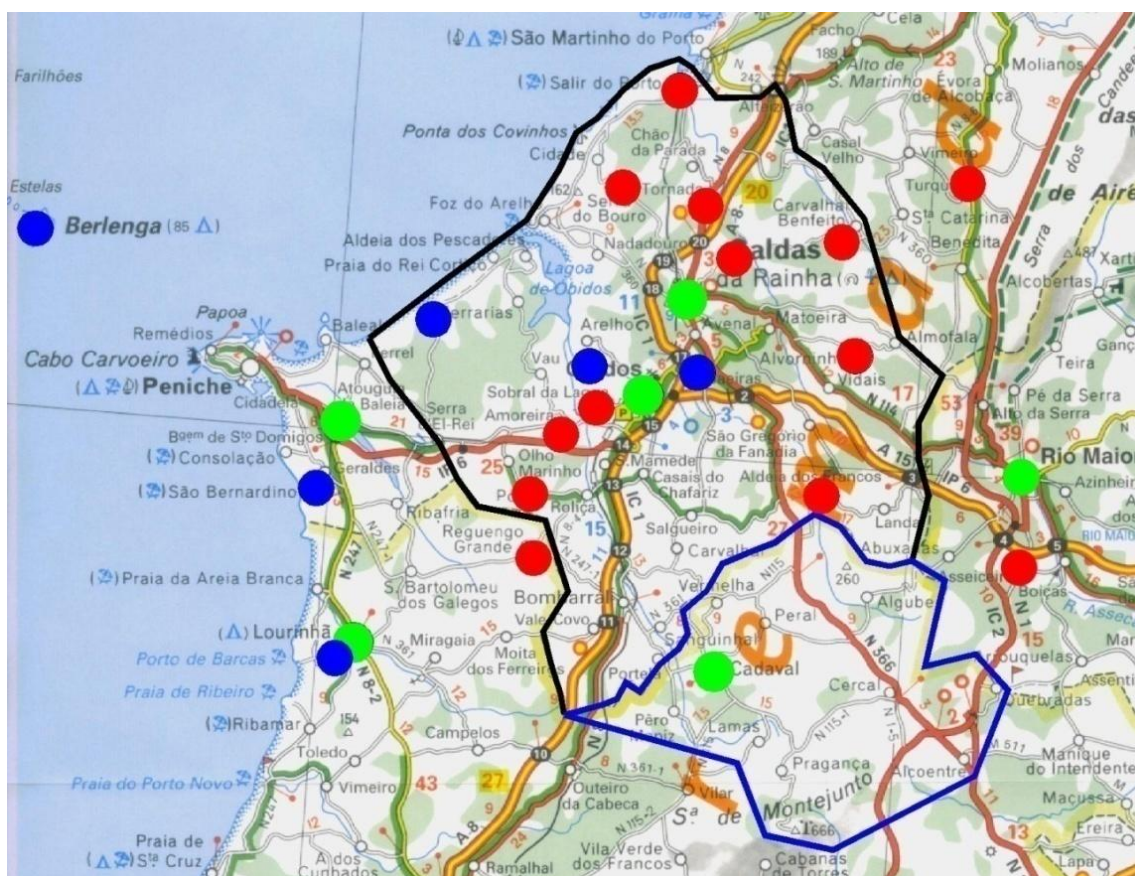
¹⁰⁶ De entre as várias fontes possíveis seleccionamos: *Memórias Históricas...* lista das paróquias e outros treços e Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo III sobre as doações que foram feitas nos primeiros anos do Hospital ao abrigo da Bulas de Indulgencia Plenária de Alexandre VI a quem beneficiasse o Hospital de 1496 e 97 às quais nos referiremos nos capítulos 5.2. e 5.3. da segunda parte.

¹⁰⁷ Verificado com base no programa informático do AN/TT, normalmente as nomeações para o cargo apontam a origem do nomeado.

¹⁰⁸ Ver o próximo mapa.

¹⁰⁹ Encontramos referências a estas aldeias nos trabalhos de Manuela Santos Silva sobre a região de Óbidos e em Saul Gomes – *Op. Cit.* p. 21.

¹¹⁰ A margem Sul da Lagoa de Óbidos era composta por várias quintas (Roliça, Amoreira, Paul, São Mamede, Bombarral, Sanguinhal, Gafa, Olho Marinho, Serra Del Rei, etc.) vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*



111

Porém, será nos forais de D. Manuel que iremos encontrar referências a lugares com certa dimensão, alguns dos quais com foral e termo próprio (infelizmente desaparecidos), brasão e misericórdia.¹¹²

As constantes disputas pela integração nos concelhos que lhes fossem mais favoráveis, como já referimos no capítulo anterior, e a quase nula independência destes territórios carece de estudos mais aprofundados¹¹³. À imagem destes, Caldas será, durante o Antigo Regime, em parte, mais um pequeno termo no limite entre as duas forças políticas, tendo, ao contrário dos outros, adquirido independência económica e social mas mantendo-se apenso ao poder de Óbidos, no que se refere ao Juiz de Fora¹¹⁴, e ao Corregedor de Alenquer¹¹⁵.

¹¹¹ Sedes de Concelho medievais, Aldeias principais e Conventos: Os círculos verdes indicam as sedes de Concelho, os círculos vermelhos indicam aldeias principais no concelho de Óbidos e os círculos azuis são a localização dos Conventos (séculos Quinze a Dezoito).

¹¹² O caso de Amoreira, referido pelo autor do *Memórias Históricas*...

¹¹³ Vd. Carlos Marques Querido – *Salir d'outrora*. Caldas da Rainha: P.H., 2007.

¹¹⁴ O autor do *Memórias Históricas*... deixou-nos uma lista dos Juizes de Fora de Óbidos e Caldas que utilizamos para a cronologia em apêndice.

¹¹⁵ Da Comarca de Alenquer e Óbidos, após meados do século Dezassexto, as Caldas passou para a Comarca da Estremadura, com corregedor em Leiria.

Caldas é implantada num território quase virgem, na fronteira entre Óbidos e Alcobaça que, pelas suas características geo-morfológicas já apresentadas, funcionou como terra de ninguém.

É na já referida redefinição das fronteiras do Couto de Alcobaça que descobrimos algumas povoações que, maioritariamente, funcionavam como centros de mão-de-obra agrária de proprietários, tais como as quintas em torno do Paúl de Tornada¹¹⁶ e as propriedades da alta burguesia local.¹¹⁷

Contudo, alguns autores afirmam que este território seria propriedade do Senhor de Cornaga (Tornada), no limite Norte das Caldas, D. Zoudo¹¹⁸, que teria deixado em testamento, em 1222, avultadas somas para os Banhos de Caldas, dos quais falaremos no capítulo 4.

Outro dos pontos a ter em conta será a fundação de cenóbios no território, contemporâneos das obras do Hospital¹¹⁹, que com este concorreram na angariação de bens de raiz, seja por aquisição seja por doação. A fraca documentação existente relativa aos Conventos não nos permite estudar a relação entre estes e o Hospital, embora este último possuísse propriedades muito próximas das cercas destes cenóbios. Para o âmbito deste trabalho, serão mais importantes as ligações entre os estaleiros dos mosteiros e do Hospital, bem como a mobilidade de mão-de-obra, e com estes, técnicas e estilos construtivos e sua influência na vila.¹²⁰

Seja como for é evidente a falta de interesse no sítio pelo poder local e pela população até Quatrocentos, visível na ausência de informação documental que regista já algumas povoações no século Treze¹²¹. Embora, como veremos no próximo capítulo, já existisse alguma frequência do local, desde este século, confirmando-se a agricultura como ocupação principal das populações da região, a má qualidade dos solos não favoreceu a instalação permanente de habitantes junto ao pântano de águas quentes.

¹¹⁶ Ao tempo da rainha, este paul e a quinta da qual D. Leonor era proprietária denominava-se Paul da Boa Vista do Extremo, tendo sido cedido pela rainha, em 1479, a Pero da Alcáçova (juiz da Alfandega de Lisboa) e readquirido e integrado nos bens do Hospital em 1509.

¹¹⁷ Por exemplo tais como: em Tornada, Pero de Alcáçova; em Salir do Mato, Luís d'Oliveira; na Amoreira e Roliça os Gorjões, além das quintas já referidas em nota anterior. Infelizmente ainda não foi feito nenhum estudo de caracterização destas «Casas Agrícolas».

¹¹⁸ Por exemplo Saul Gomes – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. p. 21. vd. Notas de rodapé.

¹¹⁹ Vd. capítulo 2.2. da segunda parte deste estudo.

¹²⁰ Vd. capítulo 3. da segunda parte deste estudo.

¹²¹ Saul Gomes – *Op. Cit.* p. 21.

3. O Caminho de Santiago – a estrada Torres Vedras/Óbidos/Alcobaça

“ Se algum pobre peregrino não quizer dormir e repousar no dito hospital, o dito provedor o mandará agasalhar na casa dos peregrinos, principalmente os romeiros que vão para Santiago, e lhe mandará dar cama e comer e beber, pela primeira noite, e mais não, à custa do hospital, e isto em todo o tempo da cura dos enfermos.”¹²²

Tal como referimos no primeiro capítulo deste estudo, a estrada entre Torres Vedras e Alcobaça passaria no local das termas, seguindo um traçado conhecido desde o período romano. Relevante para conhecer o tráfego do mesmo percurso é o facto de este fazer parte do *Caminho de Santiago*, que passava por Torres Vedras, Óbidos, Caldas em direcção a Alcobaça e Aljubarrota. O tráfego e a importância deste via é patente no *Compromisso da Rainha*, onde se regulamenta a hospedagem dos peregrinos no *Hospital dos Peregrinos*, adosado ao Hospital termal no lado Norte da praça¹²³. Com pessoal, camas e mantimentos próprios a frequência desta casa pelos peregrinos manter-se-á forte¹²⁴, atentando às referências feitas por Jorge de S. Paulo sobre a manutenção desta valência assistencial¹²⁵ e as constantes obras de melhoramento e redimensionamento do edifício, que é visível na perspectiva de 1747; mesmo após as obras Joaninas, mantêm-se ao serviço, com poucas alterações¹²⁶.

A uma escala menor, será importante traçar o percurso que atravessa o espaço da futura vila: partindo de Óbidos, em direcção a Gaeiras, passa-se o rio Avenal numa ponte junto à azenha, percorre-se a marginal do rio, a meia encosta; abandonando-o, passam-se os ribeiros do Fiel Amigo e da Boneca (possivelmente a vau). A paisagem altera-se, deixando de existir campos agrícolas e matas de pinheiros. Seguindo em direcção à borda do pântano fumegante e de cheiro a enxofre, sem vegetação e vivalma, continuando a meio da encosta, para Norte¹²⁷, separam-se dois percursos: um desce para a planície de Cornaga, seguindo então em direcção a Alfeizerão, cruzando uma ponte de

¹²² *Compromisso da Rainha*. Cap. XXIV (Transcrição e actualização ortográfica do original de 18 de Março de 1512). Caldas da Rainha: Ed. PH, 1992.

¹²³ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

¹²⁴ No século Quinze intensificam-se as peregrinações a santuários regionais, especialmente a Nazaré, vd. capítulo 2. da segunda parte.

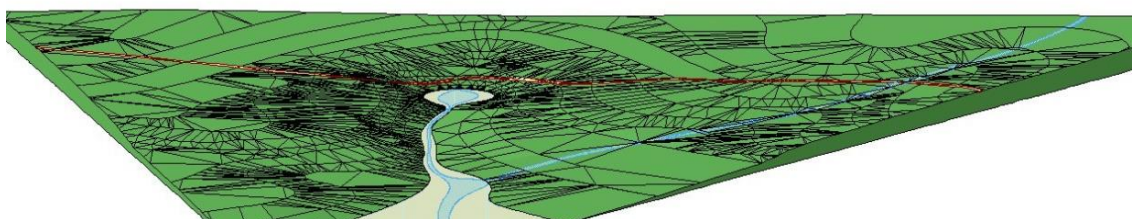
¹²⁵ Vd. o texto poético escrito cerca de 1515 por Henrique da Mota, juiz de orfãos nas Caldas, sobre as peregrinações a N. Sra. da Nazaré. Consideramos este texto um exemplo importante do ambiente social que rodeava os viajantes e as peregrinações regionais. Garcia de Resende – *Cancioneiro Geral* fls. 206v.-209. Transcrito em anexo (documento 31).

¹²⁶ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

¹²⁷ Desta parte do percurso hoje só existem pequenos caminhos rurais junto à Capela de S. Jacinto no Coto.

madeira muito precária¹²⁸; o outro segue para Nordeste, em direcção a Salir do Mato, Alvorninha, Barrantes, Turquel e Alcobaça.

Esta via, além de ser o acesso à vila, será essencial como barómetro do crescimento e das alterações urbanas¹²⁹, fundamental também para se compreender os locais de implantação de edifícios religiosos¹³⁰. Basicamente, como todos os caminhos de peregrinação¹³¹ deixa marcas na paisagem e permite a concentração de focos de desenvolvimento económico¹³². Embora pouco estudada, esta via servia a ligação económica entre Óbidos e Alcobaça.



133

¹²⁸ Claude de Bronseval – *Peregrinatio Hispânica*. 1531-33 [apud] por Joaquim Veríssimo Serrão – *Op. Cit.* p. 295.

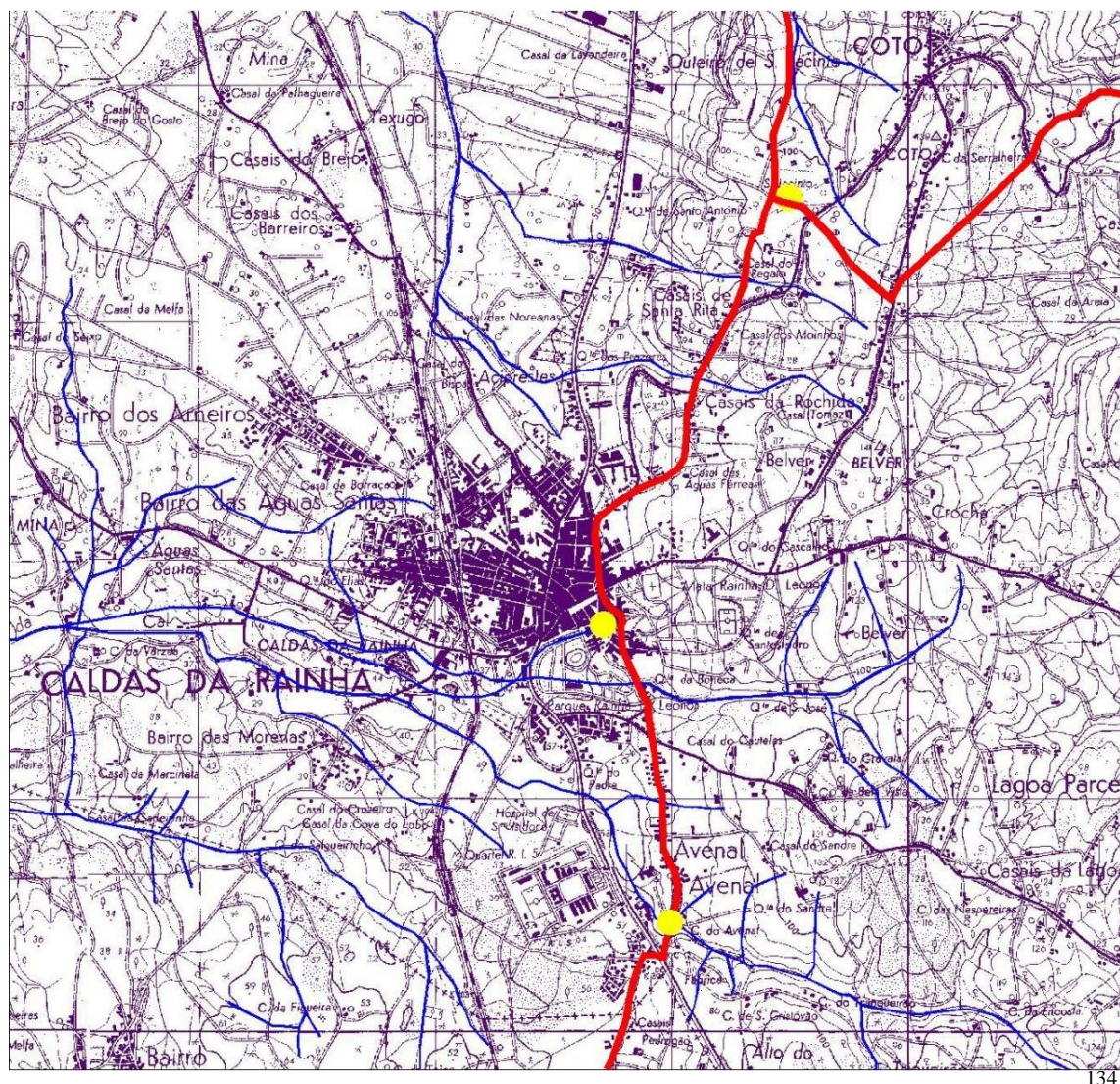
¹²⁹ Vd. capítulos 7.2. e 7.4. da segunda parte.

¹³⁰ Vd. capítulo 7.3. da segunda parte.

¹³¹ O estudo das povoações junto aos caminhos de peregrinação está bastante desenvolvido, em especial sobre as povoações minhotas. Vd. por ex. Amélia Aguiar de Andrade – *Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990. Contudo, o caminho a que nos referimos irá também manter a sua frequência de peregrinos por causa dos santuários da Estremadura, em especial o de N. Sra. da Nazaré, que à época da construção do Hospital ganha importância, pelas obras patrocinadas no santuário pela Rainha D. Leonor, pouco posterior são os santuários da Merciana (Alenquer), Remédios (Peniche) e Prazeres (Aljubarrota). Vd. Ivo Carneiro de Sousa – “Um Hospital do Pópulo: da misericórdia e da rainha para uma vila do renascimento” in *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005. p. 96. Sobre as peregrinações regionais vd. Moisés Espírito Santo — *Cinco Anos de Cultura a Oeste, Etno-história da religião popular numa região da Estremadura*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

¹³² Veja-se que esta via será a principal porta de entrada na vila das Caldas, como veremos mais tarde, na época balnear (em que o Hospital está aberto), circulariam grandes quantidades de tráfego em busca das Caldas, de vários estratos sociais e económicos e por várias vezes a Corte. Vd. Mário Tavares – “Mais perto de Lisboa e do resto do País: Caldas da Rainha e o sistema de comunicações e transportes no século XIX” in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, história e cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993. pp. 277-308.

¹³³ Modelo tridimensional da topografia da zona de implantação da vila, o traço azul é a Ribeira da Boneca e o traço castanho é a estrada Óbidos-Alcobaça.



¹³⁴ Caminho de Santiago (via principal Óbidos-Alcobaça): Linha vermelha marca a estrada, círculos amarelos indicam os pontos notáveis no percurso (de Sul para Norte) ponte do Avenal, fonte termal (futuro Hospital), Igreja de S. Jacinto (século Dezassete). Vd. modelo tridimensional da topografia da zona de implantação da vila, no capítulo 1.2.

4. Primeiras referências às Caldas de Óbidos: o núcleo medieval

“*E se gafo ou gafa quiser hir em Romaria ou aas Calldas daremlhe doze dias a Racam*”¹³⁵

Não será correcto afirmar que as Caldas teriam tido origem somente após a visita de D. Leonor ao local, resultando da sua lendária benevolência para com os pobres andrajosos que se banhavam nas poças.¹³⁶ Já no século Treze as Caldas de Óbidos são referidas em documentos, sendo o primeiro conhecido um testamento de 1222¹³⁷, seguido do trecho que transcrevemos na abertura do capítulo, retirado do regulamento da Gafaria de Santarém, datado de 1223.

Este documento, publicado por Fernando da Silva Correia, e estudado por vários autores, é posto em causa porque *caldas* significa termas e poderia corresponder a qualquer estância termal. Mas, por outro lado, fazendo um raio de doze dias (ida, permanência e volta) de viagem com centro em Santarém, verifica-se que, nesse espaço de tempo, só era possível chegar às termas junto a Óbidos¹³⁸ ou então a Lisboa.

Será importante desde já referir um aspecto fundamental: a existência de duas fontes termais, de características semelhantes à de Caldas junto a Gaeiras, paralelas à estrada que ligava a vila de Óbidos a Santarém, que serão alvo de análise antes da escolha definitiva do local de fundação do Hospital¹³⁹. Assim, se por um lado nos parece que por razões de acessibilidade estas fontes das Gaeiras teriam mais lógica num contexto de mobilidade Santarém-Óbidos, por outro é certo que nas Caldas, anterior ao Hospital, existia uma ermida de invocação de S. Silvestre¹⁴⁰ e outras edificações de apoio e acolhimento¹⁴¹. Preferimos não tirar nenhuma conclusão sobre se este ponto do regulamento da *Gafaria* se refere especificamente à nascente onde se fundou o Hospital; mesmo assim, o silêncio das fontes da época referentes a termas junto a Óbidos permite antever que, do ponto de vista da ocupação humana em permanência, teria expressão bastante reduzida.

¹³⁵ Manuel Sílvio Alves Conde – “Subsídios para o Estudo dos Gafos de Santarém (séculos XIII-XV)” in *Estudos Medievais*, n.º 8. Porto: 1987, p. 159 [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* nota 24. Também publicado por Fernando da Silva Correia – *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1995. p. 3.

¹³⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 86; Conde de Sabrosa – *Op. Cit.* p. 330; *Memórias Históricas...* p. 45; entre outros baseados nos dois primeiros e nas tradições.

¹³⁷ Vd. continuação do capítulo.

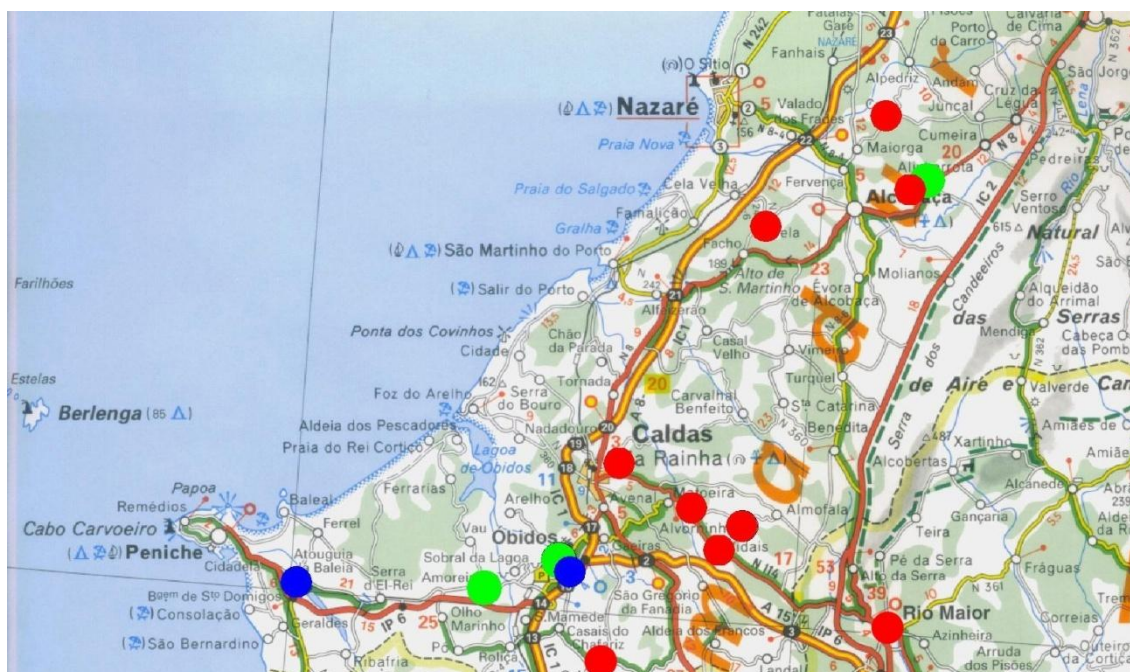
¹³⁸ Cf. *Saul Gomes* – *Op. Cit.* p. 21 e João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 42.

¹³⁹ Vd. capítulo 1. da segunda parte.

¹⁴⁰ Vd. citação de abertura do capítulo 1.3.

¹⁴¹ Vd. continuação deste capítulo e seguintes.

Contudo, o já referido testamento de D. Zouido deixa, segundo Saavedra Machado, perceber existência, no século Treze, de uma instalação balnear com uma organização cuidada. O referido autor não nos fornece pistas que possibilitem a localização deste documento, feito em nome de um nobre natural de Atouguia ao Mosteiro de Alcobaça¹⁴², datado por Ruy Pinto de Azevedo¹⁴³ de 1222. D. Zouido “*apavorado com a iminência do dia da morte*” faz uma importante doação às Caldas de Óbidos de um Morabito e outros dois à Confraria do Espírito Santo e a uma albergaria “*bodo*” junto às referidas termas. Considerando este documento: “*Carta de Doação que donmus Çondus fez ao Mosteiro de Alcobaça*”, torna-se evidente a existência de uma estrutura balnear organizada, com base numa confraria com sede numa primitiva Ermida do Espírito Santo.



144

São conhecidas várias Albergarias na região¹⁴⁵, relacionadas com a assistência hospitalar aos viajantes e peregrinos; por outro lado, as confrarias e o culto do Espírito

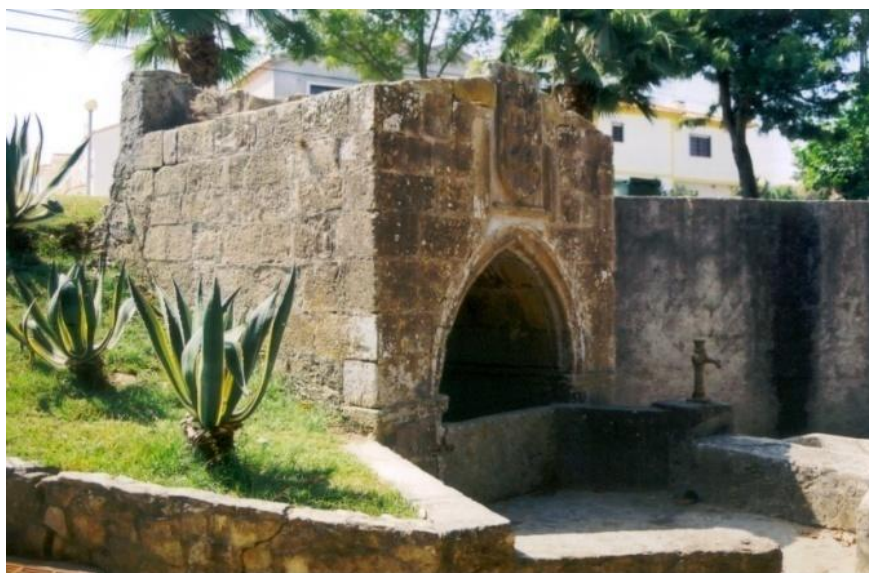
¹⁴² Curiosamente, esta atribuição integrada num testamento a Alcobaça, poderia indiciar que as Caldas estivessem integradas nos territórios controlados por Cister.

¹⁴³ Ruy Pinto de Azevedo – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História vol I, p. 51. [apud] João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 43. Não nos pudemos certificar da localização deste documento.

¹⁴⁴ Hospitais, Albergarias e Gafarias na região – Os círculos verdes são os Hospitais (de Norte Para Sul) Alcobaça, S. Vicente de Óbidos e Amoreira; os Círculos azuis são as Gafarias de Óbidos e Atouguia; os círculos vermelhos são as Albergarias (de Norte Para Sul): Cós, Espírito Santo de Alcobaça, Cela, Espírito Santo de Caldas, Mosteiros, Vidais, Alvorninha Rio Maior e Carvalhal. Fora da carta, Hospital de Nossa Senhora de Rocamador de Torres Vedras, Hospital de Alenquer (?), Gafaria de Santarém, Albergarias da Abrigada, Carcal, Runa e da Merciana.

Santo são tradicionalmente ligados à Rainha Santa Isabel¹⁴⁶, mostrando a importância desta rainha no termo de Óbidos.¹⁴⁷

No entanto, a Confraria do Espírito Santo, no local das Caldas, é anterior a D. Dinis e, subsequentemente, à fundação da Gafaria de Óbidos. Assim, a ter sido D. Isabel a fundar, em 1309, a Confraria do Espírito Santo de Óbidos, com sede na capela de S. Vicente à Porta da Vila,¹⁴⁸ ou existiriam no termo de Óbidos duas confrarias homónimas ou terá esta rainha transferido a sede da confraria do local das Caldas para as dependências laterais da Gafaria de Óbidos (talvez fruto de quebra de afluência das termas¹⁴⁹). Refira-se que se deve à mesma rainha, além da construção da Gafaria de Óbidos¹⁵⁰, a modernização da Gafaria de Atouguia¹⁵¹, em 1313, dotando esta última de uma fonte e tanque de banhos, único vestígio que subsiste no local.



152

¹⁴⁵ Localizadas no mapa seguinte, segundo Saavedra Machado – *Op. Cit.* Nota 8 p. 73. e *Memórias Históricas...* e verificação local do próprio autor. Agradecemos ao Dr. Ricardo Pereira que facultou o seu trabalho de inventariação ainda em curso do Arquivo da Misericórdia de Óbidos em especial do *Livro de Tombo da Misericórdia* onde se refere o espólio agregado das Albergarias, confrarias, Hospitais e Gafarias, espera-se para breve a sua publicação.

¹⁴⁶ Vd. por exemplo Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha – *Boletim n.º1 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCRA, Janeiro de 1971. p.3.

¹⁴⁷ *Memórias Históricas...* pp.20-23.

¹⁴⁸ *Memórias Históricas...* p.21.

¹⁴⁹ Vd. João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 45.

¹⁵⁰ O espólio da Gafaria e da Confraria está integrado no património da Misericórdia de Óbidos.

¹⁵¹ Esta gafaria teria como antecedentes o convento de S. Julião, que terá sido extinto por D. Sancho I. A fonte gótica da antiga gafaria tipologicamente pode-se enquadrar nas construções similares de Santarém, além de contemporânea desta, demonstra a relação cultural motivada pela ligação viária. Vd. Lurdes Perdigão – *Ficha do IPA 1014020015, Castelo da Vila de Atouguia da Baleia*. DGEMN, 1998.

¹⁵² Fonte gótica (balneário/tanque) da Gafaria de Atouguia.

Desconhece-se a relação entre estas Gafarias e as termas das Caldas embora, dada a referida ligação com a Gafaria de Santarém é provável que os leprosos da região acoressem às Caldas, o que teria contribuído para a quebra de afluência de outro tipo de aquistas.¹⁵³

Longe dos tempos do uso corrente das termas pelos romanos e fora do hábito árabe do banho, o termalismo durante a Idade Média era reduzido ao mínimo, por razões de alguma hostilidade da Igreja¹⁵⁴, associando o banho a costumes pagãos (e árabes), indiciadores de práticas de promiscuidade e luxúria, que a liturgia cristã tão fortemente condenava¹⁵⁵.

No século Treze, gradualmente, a relação entre a igreja e o termalismo foi-se tornando menos hostil, apenas por «*causa propiae salutis*», motivado por alguma retoma dos cuidados com o corpo e com o renascimento da medicina como ciência¹⁵⁶.

*“Contudo, a despeito do abandono humano e da degradação material dos estabelecimentos termais, foi permanecendo nas gentes a tradição dos benefícios das águas termais. Estes conhecimentos tornaram-se património cultural dos povos, das suas crenças e assim muitas dessas águas se começaram a designar por águas santas. Inclusivamente o clero mais esclarecido faz construir conventos nas proximidades das fontes termais.”*¹⁵⁷

A Confraria do Espírito Santo, a respectiva Albergaria, a Ermida de S. Silvestre e os balneários ou piscinas, constituiriam o núcleo de assistência termal medieval das Caldas, de que temos conhecimento¹⁵⁸. Embora as duas ermidas, bem como a Confraria ainda estivessem activas ao tempo de Jorge de S. Paulo, este diz-nos que já se tinha perdido o *Compromisso* da mesma, bem como os seus confrades não compreendiam o propósito da Confraria¹⁵⁹, nem as raízes do seu objectivo e dos seus costumes.

Nestas associações de carácter beneficente na Idade Média, “já que, apesar da uniformidade sugerida pela invocação do Espírito Santo, muitas das associações referenciadas não eram confrarias, mas antes albergarias, gafarias, por vezes pequenos hospícios e casas de abrigo de pobres e romeiros, junto das quais não existia o apoio de uma confraria organizada. Poderíamos até multiplicar o número destas

¹⁵³ Justificando assim o tipo de aquistas que a rainha terá encontrado como sendo leprosos e chagosos. Vd. segunda nota de rodapé deste capítulo.

¹⁵⁴ Posição defendida por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 47.

¹⁵⁵ Vd. Jorge Mangorrinha *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional, as estâncias termais da região oeste*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. Primeiro capítulo. Um bom resumo da história da assistência termal em Portugal.

¹⁵⁶ Vd. Luís Aires-Barros – *Op. Cit.* pp. 68-79, que resume esta problemática de forma muito explícita.

¹⁵⁷ *Idem.* p. 69.

¹⁵⁸ Vd. capítulo 6.

¹⁵⁹ O estudo da documentação existente no Arquivo da Misericórdia de Óbidos poderá vir resolver algumas destas questões.

compósitas instituições que exornavam o Espírito Santo, mas a questão fundamental que se acredita dever ser esclarecida reside justamente na reconstrução e compreensão das suas estruturas, das suas vocações e das suas funcionalidades epocais.”¹⁶⁰

Curiosamente, as primeiras confrarias do Espírito Santo, das quais nos chegaram ecos, são em territórios das rainhas ou sob o mecenato destas, e contemporâneas da de Caldas, tais como: a de Alenquer fundada em 1217, a de Santarém da qual se conserva o Compromisso primitivo datado de 1221, a Benavente em actividade conhecida desde 1234, a do Porto (1295), a de Leiria (1306), a de Sintra (1312) e, após essa época, um pouco por todo o país¹⁶¹.

Embora o propósito do trabalho de António Brásio seja o de salientar o importância das confrarias do Espírito Santo como precursoras das Misericórdias, estas duas instituições coexistiram geograficamente e foram mesmo fundadas ou reformadas por D. Leonor. De carácter mais rural e de dimensão mais reduzida do que as Misericórdias, as confrarias do Espírito Santo, pós D. Leonor, especializaram a sua acção nos itinerários de peregrinação e dos santuários da Estremadura¹⁶².

As duas Ermidas das Caldas possuíam um programa arquitectónico semelhante¹⁶³, um pequeno edifício com alpendre e terreiro, sendo que a maior, a do Espírito Santo, no terreiro das Vacas, foi substituída por uma nova igreja, ao tempo da Rainha D. Leonor, e renovada nos séculos Dezasais e Dezoito pelos Franciscanos¹⁶⁴. A pequena Ermida de S. Silvestre teria funções e propósitos diferentes da sede da Confraria. Assumia características inegavelmente devocionais¹⁶⁵, tradição que se manteve ao tempo de Jorge de S. Paulo: os homens curados deixavam as muletas e os andarilhos que usavam encostados nas paredes exteriores e *ex votos* no alpendre. Esta ermida,

¹⁶⁰ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor 1458-1525: Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: FCG, 2002. p. 352.

¹⁶¹ Os dados apresentados foram recolhidos em António Brásio – *As confrarias medievais do Espírito Santo, paradigma das Misericórdias*. Lisboa: separata das *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo*, Academia Portuguesa da História, 1982. pp. 72-81.

¹⁶² Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p. 353.

¹⁶³ Vd. Capítulo 2. da terceira parte deste estudo.

¹⁶⁴ A Ordem Terceira de S. Francisco renovou esta igreja integrando-a no Convento de S. Miguel das Gaeiras. Vd. Nicolau Borges – *O Hospital das Caldas da Rainha: arte e património*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998. (policopiado)

¹⁶⁵ S. Silvestre foi o primeiro papa não mártir da igreja, responsável pela conversão do Imperador Constantino ao cristianismo prometendo-lhe a cura da lepra se este deixasse as antigas práticas pagãs (banhar-se em sangue de crianças) e aceitasse o baptismo por cuja água seria curado. Vd. José Leite (coord.) – *Santos de Cada Dia*. Vol. 3, Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1985. Curiosamente Jorge de S. Paulo refere uma outra versão da Hagiologia de S. Silvestre segundo a qual teria sido o próprio santo a curar-se da lepra tomando banho na água benta. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 426.

arquitectonicamente semelhante a muitas outras do país¹⁶⁶, representava a devoção do povo e o carácter milagroso das águas termais. Possivelmente construída por um devoto mais abastado, mantém-se com poucas obras de alteração até à demolição, no final do século Dezasete¹⁶⁷. Ao contrário, a da sede da confraria, a Ermida do Espírito Santo, é verdadeiramente uma instituição assistencial, sustentada economicamente pela afluência de aquistas. Seria apensa a esta ermida que funcionaria a Albergaria, ou “*Bodo*” confundindo-se, pelo tipo de serviço prestado com o Hospital ou Hospício¹⁶⁸. Contudo, verificando a forma como nos é dado a conhecer no testamento de D. Zoudo, pela separação das doações, o “*Bodo*” e a Confraria gozariam entre si de alguma independência.



169

Sobre os balneários, sabemos que corresponderiam a duas piscinas separadas por sexos¹⁷⁰ e implantadas directamente sobre as nascentes, que brotam à superfície borbulhando sob o solo arenoso do pântano¹⁷¹. Sobre se estas piscinas seriam cobertas, é impossível determinar. Sabe-se que, ao tempo de D. Leonor, a ter existido cobertura esta já teria ruído há muito¹⁷². Duvidamos que não tenha existido a cobertura das

¹⁶⁶ A solução de Ermida com alpendre ou galilé é bastante comum na região, sendo a solução mais adoptada pelas capelas pessoais ou construídas por devoção popular, tais como S. Antão (Óbidos), S. André (Arelho), S. Iria (Óbidos), Santa Maria Madalena (A-dos-Negros), Capela dos Gorjões (Roliça), Igreja do Convento de S. Miguel de Gaeiras, Igreja do Mosteiro de Vale Benfeito, etc. sobre este assunto vide Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*

¹⁶⁷ Vd. capítulo 2. da terceira parte.

¹⁶⁸ O hospício mantém-se na toponímia local até ao século Dezanove. Cf. Rui Forsado – *As ruas das Caldas: achegas para a toponímia caldense*. Caldas da Rainha: Tip. Caldense, 1937.

¹⁶⁹ Fonte gótica de Aldeia Gavinha (Alenquer).

¹⁷⁰ Feminina do lado Norte a masculina do lado Sul, mais perto de S. Silvestre.

¹⁷¹ Na piscina das inalações (antiga piscina das mulheres) são visíveis as bolhas «olhos de água» a brotar à superfície.

¹⁷² Embora legalmente se reconheça que as ruínas seriam balneários: “*erant certa balnea distructa et fere totaliter dissipata*” Bula do Papa Alexandre VI 3 de Setembro de 1496 BPADL – Doc. 3. Tradução e

piscinas. Assim, por um lado, a presença de alguns membros da alta sociedade nas termas¹⁷³ obrigaria a que estas possuísem alguma dignidade formal; por outro, não eram estranhos na região os tanques medievais cobertos, como os que subsistem em Santarém, Aldeia Gavinha ou na Atouguia¹⁷⁴. Este último apresentava algumas similitudes funcionais (banho de leprosos) e até alguma contemporaneidade¹⁷⁵ com o das Caldas. Com as obras iniciadas em 1485, foram construídas novas piscinas, substituindo as medievais, mas mantendo a separação de sexos¹⁷⁶.

Relativamente à gestão e ao controlo da Albergaria e da Confraria, existem duas posições antagónicas defendidas pelos investigadores. A mais frequente é a posição de que as termas estariam a cargo da Ordem beneditina de Santa Maria de Rocamador, defendida primeiro por João Saavedra Machado¹⁷⁷ e, posteriormente, por Jorge Mangorrinha¹⁷⁸. Esta versão, aliás, foi a adoptada nos painéis informativos do *Museu do Hospital e das Caldas*. Contudo, concordamos com a posição de Saul Gomes sobre este assunto, mais coerente do que a primeira.

*“Da utilização mais ou menos frequente desse sítio de banhos, nasceria um conjunto de equipamentos balneários porventura extremamente precários, embora utilizados pelos contingentes populares de enfermos que acorriam a banhar-se nas águas termais. Este equipamento pressupõe uma necessária entidade organizadora e síndica da sua funcionalidade. O silêncio que a documentação nos reserva sobre este assunto, contudo, poderá indicar tratar-se duma entidade organizadora popular e algo marginal ao corpo social das elites tradicionais dos poderes obidenses.”*¹⁷⁹

A Ordem de Santa Maria de Rocamador tinha como propósito principal o auxílio aos peregrinos, tendo como sede o santuário homónimo no *Caminho* de Santiago. Em Portugal, esta Ordem estava fundamentalmente ligada à enfermagem¹⁸⁰, servindo nos Hospitais do Porto, Guimarães, Braga, Chaves, Lamego, Coimbra, Santarém, Leiria e

transcrição: Saul Gomes – *A documentação do arquivo distrital de leiria*. p. 23. Verificamos que as súplicas ao Papa e consequentes bulas produzidas para as Caldas nesta época tiveram sempre esta expressão. Vd. documentos em anexo.

¹⁷³ Vd. continuação do capítulo.

¹⁷⁴ Vd. fotografia neste capítulo.

¹⁷⁵ Vd. Lurdes Perdigão – *Op. Cit.* Conjectura-se que terá sido mandada erigir em 1313.

¹⁷⁶ Curiosamente a posição das piscinas (feminina a Norte, masculina a Sul) manteve-se inalterada até hoje. Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

¹⁷⁷ Vd. João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 46.

¹⁷⁸ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 246.

¹⁷⁹ Saul Gomes – *Op. Cit.* pp. 21 e 22.

¹⁸⁰ Fernando da Silva Correia – *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: 1946. Como tal estudo sai do âmbito deste trabalho optou-se pelos dados recolhidos em João Saavedra Machado – *Op. Cit.* pp. 45-46. Vd. também António Domingues Sousa Costa – *Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV. separata das Actas Sobre A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: IPPC 1973.

no Hospital de Santa Maria de Rocamador, de Lisboa e no de Nossa Senhora de Rocamador, de Torres Vedras, ambos fundados pela Rainha Santa Isabel¹⁸¹. A Ordem foi extinta por D. Afonso V, com autorização do Papa Pio II, criando um vazio organizacional na assistência médica e viária. Segundo alguns investigadores, esta medida terá dado o mote para as acções mecenáticas da rainha D. Leonor, no campo da assistência hospitalar, nas quais se insere o Hospital das Caldas, em 1485, e as Misericórdias, em 1498.

Consideramos que a atribuição da gestão da Confraria do Espírito Santo das Caldas à Ordem de Santa Maria de Rocamador foi induzida não só pela presença dos mesmos padres em Torres Vedras (e pela ausência de documentação relativa à Gafaria e ao Hospital de S. Vicente de Óbidos), mas também pelo facto de D. Afonso V, pouco depois de extinguir a Ordem, ter dado *Carta de Privilégio* para se habitar as Caldas, como veremos no próximo capítulo. Seguindo esta linha de raciocínio, o rei deveria ter procedido da mesma maneira em todas as anteriores possessões da Ordem. Mas estes padres não são referidos em nenhum documento da fundação do Hospital¹⁸², nem por Jorge de S. Paulo; por outro lado, como veremos mais tarde, encontramos no decorrer deste estudo dois administradores das Caldas, anteriores à extinção da referida Ordem, um era escudeiro do rei D. Afonso V e outro um franciscano¹⁸³.

Como em qualquer *local milagroso*, a afluência aos banhos nas Caldas era comum a vários estratos sociais, em busca de cura de várias doenças. É conhecida a visita às Caldas de Álvaro Pais, Bispo de Silves e reputado homem de letras; este justifica a D. Afonso IV a falta a uma convocação régia para Montemor por estar a banhos em Caldas, curando-se de um mal de pele¹⁸⁴. Refira-se que o clérigo estava em convalescença no Mosteiro de Alcobaça¹⁸⁵.

“Domine mi rex, in sempiternum vive. Salu tibi et paz et victoria de celo detur per Ihesum Christum Dominum nostrum.

Scripsisti nunc michi Alcobatie quod scripseras michi quod irem ad Sanctarem ad parlamentum tuum; has non recepi litteras, sed posteriores ut irem ad Montem Maiorem.

¹⁸¹ João Saavedra Machado – *Op. Cit.* pp. 45-46.

¹⁸² Sobre os Hospitais e a medicina neste período vd. António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* E Joaquim Veríssimo Serrão – *Op. Cit.* Vol. III pp. 353-357.

¹⁸³ Vd. continuação deste capítulo e o próximo.

¹⁸⁴ António Domingues Sousa Costa – *Estudos sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966 p.94 e 146. Vd. próxima citação.

¹⁸⁵ Segundo António Domingues Sousa Costa a referida carta é escrita no mosteiro. Vd. António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* p. 81.

Serenissime princeps, noscas veraciter me languore diutino egrotare plus quam lustrum mensium iam transactum est ; infirmitate inquam rigoris et passionis, frigoris et caloris, et impetigine et scabedine et prurigine scabiei no possum iussioni tue parere absque periculo corporali. De hiis tibi testimonium perhibebit reverendus archimandrita Alcobatie, in cuius cenobio valetudinarius commoratus sum por consolatione hominis utriusque, plus quam sex septimane sunt ; abinde Caldas de Obidis pergo pro corporaris sospitate. Guerram novercam pacis, Euvangelii emulam, caritatis hostem, genimen sathane, scisma patrie et exterminium prothoplausti, cathaclismi germinatricem, eradicatricem corporum et animarum, et rerum temporalium vastatricem, sanguisugam unitatis, consilii inexpertem, naturalis iuris prodigam, rationis ignaram, sensualitatis pedissequam, alumpnam Ysmael, Pharaonis materteram, Romanorum germanam, depopulatricem terre viventium, ydolatrarum sectam, cordis inquietudinem, alienationem mentis, zenodoxie prolem, persecutricem Christi et eius fidei orthodoxe, totó animi nisu dissuadeo et ex parte nostri Chisti pacifici tibi regi catholico interdico.

Guerra tua ortum nom habuit a iustitia. Elatio fuit in causa, sensus proprius, motus cordis indignus, cupido inanis glorie, titillatio videntium tibi oleum et caput impinguantium. Utinam bono exitu peragantur que non iusto sunt principio inchoata, quod vix fit. Si pacem queris, presertim quia potentiori par non es, humilia te ut humiliare curetur presumptio. Tracta pacem, quia puto eam invenies, si eam fide poposceris, quantum in te est. Sin autem, iustificabis guerram tuam, cuius finis pacem desiderat, quia vera guerra agitur ut pax fiat.

Sponsalia noviter contracta de infante nostro, tuo promogenio, propter duplicis honestatis iustitie impedimentum, quid dicant tui legiste, assessores tui, nulla sunt ipso iure. Fundata fui guerra tua super fundamentum arene; timeo ne irruentibus fluminibus fundamentum corruat ruinosum et inde gloriam non reportes unde gloriari credebas.

Proceres insignes nepotis Tui defecerunt sibi, quia «baculus arunddineus rex Egypti super quem, si aliquis innisus fuerit, perforabit manum eius».

Nom facias guerram cum bonis ecclesies pt pauperum quia non prosperabitur, quia gemitus pauperum sagittam in iacentem retorquent. Et cura quos consulueris graves expertosque viros et cum verbis prelibatis concordabunt.

*Parce michi procaci et loquaci, serenissime rex, quia caritas tua me urget et regnorum tuorum, et zelus me comedit domus Dei, ut sic magnitudini tue alloquar, sicut affatus sum. Vale. ”*¹⁸⁶

Analisando um pouco a vida deste clérigo, sabemos que nascera entre 1275 e 80 em Salnés (Galiza) de nome verdadeiro Álvaro Pais Chariño¹⁸⁷. Pertenceu ao clero secular local antes de ingressar na Ordem Franciscana, em 1304; estivera em Roma em acessas disputas teológicas com o Antipapa Pedro de Corbara entre 1327 e 28; e fora penitenciário eclesiástico em Avignon sob o pontificado de João XXII, entre 1330 e 1332¹⁸⁸. Voltou a Portugal em 1334 sendo nomeado Bispo de Silves. Será afastado do

¹⁸⁶ Bilb. Royale de Belgique – cod. 9596/7, fl. 114a (116a) ; Bibl. Publ. De St. Omer – cod. Lat. 123, fl. 151vb-152b; Bibl. Göttingen – cod. Luneburg 32, fl. 294v-295. [apud] António Domingues Sousa Costa – *Estudos sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966. pp. 146, 147.

¹⁸⁷ António Domingues de Sousa Costa – *Op. Cit.* p.81. Era filho ilegítimo de um nobre, será nas cartas de dispensa de impedimento que o autor se baseia para traçar os primeiros anos no bispo.

¹⁸⁸ Vd. António Domingues de Sousa Costa – *Op. Cit.* pp.72-79.

cargo e exilado em Sevilha por divergências políticas com o rei e terá morrido em 1349¹⁸⁹.

João Saavedra Machado é induzido em erro pela falta de datação da carta¹⁹⁰, referindo que Álvaro Pais se teria deslocado às Caldas, em 1334, e teria faltado por essa razão às Cortes de Santarém. Ora, ao lermos a carta, percebemos que o bispo falta à chamada a Santarém¹⁹¹ por não ter recebido a convocatória; mas, é por não ir a Montemor que pede desculpa por estar em tratamento nas Caldas.

Por outro lado, as Cortes de D. Afonso IV realizaram-se em Santarém em 1331, data em que Álvaro Pais estava em Avignon e, em 1340, em que era Bispo de Silves. Contudo, a carta tem como assunto a guerra entre Afonso IV de Portugal e o seu sobrinho e genro, Afonso XI de Castela, que decorreu entre 1336 e 1339¹⁹².

O bispo de Silves é um dos maiores críticos deste conflito:

*“a partir de 1336 terá grandes discórdias com o monarca português, por se opor à guerra que Afonso IV travava com Afonso XI de Castela”*¹⁹³.

Os sponsais do príncipe D. Pedro e de D. Constança são realizados em Évora nos primeiros meses de 1336¹⁹⁴, sendo este um dos temas referidos por Álvaro Pais na missiva, salientando a nulidade religiosa do acto, devido à consanguinidade dos noivos. O que terá acirrado o conflito que o bispo teve com a corte.

Mas é no ano seguinte que o clero do Algarve se queixa ao rei da ausência do seu bispo na diocese¹⁹⁵, mantendo contactos com os pares mais próximos do rei para a destituição de Álvaro Pais. Nessa altura o bispo terá passado por Alcobaça. Na realidade, o atrito com a corte irá fazer com que o bispo passe os anos de 37 a 41 em constante movimento¹⁹⁶, visível na desculpa da não comparência na corte. Assim, conhecemos a presença de Álvaro Pais em Alcobaça, Braga, Porto, Compostela, Évora e

¹⁸⁹ Continuaremos a referir-nos ao estudo de António Domingues de Sousa Costa.

¹⁹⁰ João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 46.

¹⁹¹ O *grande chamamento* em que as autoridades eclesiásticas tiveram que fazer prova dos seus direitos e privilégios.

¹⁹² A guerra é provocada pelo casamento do infante D. Pedro e pelo repúdio do rei de Castela pela sua legítima esposa (filha de D. Afonso IV).

¹⁹³ Bernardo de Vasconcelos e Sousa – *D. Afonso IV*. Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 133.

¹⁹⁴ António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* p. 62.

¹⁹⁵ *Idem.*

¹⁹⁶ O que poderá indiciar uma certa fuga, no entender de António Domingues de Sousa e de outros autores por este citados.

o exílio em Sevilha de 41 à sua morte em 49, sem antes ter tentado a reconciliação com o rei, ao qual dedica o *Speculum Regum*.

Álvaro Pais ira escrever, no fim de 1336, ao Papa Bento XII para que interceda junto das partes para terminarem o conflito¹⁹⁷, pede auxílio ao arcebispo de Braga e de Compostela e acompanha o núncio apostólico¹⁹⁸ nessas diligências, na deslocação a Portugal em finais de Dezembro de 1337¹⁹⁹. A três de Junho do mesmo ano (13 dias antes do Papa ter escrito ao rei), Álvaro Pais volta a pedir ao monarca que desista da guerra²⁰⁰ dando-lhe várias razões do foro teológico para que o faça (continuando a não reconhecer motivo para o conflito). Essas razões, no entender de António Domingues de Sousa, serviram de base para o *Speculum Regum* que Álvaro Pais começa a escrever em 1341²⁰¹.

Na carta supracitada, vemos o Bispo a pedir ao rei que não comece o conflito, logo será anterior à carta de Junho de 1337. Como era comum a presença da corte em Montemor²⁰², o bispo terá sido convocado para uma reunião com muitos interlocutores, provavelmente para discutir assuntos relacionados com a defesa do Algarve (os castelhanos irão tentar várias incursões militares no Algarve e Alentejo). Por outro lado, pede-lhe que aceite os conselhos do Papa Bento XII e que não entre em conflito com ele por este também considerar que não existem razões válidas para a vingança, e daí considerar o Papa como aliado de Afonso XI²⁰³. Assim, poderemos apontar o início do ano de 1337 (entre a carta ao Papa e Junho) como o da presença por seis semanas de Álvaro Pais nos banhos das Caldas de Óbidos.

Duvidamos que o autor de vasta obra filosófica²⁰⁴ tivesse ficado acolhido no “Bodo” da Confraria do Espírito Santo (embora Saavedra Machado o escreva²⁰⁵), com

¹⁹⁷ O Papa escreve aos reis a 16 de Junho de 1337. vd. António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* p. 95.

¹⁹⁸ D. Bernardo, bispo de Rodes.

¹⁹⁹ António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* p. 98.

²⁰⁰ Transcrita por António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* p. 149-152.

²⁰¹ É curioso o facto das três cópias das cartas se encontrarem anexas a cópias manuscritas do *Speculum Regum*. Cfr. António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* p. 93.

²⁰² Bernardo de Vasconcelos e Sousa – *Op. Cit.*

²⁰³ E eventualmente aliar-se ao antipapa e ao Imperador Luís IV da Baviera. Em parte este é um dos motivos que levam o papa a escrever mais vezes a ambos os reis ibéricos, pois a crise política entre os dois reinos cristãos poderia por em causa o frágil estado da Igreja Católica que nesta fase se encontra dividida entre os partidários do papa de Roma e do de Avignon. António Domingues de Sousa – *Op. Cit.* Transcreve várias cartas do papa aos reis ibéricos, bem como as felicitações pelo fim do conflito e do bom fim da missão do núncio apostólico.

²⁰⁴ Autor do: *Colyrium Fidei*; *De Planctu Ecclesiae*; escrito entre 1330 e 32 e o *Speculum Regum* entre 1341 e 44, além de outras obras de grande divulgação na Europa publicadas inclusivamente em Roma, Veneza, Ulm e Paris. vd. António Domingues de Sousa – *Op. Cit.*

²⁰⁵ João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 46.

as pouco «dignas» condições da albergaria; pelo contrário, a conhecida opulência do Mosteiro de Alcobaça²⁰⁶ teria sido pousada melhor e a distância entre Caldas e Alcobaça permitia o movimento pendular sem grandes transtornos.

O período que medeia entre a visita de Álvaro Pais e a da rainha D. Leonor é marcado pela decadência da mobilidade humana, a instabilidade social motivada pelas *pestes* que assolaram o país²⁰⁷ e por alguns conflitos²⁰⁸. Esta situação fez com que as instituições de apoio aos viandantes entrassem em declínio, salvando-se aquelas que prestavam apoio hospitalar nos meios urbanos²⁰⁹. O caso do das Caldas, longe de qualquer grande povoação, ainda que tenha sido vítima da falta de afluência de aquistas, beneficia de algum interesse régio²¹⁰, contrariando a afirmação corrente da total inexistência de estruturas a uso no local.

*“Constava o sítio de huma só casa em pé; porque das mais appareção somente as ruínas; e na circunferência tudo erão mattos incultos, com alguns campos lavrados”*²¹¹

Esta informação, mais ou menos copiada por outros autores posteriores, tais como o Conde de Sabugosa²¹² ou Luís Vermell y Busquets²¹³, contraria as informações de Jorge de S. Paulo e a manutenção da já referida ermida de S. Silvestre. Nenhum dos autores refere a existência da ermida do Espírito Santo. Partimos do pressuposto de que a mesma estaria em ruínas ou, então, como consideramos, totalmente descaracterizada. Parece-nos pouco lógico que “*a casa em pé*” se refira a um templo, além de termos conhecimento da existência de outras edificações em uso no local²¹⁴. Assim, esta informação deve ser entendida como uma propaganda implícita para reforçar a imagem benemérita e piedosa da rainha, na fundação a partir do zero de qualquer equipamento de assistência, sendo que a mesma, para os efeitos legais, afirme sempre a existência de estruturas de apoio anteriores, mas destruídas.

²⁰⁶ Vd. por exemplo André Dondi Pinton – “*O mosteiro e a vila de Alcobaça*” in *Linha do Oeste: Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*. Lisboa: Assírio e Alvim, col. Rosa-dos-ventos n.º 2, 1998. pp. 187-206.

²⁰⁷ Vd. Joaquim Veríssimo Serrão – *Op. Cit.* Vol. II. pp. 234-242 e 328-332.

²⁰⁸ Tais como os de sucessão e a Batalha de Aljubarrota.

²⁰⁹ Cfr. Fernando da Silva Correia – *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: 1946. Veja-se o que foi dito atrás sobre a Confraria do Espírito Santo em Óbidos.

²¹⁰ Visível em documentação recentemente descoberta. Vd. próximos capítulos.

²¹¹ Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. p. 11 citando a *Chronica Seráfica* Parte III p. 79.

²¹² Conde de Sabugosa – *Op. Cit.* p. 269.

²¹³ D. Luís Vermell y Busquets – *Origem do Real Hospital e da Villa das Caldas da Rainha, com mais alguma noticia interessante assim histórica como arqueológica, e também acerca da virtude das aguas minerais da dita villa*. Lisboa: Typografia Universal, 1878. p. 18.

²¹⁴ Vd. Capítulo 6.

Refira-se que a presença da corte da rainha em Óbidos possibilitava que os príncipes frequentassem as possessões das rainhas, tais como Alenquer, Sintra ou Óbidos, integrando estas terras no seu processo de educação²¹⁵. O local das Caldas a 5km de Óbidos, terá certamente feito parte dos itinerários de passeio dos jovens.

Do período em que a infanta D. Isabel – filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre – foi donatária da vila de Óbidos, na qual viveu parte da sua juventude com a corte da rainha sua mãe, chegou-nos o registo de cartas e provisões que se podem encontrar trasladadas no “*Primeiro livro de tombo do concelho de Óbidos*”²¹⁶. Este livro de registos data do período em que a rainha D. Filipa de Lencastre, a infanta Isabel e D. Leonor de Aragão foram donatárias da vila possuindo um elenco de legislação específica produzida entre 1410 e 1434²¹⁷. Embora já exista um trabalho sobre este documento²¹⁸, registre-se que se encontra em elaboração a leitura integral deste.

A vila de Óbidos foi doada à infanta D. Isabel após a morte de sua mãe em 1415; D. Isabel foi a única donatária de Óbidos que não ascendeu a rainha, tendo casado com Filipe da Borgonha, em Janeiro de 1430, o que a fez perder os direitos sobre Óbidos e sobre as outras possessões, a favor da futura rainha D. Leonor de Aragão que se tinha casado em Setembro de 1428.

*“Dom Joham pella graça de deus Rej de portugall e do algarve Nos com acordo E consintimento de meu filho ho jnfante Eduarte primojenito Erdeyro fazemos pura E liure doaçom A infante dona Jsabell minha filha. De todalas teras assy fortalezas E Jurdições E mero misto Inperio que a Rainha dona filipa minha molher A que deus perdoe de nos auia per doações que lhe nos delas auiam feytas a quall doacom lhe fazemos tam soomente ataa que ella seia casada E nom casando ella posto que entre em ordem E se faça freyra prefesa ou fazendo de ssy tall cousa per que desonre ssy E seu linhagem o que deus non queyra ou morendo antj que casas pella gyssa que dicto he que des entom quebre a dictaa doaçom (...)”*²¹⁹

Não existem registos relativos directamente às Caldas, embora seja possível relacionar um documento²²⁰, referente à gestão das Gafarias e Albergarias integrados

²¹⁵ Cfr. Saul Gomes – *D. Afonso V.* Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2006. p. 53.

²¹⁶ AHMO – *Primeiro Livro de Tombo do Concelho (1410-1434)*.

²¹⁷ Embora se façam referências a documentos anteriores (de 1300) quando estes são necessários para justificar posições ou o novo documento confirma o antigo.

²¹⁸ Manuela Santos Silva – “Óbidos, terra que foi da rainha D. Filipa, o senhorio de Óbidos de 1415 a 1428” in *A região de Óbidos na época medieval*. Caldas da Rainha: Col. Estudos e Documentos. Ed. PH, 1994, pp. 85-111.

²¹⁹ AHMO – *Primeiro Livro de Tombo do Concelho (1410-1434)*. 20/7/1415, Fl 12-13 [apud] Manuela Santos Silva – *Op. Cit.*, pp.109-110. Documento datado de 1415.

²²⁰ Fólios 16-16v. Numa primeira leitura e devido ao mau estado do documento, para futuras análises sobre este assunto deve-se aguardar pela leitura e publicação em curso.

num extenso registo de disposições legais sobre a actividade judicial e administrativa de Óbidos; infelizmente, o mau estado de ambos os fólios não permite a leitura integral.

Nos fólios 14-16, são registados uma série de preceitos e advertências aos oficiais do poder local: no fólio 16 são definidas as normas para a recepção de leprosos nas Gafarias²²¹, nomeadamente dar-lhes banho e roupa. O estado da base do fólio e o tipo de tinta utilizado não permitem a leitura da continuação do documento e da sua data de produção, embora por ser posterior à doação a D. Isabel, terá sido dirigida pela infanta; porém, Manuela Santos Silva no trabalho supracitado refere que este último documento se dirige ao administrador da gafaria e das caldas Frei Agostinho:

*“Tratava-se de Frei Agostinho da 3.ª Ordem de S. Francisco encarregado, de entre outras coisas, de administrar e correger as caldas de Óbidos, com a ajuda material do concelho”*²²²

²²¹ Salienta que não pode ser negada guarida e tratamento aos leprosos, contrariando os reparos dos magistrados locais.

²²² Manuela Santos Silva – *Op. Cit.*, nota 66, p. 110.

5. As Caldas durante o reinado de D. Afonso V

“D. Affonso V [rasgado] daa de perdaan a Affonso Gentyl e Joan Gentyl morador em Grijo da Paraada termo de Brangança, acusados de ferrir Diogo Affonso aí morador por terem pagado cada uu 500reais brancuos par obras de reparamento das Caldas de Obidos feyto em S. Roaao da Beyra

[assinatura ilegível] a fiz em xvi de Outubro Era do nascimento de nosso Senhor Jehsu Christo de mjll iiijc Lx iiij.”²²³

“D. Affonso V faz perdaan da justiça reegia de uu ano de degreedo par o couto do Marvaam a Affonso Alvarez, morador em Castelo Branco acusado de fazer avencas e peitas com alguns homes que era contra a ordenaça reegia deu 800reais brancuos par as Caldas acerca da villa de Obidos

[assinatura ilegível] a fez vi dias do mes d Dezembro Era do nacimiento de nosso Senhor Jehsu Christo de mjll xxxx Lx iiij em Estremos.”²²⁴

Os documentos citados, até hoje inéditos, demonstram que quarenta anos antes da rainha D. Leonor ter iniciado a edificação do Hospital, já o seu sogro outorga dotação financeira para obras de reabilitação no núcleo termal medieval.

Estes dois financiamentos oriundos, de dois pontos geograficamente distantes e de valores avultados (1800reais), provam o envolvimento superior no bom andamento das obras de recuperação de um espaço que se quer digno²²⁵; talvez indiciem uma consciência das questões de salubridade interligadas com a higiene do espaço, que começava a surgir, neste período e que terá um expoente máximo com D. Leonor. É interessante relacionar esta forma de canalização de verbas, por remissão de delito, com o que irá surgir posteriormente como *Arcas da Piedade*, precursor financeiro das Misericórdias²²⁶, servindo para financiar obras *pias*²²⁷ e, mais tarde, o resgate de cativos.

Estes documentos demonstram que as termas mantiveram a sua actividade e foram-se modernizando num período anterior à viragem do século Quinze para o Dezassexto. Assim, mais uma vez, a questão da inexistência de estruturas que a rainha D. Leonor terá encontrado nas Caldas, é de novo posta em causa. Por certo, as obras a que se referem os dois documentos seriam para dotar de condições de utilização das termas que

²²³ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 8 fl. 175v, 16/10/1464.

²²⁴ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 8 fl. 27v, 6/12/1464.

²²⁵ Talvez frequentado pelo rei. Vd. continuação do capítulo.

²²⁶ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 240.

²²⁷ Optamos por esta expressão porque o conceito de assistência social, tal como hoje o conhecemos, não abarca todas as actividades que nesta fase se desenvolvem, com base em atitudes altruístas.

se encontravam em mau estado. D. Leonor, contudo, deverá ter optado por descontinuar as obras de reparação, iniciando de raiz umas novas e modernas instalações.

Compreende-se assim, o uso na documentação contemporânea de expressões “*Edificar de novo*” e “*fundou de novo*”, patentes tanto nos documentos legais emitidos pelos oficiais de D. Leonor como nos cronistas de época (Damião de Góis)²²⁸. A tradição que lhe atribui a fundação a partir do zero do Hospital e, consequentemente, do povoamento do local é posterior. Reconhecendo-se como base documental os primeiros capítulos do texto de Jorge de S. Paulo.

Ao longo do seu reinado, D. Afonso V passa largas temporadas em Óbidos e Atouguia, em especial em períodos de doença. Saul Gomes, no estudo dos itinerários do rei, relaciona as frequentes estadas em Óbidos e no paço da Serra D’el Rei com os períodos cada vez mais frequentes de enfermidade; no entender do autor, a estes períodos de recobro e convalescença não seriam estranhas visitas às termas das Caldas:

*“Atouguia [da Baleia], sobranceira às praias da actual povoação de Peniche, povoação a que o rei se recolherá, mais tarde, em situação de doença, o que não deixa de nos recordar ser essa a localidade, com Óbidos e Bombarral, pólos próximos de conhecidas fontes termais e dos bons ares costeiros sempre recomendáveis em recobro de maleitas.”*²²⁹

Saul Gomes, na sua monografia sobre o rei D. Afonso V, escreve que o monarca terá passado a sua juventude entre Óbidos, Alenquer, Atouguia e no paço da Serra D’el Rei²³⁰. A sua ligação à região, além de o seu casamento ter sido celebrado na igreja de S. Maria de Óbidos²³¹, é notória pela estreita relação com família Ataíde²³².

Olhado os mapas do seu itinerário, são várias as deslocações entre a Batalha, Alcobaça e Óbidos e entre esta vila e Santarém; mais uma vez, a importância da estrada Óbidos-Alcobaça-Batalha²³³ será determinante para o sucesso das termas das Caldas.

Analisando ao pormenor os itinerários de D. Afonso V, verifica-se a presença²³⁴ do monarca em Óbidos ou na Atouguia em: Agosto e Setembro de 1449, Agosto de 1450,

²²⁸ Sobre este assunto veja-se o capítulo 5. da segunda parte.

²²⁹ Saul Gomes – *Op. Cit.* p. 248.

²³⁰ Vd. *idem* p. 247.

²³¹ Celebrado a 25 de Maio de 1442.

²³² Os Condes de Atouguia participam activamente na corte do monarca, sendo várias vezes destacados para embaixadas ao estrangeiro. O primeiro conde de Atouguia é Álvaro Gonçalves de Ataíde (1448) e o segundo D. Martinho de Ataíde (1452); outros dois membros da família que estão na corte com o rei são Gonçalo de Ataíde e D. Frei Vasco de Ataíde (prior do Crato). Saul Gomes – *Op. Cit.*

²³³ Vd. capítulo 3.

²³⁴ Pela data e local de produção de documentos, como rei, daí que não se registem visitas anteriores na sua menoridade.

Outubro de 1452, no mesmo mês nos anos de 1454, 55, 57, 61 e 62, em Junho de 1468, em Fevereiro de 1471, quase todo o mês de Junho e Julho de 1472, em Outubro de 1473, em Agosto de 1476, em Outubro de 1479 e em Agosto de 1481.²³⁵ Nota-se um padrão de permanências maioritariamente em Agosto ou Outubro; tratar-se-ia, talvez, de alguma espécie de tratamento organizado em curso. Aliás, frequentemente o rei chega a Óbidos nesses meses vindo de locais distantes (Évora, Beja, Porto) e, nas outras visitas, vem de passagem (Batalha, Santarém, Lisboa, Sintra, etc.); por outro lado, a grande permanência em 1472 coincide com o agravamento do seu estado de saúde.

Cruzando as datas de produção dos dois documentos citados na abertura deste capítulo, com o levantamento cronológico dos itinerários, poderemos conjecturar que, após uma série de visitas, o rei terá decidido criar condições financeiras para as obras de *reparamento*. Os trabalhos deverão ter-se realizado na década de 60, com o intuito de redignificar um espaço que o monarca conheceria bem e que irá voltar a utilizar, mais algumas vezes, até aos últimos dias de vida²³⁶.

É de salientar que D. Afonso V privilegie vários homens de Óbidos, política comum durante o seu reinado.²³⁷ Dos vinte e seis privilégios a indivíduos, haverá que destacam-se duas autorizações para o exercício de mester, que podem eventualmente ter tido ligação com as Caldas. Refira-se contudo que, o a concentração populacional em redor dos banhos irá passar por um longo processo de atribuição de privilégios régios, que veremos no próximo capítulo.

Referimo-nos a dois moradores de Óbidos: Fernão Martins e Jacob Batisolha. O primeiro teve autorização régia, em 31 de Outubro de 1444²³⁸, para fazer estalagem no termo de Óbidos; o segundo, um judeu morador na judiaria de Óbidos (futura Rua Nova) obteve, em 21 de Dezembro de 1464²³⁹, licença para o exercício de física fora da judiaria mas confinando-se ao termo da vila.

Embora não se tenha encontrado nenhuma outra prova da constituição e da localização de uma estalagem privada em Óbidos, certamente que Fernão Martins deverá ter utilizado o referido privilégio régio. Mais importante que a localização, é o indício de que, num termo em que existem várias albergarias, a abertura de uma

²³⁵ Saul Gomes – *Op. Cit.*, pp. 298 a 307.

²³⁶ Faleceu em Sintra em 28 de Agosto de 1481 a sua última estadia em Óbidos tinha sido vinte e dois dias antes.

²³⁷ Das várias entradas que podemos ver no catálogo informático da Chancelaria, encontramos cerca de quarenta e oito entradas relacionadas com Óbidos.

²³⁸ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 25 fl. 20, 31/10/1444.

²³⁹ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 8 fl. 36, 21/12/1464.

estrutura privada demonstra a elevada mobilidade humana nas estradas da região, fruto de uma estabilidade económica e social na qual teremos que enquadrar também o fluxo de peregrinos a santuários da região²⁴⁰ e, provavelmente, a utilização das termas. Infelizmente a total ausência de estudos sobre as estruturas viárias e a mobilidade humana na zona não nos permite sequer supor uma área onde fosse economicamente viável estabelecer uma estalagem privada, pois, se analisarmos o mapa já apresentado²⁴¹ sobre a localização das albergarias, conclui-se que poucas estradas principais ficariam por cobrir.

A licença do físico Jacob Batisolha é, para nós, mais importante no contexto deste estudo, pois é contemporânea das duas cartas de dotação financeira para obras nas Caldas, passada quinze dias após a segunda carta de perdão transcrita na abertura deste capítulo. Portanto, esta licença restrita para o termo, permitia ao médico judeu exercer nas Caldas.

Dos oficiais nomeados pelo rei D. Afonso V para Óbidos, dos quais os Livros de Chancelaria nos deixam memória, descobrimos uma referência à administração das Caldas. A 4 de Agosto de 1468, o escudeiro régio Álvaro Pires é nomeado para vários cargos: escrivão da Câmara, juiz de orfãos, escrivão da almotaçaria, contador de todos os feitos, distribuidor perante os tabeliães, provedor da gafaria, provedor e escrivão da Casa e Albergaria do Espírito Santo do termo de Óbidos em substituição de João de Lemos que falecera²⁴².

Esta nomeação para vários ofícios colocava o escudeiro régio em controlo dos registos de quase todos os órgãos públicos do território, quando o senhorio de Óbidos pertencia à rainha, por isso o provimento dos oficiais era normalmente efectuada por esta²⁴³. Tal situação poderá indiciar algum conflito de interesses entre o rei e a rainha nas suas possessões, levando-o a colocar um seu homem de confiança para controlar o poder local, o que mais uma vez demonstra a ligação pessoal do monarca com a região, como já referimos.

²⁴⁰ A rainha D. Leonor – pelo menos por uma vez acompanhada do rei e da corte – irá por várias vezes fazer um périplo por vários santuários das imediações das suas possessões, tais como Merceana, Aboboriz (Amoreira de Óbidos), Misericórdia (Bombarral), Cós (Alcobaça), Nazaré, Turcifal, S. Pedro da Cadeira, Varatojo (Torres Vedras), Lourçal (Pombal), Batalha e Ondrinhas (Sintra), etc... vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp. 182-195. E vd. também o apêndice 4.

²⁴¹ No capítulo 4.

²⁴² AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 28 fl. 75, 4/8/1468. Infelizmente falta o canto superior direito ao documento original (consequentemente o número de folha) o que dificulta a pesquisa do fólio correcto no microfilme, assim, o que está mencionado foi retirado do resumo do catálogo.

²⁴³ Cfr. Por exemplo Manuela Santos Silva – *Óbidos, terra que foi da rainha D. Filipa...* pp. 85-111.

Circunscrito ao tema no trabalho é o facto de a sua nomeação para a administrar a Casa e Albergaria do Espírito Santo, que como já sabemos era a instituição social junto das termas; portanto, vinte anos antes do início da construção do novo hospital termal, já temos dois nomes de provedores das Caldas, João de Lemos e Álvaro Pires. É pena não sabermos mais sobre estas duas personalidades²⁴⁴ e sobretudo quanto tempo e como é que geriram a instituição.

Repare-se que, se atendermos aos traços do itinerário de D. Afonso V, que já apresentámos neste capítulo, verificamos que o rei estanciou em Óbidos em Junho de 1468, portanto esta nomeação foi efectuada pouco depois de uma possível presença do monarca nas Caldas.

²⁴⁴ O *Arquivo Municipal de Óbidos* só possui documentos da Câmara e dos Orfãos a partir do final do século Quinze, desta forma não é possível conhecer as datas de actividade dos dois oficiais.

5.1. As Cartas de Privilégios de D. Afonso V

“D. Afonso, etc. – Fazemos saber que havendo Nós informação certa de como as caldas que estão acerca da nossa vila de Óbidos, são de tal virtude que Nosso Senhor pôs na água delas, que muitas pessoas que a elas vão recebem saúde de grandes e diversas enfermidades, pelo qual Nosso desejo e vontade é acerca delas viverem algumas pessoas de bem, que podessem fazer gasalhados e dêem camas e mantimento aos que às ditas caldas forem curar, por seus dinheiros, por terem mais razão e vontade de o fazer e sentindo-o assim por serviço de Deus e Nosso, temos por bem e queremos que quatro homens, que no dito lugar das Caldas continuamente quiserem viver, possam fazer casas e vinhas e pomares e quaisquer outras benfeitorias, que sentirem por seu proveito. Os quais quatro homens queremos e mandamos, que sejam escusados de todos os encargos e serviços do Concelho. E que não sirvam connosco, nem com o príncipe nem sobre todos em guerra por mar nem por terra, nem com outra alguma pessoa, nem paguem peitas, nem fintas, nem talhas do dito Concelho, nem sejam postos por besteiros do conto, nem tenham cavalos nem armas, nem pareçam em alardo com outras nenhunas quantias, posto que para isso tenham bens, nem paguem jugada nem oitavo, sem embargo da nossa determinação e ordenação ora novamente feita sobre as jugadas, nem sirvam nem vão servir em carretos de nossa madeira e pedra com seus bois e carros, nem em alguns outros serviços nossos, nem do dito Concelho, nem lhes tomem pão, cevada, vinho, palha, roupa, galinhas, gados, nem outra cousa alguma do seu contra sua vontade, e fiquem quites e livres de toda servidão Nossa e do dito Concelho. E porém mandamos a todos os nossos corregedores, juízes, e justiças, contadores, almoxarifes e a outros quaisquer que hajam os ditos quatro homens que morarem continuamente no dito lugar das Caldas, como dito é, por escusados e relevados das ditas cousas e encargos e os não constranjam nem mandem constranger para dar este nosso privilégio assim e pela guisa que nele é contido, por quanto assim é Nossa mercê, sob pena que qualquer que o contrário fizer, pague dois mil reais para os cativos. Dada em Santarém vinte e seis dias de Junho. Pedro Alvares a fez no ano de (mil quatrocentos) setenta e quatro.”²⁴⁵

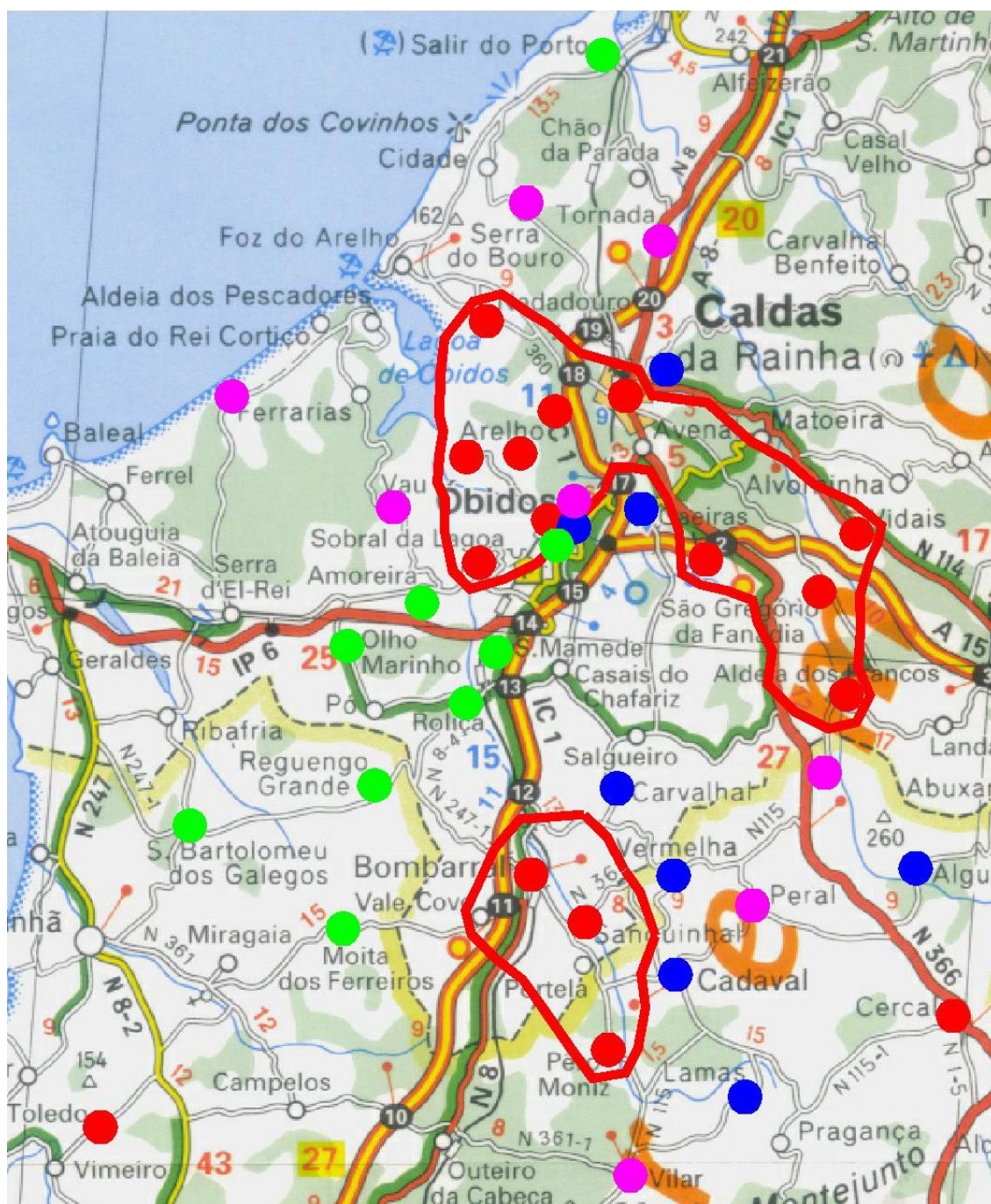
Como referimos no capítulo anterior, D. Afonso V concedeu várias cartas de privilégio a pessoas, instituições e grupos profissionais do termo de Óbidos²⁴⁶. Em relação ao incentivo ao povoamento nas terras junto às fontes termais, descobrimos que foram criadas condições políticas que culminaram na carta que reproduzimos sobre estas linhas.

Um dos delegados por Óbidos às Cortes de 1455 foi Pedro Eanes, vigário de S. João Baptista, que pede ao rei para dar o privilégio de isenção de alguma carga fiscal a futuros moradores de terrenos inóspitos que existem na sua paróquia, onde se inclui as Caldas: estes deveriam plantar vinha e olival nas suas terras, que seriam dadas de

²⁴⁵ Optou-se pela transcrição e correcção ortográfica publicada por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 4-5. AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 16 fl. 13v., 26/6/1474.

²⁴⁶ Além de ter confirmado todos os direitos anteriores da vila, como de resto era hábito: AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 19 fl. 107v., 2/9/1439.

sesmaria, tornando férteis terrenos da paróquia mais pobre da vila de Óbidos. Este pedido foi registado em 1455²⁴⁷ e de novo confirmado em Março de 1463²⁴⁸.



249

²⁴⁷ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 15 fl. 36v., 17/6/1455.

²⁴⁸ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 9 fl. 63v., 13/3/1463.

²⁴⁹ Localização das capelas das paróquias com sede em Óbidos: a vermelho capelas e limite provável da paróquia de S. João; a azul capelas da paróquia de Sta. Maria; a verde capelas da paróquia de S. Pedro; a magenta capelas da paróquia de S. Tiago. Foi utilizado as listas das capelas e das cóngruas publicadas no *Memórias Históricas...* pp. 93-94, 102-103, 117-118 e 133-134. E AN/TT – fundo da Colegiada de São João de Óbidos - *Livro das Possessões da igreja de S. João do Mocharro da vila de Óbidos: Livro n.º 1*.

Verifique-se no mapa de aldeias agregadas à paróquia de S. João que, na época, se justificava este pedido pois estas seriam as aldeias mais pequenas e mais distantes dos circuitos viários principais, além de serem dois territórios separados; de facto, S. João foi a primeira paróquia da vila, agregando a Lourinhã, o Cadaval e o Cercal que pouco depois se tornaram concelhos independentes, embora ainda no século Dezanove o vigário de S. João pagasse aos curas de igrejas dos concelhos do Cadaval, Lourinhã, Caldas²⁵⁰ e Bombarral; este último foi constituído como concelho no final do século Dezanove com os limites da paróquia de S. João. Curiosamente, se analisarmos algumas destas aldeias verifica-se, ainda hoje, a apetência para os vinhedos e olivais²⁵¹, em especial em latifúndios que constituíram algumas das mais ricas quintas dos séculos Dezassete e Dezoito²⁵².

“D. Affonso V diz que daa a Joan Gonsalvo adeguieiro morador nas Caaldas acerca de Oobidos privilegio que naam seja acontecido em armas cavalo besta de garuchaa e de polee e parecer em alardo contra o que for da su vontade.

xxiij de Mayo Era do nascimento de nosso Senhor Jehsu Christo de mjll iiijc Lxx i. Em Lisboa [assinatura ilegível] a fiz”²⁵³

Este documento inédito precede em três anos a carta de privilégios que Silva Carvalho publicou e que citámos na abertura deste capítulo. Este privilégio de isenção militar é dado a um adegueiro, provavelmente com funções na Albergaria do Espírito Santo, sendo o primeiro morador das Caldas de que temos conhecimento documental.

Refira-se, voltando a analisar as datas das presenças em Óbidos e Atouguia do rei D. Afonso V, que este esteve nesta região em Fevereiro de 1471; podemos justificar o privilégio ao adegueiro da Albergaria, João Gonçalves, se continuarmos a mesma linha de raciocínio que coloca o monarca em tratamento nas Caldas²⁵⁴.

Mesmo assim, a falta de enquadramento humano das Caldas levará a uma mais forte tentativa de povoar o local envolvente às termas, feita no reinado de D. Afonso V, em 1474 e depois reforçada, já no reinado de D. João II, em 1488²⁵⁵. A carta de privilégio de 26 de Junho de 1474 tem expresso o intuito de criar condições para quatro famílias habitarem o local e darem assistência aos banhistas.

²⁵⁰ Vd. Capítulo 2.

²⁵¹ Bombarral, Sanguinhal, Pero Moniz, Cercal, Moledo, A-dos-francos, Arelho, Bairro da Senhora da Luz, Sobral da Lagoa, Nadadouro, Vidais, São Gregório, Fanadia e Caldas.

²⁵² Vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*

²⁵³ AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 16 fl. 116, 23/5/1471.

²⁵⁴ Vd. capítulo anterior.

²⁵⁵ Vd. capítulo 5.1. da segunda parte e capítulo 2. da terceira parte.

Nota-se a sequência do já longínquo pedido de 1455, mantendo-se o interesse na altura expresso pelo vigário de S. João estando registado:

*“possam fazer casas e vinhas e pomares e quaisquer outras benfeitorias, que sentirem por seu proveito.”*²⁵⁶

Curiosa referência porque, como vimos no início deste trabalho, a qualidade do solo e da água envolvente às fontes termais é de tal forma baixa que poucas condições oferece para exploração agrícola. Para além disso, o tempo que medeia entre a plantação e as primeiras colheitas é longo até ser financeiramente vantajoso ao produtor. Aliado com falta de condições de habitabilidade do local, já referidas nos capítulos anteriores, tudo isto obrigaria a criar condições fiscais e sociais vantajosas que justificassem as famílias investirem na ocupação das margens de um pântano sulfuroso.

Os privilégios serão de quatro tipos: oferece-se terreno livre, isenta-se os ocupantes de despesas fiscais e de serviços cívicos e militares. Vejamos:

Bens de raiz (objectivos da ocupação)	Isenções fiscais	Isenções de serviços cívicos	Isenções de serviços militares
Habitação	Peitas	Serviços do concelho (Óbidos)	Recrutamento para Serviço ao rei
Vinha	Fintas	Carrego da madeira	Serviço ao príncipe
Pomar	Talhas	Carrego da pedra	Serviço a outros
Serviços de hospedaria	Jugadas	Requisição de bens móveis	Recrutamento para Besteiros do conto
Outros melhoramentos	Oitavos		Armas e cavalos

Além da prova cabal da existência de habitações anteriores ao final de Quatrocentos, não é fácil conhecer o real impacto desta *Carta de Privilégios*. A tese enraizada de que a vila das Caldas só tem início com a construção do Hospital, colide com a dúvida de que se não teriam existido quatro famílias dispostas a aceitar as condições expressas.

*“(...) que podessem fazer gasalhados e dêem camas e mantimento aos que às ditas caldas forem curar, por seus dinheiros, por terem mais razão e vontade de o fazer e sentindo-o assim por serviço de Deus (...)”*²⁵⁷

²⁵⁶ Trecho da transcrição da abertura deste capítulo.

²⁵⁷ Trecho do documento transcrito na abertura do capítulo.

Se verificarmos, aliado ao isolamento geográfico destas quatro famílias, não nos parece lícito que estes não tivessem necessidade de fazer outras opções económicas. Atendendo ao que referimos no capítulo anterior, é fácil de entender que também não haveria interesse financeiro em receber leprosos e outros doentes. Independentemente de tudo isto, os vários surtos de peste que assolaram a região, neste período, também iriam tornar pouco apetecível a assistência a doentes²⁵⁸; curiosamente, serão mais tarde os surtos de peste (tifo) que trarão mais vezes a rainha e a corte para as Caldas²⁵⁹.

Sendo assim, considerando que a frequência de aquistas pudesse dar algum apoio financeiro às quatro famílias, verificamos que a opção destes foi virar-se para a força motriz dos vários cursos de água no local.

Não nos parece que os primeiros habitantes tenham ocupado a evolvente ao Terreiro das Vacas, no local do Núcleo da Albergaria e capelas, atentando às evidências documentais, pois as primeiras casas após o início da construção em 1485 foram aí (Rua Nova). Estas famílias terão optado por instalar-se a jusante da Ribeira das Águas Quentes. Será Jorge de S. Paulo que nos deixa uma pista de que estas quatro famílias terão construído uma azenha no Ribeiro das Águas Quentes. O Moinho do Cubo²⁶⁰ estaria a laborar em 1477²⁶¹, segundo uma Sesmaria dada pelo juiz de fora de Óbidos a Pero Henriques a 18 de Novembro²⁶²; este moinho estava integrado numa propriedade composta por quatro quinhões, que o provedor, em 1550, tentou comprar para serviço do Hospital, tendo somente comprado dois dos quinhões, tendo sido totalmente comprado em 1576²⁶³.

Com base no texto de Jorge de S. Paulo, além de Pero Henriques (aparece noutra local como Pedreanes Anriques), conhecemos mais dois dos primeiros donos, que seriam Tomé Cardiga (casado com Isabel de Lemos) e Afonso Fernandez; desconhecendo o quarto dono, talvez tenha sido o adegueiro João Gonçalves, sabemos que Gaspar de Seixas comprou o quinhão deste juntamente com o de Pero Henriques²⁶⁴.

²⁵⁸ Vd. Joaquim Veríssimo Serrão – *Op. Cit.* vol. III, p. 288 a 294.

²⁵⁹ Vd. Cronologia em apêndice.

²⁶⁰ Tentaremos localizar o Moinho do Cubo no capítulo 3.2. da terceira parte.

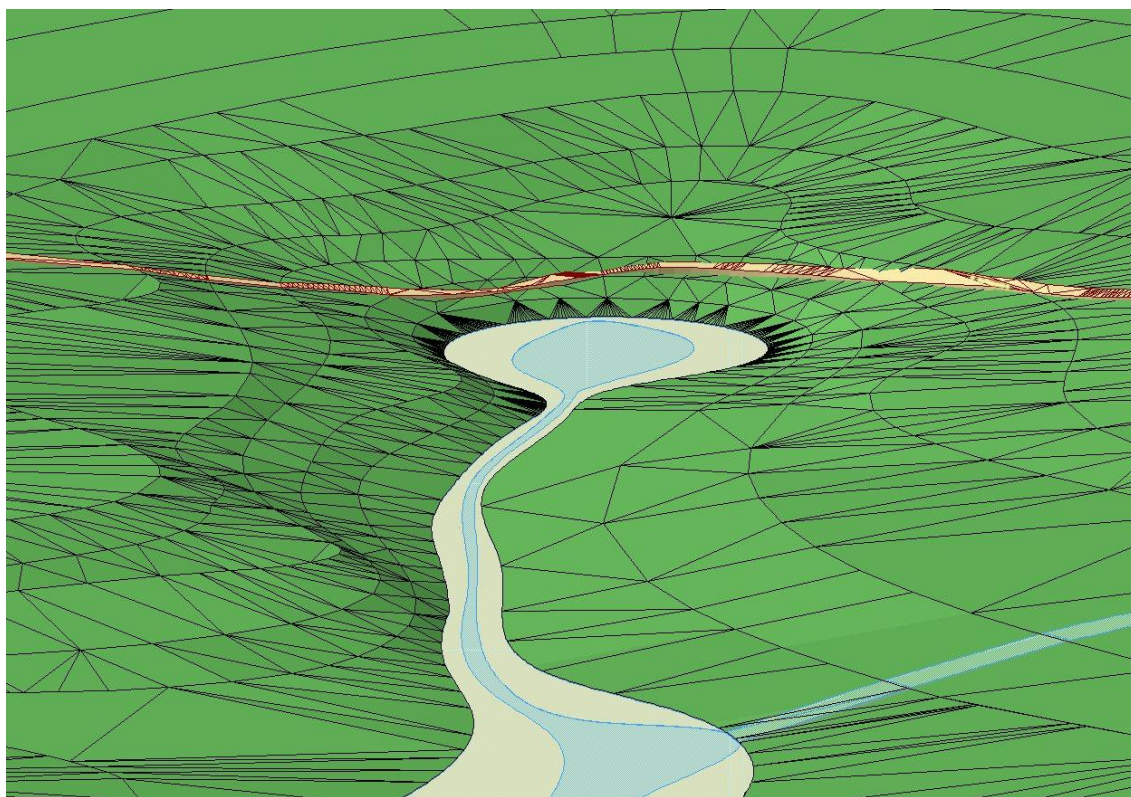
²⁶¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo. III, p. 248.

²⁶² Encontramos o registo desta sesmaria no AH/HCR – *Livro de Registos das Semarias*, fl. 24.

²⁶³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo. III, p. 248.

²⁶⁴ *Idem.* vd. capítulos 3. e 4. da terceira parte.

Atendendo às datas e ao número de quinhões, teremos fortes indícios que terão sido estes os privilegiados e consequentemente os primeiros habitantes da vila²⁶⁵.



266

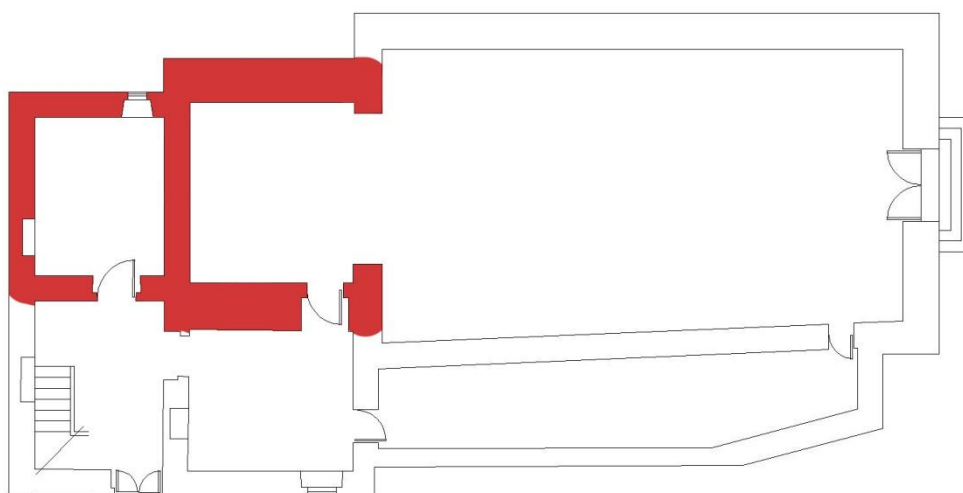
²⁶⁵ Confirmamos estes nomes na lista de primeiros habitantes de Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 475 e 476. vd. capítulos 3. e 4. da terceira parte.

²⁶⁶ Pormenor do local de implantação do Hospital com o Rio das Águas Quentes, estrada Óbidos – Alcobaça e foz da Ribeira da Boneca. (sem edificações).

6. Reconstituição conjectural do núcleo medieval

É possível localizar com exactidão o núcleo medieval. Além dos tanques de banhos integrados no pântano, os edifícios de apoio situar-se-iam junto da Ermida do Espírito Santo e esta no local da actual, marginando a estrada. Atendendo a descrições posteriores que nos possibilitam localizar a Ermida de S. Silvestre (das quais falaremos atempadamente) só restam dúvidas quanto ao albergue; desconhecemos a dimensão do mesmo mas supomos a sua localização como lateral à ermida da confraria abrindo para a estrada.

Em S. Silvestre, os homens depois do banho subiriam a encosta, deixando as muletas e os *ex votos* encostadas à parede da igreja ou no alpendre e seguiriam o seu caminho. Assim, desde as piscinas, localizadas directamente sobre as nascentes, o caminho subiria perpendicularmente à encosta, no local com menor declive, passando ao lado da Ermida em linha recta com a porta da Ermida do Espírito Santo.



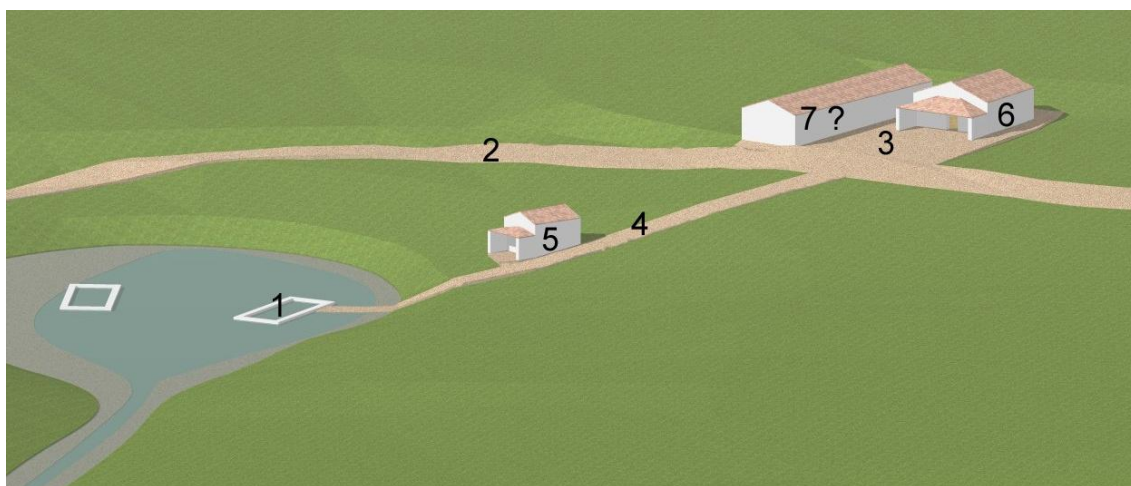
267

Partimos do princípio que as construções actuais (do século Quinze-Dezoito) tenham reaproveitado as ruínas das anteriores, possibilitando encontrar nos erros das plantas as pistas do desenvolvimento da construção. A Ermida do Espírito Santo actualmente é fruto das alterações do século Dezoito, tendo sofrido duas fases de aumento na capela-mor e no corpo da nave. Estes acrescentos são visíveis nos dois

²⁶⁷ Definição em planta da parte de estrutura da ermida do Espírito Santo que julgamos ser a mais antiga. Sobre levantamento de base do Gabinete de Planeamento do CHCR, esc. 1:200.

desfasamentos da estrutura, verificando-se desajustamento entre o corpo de sacristia e a capela-mor e entre este e a nave (ambos efectuados sobre o lado Sul). Desta forma, as cumeeiras dos telhados dos três blocos apresentam-se desalinhadas. Considerando que, na actualidade, a porta da igreja está muito projectada sobre o caminho inicial (que hoje está cortado) e deita sobre um declive acentuado, julgamos que a dimensão original da Ermida não deveria passar da capela-mor, sendo a actual nave construída no local do terreiro e do alpendre.

Colocando o “*Bodo*” no terreiro do Espírito Santo, atendendo à morfologia deste tipo de edificações²⁶⁸, às propriedades ao serviço do Hospital e à manutenção do topónimo «Hospício», julgamos que o edifício das cavaliças²⁶⁹ do Hospital mantém a planta da Albergaria. Este corre paralelo à nave da igreja a toda a sua extensão, com a fachada que deita para o caminho muito reduzida estando a fachada maior, exposta a Sul, hoje tapada pela nave da igreja. Caso se aí se encontrasse um terreiro (dada também a reduzida diferença de cotas de nível em relação à estrada) seria o local mais lógico, atentando a que o actual edifício deverá refletir a planta do anterior. Contudo, reconhecamos que temos dúvidas em relação à dimensão da Albergaria, que uma sondagem arqueológica no sítio poderá dissipar.

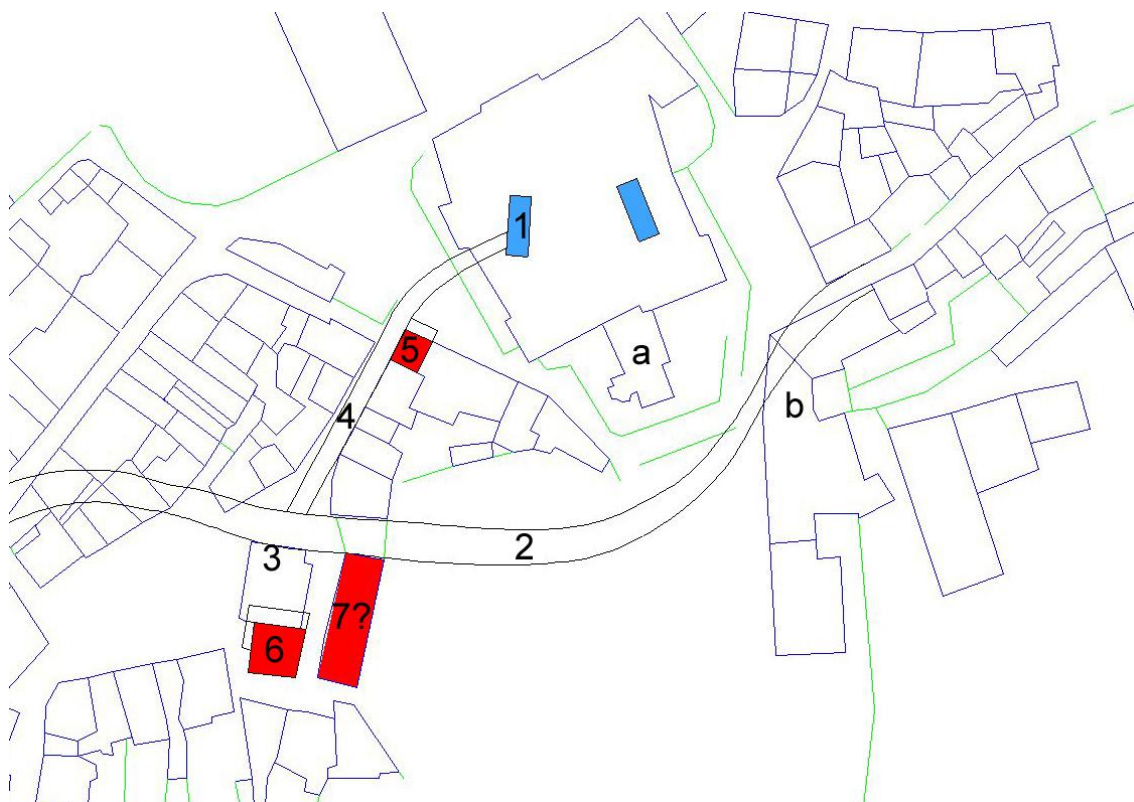


270

²⁶⁸ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.*

²⁶⁹ Voltaremos a falar mais tarde deste imóvel.

²⁷⁰ Modelo tridimensional do núcleo medieval das Caldas: 1. tanque dos banhos (masculino); 2. estrada principal; 3. terreiro do Espírito Santo (Rossio das Vacas); 4. caminho de acesso aos banhos; 5. Ermida de S. Silvestre; 6. Ermida do Espírito Santo; 7: Albergaria (conjectural).



271

²⁷¹ Sobreposição do núcleo medieval das Caldas sobre a planta actual da cidade: 1. tanque dos banhos (masculino); 2. estrada principal; 3. terreiro do Espírito Santo; 4. caminho de acesso aos banhos; 5. Ermida de S. Silvestre; 6. Ermida do Espírito Santo; 7. Albergaria (conjectural). Elementos actuais para enquadramento: a. Igreja de N. Sra. do Pópulo; b. Palácio Real.



272

²⁷² Aspecto actual do edifício que substituiu a Albergaria medieval (cavalariças do Hospital), vendo-se o enquadramento com a lateral da ermida do Espírito Santo. O portão que vemos em primeiro plano à esquerda da imagem estará no sítio onde passaria a estrada primitiva.

2.^a Parte

A implantação do Hospital e da vila, estratégia e resultados

1. Fundação do Hospital e do núcleo urbano

1.1. Os banhos de Óbidos: a escolha do aquífero

“(…) in território opidi de Óbidos, loco das Caldas nuncupato, Ulixbonensis diocesis, erant certa balnea distructa et fere totaliter dissipata, que propter defectum mansionum ab hominibus non frequentabantur nec ad illa pro recuperanta sanitate confluebant, et ut chistifideles ad illa confluerent et sanitatem reciperent, dicta Regina, selo Dei ducta, balnea ipsa suis propriis sumptibus et expensis construxit et reparavit as cameras et mansiones pró personis infirmis ad illa confluentibus necnon unam capellam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, constui et edificari fecit.”¹

Embora alguns autores optem por enquadrar a visita de D. Leonor ao local pela passagem junto ao pântano onde os *pobres andrajosos se banhavam em poças*², na realidade, todos os documentos da época comprovam a existência de uma estrutura balnear em más condições anterior à fundação do Hospital.

Não sendo esse o motivo deste estudo, julgamos desnecessária a abordagem sobre as várias termas conhecidas e utilizadas em Portugal, no final do século Quinze. Porém, é importante referir que as das Caldas são as únicas de águas quentes que brotam à superfície no território nacional³. Contudo, na região são conhecidas várias fontes termais associadas a conventos ou a igrejas, salientando o carácter milagroso das águas.⁴

O aquífero é composto por três núcleos: a fonte mais forte dá origem ao pântano onde foi construído o Hospital, as duas outras fontes estão situadas junto a Gaeiras, uma

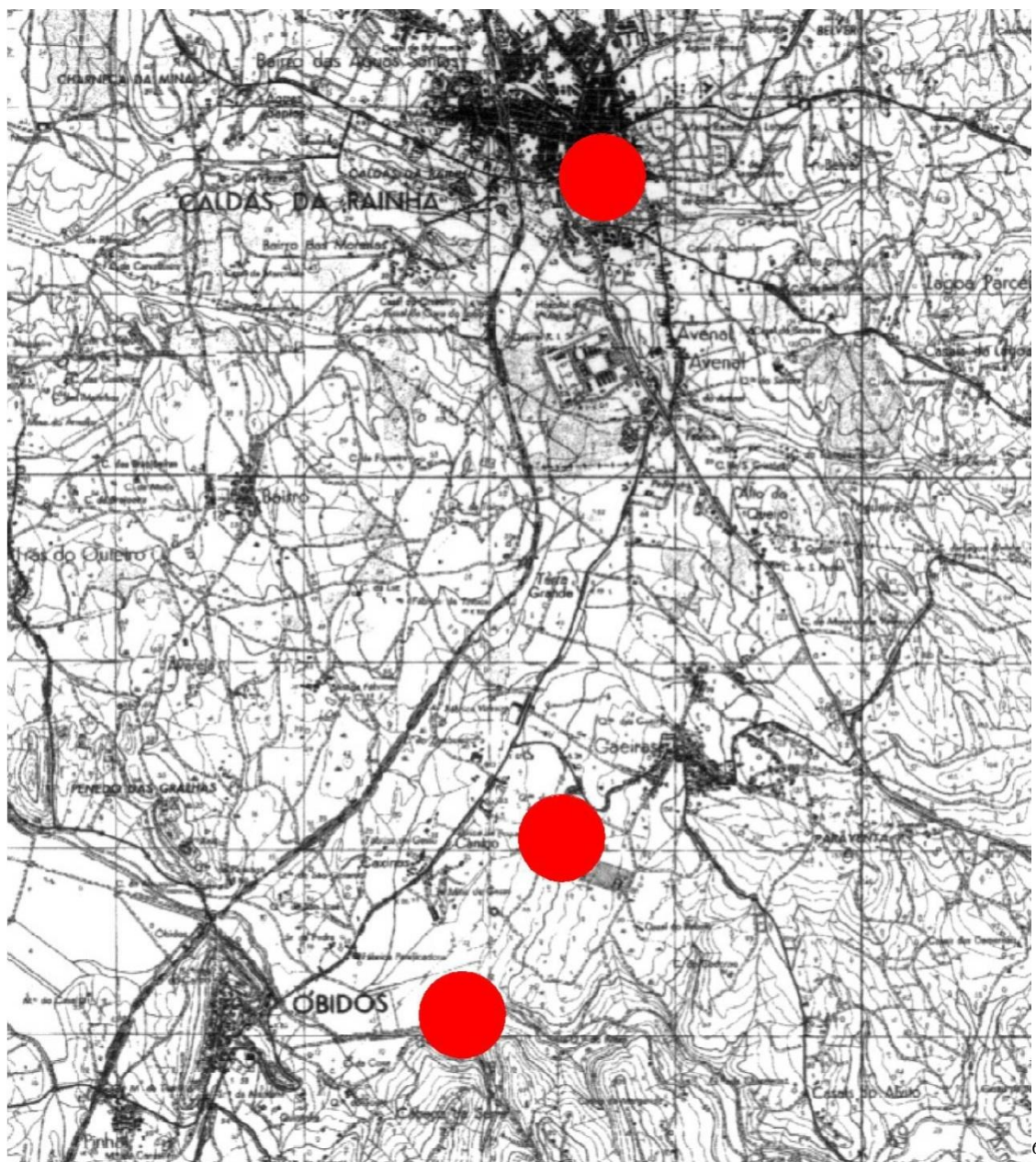
¹ (No território de Óbidos, no lugar chamado das Caldas, diocese de Lisboa, existiam certos banhos destruídos e quase totalmente incapazes, os quais os homens não podiam frequentar nem a eles acorriam para recuperarem a saúde por falta de casas, pelo que, a fim de os fiéis cristãos ali poderem estanciar e encontrar a cura, a dita rainha, movida pelo amor de Deus, fez ali edificar banhos às suas próprias custas, reparando câmaras e casas para as pessoas enfermas ali confluentes e, ainda, uma capela na qual se celebrassem missas e officios divinos.) Bula do Papa Alexandre VI de 3 de Setembro de 1496. BPADL – Doc. 3. Documento transcrito em anexo. Tradução de Saul Gomes – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, dos séculos XV a XVIII relativa ao Hospital das Caldas da Rainha” in *Colóquio Sobre a História de Leiria e Sua Região*. Leiria: 1991. p. 23. Transcrito em anexo (documento 5).

² Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656). tomo I, p. 86; Conde de Sabrosa – *A rainha D. Leonor 1438-1525*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 2.^a edição. 1974 (texto de 1921). p. 330; *Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos*. Lisboa: IN-CM/CMO, 1985. p. 45; entre outros baseados nos dois primeiros e nas tradições.

³ Embora existam várias termas de águas quentes provenientes de poços, já utilizadas no século Dezassete, em S. Pedro do Sul, Régua, Alvor, Estremoz, Chaves e Monção. Vd. Francisco da Fonseca Henriques – *Aquilégio Medicinal, em que se dá noticia das águas de Caldas, de Fontes, Rios, Lagos e Cisternas do Reino de Portugal, que ou pelas virtudes medicinais que têm ou por outra alguma singularidade são dignos de particular memória*. Lisboa: Oficina da Música, 1726.

⁴ Sobre este assunto ver os estudos efectuados por Jorge Mangorrinha – *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional, as estâncias termais da região oeste*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

na Quinta dos Mosqueiros (das Janelas) nascente do Rio Quente⁵ e a outra na Quinta Vale de Flores, na margem do mesmo rio. Curiosamente, estas duas últimas ladeiam (a Norte e a Sul) a cidade romana de *Eburobrittium*. No estado actual das escavações, ainda não é possível determinar se os romanos poderão ter utilizado esta água, embora numa primeira abordagem a responsável pelo Gabinete de Arqueologia da CMO nos tenha dito que a probabilidade da utilização das fontes termais é ínfima.

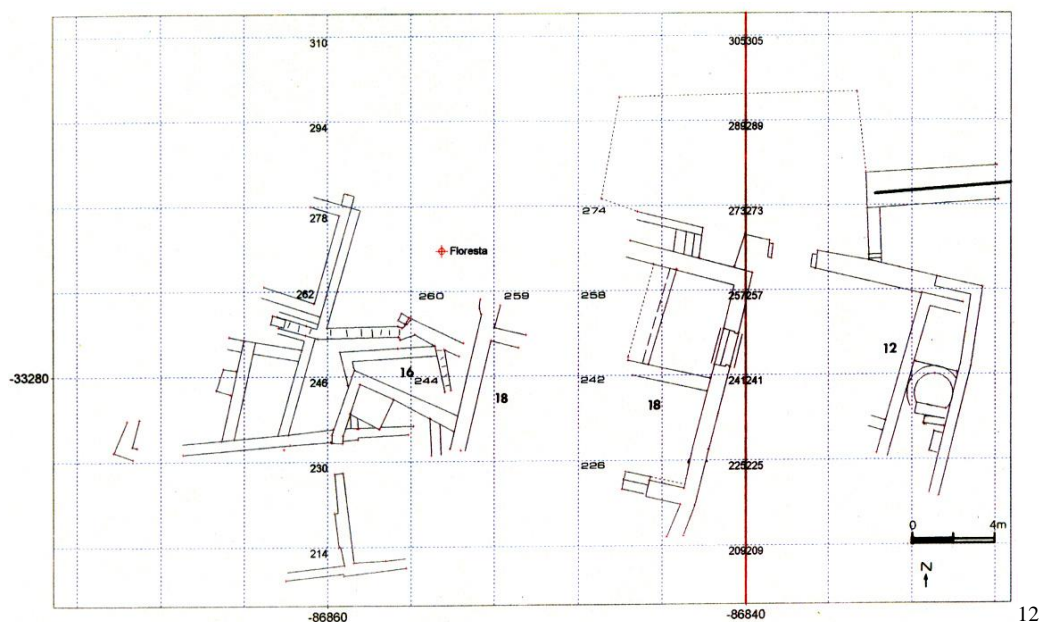


⁵ Que desagua junto ao Outeiro da Assenta no Rio Arnóia. Este ribeiro é fundamental para conhecer a morfologia do terreno e a reacção da flora no solo marginal a este tipo de ribeiros, tendo servido de modelo para o estudo apresentado no capítulo 1 da primeira parte.

⁶ Aquíferos de águas quentes do sistema das Caldas da Rainha: (de Norte para Sul) Local do Hospital, Quinta das Janelas, Quinta de Vale das Flores.

É na Quinta de Vale das Flores (ou das Flores como actualmente é referida) que se situa a *Eburobrittium* e onde existiam edifícios habitacionais datados dos séculos Quatorze/Quinze sobre as estruturas romanas⁷. Inclusivamente, encontramos uma referência a esta quinta (e, provavelmente, a estes edifícios) no *Memórias Históricas...*: o autor afirma que esta quinta pertenceria à rainha D. Leonor⁸, que tradicionalmente é considerada uma das rainhas que mais se dedicou a Óbidos⁹ atendendo ao número de iniciativas mecenáticas que promoveu na vila¹⁰:

*“A rainha D. Leonor foi de todas as rainhas, depois de Santa Isabel, a que mais tempo costumava estar em Óbidos. Parte do verão passava D. Leonor na sua Quinta das Flores, próxima ao rio Arnóia; ali vivia há tempos, quando passou para Nossa Senhora da Nazaré em romaria por causa de um tumor, quando viu os pobres que se banhavam no sítio das Caldas. Desta quinta se conserva ainda uma casa alta de um andar, portas góticas e em tudo de uma arquitectura que anuncia muita antiguidade; à roda desta casa se encontram muitos alicerces, por onde se conhece que foi um edifício muito grande. (...) Próximo à quinta há uma grande nascente de água sulfúrea, ali se encontram os restos de um grande tanque de não poucas varas de comprido.”*¹¹



12

⁷ José Beleza Moreira — *Eburobrittium*. Porto: Produção Mimesis, 2002, pp. 84-86.

⁸ A Quinta de Vale das Flores é doada pela rainha ao Hospital que a afora em 1508. Será no segundo pregão desta que é arrematada por D. João de Noronha, tendo o Hospital mantido outros foreiros em três parcelas de terrenos independentes, o Paul da Caniçada (onde hoje é a Barragem do Arnóia) e uma azenha de azeite e trigo. Vd. Jorge de S. Paulo — *Op. Cit.* Lv. III, pp. 237, 252 e 262.

⁹ Ivo Carneiro de Sousa — *A rainha D. Leonor 1458-1525: Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: FCG, 2002.

¹⁰ Vd. Teresa Bettencourt da Câmara — *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990, e Pedro Flor — *O túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa na Igreja de Santa Maria de Óbidos*. Lisboa: Edições Colibri. 2002

¹¹ *Memórias Históricas...* p. 46.

¹² Estruturas medievais levantadas no campus da escavação in José Beleza Moreira — *Op. Cit.* p. 85.

Independentemente das fontes termais utilizadas em Quatrocentos, as regras de uso bem como a construção e manutenção de construções deveria ser de iniciativa casual dos utilizadores mais frequentes¹³. Desconhece-se o interesse do poder local sobre estas estruturas balneares mais próximas de Óbidos, que poderiam servir as vizinhas gafarias de Óbidos e Atouguia – fundadas no reinado de D. Dinis – e de Santarém, a qual já referimos na primeira parte.

Não subsistem testemunhos de alguma organização nas termas (Vale das Flores). Dada a proximidade à vila, e consequentemente da Gafaria de S. Vicente, e o ostracismo a que os leprosos eram votados, poderemos aceitar como plausível a sua utilização¹⁴; contudo, nas escavações que José Beleza Moreira levou a cabo no local não se descobriu qualquer vestígio de tanque para banhos nas estruturas medievais levantadas.

Seja qual for a versão da lenda sobre a primeira visita ao local, possuímos indícios¹⁵ de que os aquistas seriam na maior parte leprosos, atendendo à existência da ermida de S. Silvestre. Certamente a fonte mais caudalosa¹⁶ (originadora de um pântano) seria a mais frequentada.

D. Leonor é nomeada donatária de Óbidos a 22 de Agosto de 1482, somente dois anos antes da decisão de reformar as termas das Caldas de Óbidos.

Verifique-se que a opção pelo reumatismo, em detrimento da lepra, nos regulamentos posteriores do Hospital¹⁷ e na extinção da Gafaria de Óbidos ordenada pela rainha quando fundou a Misericórdia da mesma vila¹⁸, denota algumas reticências quanto a esta doença. Tendo sido leprosos ou não que a rainha viu na sua primeira visita, o Hospital foi fundado para cura de outras maleitas que não a lepra e, paulatinamente estes enfermos foram mesmo recusados no Hospital.¹⁹ Curiosamente, a

¹³ Sobre a gestão da Albergaria e da Confraria do Espírito Santo, vd. capítulo 4. da primeira parte.

¹⁴ Vd. próximo capítulo.

¹⁵ A invocação de S. Silvestre, os Banhos dos Sarnosos referidos por Jorge de S. Paulo, Fernando da Silva Correia – *O Hospital Termal das Caldas. A sua História. As suas águas. As suas curas*. Caldas da Rainha: 1950. Vd. continuação deste capítulo e início do próximo.

¹⁶ Actualmente 1.200.000 litros por hora, segundo dados do Gabinete de Planeamento do CHCR.

¹⁷ Vd. capítulo 5.5.

¹⁸ A Misericórdia de Óbidos foi fundada por volta de 1511, segundo a documentação existente no Arquivo da Misericórdia estando já a despachar em 1511. Infelizmente perderam-se os *Alvarás* e o *Compromisso* da mesma. Este arquivo está agora a ser organizado por Ricardo Pereira (técnico do Arquivo Municipal de Óbidos), o *Livro do Tombo da Misericórdia* engloba o património do Hospital dos Gafos, Confraria do Espírito Santo e capela de S. Vicente e Albergarias vd. tb. *Memórias Históricas...* p. 139.

¹⁹ Foi construída uma piscina específica para leprosos com entrada directa da praça, mas posteriormente foi entaipada. Vd. capítulo 8.2.

tradição de Ermida de S. Silvestre é, aos poucos, apoderada pelos curados do reumático, desviando-se das virtudes habitualmente atribuídas ao santo²⁰.

Existindo as três fontes, a rainha irá testar a qualidade das mesmas, sendo a forma deste teste simples: três enfermos de características semelhantes, vítimas de reumatismo serão tratados e acompanhados, um em cada fonte, pelo médico pessoal da rainha e Físico-mor do Reino, Mestre António de Lucena.

“O caso é que, fosse qual fosse o motivo imediato que a instigasse, resolveu consultar o Físico-mor, Mestre António de Lucena, e obter uma análise (digamos assim) das águas existentes naquela região.

Era Mestre António seu médico, e de boamente a coadjuvou, para o que na volta de 1485, e seguindo o método empírico então usado, pegou três doentes que padeciam do mesmo mal e mergulhou cada um em sua nascente, para assim observar qual fosse a melhor.

Dessa experiência resultou apurar que um dos olhos de água (o que nasce junto da actual igreja) era o mais eficaz, e ali mandou a rainha dar começo às obras, edificando umas casas para banhos e uns aposentos para enfermos”²¹

Segundo Augusto da Silva Carvalho²², não é exacta a identidade do médico apontado pelo Conde de Sabugosa pois, ao mesmo tempo de António de Lucena, seria Físico e Cirurgião de D. João II, da rainha e do príncipe, um judeu convertido ao cristianismo que segundo Garcia de Resende teria tido o rei como padrinho de baptismo. Sobre este Mestre António, sabemos que era natural de Guimarães, autor de várias publicações e manteve-se ao serviço da corte até falecer, já no reinado de D. João III. Enquanto Mestre António de Lucena faleceu em 1514²³.

²⁰ Sobre S. Silvestre, vd. notas do capítulo 4. da primeira parte.

²¹ Conde de Sabugosa – *Op Cit.* p. 331

²² Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. pp. 18-19.

²³ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 18-19. O autor não nos deixa pistas sobre a origem desta afirmação, daí termos optado por referi-la a par da de Sabugosa. Como não faz parte do âmbito deste estudo, não tentamos aprofundar o assunto.

1.2. A implantação do Hospital: definições, estratégias e resultados

“E se me houver de valer de coniecturas podemos dizer que se lançou a primeira pedra em dia de S. Vicente, 22 de Janeiro por ser dia em que El Rey e a Rainha se receberam no anno de 1471; e também por dizer o Adajo Meante que não deante; ou Depois do Sam Sebastião que de antes não.

O anno podemos também coniecturar fosse o de 1485 o que collijo da Provizão del Rey D. João II seu marido em que concede privilégios a trinta cazaes pera virem povoar o lugar das Caldas passada no anno de 1488, e da provizão consta dizer a Raynha que ia tinha feitas enfermarias e cazas & e sempre nesta obra se havia de gastar perto de 3 annos, donde infiro que o anno da fundação deste generoso Hospital fosse no de 1485 tres annos antes do de 1488, emque El Rey concedeo os Privilégios e a Rainha confessa na petição feita a El Rey ter ia obrado tudo de novo e não havia de ser em tão breve tempo que se não gastasse um bom triennio: Assy que por coniecturas e inferências se pode afirmar que em 22 dias de Janeiro do anno de 1485 se lançou a primeira pedra no magestoso edificio deste Hospital das Caldas.”²⁴

Após a decisão sobre a nascente mais viável para o Hospital, surgia o problema da escolha do sítio de construção. Recordando a análise da topografia e da orografia da área envolvente²⁵, verifica-se que, nas imediações da nascente, só existem dois locais com uma pendente pouco pronunciada, favorável à implantação de um conjunto de edifícios sem sofrer grandes movimentações de terra. Uma das localizações é o terreiro lateral do que restaria do núcleo medieval (albergaria e ermida do Espírito Santo) e, o outro, a zona pantanosa directamente sobre as nascentes.

A escolha de um local com um solo rígido ofereceria maiores condições para a construção, embora, neste caso, surjam dois condicionantes: por um lado, a área plana do terreiro do Espírito Santo pouco excede os quatrocentos metros quadrados, condicionando a dimensão do edifício; por outro, a água teria de ser transportada a sessenta metros de distância, vencendo uma diferença altimétrica de nove metros, criando um sério desafio à pouco desenvolvida engenharia hidráulica²⁶.

No pântano, sem condicionantes de área de ocupação, surgia o único problema: a fraca sustentabilidade do solo. Ora, construir um grande edifício sobre um leito de cheia e em terreno arenoso, em final de Quatrocentos não era problema; vejam-se as novas fortificações costeiras e os mosteiros de Sta. Clara de Coimbra, Sta. Maria da Vitória ou Sta. Maria de Belém, entre outras obras implantadas sobre solo pouco estável. Porém, aqui o desafio seria construir directamente sobre a nascente, no centro da bacia

²⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 95.

²⁵ Vd. Capítulo 1.2. da primeira parte.

²⁶ Com o princípio de vasos comunicantes concebido em meados do século Dezoito para o Aqueduto das Águas Livres de Lisboa teria sido facilmente vencível esta diferença altimétrica.

hidrográfica e sobre a falha geológica (depressão diapírica)²⁷ que atravessa longitudinalmente o espaço²⁸.

Certamente quando o terreno ainda não fora mexido seriam visíveis indícios superficiais da localização da falha, tais como diferenças altimétricas entre ambos os lados da falha e diferenças na morfologia do solo (coloração, resistência, tipo) que hoje são notáveis²⁹, nos taludes que envolvem o hospital. Por outro lado, tiveram que afundar ainda mais o terreno por forma a atingir o lençol freático, para colocar as piscinas³⁰.

“Antes que reparem os coriosos em a Raynha D. Leonor fundar o seu magnifico Hospital em sitio tão profundo a respeito dos appozentos dos Padres Provedores, pois delles até os tanques dos banhos vindo pella escada a porta fronha, e dahi ás varandas correndo pela escada do camarote da campainha até a entrada do banho, se contão sesenta degraus: Darei a rezão, que como este Hospital não he da qualidade dos outros que requerem edificios altos pera serem arejados dos ventos, a respeito de Efermidades que necessitão delles pera espalharem os vapores e lançarem ao longe os cheiros inficionados; mas serve somente de applicar aos efoermos o único medicamento dos Banhos de Agoa quente, de força se habia de edificar em lugar e sítios onde rebentão os olhos das ditas agoas cálidas de natureza sulfúreas, nitrozas e Azougadas porporcionadas à medicina em terra baixa pera melhor se reconcentrar o calor, e sua actividade e virtude recebida dos minerais por onde passam ser mais efficaz: conforme diz Alberto «loca unde aquae calidae emanant saepe esse profundae voraginis ut calor et vis ignis effficacissima sitin his aquis.»

Esta foy a cauza total de A Raynha D. Leonor fundar este Hospital de banhos em tão baixo sitio, porquanto as agoas arrebetavão na mesma profundeza da terra, e pera as fazerem subir por arteficios perderia o calor necessário pera o medicamento dos Efermos.”³¹

Havia que responder a estas questões. Assim, a localização do hospital condicionaria desde logo o desenvolvimento do povoamento, estando no cruzamento de dois eixos fundamentais: por um lado, correndo de Nascente para Poente o vale da Ribeira das Águas Quentes e, por outro, a estrada Óbidos/Alcobaça, de Sul para Norte.³²

Atente-se que o eixo Nascente-Poente é deixado sem construções à excepção do complexo hospitalar fazendo, desde o início da construção, parte da propriedade rústica do Hospital. A definição desta propriedade do Hospital a montante das nascentes e a jusante do pântano, tendo como centro os edifícios hospitalares e cortada

²⁷ Vd. capítulo 1.2. da primeira parte.

²⁸ Demonstraremos no capítulo 8.2. que os mestres-de-obras tinham conhecimento da sua existência, atendendo à implantação da igreja sobre a falha.

²⁹ Vd. DataGeo & Gabinete de Planeamento do CHCR – *Concessão do HM-14, Estudo do perímetro de protecção*. Caldas da Rainha: Setembro de 1999. Peças escritas.

³⁰ Vd. capítulo 8.2.

³¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 191-192.

³² Vd. capítulo 7.

longitudinalmente na parte mais estreita pela estrada é, talvez, um dos pontos mais fulcrais para a estratégia do desenvolvimento do povoamento, pois esta propriedade irá seccionar a vila em duas partes³³.



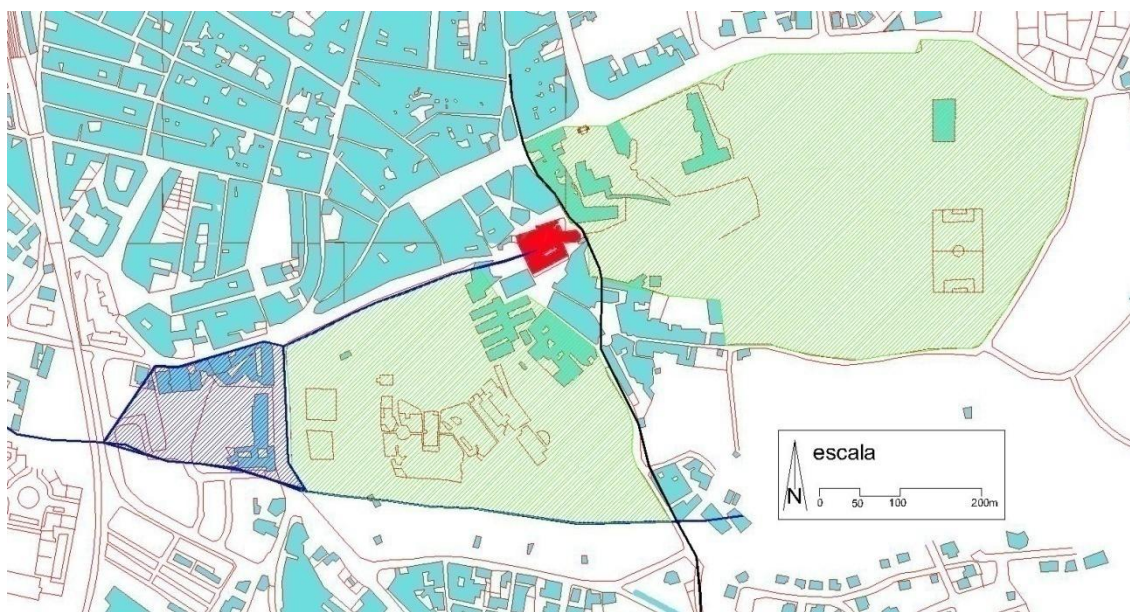
A importância desta definição de limites de propriedade terá como objectivo o fornecer de alimentos ao Hospital criando duas quintas distintas com produção agrária, silvícola e pecuária. Contudo, em termos práticos, a zona mais elevada (a montante das nascentes) permitirá uma área de defesa às nascentes³⁵, garantindo o monopólio sobre as

³³ A componente rural para Sul e a urbana para Norte. Esta divisão da morfologia urbana é comum neste período e como veremos tem a assinatura do mestre-de-obras do Hospital, tendo sido feito o mesmo em Sesimbra e no Funchal. Vd. capítulo 7.

³⁴ Os dois eixos fundamentais para o desenvolvimento da vila: a verde a estrada Óbidos/Alcobaça, a azul o vale das águas.

³⁵ Foram abertos novos furos artesianos ao longo do vale a montante do hospital.

fontes termais e a pureza das águas³⁶. Verificando-se até à actualidade que esta propriedade é fundamental para o desenvolvimento de novas construções/valências hospitalares³⁷, tais como as zonas de cultura e lazer nos séculos Dezoito e Dezanove,³⁸ novos balneários no século Dezanove e novos edifícios hospitalares³⁹.



40

É interessante verificar que as duas áreas possuem características distintas. Antes de mais, a zona a nascente ficou sob a jurisdição directa do Hospital (horta), enquanto a Poente, chamada de Várzea das Caldas, será onde se desenvolverão as primeiras concessões de sesmarias⁴¹. Também verificando a morfologia dos solos, o terreno a montante das nascentes é mais argiloso e não é delimitado por acidentes topográficos: o terreno a jusante é delimitado a Nascente pela estrada, a Norte pela Ribeira das Águas Quentes (que nos primeiros anos será conhecida como *Águas Vertentes*⁴²), a Sul pelo Ribeiro da Boneca – embora nas confrontações apareça a expressão *barroca* – e a

³⁶ Infelizmente as construções actuais no topo da Mata Rainha Dona Leonor vieram provar isto mesmo.

³⁷ Vd. Jorge Mangorrinha – *O lugar das termas...* p. 176.

³⁸ Parque, mata, clube e casino.

³⁹ Hospital da convalescença no século Dezanove, distrital no século Vinte.

⁴⁰ As duas propriedades rústicas principais das Caldas: a horta e a várzea sobre a planta actual da cidade. A verde as propriedades, a vermelho o Hospital, a preto a estrada, a azul as linhas de água.

⁴¹ Dadas em simultâneo a 17 de Outubro de 1491 in AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 50 – 50v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 83-84. vd. citação no capítulo 3.2. da terceira parte.

⁴² *Idem*.

Poente pelo pântano criado pelo encontro das duas linhas de água, possuindo assim duas viabilidades agrárias distintas, indiciando uma escolha cuidada destes factores⁴³.

Assim, é de admitir o grande cuidado aplicado ao estudo do local de implantação e às primeiras definições estratégicas para o desenvolvimento do Hospital. Talvez prevendo um crescimento da afluência de aqúistas e da credibilidade da Instituição⁴⁴, sustentada pela necessidade de actualização sucessiva das valências da saúde, não só na atitude altruísta que se reconhece na rainha D. Leonor mas também imbuída do espírito renascentista dos cuidados com o Homem⁴⁵.

Contudo, reconhecemos que a génese da Instituição decalca os princípios das instituições monásticas: um grande edifício rodeado de propriedades rústicas, possuindo uma certa independência⁴⁶ e, até, uma certa autonomia económica como grande auto-produtor⁴⁷ respondendo *per si* às suas próprias necessidades⁴⁸.

*“e mais em particular se havia com especial cuidado acerca deste Hosp. das Caldas por ser Aluo e oiecto dos olhos da melhor gente do Reino ou pera melhor dizer de toda a sorte de pessoa pois a todos coube a paixão de serem tocados de Enfermidades q necessitão deste medicam.^{to} dos banhos.”*⁴⁹

⁴³ A composição e a delimitação da Horta do Hospital serão estudadas no capítulo 8.3.

⁴⁴ O que se veio realmente a verificar.

⁴⁵ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* Segunda parte.

⁴⁶ Cfr. Por exemplo Ana Sampaio Castro & Luís Sebastian – “Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de São João de Tarouca” in *Património Estudos*, n.º 8. Lisboa: Publicações IPPAR M/C, 2005. pp. 203 a 211.

⁴⁷ Também defendido em Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* e Saul Gomes – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. p. 27. vd. Notas de rodapé.

⁴⁸ Vd. capítulo 7.1. sobre a envolvente rural do Hospital e as necessidades de criar uma rede de fornecedores de géneros.

⁴⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 44.

2. O mecenato de D. Leonor e os focos de edificação na região

2.1. Breve abordagem à política de edificações patrocinada por D. Leonor

*“(…) polo qual sua vida, e despois sua lembrança sera pera sempre hum craro original de mutas bondades, de que as que boas quiserem ser, ou viver em conta de boas, podem sempre tomar muy proveitosos trelados, que sua muy Real Senhoria, craramente foy sempre tal como todalas boas prometem que sejam, nom menos gloria das passadas, que louvor das presentes, e bõo exemplo aas que ham de viir.”*⁵⁰

D. Leonor demonstrou um papel de benemérita nos sítios por onde passou e é facto que ainda hoje se multiplicam locais em que a sua presença se mantém no imaginário do povo⁵¹, sendo-lhe mesmo atribuídas obras de outros mecenas e, em determinados períodos, algumas tentativas de santificação popular à qual não deverá ser alheio o poder das Misericórdias nas comunidades onde se inserem.

Será importante conhecer as obras de iniciativa de D. Leonor, ou nas quais teve papel activo, contando-se quatro edificações fundamentais: o Convento de Jesus de Setúbal, o Convento da Madre de Deus, o paço de Xabregas e as capelas imperfeitas de Sta. Maria da Vitória. A par destas, a rainha patrocinou pequenas obras em possessões suas, algumas com o intuito de instalar as Misericórdias e outras com o objectivo de construir ou remodelar igrejas⁵².

Sem grandes demoras sobre a influência política de D. Leonor, sobre a qual vários estudos têm sido feitos⁵³, é de reter que a rainha manteve uma forte influência na Corte após a morte de D. João II. Na verdade, poderemos considerar que a facilidade com que D. Leonor obtinha o consentimento de D. Manuel em assuntos dos seus domínios se relacionar com o papel que desempenhou na coroação do rei, seu irmão⁵⁴, sendo comuns as referências a este facto na documentação relativa às Caldas registada na

⁵⁰ Rui de Pina – *Croniqua del Rey Dom Joham II*. Coimbra: ed. Alberto Martins de Carvalho. 1950. pp. 189-190.

⁵¹ Notável é a introdução nos nomes de terras do cognome «rainha» por causa de D. Leonor, em períodos posteriores: Caldas da Rainha, A-da-Rainha, Vila Nova da Rainha, Casal da Leonor, Casal da Rainha.

⁵² Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp. 61-143. Faz uma abordagem sucinta aos vários estudos sobre D. Leonor, de entre os quais citamos aqui os mais importantes e nos quais nos debruçamos: Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I; Conde de Sabugosa – *Op. Cit.*; entre outros.

⁵³ A base de trabalho para a elaboração deste capítulo foram os trabalhos de Ivo Carneiro de Sousa, pela sua competência científica. Por forma a reduzir a dimensão deste capítulo, para não nos dispersarmos do âmbito global do estudo, optamos por deixar em aberto grande parte das afirmações, que se encontram mais esplanadas nos trabalhos do autor citado.

⁵⁴ Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* 1.^a parte.

Chancelaria régia⁵⁵, tendo, inclusivamente, governado em duas ocasiões na ausência de D. Manuel.



Contudo, os cronistas da sua época deram pouca importância ao papel político da rainha, tendo sido relegada para pequenas situações de circunstância, de modo a acentuar pormenores de enquadramento do retrato que os autores pretendiam transmitir de D. João II⁵⁶. É curioso o levantamento crítico que Ivo Carneiro de Sousa faz da imagem fragmentadas de D. Leonor deixadas por estes cronistas⁵⁷, que, só em textos futuros, como o de Jorge de S. Paulo⁵⁸, é que se consegue conhecer melhor.⁵⁹

A rainha conseguiu ao longo da sua vida reunir um vasto património pessoal⁶⁰, fruto não só dos territórios que recebeu em casamento mas também de uma administração criteriosa dos fundos financeiros, fiscais e arrendamentos que possuía⁶¹. Conseguiu montar uma *Casa* composta por oficiais privados de elevada competência⁶² que geriram as posses de D. Leonor com uma metodologia que poderemos considerar que garantia a sustentabilidade económica⁶³, equilibrando as perdas financeiras com as incorporações de novo património e apostando na manutenção de relações nas elites políticas e religiosas europeias, elites essas que de facto, utilizavam-se da influência política da rainha sobre uma das Cortes mais poderosa da época⁶⁴.

D. Leonor, tendo consciência de que a sua morte e consequente desmembramento do seu património iria retirar o «sustento» aos seus oficiais, optou pela sua incorporação

⁵⁵ Vd. Por exemplo a documentação transcrita ao longo deste trabalho.

⁵⁶ Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp.19-61.

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ Embora mais uma vez se refira a elevação da imagem da rainha por este padre Lóio. Demonstrando mesmo alguma «devoção» religiosa.

⁵⁹ Na imagem: Portal lateral do Convento da Madre de Deus em Xabregas.

⁶⁰ Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp.146-179.

⁶¹ Vd. listagem do património da rainha em apêndice.

⁶² vd. capítulo 5.2. e 5.3.

⁶³ Vd. capítulo 5.3.

⁶⁴ Vd. capítulo 5.2.

ao serviço do Hospital, garantindo-lhes os privilégios dos primeiros habitantes das Caldas⁶⁵.

A política local de mecenato da rainha⁶⁶ tem em vista, também, o reforço da sua influência na população dos seus territórios e a reforma de obras locais (igrejas, pontes, vias) irá sustentar e ampliar o seu património pessoal. A isto não será alheio o facto de a rainha visitar as suas terras e contactar com a população e com a máquina burocrática do poder local, desta forma consolidando o fluxo financeiro da sua Casa, controlando de perto as fontes de receitas (impostos e arrendamentos).

As várias peregrinações aos santuários mais em voga da época⁶⁷, que curiosamente são quase todos em territórios da rainha ou fronteiros a estes, irão consolidar a sua imagem junto da população. A presença do casal régio é documentada⁶⁸ pelos cronistas da época nas festas religiosas: Montemor, Setúbal, Santarém, Évora, Almeirim, Abrantes, Castanheira, Torres Vedras, Aldeia Gavinha, Ribafria, Cachoeiras, Carnota, Alenquer, Sintra, Óbidos, A-dos-Negros, Atougia, Nazaré, Alcochete assim como a grande peregrinação que o casal régio faz em 1483 e 84⁶⁹ pelos santuários de Armamar, Lamego, Guimarães, Braga, Barcelos, Porto, Coimbra, Aveiro, Tomar, Alcácer do Sal, Montemor e Castelo Branco, estando a Corte em viagem «espiritual» durante basicamente um ano pelo país. Esta consolidação da imagem social terá influência não só na política interna mas também na resposta da população aos intentos expansionistas⁷⁰, embarcando nas aventuras marítimas⁷¹.

“Estes itinerários possibilitam esclarecer que, afinal, D. Leonor vivia afastada de D. João II, de forma continuada e organizada desde os horizontes de 1488-1489, sendo precisamente a excepção caracterizada pelos seus encontros posteriores a estas datas,

⁶⁵ Sobre este assunto vd. capítulo 4.1. da terceira parte.

⁶⁶ Independentemente do que se poderá discutir sobre os aliados e inimigos de D. Leonor nos seus últimos anos, é facto que D. Catarina (D. João III), demonstrou, mesmo localmente, que tinha também grande poder decisório e forte presença mecenática, o que terá ofuscado a influência da rainha-velha, há muito refugiada no seu palácio de Xabregas e na sua vida quase monástica. Vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.* Corpo documental.

⁶⁷ Sobre o ambiente em redor dos peregrinos, vd. o texto poético de Henrique da Mota sobre a atribulada peregrinação a Nazaré que transcrevemos em anexo (último documento).

⁶⁸ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp. 35-38, citando cronistas da época, como Resende, Góis e Pina.

⁶⁹ Fase de problemas de saúde do rei e da rainha.

⁷⁰ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp.182-195.

⁷¹ O impacto real destes percursos não se encontra bem definido, nem quem constituía a comitiva régia. Isto poderá deixar pistas sobre a renovação da estrutura viária e dos transportes fluviais, bem como sobre a posterior revisão dos forais. Vd. também. Armino de Sousa – *A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II* Porto: separata da *Revista da Faculdade de Letras (série de História)* 2.^a série, vol. VI, 1989. pp. 137-174.

ao longo dos anos de 1494 e 1495, quando se desenvolve a doença de ambos, altura também para os seus afrontamentos em torno da sucessão do reino (...)”⁷²

Após a morte de D. João II, os itinerários da rainha traçados por Ivo Carneiro de Sousa são quase em exclusivo visitas a santuários de pequena devoção local. Na prática, conhecemos os itinerários da rainha pelo registo de bens doados por esta aos templos que visitou, sendo fácil confundir a política de doações da rainha com o seu elevado número de padroados. O seu apoio financeiro para a renovação desses templos irá deixar marcas profundas na população, tendo também, talvez servido para conhecer o real estado do reino, justificando a vontade de fundar as Misericórdias e apostando na criação de centros de assistência.

Por outro lado, mais prático, a Corte mantém-se em constante movimento por problemas de salubridade da cidade de Lisboa:

“Cremos que teens sabido quanto tempo ha que per a doença e ma desposição desta çidade de Lixboa andamos fora della per outros muytos lugares pollo quall não foste visitadas de nos como desejamos nem menos por esta causa temos ouvydo nova de vos”⁷³

Será durante este período que D. Leonor, em passagem por Óbidos, terá procurado alívio nas águas das Caldas. Mas será após 1500 que a rainha centra alguma da sua actividade fora do paço de S. Elói na zona das Caldas, visitando os templos de Amoreira, da Ameixoeira, Atouguia, A-dos-Ruivos e Nazaré.⁷⁴ A doação pela rainha de avultadas somas para reformas nos edifícios e nos equipamentos são reconhecíveis ainda hoje. Confundem-se as obras de iniciativa local com apoios financeiros de D. Leonor, com outras, cronologicamente paralelas, financiadas por D. Maria (D. Manuel) e D. Catarina (D. João II)⁷⁵.



⁷² Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p.185.

⁷³ Carta de 1509 à abadessa de Sta. Maria Annunziata de Florença citada por Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p.194. Na imagem: N. Sra. da Piedade da Merceana (1520-1525), uma das últimas obras patrocinadas por D. Leonor, onde é visível a alteração no gosto estético entre as primeiras obras e as últimas obras feitas com o apoio da rainha.

⁷⁴ Vd. anteriores referências aos itinerários.

⁷⁵ Vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.* Em especial o corpo documental.

No imaginário local, quase todas as capelas das aldeias do concelho de Óbidos foram feitas por D. Leonor e a falta de documentos da época dificulta o estudo destas obras. Embora se possam reconhecer vestígios de construções da época nas igrejas de Óbidos, no paço e no convento da Cerca e nas capelas das aldeias, não se pode defender que a rainha tenha realmente financiado as construções⁷⁶. Na prática, a documentação de D. Leonor sobre o termo de Óbidos refere-se à administração local da cobrança de dívidas e à dotação financeira do Hospital.⁷⁷

Na envolvente a Caldas conhecem-se como fundadas pela rainha as capelas⁷⁸ de S. António na A-da-Gorda e do mesmo santo em Salir do Mato, a de Sta. Maria Madalena em A-dos-Negros, a igreja da Misericórdia, a reforma profunda na igreja de Sta. Maria, S. Tiago e S. Vicente (S. João) em Óbidos, o restauro de N. Sra. da Aboboriz na Amoreira e obras na matriz da Atouguia. Tradicionalmente perpetuadas no *Memórias Históricas...*, existem indícios de obras em igrejas que ruíram pelos terramotos de 1536 e 1755 mas, pela falta de bases documentais do autor, consideramos que não merecem total credibilidade.⁷⁹



80

Em suma, relativamente à política mecenática de D. Leonor no que diz respeito a edificações⁸¹, poderemos considerar quatro tipos diferentes de apoio, consoante o poder da rainha sobre o «objecto»: o apoio a instituições monásticas, em troca de auxílio espiritual e assistência médica à sua pessoa, com especial relevância a Franciscanos,

⁷⁶ Vd. próximo capítulo.

⁷⁷ Vd. capítulo 5.3.

⁷⁸ Em geral utilizou-se como fonte o *Memórias Históricas...* e Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*

⁷⁹ Vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.* 1990.

⁸⁰ Igreja de Nossa Sra. da Aboboriz na Amoreira.

⁸¹ Vd. o mapa de Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p.165.

Clarissas, Dominicanas e Lóios; apoios a pequenas igrejas, subdividindo este tipo em dois grupos, as obras em santuários de devoção popular espalhados pelo reino e obras em igrejas do seu património (territórios ou padroados); apoios a obras em edifícios civis dos seus territórios, com o intuito de consolidar o seu domínio local, construindo ou renovando casas de câmara, açougues, cadeias, matadouros e pelourinhos; e, por fim, obras ligadas à assistência social, no qual incluímos o Hospital de Caldas e a unificação dos hospitais de Lisboa, com o apoio (embora pouco estudado) ao Hospital de Todos-os-Santos⁸², além da instituição das Misericórdias e da reforma de algumas albergarias, criando estatutos modelo para todo o país colocando-as sob a alçada das novas Misericórdias.⁸³

⁸² Vd. capítulo 8.1.

⁸³ Vd. Fernando da Silva Correia - *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: 1946.

2. 2. As grandes obras na região na viragem de Quatrocentos/Quinhentos



Sem nos alongarmos muito com considerações estéticas e políticas de desenvolvimento, é importante referir quais as obras em curso na região. Esta curta abordagem contribuirá para se compreender as inter-relações dos variados estaleiros, entre os quais circulariam estilos, métodos, decisões, escolhas de materiais e, provavelmente, mão-de-obra.

Numa região onde marcadamente o investimento é feito por iniciativa ou das rainhas ou do Mosteiro de Alcobça, na viragem Quatrocentos/Quinhentos, outros financiadores começaram a surgir: a pequena nobreza local e a burguesia deram início a algumas obras privadas, como forma de afirmação pessoal. Assim, construíram-se pequenas capelas⁸⁵ nas aldeias, edificaram-se capelas funerárias nas igrejas paroquiais

⁸⁴ Grandes obras contemporâneas da construção do Hospital na região: 1. Edifícios do Hospital; 2. Paço de Óbidos, remodelação da Igreja de Sta. Maria, Aqueduto e Rua Direita; 3. Obras no Mosteiro de Alcobça; 4. Convento de Cós; 5. Casa de Quinta de Aljubarrota e Igreja; 6. Igreja de Turquel; 7. Quinta dos Gorjões na Roliça; 8. Cintura Fortificada de Peniche; 9. Convento e Forte das Berlengas; 10. Convento de Vale Benfeito; 11, Convento e Forte de São Bernardino; 12. Forte da Consolação; 13. Solar do Bombarral; 14. Convento de Trás-do-Outeiro; 15. Convento das Gaeiras; 16. Paço da Serra D'el Rei; 17. Forte da Nazaré; 18. Santuário de N. Sra. da Nazaré; 19. Paço de Rio Maior.

⁸⁵ Pela extensa lista de capelas construídas nas aldeias, por se considerar que o estaleiro destas seria de pequena dimensão e sem expressão do ponto de vista técnico, estas não foram incluídas no mapa anterior.

de Óbidos⁸⁶ e de Atouguia e, a um nível menor, desenvolvem-se a decoração das pedras tumulares. As estratégias de arroteamento e a rápida ascensão da burguesia agrícola no local irão motivar também a construção de palacetes nas explorações agrícolas principais⁸⁷, em especial na faixa Carvalhal–Bombarral⁸⁸–Gaeiras.



89



90

A escolha destes financiadores⁹¹, na construção habitacional, recai num estilo renascença/chão, mais despojado e de soluções interiores e fenestração mais funcional⁹², afastando-se da imagem tardo-medieval característico dos empreendimentos de iniciativa régia da altura dos descobrimentos. Sendo curioso o coabitar dos diferentes estilos arquitectónicos em edifícios tão próximos.

Bastará olhar o mapa da abertura deste capítulo para notarmos a grande diferença no número de obras realizadas nos coutos de Alcobaça e no termo de Óbidos e Atouguia. No primeiro caso, as grandes intervenções efectuavam-se maioritariamente no Mosteiro, tais como a sala do capítulo e a decoração nos claustros, obras marcadamente manuelinas e, um pouco mais tarde, o palácio do Cardeal, na ala Norte, de estilo renascença (chão)⁹³.

A Sul, poderemos separar os empreendimentos de iniciativa régia em três grupos: obras de defesa, obras de habitação e urbanismo, obras religiosas de grande dimensão.

⁸⁶ Vd. Pedro Flor – *Op. Cit.*

⁸⁷ Vd. Capítulo 2.1. da primeira parte.

⁸⁸ O estudo das Quintas dos séculos Quinze a Dezoito está em elaboração pelo PH. Em especial a divulgação de documentação privada sobre a administração e as transferências de propriedade.

⁸⁹ Casa da Quinta dos Gorjões na Roliça. Foto da DGEMN.

⁹⁰ Paço da Serra D'el Rei, Foto da DGEMN anterior às intervenções de 1956.

⁹¹ Vd. Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*

⁹² Vd. José Eduardo Horta Correia – “*Arquitectura Maneirista e estilo chão*” in AAVV – *História da Arte em Portugal*. vol. VI. Lisboa: Alfa, 1986.

⁹³ Vd. João Oliva Monteiro – “Rinoceronte e o palácio quinhentista no Mosteiro de Alcobaça” in *Actas – Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII, colóquio 23-27 de Novembro de 1994, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR. 2000, pp. 291-300.



Por um lado, de D. João II a D. Sebastião a maior preocupação régia, foi o reforço do nível de segurança costeiro, a par do similar esforço que estava a ser feito na fronteira terrestre; assim, além do reforço das muralhas de Óbidos⁹⁵, iniciou-se a construção dos vários fortes de defesa costeira de traça apoiada na nova tratadística e com arquitectos de nomeada, desde o de Nazaré⁹⁶ até às várias fortificações de defesa da volta do Cabo Carvoeiro⁹⁷: Baleal, Papoa, Redondo⁹⁸, Consolação⁹⁹, S. Bernardino e o Forte de S. João Baptista nas Berlengas, a única fortaleza *off-shore* em Portugal¹⁰⁰. A construção de fortificações, aqui tal como na fronteira terrestre, irá permitir o

⁹⁴ Foto aérea do núcleo principal de Fortalezas de Peniche. Foto DGEMN.

⁹⁵ Sobre as obras neste período em Óbidos vide fundamentalmente: Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit. e Memórias Históricas...*

⁹⁶ Vd. Isabel Mendonça – *Ficha IPA 1011020003: Forte de S. Miguel Arcanjo, Sítio da Nazaré*, DGEMN, 1992; Carlos Pereira Callixto – *O ataque ao forte de S. Miguel da Nazaré*, s.d. (policopiado);

⁹⁷ A estrutura defensiva do Cabo Carvoeiro é composta por várias fortificações independentes: o Alto da Vela, Moinhos, Cavaleiro, S. António, da Ponte, Ilhéu, S. Vicente, Gambôa, Misericórdia e tendo como pólo mais antigo o baluarte do Redondo. Separadas do corpo principal seriam o das Cabanas, o Portinho do Meio, no farol do cabo o de N. Sra. da Vitória, o Forte da Luz no extremo Oeste, o Carreiro do Cabo destruído pelos franceses tal como o do Baleal e o Entroncheamento de S. Miguel, que se estendia do Balaarte da Gambôa ao Porto da Areia do Norte. Vd. Mariano Calado – *Peniche na História e na Lenda*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche, 4.ª ed. 1991. J. Blot – *A cidadela do mar*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche, 1989; Isabel Mendonça – *Ficha IPA 1014040002: Fortaleza de Peniche*. DGEMN, 1992.

⁹⁸ Mariano Calado — “Onde se fala de uma carta de D. Afonso de Ataíde, Senhor da Atouguia, para D. João III e de como, ao depois, para defesa de Lisboa e do País, se levantaram as fortificações de Peniche” in *Oeste Cultural, Revista de Cultura e Teoria*, n.º 1. Torres Vedras: ADRO, 2002.

⁹⁹ Victor Mestre – *Ficha IPA 1014020009: Forte da Praia de Consolação*. DGEMN, 1992.

¹⁰⁰ Francisco Reiner & Raul Santos — *Berlengas, as histórias e as estórias...* Lisboa: Intermezzo – Audiovisuais, Lda., 2002.

florescimento de novos conjuntos urbanos; caracterizando-se pelo traçado geométrico de ruas e praças, favorecendo as funcionalidades de defesa territorial e dos espaços e edifícios públicos,¹⁰¹ como tal, influenciando o desenvolvimento de outros novos espaços fora do condicionalismo do intra-muros.



102

Quanto às obras de habitação e urbanismo, refira-se em Óbidos¹⁰³: o novo paço do Castelo financiado por D. Leonor e por D. Manuel; a Rua Direita, a Praça de Sta. Maria e o Aqueduto, promovidos por D. Catarina e o paço da Serra D’el Rei reformado por D. Manuel¹⁰⁴.

Por fim, de iniciativa régia destacam-se ainda as obras religiosas de grande dimensão, sendo patocinada a instalação de Ordens Religiosas¹⁰⁵ no termo de Óbidos e da Atouguia. Assim, além dos pequenos núcleos conventuais na urbe (Ordem Terceira de S. Francisco, Donas de S. Domingos, Clarissas junto à Porta da Vila) construídos ou remodelados por D. Leonor¹⁰⁶; com D. Maria (D. Manuel) e com D. Catarina (D. João III) foi financiada a construção dos já desaparecidos Convento de N. Sra. da Misericórdia das Berlengas¹⁰⁷ e seu sucessor o Mosteiro de N. Sra. da Conceição de

¹⁰¹ Cfr. Por exemplo Margarida Valla – “A praça no espaço urbano fortificado” in Manuel C. Teixeira (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. pp. 157-175.

¹⁰² Forte de S. João Baptista das Berlengas.

¹⁰³ Vd. Teresa Betencourt da Câmara – *Op. Cit.*

¹⁰⁴ Vd. Mariano Calado – *Peniche na História e na Lenda*.

¹⁰⁵ Integrando-se na política de reforma das Ordens religiosas, em especial no tempo de D. João III; curiosamente, um dos obreiros destas reformas, D. António de Lisboa, foi frade professo nas Berlengas.

¹⁰⁶ Vd. Teresa Betencourt da Câmara – *Op. Cit.*

¹⁰⁷ O Convento das Berlengas após ter sido abandonado foi desmantelado, tendo os materiais sido aproveitados para a construção do novo mosteiro em Valebenfeito em 1535. Após a extinção das Ordens religiosas o Mosteiro foi parcialmente demolido (além de despojado de obras de arte), as cantarias da

Vale Benfeito¹⁰⁸ para os frades Jerónimos, os de S. Miguel de Trás-do-Outeiro¹⁰⁹ e das Gaeiras¹¹⁰ para os Franciscanos e de S. Bernardino¹¹¹ para os Beneditinos.



112

Contudo, ao nível da arte aplicada à arquitectura, dar-se-á especial destaque à escultura de carácter religioso¹¹³, com opção estilística marcadamente renascentista coimbrã, muitas vezes estilisticamente desenquadrada do todo que é a igreja onde se insere¹¹⁴. A escolha de grandes mestres nacionais para a execução demonstra a capacidade financeira da região¹¹⁵, destacando-se o túmulo de D. João de Noronha e as esculturas executadas para o altar-mor da igreja de Sta. Maria que, após setenta anos de obras de remodelação na capela-mor, não foram colocadas¹¹⁶.

Só um século mais tarde é que a pintura local ganha expressão¹¹⁷, pela chegada a Óbidos de Diogo Teixeira e André Reinoso¹¹⁸, formadores de novos pintores locais

igreja que tinham originalmente pertencido ao das Berlengas serviram para a construção do Casino Ibéria nas Caldas (actual Gabinete de Apoio Técnico), assim os vãos dos dois últimos pisos do edifício são as janelas e portão principal da igreja, em estilo manuelino, originais de 1513. Vd. Miguel Duarte – *Quando nem as pedras restam: O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Vale Benfeito*. Óbidos: 2005. (policopiado). Teresa Bettencourt da Câmara – *Op. Cit.*

¹⁰⁸ Vd. Miguel Duarte – *Op. Cit.*

¹⁰⁹ Também com o Cardael D. Henrique como mecenas.

¹¹⁰ Vd. Sérgio Gorjão – *O Convento de S. Miguel (Trás-do-Outeiro e Gaeiras)*. Óbidos: Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos, 1998.

¹¹¹ Mariano Calado – *Op. Cit.*

¹¹² Paços do Castelo de Óbidos (actual Pousada).

¹¹³ Serão também de referir os cruzeiros manuelinos mandados colocar por D. Leonor dos quais restam apenas o da Coimbrã (Atouguia) e o da Memória (Óbidos).

¹¹⁴ Tal como o portal da sacristia da Igreja de S. Leonardo da Atouguia.

¹¹⁵ Vd. Pedro Flor – *Op. Cit.*

¹¹⁶ Vd. Pedro Flor – *Op. Cit.* Apêndice Documental.

¹¹⁷ Vd. Nicolau Borges – *O Hospital das Caldas da Rainha: arte e património*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998. (policopiado)

¹¹⁸ Victor Serrão – “A arte da pintura no eixo Caldas da Rainha: Óbidos, 1520-1684” in *Linha do Oeste: Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*. Lisboa: Assírio e Alvim, Rosa-dos-ventos n.º 2, 1998.

mais ou menos contemporâneos entre si: Baltazar Gomes da Figueira (1604-1674)¹¹⁹, sua filha Josefa D'Ayala (1630-1684)¹²⁰, o enigmático Mestre da Lourinhã¹²¹ e nas Caldas, Belchior de Matos (1595-1628)¹²² e a sua mulher Joana Duarte¹²³.



124

¹¹⁹ vd. Victor Serrão; Jorge Estrela; Sérgio Gorjão – *Baltazar Gomes Figueira (1604-1674): catálogo da Exposição evocativa dos 400 anos do nascimento de Baltazar Gomes Figueira*. Óbidos: CMO, 2005.

¹²⁰ Vd. Victor Serrão – *Josefa de Ayala, pintora ou o elogio da inocência: catálogo da Exposição Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*. Lisboa: IPPC, 1991.

¹²¹ Manuel Batoréo – *Op.Cit.*.

¹²² Vd. Victor Serrão – *Belchior de Matos 1595-1628: Pintor das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Museu José Malhoa, 1981.

¹²³ O pintor caldense Belchior de Matos foi um dos privilegiados do Hospital. Esta «escola» local teve bastante impacto estilístico nas Caldas, tendo sido favorecida pela presença constante de altas figuras da corte e da burguesia abastada, que procuravam os banhos das Caldas, deixando-se retratar, adquirindo obras ou contratando-os. Vd. Nicolau Borges – *Op. Cit.*

¹²⁴ *Mestre da Lourinhã* – S. João Evangelista, tela do altar lateral esquerdo da igreja do Mosteiro do Vale Benfeito. Vd. Manuel Batoréo – *Pintura Portuguesa do Renascimento: O Mestre da Lourinhã*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

3. O estaleiro de obras: o início da construção

“Pagou Joam de Coja allmoxarife deste/espiritall per hũu mandado do/provedor a mestre Mateus da/enprejtada que tomou a rainha Nosa/Senhora pera fazez d abobada he baran/ da da rouparia oytenta mjll/reaís os quaes entregou Alejxo/anrijquez seu irmão per vertude de/hũua precuraçam sua e cobrou/delle conhecjmento feito per mjm aos/ xx biij dias de Agosto de 1521 anos

(a) *Geronimus* [provedor Jerónimo Aires]

[À margem:]

Matheus foy o pedreyro q fez toda a obra deste hosp.^{al} e a abobada da varanda he rouparia.”¹²⁵

Embora durante anos se tenham atribuído as obras a outros mestres, tais como Boytac¹²⁶, Mestre Matias¹²⁷ e Mateus do Couto¹²⁸, um documento publicado por Saavedra Machado em 1987 veio clarificar a situação¹²⁹. Um empreendimento desta envergadura e de iniciativa da coroa, aliado à falta de antecedentes de obras desta natureza¹³⁰, fariam a rainha escolher alguns de entre os mestres-de-obras mais reputados da época; no caso, o Mestre Mateus Fernandes, para traçar o primeiro conjunto de edifícios do complexo hospitalar.¹³¹

O documento ao qual nos referimos no parágrafo anterior é o registo das despesas com os honorários de Mestre Mateus Fernandes Filho que, em 1521, teria terminado a abóbada e varanda da rouparia, onde à margem o escrivão registou que o mesmo arquitecto seria o autor do resto da obra.

¹²⁵ AH/HCR – Livro de Receitas e despesas de 1520-1521. Sc. Gestão Financeira, fl. 389, publicada por João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. Documento 1, p. 55.

¹²⁶ Vd. Jorge Segurado – “Boytac e a Capela de Nossa Senhora do Pópulo” in *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 31. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977. E José Custódio Vieira da Silva – *A igreja de Nossa Senhora do Pópulo*. CHCR, 1985.

¹²⁷ Seria um mestre local segundo Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha...* p. 102.

¹²⁸ Mateus do Couto, fundador da dinastia de arquitectos, nasceu no termo de Salir do Mato, onde a família e os pais possuíam terras, foi baptizado nas Caldas a 20 de Março de 1628. Obviamente como é bastante posterior às obras do hospital não poderia ser o seu autor.

¹²⁹ Referimo-nos à citação de abertura deste capítulo.

¹³⁰ Vd. capítulo 8.

¹³¹ Embora não existam documentos que comprovem a presença de Mateus Fernandes (pai) nas Caldas, seguimos na senda de Paulo Pereira, Rafael Moreira, Custódio Vieira da Silva, entre outros autores, para os quais é indubitável a presença do mestre. Em especial porque para os historiadores de Arte o traço de N. Sra. do Pópulo é inquestionadamente do mestre da Batalha. Poderemos também, pelo intervalo cronológico entre o início das obras e o documento referido, adiantar que dificilmente Mateus Fernandes Filho fosse o primeiro mestre-de-obras do Hospital e também, como veremos no capítulo 8, o estilo arquitectónico da igreja de N. Sra. do Pópulo é diferente do gosto estético aplicado no final da obra, nomeadamente na varanda a que se refere o documento citado. Vd. continuação do capítulo.

Verifique-se que o autor do documento regista também a presença de um dos irmãos do mestre, Aleixo Henriques, no estaleiro, transparecendo aquilo que já vários autores dão como aceite: que a família Fernandes funcionava como uma empresa de empreitadas¹³², podendo assim manter o controlo das obras quando o Mestre Principal (pai ou filho) eram chamados para uma outra. No caso das Caldas são vários os elementos do clã de Mateus Fernandes, a participar nas obras¹³³. Assim, prova-se também o que Viterbo nos diz de Mateus Fernandes: que além de ser o principal cultor de uma corrente estilística é também a “*cabeça de uma dinastia de mestres-de-obra*”¹³⁴. O mestre é, sempre que necessário, substituído no cargo pelo seu filho homónimo¹³⁵, tal como aconteceu noutros empreendimentos em que participaram e sempre que o pai era chamado para comissões de serviço¹³⁶. Após a morte de Mateus Fernandes¹³⁷ terá Mateus Fernandes Filho e os seus irmãos tomado as empreitadas do pai, tal como alguma documentação regista.

Mateus Fernandes será o autor principal das Obras da Batalha, em especial do grande pórtico das Capelas Imperfeitas. É do seu traço que saem as obras mais importantes da viragem de Quatrocentos para Quinhentos¹³⁸. De estilo marcadamente medievo, seguindo uma “*corrente ao modo inglês*”¹³⁹, deveria por isso possuir um estatuto social elevado e uma presença de prestígio na Corte¹⁴⁰. Além da sua atitude inventiva das formas e do seu estatuto social, terá sido o primeiro arquitecto português que passa do estatuto operativo para um papel teórico¹⁴¹ e de acompanhamento doutrinal¹⁴², formando não só os seus descendentes directos mas cruzando-se com os futuros arquitectos.

Mateus Fernandes irá desposar Isabel Fernandes, filha de Mestre Guilherme. Os seus filhos, tal como já vimos, seguem a profissão do pai: o seu homónimo Mateus

¹³² Vd. Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 47. Como o que se pretende com este estudo não são considerações sobre História da Arquitectura não nos iremos debruçar sobre esta matéria.

¹³³ Vd. capítulo 8.2.

¹³⁴ Sousa Viterbo – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: IN-CM, 1922.

¹³⁵ Optou-se pelo nome de Mateus Fernandes Filho quando nos referirmos a este no corpo do trabalho.

¹³⁶ Vd. Paulo Pereira – “*A igreja do Pópulo e a obra de Mateus Fernandes*” in *Historia da Arte Portuguesa*. Vol. II. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. pp. 44 a 47.

¹³⁷ Mateus Fernandes era desde 1490 o mestre-de-obras da Batalha, onde residia. Faleceu a 10 de Abril de 1515 (anterior ao documento que se transcreve).

¹³⁸ Pedro Dias – “O manuelino” AAVV – *História da Arte em Portugal*. vol. VI. Lisboa: Alfa, 1986.

¹³⁹ Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 48.

¹⁴⁰ Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 47.

¹⁴¹ Poderá considerar-se como a viragem do Mestre-de-obras para o Arquitecto renascentista.

¹⁴² Vd. Pedro Dias – *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença, 1490-1540*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982.

Fernandes¹⁴³, Aleixo Henriques, Diogo Fernandes e a sua filha, Isabel Henriques casará com o emergente mestre Diogo Boytac, seu colega em obras da Batalha e no Hospital de Todos os Santos¹⁴⁴. Os seus netos (filhos de Mateus e Diogo): Vasco Fernandes, Diogo Fernandes, João Fernandes e Gaspar Fernandes irão trabalhar nos mesmos empreendimentos¹⁴⁵ ocupando cargos nas várias valências (pedreiros, escultores e cabouqueiros). Os filhos de Aleixo Henriques, Pêro Henriques e Francisco Henriques, subiram a mestres-de-obra principais, ficando ligados (em parceria) às obras dos Jerónimos e da Sé da Guarda¹⁴⁶. Por fim, dois dos destacados membros do estaleiro de Mateus Fernandes, os medidores Álvaro Pires, que o acompanhou nos trabalhos de Almeida em 1508, e Martins Lourenço, em Danzilho serão futuros mestres na construção de fortalezas e na definição do Estilo Chão¹⁴⁷; Martins Lourenço irá ser o arquitecto de S. Francisco de Évora e Álvaro Pires irá acompanhar as obras de Tomar com Diogo Arruda e em Coimbra com Boytac¹⁴⁸.

*“Mateus, que foi «Juiz Ordinário na villa do mosteiro», detinha um estatuto invejável e deveria possuir uma vasta presença social e prestígio na corte, pois de outro modo não se explica que tivesse podido colocar a sua campã rasa logo à entrada do Mosteiro da Batalha e a eixo do templo, o que na realidade funcionava como assinatura da obra (...). Uma vez que foi servidor de D. Leonor – cujo pensamento doutrinal se conhece bem – não admira que a pedra sepulcral do arquitecto exhiba duas caveiras com legendas sobrepostas recitando os versos «Vos homes que pasaes a Ds Sor nos Rogay / -Nã deixeis de bem fazer por que así aves de ser» num depoimento concordante com o pietismo da devotio moderna”*¹⁴⁹

A par do mestre-de-obras e da rainha, a outra figura de destaque será o primeiro provedor do Hospital, que se mantém no cargo até 1496, Álvaro Dias Borges¹⁵⁰, homem de grande poder financeiro e do círculo político da corte da *rainha-velha*.

Assim, possuímos o enquadramento da administração do estaleiro do Hospital: a rainha daria o aval mecénático e o suporte político à obra¹⁵¹; o provedor a gestão

¹⁴³ Sousa Viterbo – *Op. Cit.*

¹⁴⁴ Em 1502, segundo Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 73.

¹⁴⁵ Incluindo as das Caldas.

¹⁴⁶ Vd. Paulo Pereira – *Op. Cit.* p.48.

¹⁴⁷ Vd. José Eduardo Horta Correia – “*Arquitectura Maneirista e estilo chão*” in AAVV – *História da Arte em Portugal*. vol. VI. Lisboa: Alfa, 1986. p.182.

¹⁴⁸ Vd. Paulo Pereira – *Op. Cit.*; Sousa Viterbo – *Op. Cit.* e George Kubler – *A arquitectura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes*. Barcarena: Editorial Vega, 2.ª ed., 2005.

¹⁴⁹ Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 47.

¹⁵⁰ No capítulo 3.2. da terceira parte deste trabalho iremos debruçar-nos sobre as propriedades e a influência do Provedor Álvaro Dias Borges.

¹⁵¹ A existência de vários estudos sobre a obra mecénática e o enquadramento doutrinal e político da rainha D. Leonor fez-nos optar por reduzir ao mínimo as considerações sobre a sua personagem. Vd. os

financeira, e o mestre-de-obras, o planeamento e as construções. A cúpula hierárquica da equipa da empreitada seria completa com a restante família de Mateus Fernandes¹⁵², com os almoxarifes Diogo Alvares (de Óbidos) e, após este, João de Coja, o vedor Jaime da Fonseca, o escrivão André Homem e Vasco do Couto, o tabelião Gonçalo Mendes, o tesoureiro Fernão Afonso, o contador Fernão Nunes e os homens do almoxarifado responsáveis pela demarcação, João Álvares e Joaquim Pires Bugalho¹⁵³.

Rainha D. Leonor ¹⁵⁴						
Mestre-de-obras Mateus Fernandes				Provedor Álvaro Dias Borges		
Contra-mestres			Almoxarife de Óbidos	Almoxarife do Hospital	Tabelião	Tesoureiro
Mateus Fernandes Filho			Diogo Álvares	João de Coja	Gonçalo Mendes	Fernão Afonso
Diogo Fernandes			Homem do Almox.	Homem do Almox.	Escrivães ¹⁵⁵	Contador
Aleixo Henriques			JoaquimPires Bugalho	João Álvares	André Homem	Fernão Nunes
Pedreiros	Carreteiros	Ferreiros			Vasco do Couto	
Vasco Fernandes	Fernão Vaz	Diogo Afonso				
Afonso Pires ¹⁵⁶	Tomé Vaz	Afonso Gil				
Cabouqueiros	Afonso Gomes	Dário Fernandes				
João Fernandes	Fernão do Troiano	Serralheiro				
Diogo Fernandes	Diogo Álvares	Jerónimo Gonçalves				
Gaspar Fernandes	Diogo Peres Penela	Carpinteiro				
João Fonseca		Lopo Martins				
Serventes	Serventes	António Gil				
?	?	Pedro Eanes				

trabalhos já citados de Ivo Carneiro de Sousa; Conde de Sabugosa; Jorge de S. Paulo (em especial o tomo 1.); Fernando da Silva Correia – *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: 1946.

¹⁵² Curiosamente, o nome Fernandes é muito comum nos primeiros habitantes das Caldas, como iremos ver na terceira parte deste trabalho.

¹⁵³ Dados retirados de vários documentos e de Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Lv. III, p. 475.

¹⁵⁴ Organigrama do estaleiro das obras do Hospital.

¹⁵⁵ É de referir, desde já, embora este assunto seja abordado na terceira parte deste trabalho, que no fim da vida da rainha grande parte dos oficiais da sua *Casa* passa para o serviço do Hospital, daí que este organigrama nos campos do pessoal administrativo esteja incompleto. Apontamos apenas os oficiais que encontramos em documentos referentes às obras e ao estaleiro.

¹⁵⁶ Afonso Pires, João Fonseca, Diogo Afonso, Afonso Gil, Dário Fernandes, Jerónimo Gonçalves, Lopo Martins, António Gil e Pedro Eanes eram moradores e proprietários nas Caldas. Vd. capítulo 4.2. da terceira parte.

A ausência de estudos sobre os estaleiros de obra deste período deixa-nos sem grandes recursos para comparar o estaleiro do Hospital com outros seus contemporâneos. Assim, poderemos analisar a relação entre as várias valências necessárias à execução da obra e o seu impacto no local, nomeadamente a localização do estaleiro e o fornecimento de matérias-primas¹⁵⁷, deixando a análise do impacto do estaleiro nas primeiras construções «de morada» para a terceira parte deste trabalho.

A condição determinante para a instalação do estaleiro é a facilidade de movimentos entre a implantação da obra, a entrada de materiais e o escoamento de excedentes. Igualmente relevante num estaleiro de grandes dimensões é a componente social do mesmo, em especial quando este dista de um povoado; assim, factores como alimentação, segurança e salubridade revestem-se de grande importância para que qualquer mestre-de-obras siga o rumo traçado para a empreitada¹⁵⁸.

Definido o local de construção e os planos, seria necessário localizar o estaleiro e as valências necessárias ao andamento das obras. Analisando as condicionantes anteriormente traçadas para a localização dos edifícios, verifica-se que o estaleiro teria de estar instalado junto à estrada, garantindo as acessibilidades e tendo em conta a dificuldade de movimentos sobre solo arenoso e as más condições criadas pela temperatura e qualidade do ar junto ao pântano de águas sulfurosas. Por outro lado, o estaleiro já não tinha de ocupar um local coincidente com uma grande área plana. Atendendo ainda que a afluência de aquistas estava a aumentar à medida que as obras decorriam, o estaleiro teria de estar liberto das movimentações dos que acorriam às águas termais.

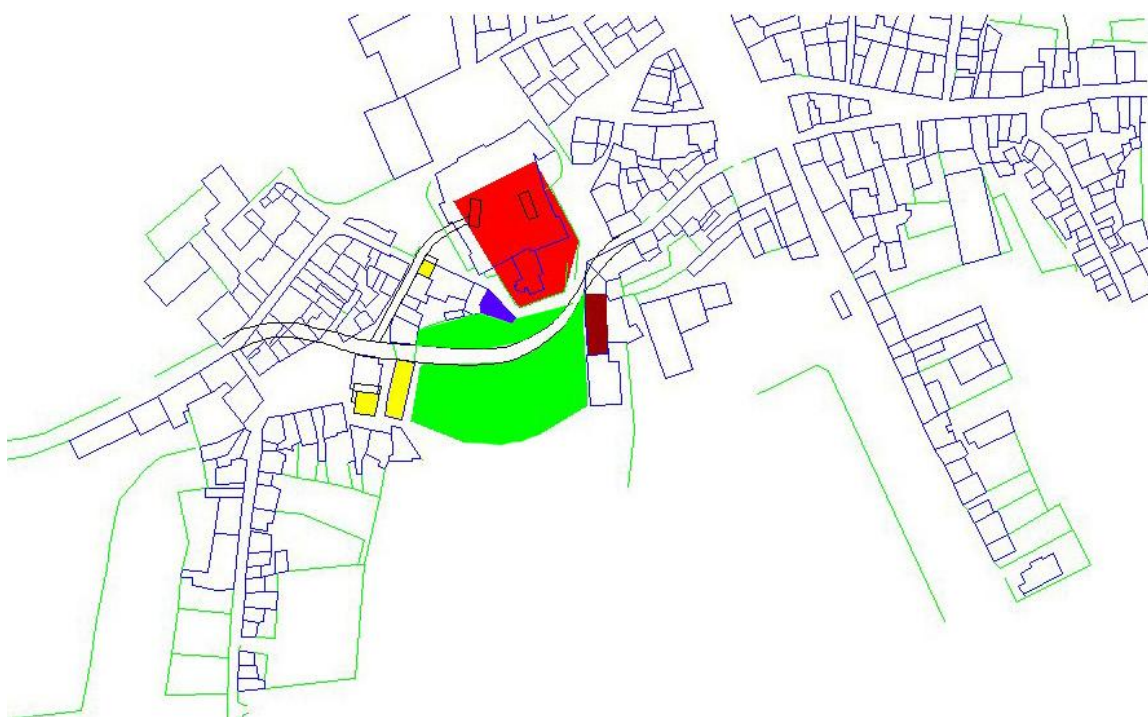
Consideramos que o estaleiro deverá ter sido instalado no vale a Nascente do Hospital, ocupando a única zona com pendente reduzida, ficando três metros acima da cota de implantação e numa curva da estrada. Para esta definição contribuem ainda dois outros factores: o estar nas traseiras da antiga albergaria, que poderia ser rapidamente restaurada e servir de apoio social, e do lado oposto ter ficado instalado o núcleo administrativo não só das obras, como do Hospital. A casa da administração e os

¹⁵⁷ As considerações sobre este assunto serão feitas por comparação com o estaleiro de obras do Hospital em 1747, pois sobre este existem os Livros de Registo da Obra no AH/HCR. “*Livro de memórias e instruções pertencentes à renovação do Real Hospital principiado em Maio de 1747*” Sc. Gestão Patrimonial. Estes 3 livros que registam todos os passos e decisões de obra dos arquitectos da equipa coordenada por Manuel da Maia (Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Pope, Rodrigo Franco e o empreiteiro Manuel Martins), infelizmente permanecem inéditos.

¹⁵⁸ Algumas das considerações apontadas neste capítulo são fruto da nossa experiência profissional como directores de obra e de estaleiro.

aposentos da rainha que, curiosamente, mesmo após as obras do século Dezoito ficam com a frente para o terreiro que agora definimos como local do estaleiro e abrem só as valências secundárias (cavalariças, cozinhas, etc.) para o lado do hospital, como veremos mais tarde.

Desta forma, o estaleiro ficaria marginado a Sul pelas dependências do pessoal, a Norte pela administração e a poente pela estrada e obra¹⁵⁹. A par de tudo isto, os banhistas poderiam continuar o percurso entre S. Silvestre e os banhos sem «colidir» com o decorrer dos trabalhos.



160

Outro indicador desta posição do estaleiro das obras é-nos dado, mais tarde, por Jorge de S. Paulo, quando localiza defronte à Torre dos Sinos (Volta dos Sinos) os fornos da cal¹⁶¹, que foram substituídos por fornos de pão em 1533 por Gomes Ayres¹⁶² que contratou com o Hospital o fornecimento de pão (em 1575 Miguel Jorge desistiu do contrato mas manteve o forno em funcionamento¹⁶³). Verifique-se que não existia a Rua

¹⁵⁹ De resto foi no mesmo local que foi implementado o estaleiro de 1747 a 1751, nesta altura para desobstruir a praça do Hospital e não «estorvar» os utilizadores das termas.

¹⁶⁰ Localização do estaleiro e do local de construção: a vermelho o local de construção, a amarelo os edifícios medievais (ruínas), a castanho a administração da obra e os aposentos da rainha e dos provedores., a azul o casa e fornos da cal.

¹⁶¹ Vd. também capítulo 5.1. da terceira parte.

¹⁶² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 339.

¹⁶³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 480.

da Volta dos Sinos e a estrada ficava entre o estaleiro e o forno¹⁶⁴. Como mais tarde foi anulado este troço da estrada¹⁶⁵ e foi fechado este pedaço da propriedade do Hospital (integrado na Horta), o antigo forno da cal (novo forno do pão) perdeu o acesso primitivo, a Nascente, virando-se para Poente para a torre dos sinos.

*“Foy dado por mym Jeronimo dayres, provedor do espirital da villa das caldas, sesmaria do covão ao pee da caalçada, q foram jaa fornos de caal, partindo com hũu piqueno penedo q esta na banda da calçada, acjma do prymeiro covam, e day vay tar a ryba onde se pôs um marquo, e vam a redor do dicto covão ter ao canno, pera se construyrem cazas e lhe ser dado de foro hũu alqueyre de trjgo por cada anno.”*¹⁶⁶

O documento acima transcrito do *Livro de Registos das Sesmarias* – datado de 9 de Maio de 1513¹⁶⁷ – localiza-nos com exactidão o forno da cal numa propriedade mais baixa (covão) do que a estrada velha, num local onde esta tinha uma pendente mais pronunciada (Calçada) e com limites entre a propriedade do Hospital (Poente), um morro de terra junto à estrada (Sudeste) e o aqueduto¹⁶⁸ (Noroeste). Além do forno existiria a casa anexa onde se guardava a cal, como nos aparece referido no registo de propriedades urbanas do Hospital, elaborado por volta de 1532:

*“Hy llogo Junto da casa dos fornos esta huã casa terea em que Recolhem ha call pera as hobras do espirital com hum pedaço de chão que esta entre a dita casa e a casa de afonso pires penela.”*¹⁶⁹

Posteriormente, no último quartel do século Dezassete, o *Tombo da fazenda do Hospital* volta a indicar-nos a mesma propriedade:

*“huas casas terreas que se chamão as casas da call qu estão defromte da torre dos sinos as quouis partem do norte com çerca da orta do opsitall e do sull com casas do mesmo ospitall que tras migell jorge e do poemte com Rua publica (...)”*¹⁷⁰

Em 1575 para se fazerem obras no Hospital foi construído um novo forno de cal junto ao ribeiro da Boneca (onde hoje é a Fábrica de Faianças Bordalo Pinheiro). Este

¹⁶⁴ Em 1545 o edifício e os fornos são temporariamente utilizados para fundição do sino.

¹⁶⁵ Vd. capítulo 7.4.

¹⁶⁶ AH/HCR – *Livro de Registos das Sesmarias*, fl. 49. [apud] Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital de Caldas da Rainha*, Leiria: 1984 (policopiada). [sem página].

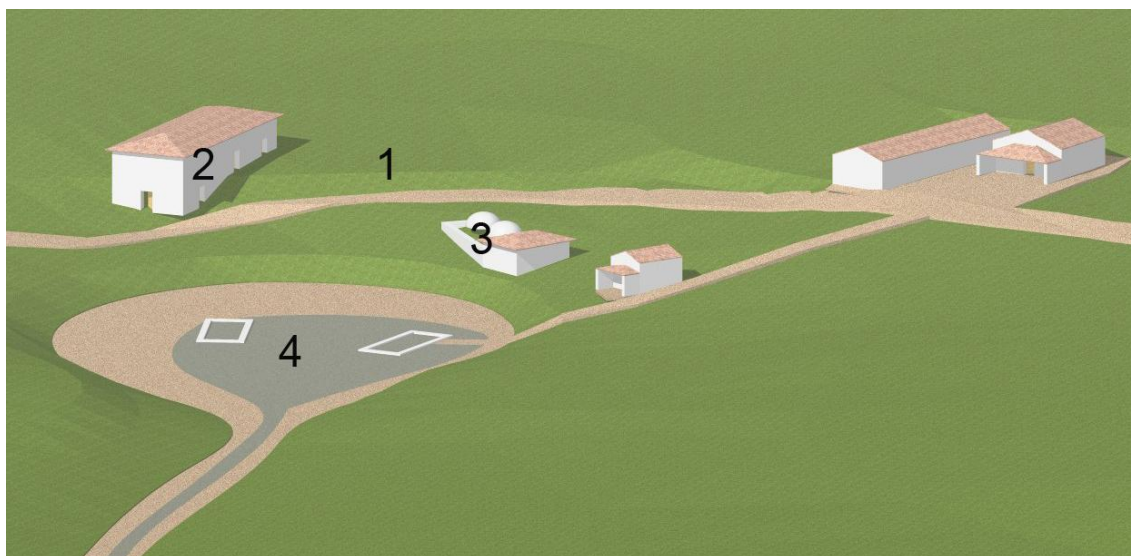
¹⁶⁷ O facto de se dar de sesmaria o local onde se encontrava um importante equipamento do estaleiro é demonstrativo que a obra do Hospital tinha terminado, iniciando um período de estagnação nos trabalhos que só são retomados em 1532.

¹⁶⁸ Do qual falaremos no próximo capítulo.

¹⁶⁹ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Transcrito em anexo (documento 25). Vd. capítulo 5.1. da terceira parte.

¹⁷⁰ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.63. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29). Vd. capítulo 5.1. da terceira parte.

forno após ter servido as ditas obras fora abandonado e posteriormente aforado pelo oleiro Augusto Jorge para o fabrico de tijolo e telha¹⁷¹.



172

Outro dos factores a ter em conta na obra é o acesso às matérias-primas. Na primeira parte do trabalho, ao estudarmos a morfologia do local¹⁷³, apontou-se para a falta de pedra, facto que obrigava à escolha de pedreiras mais distantes e a uma sobrecarga de tráfego pesado na estrada, complicando-se as passagens a vau dos vários cursos de água. Assim, verifica-se que o mestre-de-obras, conhecedor da qualidade das pedras da região¹⁷⁴, optou por dois tipos de calcário, um para os trabalhos decorativos (cantarias) e outro para a alvenaria de construção.

Para os elementos decorativos e cantarias lavradas, Mateus Fernandes escolhe o calcário da Serra de Aires, já seu conhecido de obras anteriores¹⁷⁵. Contudo, a maior quantidade de pedra, a alvenaria de construção, sem necessidade de grande qualidade, será extraída das pedreiras mais próximas.¹⁷⁶ Como não existem documentos deste período sobre a extracção de pedra decidimos localizar todas as pedreiras que à época estariam em laboração¹⁷⁷, sendo que todas elas se situam nas imediações de Óbidos.

¹⁷¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo III. p. 310.

¹⁷² Reconstituição conjectural do núcleo de construção: 1. Estaleiro, 2. Administração de obra e casa da Rainha, 3. Casa e fornos da cal, 4. Sítio de obra.

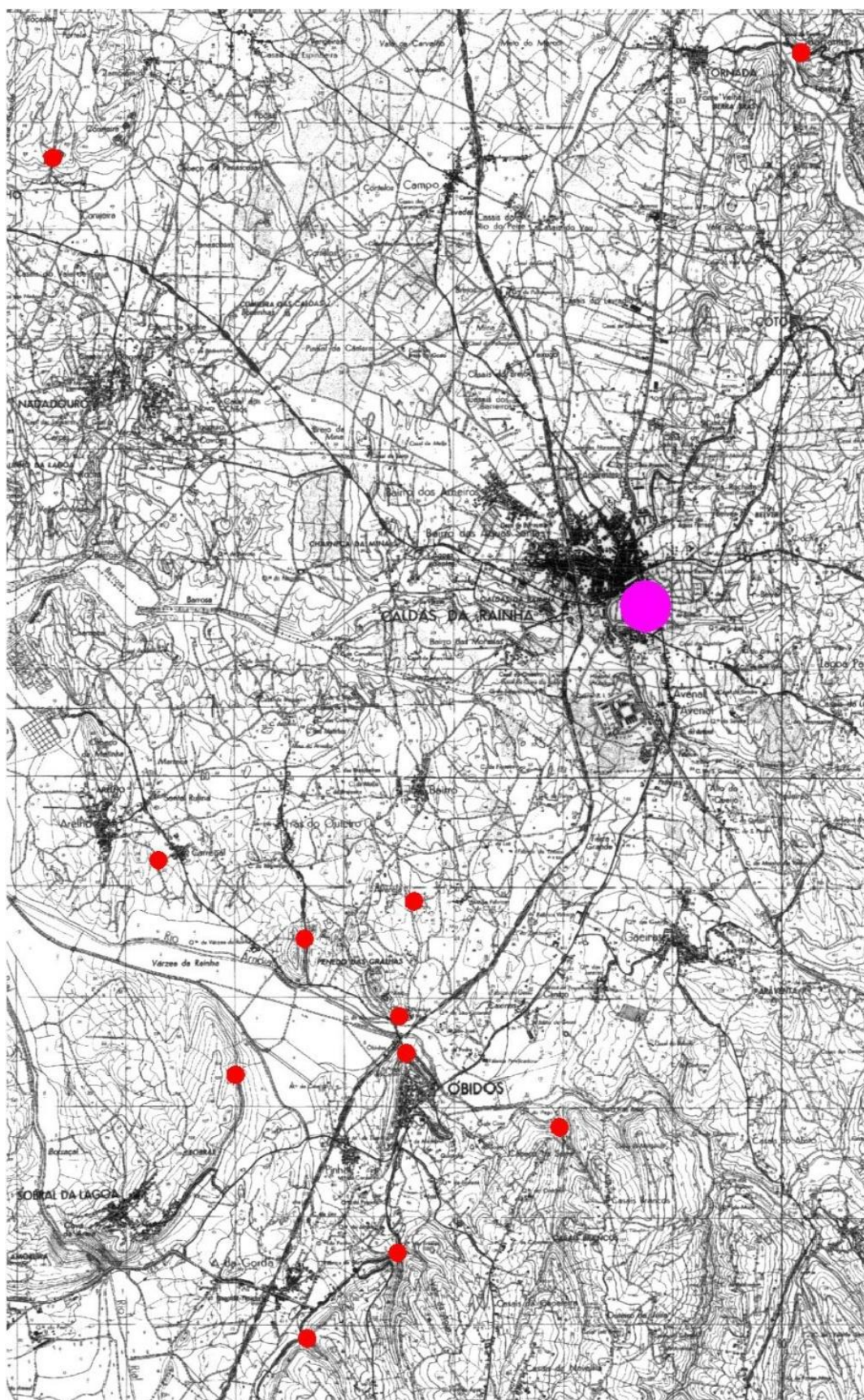
¹⁷³ Vd. capítulo 1 da primeira parte.

¹⁷⁴ Pela sua larga experiência na Batalha.

¹⁷⁵ Pedra mais utilizada no Mosteiro de Sta. Maria da Vitória.

¹⁷⁶ Esta pedra (em especial vinda da Serra do Bouro) é mais tarde utilizada nas obras de melhoramentos do Hospital, tal como nas obras da rouparia em 1532. BPADL – *Livro de Receitas e despesas do Hospital de 1532 a 1533*. fl. 285v. E nas obras do século Dezoito. Vd. também a próxima citação literal.

¹⁷⁷ Foi feita por investigação de campo.



178

¹⁷⁸ Localização das pedreiras de calcário mais próximas: a vermelho as pedreiras, a magenta o local da obra. A pedreira da Serra do Bouro aparece indicada no topo superior esquerdo.

*“(...) tudo da dyta pedraria brãca da serra do Boyro bem lympa, laurada e escodada e de boas peças grades e saas e lympas.”*¹⁷⁹

É comum o mestre-de-obras optar pelo uso da pedra que domina melhor em detrimento da pedra regional nas obras de arte¹⁸⁰. Na fase final do empreendimento, já na década de 1530, os provedores do Hospital optaram pela mão-de-obra local, formada no estaleiro de Mateus Fernandes. Estes novos mestres escolheram pedra regional para as obras de arte na conclusão dos trabalhos¹⁸¹ (pelourinho, escadaria e balaustrada, pavimentos e revestimentos). Assim o calcário de vidro da Serra do Bouro¹⁸² foi aplicado nas obras por Vasco Fernandes¹⁸³ e Afonso Pires¹⁸⁴. Este mestre local, poderá ser o mesmo que, em 1543, ira fazer o Mosteiro da N. Sra. da Anunciação em Faro¹⁸⁵.

Do «catálogo» de pedras utilizadas no Hospital falta-nos falar do mármore branco. Esta pedra da região de Estremoz/Vila Viçosa foi utilizada nos locais em contacto permanente com a água, nomeadamente nas tubagens. Segundo Jorge de S. Paulo, este mármore permanecera em bom estado, dada a rigidez da pedra, mesmo nas canalizações de maior caudal, como a que fica por baixo da igreja de N. Sra. do Pópulo, servindo de nicho à fonte mais caudalosa:

*“Sobre ou iunto à grande fonte emanancial origem da corrente das Milagrosas agoas dos Banhos das Caldas, e por baze e fundamento do Alicerse hua grande concavidade de abobada de pedra marmol (...) a calidade da pedraria he de tal fortaleza e tão dura que sendo passados mais de 170 annos de sua idade, e o mesmo ferro se gastar com o ar das agoas, permanece com a mesma graça sem dever couza alguma ás iniurias de tão largos tempos.”*¹⁸⁶

A documentação de outros estaleiros na região admite a dificuldade de obtenção de pedra, facto que obrigará a que as obras de iniciativa privada sejam feitas em terra (adobe e taipa)¹⁸⁷.

¹⁷⁹ Contrato para a execução do pelourinho em 22/9/1536. AH/HCR – 1.º Livro de Notas, fls 161-161v. publicado por João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal...* Documento 3, p. 57.

¹⁸⁰ É esta a razão pela qual, por exemplo a pedra de ançã é utilizada desde Évora ao Hostal de Santiago de Compostela, escolhida sempre pelos mestres oriundos de Coimbra. Vd. no geral Xosé Carlos Valle Pérez (coord.) – *Do Tardogótico ao maneirismo: Galiza e Portugal*. Fundación Pedro Barrié de La Meca & FCG, 1995.

¹⁸¹ Vd. capítulo 8.2.

¹⁸² A pedreira mantém-se em laboração, fica situada junto à estrada da Foz do Arelho.

¹⁸³ Neto do Mestre Mateus Fernandes.

¹⁸⁴ Morador nas Caldas e com propriedades na Serra do Bouro (pedreiras?).

¹⁸⁵ Vd. Rafael Moreira – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*. Lisboa: Tese de Doutoramento. 1991. (policopiado). p. 53.

¹⁸⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo I. p. 173.

¹⁸⁷ Vd. capítulo 5. da terceira parte deste estudo sobre a construção doméstica.

Numa comparação possível entre a obra do Portal do Hospital (1532), sobre as quais possuímos dados,¹⁸⁸ e o orçamento para as fortificações de Peniche (1544), verificamos que é quase tão caro trazer a pedra para as Caldas como colocar pedra em Peniche, para o qual teria de ser transportada por via marítima:

*“Aos xbj dias de Novembro pagou a Jm de Lx^a e a p^o a^o e guaspar Frz e a di^o a^o e A thome Vaz de dez caRadadas de cantarja q troueram p^a a porta do Sprital – iiijL^{ta} R\$”*¹⁸⁹

*“Disserão pelo dito juramento, que custaria arrancar a barqadegua da pedra, que faz hum braça d’obra de dous palmos e meyo, cimquoenta reis e de carroto de por na obra vimte reis, que são asi setemta reis por barqadegua.”*¹⁹⁰

Contudo, a falta de estudos geoquímicos, não dará ao mestre-de-obras dados sobre a resistência da pedra calcária, em especial da pedra das obras de arte, ao meio ambiente. As temperaturas conjugadas com o ar impregnado de salitre e químicos sulfurosos irão degradar rapidamente a pedra, obrigando a um esforço contínuo de restauro dos pormenores da obra, que culminam em várias campanhas de substituição e a demolições de elementos fragilizados, como veremos ao longo deste trabalho. A pedra calcária, nos elementos mais antigos do Hospital que hoje subsistem¹⁹¹, tem tendência a descascar em pequenas falhas (alveolização)¹⁹², vítima de micro-bolsas de ar existente no interior da pedra que reagiram com o salitre¹⁹³, situação comum que é visível, por exemplo em esculturas e cantarias antigas em obras ribeirinhas¹⁹⁴ de Aveiro, Lisboa¹⁹⁵,

¹⁸⁸ A pedra veio de Moleanos, junto a Aljubarrota.

¹⁸⁹ BPADL – *Livro de receitas e despesas do Hospital*, fls. 299v. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 2, p. 56. Transcrito em anexo (documento 26).

¹⁹⁰ Mariano Calado — *Onde se fala de uma carta de D. Afonso de Ataíde, Senhor da Atouguia, para D. João III...* p. 28. Uma barqadegua são aproximadamente 3 toneladas de pedra que é a carga máxima que uma barca pode transportar de uma só vez; se o carro de bois transporta aproximadamente meia tonelada a barqadegua equivale a seis carradas. (utilizou-se os dados do Thomaz Bordallo Pinheiro (Dir.) – *Manual Prático de Alvenaria e Cantaria. Biblioteca de Instrução Profissional*, Livraria Allaud e Bertrand 3.ª ed. [s.d.]).

¹⁹¹ Bastante visível na Pia Baptismal da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

¹⁹² Sobre as patologias mais comuns nos monumentos vd. os dois volumes do estudo de Luís Aires-Barros – *As rochas dos monumentos portugueses, tipologias e patologias*. Lisboa: IPPAR, 2001.

¹⁹³ Vd. *Manual técnico de resistência de materiais*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 1996.

¹⁹⁴ Um excelente trabalho sobre os materiais, características e causas de degradação é o de Gabriela Teixeira & Margarida de Cunha Belém – *Diálogos da edificação: técnicas tradicionais de construção*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. pp. 15-61.

¹⁹⁵ Vd. Elena Charola (coord.) – *A torre de Belém: intervenção de conservação exterior*. Lisboa: IPPAR, 2000. pp. 57-67.

Cascais. Aqui, a concentração de salitre e sulfitos no ar é substancialmente maior, daí a mais rápida degradação¹⁹⁶.

Jorge de S. Paulo cento e cinquenta anos após a construção dá-nos indicação não só das obras efectuadas por ele e pelos antecessores,¹⁹⁷ mas também do mau estado global das edificações, que culminam, em 1659, com o início das obras de vulto mandadas efectuar pela rainha regente D. Luísa de Gusmão e o empreiteiro Custódio Milheiros.

*“Liberais e generozos andarão os Provedores da nossa Congreg. no obrar novos edificios neste Hospital des o anno 1532 ate o prezente de 1656 q há 124 annos q o governão e administração suas fazendas como veremos neste Cap.º q terá desculpa sua extensão, pois a matéria delle ainda nos prezentes annos não tem lemite. (...) e quiçá se administração deste Hospital correra por seculares não sei se obraria a quarta p.ª do referido.”*¹⁹⁸

Outro dos problemas que tem de ser resolvidos na abertura do estaleiro é o abastecimento de água. Qualquer obra consome grandes quantidades de água, por um lado na composição dos materiais ligantes, por outro lado dado o número de trabalhadores do estaleiro e as valências que foram necessárias criar pela falta de estrutura urbana de suporte. Mas enquanto para os materiais ligantes não é necessário grande cuidado na salubridade da água, já para o consumo humano o mesmo não se passa.

Efectuámos um teste, com o apoio do Gabinete de Planeamento do CHCR, para verificarmos a capacidade de mistura da água termal na argamassa à base de cal. À primeira vista, a argamassa demonstrava alguma elasticidade, comum a este tipo de ligante; então testamos com pedaços de pedra calcária¹⁹⁹ de vidro²⁰⁰ (do tipo utilizado em lancis) proveniente da pedreira da Serra do Bouro, e ao fim de três dias²⁰¹, em ambos os testes verificou-se a solidificação do ligante e, conseqüentemente, obtemos resultados positivos, demonstrando assim que foi possível construir o Hospital com a água do local.

¹⁹⁶ Poderemos incluir também a degradação granular, visível no baixo-relevo primitivo de Nossa Senhora do Póculo que se mantém no Museu do Hospital e das Caldas e a escamação, detectável no Pocinho da Copa.

¹⁹⁷ Vd. capítulo 8.2.

¹⁹⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 46 e 55.

¹⁹⁹ Aparelhada mas não polida.

²⁰⁰ Utilizada normalmente para estruturas (cunhais, contrafortes, vigamento) pela sua rigidez, além de ser difícil de trabalhar.

²⁰¹ Em Setembro ao ar livre.

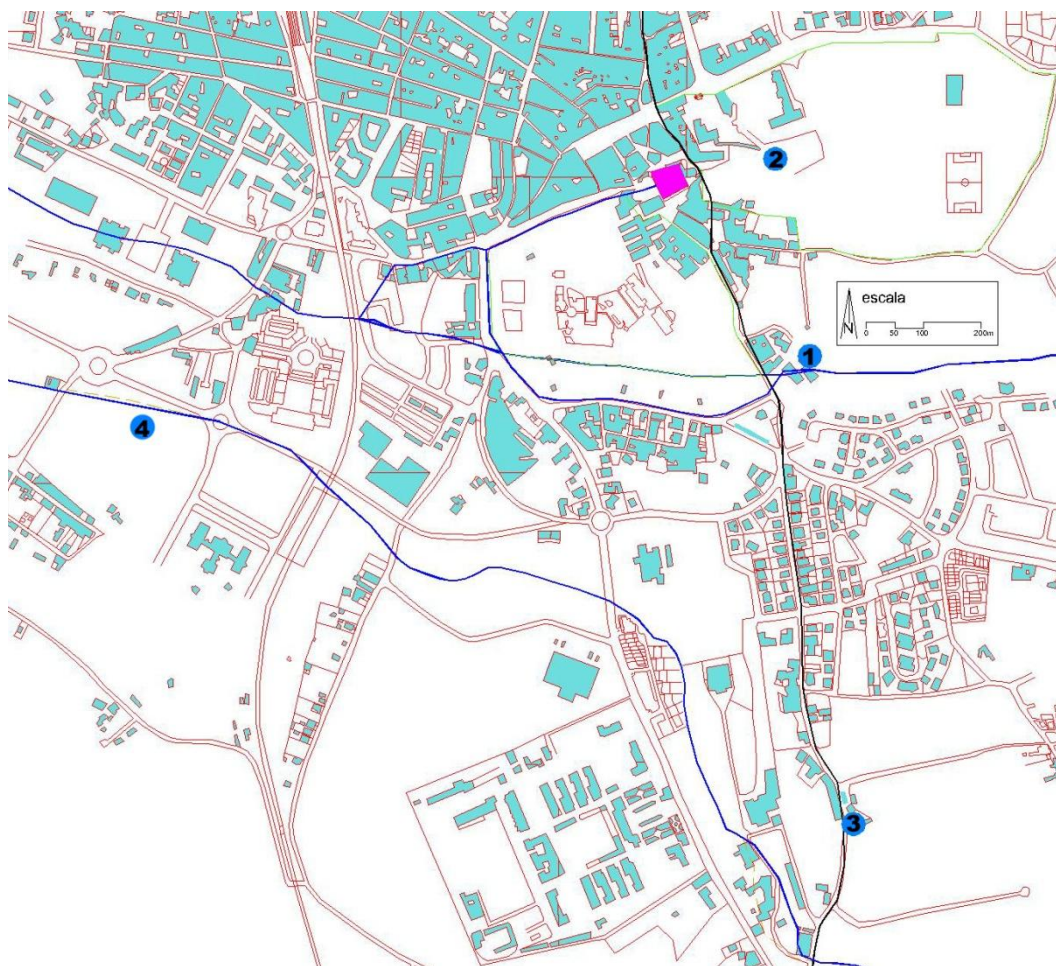
Fizemos também os mesmos testes para criar tijolos de adobe, de forma a verificar se as águas termais permitem a consolidação do adobe. Elaborámos a taipa e moldamos o tijolo deixando-o secar ao sol. Ao fim de seis dias verificou-se que o tijolo não tinha solidificado completamente (ao contrário do que normalmente acontece), além disso apresentava manchas amareladas fruto da concentração de químicos na água. Assim, verifica-se que, embora possível, as condições de construção em adobe com água termal seriam deficitárias, o que terá levado à procura de água ao ribeiro da Boneca ou às fontes «doces»²⁰².

²⁰² Vd. próximo capítulo.

4. O abastecimento de água às Caldas

*“Quando a Raynha D. Leonor fundou este Hospital e teve provizão del Rey D. João II seu marido pera este lugar das Caldas se pouoar, como temos ditto; logo tratou de dar agoa de beber pera o provimento e seruiço assy do Hospital como da mesma Villa, por não encorrer na culpa do Prouerbio. Pouação sem agoa he corpo sem alma”*²⁰³

Como referimos na primeira parte do trabalho²⁰⁴, o anfiteatro onde se implanta as Caldas é composto por um pântano e uma linha de água quente e, a curta distância, um ribeiro de águas frias (ribeiro da Boneca). O grande problema é encontrar nascentes de água própria para consumo «doméstico» nas imediações do Hospital.



205

Uma das primeiras iniciativas efectuadas nas Caldas foi a definição de uma «política» de racionalização de abastecimento de água para consumo doméstico (doce).

²⁰³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 229.

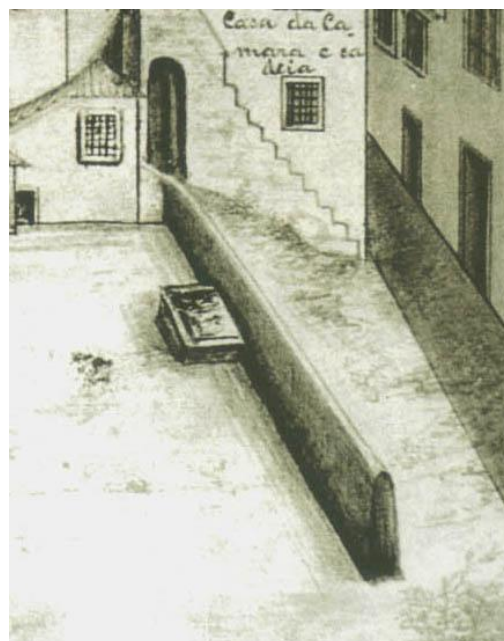
²⁰⁴ No capítulo 1.

²⁰⁵ Localização das fontes de água para consumo doméstico nas Caldas: 1 – fonte da Boneca ou do Vale da Delgada, 2 – fonte da Horta do Hospital, 3 – fonte do Avenal, 4 – fonte do Pinhal?.

Assim, verifica-se a existência na Horta do Hospital²⁰⁶ de uma fonte caudalosa que ficou para uso exclusivo das valências do Hospital. Esta exclusividade manter-se-á até 1750 quando, após as obras de Manuel da Maia, a fonte passa a alimentar os três chafarizes das Caldas. Para servir a vila, a Rainha manda construir, logo no início das obras do Hospital²⁰⁷, um aqueduto para trazer água da fonte no Vale da Delgada, junto ao ribeiro da Boneca²⁰⁸.

No registo que Jorge de S. Paulo faz das memórias de um velho sapateiro natural da vila, Pêro Fernandes, refere que por tradição dizia-se que a rainha bebia da água da fonte²⁰⁹ quando passava pelas Caldas. Ora, na realidade, era dessa água que toda a vila, à excepção do Hospital bebia, através do aqueduto. Esta consideração terá origem no facto de, em meados do século Dezassete, já não se utilizarem as águas deste aqueduto devido ao seu estado de degradação.

Em termos documentais, a fonte da Boneca aparece-nos, por um lado, como o de bens de raiz²¹⁰, por outro ligada à manutenção do aqueduto²¹¹. Conhecemos três propriedades próximas da fonte, uma “*o arneiro no caminho da fonte*” foi deixada, em testamento ao Hospital em 1560 pelo carpinteiro António Gil²¹². Outra propriedade é o “*Cazal de Ioana Pacheca*”²¹³, da qual terá sido feita sesmária em 1490 pelo Almoхарife de Óbidos, Diogo Alvarez, terra que segundo Jorge de S. Paulo estaria “*iunto ao Rio da agoa fria e ao cano de agoa*”²¹⁴.



²⁰⁶ Já referida no capítulo 1.

²⁰⁷ Sem data definida, conhecemos na documentação contemporânea referências a este aqueduto. Vd. continuação do capítulo e vd. também capítulo 5. da terceira parte.

²⁰⁸ A fonte do Vale da Delgada, está hoje integrada na Fábrica de Faianças Rafael Bordalo Pinheiro.

²⁰⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 493.

²¹⁰ Voltaremos a falar dos bens de raiz rurais nas Caldas no capítulo 7.1. Nesta fase pretendemos simplesmente enquadrar as fontes.

²¹¹ Vd. capítulo 1 da terceira parte.

²¹² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 306. Julgamos que esta propriedade é a fábrica de faianças, sendo que entre o final da Rua Nova e esta só existe a Quinta dos Pinheiros, e entre esta quinta e os edifícios actuais da fábrica existia um caminho do qual hoje resta um troço de uso exclusivo da fábrica.

²¹³ Joana Pacheca é uma das grandes proprietárias das Caldas, herdeira do escrivão do Hospital, João de Coja. Vd. capítulos 4. e 5. da terceira parte

²¹⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 298. Na imagem: parcial da *Frontaria do Hospital das Caldas como se achava em 28 de Março de 1747*. Cópia digitalizada do P.H.

Outra sesmária foi dada, em 1503²¹⁵, ao tecelão João Fonseca junto ao tanque de água na Praça²¹⁶; se atentarmos à posição do tanque de água na perspectiva de 1747²¹⁷, conclui-se que ficaria no lado Sul da praça, quase à esquina com a Rua Nova²¹⁸.

Garantir o abastecimento de água era uma obra da máxima importância para a futura vila, pois daí resultaria a possibilidade de se implantarem «casas de morada» junto ao Hospital, tal como nos diz Jorge de S. Paulo na citação de abertura deste capítulo. Este empreendimento foi feito pela rainha D. Leonor em paralelo com o do Hospital e com a fundação da vila. O aqueduto servia também o Hospital mas, o mau estado de conservação dos canos e da fonte, irão fazer com que a Instituição procure outras soluções para o abastecimento de água.

*“e para isso deu corrente a hua fonte abundante de duas manilhas de agoa que naçe em larga distancia da villa pera a parte do Sul no valle da delgada, e lhe fez seus canos com divizão de dous registos iguais (...) hum registo pera dentro da cerca deste Hospital que serve na horta e caza, e por canos vai ao pátio, e á cozinha dos Enfermos nos mezes da Cura: o outro registo de huma manilha vay pera o chafariz que a rainha D. Leonor fabricou de pedra mármore na praça desta villa iunto ao mesmo Hospital da qual se servem todos os moradores della sobre hum tanque pera as Cavalgadas, e a perdida vay sahir ao segundo tanque pera a lavangem da Roupa.”*²¹⁹

Aliás, a limpeza e a qualidade das águas das fontes e chafarizes era, em geral, uma preocupação central da administração local²²⁰. O número reduzido de fontes de abastecimento de água potável *per capita* obrigava a cuidados acrescidos que careciam de regulamentação²²¹, sobretudo e todos que fossem passíveis de sujar a água, tais como: as lavagens de tripas e de peixe. Mas também o ambiente social – sendo as fontes verdadeiras assembleias de mulheres, que não raramente terminavam em conflitos físicos – assim, em especial num couto de homiziados, o controlo da presença de mulheres conflituosas e de má língua, seria de extrema importância. Pese ainda o facto da fonte mais concorrida estar na lateral do Hospital, na Praça Nova, local privilegiado de entrada no núcleo central da vila²²².

²¹⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 128. Vd. capítulo 3. da terceira parte.

²¹⁶ O seu herdeiro, Francisco Loppes vendeu-a ao Hospital em 1553. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 308. Vd. capítulo 4. da terceira parte.

²¹⁷ Vd. imagem completa na entrada do capítulo 8.2.

²¹⁸ Iremos falar dos arruamentos no capítulo 7.

²¹⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo I. p. 229.

²²⁰ Vd. capítulo 1 da terceira parte.

²²¹ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.74.

²²² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo III. p. 108. E capítulo 1 da terceira parte.

O aqueduto das Caldas percorria uma distância de 1780m seguindo uma pendente suave²²³ e atravessava pelo menos duas grandes propriedades, o arneiro junto à fonte e a Quinta dos Pinheiros²²⁴. Junto ao Rossio das Vacas (Terreiro do Espírito Santo), passaria a subterrâneo, dividindo-se por trás da Capela-mor da ermida do Espírito Santo passando um tubo em direcção à Casa dos Provedores e, conseqüentemente, ao Estaleiro de Obras; o segundo tubo deveria descer ao longo da rua, passar ao lado da Ermida de S. Silvestre, lateralmente ao edifício do Hospital (onde depois se construiu a Câmara e Cadeia) e, por fim, desembocar na praça, no chafariz do qual em 1747 só restava o tanque.

Nos registos das propriedades urbanas do Hospital, elaborados por volta de 1532, é-nos dada a conhecer a existência de um pomar murado junto ao tanque que abastecia o aqueduto:

*“hum çaRadinho d orta e pumar que esta ao tanque donde vem a agoa pera ho chafaris da praça desta Villa das Calldas ho quall he todo çaRado”*²²⁵

No *Tombo da Fazenda do Hospital*²²⁶ estão registadas duas propriedades, uma confinante com o aqueduto e outra acima do chafariz:

*“huas casas teReas com seu chão qu esta jumto do espritu sancto parte do norte com orta do ospitall que trazem os padres e do sull com Rocio e do poemte emtesta no cano d agoa, e em çima emtesta em chão do dito ospitall que tras dioguo garçia (...)”*²²⁷

*“huu chão em que estão huas casas sobradadas que são duas que nam estão ajmda acabadas que estão açima, do chafaris que de todas as partes, partem, com Ruas pubricas (...)”*²²⁸

É possível traçar com alguma exactidão o percurso do aqueduto, pois numa planta 1:5000 da Câmara, que até há pouco tempo esteve a uso para servir de localização no Departamento de Planeamento Urbano, datável da década de 1980, é visível uma estrutura que, pelo alinhamento e forma de representação, será a ruína do aqueduto, no troço que atravessa a Quinta dos Pinheiros. Nas fotos aéreas actuais e no local verificamos que a estrutura que aparece na planta já tinha sido demolida. Temos

²²³ Pendente favorável.

²²⁴ Como já referimos.

²²⁵ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Transcrito em anexo (documento 25).

²²⁶ Estes dois documentos irão ser amplamente estudado na terceira parte.

²²⁷ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.64. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29).

²²⁸ *Idem.* fl.65.

referência a mais três pontos: um o chafariz da praça, outro o registo da sesmaria de que falámos no capítulo anterior a quando dos fornos da cal e o terceiro é a passagem pelas cavaliças, ponto de divisão do aqueduto, sobre o qual falaremos no final deste capítulo.



229

Na planta anterior aparece também marcado um caminho entre os edifícios da fábrica de faianças e o muro da quinta, que parece indicar que tinha seguimento até à nascente. Esse caminho será no século Dezoito um dos locais de lazer das Caldas,

²²⁹ Traçado do aqueduto das Caldas: a vermelho aqueduto aéreo, segundo o traço que se encontra definido na planta; a laranja o aqueduto subterrâneo, traçado conjectural pela leitura dos alinhamentos dos edifícios e pelas pendentes mais favoráveis do terreno. A azul a casa da fonte da Horta do Hospital (Bica do Jardim).

conhecido como o *Retiro do Cupido*, aparecendo ainda referenciado como tal numa planta de 1926²³⁰.

*“Tem seus agradáveis passeios pedestres, que são a horta e quinta Real, o Retiro do Cupido, a quinta da Bonecra e os equestres que são, à Lagoa, Piedade, retiro coberto de árvores, ermida e quinta com uma fonte de excelente água, Palhagueira, fonte de lágrimas, laje ou penedo, que continuamente chora gotas de água, Senhor Jesus da Pedra, templo sextavado no interior, nas três faces, fronteiras aos três altares três portas, de modo que cada porta corresponde ao seu altar.”*²³¹

As obras de manutenção do aqueduto serão motivo de processos judiciais entre o Hospital e a Câmara²³², pelo facto de o Hospital ter abdicado das ramadas da praça para a Câmara com a condição desta manter em bom estado a fonte e o aqueduto, mas tal não se verifica:

“E porq os p.^{es} Provedores mandauão sempre alimpar os canos da agoa q uem p.^a o chafariz da praça, e concertallos a custo das rendas do Hosp. Largarão à Câmara da villa o redimento das Ramadas da praça (...) este dr.^o na fabrica e concerto dos canos todos os annos; (...) antes obrigando os p.^{es} Prouedores a alimpar a agoa e cubrir os canos pera vir limpar ao chafariz pera os Efermos, (...)” [processo de 1576]²³³



234

²³⁰ António de Melo Ferrari & outros – *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua história, as suas águas, as suas curas*. Caldas da Rainha: Soc. Gráfica Editorial, 1930. Planta no capítulo 7.1

²³¹ Nicolau Borges (transcrição e notas) – *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas, com alguns mappas curiozos, no anno de 1797 e 1798*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 2002. p. 42.

²³² Vd. capítulo 1 da terceira parte sobre a gestão dos espaços públicos.

²³³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 171.

²³⁴ Pia das cozinhas da casa dos provedores com data de 1755 (números romanos). Nas obras de transformação para museu foi colocada no exterior nas traseiras do edificio.

“(...) o Hospital dera as Rendas das Ramadas á Câmara p.^a fabricar a fonte da agoa q uem á caza e à praça, e que a agoa uem descuberta e suja e nella beuem Bichos uenenozos q obrigue à Câmara fabrique a d. Fonte de modo q os Efermos possão beber della, e se escuzarem gastos de sahir fora buscar agoa pera elles. [1594]”²³⁵

O estado da fonte e do aqueduto é tal que ao tempo de Jorge de S. Paulo já não tinham utilidade para consumo doméstico, dando o cronista indicação precisa do estado dos canos e que além da fonte do Avenal iriam buscar água à fonte dos Pinheiros, nos Arneiros das Caldas:

“E eu fui ver a origem desta fonte no anno de 1654 e achei estar com os canos velhíssimos, quebrados, e com m.^{tas} portinholas por onde cahe a agoa em alguns pumares e terras covezinhas, vindo toda descoberta occasionada aos bichos venenozos beberem della, nem a Câmara a alimpa; antes me paresse a fazem nella vir mais suja. O Hospital faz pouco cazo desta agoa pera os Enfermos, e pera os p.^{es} porq se manda vir da fonte do Auenal pera elles, e da fonte do pinhal pera os Enfermos.”²³⁶

A fonte na Horta do Hospital, que ao tempo do cronista chamar-se-ia Bica do Jardim, substitui aos poucos os chafarizes do aqueduto. Sem canalização que servisse os edifícios, existia inclusivamente um «moço enjeitado» que tinha como função acartar água para as várias funções do Hospital²³⁷. Sabemos, assim, que a água da Horta²³⁸ era para a cozinha e a do Avenal para beber.

“Carreta também da biqua do Iardim toda a agoa pera a cozinha, e para as Amassadeiras no tempo da cura”²³⁹

A localização da Bica do Jardim é-nos dada pelo autor de forma que compreendemos que a Horta do Hospital, em 1656, possuía vários canais de água que alimentavam os tanques de rega, um no jardim dos provedores, o mais próximo da fonte²⁴⁰:

“Hindo pella calçada abaixo, á mão direita se vê hum jardim dos Provedores de pouca terra, mas abundante de fruta e seu tanque de agoa perdida que sahe do chafariz de hua bica della pera o serviço da cozinha e amassadoria &”²⁴¹

²³⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 172.

²³⁶ *Idem.* p. 178.

²³⁷ Vd. referência seguinte sobre a Fonte do Avenal.

²³⁸ Reconstituiremos a Horta do Hospital no capítulo 8.3.

²³⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 505.

²⁴⁰ Sobre a Horta do Hospital vd. capítulo 8.3.

²⁴¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 196.

Outro tanque para rega da Horta, à esquerda do jardim dos provedores:

*“(…) que com a corrente das agoas reprezadas no tanque da Horta estão sempre verdes suas folhas (...) se cultivão apprazíveis iardis e se buscão as correntes das cristalinas agoas”*²⁴²

Estes tanques de rega e a bica da cozinha que entretanto foi feita (aproveitando o mesmo tubo de queda da fonte da carranca) ainda se mantinham activos no final do século Dezoito, no registo feito em 1797/98 por autor desconhecido:

*“É grande a abundância de água corrente nesta Vila pois não só acode às bicas (porque as outras secaram) como também a três registos perenes, na grande casa da Cozinha do mesmo Hospital, e a dois grandes tanques para regarem as hortas da cerca do mesmo.”*²⁴³

*“(…) tem dois grandes tanques de água que lhe vem da fonte das cinco bicas que fica pegada ao muro da quinta Real, e em um dos tanques há imensos peixes de recreio”*²⁴⁴

A falta de água de beber fazia com que o público tivesse de entrar na cerca da horta para ir à Bica do Jardim. Jorge de S. Paulo descreve que durante o último ano do seu mandato (1655) solucionou o problema fazendo um chafariz no adro da igreja de N. Sra. do Pópulo, entre a igreja e a porta dos aposentos dos provedores, que, pela posição dada, julgamos ter sido demolida quando da construção do Cartório Paroquial²⁴⁵:

*“No mesmo pátio pera a parte do Sul se obrou em meu ultimo anno hua fonte de agoa sahida por dous canotilhos de ferro embebidos na boca de hua carranca verde, quantidade de hum anel digital tirada da que vem pera a Horta, pera maior comodidade dos pobres da esmolla beberem della sem devassarem a porta do encerramento.”*²⁴⁶

A fonte do Avenal fica junto à estrada e que ainda hoje se encontra acessível, faria parte da extrema de uma quinta. Pelo que foi dito antes sabemos que ao tempo de Jorge de S. Paulo esta água serviria para beber:

*“Carreta agoa da fonte do Avenal p.^a beberem os p.^{es} todo o anno.”*²⁴⁷

²⁴² *Idem.*

²⁴³ *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas...* p. 36.

²⁴⁴ *Idem.* p. 46.

²⁴⁵ Em meados do século Vinte.

²⁴⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 192.

²⁴⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 505.

O lugar do Avenal²⁴⁸ já era povoado antes do início da construção do Hospital, sendo uma das três povoações (Casal Novo, Belver e Avenal) que foram anexadas ao termo das Caldas. A fonte está muito próxima do limite do termo das Caldas²⁴⁹, que termina na ponte sobre o ribeiro Avenal. Pela *Carta de*



Demarcação do termo das Caldas foi possível enquadrá-la entre a estrada, o porto que existiria no ribeiro e a quinta que lhe fica por trás:

*“= Item no arneyro da Relvynha acerca da ribeyra do Avenall da banda da dita villa dObidos acerca do porto do dito ribeyro que estaa no camjnho que vay para a villa das caaldas huu marquo e outro logo mays acima da mesma banda do dito rybeiro contra o levante em outro arneyro que chamaam o arneyro do porto do chom da deta banda dobjdos e outro marquo logo aleem do dito rybero do Avenall contra o levante em huu outejro que esta sobre o deto rybeiro acerca do outejro do monte redoundo (...)”*²⁵⁰

Sobre a fonte dos Pinheiros ou dos Arneiros a informação é escassa; sabemos da sua existência pela referência já supracitada e pelas propriedades sitas nos Arneiros das Caldas, nomeadamente da Azenha dos Pinheiros. No entanto, não nos foi possível definir com exactidão o local da fonte que hoje já não existe. Sabemos, no entanto, que o acesso a esta fonte seria feito pela futura Rua do Jogo da Bola, pois nas confrontações do Tombo de 1575 este arruamento surge-nos como: *“caminho que vay pera a fomte partem do levnte com dito caminho,”*²⁵¹

*“O Hospital faz pouco cazo desta agoa pera os Enfermos, e pera os p.^{es} porq se manda uir da fonte do Auenal pera elles, e da fonte do pinhal pera os Enfermos.”*²⁵²

Os provedores, conscientes das necessidades do consumo de água não só pela vila mas pelo Hospital durante o período de funcionamento, mantiveram uma política de

²⁴⁸ Um casal com azenha.

²⁴⁹ A reconstituição dos limites do termo das Caldas está no capítulo 6.

²⁵⁰ Carta de demarcação do termo da vila das Caldas. AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 2, fl. 28. Transcrito em anexo (documento 19).

²⁵¹ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.63v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29). Vd. capítulo 5.2. da terceira parte.

²⁵² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 178.

racionalização da água, embora, pelo que parece, a água do aqueduto dos primeiros anos da vila só servisse para o tanque dos animais. No edifício das cavaleriças do Hospital, (no local da Albergaria medieval) existe um nicho encerrado numa parede exterior, voltada ao largo do Espírito Santo, onde está escrito na padeeira²⁵³: “*REG.º DAGOA DO POVO E HOSPITAL*”; por detrás do nicho está um tanque (bebedouro).²⁵⁴ Julgamos, pela proximidade do T de derivação do aqueduto, que tenha existido um regulamento de hierarquias entre os canos de derivação e era possível controlar o caudal no T no canto²⁵⁵ entre a capela-mor e a nave da Ermida do Espírito Santo²⁵⁶. Infelizmente esse regulamento perdeu-se.



Quando se abdicou do abastecimento do aqueduto, os provedores separaram o consumo por fontes: a Bica do Jardim para a Horta e Cozinha, a da fonte do Avenal para os oficiais, a fonte do Pinhal para os doentes. Contudo, Jorge de S. Paulo não refere de onde bebia o resto da vila; certamente que iriam buscar água à fonte mais próxima da sua casa. Por outro lado, como referimos na primeira parte, a quantidade de água existente

quase à superfície possibilitou a abertura de poços, além das puxadas ilegais que eram feitas pelos confinantes com o aqueduto, como Jorge de S. Paulo refere.

A câmara da vila manteve a sua posição de não reparar o aqueduto por falta de verbas,²⁵⁷ o que culmina com a construção de todo um sistema de abastecimento público de água a partir de 1747, pelos arquitectos do novo Hospital e da Câmara.

²⁵³ Pelo tipo de letra é datável do final do século Dezoito, contemporâneo da transformação do edifício em cavaleriças e do regulamento pombalino que irá reformar o *Compromisso do Hospital*.

²⁵⁴ Ver imagens.

²⁵⁵ Sensivelmente por baixo da sacristia actual (construída no século Dezoito).

²⁵⁶ Vd. planta do traçado do aqueduto.

²⁵⁷ Vd. capítulo 1 da terceira parte.

5. O enquadramento legal dos primeiros anos da vila

É por demais importante dar o devido enquadramento legal à génese das Caldas, bem como fazer a análise do impacto da legislação, especificamente produzida na época para as Caldas (termo e Hospital), na estratégia de desenvolvimento do edificado e na fixação de populações. Optou-se por seleccionar um conjunto de diplomas²⁵⁸ considerados fundamentais, deixando de parte toda a documentação relativa à gestão corrente da Instituição, patente nos livros de receita e despesa e nos livros de registo geral que subsistem. Assim, longe de ser trabalho acabado, este capítulo irá abranger cronologicamente os diplomas legais, fazendo a leitura dos documentos na óptica do edificador, deixando em aberto questões para estudo futuro relativas à gestão financeira, implicações religiosas e políticas dos actos decorrentes da legislação.

As relações políticas de D. Leonor, sejam as institucionais ou de amizade, dariam só por si uma tese de doutoramento sobre a influência desta personagem nos anos de expansão económica do país. Destaque-se, dos vários trabalhos sobre a rainha, o de Ivo Carneiro de Sousa, centrado mais no intercâmbio de influências religiosas, em especial com as Colentinas de Florença²⁵⁹ e o pequeno estudo generalista de Deolinda Margarida Ribeiro²⁶⁰ que serviram de base científica para a elaboração deste capítulo, separando-nos dos vários textos que exultam a imagem benemérita da rainha, patrocinados pelas Misericórdias e pelas autarquias.

²⁵⁸ Transcritos em anexo.

²⁵⁹ Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* 3.^a parte.

²⁶⁰ Deolinda Margarida Ribeiro – *Acção da Rainha D. Leonor na vida portuguesa*. Lisboa: Edições Gama, 1947.

5.1. Dos privilégios à definição da vila

“Dom Joan II por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem Mar em Africa, S.^{or} da Guinea, e da Conquista, navagação, Comercio da Etiopia, Arabia, Persia e da India, &^a. A q.^{tos} esta nossa carta virem, fazemos saber, q a Rajnha Dona Leonor minha sobre totalas m.^{to} amada, e prezada molher, nos disse, q esguardando ella como nosso S.^r dava a m.^{tos} efermos, q se hião curar aos banhos das agoas das Caldas, q são no termo da sua villa d’Obidos, os quaes por nãa serem corregidos, nem as cazas de apozentam.^{to} dellas serem taes, como p.^a boa saude, e proveito dos d.^{os} enfermos pertencia ella mandára fazer todo de novo, e q por serem em logar, em q os enfermos nãa podeem achar tão cumpridam.^{te} os mantim.^{tos}, e couzas p.^a suas Provizões, como lhe cumpria, por cuja cauza m.^{tos} Deixãa de se vjr curar aos d.^{os} baños, nos pedia, q por esta coiza ser de tanto serviço de Deos, e ella a queria fazer boa, abastada, e nobre, por seu serviço quizessemos daar Privilegio de Liberdades p.^a aquelles, q aas d.^{as} Caldas viessem moraar, p.^q então havendo ahi mor.^{dores} podiãa os d.^{os} enfermos achar todo o q lhe cumprisse, e vendo noos como isto era assi serviço de Nosso S.^r, e p.^r neste bem ‘vermos parte, e como ella d.^a Senhora m.^{to} dezejava, queremos, e nos apraz, q todas aquellas pessoas, q daqui em diante vierem morar, e viverem nas d.^{as} Caldas até a quantia de trinta viz.^{nhos}, hajãa e teñãa p.^a sempre este Privilegios, graças, e liberdades, q se ao diante seguem (...),”²⁶¹

Sob uma perspectiva cronológica, a primeira medida legal tomada por D. Leonor foi, tal como D. Afonso V tinha feito anteriormente, criar condições para dotar de moldura humana estável a envolvente às Caldas. A carta citada, datado de 14 de Dezembro de 1488, será analisada com mais pormenor na terceira parte deste trabalho, pois é o documento central da vivência da população, nomeadamente no que diz respeito à sustentabilidade económica; esta baseava-se na isenção de impostos sobre o seu mester, das famílias abrangidas por estes privilégios.

Neste capítulo estudaremos as implicações globais do documento como arranque do Hospital e elemento fundacional do núcleo urbano. Atendendo ao texto supracitado, verificam-se algumas intenções implícitas que, mais tarde, constituíram quadro legal. Vejamos, de início, alguns pontos importantes. D. Leonor na qualidade de senhora de Óbidos expunha ao rei um assunto, sobre o local do termo, no qual existiam banhos e que já possuía o topónimo de Caldas, onde as pessoas acorriam e que não tinha administração nem da frequência do aquífero nem da estrutura edificada. Assim, a

²⁶¹ Início da *Carta de privilégios* instituída por D. João II em 4 de Dezembro de 1488, AN/TT – Ch. D. João II. Lv. 10 fl. 131. Transcrição do treslado de BPADL – *Livro dos Assentos dos preuilegiados desta Villa das Caldas. Onde estam tresladados os preuilegios delles. Que foi feito e reformado por mandado do padre gaspar da assumpcão prouedor. O anno de 1576*, fl. 3. Transcrito em anexo (documento 1). Foi transcrito com correcção ortográfica por Fernando da Silva Correia – *Op.Cit.* pp. 5-8 (julgamos que a partir do documento da chancelaria). Por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 297-300 (do documento do Livro dos Privilegiados). e por Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 98-100. A continuação do documento está no capítulo 3.2 da terceira parte.

rainha tinha decidido fazer tudo de novo, optando desta forma por demarcar-se das reformas pontuais que, duas décadas antes, o seu tio e sogro, D. Afonso V²⁶², tinha patrocinado. A rainha manifesta intenção de “*fazer boa, abastada, e nobre*” uma Instituição para gerir os banhos, não aparecendo em todo o documento a referência a hospital²⁶³.

A razão principal do documento e da solicitação de D. Leonor ao rei era a falta de apoio social *in situ*, que se pretendia corrigida com a fixação de população que pudesse servir (vender) mantimentos e provisões aos aquístas. Verifique-se a diferença para o texto dos privilégios de D. Afonso V, mais baseado no acolhimento dos enfermos:

*“que podessem fazer gasalhados e dêem camas e mantimento aos que às ditas caldas forem curar, por seus dinheiros, por terem mais razão e vontade de o fazer”*²⁶⁴

A não inclusão deste serviço a prestar na carta jonanina demonstra que a nova instituição que D. Leonor estava a construir, para além de ir corrigir os banhos, seria capaz de receber e acolher os aquístas, salientando-se também a tónica de serviço religioso de toda as acções desenvolvidas pela rainha sobre este assunto.

*“=Item, q todos os omnjziados, q aas d.^{as} Caldas ouverem dvir morar ate a qontia de vinte, os quaes serão do conto dos trinta mor.^{es}, hajam inteiram.^{te} os Privilegios declarados, q temos dado aos Omjziados do Couto da villa de Marvãa, tendo porem cada hũ delles caza e vinha nas d.^{as} Caldas, q faraa do dia, q ellas vierem a trez annos primos seg.^{tes}, os quaes são estes, q se seguem”*²⁶⁵

A *Carta de Privilégios*, como ficou conhecida, serviu como promoção da formação do povoado, organizado e controlado pela coroa²⁶⁶ que, tal como outros no reino²⁶⁷, socorreu-se maioritariamente da agregação de homiziados; reservava-lhes um conjunto largo de privilégios e liberdades²⁶⁸, basicamente iguais aos das outras dez pessoas não cadastradas que se podiam servir desta Carta.

²⁶² Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²⁶³ Refira-se novamente a reserva que temos sobre a utilização do termo «hospital» como englobador de todas as instituições de apoio à saúde, onde incluímos a actividade termal.

²⁶⁴ Optou-se pela transcrição e correcção ortográfica publicada por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 4-5. AN/TT – Ch. D. Afonso V – Lv. 16 fl. 13v., 26/6/1474. Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²⁶⁵ *Livro dos Assentos dos previligiados desta Villa das Caldas.* (...) fls. 3v.

²⁶⁶ Opinião partilhada por Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 26.

²⁶⁷ Vd. Humberto Baquero Moreno – “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados, instituídos pela coroa” in *Os municípios portugueses no século XIII a XVI: Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. pp. 93-138.

²⁶⁸ Vd. capítulo 3.2 da terceira parte, no qual se desenvolverá o tema.

Os coutos de homiziados eram já uma forma bem testada de a coroa definir e controlar o povoamento e a defesa territorial²⁶⁹. Por um lado, alguns deram origem a prósperas povoações que granjearam estatuto económico independente da cabeça do termo, como as Caldas, Marvão, a futura Vila Real de Santo António, Lafões (S. Pedro do Sul) e Portimão; de outros, hoje não restam mais do que simples lugarejos que nem sempre o nome de origem mantêm²⁷⁰.

Tendo o primeiro couto sido criado em Noudar, em Janeiro de 1308 por D. Dinis²⁷¹, a constituição destes é, segundo Humberto Baquero Moreno, normalmente associadas a períodos de maior instabilidade social²⁷², tais como os vividos no reinado de D. Fernando e D. João I. Pelo rei D. João II foram instituídos os coutos de Vimioso, em 1494 que, tal como as Caldas, serviria vinte homiziados, e o do Porto da Mexilhoeira (Armação de Pêra) em 1495, para dez pescadores homiziados²⁷³.

Segundo a contagem de Humberto Baquero Moreno, seriam sessenta e um os coutos de homiziados²⁷⁴, incluindo os fundados nos reinos de D. Manuel e D. João III²⁷⁵. D. Pedro II aboliu os coutos de homiziados em 10 de Janeiro de 1692, embora estes se tenham mantido – de forma mais ou menos precária – durante o século Dezoito, extinguindo-se, definitivamente, em 1790.

Verifica-se, então, o forte interesse régio pelo desenvolvimento urbano da envolvente às fontes termais das Caldas, não deixando de recorrer aos homiziados, certamente mais vulneráveis ao apelo do que ao homem livre a que D. Afonso V já tinha recorrido, com sucesso duvidoso.²⁷⁶

A incerteza da afluência de aquístas e a má qualidade de solo arável aliam-se a uma estrutura social que não deixaria de ser tendencialmente instável, não só pela grande percentagem da população cadastrada mas, também, pela generalidade dos enfermos²⁷⁷ que acorriam aos banhos. Tudo isto deverá mesmo assim ter nos primeiros anos posto em causa a efectividade desta *Carta de Privilégios*, pois foram várias as suas

²⁶⁹Vd. Humberto Baquero Moreno – *Op. Cit.* p. 93. O autor considera que terá mesmo sido esta a única razão na génese do couto das Caldas, colocando-o ao mesmo nível dos coutos da fronteira. Infelizmente ainda está por fazer um estudo global sobre os coutos de homiziados que complemente o trabalho deste autor.

²⁷⁰Vd. no geral as considerações sobre os vários coutos in Humberto Baquero Moreno – *Op. Cit.*

²⁷¹*Idem.* p. 101.

²⁷²*Idem.* p. 94.

²⁷³*Idem.* p. 98.

²⁷⁴*Idem.* p. 95. Mapa da distribuição dos coutos pelo território.

²⁷⁵Doze dos quais só um, o de Silves, foi criado no reinado de D. João III, altura que o degredo para além mar passou a prática corrente, pondo em desuso os coutos de homiziados.

²⁷⁶Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²⁷⁷Leprosos, estropiados, andrajosos, chagosos, etc. vd. no geral o primeiro tomo de Jorge de S. Paulo.

confirmações com rectificações pontuais ao texto. Logo a 10 de Maio de 1497, D. Manuel reitera estes privilégios a pedido da rainha²⁷⁸:

“Pedi a d.^a Sr.^a q lhe confirmassemos a d.^a Carta, e visto p.^r noos seu req.^{to} p.^r lhes nisso comprazer provemos dello, e lha confirmamos por confirmada na maneira, q dito he, e porem mandamos aos sobred.^{os} nossos officiaes, q assi lha cumprãa, e faça m.^{to} inteiram.^{te} cumprir, e guardar sem duvida algũa, q a ello ponhão, perq assi he nossa mercê

=Dada em Evora a dez dias do mez de Maio = João Paes a fez anno de Nosso S.^{or} Jesus Christo de mil quatrocentos nouenta e sete.”²⁷⁹

Retoma-se o mesmo assunto em 29 de Janeiro do ano seguinte²⁸⁰, confirmando talvez a dúvida dos Homens livres em aceitar os privilégios e irem povoar o local, que na altura não seria mais do que um estaleiro de obras. D. Manuel, mais uma vez a pedido de D. Leonor, sua irmã, irá alargar o privilégio para mais dez pessoas livres em 17 de Fevereiro de 1501, registando:

“p.^a esta merce concorre pela precisão de povoar o d.^o logar das Caaldas.”²⁸¹

Nesta fase, com o Hospital em funcionamento, o povoamento do local terá então sido mais efectivo, provavelmente alimentado por alguns trabalhadores do estaleiro que fixaram morada, garantindo também, desta forma, o equilíbrio social entre o número de Homens livres e o de homiziados.²⁸² Mas o uso destes privilégios irá criar sempre alguns problemas de interpretação legal, obrigando a confirmações régias e a elaboração de novas normas: em 4 de Maio de 1512, sobre o poder do provedor e os serviços prestados pelos privilegiados ao Hospital:

“E porquanto por este Privilegio se não declara, qual pessoa ha de ser Ouvidor das ditas Caldas, e a Raynha minha Senhora Irmãa praz, q o seja o provedor, q aora he, e ao diante pelos tp.^{os} for das d.^{as} Caldas a noos praz e outorgamos, q assi se cumpra, e guarde, e q Provedor das d.^{as} Caldas aora, e ao diante tenha a Ouvidoria dellas; e porq a cerca dos moradores, e omiziados, q uivem, e estão nas d.^{as} Caldas se moue duvida, segundo somos informados, dizendo q por bem deste Privilegio são excuzos de todos os serviços, e encargos, e q não devem servir nos serviços das cozas necess.^{as} aas Caldas. Declaramos p.^r este, que elles sirvão naquellas, p.^a q forem

²⁷⁸ Embora seja normal a confirmação dos privilégios no início dos reinados, no caso de Caldas os reis sucessivamente rectificam partes do texto e alterando o número de privilegiados. Vd. continuação do capítulo.

²⁷⁹ BPADL – Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas. (...) fl. 5.

²⁸⁰ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 28, fl. 63.

²⁸¹ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 17, fl. 12v. trasladada no Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas. (...) fls. 6-7.

²⁸² Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 26.

requeridos plo Provedor das ditas Caldas, q pertençãoo aas necessid.^{es} do d.º Xprital dellas, porq disto os não escuzamos; e q.^{do} assi servirem, lhes serão pagos sus serviços, e trabalhos, como seja razão, e com estas declarações mandamos q se cumprão e guardem: feito em Lisboa a quatro dias de Maio

*=Antonio Fernandez a fez = de mil quinhentos e doze annos.*²⁸³

E já com D. João III, tendo confirmado os privilégios em 2 de Maio de 1526,²⁸⁴ haverá necessidade de rever o texto, introduzindo ligeiras alterações à *Carta de Privilégios*²⁸⁵.

*“O rei Nosso Senhor assignou uma postilha em Santarem a 14 de Julho do mesmo ano, em que se lê =E assim me praz, q onde este privilegio diz, q não pague siza dos mantimen.^{tos} bestas, vestido, calçado, e roupa de cama q comprarem, e venderem dentro nas Caldas aos enfermos, e pessoas outras q a ellas se vierem curar, se entenda no q das ditas cozas tambem venderem, e comprarem os moradores das ditas Caldas; porq quero, q tenham nisso a d.ª Liberdade, e assim mando q se cumpra, e guarde como se atequi se fez e lho El Rey meu S.^{or} concedeu no d.º Privilegio por hua apostila, q estava no pe delle, e por tanto o mandei assi aqui por escrita.*²⁸⁶

A *Carta de Privilégios* e respectivas alterações posteriores serão confirmadas integralmente por D. Sebastião em 9 de Novembro de 1576.²⁸⁷

Entretanto, estas poderão indiciar algum conflito socio-económico provocado pelos homiziados e, ao mesmo tempo, pela falta de integração social destes. Lembre-se que as vinte vagas de homiziados mantém-se abertas²⁸⁸, trazendo assim agentes humanos socialmente instáveis e que, apesar de alguns se terem integrado na sociedade caldense²⁸⁹, outros haverá que justifiquem que os procuradores do concelho tenham pedido nas Cortes de Almeirim de 1544²⁹⁰ o fim da manutenção do couto de homiziados.

²⁸³ *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas.* (...) fl. 5.

²⁸⁴ BPADL, doc. 59. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 141.

²⁸⁵ Em 14 de Julho do mesmo ano.

²⁸⁶ AN/TT, Ch. D. João III, Lv. 12. fl. 83. Tresladada no *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas.* (...) fl. 5.

²⁸⁷ *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas.* (...) fl. 7-11.

²⁸⁸ O *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas.* (...) não refere a forma (homiziado ou livre) como a pessoa era recebido. Curiosamente só estão registados nesta segunda versão do livro as entradas pós 1530. Vd. capítulo 3.2. da terceira parte.

²⁸⁹ Não conhecemos nenhuma situação em que o provedor do Hospital tivesse mandado sair do couto um homiziado que houvesse cometido crime. Por outro lado, como não sabemos quem eram os homiziados e quem eram os homens livres, desconhecemos de quais é que são, dos primeiros moradores, os que irão prosperar economicamente nas Caldas. Vd. capítulo 3.2 da terceira parte.

²⁹⁰ Já fora do âmbito cronológico deste estudo, pelo que optamos por deixar aqui as referências que julgamos necessárias. AN/TT – Ch. D. João III, Lv. 43, fl. 58v. Parcialmente transcrito na citação abaixo.

“*Alegando os procuradores caldenses que eram «gente trabalhosa» e causadora de «muito dano», pelos malefícios que provocavam nos «agros», nos «gados» e nos «casais». D. João III acedeu ao pedido dos homens bons caldenses, determinando que de futuro «nam recolherom na dita villa mais omyziados».*”²⁹¹

Não reconhecemos efeito local desta determinação²⁹² mas, na prática, no *Livro dos Privilegiados*, cujo primeiro registo existente é de 1530, verifica-se que grande parte dos «recebidos» eram naturais das Caldas ou aí já possuíam negócio; ou seja, como veremos na terceira parte, os privilégios, atribuídos pelo provedor, seriam dados por interesse ou serviço prestado ao Hospital²⁹³.

A extinção do couto – como receptor de homiziados – é efectuada por D. Filipe I a 6 de Julho de 1598²⁹⁴, mantendo o privilégio para 30 pessoas livres²⁹⁵.

A *Carta de Privilégios e Liberdades*, de 1488, institui uma micro-estrutura administrativa local, paralela ao concelho de Óbidos no qual continuava jurisdicionalmente integrada, unindo sob a mesma égide o Hospital, a vila e o couto de homiziados, sob tutela da figura do provedor²⁹⁶, como veremos de seguida.

“(…) *Carta de C.^{ãa} do Provedor das d.^{as} caldas, q a d.^a Sr.^a ahi ha de pôr com o d.^o cargo, como saa do conto dos d.^{os} trinta mor.^{dores}*
 (...) *Pro.^{or} das d.^{as} Caldas, e aselladas com çello do Concelho dellas (...)*
 (...) *q assi se cumpra, e guarde, e q Provedor das d.^{as} Caldas aora, e ao diante tenha a Ouvidoria dellas (...)*”²⁹⁷

Nestes trechos é dado a conhecer que a rainha pretendia colocar um provedor que, além de gerir o Hospital, iria controlar também o núcleo urbano. Sabemos que, desde 1485, o escudeiro Álvaro Dias Borges²⁹⁸ tinha a cargo a administração das obras e das termas, sendo considerado por Jorge de S. Paulo o primeiro provedor do Hospital, cargo que ocupou até 1496. Das atribuições do provedor na administração urbana²⁹⁹, estipuladas pelo *Compromisso*, que oportunamente estudaremos, conta-se a nomeação de novos privilegiados (por substituição de outros na lista), o controlo sobre as novas

²⁹¹ Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 26.

²⁹² AN/TT – Ch. D. João III. Lv. 43 fl. 58v.

²⁹³ Na verdade, esta era a condição principal apontada por Jorge de S. Paulo para «aceder ao privilégio»: Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 252-253. Continuação do capítulo.

²⁹⁴ AN/TT – Ch. D. Filipe I. Lv. 5 fl. 41v.

²⁹⁵ Curiosamente contemporâneo desta postura de D. Filipe é a construção da capela de S. Jacinto no limite do termo das Caldas, constituindo-se uma aldeia ao seu redor com o topónimo Couto.

²⁹⁶ Vd. Capítulo 5.4 sobre as atribuições do provedor.

²⁹⁷ *Livro dos Assentos dos preuilegiados desta Villa das Caldas.* (...) fls. 3v. e 4.

²⁹⁸ Oportunamente iremos fazer mais referências a este provedor.

²⁹⁹ A rainha atribuiu plenos poderes sobre todas as decisões do Hospital e da vila ao provedor por carta datada de 29 de Dezembro de 1508 BPADL – doc. 29.

edificações, a fixação de pessoas na vila e a acumulação de outros cargos públicos quando achasse oportuno (ouvidor, juiz, etc).³⁰⁰

Assim, poderemos considerar que a *Carta de Privilégios* iria legalizar situações que, na prática, já se verificavam, nomeadamente a fórmula de administração e o objectivo da Instituição e a criação de um núcleo urbano independente de Óbidos, com cargos e oficiais do concelho já definidos.³⁰¹

“=Item, q nã paguem oit.^{uo} de Vinho, q houverem de sus novid.^{es} nas d.^{as} Caldas, e seu lim.^{te}

=Item, q os mor.^{es} d d.^{as} Caldas teñaa Camara e Vereaçaa e Juizes, e Officiaes de hũ anno, de q a leiçãa aos tp.^{os} ordenados se fará som.^{te} na villa d'Oobidos, sem mais sobre ellas, nem sobre os mor.^{es} das d.^{as} Caldas terem outra Juridiçãa”³⁰²

Como já foi amplamente referido, as Caldas faziam parte do termo de Óbidos e, só em 1511, é que se define o termo da vila das Caldas. Mas, neste documento, já se fundam as bases sobre as quais a vila será criada. De certo modo, dois anos após a *Carta de Privilégios* o processo sobre a fronteira entre os termos de Óbidos e de Alcobaça irá, como oportunamente referimos³⁰³, demonstrar a necessidade de criar uma zona tampão entre ambos os termos. Assim, as Caldas, desde os primeiros habitantes pós 1488, passou a ter câmara³⁰⁴ e um limite empírico provavelmente definido pelas extremas de algumas sesmarias dadas ao redor do Hospital e pelos limites da propriedade da Instituição que se começava a delinear³⁰⁵.

Na verdade, é possível que os limites do termo, definidos em 1511, tenham sido resultantes das medições desencadeadas em 1490, no processo referido no parágrafo anterior³⁰⁶. Por outro lado, os homiziados previamente autorizados pelo provedor, começam a ocupar terras de ninguém e, mesmo, a fixarem-se nos pequenos aglomerados populacionais mais próximos, Casal Novo e Belver³⁰⁷. Este facto leva às reiteradas queixas de lavradores de Óbidos e dos coutos alcobacenses pelos constantes distúrbios e ocupações indevidas, o que obrigou a rainha a promulgar sentenças, quase sempre a favor dos novos «colonos».³⁰⁸

³⁰⁰ Vd. capítulo 5.4.

³⁰¹ Vd. capítulo 1 da terceira parte.

³⁰² *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas.* (...) fl. 3.

³⁰³ Vd. capítulo 2 da primeira parte e o documento transcrito em anexo.

³⁰⁴ Vd. capítulo 4.6.

³⁰⁵ Vd. próximos capítulos.

³⁰⁶ Vd. capítulo 6.

³⁰⁷ Vd. capítulo 7.1.

³⁰⁸ Vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 26.

Numa dessas sentenças que D. Leonor proclama, a 21 de Fevereiro de 1505, por uma questão do almoxarifado de Óbidos sobre as isenções de jugada dos lavradores das Caldas, é dado a entender que os limites da vila já estavam definidos:

*“(...) dos ditos moradores do pão que colhem e am das teras que lhe nos mandamos dar de sesmarya por seu foro nos lymites da dita villa das calldas nom som hobrygados pagarem Jugada allguã. Poes tem as ditas teras por seu foro que pagam a nos porem se os sobreditos moradores do llugar das ditas calldas tem e llaurão outras allgumas teras fora dos seus limjtes e termos nelles que são Jugadejras(...)”*³⁰⁹

Encontramos vários documentos em que as Caldas são referidas como vila ou couto, anteriores à criação legal do termo, a par de outros em que o local é referido como um lugar do termo de Óbidos. Jorge de S. Paulo diz-nos que viu a referência à vila das Caldas numa sesmária dada em Óbidos em 1499.

*“(...) porem por mais diligencias que fiz não se acha no Cartório da Camara desta Villa a provizão pella qual El Rey fez mercê à Raynha D. Leonor constituir este lugar das Caldas em nobre Villa do Reino; nem se sabe o anno em que foy constituída com o titulo de Villa; só achei no livro primeiro do Registo dos Escrivães do almozarifado de Obidos fol. 86 ter Diogo Alvares Almoxarife da Raynha em 17 de Setembro de 1499 com Christovão Alvares Escrivão e Ioão Figueira porteiro deu a Lienor Annes moradora na Villa das Caldas que acerca do ditto lugar hua charneca iunto ao cano de Agoa Fria onde está a arca de pedra (...) tambem achei nos papeis do Cartorio deste Hospital que no ano de 1503 (...) se nomeava este local por Villa e Couto das Caldas. E no mesmo ano de 1503³¹⁰ a Raynha D. Leonor nomea às Caldas por Villa em hua sentença que se deu no seu tribunal contra o Provedor da Gafaria de Óbidos (...)”*³¹¹

Perdeu-se o paradeiro do primeiro documento que o cronista Loio refere, mas encontramos os originais de outros documentos, tais como:

– O da venda de todos os bens de Leonor Anes e João Afonso ao Hospital em 17 de Maio de 1503:

*“Em a vjlla e couto das Caldas em as pousadas honde pousa pero de Valadades bacharell em leys e ouvjdor pella Rainha”*³¹²

– O processo de tomada de posse dos bens de Lançarote Murzelo em 15 de Outubro de 1504, a que Jorge de S. Paulo se refere na citação, que se encontra no

³⁰⁹ AH/HCR – Livro de Registos de Sesmarias fls. 102v.-103v. 21/2/1505. [apud] Saul Gomes – *Op. Cit.* p. 100. Transcrito em anexo (documento 12).

³¹⁰ Na verdade é 1504, mais propriamente 15 de Outubro. Vd. continuação do capítulo.

³¹¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo I. p. 102.

³¹² BPADL – Doc. 16. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* pp. 117-118. Transcrito em anexo (documento 11).

arquivo em Leiria, e ao qual, segundo a leitura de Saul Gomes, tanto a rainha como o provedor Gomes da Fonseca se referem:

*“espiritall da nossa villa das Caldas”
“provedor do espiritall das d.^{as} Caldas e gafarya da d.^a villa”*³¹³

– Ou o testamento do provedor Álvaro Dias Borges, datado de 17 de Outubro de 1491, desta feita o documento mais antigo que se refere a Caldas como vila:

*“=item disseram que falescendo elles da vjda presente dentro da dicta villa das caldas ou em a villa d obidos e seu termo que seus corpos (...)”*³¹⁴

– Descoberto por nós, uma carta de perdão de D. Manuel, datada de 18 de Outubro de 1501 que refere a vila e couto das Caldas e o cargo de alcaide pequeno:

“D. Manoel por graça de Deos rey de Portugal (...) a Álu.^o Lopez, cristãa-nouo, mor.^{or} na villa e Couto das Caldas, perdãa p.^r feryr o alcaide peq.^o da d.^a villa, Fernã Dias, quando p.^r mandado do ouvidor Pe.^o de Vallada levava de prizãa o seu filho.

A entreguei a Xbiij de Out.^o

*Alvaro Lopez, pub.^o tabeliãa na villa de Óbidos no anno do S.^{or} Jesus Christo de mil Lj.*³¹⁵

– Por contraponto, na confirmação dos privilégios de 29 de Janeiro de 1503 o rei D. Manuel refere-se mais uma vez a Caldas como:

*“aos vezinhos e moradores das caldas e espiritall dellas a confirmaçam geeral de todolos sus privilegeos”*³¹⁶

– E em 1507, D. Leonor, ao enviar Diogo Dias a Roma, refere-se à vila das Caldas, que na assistência espiritual mantêm-se na jurisdição da freguesia de S. João do Mocharro³¹⁷:

“(...) o trrelado do compromisso que temos feito pera o espiritall da nosa villa das caldas (...)”

*(...) sem embargo de ser asetuada na freguesia de são Johão de mocharro asetudo aqerca da nosa villa dobjdos (...)”*³¹⁸

³¹³ BPADL – Doc. 19. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 120.

³¹⁴ BPADL – Doc. 2. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 86-90. Publicado pelo mesmo autor – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 97-100. Transcrito em anexo (documento 3).

³¹⁵ AN/TT – Ch. D. Manuel, Lv. 37, fl. 49. Sumário do catálogo.

³¹⁶ AN/TT – Estremadura, Lv.2 fls. 69v. 29/1/1498. Sumário do catálogo.

³¹⁷ Sobre as igrejas das Caldas vd. o capítulo 2. da terceira parte.

– Noutro processo, desta vez de D. Leonor sobre as jugadas dos lavradores das Caldas, é referida a vila e o couto das Caldas, deixando claro que já possuía limites definidos, independentes de Óbidos. O documento vem, mais uma vez, levantar as questões da efectividade dos privilégios e dos abusos a que estes levariam, causados também pelo aumento do raio de influência do Hospital, que necessitava de mais terrenos de cultivo para os seus novos moradores. Este facto motiva conflitos legais, em 1505³¹⁹, com o poder local de Óbidos: vendo-se reduzido nos valores fiscais a cobrar aos lavradores do termo de Óbidos, dos quais teriam de retirar os sesmeiros e foreiros do Hospital, ao qual estes fiscalmente respondiam³²⁰, dentro dos limites instituídos pelos privilégios³²¹:

“(…) Vos fora feyto hum Requymento dyzendo que a nosa vjlla e couto das calldas fora termo desa vjlla d obydos e amdara e amdava sempre nese almoxarifado das yugadas e direitos que a nos pertemçem as quais forão aremdadas ho ano pasado aos sobreditos em o quall ano ouve moradores em as ditas calldas que semearam trigo com seus boís allguns delles segundo se contynha na emqerysão e emformaçãõ que por vos allmozaryfe fora tyrada por bem da qall erão hobrygados pagar a elles rendeiros a jugada e forão pasados a Rol pera se darem a emxuquasão segumdo custume e sendo rege [fl. 103] Rerydos os sobreditos pera averem de pagar as ditas Jugadas e elles as não querryam pagar nem o dito omem do allmoxaryfado os não querya penhorar nem sytar nem emxuqatar rrequeremdo uos que hos mandaseys enxuqatar ou lhe descontaseys aquello que se em elo montase do que vos asy avjam de pagar do dito aremdamento (...)

*(...) E Vysta por nos achamos que os ditos remdeiros não som agravados por uos dito allmozaryfe nem por o provedor das calldas em nom eixuqatardes nem consentyrdes emxuqatar hos moradores das ditas calldas pella Jugada que os ditos remdeiros requerem porquato os ditos moradores do pão que colhem e am das teras que lhe nos mandamos dar de sesmarya por seu foro nos lymites das ditas calldas nom som hobrygados pagarem Jugada allguã”*³²²

Seriam vários os documentos produzidos em que, contemporaneamente, as Caldas aparecem como vila e onde só é referida como lugar³²³. A vila, sem data de fundação conhecida deverá, atendendo ao que já foi dito, ter sido considerada como tal desde a

³¹⁸ BPADL – Documento avulso 24. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história...* p. 141. Transcrito em anexo (documento 14).

³¹⁹ D. Catarina, em 1526, voltará a ter de decidir sobre este assunto.

³²⁰ Vd. capítulo 5.3.

³²¹ Vd. 3.2. da terceira parte.

³²² AH/HCR – *Livro de registos de sesmarias*. fl. 102v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 100. Transcrito em anexo (documento 12).

³²³ A documentação é volátil sobre a referência a vila e/ou lugar. Vd. Os documentos transcritos em anexo, que por estarem por ordem cronológica são bom exemplo do que já foi dito.

Carta de Privilégios, constituindo um núcleo territorial, com economia e oficiais distintos de Óbidos.

Em parte, devido às especificidades do estaleiro de obras e da gestão do Hospital, quase como de um cenóbio integrado num termo de senhorio que não do seu clero³²⁴. Independentemente de quais os requisitos para a constituição da vila, no caso das Caldas pelo menos por tradição oral foi aos poucos introduzido a denominação de vila pelos legisladores nos documentos, culminando na definição do termo da vila em 1511.³²⁵



326

³²⁴ Mais uma vez referimos a questão do Hospital ter criado um *Hinterland* ao seu redor, objecto deste estudo. Vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 27-31.

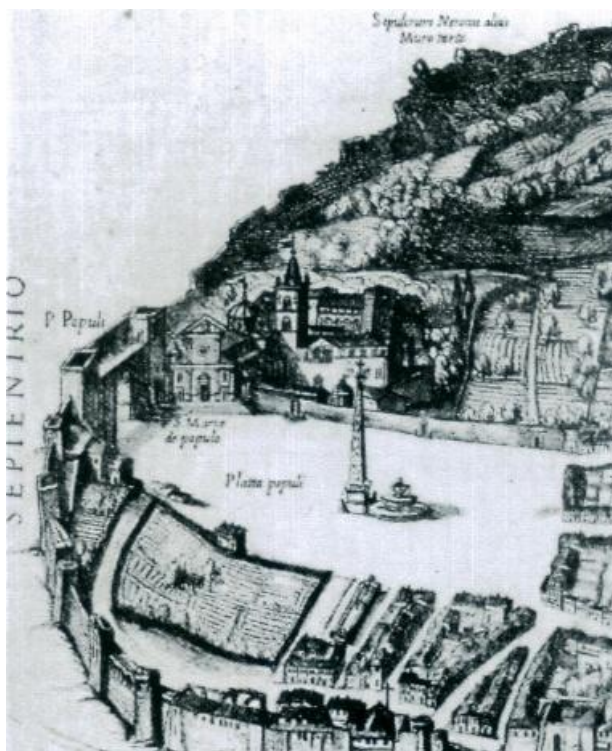
³²⁵ Vd. capítulo 6.

³²⁶ Burra do Concelho de Óbidos. Museu Municipal de Óbidos.

5.2. Do teor religioso inerente à fundação do Hospital

*“Parece-me q Deos nosso Sôr com hua e outra potencia concorre com a virtude destas agoas pella conhecida experiencia de seus varios effeitos; porque vemos muitos enfermos melhorarem em seus males pello decurso dos dias de sua cura o que attribuo à primeira potencia divina concorrendo com ellas segundo à sua capacidade e virtude natural: vemos outros effeitos repentinos e tão notaveis, e em soieitos quasi incapazes de remedio q os podemos attribuir à potencia extraordinaria e absoluta de Deos, tomando estas agoas por instrumento pera obrar saudes milagrosas.”*³²⁷

Numa instituição que deve o seu sucesso ao poder milagroso de águas termais³²⁸, o apoio religioso garante a certificação do hospital. Assim, não é de estranhar que os primeiros documentos produzidos sobre o Hospital das Caldas digam respeito à igreja de N. Sra do Pópulo, como a unidade principal do local, sendo os balneários um anexo da igreja.³²⁹ A própria invocação é sinónimo das relações políticas e religiosas que pautaram estes primeiros anos; sem ser tradicional em Portugal, a invocação da N. Sra. do Pópulo era de suma importância em Roma, estando a igreja na



³²⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 95. Abertura do capítulo “Das mais notaveis, e milagrosas curas que obraram os banhos deste hospital”.

³²⁸ Poderemos considerar que o uso das termas das Caldas passou por três períodos distintos, visíveis na atitude/razão da afluência dos aquistas, na forma de administrar a instituição e nas reformas das estruturas balneares e assistenciais: uma primeira fase centrada no poder milagroso das águas, pautada pela forma de gerir dos padres Loios; uma segunda fase iniciada após a reforma do compromisso pelo marquês de Pombal em que se deu mais poder ao médico e ao estudo científico das águas; no final do século Dezanove até ao declínio de meados do século Vinte, a afluência às termas é aliada do desenvolvimento turístico, faz-se termas por lazer, a par das visitas às praias da costa de Colares – Ericeira, sendo as termas motor de desenvolvimento cultural e, em parte, o factor cura medicinal é colocado de lado para um uso de manutenção; por fim, a actualidade demora no declínio da falta de modernização das estruturas balneares mantendo a mesma filosofia dos anos aureos do alvorecer do século Vinte o termalismo embora viva uma nova era centrado no turismo medicinal e estético, fortemente ligado às altas cúpulas turísticas e ao investimento privado não tem par nas Caldas, onde a falta gritante de interesse estatal e o não desbloquear da possibilidade de privatização da administração das termas está a permitir a degradação do edificado e o voltar costas da cidade ao responsável pela sua génese.

³²⁹ Vd. capítulo 8. Na imagem: Piazza del Popolo em Roma, gravura de Tempesta, 1593 in Sigfried Giedion – *Espaço, Tempo e Arquitectura, o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 175.

cidade papal defronte a uma das mais importantes porta de entrada. Será este templo que a personagem portuguesa mais influente na Corte Pontifícia, o Cardeal de Portugal³³⁰ escolheu para local da sua sepultura. Natural de Alpedrinha³³¹, D. Jorge da Costa, irá desde o início do empreendimento ordenado por D. Leonor nas Caldas, manter um papel activo nas desisões referentes ao Hospital: por um lado, apoiará a rápida resolução papal das súplicas da rainha e, por outro, irá escrever o *Compromisso do Hospital* e tratar da sua consagração pouco antes de falecer, constituindo este o último acto papal referente às Caldas³³².

Prelado paradigmático da época, D. Jorge da Costa acumulou várias dignidades eclesiásticas (cerca de 200 benefícios)³³³, bispo simultaneamente em várias dioceses, cardeal de Alpedrinha com forte influência nos círculos mais poderosos da Cúria e abade de vários cenóbios. Foi, inclusivamente, nomeado em 1475 por D. Afonso V abade comendatário do Mosteiro de Alcobaça³³⁴, contemplado com vários privilégios inerentes ao cargo, por renúncia do abade Frei Nicolau Vieira, incapaz de controlar a desordem que existia na cobrança de direitos fiscais e foros nos coutos de Alcobaça.³³⁵

Como abade, D. Jorge não viria a habitar no mosteiro de Alcobaça, embora o tenha governado em dois períodos: de 1475 a 1488³³⁶ e de 1493 a 1505, facto que também pelas datas – coincidentes com as súplicas da rainha e bulas referentes ao Hospital –, não deixará de ser interessante como paralelo entre o especial interesse e apoio do Cardeal de Portugal ao Hospital das Caldas, sito tão perto do limite dos coutos.

Por outro lado, o próprio papa Alexandre VI, não seria alheio à forte influência de D. Leonor no poder decisório na coroa portuguesa³³⁷ mantendo esta o controlo do comércio de novas rotas e de novos produtos; o papa, oriundo de uma família de mercadores, os Bórgia, teria todo o interesse em salvaguardar uma boa posição

³³⁰ Faleceu em 1508 e foi sepultado na Capela de S. Catarina da igreja de S. Maria del Populo em Roma.

³³¹ Nome como ficou mais conhecido.

³³² Embora intimamente relacionada com o teor religioso a confirmação do *Compromisso* será tratada em capítulo próprio. Vd. capítulo 5.5.

³³³ Sobre o cardeal de Alpedrinha vd. Manuela Mendonça – *D. Jorge da Costa “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri História, 1991.

³³⁴ D. Jorge da Costa era na época conselheiro do rei.

³³⁵ João Saavedra Machado – *As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor...*, p. 49.

³³⁶ Repare-se que é neste intervalo que se desenvolve o processo de delimitação de fronteiras entre Óbidos e Alcobaça.

³³⁷ Como rainha velha e irmã do rei num país de uma economia emergente.

comercial com a corte portuguesa, facilitando em muito o trabalho de D. Jorge da Costa na obtenção de «favores» papais³³⁸.

*“O titulo que a Rainha Dona Leonor deu À Senhora, foy o do Populo, & o motivo que teve para isso, foy não só por ser a unica Paroquia, a Matriz, e a cabeça daquella Villa, & povo das Caldas; mas verdadeyramente parece por especial luz do Ceo. Via aquella devota Princesa os muytos, & grandes favores, & beneficios, que a Mãe de Deos fazia a todos os pobres, & pessoas populares, aos miseraveis, & desvalidos, & que no mundo vivem sem amparo, nem remedio, os quaes sahião dos banhos daquella medicinal agua com milagrosa saude, assim com a sua ardente caridade, para com os pobres, esperava que a Mãe de Deos, & Mãe de todos os pobres, Maria Santissima, havia de continuar aquelles seus favores em todos os pobres, que de todas as partes, & povos concorrião a buscalla em aquella sua verdadeira, & probatica Piscina de todos os achaques.”*³³⁹



Outro ponto de vista importante sobre as motivações religiosas de D. Leonor na estratégia de fundação do Hospital, prende-se com o apoio pessoal dos vários membros do clero que frequentam o círculo íntimo da rainha e que, de alguma forma, irão definir o traço das atitudes tomadas. Em geral integradas na forma de elevação religiosa e

³³⁸ Todas as súplicas da rainha foram atendidas na mesma data que se registaram no arquivo de Roma, vd. documentação transcrita em anexo.

³³⁹ Agostinho de Sta. Maria – *Santuário Mariano*. Lisboa: 1721, tomo VII, p. 223.

³⁴⁰ Josefa de Ayalla – *N. Sra. do Pópulo*. cerca de 1675. MHC.

espiritual que D. Leonor tentava atingir, de uma forma resumida, segundo Ivo Carneiro de Sousa, pautada por:

*“(...) afeição por uma religiosidade das peregrinações; devoção profunda à Terra Santa de Jerusalém; protecção privilegiada às experiências monásticas pobres e contemplativas, estribadas numa estreita clausura e numa vida mendicante (...)”*³⁴¹

É nestes ambientes religiosos que a rainha recruta os seus colaboradores. É o caso do agostinho João de Estremoz, integrado no círculo de D. Leonor entre 1483-1485³⁴², que talvez tenha contribuído para convencer a rainha a fazer o hospital e um dos principais instigadores das obras de misericórdia³⁴³. Tal como outros padres ligados à Casa da rainha, acaba por encontrar refúgio na vila das Caldas³⁴⁴, encetando uma vida de serviço aos pobres e tendo sido o primeiro enfermeiro do Hospital³⁴⁵.

A própria nomeação de provedores, almoxarifes, juizes e ouvidores – cargos civis – de entre o clero próximo da rainha (seus confessores e capelães), demonstra o forte poder clerical nos primeiros anos das Caldas, resumidamente³⁴⁶:

Jerónimo Aires	Pregador da rainha	Provedor do hospital
Gonçalo Martins	Capelão da rainha	Ouvidor da vila
João de Estremoz	Pregador da rainha	Enfermeiro do hospital
André Rodrigues	Capelão da rainha	Capelão do hospital
João Vieira	Capelão da rainha	Vigário do hospital
Bernardo Vaz	Capelão da rainha	Vigário do hospital
Simão Luis	Capelão da rainha	Almoxarife da vila
Vicente Figueira	Clérigo de missa	Juiz da vila

Em toda a existência do Hospital só nos primeiros anos, entre 1496 e 1508, é que foram feitos pedidos e obtidos privilégios pontifícios. Se, por um lado, como já referimos, a Bula papal servia de «certificado de qualidade» inquestionável por outro, iria dotar de condições legais de independência jurídico-religiosa em relação às paróquias de Óbidos, ávidas para receber as ofertas da nova igreja, qual *santuário das águas*³⁴⁷.

³⁴¹ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 690.

³⁴² Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 681.

³⁴³ Segundo a opinião de Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 287.

³⁴⁴ Como veremos, na terceira parte, o mesmo sucede com os oficiais de D. Leonor, que temendo o despedimento após a morte da *rainha velha* optam por entrar ao serviço do Hospital.

³⁴⁵ Vd. capítulos 3. e 4. da terceira parte.

³⁴⁶ *Idem.*

³⁴⁷ Sabemos que está em elaboração um trabalho sobre este assunto por Maria da Conceição Colaço, por essa razão abstermo-nos de tecer comentários sobre as implicações do ponto de vista religioso da implantação da instituição como controlador das águas milagrosas curadoras de todos os *achaques*.

Inicialmente, pelo conceito actual, pode parecer estranho esta inversão de importância entre a igreja e o hospital. Hoje a igreja de N. Sra. do Pópulo parece anexa ao corpo do hospital, como uma situação anómala e desgarrada do conjunto – local e esteticamente – do edificado³⁴⁸; de facto, nos hospitais de edificação posterior, as igrejas apareciam integradas e dissimuladas no bloco edificado, tendo muitas vezes o simples estatuto de oratório³⁴⁹. A documentação relativa às Caldas, mormente a relacionada com Roma, transmite a imagem de que a igreja de N. Sra. do Pópulo³⁵⁰ detinha o papel mais importante no conjunto das obras das Caldas. Veja-se a forma como foram elaboradas as súplicas ao Papa³⁵¹ a par do cuidado estilístico das edificações da igreja em detrimento das do corpo hospitalar.³⁵²

O facto da principal fonte termal ficar situada directamente abaixo do altar-mor e não num local mais funcional, nos balneários, denota esta sacralidade das águas inerentes a uma visão bíblica da cura do paralítico de Betsaida:

*“Ora existe em Jerusalém à porta das Ovelhas, uma piscina chamada em hebraico Bezatha, que tem cinco pórticos. Nestes, jazia uma multidão de enfermos, cegos, coxos, paralíticos, que esperavam o movimento da água, porque o Anjo do Senhor descia, de tempos a tempos, à piscina e agitava a água; e o primeiro que nela entrasse depois da agitação da água, ficava curado de qualquer doença que tivesse. Estava lá um homem enfermo, havia trinta e oito anos. Jesus, vendo-o deitado, e sabendo que já estava assim há muito tempo, disse-lhe «Queres ficar são?» «Senhor, respondeu-Lhe o enfermo, não tenho ninguém que me lance na piscina, quando a água começa a agitar-se; e, enquanto eu vou, desce outro antes de mim.» Jesus disse-lhe: «Levanta-te, toma o teu catre e anda.» No mesmo instante, o homem ficou são, tomou o seu catre e começou a andar.”*³⁵³

A semelhança deste episódio bíblico com a situação das Caldas era inegável de acordo com o misticismo da misericórdia³⁵⁴ que a rainha começava a instaurar. Ela própria o refere como tal, na carta de doação dos bens fiscais de Aldeia Galega:

“E como principalmente he necessario fazer hy huu espytal bem repairado e abastado de leytos e camas e matimentos e mezyinhas e de todalas outras cousas pera mantimento e repayro dos enfermos e pobres necessaryas Determynamos por servjco de Noso Senhor e da bem aventurada gloryosa sempre vjrgem Sancta Maria sua madre

³⁴⁸ Vd. capítulo 8.

³⁴⁹ Por exemplo no Hospital de Todos-os-Santos.

³⁵⁰ Em alguma documentação aparece com o título de Sta. Maria do Pópulo.

³⁵¹ Vd. continuação deste capítulo.

³⁵² Vd. capítulo 8.2.

³⁵³ Jo 5, 2 – 8.

³⁵⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* pp. 199-261.

Nosa Senhora E por salvacaam da mynha alma mandar fazer em o decto lugar casas taes como pera servyr as obras de caridade e mysericordia”³⁵⁵

No capítulo 2.1, referimos que a rainha geria o seu património de uma forma eficiente, muito atenta à viabilidade económica dos seus actos. Isto nas Caldas é verificável na forma como D. Leonor efectuou os pedidos que fez à Corte Pontifícia. Vejamos: primeiro é necessário criar condições que garantam a afluência dos aquistas, segundo criar condições para que o utilizadores paguem pelo usufruto, embora neste caso se parta do princípio que o serviço é gratuito, por fim, criar condições para que o dinheiro fique nos cofres da Instituição.

Facto comum nas obras religiosas de mecenato de D. Leonor é a *“reunião pertinente de privilégios papais que conseguia geralmente somar à legalização canónica da obra um conjunto de indulgências e privilégios que contribuía de forma decisiva para potenciar a sua capacidade de polarização de devoções mais amplas.*”³⁵⁶ Assim, na primeira Bula, o papa Alexandre VI concede indulgências aos que visitassem a igreja de N. Sra. do Pópulo e que contribuíssem para a sua manutenção:

“Volumus autem quod si alias visitantibus dictam capellam vel ad premissa manus porrigentibus adiutrices aut alias inibi pias elemosinas erogantibus seu aliqua alia indulgentia in perpetuum vel ad certum tempus nondum elapsum duratura per nos concessa fuerit presentes littere nullius existant roboris vel momenti.”³⁵⁷

Mas esta primeira Bula e a súplica que lhe deu origem tem mais dois pontos de importância: um primeiro, que aliás será denominador comum em todas as Bulas seguintes, a referência a que D. Leonor terá construído uns balneários num lugar onde outros estavam destruídos, numa terra de ninguém e às suas próprias custas, para salvação da sua alma e serviço divino (misericórdia), que aliás já transcrevemos anteriormente³⁵⁸; um outro ponto fundamental, a justificação de que no lugar tinha construído uma igreja, para apoio espiritual dos utentes, isto é, as águas milagrosas

³⁵⁵ BPADL – Doc. 29. 29/12/1508. Transcrito em anexo (documento 16). Optamos por nova transcrição. Foi publicado com correcção ortográfica por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 300-303. e por Fernando da Silva Correia – *Op.Cit.* pp. 11-14.

³⁵⁶ Ivo Carneiro de Sousa – *“Um hospital do populus: da misericórdia e da rainha para uma vila do renascimento” in Caldas da Rainha, património das águas...* p.92.

³⁵⁷ Bula *Etsi profecta dicente* registada no Arquivo do Vaticano Reg. Lat. 999, fl. 6v. – 7. 3/9/1496 [apud] António Domingues Sousa Costa – *“Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”* Lisboa: separata das *Actas Sobre A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média*. IPPC, 1973. Doc. 13. p. 308. Esta Bula é o BPADL – Doc. 3. Transcrito em anexo (documento 5).

³⁵⁸ Na abertura do capítulo 1.1. da segunda parte.

salvarão a «carne» assim será necessário a igreja salvar o «espírito»³⁵⁹; depreende-se que, em 1496, a igreja já tinha condições para receber fiéis, embora se mantenha em construção por mais quatro anos.

*“(…) dicta regina, zelo Dei ducta, balnea ipsa suis propriis sumptibus et expensis construxit et reparavit ac cameras et mansiones pro personis infirmis ad illa confluentibus necnon unam capellam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, construi et edificari fecit et ut christifideles eo libertius devotionis causa ad dictam capellam beate Marie de Populo nuncupatam confluant et ad illius conservationem promptius manus porrigant adiutrices quo ex hoc ibi dono celestis gratie uberius conspexerint se refectos, desiderat ipsam capellam regina predicta aliquibus indulgentiis et gaudiis muniri.”*³⁶⁰

A rainha com esta Bula consegue, por um lado, garantir a afluência de aquistas às Caldas num período em que, como ela refere: *“hominibus non frequentabantur”*³⁶¹ e por outro, incentivar que estes possam ajudar a suportar as obras do complexo balneários/igreja³⁶². Como referimos anteriormente, para garantir a viabilidade do princípio, restava manter na Instituição os dinheiros ofertados à igreja, neste caso, lembramos que «o espaço» das Caldas pertenciam à paróquia de S. João do Mocharro de Óbidos, a paróquia mais pobre da vila³⁶³ e que, naturalmente, terá pedido a gestão da nova igreja de N. Sra. do Pópulo³⁶⁴. Salvaguardando a independência do Hospital, a rainha seis dias depois da primeira súplica pede ao papa que permita a Instituição de capelão na igreja, isento da paróquia de Óbidos, justificando-a com a distância à vila:

*“(…) et quia balnea predicta per tria miliaria a dicto opido distant quodque grave et periculosum esset dictis infirmis pro recipiendis ecclesiasticis sacramentis necessitatis tempore ad eundem locum accedere, (...)”*³⁶⁵

³⁵⁹ Conceito da união corpo e espírito em voga na época. Sobre a espiritualidade da rainha vd. a tese de Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...* Em especial a segunda parte.

³⁶⁰ Súplica da rainha registada no Arquivo do Vaticano Reg. Suppl. 1028, fl. 66. 3/9/1496 [apud] António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Doc. 12. p. 307. Transcrito em anexo (documento 4).

³⁶¹ *Idem.*

³⁶² Vd. capítulo 8.2.

³⁶³ Não possui controlo sobre nenhum grande aglomerado e vê-se em 1536 na necessidade de mudar a sede para a antiga igreja de S. Vicente junto à porta da vila uma vez que o bairro do Mocharro ao ter sido assolado por um terramoto viu-se reduzido abruptamente no número de habitantes (que ocuparam as casas deixadas vagas na Judiaria) deixando a igreja de S. João numa zona desabrigada e sem apoio social. Vd. capítulo 2. da terceira parte.

³⁶⁴ Refira-se que a Confraria de N. Sra. do Pópulo, com sede na igreja homónima das Caldas, terá sido fundada ainda em 1488, logo no início das obras; além de ter intervenção na construção tinha como objectivo o acompanhamento das exéquias fúnebres dos pobres que faleciam no Hospital.

³⁶⁵ Súplica da rainha registada no Arquivo do Vaticano Reg. Suppl. 1028, fl. 137 – 137v. 10/9/1496 [apud] António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Doc. 14. p. 309. Transcrito em anexo (documento 6).

O papa atende esta súplica na mesma data que a recebe, instituindo uma capelania privativa no Hospital, reconhecendo a D. Leonor a capacidade de nomear o capelão, isentando-o da jurisdição de Óbidos no que respeitasse à administração dos bens e tesouro da respectiva igreja, ao ministrar dos sacramentos divinos (baptismo, matrimónio, extrema-unção) aos enfermos e habitantes das Caldas³⁶⁶ e, o mais importante, acolher as oferendas e oblações para que fiquem para o serviço e manutenção do Hospital:

*“(…) que ibidem fient et offerentur, recipere ac in suos usus et utilitatem convertere et si contingat aliquos infirmos seu personas alias ibidem decedere ac pro fabrica et reparatione dicte capelle aliquid ex bonis suis relinquere et legare, pro tempore existens eiusdem capelle seu fabrice administrator illud is usus et utilitatem tam dicte fabrice qum sustentationem pauperum et infirmorum in dictis balneis consistentium etiam convertere libere et licite possint ac deputatio dicti capellani, pro cuius salario dicta regina certa bona relinquere parata existit, ad ipsam reginam, quamdiu vitam duxerit in humanis, et postei obitum ad successores suos (...)”*³⁶⁷

Esta disputa de poderes religiosos sobre as Caldas e, naturalmente, sobre os bens de N. Sra. do Pópulo, irá durar ainda alguns anos. Embora não existam documentos de S. João do Mocharro sobre o assunto³⁶⁸, que confrontem a posição da rainha, esta obtém a confirmação papal para que o capelão seja oficial do Hospital e que as ofertas revertam para a Instituição, numa Bula com teor idêntico à anterior, embora exista uma nuance de suma importância.³⁶⁹ na primeira Bula, o capelão tinha poderes para dispor dos bens deixados à igreja, inclusivamente em proveito próprio, nesta nova Bula, o capelão passava a receber pensão do Hospital e colocavam-se as ofertas directamente no património da Instituição, administradas pelo provedor. Esta alteração, provavelmente necessária por algum abuso, terá em conta algumas somas e bens de raiz de valor avultado, facto não previsto de início, o que demonstra o sucesso das termas no período anterior à conclusão das obras:

“(…) et ultra hoc oblationes que fient in missa videlicet pecunias ac panem coctum et alia offertoria ac etiam oblationes baptizandorum necnon pro defuntis tempore sepulture ac exequiarum et anniversariorum pro ipsis celebrandorum offerenda videlicet panem coctum, carnes et pisces dumtaxat percipere habeat, reliqua vero danda et offerenda mobilia seu etiam immobilia bona ac panni, linei et lanei

³⁶⁶ Mas curiosamente as Caldas mantêm-se na paróquia de S. João até meados do século Dezoito.

³⁶⁷ *Bula Apostolice sedis gratiosa* registada no Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 873, fl. 143 – 144. [apud] António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Doc. 15. p. 311. Transcrito em anexo (documento 7).

³⁶⁸ Vd. final deste capítulo.

³⁶⁹ Vd. António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* p. 281.

necnon reliqua iocalia pretiosa vel non pretiosa dicta capella offerenda ad fabricam dicti hospitalis pertieant et in repatationem [fl. 276] ac utilitatem dicti hospitalis ac pauperum et infirmorum, in eodem hospitali pro tempore degentium, sustentationem convertantur dictasque litteras cum deputationis et aliis in eisdem contentis clausulis ad hoc extendimus ampliamus.”³⁷⁰

E, em 1507, em conjunto com a rectificação do *Compromisso do Hospital*³⁷¹ a rainha pretende elevar o estatuto do capelão, pedindo que o papa lhe conceda a apresentação de vigário, oficial do Hospital, segundo os artigos correspondentes no *Compromisso*:

“= Item outrosy direz majs a sua reverendissima p. que lhe pedimos que nos aja letra que em nosa vida posamos presentar vigairo a dita jgreja de santamaria do populo que seja cura della ao quall temos hordenado qujnze mill reais por anno que posa tão bem aver algũas obrações que ha dita jgreja vierem sem embargo de ser asetuada na freguesia de são Johão de mocharro asetudo açerca da nosa villa dobjdos E per noso faleçimento posa apresentar a dita vigairia quem nos leixamos por minystrador como se contem no dito compromisso.”³⁷²

Conseguindo que o papa, na Bula de confirmação do *Compromisso*, atribuisse o padroado da igreja e a apresentação do vigário e capelães a D. Leonor, bem como permitindo que se realize no templo todos os cultos do rito romano.

“(…) *im dicto hospitalli unam ecclesiam sub invocatione beatæ Maria de popullo pro uno perpetuo vicario qui curam haberet animarum et tribus perpetuis cappellanis ac uno Sachrista sive Thesaurario qui in dicta ecclesia in divinus et ecclesiasticis sacramentis ministrandis pauperibus infirmis et peregrinis ibidem venientibu deserviant et in eadem ecclesia non nullas missas pro Leonoræ et joannis regis predictum ac dilecti filii Alfonsi principis præfactum joannis et Leonoræ filii animarum salute celebrarent canonicæ construi et ædificari ac ordinari mandavit et fecit.*”³⁷³

Esta disputa sobre as *almas* das Caldas irá ter ainda dois novos capítulos³⁷⁴: em Março de 1545, o Arcebispo de Lisboa aceita, embora reconheça que se trate de uma situação anómala, que a igreja do Hospital sirva e baptize os habitantes das Caldas³⁷⁵,

³⁷⁰ Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 882, fls. 274 – 275. 7/11/1500 [apud] António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Doc. 21. p. 325. Transcrito em anexo (documento 9).

³⁷¹ Vd. capítulo 5.5.

³⁷² Apontamentos sobre os assuntos que Diogo Dias deverá levar à Corte Pontifícia. BPADL – Doc. 24. 28/3/1507 [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* p. 141. Transcrito em anexo (documento 14).

³⁷³ BPADL – doc. 28. 12/5/1508. [apud] Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 338-341. Transcrito em anexo (documento 15).

³⁷⁴ Embora fora do âmbito cronológico deste trabalho julgamos importante deixar aqui esta referência.

³⁷⁵ E também os habitantes das aldeias do Coto, Formigal e Tornada. Vd. capítulo 2. da terceira parte.

tal como vem sendo hábito e, em 1590, um visitador do Arcebispado de Lisboa³⁷⁶ ordena ao pároco de S. João de Óbidos que construa uma igreja nas Caldas³⁷⁷; não sabemos se foi essa a razão mas, em 1591, começa-se a construir a capela de N. Sra. do Rosário.³⁷⁸

Mas nem todas as súplicas da rainha aos papas surtiram efeito: em 1509, a rainha pede a Júlio II que lhe conceda os dízimos das terras das Caldas para o Hospital³⁷⁹, o mesmo irá pedir a Leão X, a 15 de Março de 1510, alegando: “já o Papa Julio II vosso Antecessor mo tinha concedido; mas por respeito da sua morte não tiveram as letras efeito algum”³⁸⁰. O papa não respondeu à rainha e, assim, os dízimos das Caldas mantiveram-se em S. João do Mocharro. Jorge de S. Paulo considera que por esta igreja pertencer ao Cabido de Lisboa, este terá intercedido em Roma por oposição à pretensão da rainha³⁸¹. Os vigários do Hospital por várias vezes requereram junto do Arcebispado de Lisboa o direito aos dízimos pois era ele quem sacramentava os moradores da vila e seu termo³⁸² e, claro, assim se nota o poder de D. Jorge da Costa na Cúria de Roma³⁸³.

Voltando um pouco atrás, o papa Alexandre VI na *Bula hospitalium et aliorum*, dada a 1 de Junho de 1497, concede nova indulgência plenária de carácter financeiro. Neste caso, para além dos que visitarem a igreja de S. Maria do Pópulo, garantir-se-á a remissão aos que falecessem dentro do Hospital e que lhe legassem alguma coisa, à medida das suas capacidades:

“(…) *statuimus et ordinamus quod omnes et singuli utriusque sexus christifideles que deinceps preceptis futuris temporibus in dicto hospitali decesserint et in eorum ultimis voluntatibus vel alias eidem hospitali de bonis eis a Deo collatis iuxta suarum exigentiam facultatum aliquid pie erogaverint seu legaverint, plenariam omnium suorum peccatorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, remissionem in mortis articulo, ipsis tamen in sinceritate fidei, (...)*”³⁸⁴

³⁷⁶ O padroado da igreja de S. João do Mocharro pertencia ao Arcebispado de Lisboa. Na época que a rainha obtem para si o padroado da igreja de N. Sra. do Pópulo, o Arcebispo de Lisboa era D. Martinho da Costa, irmão do Cardeal de Alpedrinha. Vd. Manuela Mendonça – *Op. Cit.* p. 34.

³⁷⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 116.

³⁷⁸ Vd. capítulo 2. da terceira parte.

³⁷⁹ Já não existem nenhuma destas súplicas, nem outros documentos que Jorge de S. Paulo refere neste assunto.

³⁸⁰ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* p. 135.

³⁸¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* pp. 136-137.

³⁸² *Idem.*

³⁸³ Lembramos que já tinha falecido em 1508.

³⁸⁴ Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 873, fl. 365 – 365v. 1/6/1497[apud] António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Doc. 17. p. 312. Original em BPADL – Doc. 4 e traslado com tradução no doc. 6. Transcrito em anexo (documento 8).

Esta Bula será responsável pela angariação de propriedades pelo Hospital um pouco por todo o país. De facto, é possível ler nos testamentos que nos restam³⁸⁵ e nas tomadas de posse dos bens de raiz a amplitude geográfica do sucesso das Caldas. Mas também estes testamentos irão obrigar a Instituição a complicados processos judiciais contra herdeiros que se viram privados dos bens e que não aceitaram, de bom grado, o testamento feito em leito de morte no hospital. Tendo a rainha que intervir activamente na resolução (tomada de posse) em alguns dos casos. O que ficou mais bem registado o de Lançarote Murzello que iniciado a 15 de Outubro de 1504,³⁸⁶ irá fazer a rainha e o provedor Gomes da Fonseca lutar judicialmente pelos bens legados no Bombarral, processo que durou dez anos, até à conclusão da arrematação em 22 de Junho de 1514³⁸⁷.

*“(...) o qual fecto sse tratou amtre ho espiritall das dictas caldas e a gafarya da dicta vylla em a quall Sentença sse contynha antre as outras cousas que a molher do dicto lançarote murzello ouvesse ho huso e o fruyto dos beens que fycaram per morte do dicto defunto em ssua vyda e por morte della fycassem hos dictos bens ao espiritall das caldas segundo se no dicto testamento contem do dicto lançarotte murzello, e porquanto a molher do dicto lançarote murzello falecera de vida deste mundo lhe requeyra Outra vez que o mandasse meter de posse dos dictos bens em nome do espiritall (...)”*³⁸⁸

Curiosamente, além das esmolas ofertadas a Santa Maria do Pópulo por indulgência plenária – de acordo com as Bulas de 1496 – acaba por se estender também à doação de bens de raiz feitas em vida, como nos refere Jorge de S. Paulo no elencar dessas doações e testamentos mais importantes. O aforamento e, em certos casos, a venda destas propriedades irão manter uma entrada regular de dinheiro e de géneros alimentícios no Hospital. É indiscutível que o apoio pontifício foi de grande importância para a dotação financeira do Hospital, embora não só de esmolas se sustentará a Instituição, como veremos no próximo capítulo.

³⁸⁵ Existe uma boa colecção de testamentos feitos ao hospital no AH/HCR, posteriores a 1570.

³⁸⁶ BPADL – Doc. 19. Este processo tem início no doc. 19 com o requerimento do provedor para que o Juiz de Óbidos lhe desse a posse dos bens, estendendo-se para o 20 com a abertura do testamento da mulher, Inês Henriques, contendo o registo de todos os bens e por fim no doc. 21 com a carta da rainha ordenando que se cumpra o testamento, tendo em 12 de Janeiro de 1505 sido efectivado o acto de posse.

³⁸⁷ BPADL – Doc. 32.

³⁸⁸ BPADL – Doc. 19. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 120.

5.3. A dotação financeira do Hospital

“(...)nosso proposito e desejo he que a ordenancaa que temos feita para regimento e governanca e manteca da dita Igreja e Esprital seja perpetua e para sempre guardada e em todo manteuda e sem menguamento alguu nem mudanca cumprida e executada e o servyco de Noso Senhor seja ali sempre feyto e acrescentado e naam minguado e os pobres enfermos recebaao sempre em o dito Esprital consolacao e repairo esprytual e corporal segundo a tencaa da nosa Instituicao o que se nom poderai cumprjr nem manter depois de noso passamento do mundo se em nosa vjda naam dessemos e deixassemos ao dito Esprital tantas rendas que para as obras de caridade e esmolaz que lhes mandamos fazer abastassem e por se naa poderem achar a vender bens de tal renda para prazos mandarmos comprar e os darmos ao dito Esprital nos soccorremos ao muito alto e muito excellente e poderoso Senhor Rey meu Jrmão lhes pedimos nos quizesse vender todalas Jugadas e Outavos e rendas e direitos e foros das nosas Villas d’oobidos de aldeagallega dapar de Merceana e sus termos assim como nos tinhamos e possujamos as ditas rendas e detritos e se para nos arrecadavaam para as nos darmos [v.] e dotarmos para sempre ao dito Xprital e se poderem por as ditas rendas cumprjr todalas obras de mizerjcordia e pjedade temos por nosa Instituica ordenado que se ahi sempre faca por servico de Noso Senhor e de Nosa Senhora e por salvacaam da mi alma (...)”³⁸⁹

Na prática, a definição mais básica do estudo do património é a avaliação da propriedade e a sua administração. Neste sub-capítulo, pretendemos dar uma visão alargada – superficial – sobre a forma como foram agregados bens que contribuíram para a sustentabilidade do Hospital. Sendo o objecto de grande parte do texto de Jorge de S. Paulo, devido ao manancial de documentos existentes e à singularidade de algumas atitudes, aqui circunscrevemo-nos à forma como estes bens foram incorporados no património do Hospital, dentro do intervalo cronológico deste trabalho.

“(...) a maioria dos documentos disponíveis foi elaborada por razões administrativas e por isso privilegia assuntos como a fixação de quantitativos fiscais ou a elucidação de questões relativas à posse e gestão de propriedades.”³⁹⁰

Voltando a referir o forte ímpeto mecenático da rainha nas obras de caridade e misericórdia, haverá que referir que o rei D. João II também não lhe foi perfeitamente alheio. Embora não se reconheça este monarca como um edificador³⁹¹, ele deixou em testamento, datado de 11 de Setembro de 1490, vinte e oito mil escudos de ouro das

³⁸⁹ BPADL – Doc. avulso 29. 29/12/1508. Transcrito em anexo (documento 16).

³⁹⁰ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.13.

³⁹¹ Rafael Moreira – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*. Lisboa: Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. 1991. (policopiado). p. 31.

suas arras para aplicar em obras pias³⁹². Parte desta dotação terá sido aplicada nas Caldas, a par das verbas dispendidas por D. Leonor na construção e dotação do Hospital, das quais, infelizmente, pouco ou nada conhecemos. Sabemos, porém, que D. Manuel autoriza, em 28 de Janeiro de 1498³⁹³, o Hospital a possuir anualmente até trezentos mil reais de rendas; a 15 de Agosto de 1502³⁹⁴ aumenta este valor até quatrocentos reais de rendas, não só dotadas pela rainha, como por outros benfeitores, isentando-o de ordenações gerais existentes em contrário. Indiciando, nestes quatro anos que medeiam, uma obra num estado muito embrionário a um edificado quase concluído, e certamente a uso, que tinha ultrapassado em muito as expectativas de custos financeiros para a sua manutenção e edificação. Embora todos sejam unânimes em referir que a rainha terá patrocinado quase integralmente a construção do Hospital até 1508, data em que a Instituição passará a ter rendimentos próprios e suficientes para a sua sustentabilidade.

*“Aquantos esta nossa Carta virem fazemos saber que a Senhora Rainha minha Irmaa nos disse como ella por servico de Nosso Senhor Deos mandaara fazer hu Hospital na sua villa das Caldas e porque seu desejo e vontade era que a dita obra fosse durante para sempre e lhe queria deixar tanta renda porque se pudesse bem manter ou o por ella ordenado em a Instituicao que tem feito ao dito Hospital pedindonos que porquanto ella naa podia logo achar a vender tantos bens de raiz que em todo hu anno rendenseem tresentos mil reis que para o dito Hospital manter eraao necessarios e por quanto nos lhe eramos obrigados e as rendas direitos bens e terras da Coroa de nossos Reinos mandar pagar seu dote que lhe era devido lhe quizessemos vender as jugadas de paam vinho e foros das suas villas de Obidos e de Aldeagalega dapar da Merciana com outros direitos que ora ella tem nas ditas villas e seus termos e se para ella recadaam (...)”*³⁹⁵

Neste documento conseguimos saber que se previa que o Hospital necessitasse de um mínimo de trezentos mil reais anuais para se manter e que a rainha queria salvaguardar que, de futuro, – e para que a sua obra durasse para sempre – os provedores não tivessem de vender propriedades para sustentar a Instituição. Além do mais, na prática, a rainha comprou esses mesmos direitos por um valor inferior aos trezentos mil reais³⁹⁶, sendo uma atitude financeira bem delineada, incluindo um ponto importante: embora tenha comprado em 1503, D. Leonor só efectiva a doação ao Hospital em 1508, pelo facto, que ela mesma refere:

³⁹² AN/TT – Ch. D. João II Lv. 3. fl. 49v.

³⁹³ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 28 fl. 55-55v.

³⁹⁴ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 4 fl. 27v.

³⁹⁵ AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 4 fl. 29 – 30. 23/1/1503. Transcrito em anexo (documento 10).

³⁹⁶ Vd. a continuação deste capítulo.

*“As quaes obras com a graça de Noso Senhor ja de todo temos bem acabadas e postas em aquella perfeicam que pera noso senhor hy servydo e se fazerem as obras de caridade que temos devacoo que pera sempre se faram parecer convenyente.”*³⁹⁷

Talvez temendo que fossem aplicados grandes fundos financeiros às obras da Instituição que obrigassem à hipoteca de valores desta doação, a rainha manteve-os na sua posse e só os libertou com o fim dos trabalhos. Também, em parte, terá assim garantido a edificação a suas próprias expensas, situação importante para si pelos conceitos de disponibilidade para obras de misericórdia e caridade que advogava. A rainha, já com 50 anos, não deixa de referir na carta a sua preocupação pela manutenção do Hospital *“depois de noso passamento do mundo”*³⁹⁸, justificação sumária para o investimento e doação de tamanho *input* financeiro anual e perpétuo.



399

Foi comprado para provimento do Hospital⁴⁰⁰: as jugadas, foros e reguengos de Aldeia Galega (no concelho de Alenquer) e de Óbidos⁴⁰¹, excluindo alguns direitos que tinham destino definido, tais como o pagamento de oficiais, as merceeiras e capelões,

³⁹⁷ BPADL – Doc. avulso 29. 29/12/1508. Transcrito em anexo (documento 16). Esta é talvez das cartas da rainha mais interessantes para este estudo, pois, tendo terminado as obras do Hospital a rainha quis deixar registado, em jeito de balanço, as razões e o que fez nas obras do hospital, daí que esta carta sirva de ponto de reflexão em vários momentos deste trabalho.

³⁹⁸ *Idem.*

³⁹⁹ Pelourinho e casas do hospital das Caldas “*Casa do pagamento*” em Aldeia Galega.

⁴⁰⁰ Coligido com base na carta de compra, já citada e que se transcreve na íntegra em anexo.

⁴⁰¹ Jugadas de pão, oitavos de vinho e mais direitos reais.

alguns direitos sobre bens de raiz da Merceana (termo de Aldeia Galega) e os direitos que D. Leonor tinha doado ao alcaide de Óbidos – D. Rodrigo de Meneses –⁴⁰². Depois de um largo processo de avaliação que inclui o valor de cada tipo de bem em ambos os termos⁴⁰³, multiplicando por três anos, chegou-se a um valor global de 2.322.700 reis de prata. Tendo a rainha efectivado a compra pelo mesmo valor, não sem incluir o quantitativo de várias dívidas que a coroa e o rei com ela tinham contraído.

Prevvia-se assim um total anual de 774.233,40 reis que entrariam nos cofres do Hospital, mais do dobro do valor que, na mesma carta, se tinha definido como necessário.

Não é fácil saber qual o quantitativo real das rendas das jugadas, não só pela flutuação constante dos preços dos bens mas também, socorrendo-nos de Jorge de S. Paulo⁴⁰⁴, pela falta de registo organizado destas receitas, que frequentemente se encontram junto das despesas diárias, mantidas na gestão corrente e pouco definidas em relação ao valor anual. Mas a distância entre Caldas e Aldeia Galega, bem como o pouco peso político do Hospital na zona, dificultaria em muito a cobrança atempada destes direitos. A manutenção de oficiais e de edifícios no local, obrigava o Hospital a constantes processos judiciais por falhas nos pagamentos, implicando algumas intervenções régias em situações extremas, causadas talvez por revoltas pontuais.

D. Leonor irá fazer registar todos os bens que tinha doado⁴⁰⁵ ao Hospital bem como todas as concessões e privilégios, dissipando dúvidas; mais tarde, D. João III outorga uma provisão, datada de 22 de Abril de 1526⁴⁰⁶ que confirma à Instituição o direito de *arrecadar* as rendas, foros e jugadas que lhe eram devidas e, dois dias mais tarde⁴⁰⁷, ordena aos almoxarifes das duas vilas que cobrassem as jugadas ou fizessem execução de quem não pagasse.

Por todas as dificuldades de cobrança, a opção foi o arrendamento dos direitos⁴⁰⁸, solução comum na época. Sabemos por Jorge de S. Paulo que a primeira renda de jugada de Aldeia Galega foi feita em 1564, rendendo 320.000 reis⁴⁰⁹.

⁴⁰² AN/TT – Leitura Nova, *Lv. dos Misticos* fl. 64 – 64v.

⁴⁰³ Excelente indicador para estudos dos preços e de história económica.

⁴⁰⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 385 – 388.

⁴⁰⁵ AH/HCR – *Lv. 1.º de Registos* fl. 91-91v. 18/12/1516.

⁴⁰⁶ AH/HCR – *Lv. 1.º de Registos* fl. 29v.

⁴⁰⁷ AH/HCR – *Lv. 1.º de Registos* fl. 36v.

⁴⁰⁸ Embora focada numa época posterior (final do século Dezoito), vd. o trabalho de Domingos Duarte Belo – *As Jugadas da vila de Aldeia Galega D'apar da Merceana e o Hospital Real de Caldas da Rainha – 1777*. Caldas da Rainha: 2006.

⁴⁰⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 387.

Pelo contrário, em relação aos direitos de Óbidos, a administração optou por manter a cobrança directa, não sem vários problemas de leitura legal, quanto à amplitude dos direitos do Hospital, em especial no tocante ao dízimo do pescado de Salir,⁴¹⁰ o mais valioso dos direitos que D. Leonor tinha dado a D. Rodrigo de Meneses – referidos na carta de compra – mas que se: “(...) *as ditas rendas que ora tem o dito D. Rodrigo por seu Fallecimento hade ficar aa dita Senhora Rainha ou a noos e a Corrooa de Nossos Reinos*”⁴¹¹ E não havendo disposição posterior sobre estes direitos⁴¹², houve fortes tentativas por parte de Óbidos e do Hospital, com argumentos sobre a posse destes.

A própria forma de cobrança irá ter de ser constantemente revista, de modo a salvaguardar, por um lado que a Instituição tenha dinheiro e géneros quando mais precisa (entre Abril e Outubro) por outro para coincidir com as colheitas e com a capacidade económica dos lavradores. Assim, decide-se a data de 15 de Agosto (Nossa Senhora de Agosto) como primeiro dia oficial de cobranças⁴¹³, altura em que a actividade no Hospital estava a meio e os lavradores já tinha feito as primeiras colheitas, além de que coincidia com a principal feira na vila⁴¹⁴.

Ora, a Instituição já tinha dotação financeira suficiente para continuar após a morte da rainha a cumprir as «obras de caridade» e a servir graciosamente os utentes dos banhos; agora, faltava criar condições para que os géneros chegassem ao Hospital. Por um lado, as actividades económicas dos primeiros habitantes já começavam a dar frutos, por outro, a propriedade rural anexa ao hospital também deveria produzir, mas não o suficiente para o sustento de todo o complexo, utentes e oficiais.

Por forma a potenciar a atracção de sectores ligados ao comércio de bens necessários à manutenção do Hospital, foram criadas uma série de isenções e prerrogativas fiscais sobre a compra e venda de produtos fundamentais para a Instituição, claramente convocando os mercadores a venderem à Instituição e, a uma escala mais alargada, contribuiu para a fixação demográfica na vila de mesteres⁴¹⁵

⁴¹⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo I. pp. 119-123 e 154.

⁴¹¹ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 4 fl. 29 – 30. 23/1/1503. Transcrito em anexo (documento 10).

⁴¹² Porém no Foral de Óbidos não se encontra referido nenhum tipo de cobrança pelas actividades económicas de Salir do Porto (portagem por mar, pescado, etc.). Vd. Sérgio Gorjão – *O foral manuelino de Óbidos*. Óbidos: CMO, 1999.

⁴¹³ O capítulo XII do *Compromisso* define as obrigações do almoxarife, escrivão e homens do almoxarifado nas vilas de Óbidos, Caldas e Aldeia Galega.

⁴¹⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* Tomo III. p. 391. Vd. também os registos no *Livro do Tombo da Fazenda do Hospital*, transcrito em anexo (documento 29).

⁴¹⁵ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 316.

produtores desses mesmos produtos (boticários, sapateiros, alfaiates, marceneiros, oleiros, tanoeiros, etc.).

Em Dezembro de 1510, D. Manuel dá por esmola e porque, salienta, a rainha sua irmã lhe pediu, o privilégio de o Hospital não pagar sisa sobre os bens que adquirir ou vender, não só de géneros alimentícios, mas também de alfaias e de propriedades. Facilitando as transições económicas da Instituição e ao mesmo tempo a capacidade de este investir em bens de raiz que lhe permitissem agregar mais rendas e foros aos já doados anteriormente, demonstrando que o esquema de financiamento anual suportado nos direitos sobre Óbidos e Aldeia Galega estava em funcionamento e com êxito reconhecido.

“(…) querendo nós fazer graça, e m.^a por esmola ao Hospital das Caldas de junto da Villa d’Obidos, e por nisto comprazermos á Rainha minha Irmã, q nolo pediu: Temos por bem esta prez.^a Carta damos, e outorgamos Previlegio ás d.^{as} Caldas, q não paguem siza das coizas dellas, e q p.^a ellas houverem, e comprare, no modo abaixo declarado, convem a saber, de quaesq.^r bens de raiz, q p.^a as d.^{as} Caldas se comprarem, ou venderem, ou escambarem, as d.^{as} Caldas não paguem siza, q das taes vendas, ou compras, ou escambos á sua p.^{te} montar, e do pam, vinho, bestas, e legumes, e mantim.^{tos} de qualq.^r genero, e qualid.^e, q sejam, tirando carnes, e de todo o movel, assim de roupas como de qualq.^r outra coiza, q movel seja q p.^a necessid.^e, e serviço das d.^{as} Caldas seja, e se comprar, ou vender ou escambar, não pagarão as d.^{as} Caldas, nem outras partes, comq as compras, ou vendas, e escambos das d.^{as} Coizas fizer nenhũa siza, porq nos praz, q sejam as d.^{as} Caldas, e as partes nestas coizas de movel de todo relevadas, e escuzadas de pagar.”⁴¹⁶

No início do século Dezaseis, como facilmente se depreende, as Caldas não conseguiam produzir o suficiente para alimentar o Hospital e a vila. Com a definição do termo da vila, em 1511, criou-se um problema fiscal relativo ao transporte dos produtos que, obrigatoriamente, tinham de atravessar o termo vizinho, logo, pagar portagem à vila de Óbidos. Em Janeiro de 1512, o rei D. Manuel dá o privilégio para que o Hospital não pague portagem dos bens que sejam transaccionadas pelos oficiais quer sejam pelos moradores da vila.

“Temos por bem e Privilegiamos e queremos e nos praz que das coizas que para o dito Hospital vierem assim pelos officiaes delle como pelos moradores da dita Villa que sejaam para a necessidade do dito Hospital e para nelle se venderem como daquellas

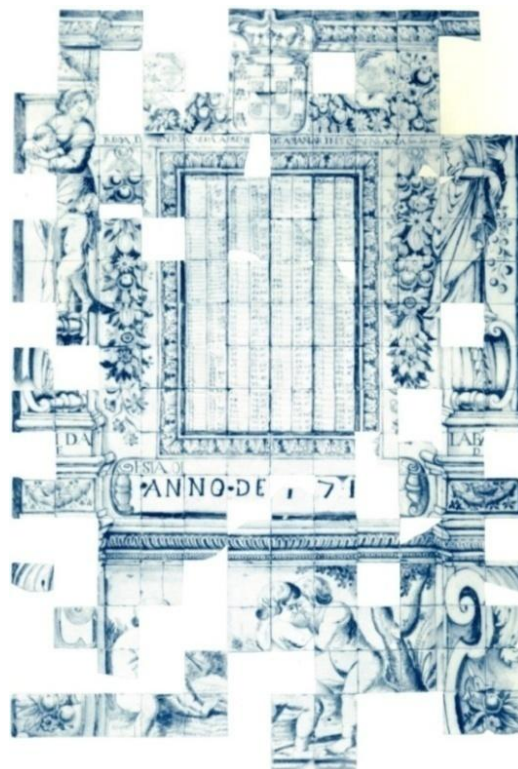
⁴¹⁶ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 41 fl. 9v – 10. 15/12/1510. [apud] Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 345-346. Transcrito em anexo (documento 17).

*que delle para fora sairem por qualquer maneira que seja como do dito forem se naam pague portagem (...)*⁴¹⁷

Embora claramente tenham havido abusos sobre esta isenção, em consonância com a administração do Hospital, é facto que não conhecemos nenhum processo causado pelo não pagamento de portagens⁴¹⁸. Assim, ficaram criadas automaticamente condições para que as Caldas, desde os primeiros anos, se tornem um entreposto comercial importante na região, sendo as suas feiras,⁴¹⁹ aliadas da constante movimentação de aquístas e peregrinos que, além de clientes dos moradores das Caldas, traziam também os seus produtos como sustento para a longa viagem. Outra questão a ter em conta é a proximidade dos limites do termo⁴²⁰ com os portos do Formigal e de Salir, além de que sendo o rio de Salir a fronteira entre o termo de Óbidos e os coutos de Alcobaça, o controlo fiscal do tráfego nesta via era facilmente contornável.

Para resolver o problema da falta de capacidade de auto-produção do termo das Caldas, faz-se notar que grande parte dos direitos fiscais, rendas e foros mesmo os de fora do termo eram pagos ou convertidos em generos⁴²¹, contribuindo assim directamente para a dieta a uso no Hospital: galinha, perdiz, carneiro, porcos, pão (trigo, milho e centeio), vinho, fruta, abobora, ervilhas, arroz, ovos e açúcar.

“(...) antes de entrarem e serem recebidos reção de pão, carne e v.º todos os dias, e depois de recebidos se lhes dava hũ ar de carn.º ao jantar e m.º a cea, e os meudos se gastavão com os Escravos e



⁴¹⁷ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 7 fl. 7. 14/1/1512. Optamos por nova transcrição. Está publicada com correcção ortográfica por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 344-345. Foi feita a transcrição de uma carta de confirmação deste documento com data de 13 de Novembro de 1576, julgamos que a partir de um livro de tombo do Hospital que não pudemos confirmar. Transcrito em anexo (documento 21).

⁴¹⁸ Jorge de S. Paulo, no tomo III faz-nos um enlencado de todas as demandas em que o Hospital se viu envolvido. Nenhuma delas diz respeito a portagens.

⁴¹⁹ Segundo Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III pp. 206-208 a feira mais importante era a de 15 de Agosto, coincidente com o meio da época de banhos, a primeira deverá ter ocorrido em 1504.

⁴²⁰ Vd. Capítulo 6, na prática para aceder aos portos vindo da vila de Óbidos era necessário atravessar o termo das Caldas.

⁴²¹ Já referidos na carta de compra dos direitos. Na imagem: *Taboa do carneiro que se dá aos enfermos ao jantar tres quartas cada a hum de resam.* 171?. MHC

Criados. Davão mais a quazi todos os doentes de almoçar dous ovos ou hũa 4.^{ta} de carn.^o, e aos fracos se dava de merendar e v.^o a quazi todos, (...) a quada hũm o seu bollo de Manteiga, (...) nos dias de peixe davão aos Enfermos arroz de leite e Bredos de Abbobora com ovos, ou maçãs assadas, e sempre havia arroz doce de leite nos mesmos dias. (...) e aos q tinham fastio ao carn.^o lhes mandava dar meya perdis a quada hũm (...) e tambem lhes mandava dar pasteis, e eruilhas, e rabos, e fruta; matavãose tres e quatro porcos p.^a dar cheiro à panella dos Enfermos (...)»⁴²² nestes prezentes anos os mimos se resolvem em Amexas na vespera da purga, hũa culher de confeitos no dia da purga, poucos doces conforme o mandado do físico.»⁴²³

Várias rendas e foros de propriedades rústicas eram constituídas quase exclusivamente por um determinado género. Na prática, demonstra-se com isso que o Hospital seguiu uma bem delineada estratégia de gestão agrária⁴²⁴, obrigando a uma organização espacial e a sistemas agrários polifacetados inerentes ao tipo de produção de cada lavrador: adequando a cultura segundo o tipo de solo⁴²⁵ e, principalmente, dirigido para colmatar ao máximo as necessidades sazonais⁴²⁶ da Instituição e da população residente.

De todos os produtos da dieta do hospital só não era produzido na região o açúcar, servindo-se então de doações régias, uma primeira em 9 de Março de 1511 de dez arrobas de açúcar⁴²⁷ por ano, aumentando para quinze no ano seguinte.⁴²⁸ O cumprimento desta doação teve várias flutuações, tantas quantas o preço do açúcar, segundo Jorge de S. Paulo⁴²⁹, que viu no seu mandato a cessação desta.

Em determinados períodos irão ser necessárias atitudes régias para a dotação de generos, facilitando a sua aquisição no termo de Óbidos. Tais períodos estarão relacionados com fracos anos agrícolas («anos de fome»)⁴³⁰ tais como em 1510:

“(...) nam consyntais que nenhũs Regataens levem da dita villa e termo nenhuas galinhas frangãos capoens cabritos nem carneiros salvo aqueles que trouxerem hasynados do veador da casa do señor Rey meu Jrmão que forem necessarios pera serviço de sua alteza e haqueles os leixareis levar per seus dinheiros e defendereis aos moradores e lavradores da dita villa e termo sob çerta pena que nõ dem nem vendam nenhũa das ditas cousas as ditas pessoas pera Regatar soamente as que forem pera sua

⁴²² Segue-se a lista de ervas aromáticas utilizadas na cozinha.

⁴²³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III pp. 469-470.

⁴²⁴ Vd. Saul Gomes – *Caldas da Rainha das origens...* p. 28.

⁴²⁵ Frutas em solos argilosos, aboboras e ervilhas em locais de regadio, trigo e centeio nas varzeas da Amoreira e dos Baraçais, arroz nos reguengos, galinhas, ovos e cabritos em propriedades urbanas, etc.

⁴²⁶ Haverá que ter sempre em conta que o Hospital só recebia aquístas entre Abril e Outubro.

⁴²⁷ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv.8 fl. 25. Dados retirados do sumário do catálogo.

⁴²⁸ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv.8 fl. 46v. 17/2/1512. Dados retirados do sumário do catálogo.

⁴²⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 131-134.

⁴³⁰ Vd. Saul Gomes – *Caldas da Rainha das origens...* p. 27.

alteza como dito he por quanto sam muito necesairos pera os emfermos do espirital da nosa villa das calldas (...)”⁴³¹

Repetindo a mesma obrigação⁴³², D. João III volta a dar prioridade ao Hospital nas compras de produtos em Óbidos, em 1519⁴³³, em 1528⁴³⁴. Em 1529, quando D. Catarina autoriza a compra em Óbidos de mantimentos para a Instituição, sempre que os mesmos faltem na vila das Caldas⁴³⁵ e que os moradores de Óbidos que venham vender carne e demais géneros ao Hospital os cedam pelo mesmo preço aos habitantes da vila.⁴³⁶

Outra razão pela qual era necessário prover alimentos em grande quantidade coincidia com as estadias da corte da rainha e mais tarde do rei⁴³⁷, do príncipe⁴³⁸ ou de outros grandes dignatários⁴³⁹. Desconhecemos as visitas constantes da rainha durante a construção, bem como a composição da sua corte de acompanhamento, embora se saiba que parte dos primeiros oficiais do Hospital faziam parte do seu círculo íntimo⁴⁴⁰, e que a rainha possuía os seus aposentos anexos à administração do estaleiro:

*“Huum aposentamento de casas sobradas açima do dito espirital que servjam d aposentamentos da Rainha em que ora pousão os provedores com seu serado de vjnha orta e pumar, e com seu serço pera galinhas e pombal e lagar de vinho.”*⁴⁴¹

Porém, sabemos que D. Leonor teve estadas prolongadas em 1504-1506⁴⁴², altura em que Gil Vicente estreou perante a corte o *Auto de S. Martinho* na Igreja de N. Sra. do Pópulo e entre Novembro de 1518 e Março de 1519 com todo o seu séquito fugido de uma praga (febre tifóide) que assolava a região de Lisboa⁴⁴³.

A única composição de uma corte de acompanhamento que conhecemos é a de D. João V em 1747, quando ficou registado no mapa da vila as casas ocupadas pelos

⁴³¹ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 29. 17/4/1510. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* Vol. II. p. 168. Transcrito em anexo (documento 18).

⁴³² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 215-216. O escrivão Vasco do Coto é responsável pelos traslados de muitos documentos referentes ao Hospital no *Livro 1.º de Registos Gerais*, organizando-os por temas, daí que documentos com tão grandes intervalos cronológicos apareçam registados de seguida.

⁴³³ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 30.

⁴³⁴ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 31.

⁴³⁵ Posteriormente ao intervalo cronológico deste trabalho foram feitas ordens semelhantes.

⁴³⁶ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 30v. 23/4/1529.

⁴³⁷ D. João III passa o mês de Junho de 1531 nas Caldas.

⁴³⁸ D. Sebastião, D. Henrique e restantes infantes em 1527.

⁴³⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II pp. 80-90. Lista de todos os nobres, alto-clero e dignatários que vieram ao hospital incluindo as respectivas comitivas.

⁴⁴⁰ Vd. capítulo 4.1. da terceira parte, sobre os oficiais.

⁴⁴¹ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.93-95. Transcrito em anexo (documento 25) vd. capítulo 8.3.

⁴⁴² Alternando com peregrinações aos santuários regionais.

⁴⁴³ Período em que a rainha produz vários documentos a partir das Caldas, incluindo correspondência em que assume que se encontrava refugiada por causa da peste. Vd. citação no capítulo 5.1.

cortesãos⁴⁴⁴, fazendo-se o rei magnânimo acompanhar de mais de uma centena de pessoas. Apesar de considerarmos que o séquito de D. Leonor ou de D. João III, mais as visitas de dignatários⁴⁴⁵ que recebiam na vila nessas alturas não seriam tão extensas como as de D. João V, eram claramente suficientes para desbaratar as parcas reservas do Hospital e da vila.

*“(…) é-nos muito necessário havermos pão principalmente para manutenção dos pobres e enfermos que ora daqui avante hão-de vir curar aos banhos e hospital de nossa senhora do pópulo situado na nossa vila das caldas onde deus querendo por alguns dias esperamos estar, confiando Nos de vossas bondades e virtudes que a isto com todas vossas possibilidades nos socorreres propusemos sobre isto vos escrever rogando-vos muito que voz praza deixardes tirar para nós e para o que dito é de saas comarca trinta moios de trigo entrando nesta soma algum centeio e milho (...)”*⁴⁴⁶

Conhecemos, assim, a carta de D. Leonor a pedir alimentos à cidade do Porto em 28 de Março de 1506 porque além de faltar para os enfermos a rainha e a sua corte “*deus querendo por alguns dias esperamos estar*”.

Por outro lado, 1518, 1519 e 1531, coincidem com anos de fraca capacidade agrícola e com problemas sociais inerentes a doenças contagiosas que assolavam a região. O refúgio nas Caldas nessas alturas era comum pois corria o boato que as águas das Caldas afugentavam o *mal dos ares*⁴⁴⁷. Com a dotação financeira do Hospital aliada aos privilégios fiscais que incentivavam o comércio com a Instituição, não foi necessário criar medidas excepcionais para a aquisição de bens, embora analisando em Jorge de S. Paulo os anos em que se gastou mais no Hospital, verificamos que estes anos fazem parte dessa lista⁴⁴⁸.

Mas a solução principal da sustentabilidade económica da Instituição é conseguida pela agregação de propriedades e consequente arrendamento, aforamento e a necessidade de arrotear terras para os novos moradores. A rainha D. Leonor leva, a par da construção do Hospital, à redefinição total do «espaço regional», promovendo o crescimento demográfico aliado aos benefícios outorgados, contribuindo também para a

⁴⁴⁴ Vd. mapa no capítulo 7.2.

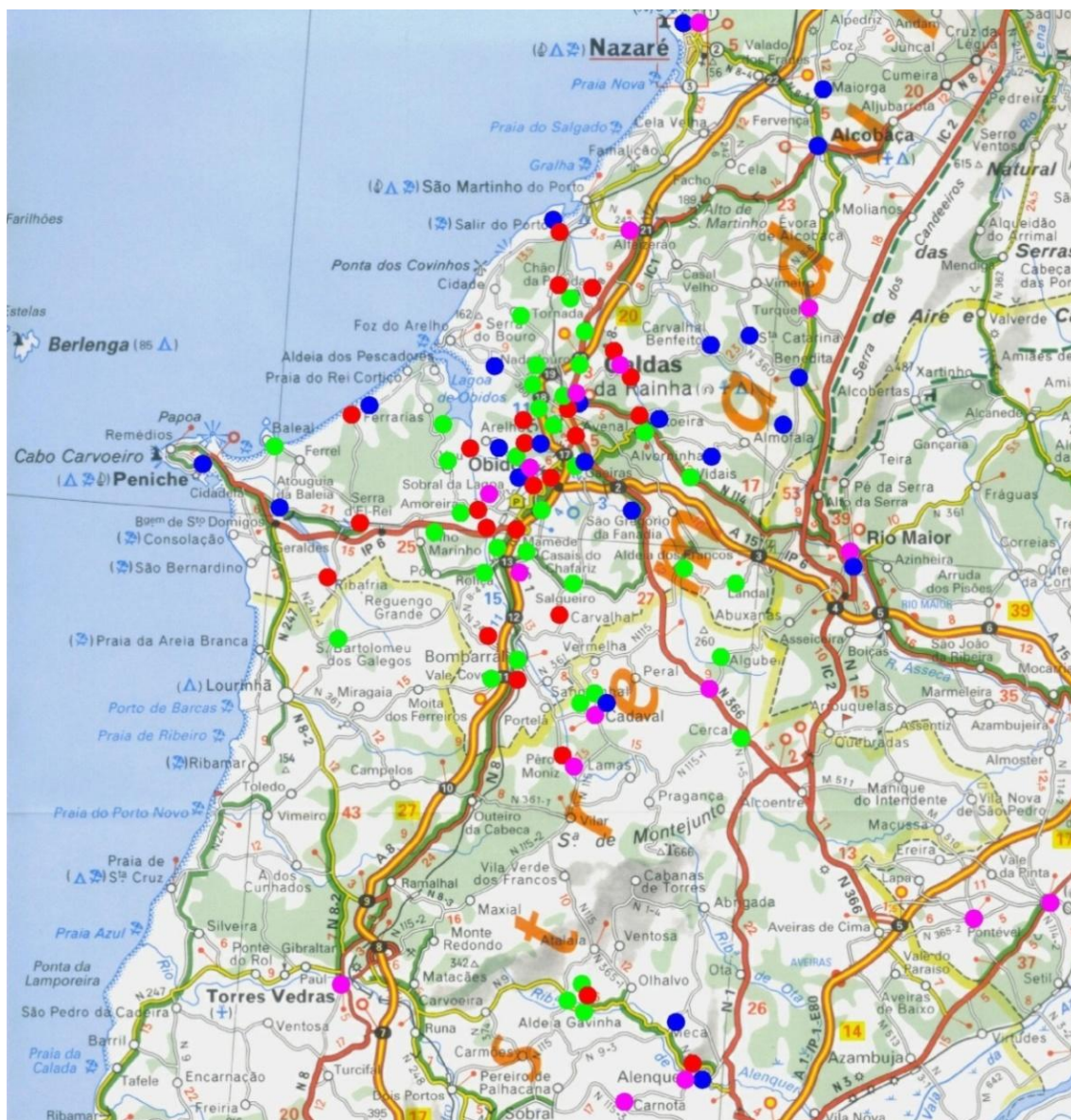
⁴⁴⁵ Bispos, o abade de Alcobaça, os infantes, dignatários estrangeiros, oficiais, artistas e poetas, etc.

⁴⁴⁶ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Lv. 1.º de Provisões*. fl. 63. 28/3/1506. Tendo sido transcrito com correcção ortográfica por Artur de Magalhães Basto – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Vol. 1, Porto: Ed. SCMP, 1934 e copiado por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* p. 10. Transcrito em anexo (documento 13).

⁴⁴⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II p. 92. O mesmo autor refere-nos que as pestes que assolaram o país nos anos 1511, 1518-19, 1569, 1579 e 1598 não assolaram as Caldas, especialmente devido aos entraves criados pelos provedores ao acesso de forasteiros à vila. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 105-106.

⁴⁴⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II pp. 360-378.

melhoria económica e social, “*enformando um dos mais impressionantes processos de desenvolvimento territorial epocal que contrasta mesmo, afinal, com uma certa ideia de crise demo-fundiária que, apontada frequentemente para este período não colhe nesta área.*”⁴⁴⁹ Segundo Saul Gomes, entre 1485 e 1525 procedeu-se ao registo de 309 sesmarias em Óbidos⁴⁵⁰.



451

⁴⁴⁹ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 160.

⁴⁵⁰ Vd. Saul Gomes – *Caldas da Rainha das origens...* p. 28. Tendo por base o *Livro de Registo de Sesmarias*.

⁴⁵¹ Dispersão do património do Hospital (localização aproximada, sem carácter quantitativo): a vermelho as propriedades doadas por D. Leonor, a verde as sesmarias, a violeta os testamentos, a azul as doações. São aproximadamente quinhentas propriedades. Segundo as listagens de Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 123-131 e tomo III pp. 214-372, 444-451.

A uma escala menor, as sesmarias, as rendas e aforamentos de bens de raiz urbanas no aro-periurbano ao redor das Caldas serão os principais objectos da terceira parte deste estudo. É a administração cuidada do património imóvel pelos provedores que nos dá hoje a única imagem da ambiência ao redor do Hospital.

Não foi só pelo arroteamento de terras que se moldou o património fundiário do Hospital: além dos bens de raiz que os enfermos doaram em vida ou em testamento à Instituição, pelas razões apontadas no capítulo anterior, a rainha efectivou algumas aquisições de propriedades na região que doou ao Hospital nomeadamente:

*“(...) seis reguengos, cinco paúis, quatro quintas, nove casais, desaseis propriedades, dois prados de olival, cinco vinhas, cinco azenhas e vinte e três moradas de casas (...)”*⁴⁵²

Apesar de toda esta preocupação pela organização espacial e de manutenção do domínio senhorial sobre a terra⁴⁵³, só encontramos a rainha a assinar treze sesmarias, geralmente casos extremos, polémicos, que obrigavam à sua intervenção definitiva⁴⁵⁴. Assim, cabia aos administradores do Hospital a doação dessas sesmarias, embora aos poucos este impeto loteador agrário fosse esmorecendo, tendo parado por completo após a morte de D. Leonor.

Contudo, na vila, os provedores irão mantendo uma política de aquisição de propriedades, novas divisões, construções, ampliações e remodelações de habitações tendo em vista o seu aforamento⁴⁵⁵, sendo estas atitudes as principais razões do desenvolvimento dos focos de construção.⁴⁵⁶

A Instituição em 1525 possuía um manancial de propriedades sobre o seu domínio, que a tornavam num dos maiores proprietários fundiário e urbano da região⁴⁵⁷, permitindo aos provedores sem grande dificuldade gerir os *inputs* financeiros destes bens, conhecendo-se muito poucos processos de transacção difíceis⁴⁵⁸ e, muito menos, de novas aquisições. Não foram incorporados novos bens até 1536. De facto, Jorge de S. Paulo só regista trinta e duas propriedades como adquiridas pelos provedores⁴⁵⁹. Por

⁴⁵² Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 31.

⁴⁵³ Vd. Saul Gomes – *Caldas da Rainha das origens...* p. 28.

⁴⁵⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 160.

⁴⁵⁵ Vd. no geral a terceira parte.

⁴⁵⁶ Vd. capítulo 7.4.

⁴⁵⁷ O maior é o Mosteiro de Alcobaça.

⁴⁵⁸ Só o aforamento do Casal de Belver ficou registado como muito tempo em pregão. Excluem-se deste tipo de processo as demandas sobre faltas de cumprimento contratual.

⁴⁵⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 58-63.

outro lado, a posse de terras distantes do Hospital, tais como em: Torres Novas, Alcanede, Faro, Tavira, Leiria, Sintra, Lisboa, Évora, Porto, Aveiro, Elvas, Pontevel, etc. incorporadas por doação e testamento irão ser alienadas.

Para o historiador local, o *Livro de Registos de Sesmarias* e o *1.º Livro do Tombo*⁴⁶⁰, são de suma importância, pois definem a génese de muitas aldeias da região, bem como marcam a redefinição do povoamento, pelo arroteamento feito em determinadas áreas geográficas.

Verifica-se a maior dispersão de povoados e a preexistência de matos por desbravar que, após esta operação enformaram uma paisagem de pequenos aglomerados populacionais – casais – a distâncias que comportavam raios inferiores a dois quilómetros entre si. Para o investigador do património do Hospital interessa mais conhecer a dispersão da influência da Instituição como proprietário e consumidor de géneros.

Assim, da dotação financeira do Hospital, conhecemos cinco tipos de solução: o mecenato régio à época da fundação/edificação; as doações de bens por visita à igreja ou por testamento, visando obter a prometida remissão; os direitos fiscais doados pela rainha; as isenções fiscais dadas ao Hospital; e, por fim, os valores directos obtidos de sesmarias, aforamentos, rendas e vendas promovidos nos primeiros anos. Tendo os provedores mantido a gestão criteriosa do património legado por D. Leonor, sem novas incorporações de grande impacto económico.

⁴⁶⁰ Vd. também Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 214-ss.

5.4. A administração do Hospital e da vila: do Provedor aos Lóios

“Dona Lyanor per graça de Deos Raynha de Portugal e dos algarves daquem e d’alem maar em affrica seõora da guine. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que confiandonos do saber e vontade e discrjção e boa consciencia do bacharel Jeronjmo dayrees noso capelão e pregador conhecendo dele que he taal pera esto em que o encarregamos como a serviço de Deos e noso pertence e avendo respeito a esto e assy aos serviços de que delle temos recebidos com muita fiança querendolle nos fazer graça e merçe temos por bem e damolo de feitura desta em diante por provedor da nosa vila e coutho e esprital das caldas e seu termo com aqueles poderes e faculdades que ele com direito deve ter e lhe sam ordenados no noso compromisso que ora mandamos dar ao dito esprital confirmado pelo Santo Padre e polo senhor Rei meu Jrmaam e princeepe seu filho e etc. Porem mandamos ao noso almoxarife e escriptvaam da nosa vila daldea galega e a todos os outros officiaes do dito esprital e ao almoxarife e escriptvaam da nosa vila de oobidos e moradores da dita vila das caldas e seu termo que todo e cada huu deles per sy hobdecaao e cumpram muj Inteiramente de dia e de noite os mandados do dito provedor e ouvidor segundo dito compromjso maes Inteiramente esta declarado e queremos e mandamos e nos praz [fl. 3v.] que ho dicto provedor aja em cada huu anno com o dicto officio de provedor trjnta mjl reis de seu mantimento pagos das rendas do dicto esprital e quando a Jgreia do dicto esprital e vigairo e capelaes dela Acerqua desto queremos que se cumpra a ordenanca contheuda no dicto compromijso com todas as outras cousas que aquj noo som escriptas que em ele sam contheudas e decretadas E por firmeza desto lhe mandamos dar esta carta assynada e per nos aselada com o celo das nosas aarmas. Dada em a çidade de Lixboa a xxbij dabrijll ffrancisco fernandez a fez anno do senhor de Jbcxxij e por esta avemos por metido ao dicto provedor de pose do dicto esprital e governanca delle e etc.

Foy conçertado por este treslado com a propria carta pr omim Vasco do Coto escriptvam e por tanto asyney aquy este conçerto em mjnha maam.

Vasco do Coto. ⁴⁶¹

Além do que já foi referido por nós no capítulo 5.1. sobre a figura do provedor e das suas atribuições pela *Carta de Privilégios* de 1488, importa conhecer o percurso desta figura central de controlo do poder local nas Caldas. Sumariando o que já foi escrito⁴⁶²: são atribuídos ao provedor do Hospital as mesmas isenções e privilégios dos outros trinta moradores, é nomeado pela rainha e é-lhe atribuída a ouvidoria. Tínhamos também referido que o escudeiro Álvaro Dias Borges já se encontrava no cargo desde 1485, isto é, o Hospital na fase de construção, estava a ser administrado por um provedor tal como em qualquer confraria.⁴⁶³ Neste caso, o provedor estava hierarquicamente abaixo da rainha, liberto do poder local (paróquia e câmara de Óbidos).

⁴⁶¹ Nomeação de Jerónimo Aires para provedor do Hospital. AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 3 – 3v. 27/4/1512

⁴⁶² Vd. capítulo 5.1.

⁴⁶³ Lembramos que D. Afonso V tinha nomeado provedor para a Confraria do Espírito Santo do lugar das Caldas em 1468. Vd. capítulo 5. da primeira parte.

O período que medeia a *Carta de Privilégios* e a redacção do *Compromisso*, de 1488 a 1507, é unanimemente considerada pelos historiadores locais como um espaço de reflexão e teste das soluções legais sobre as atribuições dos oficiais da Instituição.⁴⁶⁴ No caso específico do provedor – o mais directo responsável pela administração do território – foram-lhe concedidos mais alguns cargos pontuais, por forma a colmatar lacunas na administração. Na prática, o provedor poderia acumular qualquer função pública na vila, além da de ouvidor.⁴⁶⁵ Três anos após a *Carta de Privilégios*, a 2 de Março de 1491, o rei D. João II ordena que o provedor Álvaro Dias Borges acumule com o cargo de Juiz das Sisas⁴⁶⁶, demonstrando a necessidade de controlar ao mais alto nível a dotação financeira do Hospital, pouco depois do registo das primeiras sesmarias. Estas, eram também responsabilidade do provedor, embora normalmente registadas pelo almoxarife de Óbidos; vemos o provedor em vários contratos de aforamento a resolver pregões, alienações e aquisições de património⁴⁶⁷, mais uma vez em representação directa da rainha⁴⁶⁸.

Como responsável pela recepção e cancelamento dos privilegiados, o provedor controlava até quem se instalava na vila⁴⁶⁹, exercendo assim um forte poder físico sobre os seus habitantes, prestando-se a uma certa arbitrariedade e até algum poder persecutório.⁴⁷⁰ Por outro lado, verificamos no *Livro de Assento dos Privilegiados*⁴⁷¹, que estes a determinada altura passaram a ser quase como um «prémio honorífico» por serviço prestado ao Hospital, alterando o mote inicial do intuito de fixar novas famílias, sendo os registos após meados do século Dezassete dominados por moradores e naturais das Caldas: médicos, enfermeiros e boticários do Hospital, oficiais reformados⁴⁷², e mestres artífices após a conclusão de obras importantes, tal como em 1598 o pintor Belchior de Matos, ou o físico Francisco Fortes que foi recebido como privilegiado em 1584, o enfermeiro Simão Luis (1560), o homem do almoxarifado João Fernandes no mesmo ano, o boticário Pedro Taborda (1562), etc⁴⁷³.

⁴⁶⁴ Vd. próximo capítulo.

⁴⁶⁵ Função atribuída na *Carta de Privilégios*.

⁴⁶⁶ BPADL – Doc. 48.

⁴⁶⁷ Vd. documentação em anexo.

⁴⁶⁸ Situação de suma importância da qual os provedores se saberão aproveitar no futuro.

⁴⁶⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 196-197.

⁴⁷⁰ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 248.

⁴⁷¹ BPADL – *Livro dos Assentos dos privilegiados desta Villa das Caldas. Onde estam tresladados os privilegios delles. Que foi feito e reformado por mandado do padre gaspar da assumpcão provedor. O anno de 1576.*

⁴⁷² Inclusivamente escravos do Hospital.

⁴⁷³ Utilizamos os resumos de Saul Gomes – *Subsídios documentais...* [s.p].

A 14 de Janeiro de 1512, D. Manuel intensifica os poderes do provedor, para que conheça e decida sobre todos os feitos de Aldeia Galega, Óbidos e Caldas, alargando o seu raio de acção, tornando-o numa figura supra-local:

*“(…) que o Proovedor q’ora hee e ao adiante for do dito Xprital conheca todos os feytos que deante os Almoxarifes das Villas d’oobidos e de aldeagalega dapar da Merceana sairem por appellacaa e Aggr[avo] sobre os Direitos Reaes que pla Raynha mjnha Jrmaam saam dotados por noos conffirmados ao dito Xprital assi como delles avia de conhecer o Juiz de nosos feytos ou qualquer outro Juiz ordinairo que os ditos Feytos adeante os ditos Almoxarife aviaam ordinairamente de vjr o qual Provedor os despaxaraa com o direito lhe parecer ouvindo as Partes e guardando inteiramente su Justica (...)”*⁴⁷⁴



Embora não se conheçam as cartas de provimento dos dois primeiros provedores⁴⁷⁵, a do primeiro pós *Compromisso* e último empossado por D. Leonor, Jerónimo Aires em 27 de Abril de 1512⁴⁷⁶, refere que, na essência, todos os habitantes da vila eram servidores do Hospital.⁴⁷⁷

Esta acumulação de poderes será causa de várias demandas entre o provedor do Hospital e a câmara da vila, como veremos no primeiro capítulo da terceira parte. Logo no primeiro mês do longo mandato⁴⁷⁸ de Jerónimo Aires, a rainha vê-se obrigada a ractificar a ordem de total obediência dos caldenses ao provedor, incluindo os privilegiados⁴⁷⁹ e D. João III, em 14 de Julho de 1536, volta a ordenar o mesmo⁴⁸⁰. Mas será em 1576 que D. Sebastião irá atribuir a

⁴⁷⁴ AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 7 fl. 7. Optamos por nova transcrição. Está publicada com correcção ortográfica e a partir de traslado posterior de localização desconhecida por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 341-342. Transcrito em anexo (documento 22).

⁴⁷⁵ Álvaro Dias Borges em 1485, Gomes da Fonseca em 1496.

⁴⁷⁶ Contudo, sabemos que este provedor já se encontrava no cargo em 1496, tendo sido empossado após a morte de Gomes da Fonseca. Vd. capítulo 4.1. da terceira parte.

⁴⁷⁷ Vd. citação da abertura do capítulo. Na imagem: Domingos Lopes – “A.S.D: LEONOR. M DE EL REI D./JOÃO 2.º FUNDADORA: DESTE / HOSPITAL. DAS CALDAS” 1657. MHC A seus pés, dois enfermos em segundo plano e um clérigo de hábito azul, cónego de S. Elói, que pela data poderá ser o padre Jorge de S. Paulo, o texto que tem na mão direita é o *Compromisso*.

⁴⁷⁸ Mais de trinta anos.

⁴⁷⁹ 4 de Maio de 1512. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 246.

⁴⁸⁰ AH/HCR – Livro 1.º de Registos Gerais fl. 26v.

capacidade ao provedor para limitar a instalação de novos moradores na vila, sendo necessária a sua licença, situação que, na prática, já se vinha verificando há muito; foi apresentado como razão que o aumento de moradores iria causar a diminuição de bens necessários para a manutenção do Hospital e consequente aumento dos preços⁴⁸¹.

O prestígio dos provedores como representantes da rainha fundadora no Hospital e na vila é para estes um dos pontos de maior peso político e ao mesmo tempo mais aclamado por Jorge de S. Paulo.⁴⁸² Além dos direitos, prerrogativas e regalias de que gozava⁴⁸³, o representante da rainha D. Leonor nas Caldas – na prática esta é uma auto atribuição⁴⁸⁴ – prestava-se a todo o tipo de prepotências, pondo mesmo em causa a aplicabilidade das leis do reino: recusando mesmo a recepção de visitantes⁴⁸⁵, o escárnio dos corregedores⁴⁸⁶ e outros tantos abusos⁴⁸⁷, culminando nas várias tentativas de destituição dos padres Lóios do controlo do cargo⁴⁸⁸.

*“e ella ordinariamente fazia o officio de Provedora hindo com acompanhamento humilde indecente à Magestade de sua Real pessoa, só com os officiais do Hospital com a sua Bengalla na mão receber os Enfermos, fazer vizitas, assistir na Coppa ao repartir dos seus comeres nas duas refeições do dia, considerando como os ministros obravão pontualmente nos seus officios, e na administração dos bens com os seus pobres;”*⁴⁸⁹

⁴⁸¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 248.

⁴⁸² No que refere à actuação e atribuições dos provedores, temos de entender o texto do cronista Lóio como fortemente politizado, demonstrando também por isso os atropelos e abusos de poder. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 222-337.

⁴⁸³ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 57.

⁴⁸⁴ Situação muito criticada pelos visitantes e pelos dignatários e nobres que se deslocavam a Caldas. vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 35-44. Este autor também salienta ao longo do seu texto esta atribuição de poder. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 222.

⁴⁸⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 16-22, 35-44.

⁴⁸⁶ Os provedores eram de todo relutantes e pouco cooperativos com os visitantes e corregedores. Além de se lamentarem dos gastos excessivos e desnecessários destes, recusaram receber Manuel Severim de Faria em 1609, não acatarem a ordem de D. Sebastião para receberem o aferidor real de pesos e medidas em 1566, conseguiram ver limitado o poder do corregedor de Leiria por decretos sucessivos de 1632, 1634 e 1639. Por todas estas situações serem posteriores ao intervalo cronológico do nosso trabalho, ficam aqui apontados estes pontos que consideramos essenciais para o estudo do ambiente urbano nas Caldas. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 180-184.

⁴⁸⁷ Vd. o elencar das demandas feitas a mando do provedor in Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 114-193.

⁴⁸⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 26-28. No reinado de D. Filipe II, entre 1606 e 1610, foram ordenadas 20 visitas, pelo Arcebispado, regente e pela Mesa de Consciência e Ordens, culminando na ordem para que os cônegos de S. João Evangelista abdicassem da gestão do Hospital que recusaram a abandonar. Desconhecemos quais as razões para tal mas no final de 1610 o rei reitera a confiança nos cônegos de S. Elói, situação que só foi confirmada pela Mesa de Consciência e Ordens em 1619.

⁴⁸⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 202. Os provedores replicavam o que D. Leonor tinha feito, legitimando assim o cerimonial da bengala.

Foi D. Sebastião o monarca que mais tentou retomar o controlo do Hospital:⁴⁹⁰ ordenou sucessivas visitas, após o aferidor de pesos e medidas ter sido rechaçado, mas os provedores impuseram condições para controlarem os movimentos dos visitantes⁴⁹¹: tinha que ser sempre acompanhado do provedor, não podia fazer perguntas aos oficiais, recusaram-lhe cama e refeições, etc.⁴⁹² Culminando após o relatório da má gestão do Hospital, apresentado por António Toscano em 13 de Setembro de 1575, na sujeição da administração do Hospital à mesa de Consciência e Ordens logo de seguida⁴⁹³.

*“Queremos e ordenamos que haja no dito Hospital um provedor, homem discreto e virtuoso que com muita caridade cumpra e faça cumprir este nosso Compromisso e Regimento, o qual será clérigo ou leigo, qual destes se achar mais pertencente para o dito officio.”*⁴⁹⁴

Fisicamente, a presença do provedor fazia-se notar no dia-a-dia do Hospital e da vila: por um lado, decidia quem é que tinha acesso aos tratamentos e às enfermarias, presidia às refeições e às cerimónias de abertura e fecho da época balnear, etc.⁴⁹⁵ Por outro, prestava-se a um cerimonial pessoal, colocando-se sempre em local de destaque num trono ao centro da Copa ladeado pelos principais oficiais de forma hierárquica⁴⁹⁶ e usando sempre uma cana-da-Índia que terá servido de bengala nos últimos anos de D. Leonor.⁴⁹⁷

“Eu El-Rey faço saber a voz Hieroonimo Ayres Provedor do Hospital da Rainha minha Tia que Santa gloria haja que fez na villa das Caldas, e ao almoxarife, escriptvaam e aos officiaes do ditto Hospital que por sentir ser servico de Deos hei por bem emquanto naam mandar o Contrario que o ditto Hospital se administre e governe daqui em diante pellos padres da Congregacaam de S. Ioa Evangelista deste meu Reyno e por quanto no Capitulo que se agora fez pellos padres da Dita Congregacao foy eleito e escolhido pera Provedor do ditto Hospital o padre Iacome de Santa Maria e assi toda a prata do servico da Capella e outra qualquer que houver e ornamentos e

⁴⁹⁰ De facto, a presença constante do futuro rei D. Henrique, no seu palácio anexo ao Mosteiro de Alcobaça e as suas visitas documentadas às Caldas em 1527 ainda antes da entrega da administração aos Lóios e em 1577 já após as primeiras visitas por ordem do monarca, poderão ajudar a isso. A leitura do *Livro das Vizitações* ainda não foi feita, como tal poderá reservar algumas surpresas.

⁴⁹¹ Vd. BPADL – *Livro das vizitações*.

⁴⁹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 26-28. Denunciando inclusivamente as despesas feitas pelos visitantes.

⁴⁹³ Mas mesmo esta surtiu pouco efeito.

⁴⁹⁴ *Compromisso do Hospital* – capítulo I, item 5.º

⁴⁹⁵ Recolhe-se de várias situações descritas por Jorge de S. Paulo. O seu texto é escrito do ponto de vista do provedor pelo que abundam as referências à sua actividade.

⁴⁹⁶ E era assim que inclusivamente recebia dignatários eclesiásticos e nobres, tal como o duque de Bragança e outros tais que vinham pedir ao provedor para que intercedesse na nomeação de seus protegidos. Vd. Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 57 e 59.

⁴⁹⁷ Sobre as razões do uso da bengala de D. Leonor como insígnia de poder vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 240-241.

*Dinheiro se o houver em Deposito paaos vinho Roupa e todas as outras couzas do servico da caza e tudo o mais que a ditto caza tocar e se entregaraa tudo diante do Escriptvao que assentaraa no Livro novo que pera isso faraa declarando todas as couzas que ao dito Provedor forem entregues carregandoas sobre elle ou sobre quada hum dos seus companheiros que elle pera isso ordenaraa segundo elle ordenar os quais assentos se faraa em titulos apartados assy da qualidade das couzas como das pessoas q as receberem se forem mais que huua e de tudo passaraa o Escriptvao em forma ao ditto Mordomo Almoxarife ou aas pessoas sobre que alguua das dittas couzas carregaa assignado pello ditto padre provedor e assy por qualquer dos Companheiros. e Bem assi lhes entregareis a Instituicaam e regimento do ditto Hospital; e o Livro do Tombo das [fl. 23] das suas Rendas, propriedades e foros delle; e todos os outros livros, escripturas e papeis que a elle tocarem por onde o dito Hospital se governa e dareis ao ditto padre conta e rezaam que vos pedir nas couzas do ditto Hospital e das propriedades que foraa delle ao qual padre muito encommendo que por servico de Nosso Senhor queira tomar cargo da ditto caza e governe e ministre como lhe paresser ser mais servico de Deos e descargo Dalma da Rainha minha Tia que o ordenou comprindo a instituição e Regimento que do ditto Hospital tem e se no ditto Regimento achar alguuas couzas que naao estaam conformes aa instituicaam ou que lhe paresser que assi nelle como em alguua couza da governanca da caza se deva emendar mo escreva pera nisso prover como me paresser mais servico de Deos e por este assignado por mim dou poder ao dito Padre Iacome de Santa Maria pera servir a dita Provedoria assi e da maneira e com todos os poderes que vos ditto Provedor tendes e com que atee agora por Provisooes del-Rey meu Senhor que Santa Gloria haja e minhas e da dita Rainha minha Tia nos servistes as quais o dito Padre em tudo comprira e assi dou poder ao dito Padre pera despedir quaisquer officiaes da ditto caza que lhe naam parecerem necessarios e vos dittos officiaes o comprireis inteiramente como por este mando som nelle pores nenhuua duvida por que eu o hei assy por servico de Deos em quanto o houver por bem ou naao mandar o contrario como ditto he Feita em Lisboa em 29 de Junho de 1532 annos.*⁴⁹⁸

Não se conhecem as razões pelas quais a provedoria⁴⁹⁹ do Hospital foi entregue à congregação de S. João Evangelista, vulgo cónegos de S. Elói ou Lóios. Infelizmente, os estudos sobre estes padres estão num estado embrionário. À parte de pequenos estudos⁵⁰⁰, só se poderá considerar a grande crónica da congregação, redigida em 1697, de Francisco de Sta. Maria,⁵⁰¹ de índole marcadamente propagandista, e o estudo

⁴⁹⁸ AN/TT – Chancelaria de D. João III Lv. 1 fl. 22v-23. 29/6/1532. Optamos por nova transcrição do original. Foi também transcrito, com diferenças, por Jorge de S. Paulo – Op. Cit. tomo III, pp. 13-15, julga-se que apartir do treslado: AH/HCR – Livro 1.º de Registos Gerais fl. 22-23.

⁴⁹⁹ Embora de menor impacto, os provedores eram responsáveis pela nomeação de oficiais. Desta forma escolheram sempre membros da sua congregação para almoxarifes.

⁵⁰⁰ Para um bom resumo da história da congregação, embora com enfoque na História de Arte da Casa de Vilar de Frades, vd. Joaquim Alves Vinhas – A igreja e o convento de Vilar de Frades: das origens da Congregação de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento. 1425-1834. Barcelos: Ed. IPPAR & Junta de Freguesia de Areias de Vilar, 1998. Capítulo 1. pp. 5-71.

⁵⁰¹ Francisco de S. Maria – O céu aberto na terra, História das sagradas congregações dos cónegos seculares de S. Jorge de Alga em Veneza e de S. João Evangelista em Portugal. Lisboa: Tip. de Manuel Lopes Ferreira. 1697.

recente de Pedro Vilas Boas Tavares,⁵⁰² ao qual não conseguimos ter acesso no decorrer deste trabalho.⁵⁰³

Causa alguma confusão esta entrega a uma congregação religiosa quando no *Compromisso* ficou registado que:

*“Porém não queremos que seja frade, nem comendador, nem pessoa poderosa que passe de cavaleiro para cima.”*⁵⁰⁴

O facto de se denominarem seculares aos padres da congregação foi pretexto para iludir o disposto no *Compromisso*⁵⁰⁵, independentemente da discussão de que se os Lóios poderiam ou não ser considerados frades, pois, as diferenças entre as *Casas de S. Elói* e qualquer convento regular eram diminutas⁵⁰⁶. Segundo Francisco de Sta. Maria⁵⁰⁷, os padres de Vilar de Frades, foram os primeiros que em Portugal encararam na perspectiva secular uma existência em comunidade religiosa⁵⁰⁸, seguindo os preceitos fundamentais das restantes Ordens: os votos de pobreza, obediência e castidade. Residindo a diferença fundamental no carácter não perpétuo dos mesmos votos.⁵⁰⁹

Esta Ordem religiosa – congregação de cónegos⁵¹⁰ – foi fundada por mestre João Vicente, médico de D. João I, futuro Bispo de Lamego e de Viseu. Segundo nos diz Francisco de Sta. Maria⁵¹¹, este padre juntou-se em 1421 a mais cinco sacerdotes com o objectivo de reformar o clero secular em Portugal:

⁵⁰² Pedro Vilas Boas Tavares – *Os Lóios e a reforma religiosa nos meados do século XVI: a ordem e regimento da vida cristã de frei Pedro de S. Maria 1555*. Porto: Faculdade de Letras 1986. A única cópia referenciada para consulta encontra-se no Seminário Maior do Porto.

⁵⁰³ Vd. também Augusto de Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 65-68, embora se saliente a sua ideologia anti-religiosa, comum na época em que redigiu o seu trabalho.

⁵⁰⁴ *Compromisso do Hospital* – capítulo I, 5.º Item.

⁵⁰⁵ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 65.

⁵⁰⁶ Esta foi uma das razões apontadas para a destituição dos Lóios da administração do Hospital em Abril de 1608. Vd. Augusto de Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 66.

⁵⁰⁷ “*porque foram os primeiros clérigos seculares viventes em commun, que nelle houve.*” Francisco de Santa Maria – *Op. Cit.* p. 298.

⁵⁰⁸ S. Salvador de Vilar de Frades (1425), S. Bento de Xabregas (1455), S. Elói de Xabregas (1484), S. João Evangelista de Évora (1485), N. Sra. da Consolação do Porto (1491), N. Sra. da Assunção de Arraiólos (1527), Epírito Santo da Vila da Feira (1560), Santa Cruz de Vale de Rei em Lamego (1596), S. João Evangelista de Coimbra (1631). Vd. Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 64.

⁵⁰⁹ Vd. Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 39.

⁵¹⁰ Isto é de suma importância: a diferenciação legal que os Lóios advogavam para si, Congregação de cónegos seculares, em relação às ordens do clero regular.

⁵¹¹ Francisco de S. Maria – *Op. Cit.* fl. 209.

“ (...) *que deixou de respeitar as: obrigações da sua dignidade, sendo geralmente cada Clérigo hum vivo escandalo dos seculares: era lastimosa em quasi todos a ignorância, sem reparo a devacidação, sem freyo a soltura da vida*”.⁵¹²

Após uma breve passagem pela igreja de Campanhã, foi-lhes dado pelo Arcebispo de Braga, a 28 de Fevereiro de 1425, o antigo mosteiro beneditino de Vilar de Frades (Barcelos)⁵¹³. Estes padres obtiveram o reconhecimento do Papa Eugénio IV por Bula datada de 20 de Janeiro de 1431⁵¹⁴, seguindo os preceitos da regra de S. Jorge de Alga, próximo de Veneza⁵¹⁵. Dedicados à administração de instituições de apoio social de índole local, escolas, equipamentos de saúde, recolhimentos, assistência a pobres e peregrinos e gafarias.⁵¹⁶

O nome original da Congregação liderada por mestre João Vicente era *Os Bons Homens do Vilar*, a alteração do nome que figura na Bula de Instituição, Cónegos de S. João Evangelista, dá-se porque a rainha D. Isabel (D. Afonso V):

“ (...) *fez testamento, & deixou nelle ordenado, que se edificasse hum convento em honra de S. João Evangelista, & que se entregasse aos Bons Homens da Congregação de Villar de Frades, & que o dito convento fosse cabeça da mesma Congregação, tomando esta o nome, & protecção do mesmo São, e que tudo se confirmasse com Breves Pontifícios, & que pera os gastos deixava vinte & oito mil coroas de ouro*.”⁵¹⁷

Todavia, rapidamente ficaria conhecida comunmente por três designações: Cónegos de Santo Elói, Ordem dos Lóios, Cónegos Azuis; as duas primeiras designações advêm da Casa principal, o Colégio de Santo Elói em Xabregas, a última designação é pela cor, azul forte, do hábito que envergavam. Estes nomes tradicionais causavam alguma irritação a alguns congregantes, como Francisco de Sta. Maria, contudo Jorge de S. Paulo, não isita utilizar estes «títulos» no seu manuscrito do Hospital das Caldas⁵¹⁸.

⁵¹² Francisco de S. Maria – *Op. Cit.* fl. 210. [apud] Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 20.

⁵¹³ Vd. Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 25.

⁵¹⁴ *Idem.* p. 24.

⁵¹⁵ Da qual inclusivamente copiam o hábito azul forte: batina com sobre-casaca ou capa e chapéu de abas largas. Vd. Augusto de Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 66 e Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* pp. 24, 38, 40.

⁵¹⁶ Seguimos resumidamente o que nos diz Augusto de Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 65-68.

⁵¹⁷ Francisco de S. Maria – *Op. Cit.* fl. 470.

⁵¹⁸ Jorge de S. Paulo entre os dois mandatos que fez nas Caldas irá recolher-se no Convento de Vilar de Frades, entre 1656 e 1662, neste, escreverá também a crónica deste mosteiro até 1658, seguindo o que fez nas Caldas, infelizmente o manuscrito carece de publicação e divulgação: *História da sagrada congregação de S. João Evangelista e do Convento de Vilar de Frades até ao ano de 1658*. Arquivo Distrital de Braga. Ms. 924.

“ (...) por abuso he chamada de S. Eloy, costume vulgar deste reyno, dar às religiões o titulo de algum principal mosteyro ”⁵¹⁹

“derivando-se a estravagancia deste appellido, da singularidade da cor do habito.”⁵²⁰

Podemos considerar que estes padres tinham uma boa preparação⁵²¹ como gestores hospitalares, principal atividade da congregação a par da educação nas suas Casas. Mas apesar de lhes ter sido atribuída a gestão de vários hospitais por D. João III⁵²², estes foram declinando a administração⁵²³: do Hospital de Todos-os-Santos, dos três hospitais de N. Sr. Jesus Cristo de Santarém, do Hospital de S. André em Montemor-o-Novo, o do Espírito Santo de Évora e o de N. Sra. da Conceição de Coimbra.⁵²⁴

Jorge de S. Paulo refere duas razões para a nomeação dos Lóios para as Caldas:

“Parese q quada ves crecião as queixas a El-Rey D. João 3.º das differenças q havião os Magnates q querião governar os Hospitais do Reino levados assy da cubiça de melhorar em riquezas como da ambição de querer governallos.”⁵²⁵

“Vendo o devoto e piedoso Rey D. João 3.º as largas experiencias q quada dia alcançava de como os Religiosos da Nossa Congreg. De Sam João Evang.^{ta} de quem era particular affeioado (...) se havião no cuidado, no amor, na charid.^e no zello com que administravão as fazendas dos Hospitais, os pobres bem servidos, os enfermos perfeitamente curados; o bom crédito em que vinhão; o exemplo q davão de suas pessoas, e bõa Religião (...)”⁵²⁶

Se a primeira parece lógica e fundamenta o que o *Compromisso* referia, por receio a que o património da Instituição viesse a «engordar» algum casa nobre ou monástica, a segunda é mais um acto de propaganda pessoal do nosso cronista. Porém, embora não tenhamos analisado aprofundamente este assunto, os Lóios não se utilizaram do património do Hospital⁵²⁷.

Cruzando as últimas relações pessoais de duas das principais figuras dos primeiros anos do Hospital, talvez encontremos a razão para que os padres Lóios fiquem com a

⁵¹⁹ Francisco de S. Maria – *Op. Cit.* fl. 235.

⁵²⁰ Francisco de S. Maria – *Op. Cit.* fl. 236. [apud] Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 18.

⁵²¹ Um dos principais objectivos da Congregação era a formação dos seus membros, não só na área teológica mas também em: gramática, retórica, filosofia, física (medicina), matemática e administração.

⁵²² Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 53.

⁵²³ Infelizmente desconhecemos as razões.

⁵²⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 9.

⁵²⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 8.

⁵²⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 9.

⁵²⁷ Verifica-se no facto de que a Congregação não reconhece o Hospital das Caldas com sua Casa. Vd. Joaquim Alves Vinhas – *Op. Cit.* p. 65. Aliás este autor, infelizmente, nunca refere a presença destes padres nas Caldas.

provedoria e consequentes privilégios. Verifique-se que o paço de D. Leonor em Xabregas ficava paredes-meias com o Colégio de S. Elói, no qual ouvia missa⁵²⁸ e no qual escolheu os seus últimos conselheiros.⁵²⁹ É também neste colégio que Jorge da Costa é acolhido ainda jovem e faz os seus estudos⁵³⁰.

Além destas co-relações ficou registado em dois dos mais importantes documentos do Hospital que deveriam ser remetidas cópias dos mesmos para o Cartório de S. Eloi, podendo por isso considerar-se que era já intenção da rainha, talvez por conselho do Cardeal de Portugal, a entrega da administração da Instituição⁵³¹ aos Cónegos de S. Elói, tendo provavelmente deixado ordens para tal após a sua morte⁵³²:

*“(...) para ser posta e guardada na arca das Esccrypturas do dito Esprytal e outras [duas] totalas de huu mesmo theor para huua ser posta na Torre do Tombo da Cidade de Lixboa e onde huua Esccryptura do Compromysso do dito Esprytal mandamos delancar e outra no Cartoyro de Santo Eloy da dita Cidade para que em todolo tempo se possa saber a verdade e a forma desta doacaam que asi ao dito Esprital fazemos senaa posa fazer alguua mudanca nella.”*⁵³³

*“Queremos e mandamos que se façam três compromissos deste teor escritos em pergaminho, dos quais, um, estará na Torre do Tombo da cidade de Lisboa, e outro, estará no cartório de Santo Elói em Lisboa.”*⁵³⁴

⁵²⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 45.

⁵²⁹ Vd. aproximação à Casa da rainha feita por Ivo Carneiro de Sousa no final da sua tese. 1.º volume.

⁵³⁰ Manuela Mendonça – *Op. Cit.* pp. 19-25.

⁵³¹ A rainha garantiu que os provedores seriam nomeados por ela e após isso seria da responsabilidade do rei, como deixou referido em vários documentos.

⁵³² Não se conhece o testamento da rainha. Sabe-se que D. João III manda inventariar os bens do paço de Xabregas e posteriormente entregá-los ao convento da Madre de Deus, nomeando Leonor Alvares como guarda desses bens. AN/TT – *Ch. D. João III*. Lv. 44 fl. 68. 20/5/1538. Segundo Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...* vol 2. pp. 246-277.

⁵³³ Trecho da *Doação das Rendas e Direitos de Jugada de Aldeagalega ao Hospital*. 11 de Dezembro de 1508 BPADL – Doc. 29. Transcrito em anexo (documento 16).

⁵³⁴ *Compromisso do Hospital* – capítulo XXIX, 2.º Item.

5.5. O Compromisso do Hospital: impacto na fisionomia urbana

“Quanto às Obras de Misericórdia feitas em os próximos com caridade, assim espirituais como corporais, sejam aceites a Jesus Cristo Nosso Senhor.

Quiz-no-lo por sua piedade manifestar e encomendar por S. Mateus aos 29 capítulos para que mais efectuosamente nos esforçassemos a cumpri-las. E portanto nós, a Rainha D. Leonor, Mulher d’El-Rei D. João, meu Senhor, que Santa Glória haja, o segundo que foi de Portugal, desejando dar execução às tais Obras tanto por Nosso Senhor encomendadas e considerando nós como se poderiam perfeitamente a serviço de Deus em algum lugar inteiramente cumprir, determinamos e ordenamos, em louvor de Deus e Nossa Senhora a Virgem gloriosa Maria, sua Madre, e, por usarmos de caridade com os próximos, mandar fazer uma igreja da invocação de Nossa Senhora de Pópulo e um Hospital dentro em a nossa vila das Caldas, em que queremos que se cumpram as ditas Obras de Misericórdia espirituais e corporais quanto possível for, pela alma d’El-Rei D. João, meu Senhor, e minha e do Príncipe D. Afonso, nosso filho, que a Santa Glória hajamos. Por bem do qual mandamos fazer este Compromisso e Instituição seguinte.”⁵³⁵

Muito haverá que dizer sobre o *Compromisso* do Hospital, documento fundamental não só para a história da Instituição e da vila das Caldas, mas também para a história da medicina e da assistência social no nosso país. Abstendo-nos de grandes considerações de índole política e, mais uma vez, sobre a definição de hospital neste período e o contributo deste texto para a elaboração dos futuros regulamentos de outros hospitais, confrarias e misericórdias, interessa-nos fundamentalmente compreender o impacto do documento no desenvolvimento urbano e, como tal, na estratégia de implementação da vila.

Sublinhe-se que a regulamentação da actividade e do número de oficiais necessários para manter o hospital não terá sido um acto casuístico, tendo demorado num período de maturação de uma dezena de anos.⁵³⁶ Por um lado, a rainha esperava deixar o hospital pronto a funcionar em pleno cumprindo o programa de valências⁵³⁷ que esta tinha estabelecido – a assistência social e médica gratuita aos pobres⁵³⁸ – tratava-se de *“uma nova representação social e espiritual que devemos enquadrar na própria reformulação da ideia e do tema da pobreza que se aprofunda nos alvares do*

⁵³⁵ AH/HCR – *Compromisso do Hospital de Nossa Senhora do Pópulo*, nota de abertura. Seguimos a transcrição com correcção ortográfica publicada *O Compromisso da Rainha*. (Transcrição e actualização ortográfica do original de 18 de Março de 1512). Caldas da Rainha: Ed. PH, 1992.

⁵³⁶ “Sublinhe-se a partir deste texto que é o tema da Virgem protectora dos pobres que se procura agitar para explicar a dedicação da fundação leonorina a Santa Maria do Pópulo” Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 305.

⁵³⁷ Vd. capítulo 8.

⁵³⁸ Ivo Carneiro de Sousa – “Um Hospital do Populus...” in *Caldas da Rainha: património das Águas*. p. 90.

mundo renascentista.”⁵³⁹ Paralelamente, ordenando a regulamentação da actividade do Hospital na mesma fase em que se produziu mais documentação, entre 1507 e 1512 com especial enfoque na relativa à dotação financeira⁵⁴⁰.

*“E por salvacam da mynha alma mandar fazer em o decto lugar casas taes como pera servyr as obras de caridade e mysericordia.”*⁵⁴¹

Por outro lado, a singularidade do Hospital das Caldas em Portugal, obrigava ao estudo aturado das necessidades específicas, por forma a garantir que o número de oficiais conseguiria atender todas as solicitações, não existirem sobreposições de funções nem falhas nas responsabilidades e, ao mesmo tempo, não existirem trabalhadores a mais.

O *Compromisso* reitera a focalização da Instituição nas obras de Misericórdia que a rainha tanto estimava, poucos anos antes da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Não poderemos, só pela razão cronológica, considerar o Hospital das Caldas como o precursor das Misericórdias. Na prática tinham diferentes objectivos, baseando-se num mesmo mote fundacional⁵⁴², enformando um paradigma com o praticar das obras de misericórdia, enquanto virtude principal da convivência cristã.

O forte pendor religioso que justifica o que já foi referido da primazia da igreja de N. Sra. do Pópulo sobre a unidade de assistência médico-social, traz a lume as intenções do projecto da rainha para as Caldas. Por um lado, criam-se três grupos de oficiais, dirigidos pelo provedor, para os sectores religioso, sanitário e administrativo;⁵⁴³ por outro, a obrigação religiosa dos doentes durante a *cura* (confissão, comunhão, três missas diárias, benção e extrema-unção) são os pontos que têm prioridade no regulamento⁵⁴⁴, podendo aliar-se à componente de aparato religioso vigente na vila, com o acompanhamento de exéquias fúnebres pela confraria de N. Sra. do Pópulo e pelas várias procissões de penitentes durante a estação de banhos⁵⁴⁵.

Segundo Ivo Carneiro de Sousa, a própria evocação de N. Sra. do Pópulo demonstra de forma evidente *“para esta escolha de uma invocação mariana de raiz romana pode situar-se na vocação assistencial moderna a segmentos sociais*

⁵³⁹ *Idem.*

⁵⁴⁰ Vd. capítulo 5.3.

⁵⁴¹ Trecho da *Doação das Rendas e Direitos de Jugada de Aldeagalega ao Hospital*. 11 de Dezembro de 1508 BPADL – Doc. 29.

⁵⁴² Ivo Carneiro de Sousa – *Um Hospital do Populus...* pp.84-91.

⁵⁴³ Vd. continuação do capítulo.

⁵⁴⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 305.

⁵⁴⁵ Vd. capítulo 2. da terceira parte.

subalternos, verdadeiramente populares, conquanto este Hospital do Pópulo não tivesse excluído – e até privilegiasse – a recepção e tratamento de grupos sociais mais elevados.”⁵⁴⁶

Contudo, a instituição local da Misericórdia só será levada a efeito por D. Catarina em 1541⁵⁴⁷, nas dependências da ermida do Espírito Santo que, entretanto, tinha sofrido grandes obras para preparar condições para receber esta instituição que já granjeava de imenso prestígio nacional.

Este panorama de singularidade da vila das Caldas, contemporâneo da instituição das Misericórdias e que só a vê instituída tardiamente, revela-se também na inexistência de Carta de Foral. Se a definição do termo da vila foi tratada de perto pelo chanceler-mor e principal redactor na reforma dos forais, Rui Boto, nas Caldas nunca foi redigido o regulamento maior da gestão do espaço, pois, na prática, a estreita relação entre vila e Hospital e a disponibilidade a que os habitantes eram obrigados para com a Instituição ao redor da qual moravam, comprova que o *Compromisso do Hospital* e a *Carta de Privilégios* substituiriam a *Carta de Foral*.

Sabemos que o *Compromisso* que foi aprovado pelo papa a 12 de Maio de 1508⁵⁴⁸, foi um documento que passou por várias versões, contando com vários colaboradores directos na *Casa* da rainha, como os seus conselheiros já referidos: João de Estremoz, Álvaro Dias Borges e mestre António (físico-mor)⁵⁴⁹, contando também com a ajuda directa de D. Jorge da Costa⁵⁵⁰, que na viragem do século Quinze para Dezaseis havia trabalhado directamente na reforma do Hospital de S. António dos Portugueses em Roma, situação que deverá ter permitido ao cardeal português contactar e conhecer estreitamente muitas instituições assistenciais romanas⁵⁵¹.

“=Item depois disto lhe direes da nosa parte que lhe pedimos muy afeituosamente que por o noso não lhe seja trabalho querer ver de verbo a verbo o trrelado do compromisso que temos feito pera o espiritall da nosa villa das caldas o quall per suas mãos foy começado e avido com trabalho seu muytas graças que tem E por que nenhuua cousa nosa não queriamos nunca se fose posivel fazer sem seu conselho e

⁵⁴⁶ Ivo Carneiro de Sousa – *Um Hospital do Populus...* p. 87.

⁵⁴⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 537.

⁵⁴⁸ BPADL – Doc. avulso 27 [apud] Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 338-341. Transcrito em anexo. (documento 15).

⁵⁴⁹ Vd. Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 41-55.

⁵⁵⁰ Como foi íntimo de D. Afonso V, tutor da infanta D. Catarina e de D. João II, confessor e conselheiro do rei *africano* é possível que D. Jorge já conhecesse as termas das Caldas. Por outro lado foi o embaixador que negociou o casamento de D. João e D. Leonor. Vd. Manuela Mendonça – *Op. Cit.* pp. 25-46.

⁵⁵¹ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 305.

*autoridade E em espiciall esta que he de ficar por compromisso pidindo a sua reverendissima p. que depois de visto e achando nelle algu erro que não pareça bem rreceberemos em grande e syngullar graça em emviarlla E pareçendolhe que esta na forma que deve e compre segundo nosa tenção pera serviço de deos sua reverendissima p. queira de nosa parte sopricar ao noso samto padre que nollo queira asy confirmar e venha per breve ou logo acabado per bulla se lhe parecer ornada com muytas escumunhoes e prraguas a quem contra elle em algũ tempo quiser hir em parte ou em todo em maneira que faça grande espanto e temor a quem soamente nyso cuidar açerca da quall cousa lhe falarees majs compridamente na forma que ho com vosco praticamos per virtude da nosa carta de crença.*⁵⁵²

Tal relação com Roma é visível no cuidado da rainha com os apontamentos que o bacharel Diogo Dias deve levar à Cúria Papal, com o intuito principal de D. Jorge da Costa rever o texto do *Compromisso*, de que é reconhecidamente autor. Além da ordem expressa para que Diogo Dias não retornasse sem o *Compromisso* assinado e aprovado pelo papa, a rainha punha forte confiança no sucesso desta embaixada, contando com mais oito assuntos relativos aos seus padroados incluindo a autorização do papa para a apresentação de vigário no Hospital das Caldas.⁵⁵³

*“Muyto vos rrogamos que todas estas cousas aquy apontadas percuressse façaes com muyta deligmeçia na forma que vollo emcomendamos per virtude de nosa carta de crença que levaees E açerca do espidir das letras pera este negocio teres a maneira que com vosco falamos. Cremdo que de tudo fizerdes como vos comfiamos que por ser cousa de noso gosto nos fares muyto serviço e vollo gradeçeremos (...)”*⁵⁵⁴

Embora o livro de pergaminho em que está redigido⁵⁵⁵ o *Compromisso do Hospital* que se encontra em destaque no Museu do Hospital date de 18 de Março de 1512, sabemos que este regulamento já se encontrava a uso desde 1508, pelo menos desde que foi obtida a confirmação papal; com efeito, na carta da doação dos direitos de Aldeia Galega a rainha refere por três vezes o *Compromisso*⁵⁵⁶:

“(...) segundo em o Regimento do seu offycio declarado (...)”

⁵⁵² BPADL – Documento avulso 24. 28/3/1507. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia...* vol. II, p. 141. Transcrito em anexo (documento 14).

⁵⁵³ Já referido no capítulo 5.2.

⁵⁵⁴ BPADL – Documento avulso 24.

⁵⁵⁵ “O bellissimo *Compromisso do Hospital de Santa Maria do Pópulo* ainda hoje se guarda, na versão original, no arquivo do Hospital Termal das Caldas da Rainha. Visita-se um texto cuidadoso, pormenorizado, escrito com esmerada letra humanista das décadas iniciais de Quinhentos, belissimamente encadernado como sempre a Rainha D. Leonor gostava de fazer com os livros da sua extensa biblioteca (...)” Ivo Carneiro de Sousa – *Um Hospital do Populus...* p. 89.

⁵⁵⁶ Portanto anterior à cópia existente nas Caldas.

“(…) que destes Reynos forem como no dito noso compromysso temos deccarado e somente os ditos arcebyspos poderem vjzitar a dita Igreja como as outras da sua Deocese e haveraa por sua vjzitacaam o em o dito compromysso he contheudo.”

“(…) e guardada na arca das Escrypturas do dito Esprytal e outras [duas] totalas de huu mesmo theor para huua ser posta na Torre do Tombo da Cidade de Lixboa e onde huua Escryptura do Compromysso do dito Esprytal mandamos delancar e outra no Cartoyro de Santo Eloy da dita Cidade”⁵⁵⁷

Independentemente da data e por já termos mais provas que nas Caldas foi comum a legislação ser produzida após já estar a uso, da leitura do *Compromisso* atentando no que a este trabalho diz respeito, verifica-se que este obrigaria a criação de condições para a fixação de uma franja de população bem paga e com capacidade económica, que devido à tipificação da profissão seria necessário convencer a vir habitar nesta pequena vila, salientando ainda que a sazonalidade do serviço do Hospital obrigaria a criação de fonte de ocupação destes oficiais durante o Inverno⁵⁵⁸. Tal contribuiu também para a estabilização sociopopulacional da vila⁵⁵⁹, composta maioritariamente por homiziados.

Estes oficiais teriam, dependendo do seu estatuto, casa na vila ou habitavam nas dependências do Hospital. Facto importante é que, em geral, os primeiros oficiais, mesmo após a aposentação, mantiveram-se a habitar ao redor da Instituição e por outro lado o cargo que desempenhavam era habitualmente hereditário⁵⁶⁰, sendo até, para Jorge de S. Paulo algo que os provedores deveriam incentivar⁵⁶¹.

Apesar dos oficiais do Hospital, como habitantes da vila e actores do seu desenvolvimento e vivência, serem motivo de estudo na terceira parte, será importante deixar o registo dos oficiais e respectivo salário segundo foi dado pelo *Compromisso*. Refira-se que, na década seguinte, com o aumento do número de utentes, os provedores viram-se na necessidade de contratar novos oficiais. A par da construção das novas enfermarias e rouparia e o aumento das responsabilidades do provedor faz com que na década de sessenta apareça o ouvidor. Por um lado, foram contratados muitos serviços externos: padaria, moagem, olaria, sapataria, alfaiate, etc. por outro, os salários que o *Compromisso* aponta foram vindo a ser revistos a cada novo contrato, normalmente obtendo provisões régias para tal⁵⁶². Por fim, os serviços dedicados aos escravos, em

⁵⁵⁷ BPADL – Doc. 29. Transcrito em anexo (documento 16).

⁵⁵⁸ Vd. capítulo 4.1. e 4.2. da terceira parte.

⁵⁵⁹ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Um Hospital do Populus...* p. 85.

⁵⁶⁰ Vd. capítulo 4.1. da terceira parte.

⁵⁶¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II pp. 453-472.

⁵⁶² Vários destes contratos estão registados no *Livro Primeiro dos registos gerais*.

especial a cozinha, serão logo desde início desempenhados por assalariados, demonstrando que embora tenha demorado a elaboração do regulamento, percebeu-se desde a sua implementação que existiam falhas, devidas a uma grande disparidade entre o número de oficiais e o número de utentes dos banhos logo nas primeiras épocas balneares⁵⁶³, facto que, como veremos no capítulo 8, obrigará, ainda antes do final do primeiro quartel do século Dezaesais à construção de novas enfermarias.

No próximo quadro optamos, para melhor leitura e comparação, por apresentar os oficiais separados pelos sectores de actividade que já referimos no decorrer deste capítulo⁵⁶⁴:

Sector religioso		Sector sanitário		Sector administrativo	
Provedor	30000rs	Físico e cirurgião	15000rs	Tesoureiro	4000rs
Vigário	15000rs	Boticário	8000rs	Almoxarife	8000rs
3 Capelães	9000rs	Hospitaleiro	6000rs	Aj. Almoxarife	3000rs
		Hospitaleira	6000rs	Almoxarife de Óbidos	?
		3 Enfermeiros	6000rs	Almoxarife de Ald. Galega	?
		Barbeiro e sangrador	4000rs	2 Aj. Almoxarife	?
		Cristaleira	4000rs	Escrivão do hospital	8000rs
		Escravo cozinheiro ⁵⁶⁵		2 escrivãos	?
		2 Escravas lavadeiras			
		Escrava amassadeira			
		Escravo carreteiro			
		Escravo hortelão			
		2 Escravos pastores			

⁵⁶³ De Abril a Outubro.

⁵⁶⁴ Conta-se assim um total de trinta e dois oficiais.

⁵⁶⁵ Foi comum a incorporação dos escravos no quadro de oficiais assalariados e em alguns casos são admitidos como privilegiados. Vd. capítulo 4.1. da terceira parte.

6. A definição do termo das Caldas

“Dom Manoel por graca de Deos Rey de Portugal e dos Aalgarves daquem e daalem maar em Affrica Senhor da Guinee e da Conquista Navegacaam Coomercio da Etiopia araabya Persia e da Jndia &.” A quantos esta nosa Caarta vjrem fazemos saber que a Raynha mjnha Jrmaam nos pidio que pellos grandes gastos e dispesas que ella tinha feyto nos baanhos das caaldas junto da Villa d’obidos e pelo mujto servico de Noso Senhor Jesu Christo que se seguya da cura e Remeideo que mujtos Infirimos aly Recebiam de sus Infirmydades para mayor contentamendo e prazeer seu nos prouvese lhe fazer villa o decto lugar das Caaldas o que lhe outorgramos segundo que dello lhe pasamos nosa Carta e porque logo emtam lhe nom foy ordenado nem dado termo nem lymite que a dita villa ouvese de ter por suu termo nos pjdio por merce que mandasemos ao doutor Ruy Bootto do noso conselho e chancerell moor de nosos Reynos a se adjuntar com os Juizes e offjciaes da vylla dodjdos de cujo termo se avya dordenar e lymitar o termo a dita villa das caldas e com os juizes e offjciaes da dita villa das caaldas pera que comelles juntadamente pratycasem sobre o termo que se darya e ordenarya aa dita Vjlla das Caldas o qual mandado pasamos pera o dito chancerell moor e em comprjmento delle se foy aas ditas villas e fes adjuntar os juizes e offjciaes dellas e outros homes booms e antjgos e ouvydos e praticando sobre elle de huua parte e doutra tanto como foy necesayro determynou com os sobredytos juntamente que a dita villa das caaldas ficase por termo o lemite e terra plas demarcacooms e confrontacooms adbajxo decratadas”⁵⁶⁶

Tendo sempre em mente o que já foi referido ao longo deste trabalho sobre a administração do espaço, a morfologia do terreno, a forma de ocupação humana na região e a definição das fronteiras entre Óbidos e Alcobaça, no final da primeira década de Quinhentos estava criado um território de influência do Hospital que já atingia dimensões consideráveis.

Reconhecendo os problemas legais que a rainha constantemente tinha de resolver sobre os direitos fiscais das sesmarias e foros da Instituição no termo de Óbidos, numa fase em que o Hospital se encontra em pleno funcionamento e perfeitamente regulamentado segundo o programa e os objectivos da rainha⁵⁶⁷, e quando a Instituição já possuí meios de subsistência económica, é em 1511 chegada à altura de traçar os limites exactos do termo da vila.

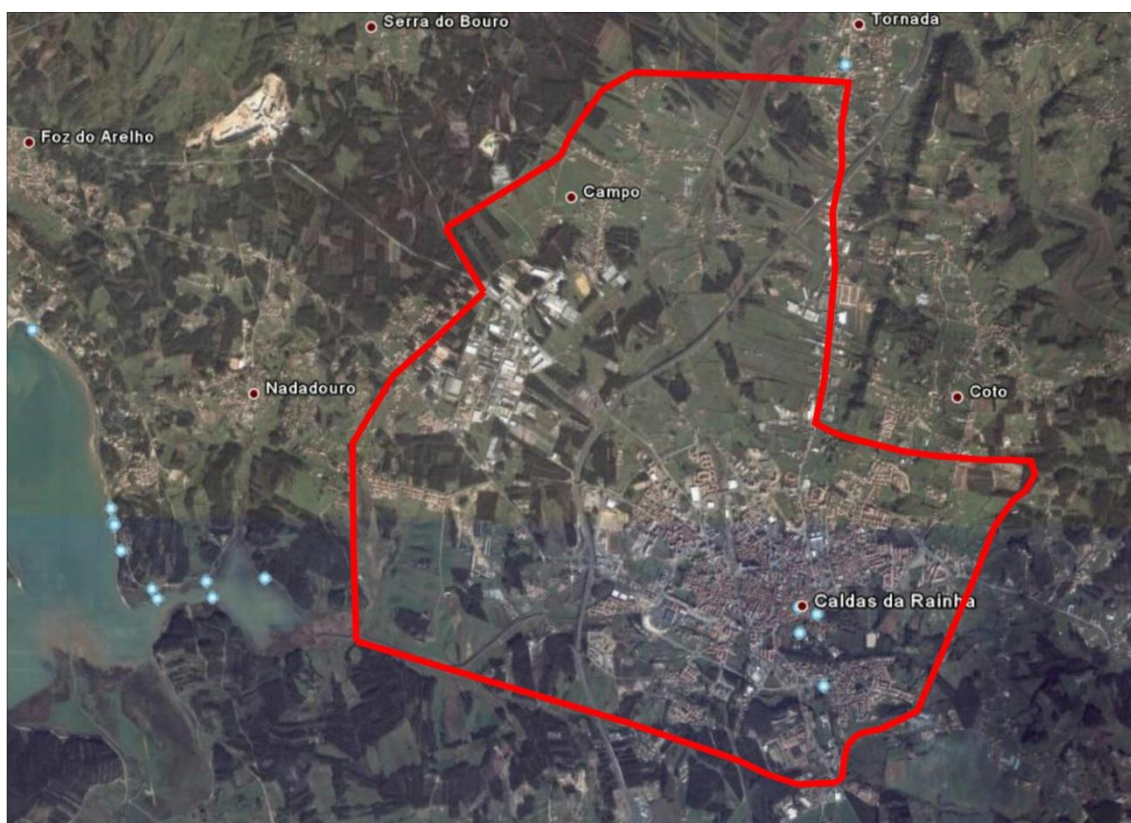
Transparece que, após cumpridas as três metas de implementação do Hospital – a construção, a dotação financeira e a regulamentação –, aliado à questão, já referida, da

⁵⁶⁶ *Carta de demarcação e instituição do termo da vila das Caldas.* AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28-28v. 21/3/1511. Optamos por nova transcrição. Estão publicadas transcrições deste documento, com correcção ortográfica, por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 342-344 e por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 14-17. ambos autores transcreveram a partir da carta de confirmação ortograda por D. João III – Ch. D. João III, Lv. 12, fl. 83 de 9 de Maio de 1521. Transcrito em anexo (documento 19).

⁵⁶⁷ Vd. capítulos anteriores.

transposição para a documentação da expressão «vila das Caldas», como marca de independência regional, a *Carta de Privilégios* e o *Compromisso do Hospital* colmatam a falta de *Carta de Foral*.

A análise do documento de demarcação do termo da vila foi quase totalmente descurada pelos historiadores locais; todos referem o documento mas nunca foram delimitados os limites exactos; só Saavedra Machado nos apresenta uma mancha pouco definida⁵⁶⁸, partindo do pressuposto de que o termo possuía meia légua ao redor do Hospital⁵⁶⁹, facto que, na verdade não é correcto, como veremos.



570

Traçar os limites do termo é tarefa complexa; por um lado, algumas das referências da *Carta* não são reconhecíveis hoje, por outro, a não existência de carta cadastral actual, não nos permite reconhecer nos limites de propriedade a linha de demarcação.⁵⁷¹ Contudo, da análise no terreno acompanhada da leitura dos limites, é

⁵⁶⁸ João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 64.

⁵⁶⁹ André Gomes de Carvalho – *Memória das Caldas 1758*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1991. p. 27.

⁵⁷⁰ Demarcação do termo das Caldas. Na continuação deste capítulo iremos justificar «passo-a-passo» este traçado.

⁵⁷¹ Partimos do pressuposto que as propriedades rústicas actuais têm na sua génese os limites originais, pelo que, considerando que em geral uma propriedade não seria seccionada pela divisão autárquica.

possível traçar com alguma precisão⁵⁷², pois encontramos certos marcos, bem como os acidentes geográficos que estão referidos.

Socorremo-nos, também, da documentação das sesmarias contemporâneas da delimitação, pois os *agros* mais próximos da vila e os economicamente mais favoráveis seriam certamente integrados no termo, confrontando-os com os limites entre Óbidos e Alcobaça discutidos em 1490⁵⁷³. Assim, iniciamos a análise da *Carta de demarcação*:

*“(...) no arneyro da Relvynha acerqua da ribeyra do Avenall da banda da dita villa dObidos acerqua do porto do dito ribeyro que estaa no camjnho que vay para a villa das caaldas huu marquo e outro logo mays acima da mesma banda do dito rybeiro contra o levante em outro arneyro que chamaam o arneyro do porto do chom da deta banda dobjdos e outro marquo logo aleem do dito rybero do Avenall contra o levante em huu outejro que esta sobre o deto rybeiro acerqua do outejro do monte redoundo e outro marquo logo aleem contra os coutos do mosteyro dAlcobaca contra o dito mosteyro no sobredito outeyro que chamaam monte redoundo e outro marquo loguo aleem de huua xtrada contra o djto mosteyro de que descobre o ribeyro do formygall per onde demarcam os djtos coutos com o termo da vylla dobjdos contra o djtos mosteyro (...)”*⁵⁷⁴

A demarcação é iniciada no extremo Sul, seguindo o sentido contra-relógio (Sul-Nascente-Norte-Poente-Sul). Neste primeiro troço temos referência ao primeiro marco, no ribeiro do Avenal, junto à ponte da estrada principal Óbidos-Caldas, sobre a qual foi colocado um marco que ainda existia nas primeiras décadas do século Vinte.



575

⁵⁷² Optamos por desenhar sobre fotografia de satélite porque se consegue notar melhor alguns acidentes geográficos bem como alguma delimitação de propriedades fundiárias.

⁵⁷³ Vd. capítulo 2 da primeira parte.

⁵⁷⁴ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28.

⁵⁷⁵ Postal ilustrado da Ponte do Avenal, onde é visível o marco de delimitação. Ed. José da Silva Dias Lda. 1923 in Vasco Trancoso – *Caldas da Rainha, Um contributo iconográfico através do Bilhete-postal*

Não se reconhece na toponímia actual o outeiro do Monte Redondo, porém foi possível observar que para o lado dos limites do couto de Alcobaça existe um penedo sobre o vale da ribeira do Formigal que tipologicamente se poderia prefigurar neste topónimo⁵⁷⁶, além de que este traçado seria o único que asseguraria a inclusão do Casal de Belver dentro do termo.

Refira-se, desde já, que à excepção de Caldas, o termo só possuía mais dois aglomerados, o Casal Novo e o Casal de Belver. Por erros de leitura da *Carta de Demarcação*, alguns autores consideraram que Coto, Tornada, Formigal e Serra do Bouro estariam dentro do termo⁵⁷⁷, mas toda a documentação referente ao termo, da qual destacamos o *Censo da população* em 1527 e texto de Jorge de S. Paulo, não refere estas povoações que, à época, já eram aldeias relevantes no panorama económico do termo de Óbidos,⁵⁷⁸ servindo na *Carta de Demarcação* como referências geográficas.

*“(...) outro marco contra a villa de Alfeizeram alem de huum valle que dece loguo contra o dito ribeiro do formygall per omde partem os ditos coutos como em cima faz mencam em huua lombada onde estam huuas grandes barreiras vermelas em outro marco logo aleem contra o casall do coto da banda dalem em outro valle que se vay meter no dito rybeiro do formjgall em huum cabeco redoundo que esta junto com a estraada que vay do cazall noovo pera o logo do furnigall antre a dita estraada e o dito valle djreito a vylla de selyr da foaz e outro marco loguo aleem em huu teso contra o dito logo do couto (...)”*⁵⁷⁹

O ribeiro do Formigal enforma o limite a Norte⁵⁸⁰, continuando a demarcação no sentido Poente (em direcção a Alfeizerão). Junto à linha de cumeada o solo é constituído por argila vermelha, existindo hoje uma fábrica de tijolo⁵⁸¹ seguindo uma estrada que na altura ligaria os Casais do Coto e o Casal Novo, passando pelo local onde no século seguinte se construiria a capela de S. Jacinto.⁵⁸²

Na actualidade é considerada uma estrada secundária, que cruza várias aldeias, mas, atentando na Carta Militar verifica-se que existia alguma linearidade neste percurso. Daí, tornaria a Norte junto à base da colina.

Ilustrado editado até meados do século XX. Lisboa: Ed. ELO – Publicidade e Artes Gráficas Lda, 1999. p. 157.

⁵⁷⁶ Junto à actual aldeia da Torre.

⁵⁷⁷ Saavedra Machado, Melo Ferrari, entre outros.

⁵⁷⁸ Visíveis em vários documentos da época. Vd. por exemplo Manuela Santos Silva – *A região de Óbidos na época medieval*. Col. *Estudos e Documentos*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994.

⁵⁷⁹ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28.

⁵⁸⁰ Junto à Torre.

⁵⁸¹ Casais da Serralheira.

⁵⁸² Sabe-se que foi construída na fronteira do termo.

“(...) marquo aleem delle contra o maar sobre os casaees do dito logo do coto e huu que se chama o outeyro dantre os outeyros no arnejro dantre os curraes e outro marquo logo aleem delle na gargantua do rybeiro da Lavandejra que vay dantre dous outros otejros de casal noovo contra o logo de selyr da foorz sobre o dito ribejro da lavandejra e de hy defere pello dito ribejro da lavandejra e gargantua fora direjto a cabeça da vella que esta na sera do boyro decontra do maar e outro marquo na borda da estraada que vay da dita villa das caldas pera o logo de cornaga onde estam huuas xpinhejras (...)”⁵⁸³

Este troço é o mais complexo em termos de traçado, criando alguma confusão pelas referências geográficas a locais a longas distâncias e a situações efémeras como as espinheiras e os currais. Verificamos no traçado anterior que desceria o vale do Coto seguindo pela estrada de Tornada em direcção Norte, tornado a inflectir pelo meio do vale, para Poente, até encontrar o ribeiro da Lavadeira⁵⁸⁴ que corre para Norte, desaguando no Paúl de Tornada e logo em direcção à Baía de S. Martinho⁵⁸⁵.

Em parte, o formato do extremo Norte do termo, quase tocando a aldeia de Tornada teria como objectivo incluir o Paúl da Boa Vista do Extremo⁵⁸⁶, propriedade que a rainha doou em 1509 ao Hospital. Todo o vale fértil que se desenvolve a Sudoeste de Tornada,⁵⁸⁷ sem aglomerados urbanos significativos, é um dos locais privilegiados para a agricultura daí que tenha sido alvo de várias sesmarias⁵⁸⁸, que importava incluir no termo⁵⁸⁹.

“(...) outro marquo may aleem no mesmo djreito da cabeça da vella sobredjta na borda doutra xtrada que vaj de sellyr da foorz pera a ditte villa dobidos pelo campo do chaam da paraada do quall marquo a djta demarcacam volve pla dita demarcacam e estraada que vay do dito logo de sellyr pera oobidos (...)”⁵⁹⁰

Seguindo para Sudoeste – na direcção do Cabeço da Vela⁵⁹¹, na face Poente do vale da aldeia do Campo⁵⁹² composto por um imenso manto florestal, por falta de mais

⁵⁸³ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28v.

⁵⁸⁴ Cujo casal que lhe dá nome está aproximadamente a 500m a Norte do cruzamento entre a estrada de Tornada com a de S. Jacinto.

⁵⁸⁵ A actual Salir do Porto, na margem Poente da Baía de S. Martinho, era chamada Salir da Foz.

⁵⁸⁶ Já referido no capítulo 2.1. da primeira parte. Propriedade que foi bastante disputada pelo Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁸⁷ Vale tifónico.

⁵⁸⁸ Actualmente constituídas em grandes quintas. Foi também o principal alvo da contenda pelos limites dos Coutos de Alcobaça e Óbidos em 1490, vd. documento em anexo e o já referido no capítulo 2. da primeira parte.

⁵⁸⁹ Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 65.

⁵⁹⁰ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28v.

⁵⁹¹ Aldeia próxima da Serra do Bouro.

⁵⁹² Neste vale encontram-se as aldeias do Chão da Parada, Reguengo da Parada e Campo da Parada, actual Campo.

referências não nos é possível determinar, ao certo, quando o traçado deixa o limite poente do vale e atravessa em direcção à estrada da Serra do Bouro (Salir do Porto – Óbidos).

No final do século Dezanove ainda existia no ponto de viragem junto à estrada uma fonte (Fonte do Pinhal) onde se encontrava o marco. Infelizmente, a fonte e o marco desapareceram. Assim, optamos por considerar o limite do termo pelos limites actuais da freguesia⁵⁹³. Descendo a estrada por breve troço, o traçado voltaria depois a Sul por forma a incluir o Casal Novo.

*“(…) ata entestar noutro marquo que esta na dita estraada decontra do mojnho do alvejro demarca delle djreito a outro primo marquo donde se comecou o primeyro marquo da dita demarcacam que estaa metydo no dito arneyro da relvynha sobre o dito rybejro do avenaal antre os quaes dous marquos em que se asy comecoo e acaba de carrar a demarcacam (...)”*⁵⁹⁴

Seguindo pelo vale fértil no topo do Braço da Barosa até a um marco ainda existente neste vale, virando depois para Nascente em direcção à ponte do Avenal, não sem antes ter um marco no Paúl da Macinata, onde existia uma azenha, demolida há uma década, mantendo-se em estado precário a peanha do cruzeiro.



595



596

“(…) que corta per antre a azenha dos pynheiros e azenha noova fjcando a deta azenha noova que he de huum estebam gomez adentro no termo da dita villa das caaldas e a dos pynheiros no termo doobidos por ser graande espaco de huua charneca

⁵⁹³ Sendo que a freguesia da Serra do Bouro foi uma das do termo de Óbidos que em 1898 foram incluídas no concelho de Caldas, o seu actual limite Nascente pode bem ser o limite original do termo. À falta da fonte do pinhal e pela indefinição dos limites de propriedade na área florestal do vale, optamos com reservas, por esse traçado.

⁵⁹⁴ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28v.

⁵⁹⁵ Cruzeiro (marco) no Paúl da Barosa.

⁵⁹⁶ Cruzeiro (marco) no Paúl da Macinata.

em que hacequa de huua legoa e o dito chancarell mor a vysta de huus offciaes de huua villa e da outra logo mandou carrar e fjca por termo da dita villa das caldas todolo o que fjca dos detos marquos a dentro pera contra a deta villa das caldas.”⁵⁹⁷

Por fim, é deixada a referência a duas azenhas no curso do ribeiro do Arenal: a montante a Azenha dos Pinheiros, e a jusante a Azenha Nova, cujo edifício se mantém, ao lado da estrada, tendo sido retirada à poucos anos a roda.



No século Dezanove, o processo de nova delimitação do concelho das Caldas, irá permitir que vários marcos sejam demolidos por obsoletos. *Os Cavacos das Caldas*, afirmam que estas cruces (cinco) foram mandadas arrancar em 1814 pelo almotacé Gabriel Fialho⁵⁹⁹. Na prática, verificou-se que, referente aos limites do termo, só foram demolidos os cruzeiros da estrada da Serra do Bouro e de Tornada, tendo na mesma altura sido demolidos, certamente por razões de políticas liberais, os cruzeiros do interior da vila, no Largo da Copa, e no extremo Nascente da Horta do Hospital (Pinheiro da Rainha), pois, prova-se a existência após este período dos cruzeiros já citados.

Já Augusto da Silva Carvalho⁶⁰⁰ considera um marco existente em Tornada, chamado o *Padrão de Tornada*, como um dos limites do termo das Caldas, embora, tal não se verifique, pois este encontrava-se na ponte sobre o rio de Salir. Na prática, como

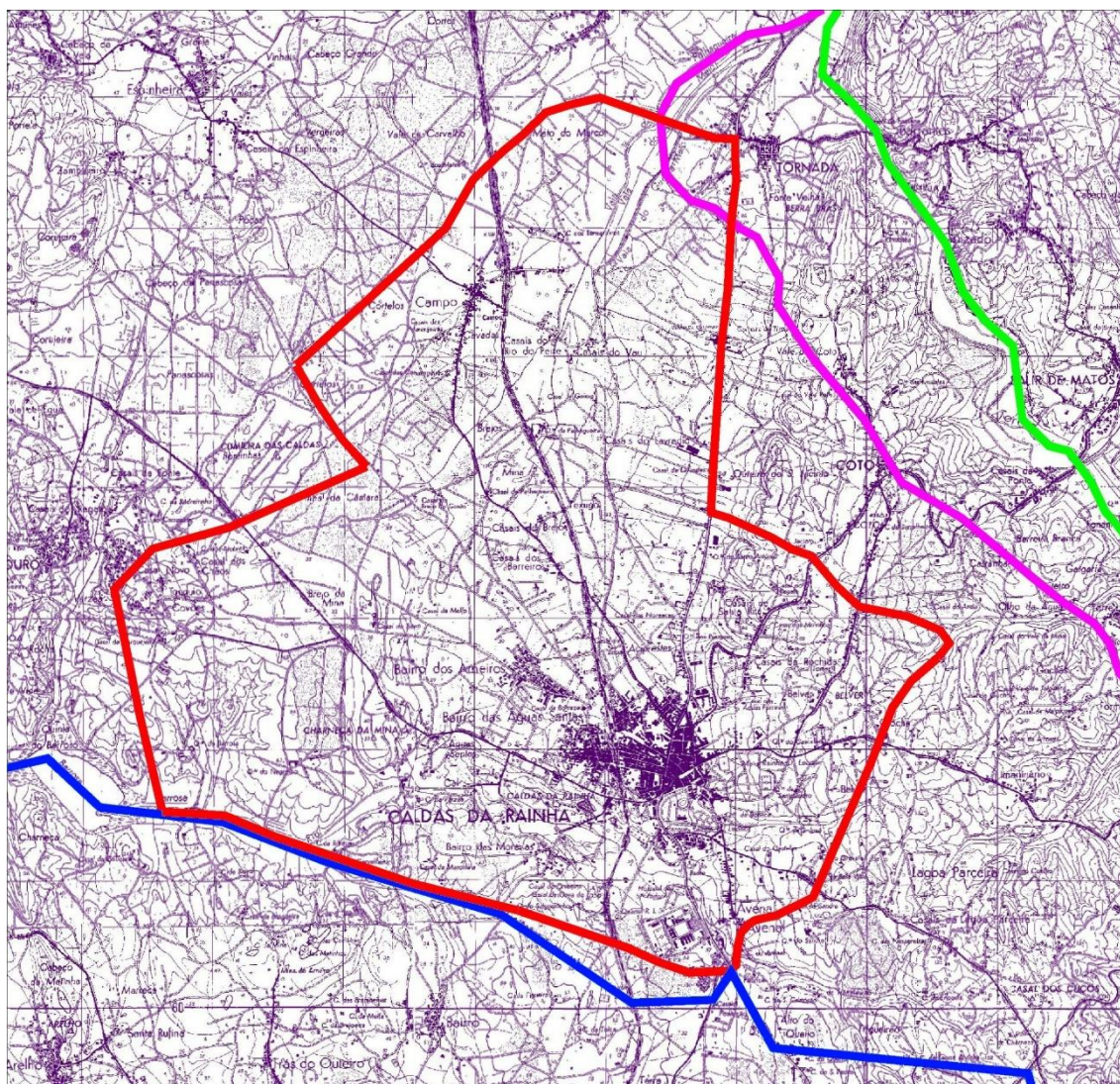
⁵⁹⁷ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 8 fl. 28v.

⁵⁹⁸ Vista da margem da ribeira do Arenal, em primeiro plano a ponte e ao fundo os edifícios da azenha nova. Jorge A. Lima, 1912 in Vasco Trancoso – *Op. Cit.* p. 159.

⁵⁹⁹ Natália Correia Guedes – *População e sociedade caldense no século XVI*. Caldas da Rainha: Col. Cadernos de História local n.3, Ed. PH, 1992 (elaborado em 1965). p. 20.

⁶⁰⁰ Vd. Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 21-22.

também refere Saavedra Machado⁶⁰¹ o lendário padrão⁶⁰² era um marco dos limites da fronteira Óbidos-Alcobaça, referido na carta de 1490.



O troço Nascente Norte é o textualmente mais bem delimitado, recorrendo várias vezes à indicação da proximidade com a fronteira dos coutos de Alcobaça. Na verdade, cruzando as informações sobre a contenda de 1490 relativas a esta fronteira, verifica-se que parcialmente o limite do termo das Caldas aproxima-se dos limites reivindicados

⁶⁰¹ Vd. Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 65.

⁶⁰² Atribui-se a uma lenda em que a rainha tinha voltado (tornado) para trás no seu caminho voltando às Caldas e decidindo aí iniciar a construção do Hospital. A lenda foi gravada na pedra já no século Dezoito, por um burguês de Tornada por forma a elevar a importância da aldeia, que na verdade deve o seu topónimo ao medieval Cornaga (corno de água).

⁶⁰³ Comparação entre os limites do termo das Caldas e a contenda da fronteira dos coutos em 1490. A vermelho o termo das Caldas, a magenta os limites reivindicados pelos monges de Alcobaça, a verde a fronteira definida em 1490, a azul o limite actual do concelho de Óbidos.

pelos monges⁶⁰⁴, área já conhecida do autor destas duas demarcações, o chanceler-mor do reino, Rui Boto.

Não resta dúvida que as terras das Caldas ficariam totalmente rodeadas pelo termo de Óbidos. Desta forma a vila de Óbidos não abdica da aldeia do Coto⁶⁰⁵ e dos portos de Tornada e do Formigal, e muito menos do controlo sobre estas vias fluviais. Contudo, não existe em determinados locais mais de duas centenas de metros de faixa de terras em colinas de mato inculto pertencente a Óbidos.

Na confinante oposta, avaliando a morfologia do solo na época, no tocante à orografia, verifica-se que na confinante Poente para se ter acesso de Óbidos a Serra do Bouro e a Salir do Porto, obrigatoriamente tinha de se passar no termo das Caldas, pois as terras restantes eram pantanosas⁶⁰⁶, situação deveras complexa pela importância económica do porto de Salir⁶⁰⁷.

Por outro lado, a Sul, o traçado coincide parcialmente com os limites actuais entre os concelhos, excepto numa área restrita de pinhal que confina com uma grande área fundiária do Hospital⁶⁰⁸, demonstrando que o traço do termo das Caldas seguia restritamente os limites das propriedades ligadas ao Hospital, mesmo assim ficando em Óbidos inclusivamente algum património fundiário do Hospital muito próximo da fronteira, tais como as sesmarias dadas junto ao actual Bairro da Senhora da Luz e a Quinta do Negrelho.

Independentemente de as Caldas se tornarem após o século Dezoito no polo urbano economicamente mais influente da região, será só em 1836⁶⁰⁹, no novo traçado do concelho das Caldas, que o antigo termo vê expandido o seu território, com a inclusão das freguesias a Norte do concelho de Óbidos (Alvorninha, S. Susana, Vidais, S. Gregório, Serra do Bouro, Nadadouro, Foz do Arelho⁶¹⁰, Coto e Tornada) e as a Sul de Alcobaça (Salir de Matos, S. Catarina e Carvalho Benfeito)⁶¹¹.

⁶⁰⁴ Vd. documento em anexo.

⁶⁰⁵ Pelo topónimo foi muitas vezes considerado como parte dos Coutos de Alcobaça.

⁶⁰⁶ Vd. capítulo 1. da primeira parte.

⁶⁰⁷ Vd. Manuela Santos Silva – “Salir do Porto: um exemplo dos pequenos portos da Estremadura durante a Idade Média” in *A região de Óbidos na época medieval...* pp. 33-45. É facto já referido que o Hospital tentou apoderar-se dos direitos fiscais da vila de Salir do Porto, vd. capítulo 4.3.

⁶⁰⁸ Pinhal de Santo Isidoro, grande área florestal que servia de parque ao Hospital de Convalescência fundado por Rodrigo Berquó, onde actualmente se encontram as instalações do polo do Instituto Politécnico de Leiria, da Escola Superior de Arte e Design e a Escola de Sargentos do Exército.

⁶⁰⁹ Data do início do processo tendo ficado definido só em 1898.

⁶¹⁰ Foz do Arelho e Nadadouro foram desagregadas da freguesia da Serra do Bouro.

⁶¹¹ Sobre o processo liberal de demarcação do concelho de Caldas da Rainha vd. João Bonifácio Serra – “A formação geográfico-administrativa do concelho das Caldas” in *Terra de Águas...* pp. 211-217.

O caso de Salir do Porto enforma um interessante processo de criação de concelho independente, a par de São Martinho do Porto, Famalicão e Alfeizerão⁶¹², que terá mesmo sido instituído em 1836⁶¹³ para pouco depois ser extinto, culminando em 1898 com a integração de Salir do Porto no concelho das Caldas, São Martinho e Alfeizerão em Alcobaça⁶¹⁴ e Famalicão na Nazaré.

*“5.º tem esta Villa termo seu que se separou do da Villa de Obidos, como fica ditto, no anno de 1511 porem tão limitado que pouco excede a meya legua no mais distante, não se pode conhecer se foy avareza da Camara de Obidos, se negligencia da desta Villa. O certo hé que aquella tem perto de settenta vintenas, e esta somente quatro, e tão limitadas, que as tres tem menos povoação do que mayor logar chamado o Campo, que tem quarenta vizinhos, e as outras constão, o Avenal de outto moradores, e Cazal Novo de tres, cujo logar era grande, porem ao tempo prezente se acha destruido. A outra ultima vintena se chama a Ribeyra das Caldas por constar de Moinhos que todos são seis.”*⁶¹⁵

Os actores da política local sempre se queixaram da reduzida dimensão do termo das Caldas⁶¹⁶, porém, se verificarmos que este foi fundado com somente quatro aglomerados populacionais: Casal Novo, Casal Belver, Avenal⁶¹⁷ e Caldas, rapidamente se desenvolveram mais pequenos aglomerados ao redor de sesmarias bem geridas e prósperas, tais como o Casal do Moreno e o Campo.

Contudo, o contrário se passou com o Casal Novo e o Casal de Belver, anteriores ao povoamento efectivo das Caldas, tendo demograficamente decrescido substancialmente reduzindo-se à quase insignificância no final do século Dezoito, tal como sucedeu a aldeias fronteiras, como o Formigal, Matoeira, Cortem, Coto e a menor escala Tornada, Nadadouro e Salir do Mato, pela deslocação da sua população para o novo e promissor núcleo urbano constituído ao redor do Hospital⁶¹⁸.

Se, por um lado, as sesmarias dadas na viragem de Quatrocentos/Quinhentos fizeram alterar o panorama da dispersão demográfica na região, por outro o sucesso do

⁶¹² Que chegam mesmo a 7 de Setembro de 1895 a serem integrados no concelho das Caldas.

⁶¹³ João Bonifácio Serra – *Op. Cit.* p. 215.

⁶¹⁴ Refira-se que como o processo foi despoletado pelo Liberalismo, contemporâneo da extinção das Ordens religiosas, a posição do concelho de Caldas sairá privilegiada com novas freguesias retiradas aos antigos Coutos, contudo o concelho de Alcobaça manter-se-á como o maior do distrito.

⁶¹⁵ André Gomes de Carvalho – *Op. Cit.* p. 27.

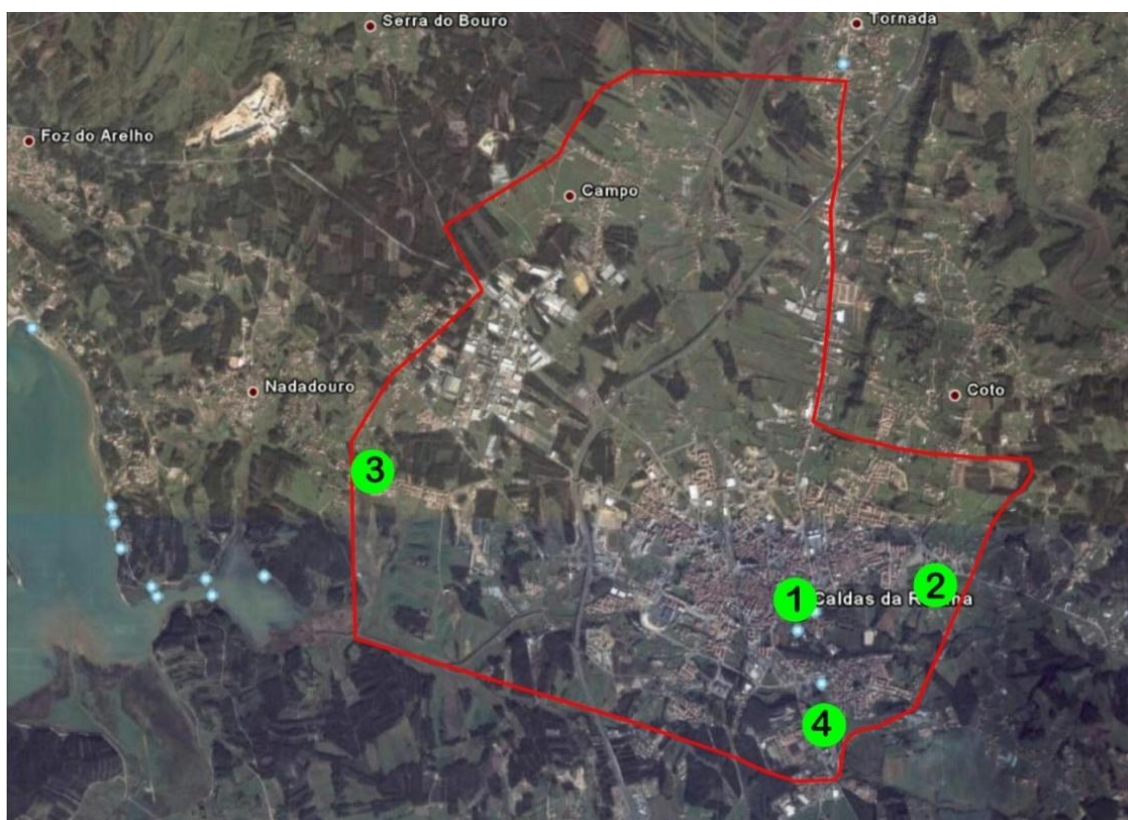
⁶¹⁶ Actualmente o perímetro urbano da cidade das Caldas já ultrapassa os limites do antigo termo.

⁶¹⁷ Estes casais não tinham mais de uma ou duas famílias, e no caso do Avenal só o moleiro da azenha. Vd. capítulo 4.2. da terceira parte.

⁶¹⁸ Curiosamente este fluxo migratório no século Vinte volta a inverter-se causado pela falta de espaço na vila, que por um lado obriga-a a expandir-se e por outro a repovoar os aglomerados ditos *satélite*. Daí que hoje aldeias como o Coto, Salir de Matos, Tornada, Nadadouro (junto ao Casal Novo) e Lagoa Parceira (Casal de Belver) voltem a ter importância demográfica significativa.

núcleo urbano das Caldas serviu de pólo de atracção que além de aumentar o número de habitantes no centro⁶¹⁹ irá ajudar a desenvolver e a fundar pequenos aglomerados satélite, sediados nas confluências entre sesmarias. Mas a saúde financeira destes *agros* irá ser determinante para a manutenção da ocupação demográfica, criando picos de ocupação que contrastam com o abandono de casais⁶²⁰ e a deslocação do epicentro de aldeias⁶²¹ para novas fontes de rendimentos.

*“posto que por ser lemitado e curto se dicesse por graça se podera nelle espojar hum iumento e ficarem-lhe as orelhas de fora.”*⁶²²



623

⁶¹⁹ Vd. terceira parte e o capítulo 7.4.

⁶²⁰ São inúmeros os casais abandonados no território do termo das Caldas, em especial os de difícil acesso e falta de infraestruturas, os outros têm vindo aos poucos a ser reabilitados pelas *novas modas* imobiliárias, os novos proprietários raramente conhecem a história do seu casal, alguns dos quais remontando às primeiras sesmarias do Hospital.

⁶²¹ Mais raro, mas visível por exemplo no Nadadouro, inicialmente um povoado piscatório ribeirinho da Lagoa que aos poucos vai alterando a sua actividade principal para a lavoura dos campos a Norte, deslocando os focos de construção nesse sentido, afastando-se da Lagoa. Ou no Coto, assumindo-se como *aldeia satélite* aproxima-se gradualmente das Caldas, que tendencialmente cresce nesse sentido, constituindo um novo núcleo junto à capela de S. Jacinto, abandonando as vertentes a Norte relacionadas com os campos de cultivo no vale do ribeiro do Formigal.

⁶²² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 103.

⁶²³ Aglomerados populacionais do termo das Caldas à época da demarcação do termo. Independentemente da escala e do número de habitantes. 1. Caldas, 2. Casal de Belver, 3. Casal Novo, 4. Azenha Nova ou do Avenal.

7. Morfologia Urbana

*“(…) aponta-se a localização estratégica e sistemática do povoamento a meia encosta, virado a sul e na confluência de rios. Os aglomerados urbanos aparecem ligados por uma rede de percursos que se estabelecem ao longo das linhas naturais de festo e talvegue e são como que cordões umbilicais que ligam a estrutura urbana ao território. Para além da agricultura que se praticava em vales férteis, ou na proximidade de pequenas linhas de água, (...) favorecem a ocupação das encostas, principalmente daquelas que apresentam uma exposição sul.”*⁶²⁴

Nenhum dos estudos sobre as Caldas se debruçou sobre a evolução da morfologia urbana, partindo do pressuposto que a instalação dos moradores ao redor do Hospital foi acontecendo de forma casuística, tendo por base as sesmarias dadas nos terrenos mais contíguos à Instituição⁶²⁵. Após a análise dos documentos, bem como da estrutura topográfica, verificamos, no capítulo 1.2. que existiu uma estratégia de implementação das construções bem definida, da qual resultou um desenho urbano que foi adaptado à topografia, como veremos.

A citação de abertura desta capítulo refere-se à fórmula estratégica comum que resultou no sucesso da ocupação humana sistemática dos espaços no nosso país. No caso de Caldas tal não é excepção, embora haverá que ter em conta sempre as condicionantes morfológicas e orográficas apontadas no capítulo 1 da primeira parte.

Julgamos que a actividade do mestre Mateus Fernandes não se terá cingido às obras nos edifícios do complexo hospitalar mas, também, terá sido extensiva ao desenvolvimento urbano da vila. Como já referimos nos capítulos anteriores, a ocupação do espaço foi jurisdicionalmente controlada ao pormenor pelo Hospital; haveria que definir, também, a forma como utilizar o solo, tendo em conta as prioridades da Instituição.

Sem nos alongarmos muito sobre as questões que resultaram na alteração do gosto do desenho urbano⁶²⁶, vale a pena referir que as mudanças filosóficas que, em parte, resultaram na vontade de apoiar os tradicionalmente desprezados⁶²⁷, traduziram-se, no ponto de vista da organização espacial, na implantação de um hospital que cujo objectivo era receber esses grupos marginais da sociedade no centro da malha urbana, em oposição ao comum afastamento para os arrabaldes das urbes:

⁶²⁴ Maria Rosália P. Guerreiro – “*Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, génese e formação*” in Manuel C. Teixeira (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 19.

⁶²⁵ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 225. Ou João Bonifácio Serra – *Op. Cit.* p. 109.

⁶²⁶ Vd. na bibliografia as obras sobre a história do urbanismo.

⁶²⁷ Os portadores de uma deficiência. Vd. capítulo 5.2.

*“(…) gerar-se a partir do espúrio, daquilo que era rejeitado por um espaço intramuros desejoso de preservar a sua pureza e a sua sacralidade. (...) Ou das gafarias, esses conjuntos habitacionais rodeados de muros, para onde se remetiam e isolavam os que tinham os seus corpos desfigurados pelas chagas e aleijões da lepra ou de qualquer outra doença de pele, uma vez que os limitados conhecimentos médicos da época nem sempre distinguiam essa terrível moléstia de outras enfermidades, mais inócuas.”*⁶²⁸

A mudança na forma de entender o papel das instituições de saúde no enquadramento urbano será o que torna a vila das Caldas num paradigma de singularidade urbana⁶²⁹, secundado pouco depois, com a edificação das misericórdias nas praças principais das vilas e cidades⁶³⁰, ou também na construção do Hospital de Todos-os-Santos no centro urbano de Lisboa.

As condicionantes à implantação do hospital, que originam numa solução sem recurso⁶³¹, obrigariam a fundar um núcleo urbano num terreno pouco propício⁶³², pois em geral *“quando o rei ou grande senhor dispõe de poder e gente para levantar uma nova vila, então aparece o padrão geométrico.”*⁶³³, situação que só era possível em sítios com pendentes reduzidas. Por outro lado, este tipo de padrão, comum nas Vilas Novas, era também pouco propício à implantação de um complexo de edifícios e hortas central. Assim, optava-se normalmente por uma solução de marginalizar a urbe com a frontaria principal deste complexos, em geral monacais⁶³⁴.

Analisando as condicionantes geomorfológicas do sítio, verifica-se que este formato seria totalmente desarticulado com o sistema topográfico composto por um vale entre dois planaltos, o que obrigaria a afastar substancialmente a urbe da Instituição.

⁶²⁸ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.26.

⁶²⁹ Vd. próximo capítulo.

⁶³⁰ *“Nas novas praças, ou por perto, implantou-se o equipamento/instituição urbano de invenção mais recente e exclusiva, a Misericórdia. Esta deve ser entendida como um conjunto de igreja, zona administrativa e todas as dependências assistenciais que eram a essência do seu funcionamento, hospitais e albergarias.”* Teresa Madeira – “A evolução dos espaços urbanos públicos na cidade de S. Tomé” in *A praça na cidade portuguesa...* pp. 51-52.

⁶³¹ Lógicamente directamente sobre as nascentes.

⁶³² Vd. capítulo 1.1. e 1.2. da primeira parte.

⁶³³ José Manuel Fernandes – *Cidades e casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do século XV ao século XVIII*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Porto: FAUP Publicações, 1996. p. 117.

⁶³⁴ Vd. Mário Tavares Chicó – *A cidade ideal do renascimento e as cidades portuguesas da Índia*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1956. pp. 42-71.

7.1. A ruralidade do subúrbio: as condicionantes artificiais

“(…) e ordenou hũa rua fermoza iunto ao Hosp. repartido em varios chãos de p.^e a p.^e com seus espaços p.^a quintais, mandando lançar pregão q os moradores novos q vinhão habitar este Couto se quizessem fazer cazas no logar e couto das Caldas q depois se constituyo em Villa por El-Rey D. M.^{el} emprazaria chãos pera ellas, e as q fizessem á sua custa não pagarião foro algum, e as que se fizessem por conta das Rendas della R.^a, ou das que tinha applicado ao Hosp. E assy todas as cazas desta villa q não pagão foro se edificarão á custa dos moradores, e as q são foreiras ao Hosp. ou se obrarão á custa das Rendas da R.^a, e do Hosp. ou finalm.^{te} se se fizerão em chãos q o Hosp. deu por sesmaria.”⁶³⁵

Antes de nos debruçarmos sobre o desenho, teremos de voltar a analisar as condicionantes locais, embora, não sob a perspectiva da geografia física que seguimos no capítulo 1 da primeira parte, mas pela política de implementação agrária contemporânea das primeiras obras no Hospital.

As sesmarias dadas ao redor da Instituição⁶³⁶ prefizeram um aro agrícola nos subúrbios da vila, isto é, antes da existência de uma ocupação urbana⁶³⁷, existiu já a intenção de limitar o espaço urbano pela constituição de *agros* que forneceriam a sustentabilidade alimentar à Hospital e à vila⁶³⁸.

No capítulo 1.2., referimos os vectores principais da estratégia de implantação do Hospital e, conseqüentemente, da urbe bem como as suas principais condicionantes resultantes da ocupação do espaço: Várzea das Caldas a Poente, a Horta do Hospital e o Casal de Belver a Nascente. Paralelamente foram definidos mais três espaços agrícolas confinando com a estrada principal, a Sul do terreiro do Espírito Santo: o Casal de Joana Pacheca⁶³⁹ (futura Quinta dos Pinheiros), a Quinta dos Loureiros e a Quinta do Bonecra (da Boneca)⁶⁴⁰. A Norte, simetricamente à mesma distância,⁶⁴¹ constituir-se-ia um segundo núcleo de quintas de ocupação mais tardia.

Preocupações fundamentais para a implantação de propriedades rústicas – produtoras de géneros alimentícios essenciais ao Hospital – foram a pouca pendente dos terrenos e uma distribuição equitativa das áreas. Em geral, estas quintas seriam constituídas por áreas totais de hectar e meio quando mais próximas do centro (a menos

⁶³⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III pp. 312-313.

⁶³⁶ Vd. capítulo 3.1 da terceira parte.

⁶³⁷ Aglomerado de edificios habitacionais em unidades contíguas.

⁶³⁸ Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 34.

⁶³⁹ Já referida no capítulo 4.

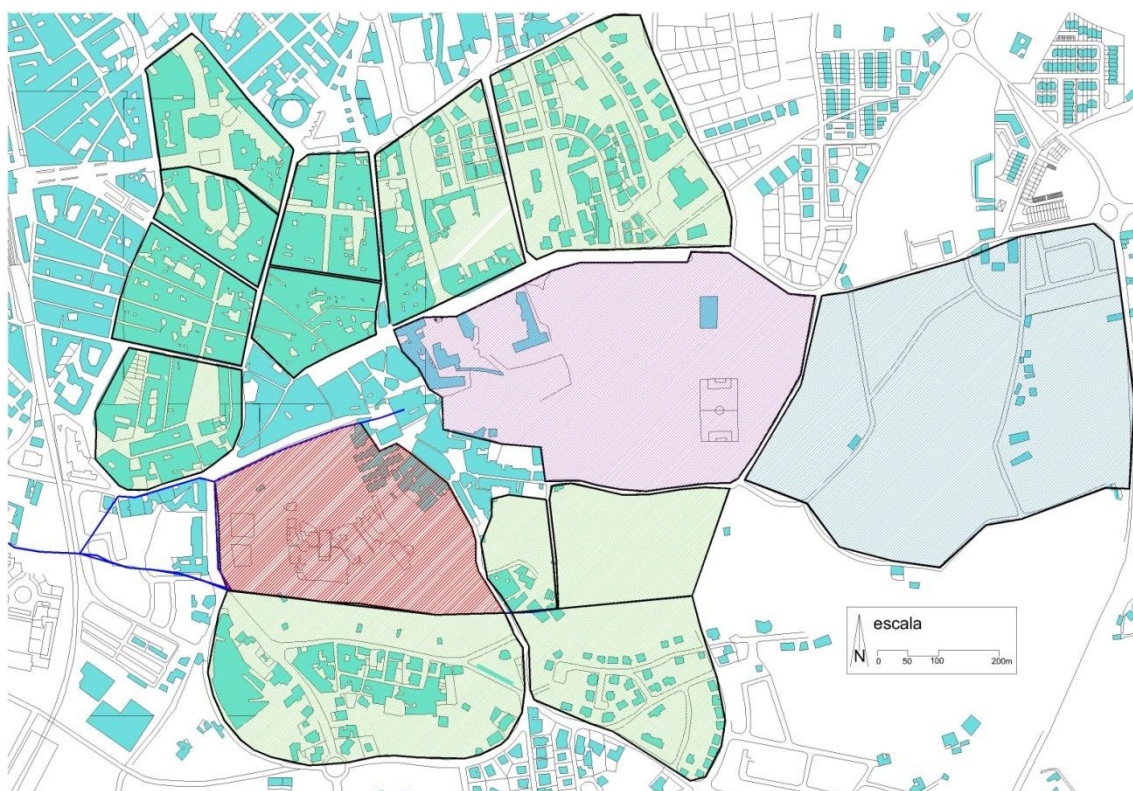
⁶⁴⁰ Vd. capítulo 3.1. da terceira parte.

⁶⁴¹ Com eixo de simetria na igreja de N. Sra. do Pópulo.

de uma centena de metros do Hospital) aumentado para o dobro nas do segundo aro, a mais de duzentos metros.

Terão sido as quintas a Norte que permitiram a expansão urbana das Caldas, definindo pelas suas confinantes os arruamentos principais e os quarteirões urbanos, verificando-se ainda no primeiro quartel do século Vinte a existência de algumas dessas quintas no limite urbano⁶⁴².

Se a Sul as condicionantes topográficas e os acidentes geográficos (cursos de água e taludes) justificam os limites das propriedades, já do lado Norte, cronologicamente dividido posteriormente⁶⁴³, não existem dados concretos que justifiquem o traçado das confrontações, pois o terreno é em geral composto por pendentes ligeiras e sem acidentes notáveis, salvo alterações causadas pela expansão das construções.



644

Embora documentalmente indefinida, a evolução da vila para Norte, apropriando-se de terrenos agrícolas para nova construção essencialmente para novas casas urbanas

⁶⁴² Vd. planta no final deste capítulo.

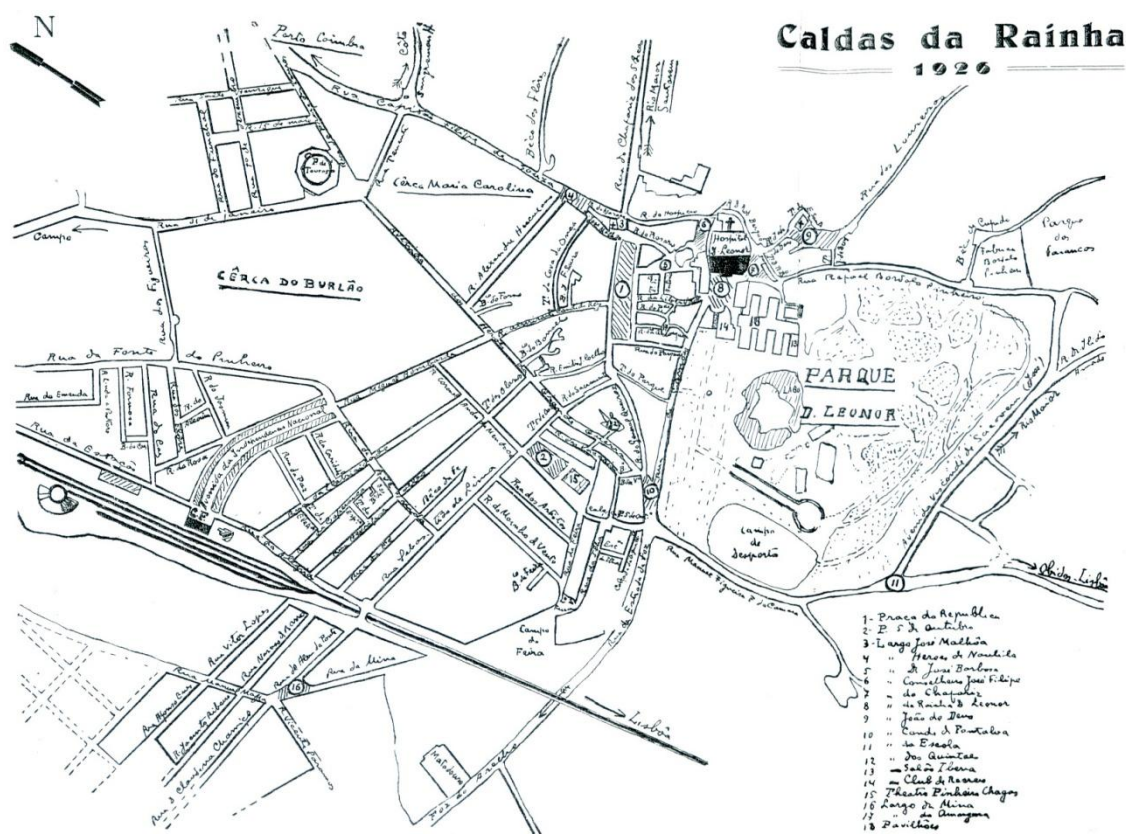
⁶⁴³ Vd. capítulo 7.4.

⁶⁴⁴ Envolvente rural das Caldas. A rosa a Horta do Hospital, a vermelho a Várzea das Caldas, a verde as restantes quintas. A grande área a Nascente já faz parte do Casal de Belver.

de maior dimensão⁶⁴⁵ em conjugação com o aumento demográfico da vila, obrigariam a desbravar também novos terrenos contíguos. Assim, a crescimento das quintas para Norte era resultante da expansão urbana⁶⁴⁶, situação que se passa fundamentalmente ao longo do século Dezasete a Dezanove, não sendo por isso alvo de estudo neste trabalho.

O espaço para a edificação da vila, ficaria confinado ao espaço intersticial entre estes espaços rurais. Verifica-se que o mesmo era inferior aos espaços de algumas das propriedades. O que indicia alguma vontade política de manter a dimensão urbana ao redor do Hospital bastante reduzida, por forma permitir um equilíbrio entre o número de habitantes da vila, tradicionalmente não produtores agrícolas, e as necessidades do hospital como grande consumidor de géneros.

Por outro lado, a existência de pequenas hortas associadas às habitações urbanas, irá permitir alguma autoprodução⁶⁴⁷, que não poderemos de todo descurar.



648

⁶⁴⁵ Com fachada principal para o Rossio da Vila, que no final do século Dezasete se torna a morada da burguesia mais abastada, e onde futuramente se construírá o novo palácio real. Vd. capítulos seguintes.

⁶⁴⁶ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* pp. 225-231.

⁶⁴⁷ Vd. capítulo 5. da terceira parte.

⁶⁴⁸ Planta das Caldas da Rainha em 1926 in António de Melo Ferrari & outros – *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua história, as suas águas, as suas curas*. Caldas da Rainha: Soc. Gráfica Editorial, 1930. Anexo.

7.2. O desenho da vila, risco: enquadramento e implantação dos arruamentos

*“Em todas estas intervenções encontramos exemplos das principais tipologias urbanas e das principais estratégias de desenho e de composição utilizadas pelo urbanismo renascentista a partir do século XVI. O urbanismo renascentista adoptou três tipologias urbanas fundamentais, utilizadas extensivamente nas suas intervenções: a rua com um traçado rectilínio e ordenado, as praças fechadas e regulares, e as malhas urbanas ortogonais. Em muitas intervenções urbanísticas quinhentistas realizadas em Portugal encontramos estas três tipologias, isoladas ou articuladas entre si. As estratégias de desenho e de composição urbanas utilizadas incluíam a simetria, referida a um ou mais eixos; a utilização da perspectiva e o fechamento de vistas através da colocação de edifícios, monumentos ou elementos urbanos significativos no enfiamento de ruas ou grandes eixos; a utilização do mesmo tipo de elementos como pontos focais de praças, ou de espaços urbanos que se viriam a estruturar como praças em torno destes elementos; a integração de edifícios individuais em conjuntos arquitectónicos harmónicos, através do ordenamento e da repetição das fachadas.”*⁶⁴⁹

O mestre-de-obras do Hospital trabalhou em dois novos espaços urbanos, Funchal e Sesimbra, nestes casos rodeando estruturas militares costeiras. Segundo José Manuel Fernandes⁶⁵⁰, a co-relação das opções de desenho urbano destes dois sítios demonstrou uma certa irmandade estilística a par de uma contemporaneidade das obras principais. Estas, no aspecto urbanístico se traduzem-se num desenho centralizado⁶⁵¹ a partir do foco denominador – nos casos referidos, a fortaleza – seguindo um desenho de cruzamento de artérias principais, uma no vale (linha de água) e outra ribeirinha, constituindo um semi-círculo com centro na fortaleza e praça principal da vila aberto para a costa.

Infelizmente, a falta de estudos a este nível sobre as Caldas não permitiram a José Manuel Fernandes integrar esta vila na mesma analogia. Embora com focos diferentes (uma instituição central a meio de campos agrícolas *versus* uma fortaleza costeira) encontraremos a mesma forma de projecto, obviamente adaptada à topografia e às condicionantes do sítio.

Do cruzamento entre o eixo viário Óbidos-Alcobaça com o vale onde se implantou o Hospital⁶⁵² teria o mestre-de-obras de encontrar forma de lotear o espaço remanescente⁶⁵³, por forma a, por um lado garantir a capacidade de expansão dos

⁶⁴⁹ Manuel C. Teixeira – “As praças urbanas portuguesas quinhentistas” in *A praça na cidade portuguesa...* p. 77.

⁶⁵⁰ José Manuel Fernandes – *Op. Cit.* pp. 159-176.

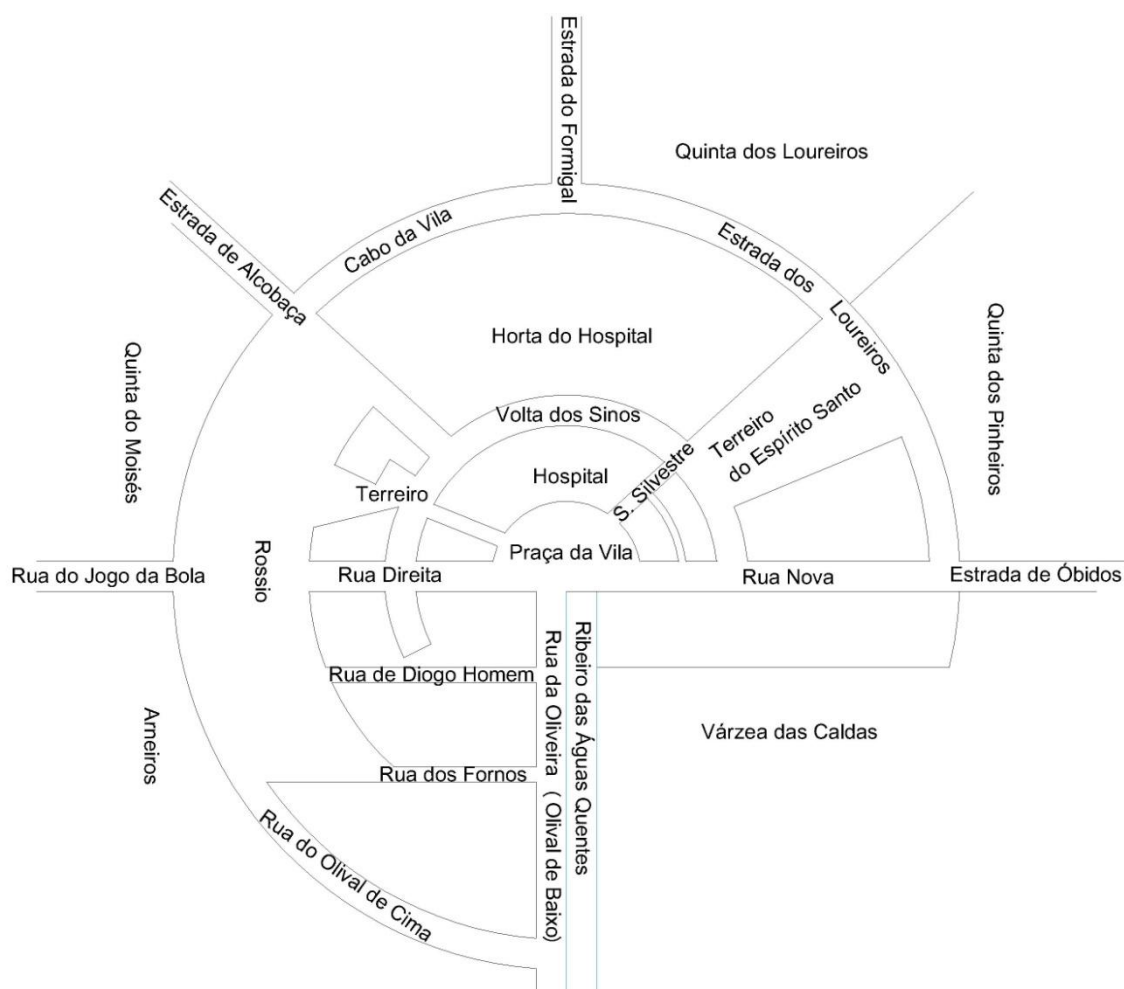
⁶⁵¹ Modelo irradiante. Vd. José Manuel Fernandes – *Op. Cit.* pp. 139-140.

⁶⁵² Vd. capítulo 1.2.

⁶⁵³ Inclusive as casas feitas pelo Hospital para aforar obdecem a um esquema organizado, sendo no geral iguais. Vd. capítulo 5. da terceira parte.

edifícios da Instituição e por outro, permitir que a ocupação se fizesse de forma concêntrica, afastando-se gradualmente do Hospital.

Uma primeira atitude é tomada com a verificação de que o eixo viário não funciona a passando por trás do hospital⁶⁵⁴, seccionando os serviços da Instituição; haveria que fazer dirigir o viajante para a frente, criando uma nova estrutura viária que obrigaria ao menos óbvio, que era fazer cruzar todo o tráfego pelo meio do pântano obrigando-o a descer e subir as encostas do *anfiteatro*. Curiosamente, não foi implementada uma hierarquia de arruamentos definida pela sua largura, manteve-se no geral os quatro metros de referência.



655

Da análise do plano urbano que podemos antever do estudo viário das Caldas, verifica-se que, independentemente da topografia, a vila seria edificada tendo por base três quartos de círculo, com centro na praça fronteira ao Hospital. Claro que este plano

⁶⁵⁴ É curioso observar que o Hospital deitou as traseiras para a estrada, quando o normal seria abrir-se para a rua e ter a igreja na frente. Vd. capítulo 8.2.

⁶⁵⁵ Esquema do desenho urbano original das Caldas.

não se efectiva totalmente ao mesmo tempo, tendo várias etapas de edificação⁶⁵⁶, mas desde já é notório uma forte identidade moderna⁶⁵⁷, não só no modelo adoptado – modelo irradiante – bem como na definição do quarto de círculo central para uso exclusivo da Instituição (edifícios e hortas⁶⁵⁸) que se prolongaria até ao Casal de Belver.

Numa topografia em forma de anfiteatro, a implantação ao centro do foco de desenvolvimento facilitaria a implementação do plano, que só teve de se adaptar às pendentes mais favoráveis, as vias irradiantes às perpendiculares das curvas de nível e as vias concêntricas paralelamente às curvas. Daí que o aspecto final se torne um pouco mais orgânico.



659

O eixo principal da vila deixa de ser constituído⁶⁶⁰ pela Estrada de Óbidos-Rua Volta dos Sinos-Estrada de Tornada (Alcobaça), sofrendo uma quebra acentuada na entrada Sul da vila, alinhando o eixo com a praça principal e criando a primeira rua onde se irão instalar os primeiros habitantes, a Rua Nova, acesso privilegiado aos

⁶⁵⁶ Vd. capítulo 7.4.

⁶⁵⁷ Mais uma vez voltamos a afirmar-nos independentes das atribuições de classificações e escolas estéticas às obras deste período nas Caldas. Reconhecendo a originalidade do gosto não os iremos filiar as opções estéticas em correntes, considerando também que este trabalho não pretende ser um estudo de História de Arte.

⁶⁵⁸ Vd. capítulo 8.

⁶⁵⁹ Estrutura urbana da vila em 1533 (sem edificações, foram mantidas as construções do estaleiro para melhor referência com a imagem virtual anterior): 1. Praça Nova; 2. Rua Nova; 3. Estrada de Óbidos; 4. Terreiro do Espírito Santo; 5. Estrada dos Loureiros; 6. Volta dos Sinos; 7. Rua da Oliveira; 8. Rua Direita; 9. Rossio; 10. Rua do Olival de Cima; 11. Terreiro de S. Sebastião; 12. Estrada do Formigal; 13. Terreiro das Galhas; 14. Terreiro de S. Bartolomeu; 15. Rua de Diogo Homem; 16. Rua dos Fornos.

⁶⁶⁰ Vd. capítulo 7.4. sobre a evolução do traçado deste eixo viário.

banhos. Passando a praça, o eixo seguiria a Rua Direita, flectido depois a Nascente até atingir a antiga estrada para Tornada e Alcobaça.

Este eixo, que até a toponímia salienta era a artéria mais nobre e cuidada do centro urbano⁶⁶¹, onde se situariam (Rua Nova) as primeiras casas dadas de privilégio (vinte de cada lado) e (Rua Direita) a burguesia abastada de mesteres ligados à saúde, em casas próprias⁶⁶². Assim, a estrada passaria a ter uma definição e um uso marcadamente urbano, claramente marginada por construções do binómio oficina-habitação, de grande importância comercial para os seus ocupantes. A opção toponímica era por demais comum nestas situações de eixo viário principal que cruza o núcleo urbano.⁶⁶³

*“Se a localidade a que tinha chegado era apenas mais uma etapa do seu caminho, o viajante podia simplesmente atravessá-la, pois muitas estradas principais e até secundárias compreendiam troços urbanos que se estendiam entre duas portas de entrada e delineavam uma artéria de intensa ocupação humana. Que em muitos casos era a rua mais importante do centro urbano como a toponímia registava, ao denominá-la, em certas regiões europeias, de rua Grande, e em Portugal de rua Direita.”*⁶⁶⁴

O eixo vertical, marginal da Ribeira das Águas Quentes (Águas Vertentes), será de menor importância. Nasce do acesso às propriedades rústicas dadas de sesmaria no Vale da Oliveira a Rodrigo Anes em 1498⁶⁶⁵, da confinante Norte das sesmarias da Várzea dadas em 1491⁶⁶⁶ e do acesso às duas azenhas do ribeiro, a de Álvaro Borges, na esquina com a Praça Nova⁶⁶⁷ e a do Cubo a jusante.

Longe de ser uma rua apetecível devido ao tipo de solo pantanoso e ao cheiro das águas, só ganhará importância quando já no século Dezoito se opta por rasgar a Poente da Várzea uma nova ligação a Óbidos, retirando o tráfego da praça.

Discordamos por isso de que a Rua da Oliveira seja a principal via de acesso ao Hospital, hipótese defendida por Rafael Moreira. Este autor considera que tal percurso criava uma abertura perspectica com a fachada do hospital, a eixo com o seu imponente portal (feito em 1532), seguindo assim um desenho urbano italianizante⁶⁶⁸.

⁶⁶¹ Esta associação da toponímia de «Novo» e «Direita» com o estado e a importância do arruamento é defendido em Amélia Aguiar de Andrade – *Op. Cit.* p. 9.

⁶⁶² Vd. no geral a terceira parte.

⁶⁶³ Vd. capítulo 7.4.

⁶⁶⁴ Amélia Aguiar de Andrade – *Op. Cit.* p. 49.

⁶⁶⁵ Vd. AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 91. 23/4/1498. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 91. Documento citado no capítulo 3.2. da terceira parte.

⁶⁶⁶ Vd. AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 50-50v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 83-84. Documento citado no capítulo 3.2. da terceira parte.

⁶⁶⁷ *Idem.*

⁶⁶⁸ Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 50.

Rafael Moreira, seguindo a linha de raciocínio, tenta ver no triângulo viário composto pelas Ruas do Olival de Baixo, Rua Direita e Rua do Olival de Cima, ligando o Rossio, a Praça e o Cruzeiro na porta da vila “o famoso «tridente» da Piazza del Popolo em Roma realizado por Rafael em 1513 como «magister stradarum» precisamente ao lado da igreja de Santa Maria del Popolo.”⁶⁶⁹ Se, por um lado, o plano de Caldas é anterior à referida obra de Rafael, por outro, o autor confunde vários períodos de edificação, dando a mesma importância a vias rurais que à Rua Direita. Tal, deve-se à actual importância da Rua Camões centralizada com o edifício actual e confinante com o Parque, equipamento urbano de excelência do século Dezanove.

Contudo, se Rafael Moreira reconhece, embora com um ponto de vista anacrónico, que existiu planeamento urbano na implantação da vila, Jorge Mangorrinha afirma que não existiu planeamento urbano nas Caldas, justificando o aspecto orgânico da urbe como tendo havido uma ocupação desregrada do espaço envolvente ao Hospital e pela pouca aplicabilidade das teorias urbanas renascentistas em território nacional.⁶⁷⁰



671

⁶⁶⁹ Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 52.

⁶⁷⁰ Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 225.

⁶⁷¹ João Pedro Ludovice (atrib.) – *Plano da vila das Caldas feito no ano de 1742*. Original da BNL. Cópia digitalizada do PH. Nota: orientação invertida em relação ao desenho do plano e de outras plantas.

Com o crescer da importância do Rossio⁶⁷², os novos arruamentos gradualmente deixam de ter eixo na praça do Hospital e viram-se para este novo pólo. Assim, as ruas abertas nos antigos olivais (a Norte da ribeira) demonstram uma malha geométrica paralela à Rua Direita e perpendicular à Ribeira e ao Rossio. Estas ruas terão evoluído a partir de caminhos rurais, nas confinantes dos terrenos e também pela óbvia subdivisão do espaço quando este se torna necessário lotear⁶⁷³, desaparecendo o carácter rústico deste terreno e criando corredores de acesso entre a ribeira e o rossio, contrariando o planeamento original, além de que possuem uma largura mais reduzida cerca de 2,5m do que as artérias planeadas por Mateus Fernandes⁶⁷⁴.

A sua importância como arruamentos será posterior a 1659 pois Jorge de S. Paulo no seu levantamento da população das Caldas não refere estas ruas.⁶⁷⁵ Na verdade, mesmo em relação a todo o vale da Oliveira, onde só existiriam três habitações, verifica-se uma quase ausência de referências toponímicas por parte do cronista⁶⁷⁶.

Ao mesmo tempo que a Rua do Olival de Baixo e a sua paralela no fêsto da colina se vão estendendo ao longo da ribeira, não só pelo aumento de terrenos agrícolas mas também porque estas ruas irão constituir-se num eixo viário de ligação suburbana, portas de acesso das gentes do campo, ligando o Casal Novo e a Serra do Bouro à vila e seguindo pelo rossio e estrada que ligava ao Casal de Belver e ao Formigal⁶⁷⁷.

Será na confluência destas estradas para os suburbios, que se ligará a nova via de acesso a Óbidos⁶⁷⁸, já no século Dezoito retirando o tráfego principal da praça do Hospital, fazendo-o passar ao lado, no rossio, criando uma nova porta de entrada na vila, hierarquicamente mais importante do que a Rua Nova⁶⁷⁹.

⁶⁷² Sobre o qual nos debruçaremos de seguida.

⁶⁷³ Haverá também que ter em conta que várias azinhagas e serventias agrícolas evoluíram para novos arruamentos principais.

⁶⁷⁴ Haverá também que contar com as azinhagas, serventias e becos como solução de recurso para a articulação entre a rua e os espaços habitáveis. Local de despejos e de actividades que se querem longe do bulício das ruas.

⁶⁷⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I p.104.

⁶⁷⁶ Vd. capítulo 7.4.

⁶⁷⁷ Note-se que na Carta de demarcação do ficou era explícito que a estrada de ligação entre o Casal Novo e o Formigal passava fora do núcleo urbano (Casais de S. Jacinto) e entre a Serra do Bouro e Óbidos seguia o caminho paralelo ao Braço da Barosa, pelo Bairro da Sra. da Luz.

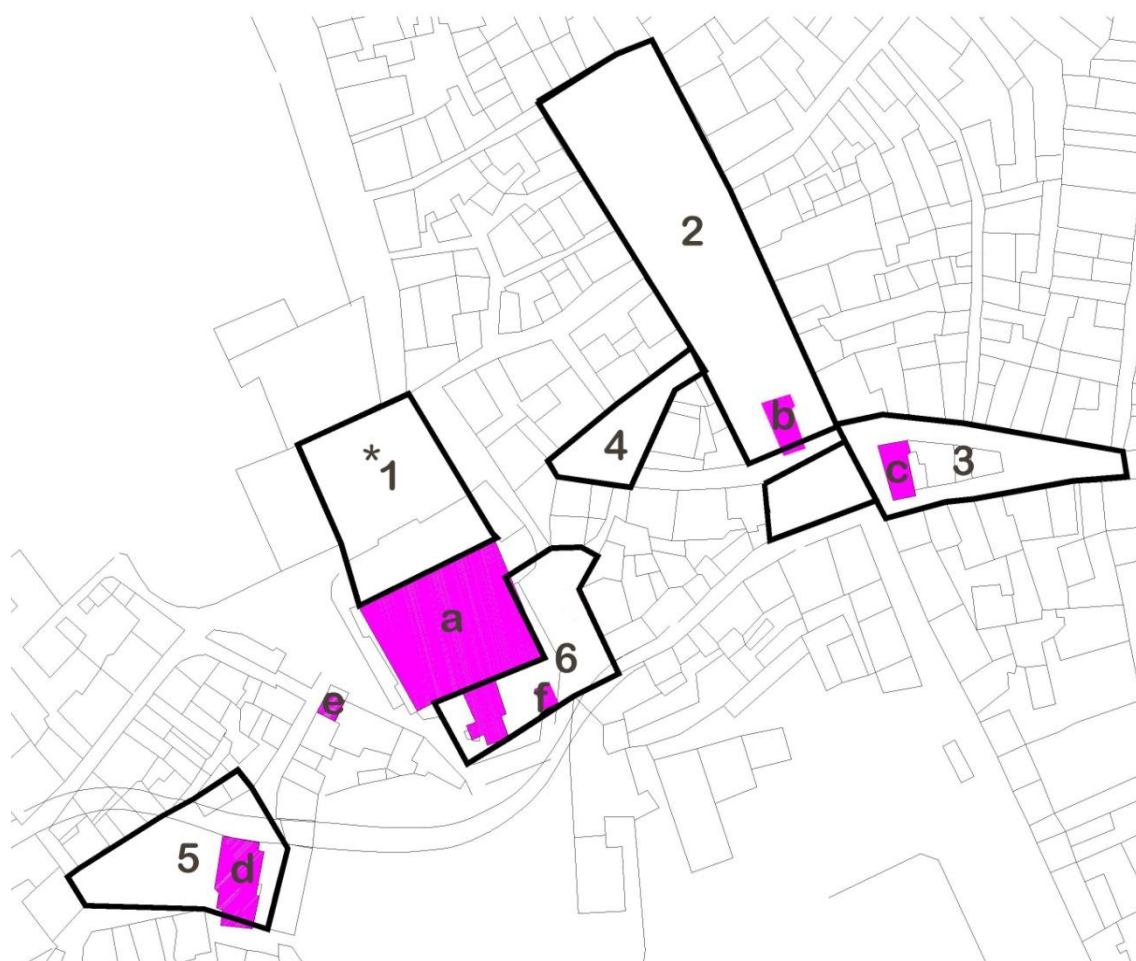
⁶⁷⁸ Contudo, este nó de acesso não é no local actual da Rainha, mas sim junto aos silos da EPAC. Como é visível na planta de 1742.

⁶⁷⁹ Vd. capítulo 7.4.

7.3. Os vazios da malha urbana: a praça, rossio e terreiro

“Assim como as plantas, os assentamentos humanos exigem determinadas condições para o seu desenvolvimento; porém, a vida da comunidade humana depende de condições muito mais complexas do que a vida vegetal. O que é comum a ambas é a existência de períodos que favorecem o seu crescimento, e de outros que o obstruem.

*Uma cidade constitui a expressão da diversidade de relações sociais que se fundiram num único organismo.”*⁶⁸⁰



681

Na praça central – Praça Nova – abriam-se, além da fachada principal do hospital, os outros equipamentos urbanos necessários ao funcionamento da vila. Anexos ao

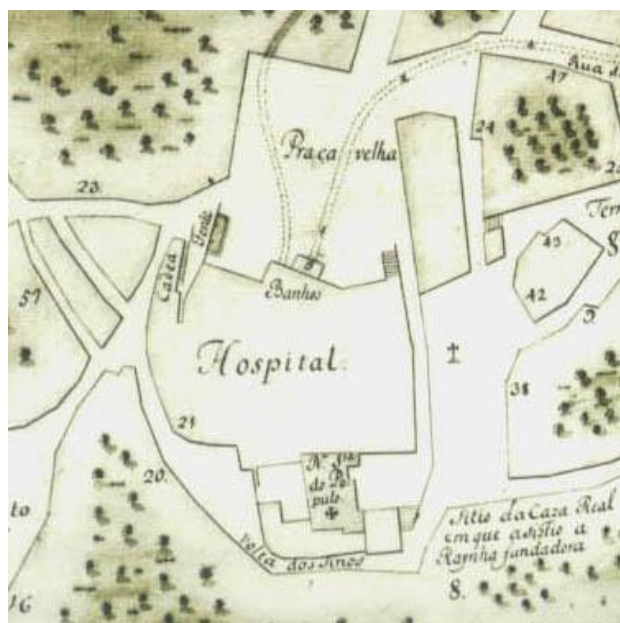
⁶⁸⁰ Sigfried Giedion – *Op. Cit.* p. 68.

⁶⁸¹ Os vazios urbanos: 1. Praça Nova; 2. Rossio; 3. Terreiro de S. Sebastião; 4. Terreiro das Galhas; 5. Rossio das Vacas (Terreiro do Espírito Santo); 6. Terreiro de S. Bartolomeu (Largo da Cruz Nova); a. Complexo de edifícios do Hospital (igreja, hospital, câmara, albergaria); b. Capela de N. Sra. do Rosário; c. Capela de S. Sebastião; d. Capela do Espírito Santo; e. Ermida de S. Silvestre; f. Ermida de S. Bartolomeu; * pelourinho.

hospital, de um lado a Câmara com a cadeia e o açougue, do lado oposto o Hospital dos Peregrinos, o chafariz principal da vila e o pelourinho (1533) no centro da praça⁶⁸².

O acesso à Praça Nova fazia-se paralelamente à fachada do hospital, contornando o chafariz da vila. Formalmente o espaço vazio da praça replicava o cheio dos edifícios, tendo aproximadamente a mesma configuração. A Poente, a praça fechava com algumas construções privadas, as mais abastadas da vila⁶⁸³, isolando-a do ribeiro das águas vertentes. Infelizmente não conhecemos quando é que foi encanada a água resultante dos banhos sob a praça, mas sabemos que já o estava em meados de Quinhentos⁶⁸⁴.

A praça Nova era essencialmente a «sala de visitas» da vila. Sendo o foco do plano urbano servia de articulação entre os vários arruamentos e as vias principais regionais que cruzavam a urbe. Era igualmente o espaço exterior do programa termal, sítio de espera e entrada nos banhos, local de ócio durante os meses de cura.



O ambiente desta praça seria tendencialmente instável, causado pela conjugação da aparente apatia das centenas de pessoas que diariamente se serviam dos banhos, na sua maioria de grupos desprezados pela sociedade tendencialmente pedintes (pobres andrajosos, chagosos e leprosos) que se deveriam acumular ao longo do pisoteio na diagonal da praça em paralelo com os mercadores da vila que ofereciam os seus

⁶⁸² A praça do Hospital era também o local do mercado, vd. capítulo 1 da terceira parte.

⁶⁸³ Casas sobradas privadas do provedor Álvaro Dias Borges, do tabelião e do escrivão.

⁶⁸⁴ Pelas confrontações da casa na esquina da praça com a Rua da Oliveira (Olival de Baixo).

⁶⁸⁵ Praça Nova (em 1742 era chamada Praça Velha) parcial do *Plano da vila das Caldas feito no ano de 1742*.

produtos ambos «disputando» os viajantes do percurso Óbidos-Alcobaça. Poderá ainda aliar-se também o facto que estes viajantes tinham de passar a Rua Nova, local de concentração dos homiziados, situação que lhes causaria alguma apreensão.⁶⁸⁶

Com o estender da vila para Norte, os arrabaldes da vila constituem-se no novo local apetecível, longe dos apertados espaços privados da parte a Sul, constituídos por casa-oficina/loja -quintal de artesãos que necessitavam de estar no percurso da clientela. No que viria a constituir-se como Rossio nascem as casas mais abastadas⁶⁸⁷, também fruto do sucesso económico derivado das quintas onde inicialmente se inseriam.

Daí que aos poucos se torne no novo eixo de desenvolvimento urbano, em parte devido à pouca pendente dos terrenos, mais propícios à edificação desafogada e, consequentemente, sinal de uma condição económica abastada, que permitia ao seu proprietário viver afastado das artérias comerciais mais centrais⁶⁸⁸; fruto, também, de alguma especialização de um sector da sociedade mais direccionado ao serviço medicinal e assistencial privado, que o Hospital contratava.

A câmara, desejosa de se independentizar do Hospital, vê neste espaço a oportunidade de controlar um novo ambiente comercial, livre do jugo dos provedores. Assim acontecia no rossio uma espécie de economia paralela ao Hospital, onde tinham lugar mercados periódicos de organização quase casuística⁶⁸⁹, enquanto a feira principal anual se continuaria a realizar na Praça do Hospital a 15 de Agosto.



Estes mercados funcionavam como um especial momento de encontro entre as gentes do campo e as da cidade, servindo para as trocas comerciais, incentivadas pelo grande número de potenciais clientes de fora (os viajantes, peregrinos e aquístas) que

⁶⁸⁶ Vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 33.

⁶⁸⁷ Vd. capítulo 5.2. da terceira parte.

⁶⁸⁸ Vd. Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 66.

⁶⁸⁹ Vd. capítulo 1. da terceira parte.

acorririam às Caldas, mas também para o pagamento dos foros ao Hospital⁶⁹⁰, tudo isto “transformava esses espaços, normalmente vazios e desinteressantes, em áreas cheias de cor, animação e variedade.”⁶⁹¹

Contudo, o domínio do Rossio por parte da Câmara só é efectivado nas reformas dos equipamentos urbanos após 1747, fruto da falta sustentabilidade financeira que dificultou o corte com o Hospital, mantendo-se até então num terrado continuamente pisoteado por todo o tráfego que passa na vila, demorando a renovar-se em praça.

Como é visível no plano urbano, os pequenos espaços vazios de construção resultam dos acertos intersticiais da adequação do desenho ao sítio. Os terreiros das Caldas estão associados a edifícios religiosos, espaços públicos por excelência de relações do microcosmo do bairro em que se inserem⁶⁹², ou seja de local onde era possível o encontro de número alargado de moradores para desenvolverem actividades religiosas, económicas, judiciais ou lúdicas, que como se associava aos edifícios religiosos secundários da vila podia ser identificado com o adro, e consequentemente com a zona cemiterial. Surgia, por isso, como um espaço de relação muito concorrido.

Estando em zonas excêntricas os terreiros, por um lado geravam “áreas de reserva, susceptíveis de contribuírem para minorar os problemas de alojamento gerados pelo contínuo fluxo de gentes em direcção aos núcleos urbanos”⁶⁹³, por outro garantiam o desafogo social da praça central, cheia de viajantes e enfermos à espera de vaga nos banhos ou de aquístas que deambulavam durante os dias de cura.

Embora ganhe autonomia própria no desenho, a praça central, que dispensa mais comentários, é o eixo de simetria da vila. No oposto desta simetria estão do lado Sul o terreiro do Espírito Santo, que inicialmente era chamado de Rossio das Vacas e do lado Norte, a lateral da ermida de S. Sebastião, criando um triângulo entre estes espaços vazios, marcando o que serão as três «portas» principais de acesso à vila, em que a presença dos edifícios religiosos se esforçaria por sacralizar⁶⁹⁴.

Formalmente os espaços vazios da vila resultam de três situações distintas: a praça nova é um trapézio geometricamente simétrico com o corpo do hospital balizado pelos

⁶⁹⁰ Vendo os registos dos bens de raiz do Hospital: “paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto” AH/HCR – Tombo da Fazenda do Hospital de 1587 fl.55v. – 65. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁶⁹¹ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p.73.

⁶⁹² Como veremos no capítulo 5. terceira parte, o formato de ocupação do espaço urbano acabou por definir quarteirões/bairros ligados a sectores específicos da sociedade, tal como a área ocupada pelos oficiais do Hospital ou a rua dos privilegiados.

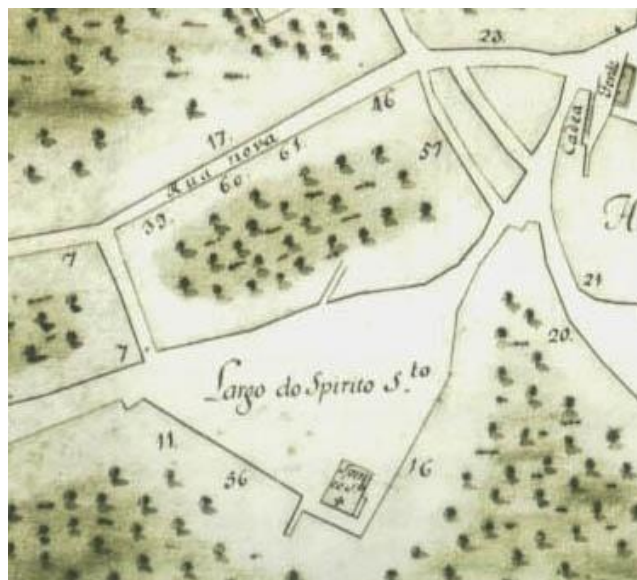
⁶⁹³ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p.35.

⁶⁹⁴ Vd. capítulo 2. da terceira parte.

arruamentos e o Rossio resulta do alargamento do arruamento pelo confronto entre o tráfego e o mercado à beira da rua que se vê forçada a alargar pelo aumento de vendedores e clientes.

A geometria dos terreiros das Caldas assume o formato triangular, resultante da bifurcação do percurso principal. O espaço intersticial dado pelo ângulo mais pequeno gera um pequeno alargamento, evitando o afunilamento. Este formato de espaço facilita a implantação em topografias acidentadas, permitindo que o percurso principal, que em geral corre paralelo ou perpendicular às curvas de nível, se subdivida articulando-se em dois percursos em pendentes mais favoráveis⁶⁹⁵. Por outro lado a praça rectangular teria de correr paralelamente ou perpendicular às curvas de nível, tal como acontece no Rossio.

O terreiro do Espírito Santo, ou das Vacas, resulta do antigo adro da ermida medieval, nascendo da pendente entre a antiga estrada principal e a pendente mais favorável à construção, tendo no lado menor a lateral da capela. O uso deste espaço público será dominado pelo comércio de animais, daí o topónimo e terá sido o primeiro centro nevrálgico da vila⁶⁹⁶, resultante da proximidade entre as habitações da Rua Nova e da proximidade com o principal fornecedor de géneros, a Várzea.

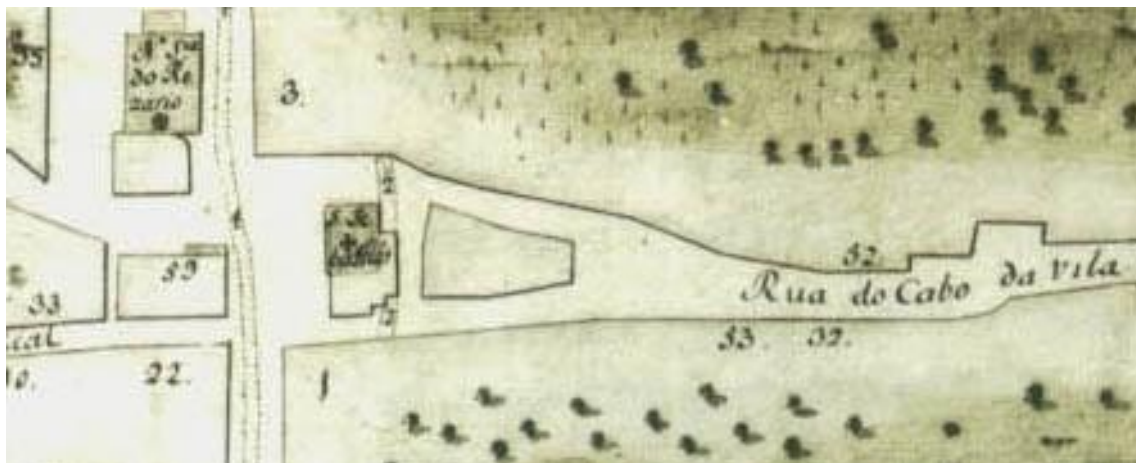


O terreiro de S. Sebastião resultara da união de várias vias, a que sobe o Rossio, a da antiga estrada principal e a rua paralela a esta, que deita para a lateral da igreja de N.

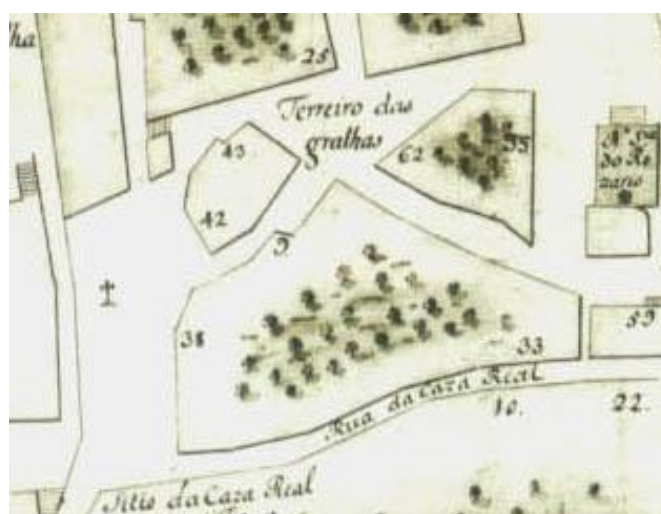
⁶⁹⁵ Maria Rosália P. Guerreiro – “Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, génese e formação” in *A praça na cidade portuguesa...* p. 24.

⁶⁹⁶ Saavedra Machado – *Op. Cit.* p.52.

Sra. do Pópulo, confluindo todas na estrada de acesso a Alcobaça. A construção da capela de S. Sebastião, em 1509⁶⁹⁷ ajudou a regularizar este nó de acessos. Na prática este terreiro servirá de zona de reserva para construção, tendo posteriormente⁶⁹⁸ sido reduzido com a construção de uma habitação no triângulo livre à lateral Norte da capela, perdendo-se como espaço vazio.



Resultante da via paralela à Rua Direita que confluía nas traseiras da Casa da Câmara com uma rua que se abria entre o Rossio e a porta principal (lateral Norte) da igreja de N. Sra. do Pópulo surge o Terreiro das Gralhas, de menor dimensão do que os outros dois terreiros, devida à articulação do plano ao terreno, abrindo a face menor à lateral do Hospital (sector da rouparia) ao nível do segundo piso do complexo hospitalar.



⁶⁹⁷ Vd. capítulo 2. da terceira parte.

⁶⁹⁸ Vd. capítulo 7.4.

Este terreiro tem um papel secundário no espaço urbano: por um lado, servirá de apoio ao Rossio⁶⁹⁹, sendo mesmo no século Vinte essa a sua utilização⁷⁰⁰, por outro, serve como acesso secundário ao Hospital, especialmente útil para acesso aos serviços, sendo que é junto a este terreiro que vivem os oficiais.⁷⁰¹

Constituindo espaços *non edificandi*, resultantes do prolongamento dos arruamentos quando o espaço entre estes era demasiado estreito para a construção, surgem duas pequenas praças que provavelmente, atendendo à localização, teriam funções cemiteriais.⁷⁰² Uma nas traseiras do complexo balnear, lateral a S. Bartolomeu e para a qual se abre a igreja de N. Sra. do Pópulo e que servia principalmente de rótula aos serviços de apoio ao Hospital, articulando as várias portas laterais e os edifícios complementares. A outra praça, que nesta fase nem sequer possui identidade própria, sendo o topo do rossio, resulta do espaço entre a antiga estrada principal, a sua paralela e a estrada do Formigal. Tal como o Terreiro de S. Sebastião, servirá de reserva para construção, na qual será construída uma habitação de dois pisos, por trás da capela de N. Sra. do Rosário construída em 1591 no topo do Rossio⁷⁰³.

⁶⁹⁹ “Há outra praça perto desta a que chamam Praça das Gralhas, onde na ocasião da grande feira, vendem ali as suas mercadorias aqueles que não cabem na Praça do Pelourinho [Rossio].” *Notícias interessantes da Real Villa das Caldas...* p. 41.

⁷⁰⁰ Servia de estacionamento e armazem dos vendedores.

⁷⁰¹ Vd. capítulo 5.2. da terceira parte.

⁷⁰² Vd. capítulo 2. da terceira parte.

⁷⁰³ Tal como alguns espaços vazios tornaram-se local de construção, a demolição de edifícios criou novos largos, como o actual D. Manuel (confinante Sul do hospital).

7.4. A evolução do tecido urbano e dos focos de construção

*“Assy que tanto que a Rainha D. Leonor pos a obra do Hospital em forma que ficasse capaz de curar algũs enfermos, e hera difficultozo acharensse as couzas necessarias pera a cura ordinaria; e seus mantimentos, por na terra não haver moradores que creassem galinhas, frangos, e vendenssem ovos &. tratou logo aconselhandosse com sua prudencia e entendimento do meyo mais conveniente para se acudir a estas faltas, e foy que pedio a El Rey D. Ioão seu marido quizesse conceder certos privilegios a trinta homes, e neste numero entrassem vinte homiziados, pera que viessem povoar este lugar, com condição que tivessem caza e vinha; e pera haver appozentos pera os novos moradores fez hũa rua de cazas iunto ao Hospital que se chama ainda hoie a rua nova por ser a primeira que se fabricou nesta villa das Caldas as quaes se afforavão aos que novamente vinhão povoar este lugar.”*⁷⁰⁴

Embora o estudo da evolução da ocupação do território urbano seja o objecto da terceira parte, é importante tentar compreender os focos de desenvolvimento do tecido urbano, nomeadamente no período restrito desde os primeiros habitantes até à ocupação da face Norte do Rossio, contemporânea com a construção da capela de S. Sebastião, isto é, num intervalo cronológico de cerca de trinta anos.

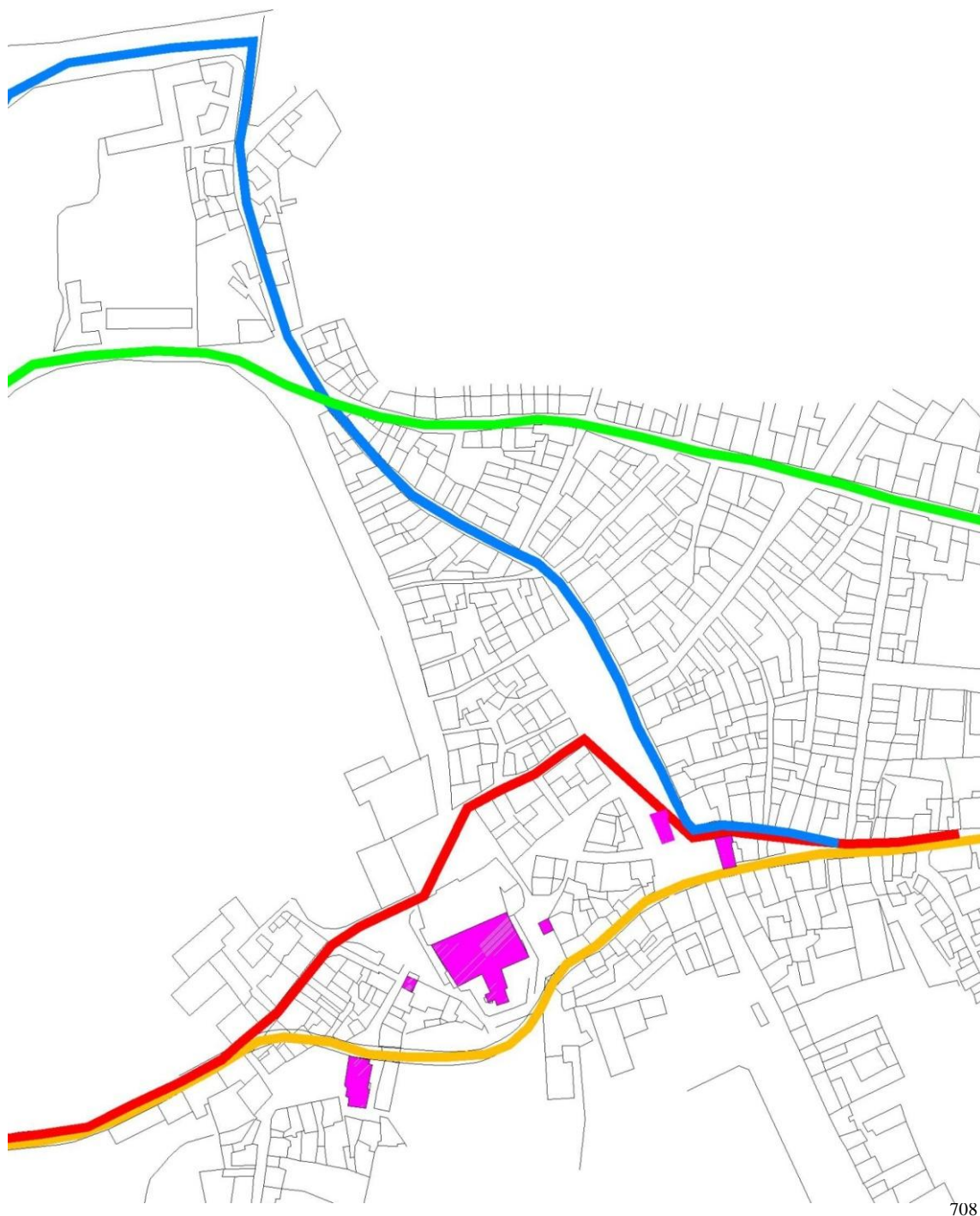
Com a evolução do tecido urbano foi também necessário repensar a forma como a vila era cruzada pelos eixos viários, tendo em conta inicialmente o estrangulamento provocado ao tráfego quando cruza a vila, desenvolvendo-se em três fases distintas: uma primeira fase, já referida quando se faz dirigir o eixo principal pela Rua Nova-Praça-Rua Direita-Rossio. Numa segunda fase, já no século Dezassete, com a multidão que se acumulava na Praça do Hospital, o tráfego da estrada Óbidos-Alcobaça entraria em conflito com o acesso ao Hospital. Fruto de uma diminuição do caudal de águas na ribeira⁷⁰⁵, possibilitou que se criasse uma nova via de acesso no aro peri-urbano – substituindo a passagem pela Praça e Rua Nova – cruzando-se com a estrada do Casal Novo a Poente do pântano das Águas Quentes, bifurcando depois na entrada da vila nas duas Ruas do Olival; ou se acedia ao rossio e continuaria o percurso para fora das Caldas ou, seguindo paralelamente à Ribeira, entrava-se então na Praça fronteira ao Hospital.⁷⁰⁶ Por fim, já no final do século Dezoito⁷⁰⁷ decidiu-se dirigir o tráfego pela Rua dos Arneiros, retirando-o totalmente do núcleo urbano.

⁷⁰⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I p. 97.

⁷⁰⁵ Resultante do uso dessas águas.

⁷⁰⁶ Vd. Saul Gomes – *Op. Cit.* p. 34.

⁷⁰⁷ Verificamos que na planta de 1747 a Rua dos Arneiros não tinha a largura dos outros arruamentos, referência toponímica, nem referências a habitações, sendo um caminho rural entre quintas. A transformação em via principal terá sido posterior.



708

Paralelamente, estas alterações fazem-se acompanhar de uma tentativa de sacralização das entradas na vila. Foram implantadas capelas junto dos principais acessos, nos terreiros do Espírito Santo e de S. Sebastião⁷⁰⁹. Posteriormente, com a passagem dos acessos pelos subúrbios, simplificou-se esta sacralização com a

⁷⁰⁸ Evolução dos eixos viários (estrada Óbidos-Alcobaça): A amarelo a estrada primitiva (medieval); a vermelho a primeira alteração (c. 1500); a azul a segunda alteração (c. 1700); a verde a terceira alteração (c. 1800). A violeta os edifícios públicos da vila.

⁷⁰⁹ Vd. capítulo anterior.

construção de cruzeiros nos principais nós: no vértice das ruas do Olival, no final da Rua do Jogo da Bola, no Pinheiro da Rainha e no final do Cabo da Vila⁷¹⁰.

Ao analisarmos a documentação existente, em especial as sesmarias e os registos de propriedades, verifica-se pela leitura das confrontações que mesmo nos primeiros documentos⁷¹¹ (1491) existia já uma bem definida toponímia, normalmente relacionada com os nomes habituais dos acidentes geomorfológicos: várzea, charneca, vale, barroca, redonda (monte redondo), penedo, pedras, ribeiro, aos quais se juntam regionalismos como arrife⁷¹² e a indicação da origem do caminho: estrada do Formigal, estrada de Óbidos, estrada do Casal Novo, estrada de Cornaga.

Contudo, nas áreas rústicas o avistamento destes acidentes geomorfológicos definiria os limites do espaço privado, mas no núcleo urbano a toponímia teria uma evolução mais complexa, por um lado seguiria os nomes comuns, fáceis de identificar para *os de fora*⁷¹³, tal como Rua Nova, Rua Direita, Praça Nova, aliados às tipologias do desenho urbano (rua, praça, terreiro, rossio, azinhaga, beco, etc.).

A par da expansão urbana, a especialização de determinados sectores e da importância de determinadas propriedades e proprietários, faz com que a toponímia siga o princípio de personalizar os arruamentos. Assim, surgem os topónimos da Rua da Oliveira (ou do Olival de Baixo) marginal do olival de Rodrigo Anes, a Volta dos Sinos, por passar por trás da igreja e quase ao nível dos sinos.

No campo das actividades económicas teremos a Rua dos Fornos, onde se situariam as olarias⁷¹⁴, o Rossio das Vacas⁷¹⁵, local do comércio de animais e a Rua do Jogo da Bola, antigo caminho da fonte.⁷¹⁶

Na onomástica, só uma pequena ruela ficou com o nome de morador e proprietário, o enfermeiro Diogo Homem⁷¹⁷, embora já no subúrbio se reconheçam locais como a Quinta do Moisés⁷¹⁸, o Casal da Joana Pacheca⁷¹⁹ e o Casal do Moreno⁷²⁰.

⁷¹⁰ Vd. mapa da vila de 1747.

⁷¹¹ Vd. documentos citados no capítulo 3.2. da terceira parte.

⁷¹² “*Regionalismo de origem árabe de interpretação plural, podendo indicar penedia, flanco de monte ou colina e «cabeço do monte»*”. in Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 33

⁷¹³ Vd. capítulo 7.2.

⁷¹⁴ A importância desta rua será posterior a 1575, pois no Tombo da fazenda do Hospital, esta rua surge como serventia das traseiras de duas propriedades sitas na Rua de Diogo Homem. Vd. capítulo 5.1. da terceira parte.

⁷¹⁵ Nome original do Terreiro do Espírito Santo.

⁷¹⁶ É assim que surge nas confrontações de propriedades em 1575. capítulo 5.1. da terceira parte.

⁷¹⁷ Curiosamente não encontramos nenhum documento que se refira a este homem. Desconhecemos se o enfermeiro tinha outra actividade económica. Contudo, podemos supor que tenha sido algum proprietário importante com morada no Vale da Oliveira, numa das três casas referenciadas por Jorge de S. Paulo

Contudo, desconhecemos o motivo do topónimo Terreiro das Gralhas. Talvez tenha a ver com a presença destas aves comuns em busca de algumas sementes e grãos deixados para trás pelos mercadores⁷²¹. Por outro lado, também pode ter origem no tipo de mercadores que o frequentam, os que não «cabiam» no Rossio:

“Há também a particularidade de que os que vêm vender a esta praça gastam o dinheiro em vinho, e também os filhos famílias que toda a semana trabalham para o seu pai, ao Domingo lhe dá este o seu ses vinténs, e estes bebem quatro cinco canadas de vinho, e vão para casa sem cambalearem, outra particularidade, e é que sucede à maior parte de gente não casarem sem primeiro experimentarem se são hábeis para isso⁷²², e muitas vezes verem primeiro a perfeição das suas obras, e o fruto do seu trabalho.”⁷²³

As restantes azinhagas, becos e ruelas secundárias ficaram anónimas, teriam topónimos locais, de interesse restrito dos seus ocupantes e usuários.

A expansão urbana também irá fazer alterar a toponímia: o terreiro das Caldas, fronteiro ao Hospital onde o provedor Álvaro Dias Borges dá a si próprio uma sesmaria em 1491⁷²⁴, torna-se obviamente a Praça Nova; contudo, ao perder importância no panorama urbano passa a Praça do Hospital (c. 1656), depois a Praça Velha (c. 1742) e a Largo da Copa (c. século Dezanove).

O terreiro no arrabalde junto à Quinta do Moisés e do Francês torna-se Rossio, depois Rossio do Concelho e Rossio da Vila⁷²⁵. O Rossio das Vacas recebe o nome da sua capela (Espírito Santo) provavelmente com o restauro e ampliação desta em 1552⁷²⁶.

A Rua da Oliveira, topónimo dado por marginalizar o vale da Oliveira, com o ganhar de importância da estrada do Casal Novo, toma o nome de Rua do Olival de Baixo, em contraponto com a via de acesso ao Rossio, Rua do Olival de Cima.

nesta zona. Nos Tombos da fazenda do Hospital (1532 e 1575) a rua vem identificada com “na rua onde viveu Diogo Homem”. Vd. também o capítulo 4. da terceira parte.

⁷¹⁸ No topo Norte do Rossio.

⁷¹⁹ Entre o terreiro do Espírito Santo e a nascente do aqueduto. Vd. capítulo 4.

⁷²⁰ Actual Bairro das Morenas.

⁷²¹ Vd. Rui Forsado – *As ruas das Caldas: achegas para a toponímia caldense*. Caldas da Rainha: Tip. Caldense, 1937.

⁷²² A *Loja do Bilhar*, era na esquina desta praça. Vd. mapa na p. citada na próxima nota.

⁷²³ *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas...* p. 41.

⁷²⁴ Vd. documento em anexo e próxima citação.

⁷²⁵ No *Tombo da Fazenda* (1575) a utilização em simultâneo deste topónimos. Vd. capítulo 5.2. da terceira parte.

⁷²⁶ Hoje Largo de S. João de Deus.

A estrada do Formigal, será Cabo da Vila até ao final do cercado da confinante a Norte da Horta do Hospital, mas já no século Dezoito passa a ser Calçada da Rainha e o Cabo da Vila a estrada de Alcobaça depois do Terreiro de S. Sebastião.

Por fim, na actualidade só a Volta dos Sinos mantém o seu nome original de quando deixou de ser estrada principal e se tornou rua urbana.

Como é óbvio as primeiras construções na vila⁷²⁷ são no local do Hospital e no estaleiro, onde se situavam as acomodações da rainha, paralelamente à Albergaria do Espírito Santo. Será logo em 1491 que o provedor Álvaro Dias Borges dará a si próprio de sesmaria um terreno defronte ao Hospital na esquina sobre a ribeira onde fez uma azenha e mais tarde casa sobrada⁷²⁸.

*“huu chaao acerqua das ditas caaldas no tirejro delas pera hua acenha e pisom que em ellas fez pera moerem com a dita aguoa”*⁷²⁹

Paralelamente começavam a definir-se os primeiros habitantes privilegiados, vindo habitar no mesmo ano as novas casas que o Hospital estava a construir na Rua Nova⁷³⁰. No espaço compreendido entre as traseiras destas casas e o Terreiro do Espírito Santo instalar-se-á o clero da igreja de N. Sra. do Pópulo, que entretanto em 1496 estava aberta ao culto⁷³¹.

Será com a conclusão da primeira fase das obras do Hospital, por volta de 1507 que os oficiais da Instituição tomam as casas a si destinadas⁷³² junto ao Terreiro das Gralhas. Dos mesmos anos serão as casas da Rua Direita⁷³³, construídas com dinheiro próprio pelos primeiros habitantes com capacidade económica mais elevada⁷³⁴ que não se queriam misturar com os privilegiados e homiziados da Rua Nova⁷³⁵.

⁷²⁷ Seguiremos de forma sucinta a documentação transcrita em anexo, sendo que na terceira parte se desenvolverão mais aprofundadamente as construções *privadas* na vila.

⁷²⁸ Vd. capítulos 3.2. e 5.2. da terceira parte.

⁷²⁹ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 49v. [?/10]/1491

⁷³⁰ Encontramos resumos sobre a expansão urbana nas Caldas em: João Bonifácio Serra – *Op. Cit.* p. 109.; Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 226.; Paulino Montez – *Caldas da Rainha: um plano de extensão, de regularização e de embelezamento da cidade, Estudos de Urbanismo em Portugal*, n.º 4. Lisboa: Portugal-Brasil, Lda. 1941. Peças escritas.; Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 33-36.

⁷³¹ Vd. as Bulas no capítulo 4.2.

⁷³² Médico, boticário, escrivão, enfermeiro e hospitaleiro.

⁷³³ Por não terem vínculo fiscal ao Hospital conhecemos muito pouco dos moradores desta Rua.

⁷³⁴ De mesteres específicos ligados à saúde, tais como boticário, físico, sangrador, etc. Não oficiais nem foreiros do Hospital mas que beneficiavam da proximidade deste para vender os seus serviços. Vd. capítulo 5.2. da terceira parte.

⁷³⁵ Vd. João Bonifácio Serra – *Op. Cit.* p. 109.

Já em 1519 o Hospital empraça várias parcelas no Rossio, na face Sul.⁷³⁶ No lado oposto o provedor Jerónimo Aires construiu casas em 1527, tendo sido três anos depois vendidas. Na mesma face do Rossio, conhecem-se pelo menos mais quatro propriedades transaccionadas pelo Hospital nos anos de 1529 a 1533.⁷³⁷ Verifica-se igualmente nos textos de Jorge de S. Paulo que o desenvolvimento de novas edificações na face Norte do Rossio se fez de Poente para Nascente, sendo a última área a ocupar as imediações da nova capela de S. Sebastião⁷³⁸.

O vale da Oliveira conhecerá a última fase de expansão documentada para este trabalho, tendo somente conhecimento de construções posteriores a 1540 ainda numa fase em que o sítio era maioritariamente *chão de lavra*⁷³⁹. O atraso da urbanidade nesta zona da vila é visível no arrolamento das propriedades por Jorge de S. Paulo em que a toponímia permanece indefinida⁷⁴⁰, demonstrando que as Ruas dos Fornos, de Diogo Homem e do Olival de Cima serão na altura simples azinhagas e caminhos rurais ainda sem expressão em 1656.

Fora deste esquema de expansão urbana são as construções em locais específicos como as azenhas (azenha do cubo) e as habitações relacionadas da família proprietária (casas de quinta), surgindo fora do núcleo urbano, nas fases iniciais sendo aos poucos englobada pelo estender da urbe sobre os terrenos agrícolas.

*“cahirão estas cazas por serem de pedra e barro, e porq não rendião nada mandou o p.e Iacome de S.ta M.ª pollas em pregão.”*⁷⁴¹

A precaridade das primeiras construções⁷⁴² obrigaria constantemente à reconstrução dos fogos. Paralelamente à expansão para Norte, verifica-se uma constante alteração na tipologia da habitação, nomeadamente no tipo de estrutura e número de pisos, sendo o período entre 1529 e 1577 caracterizado em termos urbanos por obras de reconstrução⁷⁴³: na Rua Nova⁷⁴⁴, no Terreiro do Espírito Santo⁷⁴⁵ e no Rossio⁷⁴⁶.

⁷³⁶ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 226.

⁷³⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III pp. 330-331.

⁷³⁸ A casa por trás de S. Sebastião é posterior aos registos de 1532.

⁷³⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III p. 334.

⁷⁴⁰ *Idem.*

⁷⁴¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III p.330.

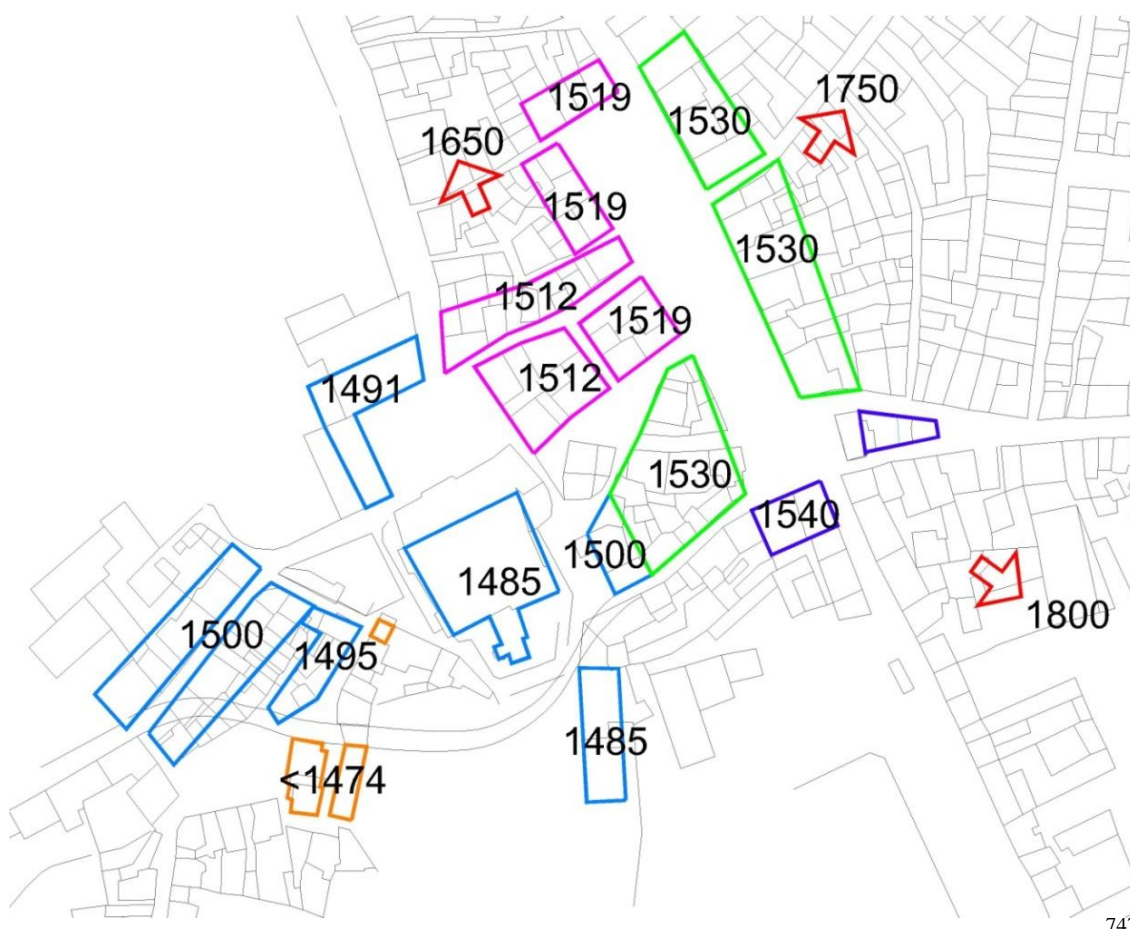
⁷⁴² Vd. as razões apontadas no capítulo 3.

⁷⁴³ Dados do arrolamento de propriedades levantado por Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III pp.311-341.

⁷⁴⁴ Casas sobradadas em 1529 e 1534.

⁷⁴⁵ 1529, 1559, 1574.

⁷⁴⁶ 1535 e em 1577 (casas sobradadas e alterosas no meio do Rossio).



747

Esta constante modificação na morfologia da casa da vila (habitação-oficina/loja-quintal)⁷⁴⁸ aos poucos transforma o carácter rural da vila, composto por uma percentagem de área de construção reduzida em relação à área de solo arável, num espaço urbano por excelência, invertendo esta percentagem, chegando a 1656 com somente quinze lavradores⁷⁴⁹ num total de 193 famílias.

Sucintamente poderemos considerar que a evolução demográfica das Caldas passou das iniciais 4 famílias em 1474 para 30 famílias privilegiadas em 1488 e 40 em 1501; em 1527⁷⁵⁰ foram registadas 70⁷⁵¹ e Jorge de S. Paulo⁷⁵², em 1656, contou 193 vizinhos, demonstrando um ritmo de crescimento demográfico constante.⁷⁵³

⁷⁴⁷ Esquema simplificado dos focos de expansão urbana da vila.

⁷⁴⁸ Vd. Capítulo 5. da terceira parte.

⁷⁴⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III p. 384. Tornada tinha 20 lavradores, Coto 11, Amoreira de Óbidos 39, etc.

⁷⁵⁰ Por comparação Óbidos tinha 160 vizinhos.

⁷⁵¹ Curiosamente se somarmos os privilegiados aos oficiais verificamos que são 64. Sobrando 6 famílias sem vínculo com a instituição.

⁷⁵² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I p. 104.

⁷⁵³ No capítulo 3. e 4. da terceira parte iremos aprofundar este assunto, referindo os moradores nas Caldas e os seus ofícios.

Porém não poderemos descurar os habitantes sazonais: por um lado nos primeiros anos, a mão-de-obra no estaleiro e por outro, posteriormente, os 600 a 700 aquístas⁷⁵⁴ no final do século Dezassete e mais de mil em 1656⁷⁵⁵ que por época balnear⁷⁵⁶ se acomodavam nas Caldas.

“A vila das Caldas

Da Rainha Nossa Senhora

A vila das Caldas que he delRei Nosso Senhor, tem no corpo da vila 70 vizinhos, dos quaes sam 6 clerigos e 10 viuvras e o mais he povo.

E tem o termo seguinte:

= item Aldea do Casal Novo tem 8 vizinhos

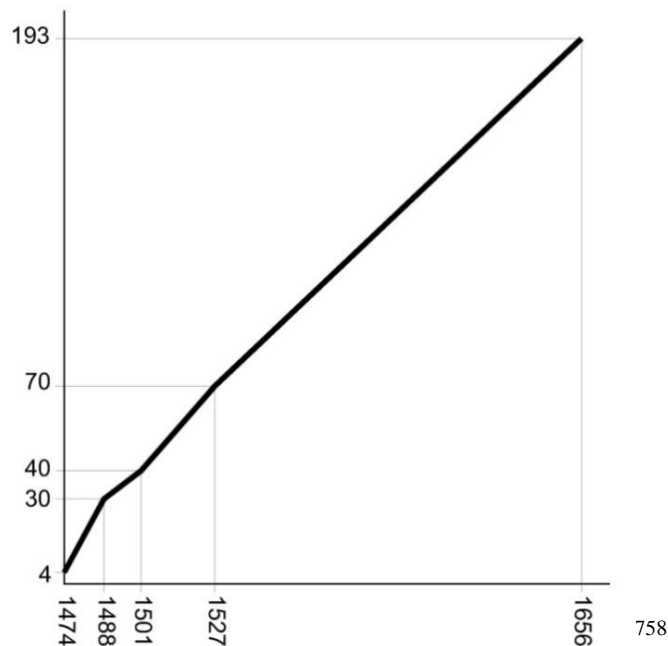
= item o Casal do Campo, 2

= item o Casal do Avenal, 1

= item tres moendas do Cubo, e Acenha Nova e Acenha dos Matos, 3 vizinhos

Esta vila das Caldas tem de termo mea legoa ao redor da vila para todas as partes.

Parte com o termo da vila dObidos. O qual termo çerqua toda esta vila de maneira que as Caldas fiqã de dentro do lemite do dito termo dObidos, e por assi ser asinarão no priprio o juiz e escrivão das Caldas a 12 de setembro de 1527. – Jorge Fernandez, o escprevy Soma ao todo, 86 vizinhos.”⁷⁵⁷



⁷⁵⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II p. 324.

⁷⁵⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II p. 81.

⁷⁵⁶ A época balnear nas Caldas durava sensivelmente entre meados de Abril e meados de Outubro.

⁷⁵⁷ Dados recolhidos pelo escrivão da comarca Jorge Fernandes a 12 de Setembro de 1527 [apud] Braamcamp Freire – “Povoações da Estremadura no XVI século” in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VI, n.º 7, Julho de 1908, p. 251. Também citado por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 346.

⁷⁵⁸ Gráfico da evolução demográfica da vila das Caldas, segundo os dados existentes e apresentados.

8. Os edifícios do Hospital: evolução do edificado até 1533

“(…) fazemos saber que consyderando nos como algus enfermos se vjnham curar aos banhos que estaam junto da Villa dobidos onde ora e a Villa das Caldas e muitos recebjam ay sauude de djversas Infirmydades e por naam haver ay cazas nem recolhimento pera os enfermos que a elles vjnham se poderem gasalhar e assy por ay nam acharem mezhnhas nem terem quem os curase em suas doencas se partjam muito antes de acabarem de tomar os bannos que pera a cura lhes eram necessarios e outros deixavam de vjr aos dectos banhos por ser logar despovado e desesperarem de se ay poderem repayrar E vendo nos quanto servjco de Nosso Senhor e bem de muitos enfermos e pobres Seja fazermos no decto lugar cazas grandes e repartidas em q os q pera se curarem de suus ynfirmydades vjessem se podessem bem agasalhar E como principalmente he necessario fazer hy huu esprytal bem repairado e abastado de leytos e camas e matimentos e mezhnhas e de todalas outras cousas pera mantimento e repayro dos enfermos e pobres necessaryas Determynamos por servjco de Noso Senhor e da bem aventurada gloryosa sempre vjrgem Sancta Maria sua madre Nosa Senhora E por salvacaam da mynha alma mandar fazer em o decto lugar casas taes como pera servyr as obras de caridade e mysericordia E pera que homees e molheres apartadamente assy nos banhos como nas casas se poderem remediar e curar de suas doencas. E bem assy mandamos fazer hum esprital com haas dectas cazas e banhos. E pera os enfermos todos outros possam ouvyr cada um myssa. E terem a quem lhes mynistre os sacramentos da Confissaa e da Comunhaam. Mandamos fazer hua nobre jgreja de nossa Senhora do Populo em que pera sempre digam Myssas e celebrem os outros officios djuynos e mynistrem os sacramentos. Huum vygairo e trees capellaaes hordenamos que sempre na decta jgreia hy sempre sirvam. As quaes obras com a graca de Noso Senhor ja de todo temos bem acabadas e postas em aquella perfeicam que pera noso senhor hy servydo e se fazerem as obras de caridade que temos devacoo que pera sempre se faram parecer convenyente. Honde prazendo a noso senhor sempre os pacyentes que ao decto esprytal e banhos se forem curar poderaa achar provyr e remeedio pera aas ynfirmydades quer das almas como dos corpos. A qual Jgreia temos dotado e fornjcuda de cruces calizes e de todallas outros vasos douro e de prata e de hornamentos de panno dojro e de todas as cousas e partencas que pera servyco de Noso Senhor e de sua gloryosa madre e da Sancta Jgreia bem poderam abastar e assim mandamos logo dar para o Esprytal muitas roupas e vestidos para os enfermos e todas as alfaias e coisas que para o dito Xprital e de reparo e provimento dos enfermos nos pareceraao necessarias e mandamos casas para aposentamentos dos sacerdotes que em a dita Jgreja haam de servir e para todos officiaes e servidores do dito Xprital e para alguuas outras pessoas que na dita Villa moraam ou dos que aa dita Villa forem ou por ali passarem poderam ser gasalhados (...)”⁷⁵⁹

⁷⁵⁹ Doação das Rendas e Direitos de Jugada de Aldeagalega ao Hospital. 11 de Dezembro de 1508 BPADL – Doc. 29. Foi parcialmente transcrito por Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital...* E citado por Ivo Carneiro de Sousa – *Um Hospital do Populus...* p. 94. Transcrito com correcção ortográfica por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 11-14 e por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 300-303. Transcrito em anexo (documento 16).

8.1. O Hospital como equipamento urbano

O principal objecto dos estudos feitos sobre as Caldas é, como seria de esperar o seu Hospital, seja na vertente da história das instituições seja sobre o seu papel na história da medicina em Portugal. Neste trabalho, sendo o objecto a urbe no seu todo, a Instituição será tratada como o equipamento urbano de excelência, motor de desenvolvimento central da vila importando-nos o espaço real ocupado pelo edificado e o seu contributo para despoletar a ocupação humana das terras ao redor.

Como referimos no capítulo anterior, as Caldas são um paradigma de desenvolvimento urbano pelo facto de colocarem no seu centro um equipamento que geralmente era repudiado para os arrabaldes, situação pioneira no país, demonstrativa da mudança de mentalidade sobre o encarar a doença e a assistência médica.

O grande grupo de equipamentos públicos que na época se consideravam hospital⁷⁶⁰, isto é todos os que tinham como objectivo a cura ou o alívio de doenças, deixa-nos relutantes sobre o número de instituições que prestavam cuidados de saúde. Aponta-se para cerca de 500 unidades de assistência médica, das quais 209 seriam denominadas pelo título genérico de hospital⁷⁶¹. O período pós reconquista será prolífero no apoio e na construção, de iniciativa régia, que reuniam num único edifício as várias unidades dispersas, paralelamente com o despoletar da incipiente ciência médica⁷⁶².

Em paralelo com a fundação das termas das Caldas, poderemos incluir na mesma fase – com mecenato régio – os Hospitais de Jesus Cristo em Santarém e do Espírito Santo em Évora⁷⁶³. Na capital são dados os primeiros passos para a unificação dos pequenos hospitais numa unidade central: o futuro Hospital de Todos-os-Santos⁷⁶⁴, processo que decorre entre 1479 e 1492⁷⁶⁵, o qual não viria, de facto, a dissolver

⁷⁶⁰ Por não ser motivo principal de estudo, julgamos inoportuno tecer longas considerações sobre a assistência social e médica na época, daí que se faça referência a obras específicas da História da Medicina, optando por autores que se dedicaram ao estudo do edificado em especial à mancha urbana ocupada por este tipo de equipamentos.

⁷⁶¹ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 68.

⁷⁶² Vd. Fernando da Silva Correia – *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: 1946. p. 128.

⁷⁶³ Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 32.

⁷⁶⁴ “(...) mas que colhe também para matizar algumas ideias que procuraram exacerbar a dimensão centralizadora da intervenção régia no mundo assistencial das últimas décadas do século XV e primeiros anos de Quinhentos, expressando-se na célebre edificação, na capital, do Hospital de Todos-os-Santos.” Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 319.

⁷⁶⁵ Primeira pedra da obra lançada a 15 de Maio deste ano.

definitivamente outras experiências assistenciais públicas e privadas lisboetas⁷⁶⁶, contando-se por exemplo a fundação por D. Leonor do Hospital de Santana erguido no Terreiro Velho do Trigo em 1502⁷⁶⁷ entre outros de iniciativa monástica⁷⁶⁸.

Para além da vontade régia de fundar *obras pias*⁷⁶⁹, centros de serviços de misericórdia, os hospitais da viragem de século são grandes edifícios funcionais, compostos por várias valências de serviços dispostos de forma racional segundo uma ideia básica⁷⁷⁰, que claramente foi evoluindo a par das experiências de campo realizadas⁷⁷¹, visível até no atraso entre o arranque dos serviços e a redacção do *Compromisso do Hospital das Caldas*⁷⁷².

*“Ao contrário dos «hospitais» medievais, pequenas ou até minúsculas instituições privadas que podiam servir ao mesmo tempo de albergaria para peregrinos e viajantes, de hospício para indigentes e de recolha e tratamento de doentes, numa amálgama de funções que se traduzia na sua aparência desorganizada, dispersa por casas improvisadas sem expressão arquitectónica própria.”*⁷⁷³

Porém, o programa das edificações hospitalares, se se pode reconhecer o pioneirismo nacional em Caldas, é baseado na larga experiência do norte de Itália, conhecida do casal real por intermédio das relações com o Convento das Muratte de Florença, com o qual D. Leonor mantém uma intensa troca de correspondência⁷⁷⁴ e do gosto estético florentino que pretendiam instaurar no país⁷⁷⁵.

O grande hospital de Lisboa⁷⁷⁶, obra que decorre entre 1492 e 1504, terá sido iniciado por Mateus Fernandes mas o seu aspecto final será do traço de Boytac⁷⁷⁷, possuindo um planeamento bastante cuidado e funcional, tendo por base a tipologia cruciforme de longos corredores (enfermarias e serviços) que se cruzam com o corpo da

⁷⁶⁶ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 319.

⁷⁶⁷ Vd. *Idem*.

⁷⁶⁸ Vd. Irisalva Moita – “*Lisboa no Século XVI*” in Irisalva Moita (coord.) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte. 1994. pp. 139-167.

⁷⁶⁹ Visíveis no testamento de D. João II para dotação de 2.625 mil reais para as obras pias.

⁷⁷⁰ Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 33.

⁷⁷¹ Vd. Fernando da Silva Correia – *A arquitectura do Hospital de Todos-os-Santos: subsídios para a sua história*. Lisboa: separata do *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*. 1948. pp. 11-32.

⁷⁷² Vd. capítulo 4.5.

⁷⁷³ Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 33.

⁷⁷⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* Parte III.

⁷⁷⁵ Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* pp. 23-31.

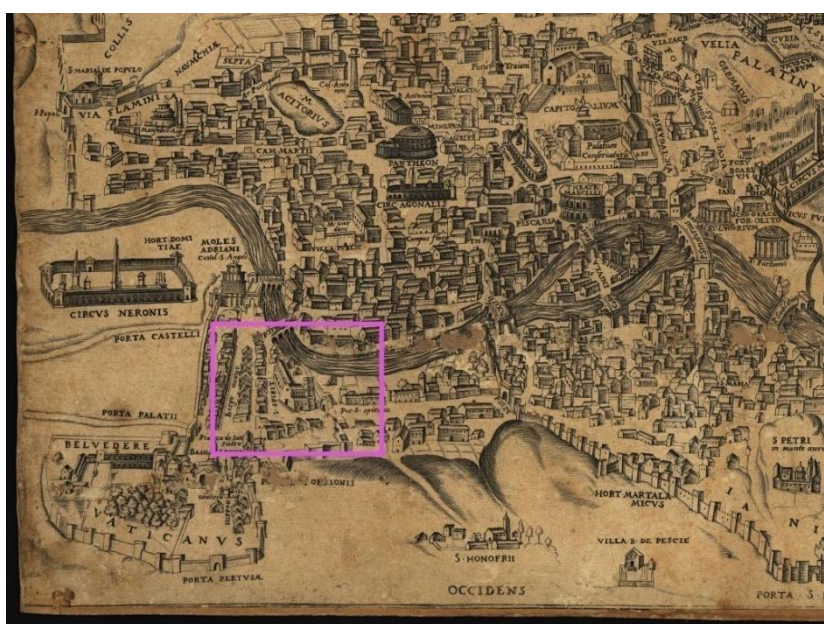
⁷⁷⁶ Sobre a inserção urbana do Hospital de Todos-os-Santos Vd. Irisalva Moita – “*Lisboa no Século XVI*” in Irisalva Moita (coord.) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte. 1994. pp. 139-167.

⁷⁷⁷ Vd. Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 52. Na sua opinião o Hospital de Todos-os-Santos terá sido iniciado por Mateus Fernandes.

igreja⁷⁷⁸. Situação que Rafael Moreira reconhece nos hospitais de Sta. Maria Nova em Florença (1334), o da Scala de Siena (1440), o de Pavia (1450), o Ospedale Maggiore de Milão (1456) e o Santo Spirito em Roma (1474)⁷⁷⁹.



780



781

⁷⁷⁸ Vd. a reconstituição feita por Irisalva Moita (coord.) – *V Centenário do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: Correios de Portugal. 1992. p.14. Vd. também a maqueta do Instituto dos Hospitais Cívicos de Lisboa in Paulo Pereira – *Op. Cit.* p.76.

⁷⁷⁹ Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* pp. 33-34. Poderemos considerar também aqui algumas soluções semelhantes em Espanha.

⁷⁸⁰ Ospedale Maggiore de Milão, imagem parcial da: [s.a.] – Vista geral da cidade de Milão. 1581, cópia digital da BNL digital cota: cc-350-a_0001_1_p24-C-R0072.

⁷⁸¹ Hospital do Santo Spirito em Roma, imagem parcial da: Pirro Ligorio – Vista geral da cidade de Roma. c.1510, cópia digital da BNL digital cota: cc-155-v_0001A2_1_p24-C-R0090.

A planta do Hospital de Todos-os-Santos, tal como os referidos hospitais italianos, segue um formato de cruz grega⁷⁸², onde o cruzamento dos vários braços permite a articulação dos acessos entre as várias valências e serviços, replicando o claustro dos cenóbios, embora de forma coberta. O corpo principal, geralmente mais elevado, encontra-se inserido num quadrado em que os serviços ocupam as áreas periféricas articulando-se por quatro pátios centrais⁷⁸³.



Contudo, onde reconhecemos maior similitude do plano das Caldas com os hospitais norte-italianos é na tratadística, onde o *Ospedale de Sforzinda*, idealizado por Filareto (António Averlino⁷⁸⁵), no seu *Libro Architecttonico* de 1465⁷⁸⁶, possui as características base da obra das Caldas: o edifício principal, com uma fachada monumental de três níveis, de arcadas e varandas; a igreja surge a eixo, num plano

⁷⁸² Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* pp. 33-34.

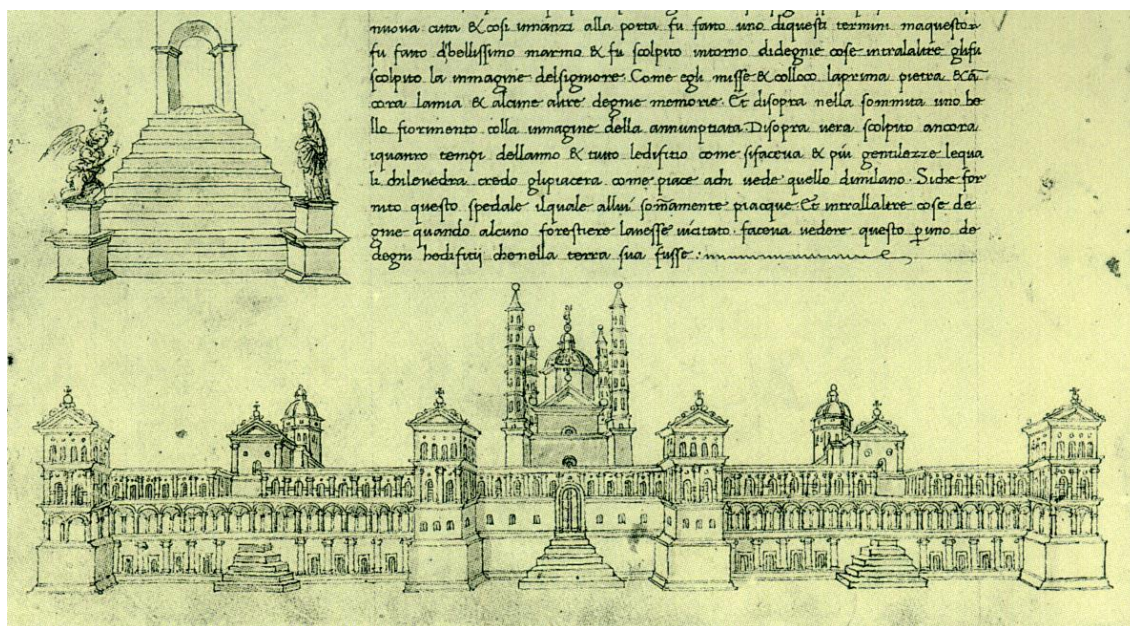
⁷⁸³ Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 73.

⁷⁸⁴ Hospital de Todos-os-Santos (legenda com o n.º 4), imagem parcial da: [s.a.] – Vista geral da cidade de Lisboa. 1590, cópia digital da BNL cota: cc-142-p2_0001B2_1_p24-C-R0150.

⁷⁸⁵ O arquitecto florentino António Averlino é o autor do *Ospedale Maggiore* de Milão.

⁷⁸⁶ Biblioteca Nacional de Milão – *Codex Magliabechianus II*, 140. [apud] Veronica Biermann – *Teoria da Arquitectura, do renascimento aos nossos dias*. Lisboa: Tachen. 2006. pp. 16-26.

recuado, mais elevado do que o corpo principal; dois outros templo mais pequenos afastados do edifício contribuindo para a simetria global. Curiosamente Filareto também colocava a ladear o portal principal duas esculturas da *Cena da Anunciação* – o anjo S. Gabriel e a Virgem – situação que, como veremos no próximo capítulo, veio a acontecer nas Caldas⁷⁸⁷.



788

A adaptabilidade destes planos à realidade termal é testada nas Caldas onde, paradoxalmente, Mateus Fernandes devido às condicionantes técnicas de ter de colocar as piscinas num local exacto, irá criar vários problemas de interacção dos serviços. Embora exista a grande rótula central do plano – a sala da Copa – a opção em parte estranha de colocar a igreja nas traseiras e não no primeiro plano de fachada e os serviços todos do mesmo lado, obrigará a percursos pelo exterior do complexo, fruto da opção por uma planta em T⁷⁸⁹ em vez do plano em +, mais comum à tipologia hospitalar. A resolução destes erros do plano irá obrigar a obras constantes, culminando na demolição do edifício em 1747 por verificar-se a sua falta de funcionalidade e até de salubridade.

⁷⁸⁷ Ambas as esculturas, datadas de 1533, estão actualmente na torre sineira da igreja de N. Sra. do Pópulo. Vd. próximo capítulo.

⁷⁸⁸ Biblioteca Nacional de Milão – *Codex Magliabechianus II*, 140. fl. 83v. [apud] Veronica Biermann – *Op. Cit.* p. 23. Pormenor.

⁷⁸⁹ Vd. próximo capítulo.

Como veremos no próximo capítulo, julgamos que o plano inicial não contemplaria a dimensão final da operação.⁷⁹⁰ O programa fundacional, que poderemos antever na *Carta de doação das Rendas e Direitos de Jugada de Aldeagalega ao Hospital*⁷⁹¹, será no decorrer da obra reavaliado, verificando-se uma disparidade entre a capacidade e a procura.

Ao contrário de Rafael Moreira, consideramos que a falta de funcionalidade da estrutura hospitalar não se deve à inabilidade de Mateus Fernandes em conciliar espaços uniformes com a necessidade de articulá-los⁷⁹², mas sim às descuradas ampliações da segunda década do século Dezasseis.⁷⁹³

O estrangulamento do vale e a posição das piscinas impossibilitaram a articulação dos anexos dos serviços com a sala da Copa. Assim, este espaço central para onde nos hospitais de traço italiano derivavam todas as portas das valências, nas Caldas será uma simples sala de distribuição para as piscinas e enfermarias. Tanto a igreja como os serviços, que paralelamente também se vão multiplicando⁷⁹⁴, tinham acesso por azinhagas e becos de uso comum da vila, obrigando a percursos de longas distâncias e mesmo níveis diferentes.

Cumulativamente, anexam-se perpendiculares à fachada principal o hospital dos peregrinos que acumula as funções de albergaria, convalescença e cuidados médicos à vila e no lado oposto da praça a Casa da Câmara, com cadeia e demais serviços públicos da vila.

Em resumo, o complexo do Hospital das Caldas é no período em estudo uma obra em progresso, vítima de um programa sub-dimensionado e de experiências funcionais nem sempre bem sucedidas.

⁷⁹⁰ Contrariamente ao Hospital de Todos-os-Santos em que se apresenta na data de abertura como uma obra concluída.

⁷⁹¹ Citação na abertura deste capítulo.

⁷⁹² Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 49.

⁷⁹³ Vd. próximo capítulo.

⁷⁹⁴ Cozinha, fornos, açougue, dispensa, rouparia, armazéns, estábulos e sector administrativo.

8.2. Evolução do edificado: reconstituição conjectural



795

A única imagem que resta como testemunho do Hospital primitivo⁷⁹⁶ é esta perspectiva da Praça Nova, com data de 1747 referente às visitas de D. João V às termas das Caldas. Contudo, a história deste desenho é por demais confusa, o que nos leva a duvidar da sua autenticidade. Em 1878, Luís Vermell y Busquets refere no final do seu livro que tinha elaborado quatro imagens para ilustrá-lo, porém por razões editoriais não foram incluídas no texto, ficando para uma edição de luxo que nunca fora publicada⁷⁹⁷. Na sua descrição da segunda gravura, onde representaria a praça fronteira ao Hospital e a povoação⁷⁹⁸, o autor refere que fez o esboço com base num desenho existente. Infelizmente, não foi feita a edição de luxo e as gravuras do viajante espanhol e a imagem que lhe serviu de base encontram-se perdidas.

⁷⁹⁵ Eduardo Elias Filho – *Frontaria do Hospital das Caldas como se achava em 28 de Março de 1747*. Cópia digitalizada do P.H.

⁷⁹⁶ Neste capítulo consideramos o hospital primitivo como o edificado em 1500 e demolido em 1748, para diferenciá-lo do hospital actual, construído em meados do século Dezoito, independentemente das obras de ampliação e remodelações posteriores, pois, no que se refere ao geral da estrutura e paramentos principais do piso térreo, o hospital termal Setecentista mantém-se inalterado.

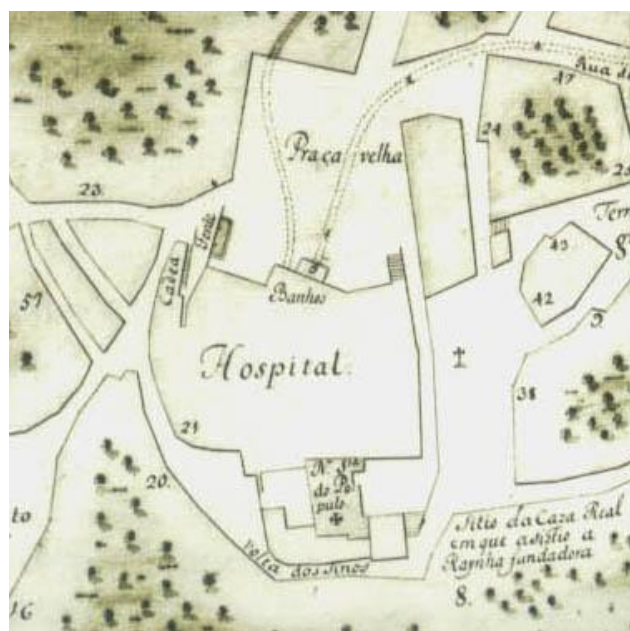
⁷⁹⁷ Vd. Luis Vermel y Busquets – *Op. Cit.* p. 36.

⁷⁹⁸ Vd. Luis Vermel y Busquets – *Op. Cit.* p. 37.

Em 15 de Maio de 1893, no primeiro número do *Album Caldense*, José Augusto de Sousa publica uma descrição do Hospital primitivo acompanhado de um desenho que, refere, foi copiado por um original de Luís Vermell y Busquets. Tal desenho será novamente copiado em 1908 – ainda sem a legenda – por Alberto Pimentel, na *Estremadura Portuguesa*.⁷⁹⁹

Em 1930, António de Mello Ferrari, no livro mais antigo em que se reproduz a gravura⁸⁰⁰ da abertura deste capítulo, refere que o desenho fora copiado por um original, que o autor descobriu no *Cartório da Misericórdia das Caldas*. Mas na verdade foi copiado do de José Augusto de Sousa – entretanto fotografado pelo Visconde de Sacavém⁸⁰¹ – a este desenho o autor da cópia, Eduardo Elias Filho, acrescentou-lhe as legendas.⁸⁰²

Contudo, o desenho original perdeu-se e restou a publicação do referido autor, copiada em todos os livros sobre as Caldas e o Hospital, como se fosse a imagem inquestionável do mesmo, que como veremos não é totalmente fiel, contrariando documentação existente⁸⁰³ e o formato dos edifícios na Planta da vila de 1742.



804

⁷⁹⁹ Vd. Vasco Trancoso – *Op. Cit.* p. 158.

⁸⁰⁰ António de Mello Ferrari – *Op. Cit.* anexo.

⁸⁰¹ Vd. Vasco Trancoso – *Op. Cit.* p. 158. Infelizmente no album Helena Gonçalves Pinto – *Caldas da Rainha no princípio deste século: fotografias de Alfredo Pinto (Sacavém)*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. Não foi reproduzida esta fotografia.

⁸⁰² Vd. *Idem*.

⁸⁰³ Vd. continuação do capítulo.

⁸⁰⁴ Imagem parcial da Planta da Vila. Vd. planta completa reproduzida no capítulo 7.2. Note-se que esta pretende ilustrar os limites exteriores de propriedade, independentemente do grau de acuidade que possui, não representa correctamente os edifícios.

Na prática, esta perspectiva ilustrava plenamente a reconstituição de José Augusto de Sousa, posteriormente difundida por Mello Ferrari⁸⁰⁵, seguida por todos os autores posteriores⁸⁰⁶, principalmente Augusto da Silva Carvalho, que publicou o livro que amplamente citamos em 1932. Este, além de no geral seguir a mesma reconstituição,⁸⁰⁷ avalia melhor o que Jorge de S. Paulo escreve e corrige alguns pontos⁸⁰⁸, mas, embora refira que o desenho original se encontra no Cartório da Misericórdia,⁸⁰⁹ volta a publicar a cópia de Eduardo Elias Filho⁸¹⁰. Assumindo-se assim como a reconstituição fiel é nesta que alguns autores, por exemplo Rafael Moreira, se baseiam para dissertar sobre o edificado primitivo, daí as afirmações sobre a incoerência formal e a falta de lógica funcional,⁸¹¹ que já referimos no capítulo anterior e que neste capítulo iremos refutar.

Este desenho da frontaria do hospital – perspectiva inocente, sem o mínimo de acuidade e eruditismo – contraria logo à partida a posição da *Casa da Câmara*, que está representada no enfiamento da fachada principal quando na planta de 1742 está praticamente perpendicular. Por outro lado, apresenta-nos um incoerente aglomerado de casario, do lado direito da imagem, para além do flagrante erro de altura dos corpos edificados⁸¹².

Porém, refira-se desde já que o Hospital passou – até à construção do novo em meados do século Dezoito – por várias fases de remodelações, na prática fora quase um estaleiro de obras permanente, como veremos. Mesmo antes da demolição em 1748, ter-se-ão feito obras para acolher a comitiva real de D. João V, nomeadamente a Casa de Abafo e a Casa do Coche, frente à porta principal⁸¹³. No século anterior, durante o segundo mandato de Jorge de S. Paulo⁸¹⁴, a rainha D. Luísa de Gusmão inicia, com o comando de um mestre-de-obras caldense – Custódio Milheiros – obras de

⁸⁰⁵ António de Mello Ferrari – *Op. Cit.* pp. 8-12. Os co-autores do livro são: Manuel de Mello Ferrari e Fernando da Silva Correia, todos médicos do Hospital.

⁸⁰⁶ Serviram de referência para a nossa reconstituição os seguintes: António de Mello Ferrari – *Op. Cit.* pp. 8-12; Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 102-105; Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* pp. 64-66; Helena Gonçalves Pinto & Jorge Mangorrinha – “O programa e a arquitectura termal” in *Caldas da Rainha, património das Águas...* pp. 137-138; João Saavedra Machado – *Op. Cit.* pp. 54-55.

⁸⁰⁷ Vd. continuação do capítulo.

⁸⁰⁸ Como veremos no decorrer deste capítulo.

⁸⁰⁹ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 155.

⁸¹⁰ Há época já um bilhete postal editado pela Tipografia Caldense. Vd. Vasco Trancoso – *Op. Cit.* p. 158.

⁸¹¹ Vd. Rafael Moreira – *Op. Cit.* p. 49.

⁸¹² Daí que optaremos por dar pouco crédito à referida imagem.

⁸¹³ Visíveis na planta da vila. Vd. imagem anterior e a perspectiva de abertura do capítulo.

⁸¹⁴ 1661-1663. Jorge de S. Paulo faleceu no Hospital no desempenho das suas funções e está sepultado na capela-mor da Igreja de N. Sra. do Pópulo.

modernização das instalações, tendo por objectivo principal centralizar na Copa todos os acessos às valências, evitando os percursos pelo exterior do edifício⁸¹⁵.

Mais uma vez a melhor descrição dos edifícios originais será a de Jorge de S. Paulo, contemporâneo deste edificado⁸¹⁶. Mas haverá que compreender quais as obras efectuadas entre 1533 e 1656⁸¹⁷, por forma a descobrirmos quais as diferenças entre o hospital de Jorge de S. Paulo e o edificado original no limite cronológico deste trabalho. No próximo quadro identificaremos, de forma cronológica, as obras elencadas pelo cronista⁸¹⁸ e quais os seus empreendedores:

Obra realizada	Provedor	Data (mandato)
Pavimento da varanda e da arcada	Jacome de Sta. Maria ⁸¹⁹	1532 ⁸²⁰
Portal principal do Hospital	Jacome de Sta. Maria	1532 ⁸²¹
Forro da varanda da rouparia	Jacome de Sta. Maria	1532
Esculturas do Portal	Jacome de Sta. Maria	1533 ⁸²²
Forro e pavimento das varandas dos aposentos dos fidalgos e homens honrados	Jacome de Sta. Maria	1533
Casas do roupeiro (junto à rouparia) sobre um arco da abobada	Jacome de Sta. Maria	1536
Obras na casa dos provedores (escadaria e pavimentos)	Jacome de Sta. Maria	1536
Renovação da enfermaria dos religiosos	Francisco de Sta. Maria	1537
Forro da varanda que está à frente da porta do banho da sarna	Francisco de Sta. Maria	1537
Instalações sanitárias no 1.º piso da casa dos provedores	Luís da Conceição	1539
Aposentos da criada e chaminé da cozinha	Luís da Conceição	1540
Dois arcos de tijolo junto a S. Silvestre para reforço estrutural da enfermaria dos religiosos	Luís da Conceição	1540
Restauro do cano de água da cozinha e padaria antiga (por baixo da rouparia)	Luís da Conceição	1540
Grades das janelas da enfermaria das mulheres	Gaspar dos Reis	1540

⁸¹⁵ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 154.

⁸¹⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, pp. 173-201.

⁸¹⁷ Para o nosso trabalho, teremos que descurar todas as obras neste intervalo. As já referidas reconstituições que foram publicadas têm por base o texto de Jorge de S. Paulo e a data de 1656.

⁸¹⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 46-58.

⁸¹⁹ Por considerarmos que as obras deste primeiro provedor concluíam o programa original, serão incluídas na reconstituição.

⁸²⁰ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 285v.

⁸²¹ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 299.

⁸²² BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 286.

Pavimento e forro da Copa	Gaspar dos Reis	1543
Forro da enfermaria dos homens	Gaspar dos Reis	1543
Celeiro novo (a Norte da casa dos provedores)	Gaspar dos Reis	1543
Forro da rouparia e da enfermaria dos homens	Diogo de Cristo	1547
Ampliação da enfermaria das religiosas (6 camas)	Diogo de Cristo	1548
Enfermaria das febres e convalescentes (por baixo da casa da rouparia)	Francisco de Sta. Maria	1549
Ampliação da enfermaria das mulheres (mais 19 camas)	Jacome de Sta. Maria	(1553-55)
Quartos sobre o refeitório da casa dos provedores	Jacome de Sta. Maria	1553
Escada da porta da casa dos provedores	Fernão de Nazaré	1556
Pavimento da <i>Sala dos Reis</i> da casa dos provedores	Gonçalo da Cruz	1558
Atafona	Gonçalo da Cruz	1558
Restauro das piscinas e respectivas salas	Gonçalo da Cruz	1558
Portal do banho dos homens	Gonçalo da Cruz	1559
Restauro das varandas e janelas das enfermarias do 1.º piso	Pero de S. João	(1559-63)
Construção das novas casas do médico e boticário (demolidas para a construção da enfermaria de S. Pedro)	Pero de S. João	1562
Instalações sanitárias da enfermaria das febres	Gil da Conceição	1563
Demolição da enfermaria dos religiosos	Gil da Conceição	1563
Obras na Copa	Gil da Conceição	1564
Casa dos fidalgos (aposentos na casa dos provedores)	Diogo da Purificação	(1566-69)
Instalação do relógio na torre da igreja	Diogo da Purificação	1566
Ampliação da escada da varanda para a praça	Diogo da Purificação	1566
Restauro da varanda da rouparia (colunas de ferro)	Fernão de Nazaré	1567
Remodelação da cerca da horta	Álvaro da Cruz	1569
Abobada da sala da Casa dos fidalgos (sala dos reis)	Álvaro da Cruz	(1569-71)
Nova atafona da Horta	Álvaro da Cruz	1571
Forro das varandas	Manuel de S. António	1571
Anexo à enfermaria dos homens para purga dos religiosos	Manuel de S. António	1571
Lareira da Sala dos Reis	Manuel de S. António	1572
Camarotes para nobres e alto clero (3)	Manuel de S. António	1573
Ampliação da piscina feminina	Gaspar da Assunção	(1575-78)
Nova enfermaria dos religiosos (início)	Gaspar da Assunção	1575
Forro da Casa dos fidalgos	Gaspar da Assunção	1576
Modernização dos fornos	Gaspar da Assunção	1576

Restauro da varanda e arcos que estão sobre a Copa	Gaspar da Assunção	1577
Camarotes sobre a Copa	Gaspar da Assunção	1578
Enfermaria dos religiosos (conclusão)	Ambrósio do Espírito Santo	1584
Enfermaria e oratório de S. Pedro	Gil da Conceição	1586
Casa dos Lavradores (enfermaria dos doentes pagantes) sobre a Copa	Gil da Conceição	1586
Instalações sanitárias na enfermaria das mulheres	Pero de S. Bartolomeu	(1587-90)
Casa da atafona e equipamento	Pero de S. Bartolomeu	1587
Porta do carro (por baixo do celeiro da cevada)	Pero de S. Bartolomeu	1587
Celeiro da cevada (anexo ao celeiro)	Pero de S. Bartolomeu	1589
Enfermaria nova das mulheres (1.º piso)	Pero de S. Bartolomeu	1589
Obras na Copa (painel de azulejos)	Baltazar da Trindade	(1590-93)
Vidros e redes nas janelas das enfermarias	Baltazar da Trindade	(1590-93)
Novo forro na enfermaria dos homens	Baltazar da Trindade	1590
Instalações sanitárias dos homens	Baltazar da Trindade	1590
Oratório da casa dos provedores	Baltazar da Trindade	1592
Adega nova (anexo da casa dos provedores)	Francisco de Sta. Maria Pontevel	1593
Nichos em arco ladrilhados nas enfermarias dos homens e mulheres	António da Madre de Deus	1606
Porta fronha para o terreiro da igreja	Martinho do Espírito Santo	(1618-21)
Instalação sanitária da casa dos provedores	Manuel Baptista	1626
Decoração e painéis da Sala dos Reis	Manuel Baptista	1626
Casa dos Contos (por cima dos aposentos dos criados)	Manuel Baptista	1626
Estrebaria da casa dos provedores	Manuel Baptista	1626
Remodelação da casa do escrivão	Manuel Baptista	1629
Ampliação da casa da farinha	Manuel da Anunciação	1633
Oratório da enfermaria dos religiosos	Salvador da Cruz	(1633-36)
Escada da <i>porta do Sol</i> que desce na lateral da igreja, junto à torre sineira	António da Conceição	(1636-39)
Novo Hospital dos Peregrinos	Pero da Anunciação	(1649-53)
Remodelação da casa do escrivão	Pero da Anunciação	1652
Novo refeitório dos oficiais	Jorge de S. Paulo	1653
Renovação da atafona	Jorge de S. Paulo	1654
Novos aposentos dos criados	Jorge de S. Paulo	1654

Antes de nos debruçarmos sobre a descrição de Jorge de S. Paulo e retirando as obras que referimos no quadro anterior – que servem de referência para localizarmos alguns espaços –, consideramos importante deixar aqui a descrição que foi feita no arrolamento do património do Hospital em 1575 que servirá também de base para a reconstituição de como seria o Hospital na década de trinta do século Dezasais:

“= Item primeiramente tem o dito ospitall hua jgreia Capella da jmvocação de nosa sennhora do popullo. Com sua toRe dos sinos e de Rador huu muro, e o adro amtre o dito muro e a jgreia ,,,

= Item loguo hy hya ermida de são syluestre jumta a dita jgreia ,,

= Item junto a dita jgreia hua emfermaria dos omens a quall Começa da dita jgreia ate a casa da copa, qu esta a entrada da porta primçipall do dito ospitall e seu banho dos omens,,

= Item outra emfermaria das molheres, do mesmo teor com seu banho,,

= Item hus apozemtamentos de Religiosos, e outros de Religiosas, e pesoas nobres, e outra emfermaria de molheres, tudo mistequo e çercado, de varandas do ospitall adentro, sem partir com outra allgua pessoa por tudo ser do dito ospitall,,

= Item hy loguo pegado a parte do norte, hua emfermaria d omens pera febres, e em çima o aposentamento, da Rouparia as quais partem do sull com a praça e do norte e travesia com Rua publica,,

= Item pegado com a dita Rouparia huas casas em que pousa o Roupeiro em que são duas casas, sobradadas e hua terrea, partem de todas as partes, com Ruas publicas do conselho, tem huu arco por omde se servem., tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo, sete varas.,,

= item outras //

[fl. 56]

Raiz das caldas:

= Item outras Casas pegadas com a dita emfermaria que coRem pera a bamda da travesia em que haa tres casas sobradadas e per baixo são varamdas teReas.,

= Item loguo hy pegado nas ditas casas outras tres casas sobradadas, qu estão de tras das casas acima com tres logeas, por bayxo partem do norte com Rua do conselho, e asi da travesia ,,,

= Item hua Casa da botica qu esta debaixo da emfermaria a llogea tem hua porta pera a praça ,,,

Titulo do apozento dos padres provedor e almoxarife.

= Item huas casas grandes com seu pateo que he do aposemto dos padres provedor e allmoxarife e dos seus, em os, quais apozemtos estaa adega e çelleiro e llagar e galljnharia e pomball tudo do dito ospitall e asi atafona [sic] e huu coRedor em que se Recolhe a lenha (...)”⁸²³

Embora o objecto deste trabalho seja o urbanismo, como tal, o edifício normalmente deveria ser estudado pelos seus limites exteriores, consideramos no entanto, pelo seu carácter fundamental no panorama urbano, que teríamos de nos debruçar um pouco sobre a distribuição de espaços interiores do hospital, pois, como já referimos, estes abriam para o exterior, fazendo das ruas e terreiros contíguos à Instituição, rótulas de circulação e distribuição entre os serviços de apoio. Claro, que

⁸²³ AH/HCR – Tombo da Fazenda do Hospital de 1587 fls.55v.-56. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29).

sem um carácter final, abdicando da análise dos espaços secundários, o dimensionamento dos volumes das principais valências (piscinas, enfermarias, cozinha, botica, etc.) são por demais relevantes para este trabalho.

É importante também referir, desde já, que em nenhuma das fases de obras⁸²⁴ o hospital deixou de receber aquístas, facto que, como veremos, determinará algumas escolhas que nos permitirão reconstituir o edificado primitivo com base em vestígios actuais⁸²⁵.



O edificado da Instituição era, como já referimos nos capítulos anteriores, composto por dois núcleos: um confinante com a Volta dos Sinos, composto pela Casa dos Provedores e pelas valências agregadas ao espaço agrário do Hospital⁸²⁷; e o outro, o núcleo principal, onde para além do hospital termal se anexaram os edifícios de serviços, igreja, *Casa da Câmara*, *Albergaria dos Peregrinos* e o *Hospital de Convalescença*.

⁸²⁴ Consideramos que existiram as seguintes fases de obras (por data de início): 1488, 1521, 1658 e 1748.

⁸²⁵ Vd. continuação do capítulo.

⁸²⁶ Planta actual do piso térreo do hospital termal: a cyan estão indicadas as piscinas (de cima para baixo): piscina da rainha (dos sarnentos), piscina das mulheres, piscina dos homens.

⁸²⁷ Vd. próximo capítulo.

De uma forma resumida⁸²⁸, numa primeira fase o hospital era composto por uma sala central multiusos – a Copa – que fazia a distribuição entre as duas alas (masculina e feminina). No geral, ambas as alas eram compostas pelos mesmos elementos: piscina e três enfermarias. No lado Norte do corpo contígua ao sector feminino, encontrava-se uma terceira piscina, inicialmente de uso privado da Rainha e da sua corte, posteriormente, para uso de doentes proscritos (sarnosos), com acesso directo à rua, para minimizar os riscos de contágio. Junto a esta, com acesso por um túnel transversal a todo o corpo hospitalar estavam as valências base para o apoio ao hospital: cozinha, padaria e botica. No piso superior, a nível com o terreiro, uma varanda dava acesso à rouparia e às novas enfermarias, contruídas após 1540⁸²⁹.

A fachada desenvolvia-se em dois níveis: o piso térreo com cinco arcadas que sustentavam a varanda do piso superior. Ambas prolongavam-se ao longo de todo o edifício.

As arcadas do hospital, basicamente a *logea* do edifício, funcionam como extensão coberta da praça. Estas eram aforadas pelas feiras principais⁸³⁰, daí conhecermos o seu número e a sua situação no edifício:

*“(...) o arco q está a fresta da caza da cozinha, e o outro iunto delle pera a riba contra a despensa. E o 3.º abaixo destes afforou a Ioão Dias Mercador; e assy afforou o mesmo Provedor o 4.º Arco a Pero Nunes e o 5.º a Ruy Loppes mercadores de Santarem. (...) o arco da porta do banho da sarna (...) e pella conta são 6 arcos (...)”*⁸³¹

Ora, Jorge de S. Paulo refere seis e não cinco arcos⁸³², isto porque a sexta arcada (a da despensa) era no edifício perpendicular à fachada, junto ao túnel de acesso ao adro da igreja⁸³³, que encostava ao solo do lado esquerdo (sendo que o arco da fresta da cozinha era o vão do túnel). O alinhamento dos arcos, de Norte para Sul seria: túnel, banho da sarna, frente ao banho das mulheres, portal principal, frente ao banho dos homens, junto à fonte da praça.

“(...) hũa espaçosa varanda com forro de obra apainelada estrivada sobre colunas redondas de pulido marmore; della se descobre todo o Hospital, o assento dos

⁸²⁸ Para servir de guia ao resto da reconstituição optou-se por uma primeira abordagem geral com base nas descrições já citadas.

⁸²⁹ Fora do âmbito cronológico do nosso trabalho.

⁸³⁰ Vd. capítulo 1. da terceira parte.

⁸³¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 207.

⁸³² É possível traçar uma certa analogia com a passagem Bíblica da piscina Bezatha, que tinha cinco pórticos. Vd. citação no capítulo 5.2.

⁸³³ Como veremos de seguida.

provedores e a mor parte da Villa, servindo de alegre e seguro palanque quando socede no tempo da assistencia da corte menor correrense touros bravos na praça, e na ocasião da populosa feira de Agosto.”⁸³⁴

“Realça grandemente este Hospital hũa fermoza varanda principiada na Enfermaria de Sam Pedro e se rematta na dos Religiosos como de Norte a Sul: ornasse pera a parte da praça com quatro janelas rasgadas como de Paço Real.”⁸³⁵

A varanda, denominada *varanda da rouparia*, fora construída pelo filho de Mateus Fernandes em 1521⁸³⁶ integrada na fase final das obras do hospital que nos propomos reconstituir. Além de estar apoiada na arcada e ter a mesma profundidade, seria ladrilhada em pedra, tal como a arcada, já nas obras de 1532⁸³⁷. Sobre a varanda existiriam colunas que suportariam a trave-mestra do telhado, com travamento longitudinal em ferro (gatos) e o tecto forrado a madeira⁸³⁸.

As quatro sacadas que o provedor refere estarão relacionadas com as novas enfermarias – duas de cada lado⁸³⁹ – que foram construídas no piso superior⁸⁴⁰.

“[5/10/1532]Deu e pagou a V^{co} Fêr perdi^o de bj dias q esteue a laurar pedrarja pã o dto portal a bx rs por dia _____ iij bx Rs

[11/10/1532]Deu e pagou a A^o pëz pÿdro de bj dias q esteue a laurar pedrarja pã o dto portal a bx rs por dia _____ iij bx rs

Deu e pagou a Ant^o crjado do dto Afonso pëz de bj dias q esteue a desguastar na dta pedrarja iij Rs a xxx brs _____ iij Rs

[21/11/1532]Aos xbj dias de novembro pagou a Jm de Lx^a e a p^o a^o e guaspar fRz e a di^o a^o e a thome Vaz de dez caRadas de cantarja q trouueram p^a a porta do Sprital _____ iij L^{ta} Rs

[28/11/1532]Deu e pagou a V^{co} Fêr perdr^o de bj dias q andou a trabalhar no sobdto iij bx Rs a bx Rs por dia _____ iij bx Rs

Deu e pagou o d^{to} p^e da consolaçã alx^e A^o prz perdr^o de bj dias q esteue hasentar o Arquo do dto portal e a laurar predrarja p^a ele iij br rs a bxb rs por dia _____ iij br rs”⁸⁴¹

⁸³⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 190.

⁸³⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 181.

⁸³⁶ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521* fl. 389. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 1, p. 55. Vd. documento referido no capítulo 3.

⁸³⁷ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533*. fl. 285v. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 2, p. 56.

⁸³⁸ Aplicado em 1532, vd. quadro anterior.

⁸³⁹ Vd. continuação.

⁸⁴⁰ Vd. quadro anterior.

⁸⁴¹ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 285v, 299, 299v e 301. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 2, p. 56.

Um dos elementos mais elogiados por Jorge de S. Paulo foi o portal principal do hospital, esculpido em 1532 pelos responsáveis pelas cantarias, pelos elementos decorativos do hospital e pelo pelourinho⁸⁴², Vasco Fernandes e Afonso Pires. O portal, composto por colunas salomónicas e coroado pelas armas de D. Manuel e de D. Leonor, *a esfera armilar* e o *camaroeiro*⁸⁴³, seguiria o gosto comum das obras patrocinadas por D. Leonor⁸⁴⁴, de resto semelhantes aos fechos das abóbadas da capela-mor de N. Sra. do Pópulo⁸⁴⁵.

*“ No frontespício deste magestoso Hospital está hũa notavel portada de obra peregrina com duas Imagens de pedra lavrada de meyo relevo, hũa da Soberana Virgem Senhora Nossa, outra do Parainfo Sam Gabriel; representação da celestial embaixada do divino mysterio da Encarnação do verbo eterno: e por sima hũa grandiosa Esphera deviza del Rey D. Manuel, e nas ilhargas duas almadravas dos Atuns lavradas na mesma pedra como outras semelhantes esculpidas nas rozas em que fecha a pedraria das abobadas da Igreja (...) ”*⁸⁴⁶



847



848

*“Deu e pagou a duarte mēdz pedreyro da batalha tres mjll r\$ de hũa Imagẽ de nosa snr^a D annũcjaçã e de outra Jmagen Do ango que lhe veo d annũncjar a ĩbaixada do sũ reçeby^{to} q ele fez de ĩmpreytada p^a se poarẽ nas portas da ĩtrada do esprrytall e nelle se puserã p^o bom acabamen^{to} da obra do dito portal _____ iij rs ”*⁸⁴⁹

⁸⁴² Vd. gravura no capítulo 1. da terceira parte.

⁸⁴³ Provavelmente semelhante ao portal entaipado das Capelas Imperfeitas na Batalha, ao da igreja Matriz de Aldeia Galega e ao portal lateral Norte do Convento da Madre-de-Deus em Xabregas.

⁸⁴⁴ Vd. capítulo 2.1.

⁸⁴⁵ Vd. final do capítulo 2. da terceira parte.

⁸⁴⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 186.

⁸⁴⁷ Duarte Mendes – *Anjo S. Gabriel do portal do hospital*. Na torre sineira da igreja de N. Sra. do Pópulo.

⁸⁴⁸ Duarte Mendes – *Virgem da Anunciação do portal do hospital*. Na torre sineira da igreja.

⁸⁴⁹ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 286. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 3, p. 56.

De todo este portal – que estaria protegido por baixo da arcada – só nos restam as duas esculturas, actualmente adossadas à parede Norte da torre sineira⁸⁵⁰. Estas estariam a ladear as colunas da aduela do portal, foram esculpidas por Duarte Mendes e aplicadas em 1533 representando a *Cena da Anunciação* – a Virgem e o anjo Gabriel⁸⁵¹.

Franqueando o portal entrar-se-ia na sala maior do edifício, a sala da Copa, rótula de distribuição dos serviços e para onde abriam todas as portas. Servia, como o seu nome indica, como refeitório geral do hospital – possuindo para isso uma enorme mesa central⁸⁵² – e onde também acontecia todo o aparato cerimonial conduzido pelos provedores⁸⁵³. A sua utilização como sala principal de todo o complexo, permanecerá inalterada pelo plano do hospital Setecentista, servindo como tal até hoje, sendo que inclusivamente no século Dezanove a Praça do Hospital e o parque eram denominados *Largo da Copa* e *Passeio da Copa*, respectivamente.

*“Para a copa abriam duas portas ao fundo, a da esquerda com grades como as dos conventos e correspondendo à enfermaria das mulheres entrevadas, a da direita à dos homens nas mesmas condições. Ambas eram contíguas à igreja, podendo os doentes assistir aos ofícios divinos através dumas portas com rótulas.”*⁸⁵⁴

Estruturalmente este espaço multiusos funcionava quase como extensão da praça exterior e ficava a eixo do edifício em sequência formal com a nave da igreja. Teria também um pé-direito superior aos restantes espaços do piso térreo. Supomos que também seria abobadada⁸⁵⁵, tendo em conta as paredes-mestras laterais e os restauros em 1577 dos *“Arcos que estão sobre a coppa”*⁸⁵⁶, sobre os quais, no ano seguinte foram construídas as enfermarias privadas dos doentes pagantes⁸⁵⁷.

“(…) nos da parte do Sul se fabricou hum espaçoso tanque pera o banho dos homens de 56 palmos de comprimento numerados do ultimo degrao da porta até a buxa, e 14 palmos de largo; tem por toda a longitude de ambas as partes seus assentos que servem de corredores pera o Vestuario: rematasse o Tanque em hum grande loto com sua buxa que serve de encher e vaziar nas horas dos banhos, (...)”

⁸⁵⁰ Por estar protegido é que hoje podemos admirar as duas esculturas cujos actuais sinais de degradação devem-se à sua actual situação, exposta a Norte.

⁸⁵¹ Relembramos que Filareto também tinha prescrito a mesma cena bíblica para o portal do seu hospital ideal. Vd. capítulo anterior. Outra curiosidade destas esculturas é que o anjo não tem asas.

⁸⁵² *“(…) onde hua fermoza meza de madeira aparementada de toalhas, trinchos, faquas e garfos (...)”* Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 187.

⁸⁵³ Vd. capítulo 5.4. Vd. também Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 66.

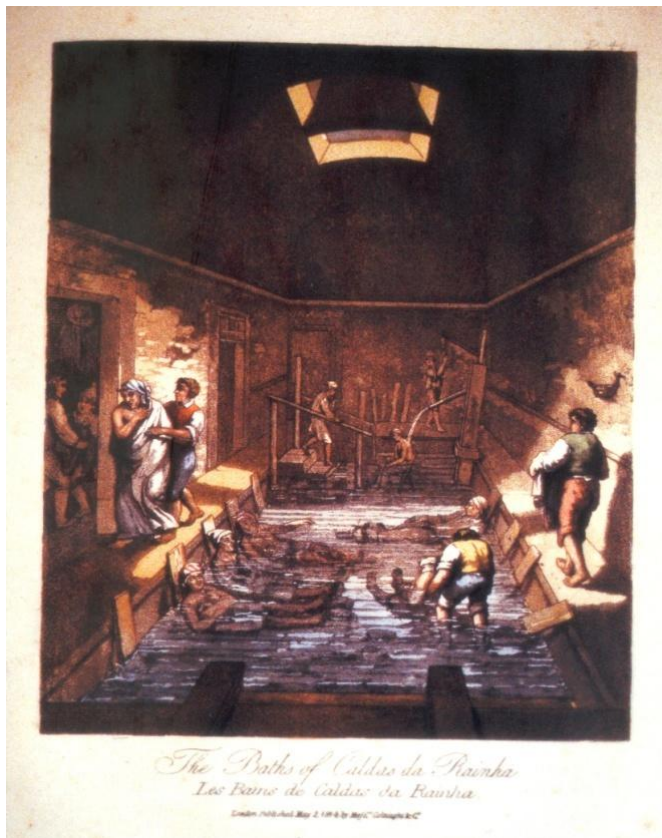
⁸⁵⁴ António de Mello Ferrari – *Op. Cit.* p. 10.

⁸⁵⁵ Em semelhança com a nave da igreja. Vd. reconstituição em planta.

⁸⁵⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 51.

⁸⁵⁷ Vd. quadro anterior.

*Cobre todo este Tanque hũa fermosa abobada e no meyo della hũa trapeira pera a respiração da fortaleza das Agoas, e sahida dos seus fumos: he capaz de trinta pessoas quinze por banda com as que tomão banho por baixo do paçadisso de madeira que serve pera medicamento de banhos secos conforme a ordem dos banhos (...)*⁸⁵⁸



À direita da sala da Copa desenvolvia-se o sector masculino, composto, como já referimos pela maior piscina do complexo com 11,2m de comprimento e 2,8 de largura, dando-lhe uma lotação de trinta utentes em simultâneo⁸⁵⁹. Era rodeada por um passadiço, que servia de vestiário e sobre a piscina estava um *deck* de madeira para inalações (*banhos secos*)⁸⁶⁰. Estruturalmente era abobadada em canhão com uma clarabóia para iluminação e saída de vapor. Como veremos na reconstituição física, a piscina dos homens está

desalinhada com as restantes construções⁸⁶¹, mas atentando na envolvente exterior ao edifício verifica-se que esta está perfeitamente alinhada com as casas da Rua da Oliveira. Ora, se este arrumamento foi feito paralelamente ao rio de Águas Vertentes, logo a piscina estava nesse enfiamento, isto é, verificando o traçado da conduta de despejos, é visível a razão da posição da piscina masculina⁸⁶². Lembrando que o Hospital se manteve em uso e que, como já referimos, o único aquífero cujo uso não colide com a construção na bacia era o do lado Sul, esta torção estrutural face ao eixo igreja/copa, poderá indiciar que a piscina masculina seguiu o traçado da original medieval.

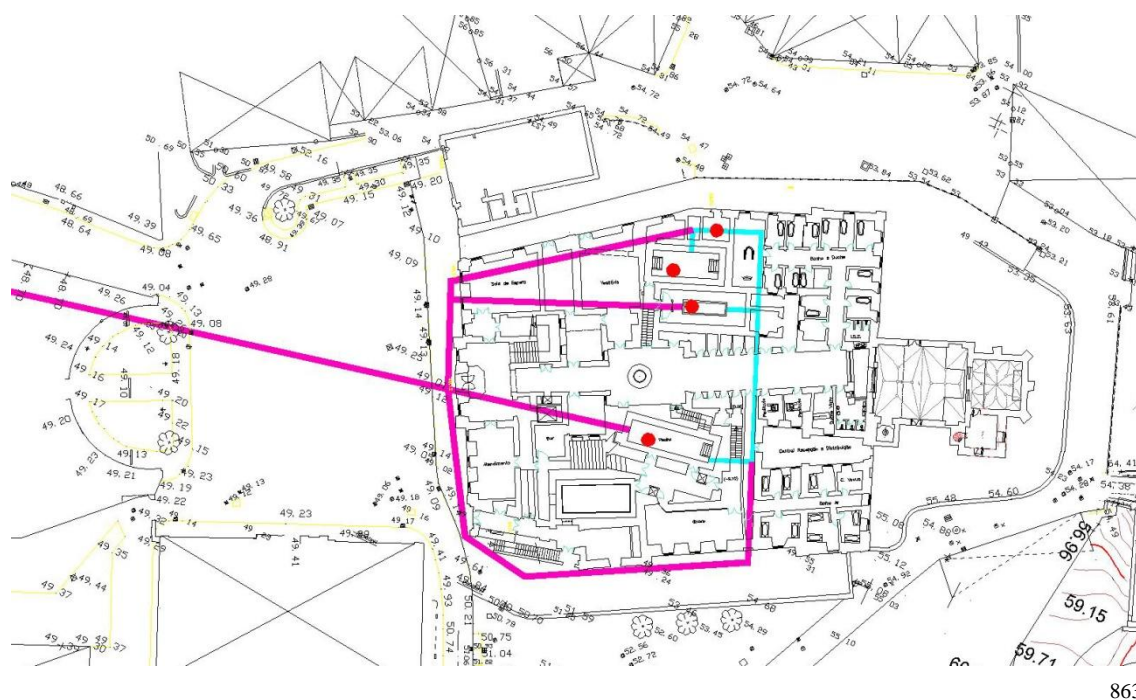
⁸⁵⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 183. Na imagem: Henry L'Évêque – “The baths of Caldas da Rainha”, in *Portuguese Costumes*, Londres: 1814 [apud] Helena Gonçalves Pinto & Jorge Mangorrinha – “O programa e a arquitectura termal” in *Caldas da Rainha, património das Águas...* p. 138.

⁸⁵⁹ Atentando à imagem anterior, os utentes sentavam-se encostados à parede da passagem lateral, ficando o centro da piscina como circulação.

⁸⁶⁰ Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 65.

⁸⁶¹ Vd. planta anterior. As piscinas originais mantêm-se na actualidade com poucas alterações.

⁸⁶² Vd. planta seguinte.



863

“Para a parte do Norte se fez em tempo da Raynha outro tanque pera o banho das molheres Enfermas nos olhos das agoas que arrebentavão naquelle sitio, e por naquelles annos virem poucas mulheres buscar esta ultima medicina não se fabricou em capacidade conveniente pera o grande numero dellas que nos annos subsequentes vinhão a curarse a este Hospital; de modo que obrigou o seu limite, e estreiteza ao Padre Provedor Manoel de Santo Antonio no anno de 1578 e mandallo estender assy no comprimento como na largura, de modo que ficasse quasi igual ao banho dos homes e capaz de vinte e quatro pessoas doze por banda. Consta este tanque do mesmo lageamento pellas ilhargas pera corredores do vistorio, e banhos secos no paçadisso atravessado, como o tanque dos Enfermos; cobreo tambem hũa fermana abobada com sua trapeira de respiração das agoas (...)”⁸⁶⁴

A solução architectónica e estrutural é replicada pelas outras duas piscinas do lado Norte, o sector feminino, construído funcionalmente em simetria com o masculino. Era composto pelas mesmas valências, embora de dimensão inferior, fruto de uma racionalização de recursos baseada numa afluência menor de mulheres. Contudo, em 1578 será ampliada para 9,2x2,6m.

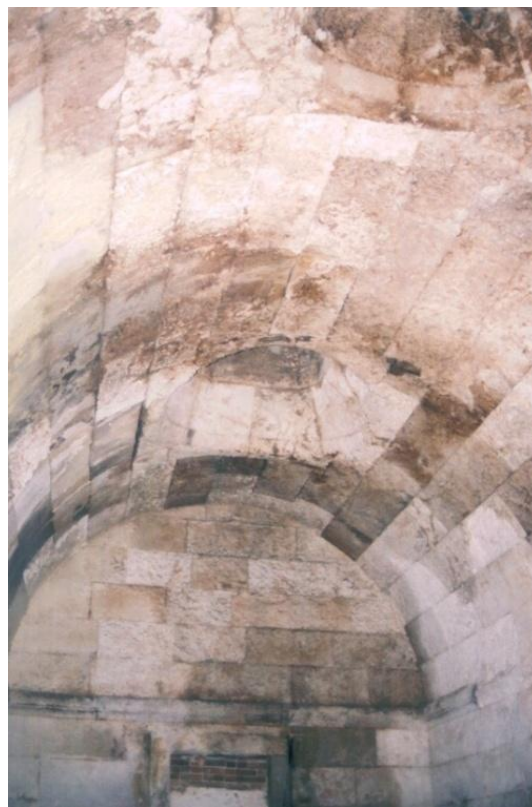
“(...) mandei chamar a hum Pero Frz. Morador nesta villa homem de 103 annos o mais antigo nella, preguntandolhe por este banho da Sarna?; me deu em resposta que iunto do banho das molheres á entrada mais pera dentro estava outro Banho pequeno que chamavão da Raynha, onde ella somente tomava banho em suas Enfermidades, e hera tradição sarara nelle de hum Cancro que lhe nacera no peito direito; e depois de

⁸⁶³ Planta de implantação do Hospital. Os círculos a vermelho são as nascentes utilizadas no hospital primitivo; a cyan é a conduta de distribuição de água às piscinas; a magenta é a conduta de descarga. Na altura ainda não estava a uso a nascente do Pocinho no centro da Copa.

⁸⁶⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 184.

sua morte se fechara o banho da parte de dentro, e se abriera porta pera fora por baixo da varanda que fica no andar da praça, e nelle se curavão homens e mulheres de qualquer idade do mal da sarna, as femeas pella menham, e os machos á tarde; e por se inficionarem as roupas e acudirem do Reino muitos pobres rapazes e raparigas sarnentas que pegavam este mal contagioso aos outros Enfermos e gente da terra, hum Padre Provedor, cuio nome, nem o anno lhe lembrava mandara entulhar o ditto banho e ladrilhar a caza sem mais servir pera Enfermidade.”⁸⁶⁵

Junto à piscina das mulheres situa-se a piscina que, segundo a tradição, era de uso privado da rainha e da sua corte, esta, logo após a morte de D. Leonor fora convertida em piscina dos doentes proscritos (sarnosos) que por risco de contágio não eram aceites na Copa⁸⁶⁶, daí ter acesso directo para a rua. Como foi entulhada com a ampliação da cozinha, em data incerta, Jorge de S. Paulo desconhecia a sua localização exacta. Contudo, em obras posteriores⁸⁶⁷, por estar mais perto da nascente com mais caudal, esta foi desentulhada e passou a ser reservatório de reserva⁸⁶⁸. Daí que hoje mantenha o seu aspecto original: uma sala



de cantaria aparelhada que termina numa belíssima abóbada de canhão com duas claraboias cónicas de uma excelente qualidade técnica. Ao redor de todo o espaço foi talhado em baixo relevo um corrimão, garante de segurança numa passagem lateral só com sessenta centímetros.

No tempo de Jorge de S. Paulo a cura e convalescença dos penitentes – sobre o qual, infelizmente pouco sabemos – era feita numa casa contígua à Capela de N. Sra. do Rosário⁸⁶⁹. Este serviço tinha como objectivo sarar as feridas dos penitentes das

⁸⁶⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 185. Na imagem: pormenor da abóbada de canhão e da clarabóia cónica da piscina da rainha.

⁸⁶⁶ Curioso porque os leprosos foram os primeiros utentes do espaço termal. Vd. capítulo 1.

⁸⁶⁷ Talvez no século Dezanove.

⁸⁶⁸ Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 65.

⁸⁶⁹ “e mangorinha a competencia que a confraria de Nossa Senhora do Populo quiz ter com as Misericordias do Reino, evocarão seus confrades assy esta santa devoção em hũa particular caza sua junto a Hermida do Rozario onde se dá perfeita cura de lavatórios aos penitentes da disciplina.” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 191.

procissões nocturnas da Quinta-feira de Endoenças, mormente Irmãos da Confraria de N. Sra. do Pópulo⁸⁷⁰. Contudo, nos primeiros anos do hospital, existiu a enfermaria dos penitentes no interior do hospital (enfermaria antiga dos convalescentes⁸⁷¹). Esta, com uma utilização perfeitamente sazonal⁸⁷², servia também de reserva, em épocas de maior afluência: por exemplo terá em 1518 servido para alojamento de alguns membros da corte da Rainha⁸⁷³. Como desconhecemos a sua localização e dimensão, julgamos que seria por lógica no sector masculino e, talvez, de dimensões reduzidas, pois servindo homens da vila, não nos parece que tivesse muitas camas nem oficiais próprios⁸⁷⁴. Posteriormente, Jerónimo Aires, em 1529 transferiu-a, unificando-a com a enfermaria dos covalenses de febres, por baixo da rouparia⁸⁷⁵.

*“Nos leitos se poem vinte hũa camas que constão de hum Enxergão sobre lastro de Carqueja, hum colchão, dous lensoes, hum Cubertor, Travesseiro, Almofadinha, chinellas, ourinol, hũa Camiza, hũas syroulas, hũa carapuça, hum roupão pera quando vão e vem de tomar os banhos: toda esta Roupa se entrega em folha ao Enfermeiro, (...)”*⁸⁷⁶

As enfermarias são o que mais evolui durante o período inicial das obras, fruto de um aumento constante da afluência de aquístas. Certamente no plano original foram delineadas as duas enfermarias separadas por sexos, com portas para a copa correspondentemente ao lado das respectivas piscinas e com um vão gradeado para o interior da igreja⁸⁷⁷.

“A 5.ª Enfermaria he dos Enfermos entrevados por estarem mais perto do Tanque do Banho, tem seu comprimento começando da grade que vai pera a Igreja, onde ouvem missa, até a porta que sahe pera a caza da Coppia: consta de vinte e hum nichos arqueados com seus varões de ferro e cortinas de linho com outras tantas camas(...)”

*A sexta Enfermaria he das mulheres entrevadas que rezida no andar do tanque dos Banhos do mesmo comprimento da dos homes, começa na grade larga que vai pera a Igreja onde ouvem missa; e acaba na caza da Coppia com hua portaria fechada com clausura de Convento de Religiosas (...)”*⁸⁷⁸

⁸⁷⁰ Vd. capítulo 5.2. e 2. da terceira parte.

⁸⁷¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 223.

⁸⁷² *Semana Santa.*

⁸⁷³ *Idem.*

⁸⁷⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 302.

⁸⁷⁵ Vd. continuação do capítulo.

⁸⁷⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 176.

⁸⁷⁷ Vd. António de Mello Ferrari – *Op. Cit.* p. 10.

⁸⁷⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 177-178.

Estas duas enfermarias, estruturalmente simétricas e alinhadas com as paredes-mestras da copa/igreja permitiam a fenestração lateral e ao mesmo tempo a manutenção natural do talude Norte⁸⁷⁹. Como a piscina masculina era maior, simetricamente deverá ter correspondido, no sector feminino, ao pequeno corpo da cozinha, acoplado por trás das piscinas⁸⁸⁰.

Logo no *Compromisso*, prevê-se que o hospital deveria atingir uma lotação máxima de cem camas⁸⁸¹. Contudo, com todas as ampliações conhecidas até 1656, atingiram-se as 130⁸⁸². Aliado a esta necessidade de expansão nas primeiras épocas balneares verificou-se que não era possível tratar na mesma enfermaria os vários tipos de doenças, especialmente pelo risco de contágio que isto acarretava.

Assim, ainda no mandato de Gomes da Fonseca, em data incerta⁸⁸³, foram construídas novas estruturas, contíguas com as enfermarias originais, separando os doentes entrevados – que continuariam na enfermaria antiga – dos doentes menos graves⁸⁸⁴. Na mesma altura é feita nova ampliação para uma outra enfermaria no sector masculino para receber doentes com febre, que necessariamente teriam de estar mais longe das piscinas devido à temperatura que estas emanavam⁸⁸⁵. Contudo, esta enfermaria é mudada para o edifício perpendicular ao hospital em 1529⁸⁸⁶.

A ampliação do sector feminino⁸⁸⁷, para as mesmas valências, irá estruturalmente obrigar à demolição das casas do médico e do boticário⁸⁸⁸ e à construção de um muro de suporte de terras do lado Norte⁸⁸⁹. Assim, os mestres-de-obra optam por construir uma série de arcos de travamento entre o edifício e o muro, permitindo com o seu fecho a criação do túnel de acesso ao adro da igreja e de distribuição entre os serviços de apoio. Tornando-se na prática um arruamento coberto.

“Eu El Rey faço saber a vos Hieronimo Ayres Provedor das Caldas que eu fuy ora por vos informado que no ditto Hospital hera necessario fazerense mais appozentos pera agazalhado das freiras e Enfermos que se aelle vem curar dos que as Raynha

⁸⁷⁹ Vd. no final do capítulo o esquema da evolução da construção.

⁸⁸⁰ Vd. continuação do capítulo.

⁸⁸¹ *Compromisso do Hospital* – capítulo IV item 1.º

⁸⁸² Vd. Helena Gonçalves Pinto & Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 137. E Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 190.

⁸⁸³ Provavelmente entre 1508 e 1512.

⁸⁸⁴ *“menos empedidas dos nervos pera virem ao banho por seu pee.”* Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 179.

⁸⁸⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 178.

⁸⁸⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 221. Vd. continuação.

⁸⁸⁷ Terminado em 1549. Vd. quadro anterior.

⁸⁸⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 179.

⁸⁸⁹ Vd. esquema da evolução das obras no final deste capítulo.

*minha Tia que santa gloria haia, ahi mandou fazer, e assy repairar alguns dos que estão feitos por disso haver necessidade pello que vos mando que vos os mandeis fazer e repairar como virdes etc. em 19 de Julho de 1528. Rey*⁸⁹⁰

No mandato de Jerónimo Aires, com a afluência crescente de doentes do clero, criaram-se no nível superior enfermarias específicas. Estas foram dotadas de condições que garantissem a clausura, alheando-os do contacto com os outros aquístas, tendo inclusivamente ao seu serviço enfermeiros específicos⁸⁹¹ e oratórios privados⁸⁹². Além da enfermaria, estes teriam espaços exteriores enclausurados, que mais não eram que os terraços onde estavam as clarabóias das piscinas⁸⁹³, com acesso pela varanda da roupa⁸⁹⁴, terminada em 1521.

A construção da enfermaria masculina dos religiosos, irá obrigar também a um reforço estrutural em 1540, optando novamente por dois arcos de travamento⁸⁹⁵, que descarregam no muro de suporte da Volta dos Sinos⁸⁹⁶, junto a S. Silvestre.

Como já não restava solo disponível na bacia e as enfermarias mais antigas (as dos entrevados) tinham perdido as fenestrações⁸⁹⁷, a opção mais lógica era fazer as futuras ampliações no piso superior, junto às enfermarias dos religiosos. Com o encerramento da piscina da sarna, anulando as clarabóias⁸⁹⁸ e construiu-se sobre esta a enfermaria de S. Pedro⁸⁹⁹. As outras quatro enfermarias do piso superior serão construídas⁹⁰⁰ sobre o comprido paralelas entre si⁹⁰¹, replicando a estrutura das piscinas (onde se apoiavam⁹⁰²) e deixando saguões para as clarabóias das piscinas⁹⁰³. O último espaço livre – sobre a estrutura da copa – foi ocupado pelos camarotes privados dos

⁸⁹⁰ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 221.

⁸⁹¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 180.

⁸⁹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, pp. 176, 180.

⁸⁹³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 179.

⁸⁹⁴ Mais tarde seriam construídas escadas exteriores de acesso a estas enfermarias. Vd. quadro anterior.

⁸⁹⁵ Que ainda existem.

⁸⁹⁶ Como o topo destes arcos ficava a nível com o piso da enfermaria consideramos que poderá ter existido um acesso em ponte.

⁸⁹⁷ Construíram-se clarabóias junto à parede da igreja. Vd. Helena Gonçalves Pinto & Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 141.

⁸⁹⁸ Iniciada em 1575.

⁸⁹⁹ “A quarta Enfermaria he a de Sam Pedro fundada sobre abobadas (...)” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 177.

⁹⁰⁰ Após 1540.

⁹⁰¹ Para a construção destas enfermarias foram demolidas as dos religiosos, em 1563, reconstruindo-se alinhadas com as novas.

⁹⁰² Segundo Jorge de S. Paulo, todo o piso superior era assente em arcadas de pedra. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, pp. 177, 179, 180.

⁹⁰³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 179.

doentes pagantes⁹⁰⁴, após um reforço estrutural que coincidiu com a construção da enfermaria de S. Pedro⁹⁰⁵.

Assim, embora fora do intervalo cronológico deste trabalho, podemos ordenar as novas enfermarias⁹⁰⁶ do piso superior a partir do texto de Jorge de S. Paulo⁹⁰⁷; deitando para a varanda da praça eram as: enfermaria de S. Pedro, enfermaria dos clérigos (seculares), enfermaria nova dos homens, casa das religiosas (sobre a copa) e a enfermaria dos religiosos (regulares) contígua com o hospital dos peregrinos. Nas traseiras: enfermaria nova das mulheres e do lado oposto a casa dos fidalgos.⁹⁰⁸

*“Da parte do Norte por baixo das fortes abobadas da Enfermaria nova das Mulheres se fabricou a Real cosinha pera os Enfermos do Hospital toda lageada de pedra com chaminé quadrada de grande altura com sua Agoa pera serviço e limpeza e evitar o mau cheiro que sempre cauza a falta della; nailharga desta caza está outra maior que antigamente servia de Amassadoria e hoie se recolhem nella mais de setenta carros de sepa, e algus de carvão pera todo o tempo da cura.”*⁹⁰⁹

A cozinha (com padaria) teria de servir um grande número de doentes na Copa e ao mesmo tempo estar em posição de receber os géneros alimentícios. Assim, atendendo que tinha uma fresta que deitava para o arco do túnel⁹¹⁰ fora inicialmente contígua com a piscina da sarna e à feminina.⁹¹¹ Com o aumento do número de aquístas, tal como as enfermarias, a cozinha foi ampliada, servindo-se do espaço por baixo da nova enfermaria das mulheres. Na mesma época⁹¹² ter-se-á mudado a padaria para junto aos fornos na Volta dos Sinos⁹¹³. Entre a piscina da rainha e o túnel, estava a farmácia (botica):

*“Por baixo da abobada onde se fundou a ditta Enfermaria de S. Pedro permanece hũa caza não muy grande, compendiosa porem pello muito que comprehende em rezão de perfeita Botica do Hospital”*⁹¹⁴

⁹⁰⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 180; tomo III, p. 51.

⁹⁰⁵ Optou-se por uma abordagem resumida das obras de ampliação do edifício posteriores a 1533.

⁹⁰⁶ Posteriores a 1540.

⁹⁰⁷ De Norte para Sul, com acesso para a varanda.

⁹⁰⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, pp. 176-181.

⁹⁰⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 189.

⁹¹⁰ Vd. referência anterior sobre a arcada do hospital.

⁹¹¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 57.

⁹¹² Em 1576. Vd. quadro anterior.

⁹¹³ *Idem.*

⁹¹⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 190.

A Norte, num edifício perpendicular ao edifício principal (hospital) estavam as outras valências de apoio e o Hospital de Convalescença. No piso superior estava a já referida rouparia, com acesso para a rua (terreiro da Cruz Nova), junto às habitações dos oficiais, com dois pisos, viradas ao Terreiro das Gralhas⁹¹⁵.

*“Junto á Enfermaria de Sam Pedro está hũa escada bem lavrada de degraos inteiros de pedra marmol, rematasse com hum cabide sobre duas colunas que serve de doceíl á porta por onde se entra nas duas grandiozas sallas mais compridas que largas forradas em forma de esteira, fundadas sobre grandes e valentes abobadas, cheas de varios caixões de cedro da India e da terra com dobradas fechaduras em que se recolhem copiozas roupas pera as cento e trinta camas (...)”*⁹¹⁶

Sob esta estava a despensa, virada para a praça⁹¹⁷, protegida por um arco contíguo à entrada do túnel⁹¹⁸. À esquerda desta, por baixo da segunda sala da rouparia⁹¹⁹, estava a nova enfermaria das febres e dos penitentes (Hospital de Convalescença) feito em 1529⁹²⁰, pelo provedor Jerónimo Aires, tendo para isso comprado a casa de Lopo Fernandes, anexa à rouparia⁹²¹.

*“= Item huãs casas grandes de dous sobrados que estão conJuntas ao ditõ esprital que servem .sscilicet. as de todo çima,. da Rouparja do ditõ esprital com seu eyrado pera soelharem e sacodirem a dita Roupa com seu aposentamento, em que pousão os espritaleiros apegados e conJuntos as ditas casas, e nos sobrados de baixo esta ha enfermarja dos convaleçentes com sua logea em baixo que serve de despejos de madeira.”*⁹²²

Enquanto o espaço destinado aos penitentes seria no lado de trás, pois não tinha janelas⁹²³, já o Hospital de Convalescença, deitava para a praça sobre umas arcadas⁹²⁴, que ao tempo de Jorge de S. Paulo, fruto da ampliação do mesmo em 1547, já não existia.

⁹¹⁵ “Pera a parte do Norte se situaram as cazas do Enfermeiro Mor sobre arcada de tijolo, serventia ordinária da vila. Desta abobada pera o occidente se seguem os appozentos apraziveis do Escrivão da Real Fazenda deste Hospital.” *Idem*.

⁹¹⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 190.

⁹¹⁷ Pois por trás encostam ao solo.

⁹¹⁸ Provavelmente por baixo da escada da rouparia. Renovada em 1566. Vd. referência anterior sobre a arcada do hospital.

⁹¹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 191.

⁹²⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 221.

⁹²¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 223.

⁹²² AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.93. [1932]. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Transcrito em anexo (documento 25).

⁹²³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 180.

⁹²⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 223.

Adossado a este corpo situar-se-ia, após 1532, a Casa da Câmara⁹²⁵, com cadeia no piso térreo⁹²⁶. Embora, em 1575 estas estavam no piso térreo do Hospital dos Peregrinos.⁹²⁷

*“= Item na praça da dita Villa da banda do sull tem ho dito esprital huum asentamento de casas sobradadas com sua escada de pedrarja pera serventia dellas ho quall asentamento he aposentamento dos Romeiros e pelegrinos e pasaJeiros,. e as logeas de baixo servem de estrebarjas dos enfermos que se vem curar ao dito esprital e asyem das bestas dos ofiçaes do esprital..”*⁹²⁸

Do lado oposto, na face Sul da praça estava o Hospital de Peregrinos, anexado ao hospital, com dois pisos, em que as *logeas* eram estrebaria. Atendendo à planta da vila de 1742⁹²⁹, o acesso ao Hospital dos Peregrinos seria feito por uma escada perpendicular à fachada do hospital, que criava, conjuntamente com o chafariz um certo estrangulamento entre a Rua Nova e a praça, ao mesmo tempo. Esta valência, que na prática servia de albergaria⁹³⁰ foi fundada por D. Leonor⁹³¹ e já estaria a uso em 1503⁹³². Terá talvez servido de alojamento temporário dos aquistas durante a construção do hospital, atentando à sua localização (perto da piscina que se manteve a uso). Porém, é importante lembrar que o auxílio aos peregrinos era uma das obras de caridade e misericórdia.

*“= Item huas casas sobradadas na praça que servem de pouzadas dos perjgrinos partem do norte com praça e do soam com Rua pubrica e do sull com prazo do dito ospital qu tras francisco guomez tem de comprido vymte varas menos sesma, tem de llarguo çimquo varas, e tres dedos francisco coelho escrivão o escreuj:. faria ,”*⁹³³

⁹²⁵ Vd. capítulo 1 da terceira parte.

⁹²⁶ Que, já depois de Jorge de S. Paulo fora transferida para as estrebarias do hospital dos peregrinos.

⁹²⁷ Vd. AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.64v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29). E capítulo 5.2. da terceira parte.

⁹²⁸ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.94v. [1932]. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Transcrito em anexo (documento 25).

⁹²⁹ Vd. pormenor da planta da vila neste capítulo.

⁹³⁰ Vd. citação de abertura do capítulo 3. da primeira parte.

⁹³¹ “*Na praça da Villa que por sy representa hum terreiro de paço Real á vista do fronstepicio e alegres varandas do magestozo Hospital, pera a banda do Sul em opposição da Enfermaria de Sam Pedro fundou também a Raynha D. Leonor hum Hospicio piedoso amparo no Inverno dos Peregrinos passageiros*” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 191.

⁹³² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 227.

⁹³³ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.56v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29).

Teria de dimensões 22,4x5,5m, e estava equipada com seis camas. Não seria muito utilizado, pois rapidamente se degradou⁹³⁴, tendo sido aforado ainda no século Dezaséis⁹³⁵ e o piso térreo convertido em cadeia e Casa da Câmara, como já referimos.

Depois de ter servido como estrebaria e arrecadação, foi demolido e reconstruído “*a primis fundamentis*” em 1651.⁹³⁶

*“Os appozentos dos Religiosos, e criados do Hospital foy o Paço Real mui limitado em que a Raynha D. Leonor rezidia com suas Damas, e officiais da sua caza no tempo que se continuavão as obras do novo edificio e porque parte delle se desfez de todo o ponto, e parte se obrou de novo segundo a necessidade e variedade dos tempos relatarei somente o que prezente se conserva entre os limites dos seus muros.”*⁹³⁷

O núcleo de serviços de apoio à actividade hospitalar não se situava na praça, mas sim nas traseiras, abrindo para a Volta dos Sinos. Aí, se situava desde o início da construção o centro de gestão e residência do provedor (e de D. Leonor). Daí que, marginando a Horta⁹³⁸, se tenham mantido as mesmas valências. É aqui que mais alterações se fizeram⁹³⁹, sendo difícil reconstituí-lo⁹⁴⁰.

Basicamente era composto pelo edifício da Casa dos Provedores, que fazia a esquina entre a Volta dos Sinos e o Terreiro da Cruz Nova, em que, no piso inferior ficava a estrebaria e os quartos dos criados e escravos⁹⁴¹ e no piso superior, virado a Sul, os aposentos do provedor e almoxarife.

“Tornado à primeira salla fica pera o Oriente hum portal de madeira bem lavrada, entrada ordinária pera a segunda bem nomeada por sua fermozura, e alegre vista de hũa janella espaçosa que cahe sobre o laranjal, e pello ornato della com os retratos quazi ao Natural dos Serenissimos desouto Reys Portuguezes, e do Conde D. Henrique felicissimo tronco de todos elles, e por seu respeito se chamou sempre a salla dos Reys, (...) he salla quadrada de boa architectura, forro piramidal de estremado bordo em forma de pavelhão; a circumferencia da area, occupão cadeiras de Estado; no meyo della hum Bufete de pao santo com todo o recaudo de escrever; no canto o Cartório do Hospital rotulado para mayor expediente dos seus papeis, e logo hũa tribuna grande em que se ouvem missas do Oratório, e no outro canto da sala hũa grande chamine pera reparo dos frios nos mezes de Inverno. Serve esta salla de os

⁹³⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 191.

⁹³⁵ Na planta da vila de 1742, verifica-se que existiam edificios privados (habitações) anexadas ao hospital, pois surge-nos na legenda com o n.º 21 a indicação da casa de D. Manuel Henriques dos Santos, que, tal como outras, foram demolidas para ampliação do novo hospital. Vd. citação mais à frente.

⁹³⁶ *Idem.*

⁹³⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 192.

⁹³⁸ Vd. próximo capítulo.

⁹³⁹ Jorge de S. Paulo dedica um capítulo inteiro às alterações efectuadas nas oficinas: “*Das officinas q os nossos Provedores mudarão p.ª melhor sitio*” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 55-58.

⁹⁴⁰ Por essa razão nas reconstituições desenhadas iremos apresentá-lo só como um volume.

⁹⁴¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 193.

Padres Provedores tomarem vizitas de autoridade dos Duques, Marquezes, Condes, Senhores e mais gente do meyo quando vem dar hum modo de obediencia primeiro que entram nas suas curas.”⁹⁴²

Aqui, do lado Nascente se alojavam os dignatários e a corte sempre que visitavam as Caldas, tendo sido constantes as obras de remodelação e decoração deste edifício⁹⁴³, em especial a Sala dos Reis, sala principal da *Casa*, que tinha um tecto em caixotões de madeira, largos vãos e varanda para o laranjal e escada para o Jardim dos Provedores⁹⁴⁴.

No mesmo piso, para Norte, ficavam os serviços administrativos, o refeitório, a cozinha e o oratório privado.

“Na banda do Norte fica a caza dos contos e do despacho com sua fermoza menza de bordo e assentos pera os officiaes, e outros pella parede pera as partes requererem sua iustiça, e hũa sede mais alta, assento proprio em que o Ouvidor faz suas audiencias em os dias designados da semana: he caza larga e com muita luz de hũa janella rasgada de pedraria,”⁹⁴⁵

No seguimento da Casa dos Provedores, para Nascente estão as valências essenciais à gestão dos recursos da Horta⁹⁴⁶, junto ao edifício principal: a adega, o lagar e o grande pombal, do tempo da rainha⁹⁴⁷. Num páteo nas traseiras, a uma cota mais baixa, uma cerca para os carneiros, junto deste, deitando para a rua⁹⁴⁸ o celeiro e o açougue do Hospital⁹⁴⁹ que era simultaneamente da vila⁹⁵⁰.

“Começou-se esta obra no mês de Maio de 1747 principiando-se a demolir a obra antiga, a qual se achava já muito enterrada, a respeito das águas das partes circunvizinhas que iam penetrando o edifício, para o que foi preciso levantar-se os pavimentos, e pô-los quase no da Igreja da Vila, para onde se subia por muitos (fl. 6.) degraus, e agora se sobe só por um. (...) Não somente se levantaram os pavimentos para buscar maior comodidade, e desafogo na altura, mas se tomou maior extensão de terreno para a parte da Praça Velha, e para a parte do Sul derrubando-se várias moradas de Casas”⁹⁵¹

Para uma primeira abordagem, é importante definir qual a cota de implantação dos edifícios. Na citação anterior, refere-se que a cota do hospital era inferior à cota da

⁹⁴² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 195.

⁹⁴³ Vd. quadro anterior.

⁹⁴⁴ Vd. próximo capítulo.

⁹⁴⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 193.

⁹⁴⁶ Vd. próximo capítulo.

⁹⁴⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 199. Sobre o pombal da rainha: Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 480-481.

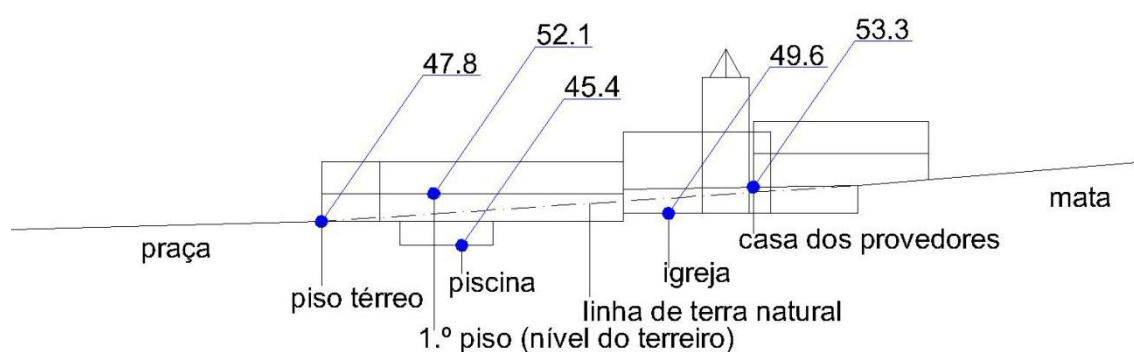
⁹⁴⁸ Continuação da Volta dos Sinos em direcção ao topo do Rossio.

⁹⁴⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 199.

⁹⁵⁰ O Concelho não tinha açougue.

⁹⁵¹ *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas...* p. 27.

igreja⁹⁵², por outro lado, as piscinas, teriam de ser implantadas directamente sobre as nascentes⁹⁵³ e ao mesmo nível do lençol freático⁹⁵⁴. Contudo, implantar o pavimento do edifício à mercê de enxurradas e permanentemente húmido, tornaria insalubre o uso intensivo do espaço. Assim, o piso térreo do edifício desenvolveria-se a três cotas distintas em que a mais baixa (a das piscinas) e a mais alta (a da igreja) ainda se mantêm. O piso superior, sobre o corpo principal do hospital, ficava ao nível do solo na lateral Norte, possibilitando acesso directo do terreiro para as valências desse piso.



955

O mestre-de-obras teria de contar ainda com um problema⁹⁵⁶ estrutural: a fraca sustentabilidade do solo⁹⁵⁷ para construir as fundações do edifício, especialmente muito perto dos olhos-de-água. Assim, Mateus Fernandes terá optado por uma solução de subestrutura em arcadas de pedra⁹⁵⁸, solução que já tinha utilizado no Mosteiro de Sta. Maria da Vitória⁹⁵⁹, implantado na margem de um rio.

Recapitulando, as condicionantes foram: um terreno pantanoso, mais fundo do que a envolvente⁹⁶⁰, com a cota de implantação definida pelo lençol freático⁹⁶¹ e as piscinas teriam que ser construídas sobre as nascentes. Por outro lado, a afluência dos aquístas manteve-se durante os trabalhos, portanto, uma das piscinas tinha de se manter

⁹⁵² Consideramos que o peso da estrutura do hospital possa também ter afundado no solo, a uma velocidade superior à da igreja. Situação que também se verifica no edifício actual. Vd. capítulo 1.2.

⁹⁵³ Vd. planta anterior.

⁹⁵⁴ Vd. capítulo 1.2.

⁹⁵⁵ Secção esquemática dos edifícios do Hospital com indicação das cotas de soleira (georeferenciadas em DATUM 73).

⁹⁵⁶ Sobre as condicionantes físicas do local vd. capítulo 3.

⁹⁵⁷ Vd. capítulo 1.2. e capítulos 1.1. e 1.2. da primeira parte.

⁹⁵⁸ Que ainda são visíveis no poço da bombagem e na secção visível da conduta de descarga.

⁹⁵⁹ Helena Gonçalves Pinto & Jorge Mangorinha – “O programa e a arquitectura termal” in *Caldas da Rainha, património das Águas...* p. 138.

⁹⁶⁰ Vd. capítulos 1.1. e 1.2. da primeira parte.

⁹⁶¹ Certamente foi escavado o solo até encontrar um caudal de água mais forte nas nascentes, além de se ter de preparar o solo para a construção das fundações.

activa a par da construção⁹⁶², que por lógica⁹⁶³, seria a piscina dos homens, mais perto de S. Silvestre, pois para qualquer outra nascente teria de atravessar o estaleiro⁹⁶⁴.

Mateus Fernandes tinha por esquema base o plano das edificações hospitalares italianas e o programa que a rainha pretendia implementar⁹⁶⁵. Tinha então de traçar uma planta contida entre os dois núcleos de nascentes⁹⁶⁶, criando uma simetria entre os dois núcleos de aquíferos e seguindo o eixo Nascente/Poente⁹⁶⁷ dado pela orientação da igreja de N. Sra. do Pópulo. Com as necessidades estruturais do tipo de fundações escolhidas, teria de se utilizar uma malha geométrica.



968

Como os banhos continuaram em uso durante a construção do novo hospital do século Dezoito⁹⁶⁹ e conhecendo as dificuldades técnicas da demolição de um edifício desta envergadura, levou-nos a considerar que o primitivo hospital não fora totalmente demolido. Assim, não são só a igreja e a piscina da rainha que restam do hospital de Quinhentos, sendo possível detectar a existência de estruturas primitivas, analisando na

⁹⁶² Vd. capítulo 3.

⁹⁶³ Na continuação deste capítulo iremos verificar que foi esta a escolha.

⁹⁶⁴ Vd. planta de implantação do hospital onde indicamos as nascentes e as piscinas. Planta anterior.

⁹⁶⁵ Vd. capítulo anterior.

⁹⁶⁶ De outra forma não haveria espaço na bacia natural.

⁹⁶⁷ Curiosamente o curso natural do rio de águas quentes tem um desvio muito ligeiro em relação ao Poente, visível no traçado da conduta principal de descarga (vd. planta de implantação na imagem anterior). Mas o mestre-de-obras optou por corrigir este eixo para o correcto alinhamento da igreja.

⁹⁶⁸ Pormenor da piscina da rainha, salientando a tomada de água no final da conduta de admissão, é também visível o movimento da água causado pelas várias nascentes no solo arenoso.

⁹⁶⁹ Inclusive o rei D. João V vem várias vezes a tratamentos termais durante a construção. Vd. por exemplo Luís Nuno Rodrigues – “Caldas da Rainha no século XVIII” in *Caldas da Rainha, património das águas...* p. 125. Mais uma vez se lamenta a inexistência de um trabalho que traga a lume os Livros de Obra de 1747: AH/HCR – *Livro de memórias e instruções pertencentes à renovação do Real Hospital principiado em Maio de 1747*.

planta do piso térreo actual⁹⁷⁰ as incoerências estruturais: os acertos do perfil das paredes⁹⁷¹, os espaços esconsos, alinhamentos e enfiamentos de paredes⁹⁷², a estrutura abobadada de certas salas⁹⁷³, a espessura de paramentos e as condutas de distribuição e descarga da água das piscinas⁹⁷⁴. No piso superior, já são raras estas incoerências, embora se note a estrutura-mestra de algumas paredes, o posicionamento do saguão e o alinhamento da parede no extremo Norte (junto ao túnel) com a piscina – assentado na extremidade de uma arcada (em arco de três raios) na frente da piscina da rainha.

Cruzando as descrições do hospital primitivo com o actual, encontramos alguns elementos construtivos desajustados com a envolvente, que poderão ser da construção primitiva ou substitutos destes, nomeadamente⁹⁷⁵: as clarabóias das piscinas, que apresentam um encastramento forçado na parede; a escada exterior Sul desalinhada; várias abóbadas interiores seccionadas; as escadas de acesso à cota das piscinas e alguns arcos estruturais enviesados.



976



977

⁹⁷⁰ A estrutura do piso térreo actual mantém no geral o que foi feito no século Dezoito.

⁹⁷¹ Notam-se claramente paredes que foram cheias ou escavadas para acertar o alinhamento com a nova edificação.

⁹⁷² Paralelas com a igreja e desajustadas com a estrutura Setecentista.

⁹⁷³ Abóbadas de canhão e em arco de três raios em pedra.

⁹⁷⁴ Vd. planta anterior.

⁹⁷⁵ As fotografias que se seguem pretendem ilustrar esta afirmação, no entanto existem muitas mais situações semelhantes que não foi possível fotografar.

⁹⁷⁶ Galeria (conduta) de distribuição de água para as piscinas, nó junto à nascente.

⁹⁷⁷ Túnel actual. Verifica-se o desalinhamento do arco em primeiro plano, o único com peça de travamento. A janela à esquerda é a da piscina da rainha.



978



979



980



981

⁹⁷⁸ Saguão sobre a piscina dos homens, onde se vê um troço de paramento com a espessura seccionada.

⁹⁷⁹ Porta falsa na parede do fundo (de secção triangular) da piscina dos homens.

⁹⁸⁰ Escada exterior na lateral Sul, enviesada com a estrutura (mas é paralela às piscinas e à igreja, vd. planta anterior). Ao fundo é visível o arco de sustentação entre o edifício e o muro de suporte da Volta dos Sinos (frente ao que seria S. Silvestre).

⁹⁸¹ Clarabóia da piscina dos homens. Verifica-se o encastramento forçado na parede do fundo. Estas são também as únicas em cantaria com tiradas de água nos cantos e vestígios do gateamento metálico do caixilho, as restantes são em tijolo e de baixa qualidade técnica.

Estando assim em posse de todos os elementos, podemos reconstituir o edifício principal do Hospital⁹⁸² no seu aspecto em 1533⁹⁸³, data de conclusão dos trabalhos portal e limite cronológico do nosso estudo.

Se interligarmos todas as incongruências que detectamos na planta, verificamos que conseguimos definir um grupo de espaços paralelos entre si, que se articulam com as piscinas e se alinham com as paredes exteriores da igreja. Porém, no sector masculino, como já referimos, a piscina está desalinhada com as outras construções a Norte (e alinhada com o curso das Águas Quentes). Mas compreende-se bem os locais de destorço das paredes. A abóbada em arco de três raios do actual vestiário (frente à piscina feminina) está alinhada com estas, embora a sala seja actualmente seccionada pelo paralelismo forçado das construções Setecentistas. Contudo, o arco do túnel que se apresenta torcido com os congéneres é facilmente conjugável com a referida abóbada.



984

Assim, atendendo que a piscina dos sarnosos abriria para a arcada do hospital conseguimos definir que esta abóbada pertencia à fachada. Ao mesmo tempo, a parede

⁹⁸² Mais uma vez referimos que as reconstituições feitas neste projecto são conjecturais. Demonstram a nossa interpretação com base nos documentos, descrições e evidências físicas.

⁹⁸³ Data da conclusão dos trabalhos do portal.

⁹⁸⁴ Incoerências estruturais no piso térreo do hospital. Indiciando vestígios dos paramentos do edificado anterior às obras de Setecentos. Agradecemos a colaboração dos técnicos do *Gabinete de Planeamento do CHCR*.

do piso de cima apoia-se neste local e com este alinhamento. Seguindo a mesma métrica, verificamos que esta permite a construção dos cinco arcos da fachada, que curiosamente têm os pilares no local de paredes-mestras actuais.

Se a estrutura que permitiu a ampliação das construções para o piso superior era em abóbadas e conhecendo a mestria dos executantes, em especial na bela abóbada da piscina dos sarnosos, encontramos uma planificação dos espaços interiores que permitiria vencer os vãos com qualquer tipo de abóbada, excepto na Copa. Contudo, por experiência, tentamos transpor a abóbada da nave da igreja para a sala da Copa, pois o vão era semelhante. Curiosamente, foi possível encontrar um alinhamento perfeito, além de que, nos locais de reforço estrutural – onde os arcos apoiariam – ainda hoje é possível vislumbrar paredes mais grossas, fruto, supomos, da não demolição de elementos estruturais mais fortes.



985

⁹⁸⁵ Definição da reconstituição conjectural do edificado de 1533. Alinhamento dos vestígios de estruturas primitivas no piso térreo actual (a vermelho).

Cruzando as dimensões e o posicionamento das paredes que conseguimos definir com a planta da vila de 1742⁹⁸⁶, compreendemos quais os limites exteriores do edifício, que coincidem com a nossa reconstituição.

A mesma solução foi utilizada para determinar a largura do bloco da rouparia. Como desconhecemos a dimensão desta, optamos por considerar que ocuparia metade do volume desenhado em 1742⁹⁸⁷, sensivelmente paralelo a um entalhe visível nos edifícios do lado oposto da rua⁹⁸⁸, que poderiam ter acompanhado a ampliação para Poente do bloco, com a demolição da casa de Lopo Fernandes e posteriormente com a construção da *Casa da Câmara*. Sendo este o bloco da reconstituição cuja dimensão nos causa mais dúvidas⁹⁸⁹.

Do lado oposto, a dimensão do Hospital dos Peregrinos é-nos dada pelo *Tombo de Propriedades*, que coincide com os vestígios encontrados. Por outro lado, a escada, projectada no enfiamento do bloco, é visível na planta de 1742, tal como o chafariz da vila, paralela a esta. Ambas formavam o estrangulamento da entrada na Praça. O muro entre a escada e os 3,2m que a separam do chafariz⁹⁹⁰, são fruto de obras de melhoramentos ao redor do chafariz da praça, fazendo, em 1566 a calçada e um muro “q encobre o chafariz onde lavão as mulheres na praça pella honestidade das mesmas mulheres”.⁹⁹¹ Embora não encobrisse a vista a partir da varanda e da Enfermaria dos Religiosos, permitia um recanto menos exposto aos utentes do Hospital dos Peregrinos.

Tendo em conta o seccionamento dos paramentos interiores pelas obras mais recentes e também por não ser este o nosso objectivo, optamos por considerar os espaços das enfermarias – os mais alterados – como um bloco unitário por sector. Na prática, como nos baseamos nos vestígios decidimos não «inventar» divisões de espaços interiores cujas medidas originais desconhecemos⁹⁹². Pela mesma razão optamos por

⁹⁸⁶ Esta representa o piso térreo, embora haja uma inversão da igreja (erro que não compreendemos). Haverá também que contar com as construções privadas adossadas na fachada Sul do Hospital.

⁹⁸⁷ Sensivelmente 8x20m. Desta forma também não saímos do alinhamento da fachada actual.

⁹⁸⁸ Rua do Concelho.

⁹⁸⁹ O edifício actual (casa da caldeira), foi construído em 1930, demolindo-se um edifício anterior na frente deste, do qual existem fotografias e planos. Na planta de 1742, o bloco da rouparia está no enfiamento do muro e paralelo ao sector das piscinas do edifício principal.

⁹⁹⁰ O afastamento do chafariz ao edifício (aqueduto) é dado pela planta de 1742, ficando de frente com a entrada da Rua Nova, sensivelmente cinco metros mais fora do que a escada.

⁹⁹¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 108. Vd. também o capítulo 4. da segunda parte.

⁹⁹² Relembremos as razões porque esta reconstituição difere da suposta perspectiva de 1747: em especial por todas as obras efectuadas em dois séculos e por não reconhecermos grau de fiabilidade nesse desenho, que contraria a documentação e a descrição de Jorge de S. Paulo em que nos baseamos. No entanto, longe de ser obra acabada, esta nossa reconstituição é fruto da nossa análise da documentação, descrição e vestígios conhecidos, não deixando de ser conjectural e sujeita a revisões.

não fazer a reconstituição em planta do piso superior⁹⁹³ e da *Casa dos Provedores*, para os quais os vestígios são escassos e porque grande parte das obras foram efectuadas após 1533⁹⁹⁴.



995

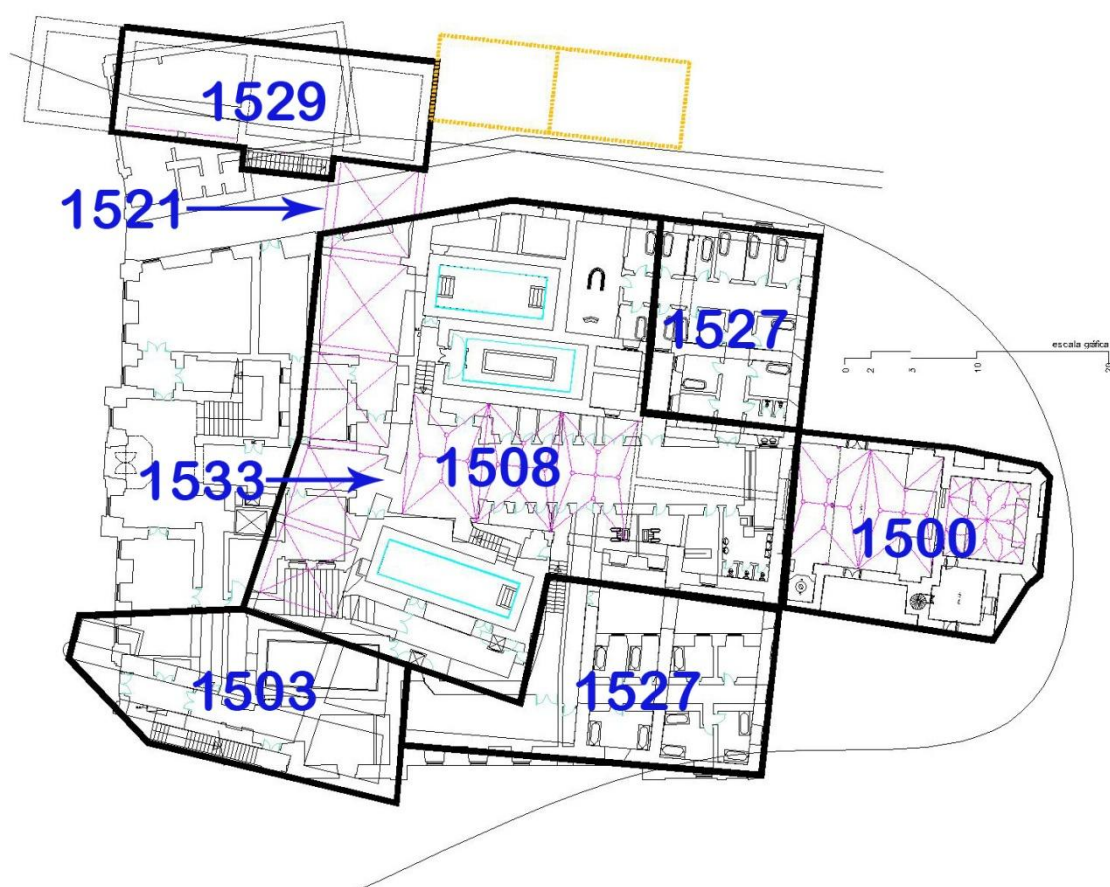
Tendo a construção do hospital sido faseada, achamos por bem apresentar em planta o alinhamento destas fases, ajudando a compreender as questões estruturais criadas com a ampliação para Poente, pela aproximação do talude da bacia, obrigando, como já referimos, à demolição das casas do médico e do boticário e a construção de muro de suporte e arcos de travamento. Assim, de uma forma resumida, até 1533 foram sete fases de construção: em 1500 ficou terminada a Igreja, em 1503 o Hospital dos

⁹⁹³ Também não sabemos onde seriam as escadas interiores.

⁹⁹⁴ Vd. modelo tridimensional no final deste capítulo.

⁹⁹⁵ Reconstituição da planta do piso térreo do Hospital em 1533: 1. Copa; 2. Piscina das Mulheres; 3. Piscina dos Sarnosos; 4. Piscina dos Homens; 5. Arcada (varanda no piso superior); 6. Enfermarias do sector feminino; 7. Enfermarias do sector masculino; 8. Cozinha; 9. Amassadoria (padaria); 10. Botica (farmácia); 11. Estrebaria (Hospital dos Peregrinos no piso superior); 12. Despensa; 13. Hospital de Convallescença (Rouparia no piso Superior); 14. Local da Casa da Câmara e cadeia; 15. Igreja de N. Sra. do Pópulo; 16. Chafariz da Praça Nova. ?. espaço de utilização desconhecida (talvez parte da enfermaria dos homens, estrebaria ou armazém) onde mais tarde seria a Casa da Câmara, no piso superior fazia parte do Hospital dos Peregrinos.

Peregrinos e o chafariz, a conclusão da primeira fase principal de obras de Mateus Fernandes terá sido em 1508 e o seu filho homónimo terá terminado a varanda da rouparia em 1521 e seis anos conclui as novas enfermarias e amplia a cozinha, tendo demolido as casas do médico e do boticário. Em 1529 ficou pronto o bloco da rouparia, com o Hospital de Convalescença no piso térreo, obras de Aleixo Henriques, por fim em 1533 os pedreiros Vasco Fernandes, Afonso Peres e Duarte Mendes montaram o Portal do Hospital e o pelourinho da vila.



996

⁹⁹⁶ Esquema da evolução da construção, visível também a linha de nível topográfico mais baixo e o local provável das casas do médico e do boticário (a amarelo).



997



998

⁹⁹⁷ Modelo tridimensional da inserção urbana dos edifícios do Hospital.

⁹⁹⁸ Modelo tridimensional da Praça Nova em 1533. (vista a partir da face Sul).

8.3. A Horta do Hospital

“O que cousa tam rreal / começada / entray que nam vedes nada / o que fremoso çidral.

E estas lorangeirinhas / delaranjas carreguadas / sam prantadas / por estas santas mãos minhas.

*Quantos obos aqui prantais / tudo prende / por q tanto se mentende / que ninguem nã ssabe mais. / Hũ pao sseco aqui metido / com ssaber que me se deu / farey eu / ficar verde e muy frovido.”*⁹⁹⁹

Lembrando o que já foi referido sobre a propriedade rústica do Hospital, como parte da estratégia de implementação da Instituição¹⁰⁰⁰ e como condicionante à expansão urbana¹⁰⁰¹, caberá neste capítulo tecer considerações sobre o papel da Horta no programa assistencial. Este espaço com perto de vinte e um hectares que enforma a confinante Nascente do edificado da Instituição – do qual desconhecemos se a dimensão actual será fruto de uma demarcação primitiva ou de uma expansão para Nascente, até às terras do Casal de Belver – tem com principal objectivo¹⁰⁰² a protecção dos efluentes minerais subterrâneos¹⁰⁰³, ordenado como espaço *non aedificandi* da vila – excepto no que toca a mães-d’água, minas e encanamentos¹⁰⁰⁴ – aliado de uma fonte de fornecimento de produtos agrícolas ao Hospital e reserva de expansão do programa hospitalar¹⁰⁰⁵.

Este binómio horta/jardim, será constituído por enquadramento da Casa Real, na sua génese¹⁰⁰⁶, enformando um espaço exterior privado, longe do bulício do estaleiro da obra, dos aquístas e das construções dos primeiros habitantes. De futuro, o uso como área de lazer do programa termal¹⁰⁰⁷, seria privilégio do provedor, almoxarife e da alta sociedade – utentes da Sala dos Reis – os únicos com autorização de franquear a porta:

⁹⁹⁹ Henrique da Mota – “Danrique da mota / ao ortelam q a rainha / tẽ nas caldas q he hũ / omẽ muyto pequeno e / chamase joãgrãde e pa / ssou estas palavaras cõ / ele por trazer a carreto / de dizer q o pvedor das / caldas q chamã jerony / mo dayres era muyto / seco ã suas cousas e co / meça abater a porta da orta. E falam ambos hũ / com o outro.” in *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. fls. 205. c. 1515. Transcrito na íntegra em anexo (documento 30).

¹⁰⁰⁰ Vd. capítulo 1.2.

¹⁰⁰¹ Vd. capítulo 7.1.

¹⁰⁰² Considerado como tal por Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 176.

¹⁰⁰³ Vd. capítulo 1.2.

¹⁰⁰⁴ Vd. Fernando Catarino – “A propósito da mata das Caldas” in *Caldas da Rainha, património das águas*. p. 241.

¹⁰⁰⁵ Vd. capítulo 1.2.

¹⁰⁰⁶ Vd. Fernando Catarino – *Op. Cit.* p. 241.

¹⁰⁰⁷ Vd. continuação deste capítulo.

“Agoarday nam v.º partais / escutayme / estarey e sseguraime / que nã zõbeis de mim mais. / Deixaime passar la porta / que queria la entrar / a falar / co ortelão desta orta.

Pois ou grãde ou peqno / exma qui / o que dizeys he assi / assi he por ssamtileno. / Vede vos o que quereis / pareçes a rratalinho / fosforinho / nam disse que nam zombeis.

Ora juos loguo fora / da minha orta / que quero carrala porta / eylo demo vem aguora. / Nam v.º pioire perdam / por qual quer cousa queraste / ou passasse / mais de vossa condiçam.”¹⁰⁰⁸

Socorrendo-nos das descrições da época podemos traçar a imagem deste espaço, que só pela falta de estruturas existentes e de medidas nas descrições não nos permite uma reconstituição. Assim, nos primeiros registos de propriedades do Hospital, feitos por volta de 1532, a Horta surge como:

“Item Huum aposentamento de casas sobradadas açima do dito espirital que servjam d aposentamentos da Rainha em que ora pousão os provedores com seu serado de vjnha orta e pumar, e com seu serço pera galinhas e pombal e lagar de vinho.”¹⁰⁰⁹

Denotando que de início a Horta não possuía carácter independente da Casa dos Provedores. Já em 1575, no segundo inventário de bens da raiz, esta unidade surge em dois *itens*: um sobre o edificado e outro sobre o espaço agrícola:

= Item huas casas gramdes com seu pateo que he do aposento dos padres provedor e allmoxarife e dos seus, em os, quais apozemtos estaa adega e çelleiro e llagar e gallnharia e pomball tudo do dito ospitall e asi atafona [sic] e huu coRedor em que se Recolhe a lenha

= Item detras das ditas casas pera o levamte huu sarrado d orta e pumar e llaramyall e pinhall tudo çercado de muro e vallado, amtiguio o quall parte do norte com estrada que vay desta Vylla pera bellver, e do lleuamte com amtonio denis com simão Vaaz francisco afonso, amtonio diaz jurdão do couto, e outros amtre os quais estaa o muro e vallado velho, e do sull com herdeiros de llopo martinz e duarte diaz e com chãos do dito ospytall qu estão dados pera casas¹⁰¹⁰ e do poemte com casas foreiras ao dito ospitall que ora tras migell Jorge e dioguo Vãaz e framçisco Vaz e com quymtais dos erdeiros de Jorge gonçallvez e com quymtall de jorge piriz diguo com quymtall de joão piriz e as ditas casas com o terreiro do ospitall Rua publica”¹⁰¹¹

No século Dezasseis, a horta era um espaço murado – denominado *Cerca do Hospital*¹⁰¹² – composto por terrenos de cultivo e hortas, sobretudo pomar de citrinos,

¹⁰⁰⁸ Henrique da Mota – *Op. Cit.* fl. 205.

¹⁰⁰⁹ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fls.93v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Transcrito integralmente em anexo (documento 25).

¹⁰¹⁰ Verifica-se que o Hospital tem aforados os terrenos junto à estrada dos Loureiros.

¹⁰¹¹ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.56. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito integralmente em anexo (documento 29).

¹⁰¹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 196.

tendo no extremo uma área de pinhal, com o triplo propósito de garantir o fornecimento de lenha para os fornos da Instituição, material de construção para novos edifícios¹⁰¹³ e, antes do corte, suportar o solo instável das encostas do vale¹⁰¹⁴. Anexo aos aposentos dos provedores, encontram-se as valências edificadas¹⁰¹⁵, importantes para a sustentabilidade dos recursos do *agros*: lagar, adega, armazém, celeiro, atafona, galinheiro e pombal.

Já fora do intervalo cronológico deste trabalho, em 1656, a área agrícola da Instituição apresentava-se dividida em vários espaços independentes, cercados e em vários patamares, que confluem numa alameda central empedrada¹⁰¹⁶, demonstrando um planeamento agro/paisagístico cuidado¹⁰¹⁷. No patamar mais próximo da *Casa*, no seguimento do corpo de adega e lagar¹⁰¹⁸, estava o grande pombal, mandado construir por D. Leonor¹⁰¹⁹. Na mesma zona encontravam-se os dois Jardins dos Provedores, murados e com portas próprias, compostos por pomar de citrínos¹⁰²⁰ e tanque de água (*bica do jardim*)¹⁰²¹, reaproveitada da cozinha e da padaria (amassadoria):

*“Hindo pella calçada abaixo, á mão direita se vê hum jardim dos Provedores de pouca terra, mas abundante de fruta e seu tanque de agoa perdida que sahe do chafaris de hũa bica della pera o serviço da cozinha e amassadoria & na parede do mesmo jardim e á mão esquerda outro mais dilatado, cercados ambos de muros proprios com suas portas e fechaduras; nelles estão plantadas pomposas arvores, assy da ordinaria fruta como de espinho que com a corrente das agoas reprezadas no tanque da Horta estão sempre verdes suas folhas(...)”*¹⁰²²

A continuação para Nascente da alameda (calçada) seria sob latada (parreira) de moscatel¹⁰²³, separando quatro talhos (hortícolas e sequeiro), permitindo uma gestão agrícola baseada na rotatividade de culturas de estação e de poisio.

¹⁰¹³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 198.

¹⁰¹⁴ Vd. Fernando Catarino – *Op. Cit.* p. 241.

¹⁰¹⁵ Vd. capítulo anterior.

¹⁰¹⁶ Da qual ainda restam vestígios.

¹⁰¹⁷ Como veremos de seguida, a Horta era um especial «cartão de visita» para dignatários que se deslocavam às Caldas.

¹⁰¹⁸ Vd. capítulo anterior.

¹⁰¹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 199. Sobre o pombal da rainha vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 480-481.

¹⁰²⁰ “*Pomos de Espinho (...), cidras, limas, hũas agras outras doces, Limões azêdos (...), Laranjas da China, Toranjos &.*” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 197.

¹⁰²¹ Vd. capítulo 4.

¹⁰²² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 196.

¹⁰²³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 197.

*“(…) tres talhos baixos e altos em que se reparte no verão e outra terra mais superior de planície quadrada no inverno (...) Horta fresca e fértil de toda a espécie de hortaliças sem faltar em todo o anno assy no gasto da caça e de quazi toda a Villa”*¹⁰²⁴

No fim da alameda, fraqueando uma porta entrava-se, no lado Sul, na vinha com três castas¹⁰²⁵. O espaço restante seria mata de ciprestes e pinhal.¹⁰²⁶

A excelência do espaço agrícola da Instituição¹⁰²⁷ será motivo de orgulho dos «actores» da época, visível no texto poético de Henrique da Mota¹⁰²⁸ que abriu este capítulo e também na descrição de Jorge de S. Paulo:

“Na sala dos Reys pera a parte do Norte está hũa escada de pedra ordinaria serventia aos dilatados bosques, alegres jardins, ferteis Hortas, copados pinhaes, regalado vinagro, amenos, pumares, depositado tudo no Coração do grandioso circuito deste generoso Hospital, cercado todo em torno de fortes muros capazes de sua segurança e guarda dos fructos que a natureza produzir e a humana industria beneficiar; recreação ordinária dos Religiosos que nem sempre se assiste a negocios importunos de seus officios, nem sempre se occupão os oratorios com suas pessoas pois se reservão horas pera descanso da humanidade que pera esse honesto fim se plantão amenos bosques e bem assombradas lamedas, se cultivão appraziveis iardins e se buscão as correntes das cristalinas agoas.

(...)

*Pera este fresco sitio se rezervam os passeios de agoa com as conservas e confeitados de que se aproveitão os fidalgos e senhoras que tem por timbre não se apartarem destes banhos sem larga vista de todo o circuito desta apprazivel cerca julgandoa por hua das sahidas do lugar de mais gosto e maior delicia.”*¹⁰²⁹

Na vertente de lazer, além dos jardins dos provedores, existia no pinhal o recinto para o Jogo da Bola¹⁰³⁰ e os privilegiados com acesso a este espaço¹⁰³¹ podiam ainda usufruir da sombra de um castanheiro nos talhos, junto à fonte da Horta¹⁰³²:

“Contasse q vindo a mag.^{te} Del-Rey D. João 4.^{to} segunda vez curarse de hũa perna a este Hospital no anno de 1652 como hera frangueiro e inclinado à Cassa e

¹⁰²⁴ *Idem.*

¹⁰²⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 199.

¹⁰²⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 198.

¹⁰²⁷ Vd. descrições ao longo deste capítulo.

¹⁰²⁸ Escrivão nas Caldas.

¹⁰²⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, pp. 196-197.

¹⁰³⁰ Semelhante à Petanca. Existia um recinto público na face Norte do Rossio, dando origem à «Rua do Jogo da Bola».

¹⁰³¹ O pinhal e os jardins da Horta serviam de local para festas privadas e também para motarias, causando algum escândalo as avultadas somas gastas nos «divertimentos» levando a rainha D. Luisa a escrever ao provedor, em 1660, para proibir o infante D. Afonso de frequentar a Cerca do Hospital: *“Estes divertimentos eram as bem conhecidas pândegas com que escandalizava a côrte, empregando dois italianos e o seu séquito de mouros, pretos e mulatos. (...) Mas dava-se a outros divertimentos de parceria com as freiras, (...) e porque era muito dado a caçadas e ao jogo da bola (...) vos lembreis que fostes as Caldas so a buscar saúde e q desta deveis tratar sem vos divertir a nenhuma cousa (...)”*. AN/TT – Miscelânea, ms. n.º 168, fl. 295. [apud] Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 109-110.

¹⁰³² Que mais tarde será mãe-d’água do aqueduto do Chafariz das Cinco Bicas. Vd. plantas do capítulo 4.

*Jogo da Bolla commetia neste particular alguma demazia nociva à sua saude, e mui encontrada à ordem e desposição dos dias de cura, não querendo obedecer às advertencias do fisico mor.*¹⁰³³

*“No meyo deste fresco vergel se plantou hum Castanheiro alegre e bem assobrado no outono a cujas sombras muitas pessoas titulares, fidalgas e Religiosas nas despedidas saudozas, destes Banhos estão gozando do riso da fonte, da fragrancia das flôres, da frescura das plantas, dos frutos das Arvores, dos cachos das parreiras, do cheiro da Hortalissee, sentindo os lizongeiros ventos, o Norte com seu furor, o Austro com sua brandura, o Zefiro com a ordinaria suavidade, que paresse estão convidando a todos á assistencia em tão ameno parque.*¹⁰³⁴

Jorge de S. Paulo, no elenco das obras que os provedores Lóios fizeram no Hospital, refere-nos as obras de modernização da Horta¹⁰³⁵:

Obra realizada	Provedor	Data
Consolidação de taludes	Diogo de Cristo	1549
Muros dos jardins dos provedores	Fernão de Nazaré	1556
Restauro dos muros da cerca	Álvaro da Cruz	1568
Tanque novo da horta	Álvaro da Cruz	1569
Socalcos de pedra na Horta (emparcelamento)	Manuel de S. António	1572
Muros de pedra	Diogo da Purificação	1576
Conclusão da cerca	Ambrósio do Espírito Santo	1583-84
Muro do pinhal para a horta	Diogo da Purificação	1586-87
Muro do laranjal	Pero de S. Bartolomeu	1587
Porta do muro do pinhal	Pero de S. Bartolomeu	1588
Bancos da horta e da parreira	Pero de S. Bartolomeu	1589

Ainda antes do declínio da Horta¹⁰³⁶ como espaço de lazer, em meados do século Dezanove em detrimento do moderno *Passeio da Copa*¹⁰³⁷ plantado na Várzea, a descrição que é feita da Cerca em 1758 demonstra que volvidos cem anos – apesar da construção do aqueduto do Chafariz das Cinco Bicas¹⁰³⁸ – não foram feitas muitas evoluções no tecido verde descrito por Jorge de S. Paulo. Aliás, atentando aos textos do século Dezasseis, verifica-se que no geral, durante o período em estudo, manteve-se o

¹⁰³³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II, p. 245.

¹⁰³⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 198.

¹⁰³⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 54.

¹⁰³⁶ Quando o manto arbóreo ocupa a totalidade do espaço.

¹⁰³⁷ Vd. João Caldeira Cabral – “A modernização dos espaços verdes termais” in *Caldas da Rainha, património das águas*. pp. 223-237. e Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* pp. 177-189.

¹⁰³⁸ AH/HCR – *Livro de memórias pertencentes ao aqueduto, minas, fontes e tanques da Vila das Caldas* [1748].

uso, a tipologia das culturas e até grande parte das estruturas originais¹⁰³⁹ dos primórdios da implementação desta grande propriedade rústica, marginal e condicionadora da expansão da *urbe*.

“(…) um recinto todo murado, onde vários hortelãos plantam várias saladas, e ervas para venderem, e gasto do Provedor, tem dois grandes tanques de água que lhe vem da fonte das cinco bicas que fica pegada ao muro da quinta Real, e em um dos tanques há imensos peixes de recreio, tem suas parreiras, e no último quadro, estão várias pirâmides de Louro, e muros recortados com seus arcos feitos de bucho verde. Esta horta é numa subida de um monte, como também a mesma quinta Real, que a sua serventia é uma porta que deita para esta horta, do lado direito é povoada de muitas árvores silvestres em bosques, e pelo meio suas ruas muito asseadas com seus assentos, do lado esquerdo é pomar e vinha.

(fl. 32.) Esta quinta é o passeio mais frequentado pelos doentes, e pessoas que vêm a esta Vila. Junto a esta horta, e quinta está o lagar, casa do Peneireiro e outras muitas comodidades, como também a Casa da Junta da Fazenda. Casas do Provedor onde assiste com a comodidade de ter na sua cozinha um registo de água, e outro fora para os homens ocupados na sua Casa, também a casa onde assiste o Tesoureiro.”¹⁰⁴⁰



1041

¹⁰³⁹ No elenco das obras feitas pelos provedores Lóios não constam melhoramentos ou obras na Horta. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 46-58. Excepto o aumento da área de pinhal em 1538. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 68.

¹⁰⁴⁰ *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas...* pp. 46-47.

¹⁰⁴¹ Mata do Hospital. Junto à porta da lavandaria, local da antiga casa da adega e lagar.

Miguel Nuno Serieiro Duarte

UMA VILA QUE GRAVITA EM REDOR DE UMA INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL

A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533



Volume II

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Doutora Adelaide Pereira Millán da Costa

Mestrado em Estudos do Património

Universidade Aberta

Lisboa, Janeiro de 2008

Miguel Nuno Serieiro Duarte

UMA VILA QUE GRAVITA EM REDOR DE UMA INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL

A recuperação do património urbanístico do Hospital das Caldas até 1533

Volume II

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Doutora Adelaide Pereira Millán da Costa

1.º Curso de Mestrado em Estudos do Património 2005-2008

Universidade Aberta

Lisboa, Janeiro de 2008

ÍNDICE

Volume II

3.^a Parte – Habitar na vila das Caldas	1
1. A gestão do território: relações entre a Câmara e o Hospital	2
2. A assistência espiritual aos habitantes: As construções religiosas	11
3. Os primeiros habitantes: estratégias de ocupação do sítio	27
3.1. O incentivo ao povoamento: os privilégios	27
3.2. Responder ao apelo: os primeiros habitantes	32
4. Os habitantes das Caldas entre 1508 e 1533	47
4.1. Os oficiais do Hospital e do concelho	47
4.2. Os outros habitantes	57
5. A constituição do património foreiro urbano do Hospital	67
5.1. Os registos de propriedades urbanas das Caldas	67
5.2. A definição da dimensão da habitação, da oficina e do quintal unifamiliar	118
6. Reconstituição da vila das Caldas em 1533	123
Conclusão	129

Apêndice	132
▪ Cronologia das Caldas até 1683	133
▪ Lista dos Provedores do Hospital até 1683	149
▪ Lista dos Juizes de Fora das vilas de Óbidos e Caldas de 1565 a 1683	151
▪ Património da rainha D. Leonor	152
 Bibliografia	 155
▪ Fontes manuscritas	156
▪ Fontes impressas	159
▪ Fontes iconográficas	161
▪ Bibliografia: Obras de interesse específico	163
▪ Bibliografia: Obras de referência	174
 Anexo	 183
▪ Corpo documental	183

3.^a Parte

Habitar na vila das Caldas

1. A gestão do território: relações entre a Câmara e o Hospital

“=Item, q os mor.^{es} d d.^{as} Caldas teñaa Camara e Uereaçaa de Juizes, e Officiaes de hũ anno, de q a leiçãa aos tp.^{os} ordenados se fará som.^{te} na Uilla d’Obidos, sem mais sobre ellas, nem sobre os mor.^{es} das d.^{as} Caldas terem outra Juridiçãa”¹

O facto da abordagem deste tema não se integrar no capítulo 5 da segunda parte prende-se com a inoperância da Câmara face às decisões fundamentais da *urbe*. Na prática, como veremos, a quase totalidade das propriedades da vila eram do Hospital e o peso político e a capacidade económica da Câmara eram diminutos. Na verdade, o estudo da gestão camarária, terá de ser inserido no âmbito das relações estabelecidas entre os habitantes e o Hospital e não de forma autónoma².

Como referimos no capítulo 5.1. da segunda parte, a denominação de *Vila das Caldas* terá aos poucos entrado na terminologia dos escrivãos pouco após a *Carta de Privilégios*, passando a vila a constituir um território autónomo no interior do termo de Óbidos. Independentemente de só ter o seu termo definido em 21 de Março de 1511,³ as Caldas, na última década do século Quinze, além de um forte estaleiro de obras, possuía uma série de oficiais de enquadramento local⁴, nomeadamente⁵: provedor⁶, ouvidor, tabelião, alcaide pequeno, escrivão, vedor, juiz de orfãos, juiz e o vereador, cargos constituídos pela *Carta de Privilegios* que, aos poucos, se vão tornando legalmente efectivos por promolgações posteriores⁷.

Já o rei D. João II, em 1491, confirmaria o direito às Caldas de possuir Juiz das Sisas⁸, independente do de Óbidos, com a faculdade de ouvir todos os feitos e casos que se ordenassem no concelho⁹, nomeando para o cargo o provedor do Hospital. Este ofício reveste-se de especial importância como estratégia de controlo efectivo sobre os direitos

¹ *Carta de privilégios* de 4/12/1488. BPADL – *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas*. (...) fl. 3. Optamos por uma nova transcrição a partir do traslado deste documento, nas folhas seguintes (5 a 7) trasladaram-se os autos de confirmação dos privilégios e outras sentenças referentes a este assunto, o original deste documento encontra-se em AN/TT – Chancelaria de D. João II – Lv. 10 fl. 131, 4/12/1488. Foi transcrito com correcção ortográfica por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 5-8 (julgamos que a partir do documento da chancelaria). Por Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932 pp 297-300 (do documento do Livro dos Privilegiados). e por Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I pp. 98-100.

² Pese o facto da inexistência de documentação da câmara produzida antes do final do século Dezoito.

³ Vd. capítulo 6 da segunda parte.

⁴ Vd. capítulos 3. e 4. sobre os primeiros moradores.

⁵ Vd. capítulos seguintes.

⁶ Sobre as atribuições do provedor vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

⁷ Vd. capítulo 5.1. da segunda parte.

⁸ AN/TT – Estremadura, Lv.3 fls. 128v-129. 23/6/1491. Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

⁹ Vd. capítulo 5.2. da segunda parte.

e regalias que os poucos habitantes das Caldas possuíam pela *Carta de Privilégios*¹⁰; demonstra, também, que na última década do século Quinze o comércio local estava em franco desenvolvimento, necessitando de uma gestão de proveitos fiscais e do respeito pelos privilégios¹¹.

Ainda que a *Carta de Privilégios* conceda a capacidade legal de as Caldas possuírem Câmara,¹² só a 10 de Maio de 1497 é que D. Manuel promulga o direito dos caldenses a terem os seus próprios cargos do concelho¹³. Concluindo, as Caldas possuíam já, na viragem de século, uma série de equipamentos colectivos urbanos, com sede nas dependências do Hospital e funcionavam como município autónomo¹⁴.

Segundo a memória de um morador ancião, o sapateiro Pero Fernandes¹⁵, a Câmara, nos primeiros anos da construção do Hospital, funcionava no Casal Novo, aldeia integrada no termo da vila¹⁶:

“No termo desta Villa ha hua Aldea grande chamada cazal nouo q pertencia a Obidos, e na demarcação do termo ficara no desta Villa das Caldas, e nesta Aldea se eleição os officiais da Camara e estaua o paço do Concelho emq.”¹⁰ a Villa não foy pouoada.”¹⁷

Não temos documentos que comprovem esta afirmação, além de que esta discorda com o referido na *Carta de Privilégios*, segundo a qual a eleição anual seria feita em Óbidos. Contudo, dada a inexistência de documentos da Câmara das Caldas anteriores ao século Dezoito¹⁸, só nos resta o texto de Jorge de S. Paulo para conhecermos um pouco, embora de um ponto de vista unilateral, as relações sempre tensas entre a administração do Hospital e a Câmara da vila¹⁹.

As Caldas foram governadas pelos oficiais do Hospital nos primeiros anos, *“por ser gente principal q nella habitava”*²⁰. João Saavedra Machado afirma que os

¹⁰ Vd. capítulo 3.

¹¹ Opinião partilhada por Saul Gomes – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. p. 27.

¹² Vd. citação na abertura do capítulo.

¹³ AN/TT – Estremadura, Lv.2 fl. 39. 10/5/1497.

¹⁴ Vd. continuação do capítulo e capítulo 8.2. da segunda parte.

¹⁵ Ao qual Jorge de S. Paulo dedica uns dos últimos capítulos da crónica.

¹⁶ Se tal for verdade, então estamos perante mais uma prova de que os limites do termo das Caldas estavam mais ou menos delineados antes do final do século Quinze. Vd. capítulo 6. da segunda parte.

¹⁷ Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656). tomo III. p. 493.

¹⁸ Sabemos que existia alguma documentação anterior no Arquivo da Câmara das Caldas da Rainha (desde 1508) que entretanto se terá perdido. Vd. elenco destes documentos em Augusto da Silva – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. pp. 336-337.

¹⁹ É notório o desdém do cronista Lóio em todos os pontos do texto em que escreve sobre a câmara.

²⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112.

primeiros oficiais do concelho foram²¹: Vasco do Couto, João de Coja, Diogo Bragão, Diogo Homem e Gomes Soares e Francisco Fortes²². Compreendemos a posição e as escolhas do autor, tendo em conta que, dos primeiros privilegiados, só dez é que não eram homiziados, portanto, o número de elegíveis seria reduzido²³.

Contudo, da análise da documentação pesquisada e com base no texto de Jorge de S. Paulo²⁴, para além de Diogo Afonso, vereador em 1504 – que já referimos como testemunha no processo de Lazarote Murzello²⁵ – surgem-nos alguns nomes nos cargos da Câmara: o escrivão Vasco do Couto é juiz ordinário em 1511²⁶; Fernão Dias é juiz em 1529²⁷; o almoxarife João de Coja foi juiz em 1530²⁸ e 1532²⁹; no ano de 1531 o juiz ordinário da vila foi o escudeiro da rainha Duarte Dias³⁰; em 1547 eram vereadores Simão Vaz e João Dias³¹; o enfermeiro Francisco Lopes foi juiz e almotacé no final do reinado de D. João III³²; o boticário Pero de Taborda foi juiz por volta de 1552³³; Lopo Martins e Simão Dias foram juizes em 1566³⁴; o médico Francisco Fortes e Gomes Soares foram juizes no reinado de D. Sebastião; em 1594³⁵ os oficiais do concelho eram Gomes Soares (juiz) e Gaspar Marques e Henrique da Silva³⁶; no ano seguinte, o juiz ordinário foi o boticário Simão Coelho³⁷, enquanto que o enfermeiro Mauricio Roiz fora oficial da Câmara³⁸, em data que não conseguimos determinar³⁹.

²¹ Vd. João Saavedra Machado – “As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor. Aspectos da sua evolução até ao século XVII” in *Terra de Águas, Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: CMC, 1993. p. 68. Julgamos, como veremos de seguida que o autor interpretou mal as palavras de Jorge de S. Paulo, pois estes elegíveis serão efectivamente oficiais do concelho num período cronológico de quase cem anos, logo, dificilmente seriam contemporâneos entre si.

²² Eleitos alternadamente como juizes ordinários e vereadores.

²³ Vd. próximo capítulo.

²⁴ Refira-se que o objecto de estudo de Jorge de S. Paulo foi o Hospital, as referências à vila são marginais, normalmente por questões de gestão financeira ou de processos jurídicos.

²⁵ Vd. notas anteriores.

²⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 111.

²⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 107-108.

²⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 386.

²⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112. Ano em que findou o seu mandato como almoxarife. Vd. nota anterior.

³⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 385.

³¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 108.

³² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112.

³³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112. Conseguimos datar porque este restaurou a ermida do Espírito Santo nesse ano.

³⁴ *Idem*.

³⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112. O autor não nos diz as datas, mas conseguimos determiná-las porque sabemos quando estes foram oficiais do Hospital. vd. capítulos 3. e 4.

³⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 172.

³⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 171.

³⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112.

³⁹ Ao longo do texto de Jorge de S. Paulo surgem-nos outros elegíveis no século Dezassete.

Contudo, em 1620, conscientes das desavenças entre o Hospital e a Câmara, mormente decididas a favor do Hospital – no qual grande parte dos oficiais do concelho trabalhavam – e o poder exercido do provedor sobre as eleições⁴⁰, é passada provisão para que os oficiais do Hospital não fossem elegíveis⁴¹. O provedor, Salvador da Vizitação, tenta o embargo desta provisão, referindo que os oficiais da Instituição eram:

“os principais da Villa e capazes de todo o governo da Rep.^a e estarem em posse mais de cem annos de serem eleitos conforme a ordenação nos off.^{os} da governança de Juizes, Vreadores, Almotacés servindoos com inteireza acudindo ao exercício dos dittos off.^{os}, sem os do Hosp. encontrarem as obrigações de seus cargos por não serem incompatíveis antes continuos na villa o q não tem os q ficão pera serem eleitos q são oleiros çapateiros, ferreiros, trabalhadores q sempre andão por fora vendendo e comprando o q he necess.^o pera seus off.^{os} e juntam.^{te} por mecanicos serem incapazes de off.^{os} de nobreza, e q se os officiais do Hospital ficarem fora das pautas não havia quem os sirva e outras rezões q se podem ver nos Embargos.”⁴²

Mas, na prática, esta provisão não surtiu efeito, tendo o provedor continuado a controlar as inscrições nas pautas⁴³, conseguindo eleger oficiais do Hospital,⁴⁴ nomeadamente os recebedores e tesoureiros da Instituição, para almotacé do concelho⁴⁵. Segundo Jorge de S. Paulo, esta provisão constituiria justificação para algum oficial do Hospital que não pretendesse servir na Câmara⁴⁶.

Pela falta de dotação financeira da Câmara, as despesas normalmente imputadas a esta eram pagas pelo Hospital. Nos anos de 1529, 1533, 1538, 1539, 1540 e 1545, a Instituição, tera suportado as despesas com a festa do Corpo de Deus: instrumentos musicais, alimentação dos foliões, ramagens e espadana⁴⁷. Ainda em anos anteriores (1522 e 1525)⁴⁸, para a mesma festa anual, o almoxarife do Hospital, João de Coja, comprara os touros para a tourada⁴⁹.

Outras despesas da Câmara suportadas pelo Hospital estão relacionadas com a alimentação em anos de escassez⁵⁰, a hospedagem de forças militares⁵¹ e a construção e

⁴⁰ “E que os provedores e Almox.^{es} se metião nas eleições e as perturbavão de modo q não deixavão votar livremente.^{te} nas pautas q fazia o C.^{or} da Comarca.” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112.

⁴¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 112.

⁴² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 113.

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 171.

⁴⁵ Situação que certamente haveria de ser favorável aos cofres do Hospital.

⁴⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 113.

⁴⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 107.

⁴⁸ Antes disso os touros eram comprados pela rainha. Vd. *Idem.*

⁴⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 107.

⁵⁰ Vd. capítulo 5.3. da segunda parte.

⁵¹ *Idem.* pp. 108-109.

manutenção de equipamentos públicos. Sobre estas últimas, Jorge de S. Paulo refere que o Hospital financiou as obras de manutenção do aqueduto em 1593⁵² e os melhoramentos ao redor do chafariz da praça, fazendo, em 1566, a calçada e um muro “*q encobre o chafariz onde lavão as mulheres na praça pella honestidade das mesmas mulheres*”.⁵³

A única fonte de rendimento da Câmara eram as ramadas das feiras, feitas na Praça Nova (à frente do Hospital). Segundo Jorge de S. Paulo, esta dotação financeira remonta a 1504⁵⁴, contemporânea das primeiras feiras de 15 de Agosto. Mas o cronista comprova que, desde 1532, o Hospital recebia o valor das mesmas ramadas, justificando que era por se utilizarem as varandas e arcadas do Hospital⁵⁵ e que, na verdade, a metade Nascente da praça era propriedade da Instituição⁵⁶.

No último quartel do século Dezasais, o Hospital devolve as ramadas à Câmara, pelo compromisso desta em fazer a manutenção do aqueduto e do chafariz da vila⁵⁷, situação que poucas vezes se veio a verificar. O Hospital tentou reaver o direito a receber as ramadas, apelando à Mesa de Consciência e Ordens e ao Conselho do Rei, sempre sem resultados a seu favor⁵⁸, situação que irá conduzir ao abandono do aqueduto, como já referimos no capítulo 4 da segunda parte.

Ainda em 1532, é referido que a receita das ramadas serviu como empréstimo para pagamento das obras do pelourinho da vila⁵⁹, demonstrando que durante o período em que o Hospital recebe as ramadas, persistiam dúvidas sobre a sua legitimidade, tendo os oficiais necessidade de justificar essa mesma dotação.

*“E no L.º de R. e D. do anno de 1532 diz o assento q o p.º Almox.º pagaria o resto do preço do Pelourinho pera comprim.º da paga delle pella Renda das Ramadas e varandas da praça pella feira de Ag.º do d. anno q o Provedor applicou pera o D. Pelourinho.”*⁶⁰

⁵² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 231.

⁵³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 108. Vd. também o capítulo 4. da segunda parte.

⁵⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 171.

⁵⁵ Sobre o valor de aforamento dos 6 arcos da fachada do Hospital vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 207-208. Nesse arrolamento é possível verificar que grande parte dos mercadores eram de Santarém. Curiosamente, o autor diz-nos que metade do valor dos aforamentos serviam de gratificação aos oficiais do Hospital.

⁵⁶ *Idem.*

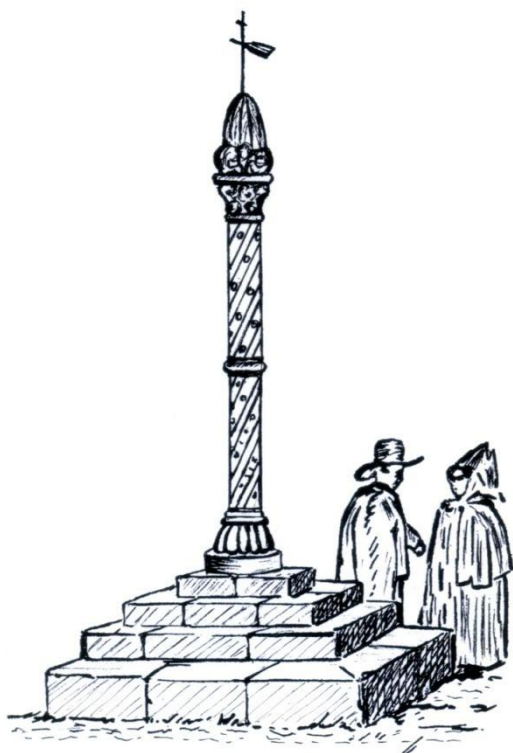
⁵⁷ Vd. capítulo 4. da segunda parte.

⁵⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 172-173.

⁵⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 207.

⁶⁰ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 171.

O pelourinho, símbolo emblemático da vila, será implantado em 1532 no centro da Praça Nova defronte ao Hospital, contemporâneo da segunda fase de obras nos seus edifícios⁶¹. Este foi também feito a expensas da Instituição, que o integrou nas empreitadas de obras, não deixando de registar a falta de sustentabilidade da Câmara⁶²:



“Ferea de sabado – x xiiiiij de novembro

Aos xxb dias de junho do dyto anno acabou de pagar ho dito Pero da Consolação almoxarife ha Vasco Fernandes e ha Afonso Pyres pedreyros quynze myll rs. Por ladrylharem de pedrarya branca a varanda da porta que esta a entrada do espiritall E asy lhe pagou mays dous myll e seyscentos e vynte reis em parte do pago do pelourynho de pedrarya que se fez na porta da dyta vylla que se lhe o provedor mandou pagar para ajuda delle por o conzelho ser muyto pobre e não ter por onde o pagar e os ij biij c lxxx reis que falecyam para cumprimento de pago de cynquo myll e quinhentos reis que custou o dito pellourynho se pagaram pello que renderam as Ramadas e varandas pella feyra dagosto do dito anno que ho dito provedor atrebuyo para ho dito pelourynho.

Deu e pagou o dito Pero da Consolação a Diogo Fernandes fereyro quynhentos reis da grinpa de fero com suas maçãs (?) e dous collares que fez para ho dyto pelourynho dempreytada.”⁶³

O pelourinho foi transferido para o Rossio da Vila quando foram construídos os novos Paços do Concelho, em 1748⁶⁴. Aí se viria a manter até ao ano de 1836, altura em seria demolido – conjuntamente com a Capela de N. Sra. do Rosário – por incompatibilidade com as obras de remodelação do Rossio⁶⁵ e com os ideais do Liberalismo⁶⁶.

⁶¹ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

⁶² Vd. também Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 107.

⁶³ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533*. fl. 285v. 28/11/1522. Na imagem: Carlos Van Zeller – *Pelourinho das Caldas*. in Júlio Rocha Sousa – *Pelourinhos do Distrito de Leiria*. Viseu [e.a.] 2000. p. 19. Agradecemos a cedência da imagem e desta transcrição a Nicolau Borges.

⁶⁴ AH/HCR – *Livro de memórias e instruções pertencentes às obras da Câmara, Cadeia e Açougue da Vila das Caldas* [1748].

⁶⁵ Ficando com o aspecto que tem hoje.

⁶⁶ João Bonifácio Serra – *Introdução à história das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Ed. PH. 1995. p. 98.

A gravura existente do pelourinho das Caldas⁶⁷ permite-nos avaliar, pelo gosto estético em que foi lavrado, algumas similitudes com outros da região, seus contemporâneos, nomeadamente: o de Maiorga, Alfeizerão e Turquel (Alcobaça) e Aldeia Galega (Alenquer)⁶⁸.

Esta forma de coluna⁶⁹ é comum nas obras patrocinadas por D. Leonor na região⁷⁰, constituindo uma opção estética usada nos portais: das igrejas de Turquel, de Aldeia Galega, da capela lateral no Mosteiro de Alcobaça, na estrutura das *Capelas Imperfeitas* da Batalha, no portal do Hospital⁷¹ e no portal lateral Sul do Mosteiro da Madre de Deus em Xabregas⁷²; também foi escolhida para os cruzeiros: de Coimbra (Atouguia), da Memória (Óbidos) e na Cruz Nova nas Caldas⁷³, entre outros⁷⁴.

*“Em correspondencia destas boas obras nunca perderão occasião assy os officiais da Camara como alguma gente da terra de molestar os p.es naquelles materiais q cabião em sua alçada das suas lingoas.”*⁷⁵

A crer nas demandas mantidas a Câmara e o Hospital, e apesar da ingerência dos provedores do Hospital nas eleições e no controlo político dos oficiais, a relação entre as duas instituições seria extremamente tensa; por exemplo, a indecisão sobre a quem pertenciam as despesas (que já referimos) ou, no caso de ser o Hospital a pagar, qual devia ser o lugar dos



⁶⁷ Vd. imagem na página anterior.

⁶⁸ Esta última era fiscalmente da jurisdição do Hospital. Vd. capítulo 5.3. da segunda parte. Na imagem: pormenor do pelourinho de Aldeia Galega, que segundo tradição local, com alguma lógica, terá sido pago pelo Hospital das Caldas. Não conseguimos encontrar documentação que o prove.

⁶⁹ Coluna torsa (salomónica) composto por quatro espirais: duas de secção circular em alto-relevo intercaladas com duas planas decoradas com elementos vegetalistas em alto-relevo.

⁷⁰ Vd. capítulo 2. da segunda parte.

⁷¹ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

⁷² Vd. imagem no capítulo 2.1. da segunda parte.

⁷³ No terreiro defronte à Casa dos Provedores.

⁷⁴ Optamos por nomear somente obras de escultura em pedra, pois este elemento estético foi amplamente difundido na região: nos trabalhos de madeira, em especial nos retábulos e, mais tarde na azulejaria.

⁷⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 109.

provedores nas procissões da vila⁷⁶. Em 1638 o Corregedor delibera que:

“Achou elle C.^{or} haver gt. queixa nesta villa q q.^{do} se faremos procissões em q a Camara vay junta na forma da ordenação o p.^e Provedor e o seu Ouvidor com a vara na mão vão atraz do pallio diante da Camara, o q não pode ser por ser contra o estillo q se guarda em todo este Reino, (...) e assim manda q daqui em diante os vreadores não premitão que entre o pallio e a Camara va pessoa algũa com pena de suspensão de seus officios e de se lhes dar em culpa, e querendo o Ouvidor hir a hũa das Ilhargas da Camara.”⁷⁷

Contudo, o provedor pelo menos até 1656, tomou sempre a dianteira dos oficiais da Câmara:

“Nas procissões da Camara o Provedor toma o lugar q lhe convem em q.to o Provedor, e em q.to a pessoa Ecclesiastica mais Principal da Villa q he junto ao Pallio: e na politica ainda o lugar da Camara q vay a traz he o mais principal, honrozo, e autorizado, porque nos Povos mais honrados do Reino onde ha Arceb.os e Bispos vão no lugar mais junto ao pallio, e os officiaes da Camara a traz no Couçe da porcição por ser o seu proprio lugar.”⁷⁸

A Casa da Câmara estava no bloco perpendicular ao hospital, adossada ao hospital de convalescença e à rouparia⁷⁹. Era composta por cadeia no piso térreo (virada para a praça) e casa do concelho no piso superior⁸⁰, com acesso pela Rua do Concelho, que ligava o início da Rua Direita ao terreiro da Cruz Nova, onde moravam o tabelião e o escrivão⁸¹. Só através da comparação das medidas na planta da vila de 1742 é que conseguimos determinar onde termina o edifício⁸². Porém, se até 1529 existiam casas contíguas à rouparia⁸³, resta saber onde até então se situaria a câmara e a cadeia; sabemos da existência da cadeia pelo menos desde 1501⁸⁴.

“Dom Manoel por Graça de D.^{os} Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, Cômércio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India &.ª a Álu.º Lopez, cristãa-nouo, mor.^{or} na villa e Couto das Caldas, perdãa p.^r feryr o alcaide peq.º da d.ª villa, Fernã Dias, quando p.^r mandado do ouvidor Pe.º de Vallada levava de prizãa o seu filho.

⁷⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 320-323.

⁷⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 321.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 333.

⁸⁰ O concelho utilizava o açougue do hospital.

⁸¹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 190.

⁸² Vd. reconstituição no final do capítulo 8.2. da segunda parte.

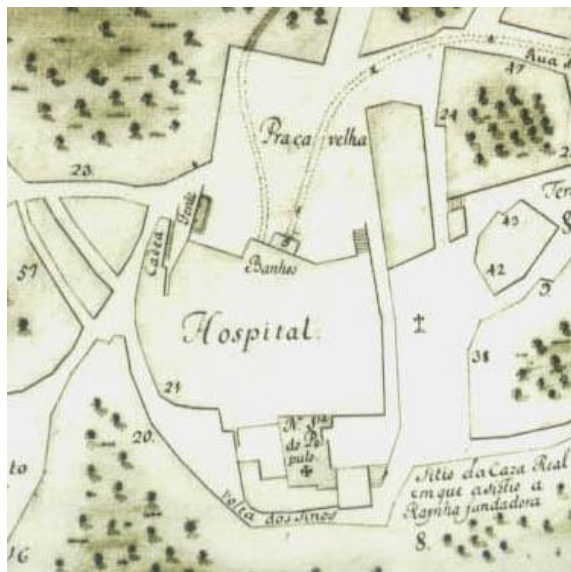
⁸³ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

⁸⁴ E é também referida em 1521. Vd. BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521* fl. 428. 31/7/1521. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* Vol. II. p. 205.

A entreguei a Xbiij de Out.º.
*Alvaro Lopez, pub.º tabeliã na villa de Óbidos no anno do S.ºr Jesus Christo de mil Lj.*⁸⁵

Infelizmente, nem Jorge de S. Paulo, nem os inventários de propriedades urbanas do Hospital nos deixaram pistas sobre qual a localização inicial da Casa da Câmara, ou sobre a data da mudança desta para o topo Norte da praça⁸⁶.

Porém, já em 1575, as confrontações nos registos de propriedade referem que o “*paço do concelho*”⁸⁷ estava no lado Sul do Hospital, por baixo do hospital dos peregrinos, que, à época já não funcionava e o espaço estava aforado.⁸⁸



Suspeitamos que de início, a Câmara funcionasse integrada na Casa dos Provedores, pois, pelas suas características de centro administrativo do Hospital⁸⁹, seria o único edifício que nos primeiros anos⁹⁰ poderia receber as funções de gestão do território.

Só com a construção dos novos Paços do Concelho no Rossio da Vila, em meados do século Dezoito e com a transferência da feira para o Rossio, é que a Câmara passou a ter maior autonomia económica e jurisdicional.⁹¹

⁸⁵ AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 37 fl. 49. 18/10/1501. Sumário do catálogo.

⁸⁶ Já depois da morte de Jorge de S. Paulo a Cadeia irá ocupar parte das estrebarias do Hospital dos Peregrinos, como é visível na planta da vila de 1742. Vd. planta completa reproduzida no capítulo 7.2. da segunda parte.

⁸⁷ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.64v. (elaborado em 1575) [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Vd. capítulo 5.2.

⁸⁸ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

⁸⁹ Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

⁹⁰ Com o hospital em obras, os outros edifícios públicos seriam o Hospital dos Peregrinos e a igreja.

⁹¹ Vd. Luis Nuno Rodrigues – “Caldas da Rainha no século XVIII: entre o Hospital e a Câmara” in *Terra de Águas...*

2. A assistência espiritual aos habitantes: as construções religiosas.

“Por ser meu intento em este L.^o dar hũa noticia de couzas e curas q neste Hospital se obrarão, e iuntam.^{te} hũa breve relação de tudo o mais q pertence a elle me ha parecido pera a noticia ser exacta de tudo o q se contem no Cart.^o, e nos livros da Caza dos Contos, e de outros edificios da Villa dignos de memoria escrever esta Sexta p.^e pera não passar silencio tratar nella das Hermidas, e confrarias desta Villa, festas q nella se celebrão e na Igreja matriz em todo o anno, (...)”⁹²

O tema deste trabalho far-nos-á descurar o estudo da arquitectura e da arte dos templos das Caldas. Interessa-nos o espaço urbano ocupado pelos edifícios e o seu contributo para a expansão urbana, como parte da estratégia de implementação e de desenvolvimento da vila.⁹³

Apesar de já termos feito a análise da evolução das Caldas⁹⁴ e dos seus focos de construção – tendo verificado que as igrejas são um dos responsáveis pelo desenvolvimento urbano – caberá neste capítulo focar o modo de organização do templo e a sua influência como fixador da população.

No capítulo 5.2. da segunda parte tecemos várias considerações sobre o ambiente religioso que rodeava o Hospital, em especial sobre as concessões eclesiásticas necessárias para manter as dotações financeiras da igreja de N. Sra. do Pópulo no património da Instituição⁹⁵. Mas, embora economicamente autónoma, a igreja de N. Sra. do Pópulo continuou, até 1836, sob o domínio hierárquico de S. João de Óbidos⁹⁶; contudo, o provedor do Hospital nomeava o vigário e respectivos oficiantes para igreja.⁹⁷

Se as Bulas concediam ao Hospital a tutela da assistência religiosa no Hospital (enfermos e oficiais), jurisdicionalmente S. João de Óbidos⁹⁸ teria de assegurar os serviços religiosos aos habitantes. Na prática, sobrepunham-se duas instâncias eclesiásticas na vila.⁹⁹ Ora, se a justificação de D. Leonor para lhe ser concedido o

⁹² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 423.

⁹³ Grande parte das decisões sobre a assistência religiosa aos habitantes das Caldas é posterior a 1532 mas, pela sua importância no panorama urbano, achamos por bem não deixar de referi-las, embora reconhecendo que não de forma aprofundada.

⁹⁴ Vd. capítulo 7.4. da segunda parte.

⁹⁵ Apesar da área geográfica pertencer à freguesia de S. João de Óbidos.

⁹⁶ Data da extinção da paróquia.

⁹⁷ Vd. capítulo 5.2. da segunda parte.

⁹⁸ A invocação correcta é *S. João Baptista* embora, com a transferência da paróquia para a nova igreja à porta da vila, passou a ter *S. João Evangelista* como orago da freguesia. Por essa razão, optamos pela denominação *S. João de Óbidos*.

⁹⁹ Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. p. 23.

padroado da igreja de N. Sra. do Pópulo era a distância em relação a Óbidos e a frequente necessidade de assistência espiritual no Hospital, para os primeiros habitantes colocar-se-ia, certamente, a mesma questão. Por outro lado, lembramos que parte destes moradores, como homiziados, não deveriam ser vistos como «bons fregueses» ao deslocarem-se à vila vizinha.



Segundo Jorge de S. Paulo, a rainha que autorizou que os habitantes da vila das Caldas pudessem ser sacramentados pelo vigário do Hospital¹⁰⁰, daí a existência desde o início de pia baptismal na igreja de N. Sra. do Pópulo. Contudo, continuariam a pagar os dízimos a S. João¹⁰¹, sendo gratuito o serviço prestado pelo oficiante do Hospital.

É facto que o Arcebispado de Lisboa, que detinha o padroado de S. João de Óbidos, teve de se pronunciar por várias vezes sobre a assistência espiritual dos habitantes da vila, que por hábito, frequentavam a igreja do Hospital: a 7 de Março de 1545, o Arcebispo aceita que as exéquias fúnebres dos moradores das Caldas sejam celebradas pelo vigário do Hospital¹⁰² mas, em 1590, o visitador do Arcebispado obriga o pároco de S. João a construir capela nas Caldas¹⁰³, situação que terá despoletado a construção da capela de N. Sra. do Rosário no topo do Rossio¹⁰⁴. Contudo, Jorge de S. Paulo refere que:

“O vizitador do Arcebispado, no anno de 1590 achado esta Igreja limitada pera tanto n.º de freguezes mandou q o Cabido como Prior de Sam Ioão de Mocharro de quem estes moradores das Caldas em rigor são seus freguezes edificasse hũa nova Igreja pera elles pois pagavão seus dizimos a ella. O cabido veo com embargos ao Cap.º da vizitação, e o Vig.º g.º Ioão de Lucena mandou por p.º do Cabido citar o p.º Provedor Melchior da Trind.º p.º allegar sua iustiça diante delle em a cauza q tocava ao d. Hosp. sobre lhe mandarem fazer hũa igreja nova nas Caldas p.º as freguezes.

¹⁰⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 396-397. Na imagem: torre sineira da igreja de N. Sra. do Pópulo, lado Sul.

¹⁰¹ Vd. o que já foi escrito sobre este assunto no capítulo 5.2. da segunda parte.

¹⁰² Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 335. Julgamos que com base no BPADL – *Lv. das Visitações*.

¹⁰³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 116.

¹⁰⁴ Iniciada em Junho de 1591, como adiante veremos.

Devião ser recebidos os Embargos por p.^e do Cabido porq.^{to} se não fez a Igreja nem consta de mais q se processasse nesta materia.”¹⁰⁵

Curiosamente, em 1597 e 1598, os visitantes do arcebispado ordenaram ao vigário e ao provedor do Hospital a construção de uma nova igreja para a Instituição, porque “os freguezes visto crescerem em n.^o e não caberem na que actualm.^{te} serve por ser pequena.”¹⁰⁶

Sem ser paróquia, é certo que tradicionalmente se chamava à igreja de N. Sra. do Pópulo a matriz da vila,¹⁰⁷ o que confirmámos nas *Memórias Paroquiais* de 1758, redigidas pelo vigário do Hospital.¹⁰⁸

Mas, se a vila das Caldas “das cruces para dentro”¹⁰⁹ integra a freguesia de S. João, as aldeias que em 1511 foram incorporadas no termo da vila pertenciam à freguesia de S. Pedro de Óbidos¹¹⁰. Ora, os sacramentos dos habitantes destes lugares, aos quais se juntam os do Coto, Formigal e Torre – do termo de Óbidos – passaram a ser ministrados na nova igreja de S. Sebastião nas Caldas¹¹¹. Esta igreja, como veremos de seguida, era considerada como anexa à igreja do Hospital logo servida pelo seu vigário, verificando-se dúvidas sobre a quem pertenciam as ofertas¹¹² feitas em S. Sebastião. Por fim, a paróquia de S. Pedro optou por construir a igreja de N. Sra. dos Anjos, no Coto, em 1610, pondo fim a esta questão¹¹³.

A igreja de N. Sra. do Pópulo, como definimos no capítulo 8.2. da segunda parte, ocupa o extremo do complexo hospitalar e foi feita na primeira fase de obras, em conjunto com a capela-mor, concluída em 1500¹¹⁴ e o restante em 1505¹¹⁵. Como cabeça dos templos da vila¹¹⁶, a igreja do Hospital¹¹⁷, foi dotada dos elementos próprios

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁶ *Idem.*

¹⁰⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 423. E noutros locais do livro.

¹⁰⁸ Este salientava que a vila pertencia à freguesia de S. João. Vd. André Gomes de Carvalho – *Memória das Caldas 1758*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1991. p. 24.

¹⁰⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 116.

¹¹⁰ O Avenal pertencia à freguesia de Sta. Maria.

¹¹¹ Daí este templo também ter pia baptismal. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II, p. 397.

¹¹² Se ao vigário do Hospital (o celebrante) se ao pároco.

¹¹³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II, p. 397.

¹¹⁴ Data inscrita no portal da sacristia.

¹¹⁵ Vd. José Custódio Vieira da Silva – *A igreja de Nossa Senhora do Pópulo*. Caldas da Rainha: CHCR, 1985. p.26.

¹¹⁶ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor 1458-1525: Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: FCG, 2002. p. 302.

¹¹⁷ Pelas suas características jurisdicionais referidas nos capítulos anteriores.

de igreja matriz¹¹⁸ – torre sineira, pia baptismal¹¹⁹ – facto que terá ocorrido em conjunto com as restantes obras¹²⁰.

Como vimos anteriormente, a igreja não possui acesso pelo interior do Hospital. Assim, tendo como entrada principal a pequena porta virada a Norte¹²¹, obrigaria a uma fruição do espaço público/urbano pelos utentes e oficiais do Hospital.



122

*“Apesar de algumas modificações e acrescentos que ao longo dos seus cinco séculos de existência lhe foram introduzindo (e de que se destaca, pela sua valia exemplar, o magnífico tapete de azulejos colocado por volta de 1658-59 a revestir todas as paredes interiores do templo) e dos restauros realizados sobretudo na segunda metade do século XX, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo mantém, ainda hoje, as formas essenciais do edifício mandado erguer pela Rainha D. Leonor (...). Desde a nave única, estruturada, em sala espaçosa e de proporções harmoniosas, até à originalidade das abóbadas, particularmente a da capela-mor, que não teve réplicas nem imitações; desde o desenho inovador do arco de triunfo até ao insuspeito marco comemorativo em que se constitui a não menos original porta da sacristia, sobressai neste templo das Caldas da Rainha um conjunto de propostas arquitectónicas e decorativas que o colocam num lugar muito específico no evoluir da arquitectura tardo-gótica portuguesa, em geral, e das propostas da época manuelina, em particular.”*¹²³

¹¹⁸ Vd. José Custódio Vieira da Silva – “A igreja de Nossa Senhora do Pópulo” in *Caldas da Rainha: património das águas...* p. 101.

¹¹⁹ Vd. Jorge Mangorrinha – *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional, as estâncias termais da região oeste*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 199.

¹²⁰ Vd. José Custódio Vieira da Silva – *A igreja de Nossa Senhora do Pópulo*. Caldas da Rainha: CHCR, 1985. p. 27.

¹²¹ Seguindo o raciocínio do sentido de unidade do complexo hospitalar, a porta principal da igreja a Poente, seria simbolicamente o portal principal do Hospital.

¹²² Igreja de N. Sra. do Pópulo, alçado lateral Norte.

¹²³ José Custódio Vieira da Silva – “A igreja de Nossa Senhora do Pópulo” in *Caldas da Rainha: património das águas...* p. 105.

Sem nos alongarmos pelas considerações estéticas e artísticas da igreja¹²⁴, reputada como experiência pioneira do estilo manuelino¹²⁵, é importante referir ainda que o templo maior da vila era, como se esperava, a sede das confrarias principais e local de celebração das festas mais importantes.¹²⁶

*“Quando morrer nesta Villa algum pobre Peregrino fora, ou no Hospital dos Peregrinos e q se não curar por conta do Hosp. a Confr.ª o enterrará e acompanhará com todos os Confrades e cera aceza e lhe madarão dizer hũa missa pela alma. A tumba desta Confr.ª he com as das mais mizericordias do Reino com seu pano de veludo preto bandado de tella amarella m.to rico e feroso, e os Confrades uzão de vestias com murças q antigam.^{te} hera de cor celeste ou a respeito do manto de N. Sra., ou pello habito dos p.^{es} Provedores (...)”*¹²⁷

A Confraria de N. Sra. do Pópulo, da qual infelizmente pouco sabemos, é fundada em 1488 com a função de acompanhamento das exéquias fúnebres dos pobres que faleciam no Hospital, não resta o *Compromisso*, quem seriam os seus primeiros membros¹²⁸ e qual era a sua estrutura. Conseguimos documentar que cabia à irmandade a realização da procissão na Quinta-feira de Endoenças, durante a qual se cumpriam diversas actividades penitenciais que incluíam a flagelação¹²⁹; assim, justificar-se-ia plenamente o espaço hospitalar reservado para o tratamento dos penitentes¹³⁰. Pelos objectivos desta Confraria, Ivo Carneiro de Sousa, considera-a precursora das Misericórdias¹³¹; contudo, a Instituição desta, ao ter acontecido conjuntamente com a construção da igreja, seria contemporânea da fundação das primeiras Misericórdias.

¹²⁴ Sobre o assunto vd.: José Custódio Vieira da Silva – *Op. Cit.*; Paulo Pereira – *Historia da Arte Portuguesa*. vol. II. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 44-47.; Reynaldo dos Santos – *Op. Cit.*; para uma forma mais resumida vd. José Custódio Vieira da Silva – “A igreja de Nossa Senhora do Pópulo” in *Caldas da Rainha: património das águas...* pp. 99-107.

¹²⁵ Vd. Paulo Pereira – *Op. Cit.* p. 44.

¹²⁶ Vd. continuação.

¹²⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 436.

¹²⁸ A constituição mais antiga conhecida é datada de 1625, Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 435.

¹²⁹ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 302.

¹³⁰ BPADL – *Livro da confraria de Nossa Sra. do Pópulo*, o estado de leitura deste livro inviabilizou para este trabalho um maior aprofundamento desta irmandade, assim, suportamo-nos nas referências de Ivo Carneiro de Sousa.

¹³¹ “Seja como for, a fundação e organização pela rainha de uma confraria que permite enquadrar a actividade assistencial e hospitalar promovida nas Caldas, para além de apoiar a actividade pastoral local, sugere ter existido na criação do hospital de Santa Maria do Pópulo a compreensão de que não se estava apenas a edificar uma instituição de caridade, mas a transformar em obra um amplo programa sócio-religioso de entendimento das diferentes vertentes que enformavam a misericórdia, apelando assi também à sua expressão confraternal.” Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* pp. 302-303.

Consideramos pouco lógico que, a ser esse o objectivo, D. Leonor não tivesse instituído Misericórdia nas Caldas¹³².

Com sede na igreja de N. Sra. do Pópulo, foram também criadas as Confrarias do Santíssimo Sacramento, das Almas do Purgatório e do Santíssimo Nome de Jesus¹³³. De qualquer destas confrarias – cujos confrades eram habitantes das Caldas¹³⁴ – desconhece-se quase tudo; têm uma génese contemporânea (por volta de 1510 a 1540)¹³⁵ mas com o simples objectivo de organizar as celebrações das festividades da vila, nomeadamente¹³⁶: a festa principal, a de N. Sra. de Agosto (a 15 do referido mês); a Páscoa e Ascensão; o Corpo de Cristo; o Santissimo Sacramento; a festa do Anjo Custódio do Reino (a 3 de Julho); a festa da Vitória de D. João IV (14 de Agosto)¹³⁷; S. Amaro; Menino Jesus; entre outras. Pela fraca capacidade económica da vila e da Câmara, normalmente os custos destas celebrações eram imputados ao Hospital¹³⁸.

Todas estas festas eram constituídas por procissão, feira, teatro de rua e corridas de touros¹³⁹. Atentando às datas, verifica-se que ocorriam durante as épocas balneares¹⁴⁰, situação de suma importância para compreender o ambiente social que rodeia os aquístas e as possibilidades de negócio que daí advêm.

Outro templo fundado nos primeiros tempos da vila foi a capela de S. Sebastião, invocação comum na época como protector das pestes¹⁴¹. Situava-se no cruzamento ao topo do Rossio e enformava, como já foi referido¹⁴², a «porta»¹⁴³ Norte da vila das Caldas, facto que ajudaria o despoletar da expansão urbana para Norte, criando uma simetria com a capela do Espírito Santo na malha¹⁴⁴.

Financiada pelos moradores e pela Câmara,¹⁴⁵ terá sido terminada em 1509, ano em que, a 14 de Outubro, tem autorização do Arcebispo de Lisboa – D. Martinho da

¹³² Contudo, como veremos mais à frente em 1758 considerava-se que a Confraria substitua a Misericórdia na vila.

¹³³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 436-437.

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 423-426.

¹³⁷ Que pela data acumulava com as festividades de N. Sra. no dia seguinte.

¹³⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 425. Vd. capítulo 1 da terceira parte.

¹³⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 107-108, 423-426.

¹⁴⁰ De Abril a Outubro.

¹⁴¹ Tinha existido uma epidemia em 1506. Vd. João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 66-67. E Miguel de Amorim – *Boletim n.º 2 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, Janeiro de 1971. p. 6.

¹⁴² Vd. capítulo 7.3.

¹⁴³ Vd. também Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 200.

¹⁴⁴ Vd. capítulo 7.3. e 7.4.

¹⁴⁵ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 200. Por não encontrarmos provas que evidenciem que a Câmara tenha de facto financiado esta construção e pelo estado precário da economia desta, duvidamos da

Costa¹⁴⁶ – para levantar altar¹⁴⁷. Desta forma, terá sido iniciada logo após a conclusão das obras de N. Sra. do Pópulo, contrariamente à igreja do Hospital, possui gosto estético pouco cuidado, comum em obras populares de templos na região¹⁴⁸ e nas outras capelas da vila, denunciando uma ausência de eruditismo no seu traço.

Como já referimos, a capela de S. Sebastião servia de sacramental para os lugares do termo de Óbidos vizinhos das Caldas; mesmo assim, pela falta de verbas da Câmara – que detinha o padroado – em 1614 o visitador do Arcebispado ordenava que se reparasse o edifício¹⁴⁹, por se encontrar em mau estado de conservação. Porém, será já na segunda metade do século Dezassete que o templo conhecerá obras de fundo, culminado com a aplicação dos belos painéis de



azulejo que forram a quase totalidade das paredes do templo.¹⁵⁰ Mais tarde, contemporânea das obras do palácio de D. Maria¹⁵¹, em 1786, foi feita uma tribuna com ligação aérea ao palácio¹⁵², sito na esquina em frente¹⁵³, transformando-a em Capela Real.¹⁵⁴

“Divulgou esta Santa devoção pello seus Religiosos pellas p.es da Christandade; e os fieis catholicos se entregarão com tanto espirito a estas meditações do Santo Rozario que foy necess.º instituirem-se em varias Igrejas confrarias com muitas graças e Indulgências, do que tendo noticia os devotos moradores desta Villa das Caldas, por não ficarem exclusos de tão grande bem sem ganharem as Indulgencias, pedirão ao p.º fr. Estevão Leitão Provincial da familia Dominicana neste Reino de Portugal q por authorida.e Apostol.ª era Comissario G.º das Confrarias de N. Srã. do Roz.º em todo o

afirmação deste autor. Julgamos que a capela tenha sido construída com fundos do Hospital, tendo depois cedido o padroado à Câmara.

¹⁴⁶ Irmão do Cardeal de Alpedrinha.

¹⁴⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 428.

¹⁴⁸ Vd. no geral Teresa Bettencourt da Câmara – *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990. A capela apresenta semelhanças estilísticas com as capelas suas contemporâneas de: A-dos-Negros, Roliça, Amoreira, A-da-Gorda, Pinhal, Vau, Tornada, Salir do Porto, Alfeizarão, etc.

¹⁴⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 428.

¹⁵⁰ Sobre estes vd. João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987.

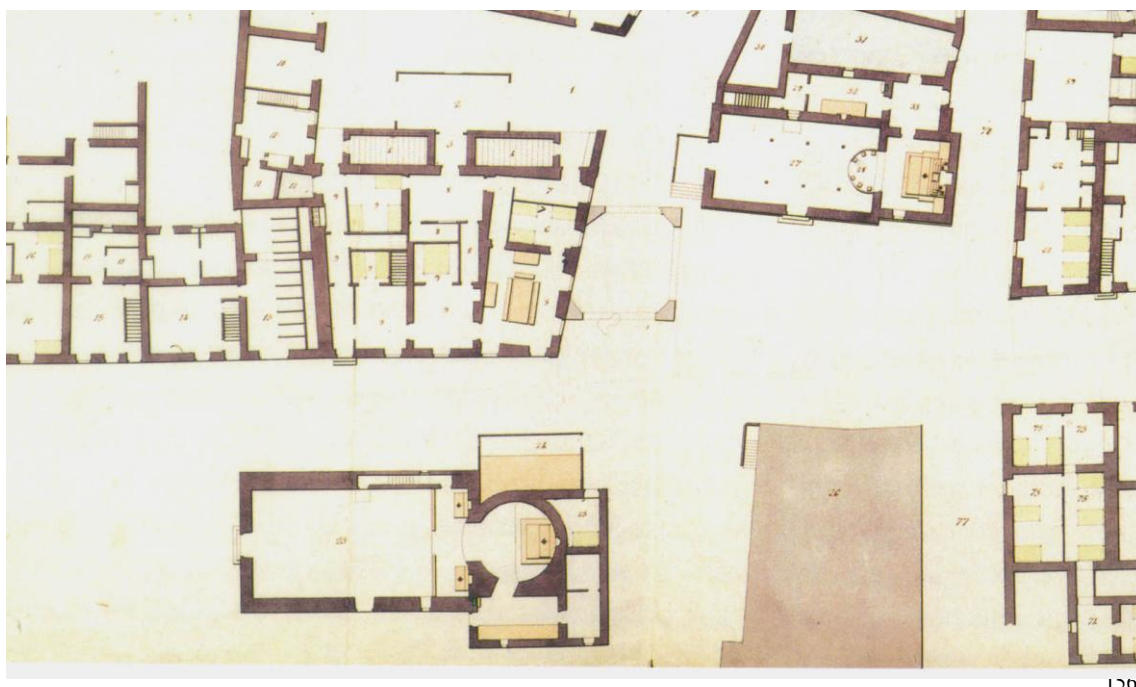
¹⁵¹ Para instalar a rainha e a corte numa estada prolongada nas Caldas, por causa de uma epidemia na cidade de Lisboa.

¹⁵² Vd. imagens seguintes.

¹⁵³ Edifício do actual café Bocage.

¹⁵⁴ Miguel de Amorim – *Op. Cit.* p. 6. Na imagem: Cartela no alçado Sul da capela-mor de S. Sebastião. Datável do início do século Dezasseis.

Reino lhes desse licença p.^a nesta Igreja Matriz de N. Srã. do P.^o allevantarem altar a honra da Srã do Roz.^o e instituirem nova Irmand.^e, o q concedeo no anno de 1576.”¹⁵⁵



Será quatro anos mais tarde, em 1590¹⁵⁷, ano seguinte à visitação que obrigava o pároco de S. João a erguer templo nas Caldas, que se inicia a construção de N. Sra. do Rosário, no topo do Rossio. A primeira missa celebra-se em Julho de 1591¹⁵⁸. Esta capela seria hierarquicamente a segunda da vila, não só pela devoção popular, mas também pela forte Confraria homónima¹⁵⁹, tendo como confrades alguns dos moradores mais influentes da vila: médicos, oficiais e mestres não foreiros do Hospital, maioritariamente moradores do Rossio. Desta capela, demolida em 1835¹⁶⁰, só nos

¹⁵⁵ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 430.

¹⁵⁶ Laureano Joaquim de Sousa – *Mapa geral das acomodações que se fizeram na vila das Caldas para sua Mag. e mais famílias da comitiva, no presente ano de 1786.* [piso térreo] MNAA, cópia do P.H., salientando as capelas de N. Sra. do Rosário (em baixo na imagem) e S. Sebastião.

¹⁵⁷ Pela sua construção ser muito posterior a 1532. Optamos por não deixar de fazer aqui breves referências a este templo. Existindo um bom espólio documental que carece de estudo aprofundado.

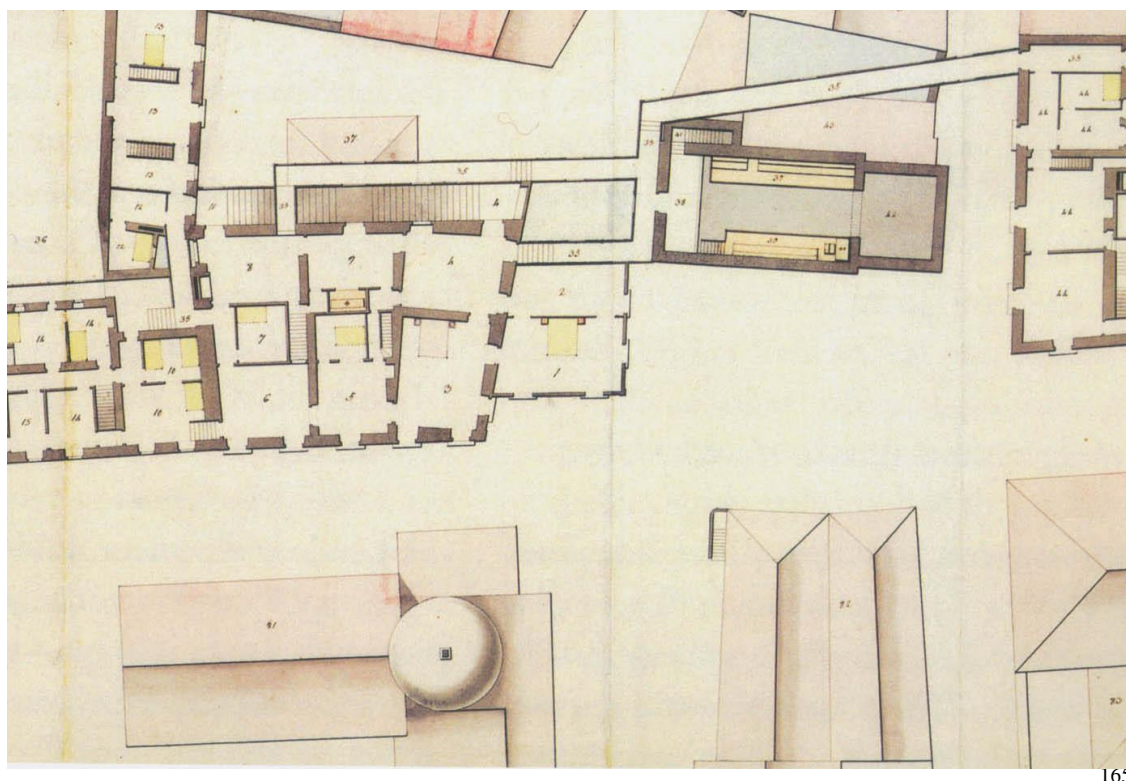
¹⁵⁸ Esta confluência de datas deixa em aberto a possibilidade, negada por Jorge de S. Paulo, de N. Sra. do Rosário ter sido construída para capela da vila.

¹⁵⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 441-443. Existem documentos desta confraria no AH/HCR.

¹⁶⁰ BPADL – *Licença para demolirem uma velha ermida de N. Sra. do Rosário, junto à Praça do Mercado.* 17/9/1835. À margem no original do texto de Jorge de S. Paulo alguém escreveu a data de 1836 como data da demolição. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 430 e 439.

restam as suas plantas (piso e cobertura), integradas no *Mapa geral das acomodações*, de 1786¹⁶¹.

A capela de N. Sra. do Rosário possuía uma planta curiosa: a forma circular da sua capela-mor, que termina numa cúpula semi-esférica demostra algum eruditismo, ao contrário das outras capelas da vila. Em termos de dimensões, por comparação com S. Sebastião e com o edifício do antigo palácio¹⁶² conseguimos determinar que teria, aproximadamente, 17x8,5m na nave e 6 metros de diâmetro na capela-mor, o que na prática replicava as medidas da igreja de N. Sra. do Pópulo (com uma nave de 17,20x9,10 e uma capela-mor com um quadrado de 6,10m de lado). A Capela do Espírito Santo também se aproxima das medidas da igreja principal da vila, com 16x9,3m na nave e 5,2x7,5m na capela-mor¹⁶³. Já a capela de S. Sebastião é mais pequena, tendo 12x7,2m na nave e 4,8x6,7m na capela-mor.¹⁶⁴



165

¹⁶¹ Laureano Joaquim de Sousa – *Mapa geral das acomodações que se fizeram na vila das Caldas para sua Mag. e mais famílias da comitiva, no presente ano de 1786*. MNAA, cópia do P.H.

¹⁶² Actual café Bocage.

¹⁶³ Dimensão actual, contado com as alterações do século Dezoito.

¹⁶⁴ Medidas exteriores. Agradecemos a cedência dos levantamentos integrais das Capelas do Espírito Santo, S. Sebastião, da Igreja de N. Sra. do Pópulo e do Hospital Termal ao Gabinete de Planeamento do CHCR.

¹⁶⁵ Imagem parcial do *Mapa geral das acomodações...* [primeiro piso e coberturas], salientando a cobertura da capela de N. Sra. do Rosário e a passagem aérea para a tribuna de S. Sebastião.

Como referimos no capítulo 6 da primeira parte, a ermida medieval do Espírito Santo deverá ter chegado ao final do século Quinze totalmente em ruínas. Jorge de S. Paulo diz-nos que a remodelação da ermida foi feita pelo boticário Pero de Taborda, em 1552¹⁶⁶.

Contudo, a instituição da Misericórdia nas Caldas, sediando-a na Ermida do Espírito Santo, será efectuada em 1541 por D. Catarina¹⁶⁷, o que certamente terá obrigado a obras dotando de condições para receber esta instituição de prestígio. Curiosamente, nas *Memórias Paroquiais* ficou registado:

“Não tem Mizericordia, e pera os enterros serve a Jrmandade do Popullo, que tem todo o precizo para isso, e tem de renda certa cada hum anno secenta mil Reis.”¹⁶⁸

A traça actual é datável do século Dezoito, às expensas da Ordem Terceira de S. Francisco¹⁶⁹ que a 1 de Janeiro de 1719 obtém escritura de cedência da capela pela então extinta Confraria do Espírito Santo¹⁷⁰. Assim, a capela deixa de ter galilé frontal passando a nave a ocupar todo o espaço disponível até ao limite do arruamento.

Tal como a N. Sra. do Rosário e S. Silvestre¹⁷¹, a ermida de S. Bartolomeu fora demolida. Contudo, curiosamente, neste caso temos mais dados sobre a sua demolição do que sobre a fundação e propósito. Estava situada no adro da igreja de N. Sra. do Pópulo, defronte à janela da enfermaria das mulheres¹⁷², fazendo com a ermida de S. Silvestre a planeada simetria de templos com a igreja do Hospital ao eixo, como na imagem idealizada por Filareto para o *Hospital de Sforzinda*¹⁷³.

Sem data de fundação conhecida podemos considerar, tendo em atenção que partilhava a invocação com a capela privada do Paço de Xabregas, que a ermida tenha sido erguida em conjunto com a igreja do Hospital. Estando entre a Casa dos Provedores e as habitações dos oficiais, seria quase um oratório privado destes.¹⁷⁴ Porém, nos *Livros de Tombo da Fazenda do Hospital* não aparece arrolada a capela.

¹⁶⁶ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 429.

¹⁶⁷ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 537.

¹⁶⁸ André Gomes de Carvalho – *Op. Cit.* p. 29.

¹⁶⁹ Do Convento de S. Miguel das Gaeiras.

¹⁷⁰ Miguel de Amorim – *Boletim n.º 1 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, Janeiro de 1971. p. 2.

¹⁷¹ Sobre a qual nos debruçaremos de seguida.

¹⁷² Vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

¹⁷³ Vd. capítulo 8.1. da segunda parte.

¹⁷⁴ Os administradores da capela serão sempre os oficiais da vila. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 430.

Atendendo à topografia, este templo situar-se-ia a meia encosta, no largo, localização pouco estável para o edifício; daí que, em 1638,¹⁷⁵ o administrador da capela, João da Silva, a tenha mandado demolir, iniciando a construção de uma nova, mais acima na pendente:

*“Derrubou o L.^{do} a Capella velha no anno de 1638, e a primis fudamentis deu principio a outra Capella nova e foy a obra tão alta q o p.^e g.^l Miguel do Spũ S.^{to} no ditto anno mandou o seguinte: Por nos constar ser grande escandalo a todas as pessoas q vem a Igreja a Capella de S. B.^{eu} q se fez no terreiro mais alta do q hera a Antiga e outrosy empedir a vita das Enfermarias aos R.^{dos} P.^{es} Provedores q costumão vigiar alguns desconcertos q podem soceder: Mandamos ao P.^e Pvedor e Almoz.^e q de nenhum modo consintão q se acabe a Igreja nem va mais por diante sopena de se lhe dar em culpa, nem a deixem cubrir ate se não por no estado em qe estava.”*¹⁷⁶

No ano seguinte, o Visitador do Arcebispado, Luis das Chagas, deu ordem para se continuar a construção da ermida, pois a justificação do provedor só surtia efeito se este estivesse na janela dos seus aposentos podendo ter vista livre sobre o recanto do páteo junto das janelas da enfermaria feminina ou se deslocasse à “*casa do Celeiro, e da salla de fora*”¹⁷⁷. Contudo, a ermida foi demolida.¹⁷⁸



179

Com estes dados, é possível localizar a ermida. Atentando na reconstituição dos edifícios do Hospital, verificamos que, se traçarmos uma linha entre a fachada da Casa dos Provedores e a enfermaria, esta passa onde actualmente é a escadaria de acesso;

¹⁷⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 431.

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 132.

¹⁷⁸ Esta é mais uma das situações em que o provedor do Hospital se recusa a cumprir as ordens dos visitadores. Sobre o processo de demolição e das razões apontadas Vd. *Idem.*

¹⁷⁹ Imagem parcial do mapa de 1742, salientando a *Casa do Tesouro*, onde supomos ter sido a localização de S. Bartolomeu. como já referimos no capítulo 8.2. da segunda parte, a planta da igreja de N. Sra. do Pópulo está invertida.

contudo, se traçarmos outra linha entre a dita enfermaria e o celeiro, passando muito à esquina das casas dos oficiais, constata-se que existiria campo de visão desimpedido. Assim, a ermida situava-se no local da actual escadaria, ficando virada para o túnel do hospital. Desta forma, os oficiais, para se deslocarem entre as suas habitações, a Casa dos Provedores, valências anexas e o hospital, teriam de passar na escada adossada à ermida. Embora já demolida há mais de cem anos, na planta de 1742, surge-nos no local a *Casa do Tesouro*, de D. João V, entre a igreja de N. Sra. do Pópulo¹⁸⁰ e o muro Norte, talvez no local de vestígios da ermida¹⁸¹.

No capítulo 6 da primeira parte, reconstituímos o núcleo medieval em que sobressaíam os templos dedicados ao Espírito Santo e a S. Silvestre. Até 1532, estes templos mantiveram-se à margem do desenvolvimento das construções no complexo hospitalar. Sobre S. Silvestre, embora se registe, pelo menos em 1518¹⁸², a continuação da devoção popular ao santo¹⁸³, o mau estado de conservação em que se encontrava o templo em 1520, irá resultar numa primeira campanha de obras, patrocinadas por D. Leonor.¹⁸⁴ O empreendimento prolonga-se até 1540, com a construção de dois arcos de tijolo que a ligariam à enfermaria dos religiosos¹⁸⁵.

Mas a pequena ermida irá voltar ao estado de ruína pois, em 1566, o provedor Diogo da Purificação paga a reconstrução de S. Silvestre:

*“(...) aos x dias do mes de novembro de 4 bc lxbj despendeo majs ho dyto almoxarife omze mjill he quinhentos reais na obra de saam sylvestre que o provedor maodou fazer de novo.”*¹⁸⁶

Sabemos que ainda estava a uso ao tempo de Jorge de S. Paulo mas, cem anos depois, a ermida não aparece na planta da vila de 1742¹⁸⁷. O que revela que terá sido

¹⁸⁰ Note-se que na época a igreja estava rodeada de anexos.

¹⁸¹ Opinião partilhada por Miguel Amorim – *Vestigios da Ermida de S. Silvestre*. Caldas da Rainha: [e.a] 1970. p. 2. e João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. p.13. Embora estes autores confundam esta ermida com S. Silvestre.

¹⁸² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 427.

¹⁸³ Vd. capítulo 4. e 6. da primeira parte.

¹⁸⁴ Mandou consolidar as paredes: “*tapar as covas de S. Silvestre*” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 427.

¹⁸⁵ Vd. Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 198. Estando esta enfermaria no segundo piso do hospital, seria possível uma ligação à cota da Volta dos Sinos, no canto SE mais próximo da rua e da ermida. Consideramos que este arco ainda existe, vd. capítulo 8.2. da segunda parte.

¹⁸⁶ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 9/6/1566 a 8/6/1567*. fl. 192. 10/11/1566. Parcialmente transcrito no elenquo geral feito por Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital...* p. 101.

¹⁸⁷ João Pedro Ludovice (atrib.) – *Plano da vila das Caldas feito no ano de 1742*. Vd. planta no capítulo 7.2. da segunda parte.

demolidas¹⁸⁸ e a imagem do santo transladada para o altar lateral (lado do Evangelho) de N. Sra. do Pópulo¹⁸⁹.

“Item primeiramente tem o dito ospitall hua jgreia Capella da jmvocação de nosa sennhora do popullo. Com sua toRe dos sinos e de Rador huu muro, e o adro amtre o dito muro e a jgreia ,,,

*= Item loguo hy hya ermida de são sylvestre junta a dita jgreia ,,,*¹⁹⁰

Não existindo vestígios edificados, socorremo-nos das descrições de Jorge de S. Paulo¹⁹¹ e do *Tombo da Fazenda do Hospital*: ambos nos dizem que se encontrava do lado direito (Sul) da igreja de N. Sra. do Pópulo e junto ao muro desta. Assim, traçando o percurso habitual dos aquístas, entre o *Bodo* do Espírito Santo e as piscinas, encontramos o único local livre de construções neste percurso que poderia acolher o pequeno templo¹⁹² no ponto de viragem da rua que desce do portal da Capela do Espírito Santo com a Volta dos Sinos. Pois, como veremos nos capítulos seguintes, todo o espaço existente ao redor desta ermida estava aforado e construído, restando, visível na planta de 1742 e ainda hoje, este pequeno quadrado de 7,5x7,6m onde supomos ter sido a ermida.

“Pella ilharga da Hermida de S. Silvestre da p.^e do Sul está hum muro do Hosp. e iunto a ella hum chão de L.^o de Basto çapat.^o livre de foro, e cazas terreas q comprara aos Herd.^{os} de Dr.^o Garcia tambor dos foliões as quaes estavam por sima da Hermida de S. Sylvestre iunto ao muro do Hospital pedindo l.^o pera se armar sobre o ditto muro pera fazer bemfeitorias, a qual lhe condeceo o p.^e Mart.^o do Spu S.^{to} no anno de 1618 com a condição q começaria a parede des a caza onde purgão os Religiosos e teria duas v.as e m.^a de comprido, e sendo necess.^o em algum tempo futuro as poderia o Hospital mandar derrubar, e cahindo o muro antigo o allevantaria à sua custa etc. E deste muro não paga foro algum.”¹⁹³

Vejamos: a enfermaria e a casa de purga dos religiosos, com a qual a ermida tinha ligação – atravessando o arruamento – é do lado Sul, e em toda a Volta dos Sinos, só junto ao caminho para o Espírito Santo é que os terrenos não fazem parte da Horta¹⁹⁴.

¹⁸⁸ A imagem de S. Silvestre aparece referenciada no *Tombo dos Bens da igreja de N. Sra. do Pópulo* de 1710. Segundo Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 199.

¹⁸⁹ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 428.

¹⁹⁰ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.55v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129. Transcrito em anexo (documento 29).

¹⁹¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 426-427.

¹⁹² Vd. capítulo 6. da primeira parte.

¹⁹³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 338.

¹⁹⁴ Vd. capítulos 8.2. e 8.3. da segunda parte.

Em 1775, nessa rua vivia Francisco Sapateiro¹⁹⁵, numa propriedade que confinava a Poente com uma serventia para os fornos; daí que, a razão pela qual não aparece nenhuma propriedade aforada adjacente à Ermida será por esta confrontar com ruas e serventia, e com uma propriedade a Norte que não era foreira do Hospital – de Miguel Jorge – e que ficava entre a ermida e os antigos fornos da cal¹⁹⁶:

*“Item outras casas sobradadas que estão demtro nesta vyla abaixo do espiritu samto, que são duas casas sobradadas com duas logeas pera baixo, e sam aforadas emfateosim e paga se dellas duas gallinhas de foro ao dito ospital por nosa senhora d agusto: as quais, tras ora peo francisco capateiro desta vylla e partem do norte com migell Jorge, e do sul com Rua publica e do levante com quintall do mesmo ospital e do poente com serventia pera os fornos do dito ospital”*¹⁹⁷

*“= Item outras casas com seu quintal que estão junto da torre dos sinos, pegadas com as casas da call partem do norte com as ditas casas, da cal em que ora Vive dioguo vaz, çapateiro e do sul com migel jorge, e do levante com muro da orta do mesmo ospital, e do poente com Rua publica que vai ao longuo do adro, tem todo de larguo ao longo, da face da Rua cinco varas e çinco sesmas e mea, e tem mais hu camtinho as quais casas e quintal tras tãobem aforadas o dito migel jorge juntamente no foro atras de seteçemtos reais duas gallinhas e hum frangão: em tres vidas das quais he a prymeira francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa, grisostemo diaz,,”*¹⁹⁸

Num Hospital em que seria elevado o número de mortes, dever-se-iam ter criado vários *Campos Santos* na vila, utilizando as igrejas e os seus adros. O estudo destes espaços¹⁹⁹ seria de suma importância para a História da Medicina, pois esses restos mortais poderão dar-nos a noção exacta do estado da ciência médica e do tipo de doentes que efectivamente acorriam às termas das Caldas.

*“o Cumprimisso da Irmandade de Nossa Srã do Populo em que tem por estatuto enterrarem por amor de Deus os pobres q morrerem no ditto Hospital, e como os meus Antecessores não virem nem lerão tudo hião naquella boa fee continuando o antigo costume, e os Irmãos e Iuiz da ditta confraria se callavão por appouparem a Cera e o trabalho pessoal sendo o principal fim da sua instituição o exercicio das obras da Misericordia como consta de seu cumprimisso.”*²⁰⁰

¹⁹⁵ Seguindo uma linha de raciocínio da transmissão hereditária da profissão, consideramos como possível Lourenço Basto ser descendente de Francisco.

¹⁹⁶ Vd. capítulo 5. e 6. Outra prova que indicia a localização por nós defendida são as medições referidas nestes dois pontos.

¹⁹⁷ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fl.57. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129.

¹⁹⁸ *Idem*. fl. 61v.

¹⁹⁹ Devido a obras fiscalizadas pelo *Gabinete de Património do CHCR*, conhecemos algumas zonas cemiteriais, nomeadamente frente a S. Silvestre (topo do Largo D. Manuel), na lateral direita de S. Sebastião e no adro de N. Sra. do Pópulo.

²⁰⁰ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 219.

O local de sepultura principal era, logicamente, a igreja de N. Sra. do Pópulo. No interior estão enterrados os provedores²⁰¹ e alguns oficiais que faleceram ao serviço do Hospital²⁰². No adro, enterrava-se quem morria no Hospital, serviço prestado pela já referida Confraria de N. Sra. do Pópulo. Com a construção do Cartório Paroquial no século Dezanove e com a demolição deste e as obras de restauro em meados do século Vinte, ter-se-á perdido parte deste cemitério.

A primeira zona cemiterial dos moradores terá sido o adro de S. Silvestre, provavelmente no seu alpendre²⁰³. No interior, “*do arco para dentro*”, Jorge de S. Paulo, só refere duas sepulturas, a do tangedor Francisco da Sylva e de sua mãe, de 1553.²⁰⁴ À falta de sondagens arqueológicas, consideramos que o adro de S. Silvestre também terá servido como *Campo Santo* para o Hospital e até, provavelmente local de sepultura anterior à sua construção, atentando nas evidências explanadas nos capítulos 4 e 6 da primeira parte.

Com a construção das outras igrejas, a vila acaba por dividir entre elas os locais de sepultura²⁰⁵. Assim, surgem na nave de S. Sebastião, as lápides de Salvador do Quintal e o seu irmão Manuel²⁰⁶, mercadores, avaliadores e tosadores, com casas sitas no Rossio²⁰⁷. Na capela do Espírito Santo, se sepultaria o boticário Pero de Taborda²⁰⁸, ainda no século Dezasseis. Porém, será certamente na nova igreja da Vila, ao topo do Rossio que se sepultaria a maioria das pessoas, sendo o cemitério no espaço entre S. Sebastião e a N. Sra. do Rosário²⁰⁹, local cruzado pela estrada e ao topo da praça de mercado. As zonas cemiteriais, além de garantir sepultura aos paroquianos, na prática eram utilizadas como espaços públicos, extensão das praças que frequentemente marginavam, “*pois aí tinham lugar actos tão congregadores de gente como o culto dos mortos, trocas comerciais, feitura e leitura de documentos, reuniões e até divertimentos.*”²¹⁰

²⁰¹ Gomes da Fonseca, António da Cruz e Jorge de S. Paulo. Os únicos que se poderiam enterrar na capela-mor. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 221.

²⁰² Os almoxarifes António de S. João (1631) e Manuel da Ascensão (1654). Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 487.

²⁰³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 427.

²⁰⁴ *Idem.*

²⁰⁵ Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 200.

²⁰⁶ 1594, segundo João Saavedra Machado – *Op. Cit.* p. 70.

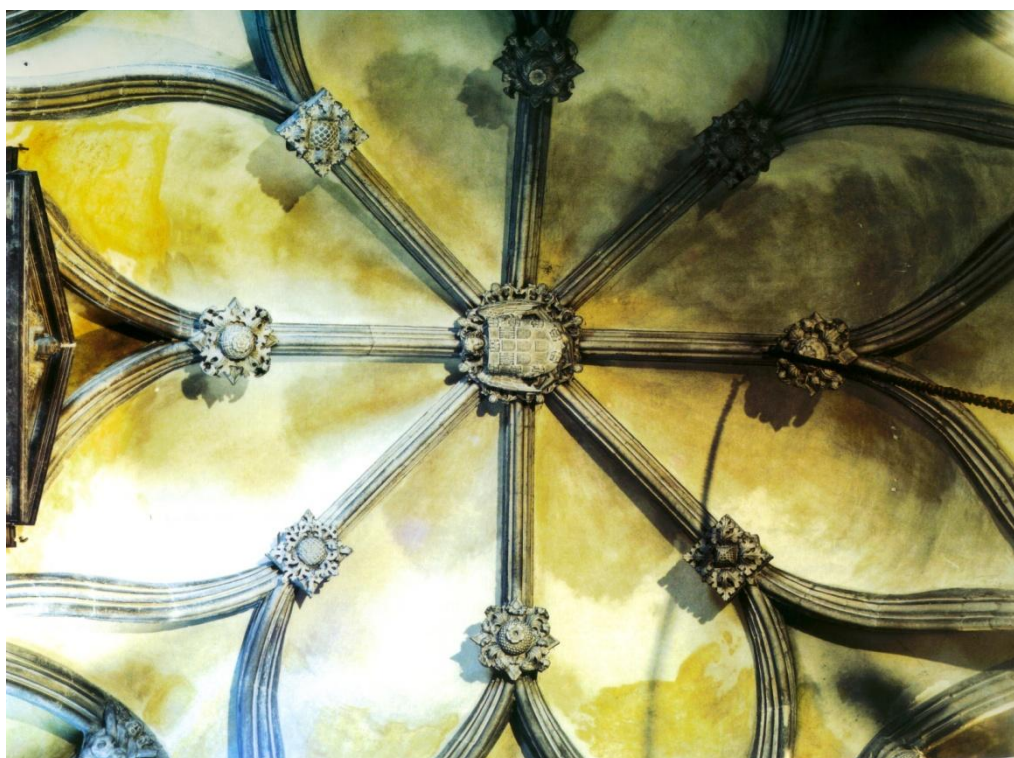
²⁰⁷ Dados do *Tombo da Fazenda de 1575*.

²⁰⁸ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 429.

²⁰⁹ Jorge Mangorrinha – *Op. Cit.* p. 201.

²¹⁰ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p.72.

Sublinha-se que D. Leonor não criou só um Hospital nas Caldas. Os diversos investimentos eclesiais e confraternais, no espaço envolvente, permite a transformação em obra territorial do programa socio-religioso que: *“partindo das diferentes vertentes «corporais» e «espirituais» da doutrina das obras de Misericórdia, perseguia a organização de um novo espaço humano exemplar, distribuindo caridade, confraternidade, oração e ritualização cristã do próprio território social privilegiado, duplamente, pelos favores políticos régios e pelo fervor e intensidade da fé.”*²¹¹



212

²¹¹ Ivo Carneiro de Sousa – *“Um Hospital do Populus...”* in *Caldas da Rainha: património das Águas...* p. 86.

²¹² Pormenor do tecto da capela-mor da igreja de N. Sra. do Pópulo.

3. Os primeiros habitantes: estratégias de ocupação do sítio

“Infelizmente, as fontes disponíveis não se mostram favoráveis à recuperação desses trajectos perdidos. Antes parecem apostadas em escondê-los em textos que privilegiam a seca e despojada visão jurídico-administrativa. Outra coisa não era de esperar. A palavra escrita, preciosa, reservava-se para o que merecia a pena recordar. Gentes anónimas e o espaço em que se movimentavam raramente beneficiavam do direito a serem preservados através de textos manuscritos.”²¹³

3.1. O incentivo ao povoamento: os privilégios

“(…) por seu serviço quizessemos daar Privilegio de Liberdades p.^a aquellas, q aas d.^{as} Caldas viessem moraar, p.^q então havendo ahi mor.^{dores} podiãa os d.^{os} enfermos achar todo o q lhe cumprisse, e vendo noos como isto era assi serviço de Nosso S.^r, e p.^r neste bem ‘vermos parte, e como ella d.^a Senhora m.^{to} dezejava, queremos, e nos apraz, q todas aquellas pessoas, q daqui em diante vierem morar, e viverem nas d.^{as} Caldas até a quantia de trinta viz.^{nhos}, hajãa e teñãa p.^a sempre este Privilegios, graças, e liberdades, q se ao diante seguem

=Item, q nãa serãa em nenhũas guerras, assim por mar, como por terra co nenhũas pessoas de qualquer estado, e condiçãa, q sejão, salvo comnosco, ou co o Pr.^{pe} meu sobre todos m.^{to} amado e prezado f.^{lho}

=Item, q nom pagoem em nenhũs pedidos, nem ‘prestimos, nem em outros nenhũs encargos, q p.^r noos, nem p.^r Conce.^{os} sejãa [fl. 5v] lançados assi em xp.^{al} como em particular

=Item, q totalas mercadorias, e couzas, q comprareem p.^{lo} Reyno p.^a seus uzos, e provizõs de sus cazas, nãa pagoem dello nenhũa portagem

=Item, q nom sejão acouteados em cavalgaduras e armas p.^r nenhũas pessoa, nem postos p.^r besteyro do co.^{to}, nem outras algũa qontia

=Item, q nãa pouzem com elles, nem lhe tomem nenhũa coza d seu contra su vont.^e, nem sejã constringidos p.^a com sus pessoas, boes, carros ‘ver dir servir em nenhũas carregas, salvo com as nossas, ou da d.^a Senhora, e Principe, q.^{do} por noos, e por elles xp.^{al} em for mandado

=Item, q naa pagoem portagem, costumagees, nem outros algũs fóros, D.^{tos}, nem tributo de cozas, q levaree p.^a vender, e troux.^{em} aas d.^{as} Caldas, salvo nas terras das ordees, onde se nãa podem tolher, s o D.^{tos} e isto levando elles Carta de C.^{ãa} do Provedor das d.^{as} caldas, q a d.^a Sr.^a ahi ha de pôr com o d.^o cargo, como saa do conto dos d.^{os} trinta mor.^{dores}

=Item, d todos los mantim.^{tos}, bestas, vestidos, calçado, roupa de cama, q comprarem, e venderem adentro nas d.^{tas} Caldas aos enfermos, e pessoas outras, q aellas vierem de corar, e p.^a sus provizõs nãa pagoem dello siza algũa

=Item, q nã paguem oit.^{uo} de Vinho, q houuerem de sus novid.^{es} nas d.^{as} Caldas, e seu lim.^{te}

=Item, q os mor.^{es} d d.^{as} Caaldas teñaa Camara e Vereaçaa e Juizes, e Officiaes de hũ anno, de q a leiçãa aos tp.^{os} ordenados se fará som.^{te} na Villa d’Oobidos, sem mais sobre ellas, nem sobre os mor.^{es} das d.^{as} Caaldas terem outra Juridiçãa

=Item, q a d.^a Sr.^a, e as q depos della vierem possãa ter, e teñã nas d.^{as} Caldas seu ouvidor p.^a conhecer dos Feytos cjvees, e crimes dos d.^{os} mor.^{es} do qual venhã p.^r

²¹³ Amélia Aguiar Andrade – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 56.

Applação, e Aggr.^o p.^a a Caza da Relação, se o Ouvidor em ella, segundo se faz dos Juizes das outras sus terras

=Item, q todolos os omnziados, q aas d.^{as} Caldas ouverem dvir morar ate a qontia de vinte, os quaes serão do conto dos trinta mor.^{es}, hajam inteiram.^{te} os Privilegios declarados, q temos dado aos Omjziados do Couto da villa de Marvã, tendo porem cada hũ delles caza e vinha nas d.^{as} Caaldas, q faraa do dia, q ellas vierem a trez annos primos seg.^{tes}, os quaes sã estes, q se seguem

=Item, q aos d.^{os} vinte omjziados, q assi as d.^{as} Caldas vierem viver, nã possã ser prezos, accuzados, nem demandados por nenhũ cazos q sejão assim cjves, como crimes, em q teñã corrido, e seja obg.^{os} a responder, salvo em cazos de leive, e traição, porq destes sempre noos e nossa Justiças os podemos mandar prender, e fazer delles D.^{to}, e Justiça

=Item, q esses vinte omjziados, assim continuam.^{te} viverem nas d.^{as} Caldas, tendo ahi sus cazas de morada, e o uzo dellas, q possã participar, crear, e lavras nas d.^{as} Caldas, e termo dellas, e assi andar, e tratar, conversar, e isto com lic.^a do d.^o Prouedor, e Ouvidor da d.^a Sr.^a Rainha nas d.^{as} Caldas, com tanto q seus malefijos nã seja em cada hũ dos d.^{os} logares

=Item, q os d.^{os} vinte omjziados q.^{os} vierem, q lhes cumpre demandar por algũ pescado p.^a seus mantim.^{tos}, possã escolher ate doos delles, q continuadam.^{te} lhes vaa por elle, os quaes possam seguram.^{te} ir, e vir pllo d.^o pescado, com tanto q nã seja naquelles logares, onde assi tiverem os d.^{os} malefijos, os quaes Almocreves levaram p.^a isto Cartas assigna.^{as} plo Pro.^{or} das d.^{as} Caldas, [fl. 6] e aselladas com çello do Concelho dellas, e com o traslado deste C.^{to}; proee mandamos aos Vedores da nossa Fazenda, Contadores, Almoxarifes, Corregedores, Juizes, e Justiças, Officiaes, e pessoas a q esta nossa Carta for dmostrada, e o conhecim.^{to} della pertencer, q s.^{pre} em todolo o cumprãa, e guardem, e fação inteiram.^{te} dcumprir, e guardar aos d.^{os} trinta viz.^{os} das d.^{as} Caldas, e pella maneira q em ella he conteúdo, sem duvida nem embarg.^o algũ, q lhe a ello poñã; porq.^e assi he nossa mercê. E rogamos, e encõmenta.^{os} ao Principe sobre todolos amado e prezado fjlho, e a outros successores, q apoz elle vierem a estos Reynos, q s.^{pre} o assi de conservem, e façã interam.^{te} comprir, e goardar, porq por ser coza de tanto seruiço de Nosso S.^{or}, q nos a esto move, e pola devoção, q nisto tomou a d.^a Sr.^a Raynha, asi o devem fazer, p.^a assi se cumpra, e goarde, e darem de todala ajuda, e favor

Dada em a Villa de Beja a iiij dias do dezembruo. Antonio Carneiro a fez, anno de Nosso S.^{or} Jezus Christo de mil CCCC oyntenta biiij”²¹⁴

Ao longo deste trabalho já por várias vezes nos referimos à *Carta de Privilégios* de D. João II como documento de instituição *per se* da vila das Caldas²¹⁵. Mas é sem dúvida fundamental a análise dos privilégios e liberdades concedidos pela *Carta de Privilégios* aos homens que respondessem ao apelo de vir povoar um local inóspito,

²¹⁴ AN/TT – Chancelaria de D. João II – Lv. 10 fl. 131, 4/12/1488. Tresladado em BPADL – *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas*. (...) fls. 3-4v. Transcrito em anexo (documento 1).

²¹⁵ Além do que já referimos no capítulo 5.1. da segunda parte, onde no geral abordamos este documento. Vd. também Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 25.

com fracas potencialidades de solo arável²¹⁶ e ao redor de uma instituição que habitualmente se queria fora do núcleo urbano²¹⁷.

Assim, os privilégios atribuídos teriam o triplo propósito de fixar população, controlar o fluxo económico/social por parte do poder régio²¹⁸ e a forma de aceitar a doença no seu «seio» das trinta famílias que se destinavam a servir o Hospital e os seus utentes²¹⁹.

Lembramos que, na década anterior, em 1471 e 1474, o rei D. Afonso V também tinha concedido privilégios a quem quizesse vir morar ao redor do Hospital²²⁰; contudo, as principais diferenças entre as duas cartas (1474 e 1488) são o retirar do objectivo da hospedagem dos aquístas – garantindo-a no novo hospital leonorino²²¹ – e o apelo feito aos homiziados, como já referimos²²², talvez por receio do desinteresse dos homens livres pelas Caldas.

No geral, encontramos na *Carta de Privilégios* de D. João II a confirmação dos privilégios concedidos por D. Afonso V²²³; porém, além do aumento do número de privilegiados de quatro para trinta, em 1488, foram promulgados os seguintes privilégios²²⁴:

- 1) Isenção de serviço em guerra;
- 2) Isenção acontadoria;
- 3) Isenção de aposentadoria;
- 4) Isenção do pagamento de pedidos;
- 5) Isenção de portagem e costumagem das suas mercadorias;
- 6) Isenção do pagamento de sisa dos produtos que vendessem aos utentes do Hospital;
- 7) Isenção do pagamento dos oitavos do vinho;
- 8) Atribuição de Câmara e ouvidor.²²⁵

Salientam-se algumas regras e excepções aos privilégios acima enumerados que permitiriam ao poder régio um controlo destas famílias; por exemplo, no que respeita a

²¹⁶ Vd. capítulo 1 da primeira parte.

²¹⁷ Vd. capítulo 8.1. da segunda parte.

²¹⁸ Vd. Saul Gomes – *Op. Cit.* pp. 25-26.

²¹⁹ Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

²²⁰ Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²²¹ Vd. capítulo 5.1. e 8.1. da segunda parte.

²²² Vd. capítulo 5.1. da segunda parte.

²²³ Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²²⁴ Vd. citação de abertura do capítulo.

²²⁵ Vd. capítulo 1.

pedidos específicos da Rainha, que obrigava os privilegiados a abdicarem, caso necessário, de um determinado privilégio. Esta situação garantia que os primeiros habitantes das Caldas servissem o Hospital²²⁶, tal como se pode ler nos *itens* do serviço militar e da aposentadoria:

“(...) salvo connosco, ou co o Pr.^{pe} meu sobre todos m.^{to} amado e prezado f.^{lho}”

“(...) salvo com as nossas, ou da d.^a Senhora, e Principe, q.^{do} por noos, e por elles xp.^{al} em for mandado”²²⁷

Implicitamente, os *itens* das isenções fiscais ajudaram a definir o círculo de influência comercial das Caldas. Vejamos:

“=Item, q naa pagoem portagem, costumagees, nem outros algũs fóros, D.^{tos}, nem tributo de cozas, q lewaree p.^a vender, e troux.^{em} aas d.^{as} Caldas, salvo nas terras das ordees, onde se nãa podem tolher, s o D.^{tos} e isto levando elles Carta de C.^{ãa} do Provedor das d.^{as} caldas, q a d.^a Sr.^a ahi ha de pôr com o d.^o cargo, como saa do conto dos d.^{os} trinta mor.^{dores}”²²⁸

Assim, visto que o sítio está à margem dos Coutos de Alcobaça, a não isenção fiscal no comércio neste território irá dificultar as transações económicas a Norte das Caldas. Contudo, definirá com Óbidos e Santarém uma região comercial de onde virão os mercadores das feiras das Caldas²²⁹ e em cujos termos se comprará os géneros necessários à sustentabilidade da vila e do Hospital, apoiado também em legislação específica que pontualmente iriam favorecer estas transações²³⁰.

Além destes privilégios, a carta de D. João II instituía o couto de homiziados nas Caldas²³¹, permitindo que dos trinta futuros moradores, vinte (no máximo) fossem homiziados, para os quais se criaram condições especiais iguais às do couto de Marvão. Este foi instituído por D. Fernando a 25 de Julho de 1378 para até duzentos homiziados:

“(...) que todos os omeziados do nosso senhorio naturaes, ataa duzentas pessoas, que aa dicta villa qujserem vjir morar pera lavrar e aproveitas e asesegar no dicto logo e em seu termo, como os outros quaaesquer que andarem fora do nosso senhorio que seiam naturaes delle como dicto he, posto que seiam culpados em quaaesquer malleficios per qualquer guisa que seiam culpados, afora caso de treyçam ou daleive, que nunca mais seiam presos nem demandados nem acusados per nehũa pesoa em o

²²⁶ Vd. capítulos 5.3. e 5.4. da segunda parte.

²²⁷ Trechos da citação de abertura do capítulo.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ Vd. capítulo 1.

²³⁰ Vd. capítulo 5.3. da segunda parte.

²³¹ Vd. capítulo 5.1. da segunda parte.

dicto logo de Marvam, nem outro nhũu do nosso senhorio, se carta de licença do concelho da dicta villa trouver. Ao qual concelho nos damos conprido poder que possa dar licença e outorgar aos omiziados, que na dicta villa viverem de morada, por dos meses de cada ano a cada hũu daquelles que beens em outras partes do nosso senhorio tenerem pera os hirem aproveitar e poer em recado E tornar cumento que esta meesma licença possam aver os omjziados da dicta villa pera poderem hir per todo o nosso senhorio buscar seus mantjmentos que se scusar nom podem e que os dictos omjziados que ao dicto logo vierem morar sejam defesos e coutados em todas aquellas cousas que os a igreja defende e todos aquelles que a ella se acoutam”²³²

Já em 1436, D. Duarte determina que os homiziados escolham cinco almocreves que:

“(…) continuamente vão por pescados pera trazer aa dicta villa e posam andar seguramente e hir pollos dictos pescados a quaasquer lugares dos nossos regnos comtando que nom entrem nos lugares onde fizeram maleficios”²³³

Verifica-se que, na *Carta de Privilégios* das Caldas, rectificam-se os seguintes privilégios de Marvão:

- 1) Perdão dos crimes cometidos (não seriam presos, acusados nem demandados, salvo em casos de traição e aleivosia) ;
- 2) Liberdade para que os homiziados pudessem ter terras na vila e termo, onde lavrassem e criassem gado;
- 3) Que os mesmos homiziados pudessem ter almocreves que fossem comprar peixe a outros termos.

Contudo, é concedida a liberdade de contactar com a restante população e deslocar-se pelo reino, com licença do provedor do Hospital, desde que não seja nos lugares onde praticaram os crimes. Atentando aos privilégios de Marvão, por um lado os homiziados das Caldas poderiam habitar sazonalmente na vila, situação que era importante pois as termas não funcionavam todo o ano. Por outro lado, ao invés dos privilegiados livres, os homiziados poderiam ser acontiados. Infelizmente, a documentação existente não nos deixa ecos sobre se estas diferenças nos privilégios foram ou não utilizadas²³⁴.

²³² AN/TT – Chancelaria de D. Fernando – Lv. 2 fl. 34-34v. 25/7/1378. [apud] Humberto Baquero Moreno – “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados, instituídos pela coroa” in *Os municípios portugueses no século XIII a XVI: Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986. p. 105.

²³³ AN/TT – Chancelaria de D. Duarte – Lv. 1 fl. 159-159v. 5/5/1436. [apud] Humberto Baquero Moreno – *Op. Cit.* p. 105.

²³⁴ Vd. capítulo 5.1. da segunda parte sobre as confirmações e alterações à *Carta de Privilégios*.

3.2. Responder ao apelo: os primeiros habitantes

“Em xbij dias de outubro de lRj annos se deu de sesmarja nas Caldas per djogo alvarez almoxarife comjgo esprivção estas propriedades adiamte espritas e demarcadas per Joam pirez bugalho, homem do almoxarifado ct.

= Item foy aforado na Varzea das caldas huum chão dela haguõa vertente asy como vem de agujão, e como parte com herdade de mestre afonso do soam e vay enterstar na baroqua e com dyogo afonso ferreiro e Joam do Rego e Jorge gonçalvez segundo tem os marcos pera estas confrontações.

= Item foy aforado na dita Varzea huum pedaço hagoas vertentes do agujam asy como parte com terra de joam do Rego e Jorge gonçalvez e vay entestar na baroqua e com fernam dyãz d elvas, o qual deram a dyogo afonso ferreyro segundo tem os marços per estas confrontações ct.

= Item Açerca do chafaris huum chão de mato que parte da travesya com gonçalo Ribeiro e abrigo com Lourenço estevez e com camjnho ppublico, e da outra parte com a Rua ppublica.

= Item aforado na dita Varzea das ditãs caldas outro chão aguoaas vertentes asy como vem da aguyam he asy como vay partir com o marco da terra de mousem e doutra parte com dyogo afonso e vaj entestar na barroca a fernam diãz d elvas segundo tem os marco per estas confrontações., ct.

= Item foy dado huum pedaco de herdade na ditã Varzea outro pedaço aguõas vertentes do agujam asy como parte com terra de fernam diãz d elvas e outra parte com terra de lianor eannes asy como vaj entestar na baroca com mousem Judeu asy como parte estas confrontações. [fl. 50v]

= Item majs huum pedaço de herdade na ditã Varzea a lianor annes aguoaas vertentes do agujão asy como parte com terra de mousem e com marcos de Lourenco estevez asy como vay entestar na baroca asy como esta demarcada per estas confrontações.

= Item huum pedaço de erdade na ditã Varzea a Lourenço estevez aguõas vertentes do agujão asy como parte com terra de lianor annes e com terra de eyrja fernandez asy como vay entestar na baroca a lourenco estevez asy como parte por estas confrontações ct.

= Item foy dado e demarcado na ditã Varzea alvaro ferrnandez asy como parte com aguã que vem das caldas he entesta no porto da estrada asy como vem do porto e estrada pelo aRife do outeiro e vem ter ao cabeça do monte segundo,. forão postos marcos ct.

= Item foy dado e demarcado a Joam ferrnandez a Redomda abaixo da Varzea aso a estrada pera baixo asy como vaj pela baroca entestar no mojnho e de hj pela aguõa aRiba ate o porto d aguõa per que pasam segundo, he demarcado per estas confrontações e am de dar o oytavo e huum frango ou çinquo reais por ele em cada huum anno., ct.

E do sovjurejro do posilgão asy a testada do mato asi como Vay pela estrada ata o departamento do mojnho de cubo asy aquele topo, ct.,.”²³⁵

Se, por um lado, conhecemos o nome dos primeiros habitantes das Caldas pelo seu envolvimento económico, fiscal e jurídico com o Hospital, registados nos documentos

²³⁵ AH/HCR – Livro de Registos de Sesmarias fls. 50-50v. 17/10/1491. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 83-84.

da época, por outro, do seu estado social (homem livre ou homiziado) não nos chegam testemunhos. Permanece a dúvida de quais eram os vinte homiziados, que crimes cometeram e de onde eram naturais.

O sucesso da *Carta de Privilégios* como fundadora do núcleo urbano de apoio ao Hospital é facilmente medido pela rapidez com que se preenchem as vagas disponíveis.

Podemos separar os primeiros habitantes em dois grupos, pelo objectivo com que escolheram o local ao redor das águas termais como morada: o primeiro, os oficiais do Hospital na fase em que este ainda estava em construção²³⁶; o segundo, os outros mestres de apoio à Instituição e fundamentais para a sua sustentabilidade. Infelizmente, desconhecemos os critérios pelos quais foram aceites estas pessoas.

O *Livro de Registos dos Privilegiados* desapareceu antes de 1656. O existente foi feito em 1576²³⁷ porque o original se encontrava em mau estado²³⁸. Infelizmente, o mesmo tem por primeiro registo o do tabelião Henrique Calado, recebido em 25 de Setembro de 1533²³⁹. Fora do nosso intervalo cronológico, os registos neste livro²⁴⁰ dão-nos a conhecer a forma como os privilegiados eram recebidos²⁴¹, salientando a razão pela qual era apresentados perante o provedor – em geral por serviços prestados ao Hospital²⁴² –, o ofício, a naturalidade, quem substituíam e porquê²⁴³.

Em Outubro de 1491, o privilégio para habitar as Caldas será coincidente com as primeiras sesmarias. No documento que citamos na abertura deste capítulo surgem-nos os nomes dos sesmeiros dos talhos demarcados na Várzea das Caldas, a Sudoeste da Praça do Hospital²⁴⁴, contidos entre os quintais da Rua Nova e três acidentes geológicos: o Rio das Águas Vertentes (a Norte), o Pântano (a Oeste) e a Barroca (a Sul).

²³⁶ Sobre os oficiais do Hospital após o *Compromisso* vd. o próximo capítulo.

²³⁷ BPADL – *Livro dos Assentos dos previligiados desta Villa das Caldas. Onde estam tresladados os privilegios delles. Que foi feito e reformado por mandado do padre gaspar da assumpcão provedor. O anno de 1576.*

²³⁸ “(...) porquanto o livro em que andão escritos esta todo Roto e desmcardernado com mujtos Riscados boRaduras e amtrelynhas que causavão mujtas duvjdas. Pelo que me mandou que prouvese o dito livro. E delançase neste todos os assemtos dos prevjligiados que nele estevessem lamçados (...)” BPADL – *Livro dos Assentos dos previligiados...* fl. 2. [apud] Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital de Caldas da Rainha*, Leiria: 1984 (policopiado). sem página.

²³⁹ O primeiro recebido por Jacome de Sta. Maria.

²⁴⁰ É também deste livro que transcrevemos a Carta de Privilégios e as respectivas confirmações.

²⁴¹ Saul Gomes fez um levantamento geral dos nomes constantes neste documento. Vd. Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital de Caldas da Rainha*, Leiria: 1984 (policopiado). sem página.

²⁴² Na verdade esta era a condição principal apontada por Jorge de S. Paulo para «aceder ao privilégio»: Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 252-253.

²⁴³ Algumas vezes por desobediência ao provedor.

²⁴⁴ Vd. capítulo 7.1. da segunda parte.

Verifica-se um trabalho prévio de arroteamento do espaço, traçando os talhos no sentido Norte/Sul, paralelos e com o mesmo comprimento²⁴⁵. Além dos marcos, é também visível que os becos no lado Oeste da Rua Nova e o chafariz da praça também já existiam. Contudo as alterações do local não nos permitem conhecer os pontos intermédios referidos, resultantes da topografia original das Caldas, tais como a Redonda, o Cabeço do Monte, o Porto da Água, o Outeiro Segundo, o Sobreiro do Pocilgão, etc.²⁴⁶

É importante referir que, mesmo antes da demarcação das sesmarias na Várzea, em Março do mesmo ano²⁴⁷, o rei concede às Caldas o seu Juiz de Sisas, nomeando para o efeito o provedor do Hospital²⁴⁸, o que sugere que os primeiros habitantes seriam bons administradores das suas regalias e isenções.²⁴⁹ O que também deixa antever que ainda antes das primeiras sesmarias, já existiria uma população estável na vila. Talvez as sesmarias tenham sido dadas após a fixação da mesma ou, então, o privilégio para ter Juiz de Sisas, em 1491, serviu como «adenda» à *Carta de Privilégios*.²⁵⁰

Assim, o almoxarife de Óbidos, Diogo Álvares e o escrivão João Pires Bugalho, deram sesmarias aos seguintes²⁵¹: Mestre Afonso, Diogo Afonso (ferreiro), João do Rego, Jorge Gonçalves, Fernão Dias de Elvas, Gonçalo Ribeiro, Lourenço Esteves, Mousem (Judeu), Leonor Eanes, Eiria Fernandes, Álvaro Fernandes e João Fernandes.

*“De alvaro d'iaz borjes, de LRj annos – foy dada a alvaro borjes provedor huu chaam acerca das ditas caaldas no tirejro delas pera hua acenha e pisom que em ellas fez pera moerem com a dita aguoa e da de foro em cada huu anno huu alqueire de trigo e huu frango pera fitiota. djogo Alvarez almoxarife a esprevy.”*²⁵²

No mesmo mês, o primeiro provedor do Hospital, Álvaro Dias Borges, faz uma sesmaria para si num terreno defronte ao Hospital, sobre o Rio das Águas Vertentes para construir uma azenha. Esta foi demolida ainda em vida de D. Leonor, por represar demasiado a água residual dos banhos.²⁵³

²⁴⁵ Cruzando longitudinalmente todo o actual Parque D. Carlos.

²⁴⁶ Vd. também Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 28.

²⁴⁷ AN/TT – Estremadura. Lv. 3 fls. 128v-129. 10/5/1491.

²⁴⁸ Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

²⁴⁹ Segundo a opinião de Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 27.

²⁵⁰ *Idem*.

²⁵¹ Organizados conforme o documento.

²⁵² AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 49. ?/10/1491.

²⁵³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 401.

Além do moinho de Álvaro Dias Borges, já existia na foz do mesmo rio o Moinho do Cubo²⁵⁴, sesmaria dada a 18 de Novembro de 1477²⁵⁵, portanto, anterior à construção do Hospital. Deste, conhecemos os sesmeiros que, consequentemente, foram os privilegiados por D. Afonso V em 1474²⁵⁶: Pero Eanes Henriques, Afonso Fernandes, Tomé Cardiga (casado com Isabel Lemos) e talvez o adegueiro João Gonçalves, privilegiado por D. Afonso V em 1471.²⁵⁷

*“De Rodrigo annes Jemrro de Joam martjnz morador nas Caldas,.
= Item em xxiiijº dias de iiijº lRbiiijº annos per djogo alvarez forão dados huns matos de sesmarja ha Rodrigo annes que são açerqua das caldas onde chamam o Valle d oliveira parte d agujão pola estrada e soão com pero annes de VellVer e pelo Ribeiro abaixo onde esta huum marquo e daly por a Ribeira dirreita a estrada do [a]gujão onde estão dous marços os quães forão postos por pero fernandez,, por o forro da terra,,.”²⁵⁸*

Em 1498, será dado de sesmaria o Vale da Oliveira, na margem Norte do Rio das Águas Vertentes, perfazendo as condicionantes agrárias à expansão urbana da vila.²⁵⁹

A outra propriedade conhecida na Rua da Oliveira é a do sombreeiro Afonso Dias, (mestre Afonso), que irá lá fazer casa à sua custa, a qual o seu filho André Afonso Dias, capelão do Hospital, deixará em testamento à Instituição, em 1534.²⁶⁰ O mesmo Afonso Dias tinha um arneiro na face Sul do Rossio – portanto contígua com a sua propriedade na Rua da Oliveira – que aforou a Vasco do Couto²⁶¹, tendo sido esta incorporada em 1532 na propriedade do Hospital.²⁶²

Com os dados existentes é possível traçar a posição das terras²⁶³ e dos seus sesmeiros: na face Poente da praça estaria o moinho do provedor Álvaro Dias Borges, ao lado deste, para Sul, o caminho de acesso à varzea e, junto ao chafariz da vila, deitando para o cruzamento entre a Rua Nova e a Praça Nova, as terras de Gonçalo Ribeiro e Lourenço Esteves. Afastando-se para Poente, estariam os talhos de: Eiria Fernandes, Leonor Eanes, Fernão Dias de Elvas, Diogo Afonso, Jorge Gonçalves, João

²⁵⁴ Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²⁵⁵ AH/HCR – *Livro de Registos das Semarias*, fl. 24. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo. III, p. 248.

²⁵⁶ Vd. capítulo 5.1. da primeira parte.

²⁵⁷ *Idem.*

²⁵⁸ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 91. 23/4/1498. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 91.

²⁵⁹ Vd. capítulo 7.1. da segunda parte.

²⁶⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 333.

²⁶¹ Vd. continuação deste capítulo.

²⁶² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, p. 330.

²⁶³ A propriedade urbana será estudada no capítulo 5.

do Rego, o ferreiro Diogo Afonso²⁶⁴, a herdade de Mestre Afonso²⁶⁵, Álvaro Fernandes e, por fim, a terra de João Fernandes, um semi-círculo marginal com o pântano. Esta última confinava a Norte com o Moinho do Cubo de Pero Eanes Henriques, Afonso Fernandes, Tomé Cardiga e João Gonçalves. Na margem oposta do rio, no Vale de Oliveira, ficava a terra de Rodrigo Eanes, João Martins e Afonso Dias. No lado Sul da Várzea, sobre a barroca²⁶⁶, estaria a propriedade do judeu Mousem (Moisés), o qual irá possuir também um arneiro no topo Norte do Rossio.²⁶⁷

Em breve, surgem também as primeiras transferências de propriedades, fruto da evolução económica dos indivíduos. A primeira destas situações, de que temos conhecimento, é a do carpinteiro João Álvares, que irá fazer casa à sua custa na Rua Nova, obtendo para isso sesmaria, tendo-a vendido em 1501²⁶⁸ a Estevão Carvalho da Guarda²⁶⁹.

“Partes: João Afonso e Leonor Eanes, moradores nas Caldas, que venderam à Rainha todollos seus bens forros e jsentos que elles tem e am em ho loguo do carrascall termo da villa d obydos .s. casas curraes vynhas herdades de pam matos olyvaaes e palheyros e ortas e qujntaes e chãos e matos rrotos E por Ronper e arvores de fruïto e asy hu tonell que leva corenta almudes de vynho e pardieyros as quaes cousas vendem a dita Senhora, asy como ho elles am e por dirreito pertencem d aver (...) os quaes bens elles ditos vendedores confrontavam em esta maneyra (...)

Tudo vendido, salvo de dizimo, por 20 mil reais brancos. Receberam logo 51 cruzados e 110 reais, em que montava a dita quantia

Testemunhas presentes

Pero de Valadares, bacharel de leis

Alvaro Veloso e António Peres, criados da rainha

Gomes Anes, boticário da rainha

Gonçalo Mendes, tabelião nas Caldas”²⁷⁰

Em 1503, o casal de moradores das Caldas,²⁷¹ Leonor Eanes, natural do Carvalhal²⁷² e João Afonso, vendem à rainha todos os bens no termo de Óbidos²⁷³,

²⁶⁴ Vereador em 1504. Vd. capítulo 1.

²⁶⁵ De dimensão maior que os outros talhos.

²⁶⁶ Na área do antigo Parque de Campismo.

²⁶⁷ Vd. capítulo 5.

²⁶⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 309.

²⁶⁹ Que falece em 1534. Vd. *Idem*.

²⁷⁰ BPADL – Documento avulso 16. 13/5/1503. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* pp. 117-118.

²⁷¹ Junto ao hospital dos Peregrinos. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 335.

²⁷² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 102.

²⁷³ Citação anterior.

construindo junto ao Rio de Água Fria o Casal do Tecelão²⁷⁴, que terá sido aforado por João Tecelão, ainda em vida de D. Leonor²⁷⁵.

Também em 1503, em Julho, Afonso Eanes, natural do termo de Alcanede, vende algumas propriedades na vila ao casal Fernão Vaz e Beatriz Eanes.

“Perante mym ppublico tabeliam nesta vylla e couto das caaldas, presentes affonso anes mor.” em malho (?) termo de alcanede, e fernam vaz e molher beatriz anes, moradores nas caldas, por hũa venda q adyante se diz.

= Item hũa caza com um çarrado a poorta, com ‘vores de fruto, q parte do agujão com pedr anes, e do abrego com o d.º pedro Anes, e da Travessja com as Caldas, e da parte do soãao com a charneca que vai para o formygal.

= Item hũa çourela, q vay jntestar na caza, q parte do agujão com pedro anes e do abrego com pedro anes e da travessja com as Caldas e do soãao com a d.ª charneca.

= Item hũa erdade abayxo do paleyro, q parte do agujão com pedrAnes e d abrigo com o d.º pedro anes, e da travessa com as caldas e do soãao com a dicta charneca.

= Item hũu talho de vynha q parte do soãao com pedranes, e da travesja com o mesmo, e do agujão com o valado e do abrego com charneca.

= Item outro talho da vynha q parte do agujão com mato de pedrAnes, e do soãao com hũa vynha do mesmo, e do abrego com outra sua vynha.

= Item hũu talho com su orta q parte de todalas partes com o deto pedraanes

= Item hũa maceeyra (soutynha?) q he na vynha do d.º pero anes

Foy tudo vendydo por ññ viij^c reais branquos

[Testemunhas]

Antonio perez, criado da raynha D. Lianor

Pero Mourinho h[omiz]jado nas d.ªs caaldas

Jorge Nunes, cristom noovo, morador nas caaldas

Tabelião, gonçalo mendez”²⁷⁶

Já mais tarde, em 1511, Catarina Rebelo, viúva de Jaime da Fonseca do Casal de Belver, vende ao Hospital as suas propriedades²⁷⁷.

“Estando hy presente ho muy homrrado bacharell jeronimo dayres capellão e pregador da Raynha dona lianor nossa senhora, provedor do esprital de nossa senhora do populo da villa e couto das calldas pella dicta senhora, j logo per ella dita Caterina Rebello foy dito q ella tynha na dita villa das calldas hũu cassal com casas moradas erdades vinhas pumares e momtados omde se chama BellVer e outrossy hũ çarado grande de vinha orta pumar e chãos omde chamão a loureyra ho quall cassall e çarrado saya na sua parte de fazemda q ella partjra com seus filhos per faleçimento do dito james da fomsequa seu marydo q Deos ho tenha.

Diz q vendia ao sprital por xi mijl reays da moeda corrente e Cx tostoms.

[Testemunhas]

²⁷⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 128.

²⁷⁵ *Idem.*

²⁷⁶ BPADL – Documento avulso 18. 1/6/1503. [apud] Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 119.

²⁷⁷ Aforadas por Diogo Álvares até 1534. Vd. próximo capítulo.

*Alvaro Afonso e João Caldeira, corjeiros, moradores em Lixboa.
Diogo Afonso, escudeyro da caza da Raynha, tabeljom.*”²⁷⁸

Em 1520, uma das primeiras sesmeiras na Várzea, Iria Fernandes, na época moradora em Geraldês (junto a Atougua), vende a sua vinha na Várzea ao capelão André Rodrigues²⁷⁹. O mesmo irá comprar uma vinha no Rio de Águas Vertentes²⁸⁰ que era de Catarina Rebelo viúva de Estevão Peres, no mesmo ano²⁸¹:

“Regysto da venda que fez irya fernandez, dona vyuva, mor.^{dora} nos gyraldos da vylla da touguya, ao andree rodryguez, capellãa da Raynha nosa Señora, mor.^{dor} na vylla das caaldas, de hũa tera de vynha q tynha na Varzea das dectas caaldas, q partja do agujão e do soão co matos manynhos, e do levante com pero vaz, cleerjgo, e do poente com rodrygo anes, das caaldas, por preço de mijl reays brancuos, de vj ceitys o reaal.

[Testemunhas]

Rodrygo anes, affonso rodrygues, joom dyas, lavradores nas d.^{as} calldas.”²⁸²

Estas situações demonstram uma clara aposta destas famílias no futuro da jovem vila, tornando-se como, veremos,²⁸³ em famílias economicamente florescentes, contemporâneas do «arranque» do Hospital.

Nos documentos transcritos ainda constatamos mais quatro nomes de habitantes nas Caldas, anteriores a 1508²⁸⁴: o do tabelião Gonçalo Mendes, o do cristão-novo Jorge Nunes, Pero Mourinho, o único homiziado que nos aparece como tal, e o boticário Gomes Eanes²⁸⁵, todos testemunhas em ambas as transacções²⁸⁶. Surge também Pedro Eanes, que teria à época várias propriedades nas Caldas, e que pela forma como confrontam (na charneca que vai para o Formigal e com as Caldas) parece-nos ser entre a Quinta dos Pinheiros e o topo Nascente do Rossio das Vacas²⁸⁷.

²⁷⁸ BPADL – Documento avulso 30. 14/3/1511. Transcrito parcialmente por Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 126.

²⁷⁹ Sobre os oficiais após 1508 vd. próximo capítulo.

²⁸⁰ Ribeiro das Águas Quentes.

²⁸¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

²⁸² BPADL – Documento avulso 35. 8/11/1520.

²⁸³ Como casas próprias e outras propriedades na vila. Vd. capítulos 5. e 6.

²⁸⁴ Optamos por fazer um capítulo próprio sobre os habitantes das Caldas após a redacção do *Compromisso*; por essa razão as personagens dos dois últimos documentos não serão tratadas neste capítulo. Vd. próximo capítulo.

²⁸⁵ Boticário da rainha, vivia em Óbidos antes de se transferir para Caldas, exerceu o cargo no Hospital até 1508. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 453.

²⁸⁶ Não consideramos os criados da rainha que são testemunhas no processo, como moradores nas Caldas; deveriam estar a acompanhar D. Leonor numa das visitas às obras do Hospital.

²⁸⁷ A propriedade urbana será estudada no capítulo 5.

Noutro documento já citado por nós²⁸⁸ surgem referências a mais alguns dos primeiros moradores, tais como o cristão-novo Álvaro Lopes que obtém, em 1501²⁸⁹, *Carta de Perdão* passada por D. Manuel; Pero de Valadares, primeiro ouvidor nas Caldas²⁹⁰ e o alcaide pequeno Fernão Dias (de Elvas).²⁹¹

Na Carta de demarcação do termo, surge-nos o nome de Estevão Gomes como dono da Azenha Nova²⁹² no Avenal, Jorge de S. Paulo, refere que este era casado com Inês Dias.²⁹³

Do texto de Jorge de S. Paulo retiramos os nomes de mais alguns dos primeiros habitantes dos quais, infelizmente, temos poucos dados²⁹⁴: o escudeiro João Gil, casado com Briolenja de Barros²⁹⁵ ao qual se aforaram as primeiras casas na Rua Nova,²⁹⁶ tendo-as vagado em 1555²⁹⁷; o cabouqueiro João Afonso, que obteve sesmaria de um casal que ficou com o seu nome²⁹⁸; o sapateiro Álvaro Martins, activo até 1533²⁹⁹; Francisco de Medina, escudeiro do Conde de Marialva, casado com Isabel Henrique³⁰⁰ filha do cabouqueiro João Fonseca³⁰¹; os oleiros Valente Eanes, Álvaro Eanes e Francisco Lopes que serviam o Hospital nos primeiros anos³⁰²; o porteiro da vila em 1499, João Figueira³⁰³; o estribeiro e despenseiro do almoxarifado, António Monteiro³⁰⁴; o serralheiro Jerónimo Gonçalves, activo em 1518³⁰⁵; o sesmeiro Francisco Afonso, junto ao Curral do Concelho³⁰⁶ e João Alves, o velho pedinte que viveu até 1532 à custa das esmolas³⁰⁷.

²⁸⁸ Documento já citado no capítulo 1.

²⁸⁹ AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 37 fl. 49. 18/10/1501.

²⁹⁰ Serviu até à nomeação do provedor Jerónimo Aires, que além da provedoria tomou o cargo de ouvidor. Vd. capítulo 5.4. da segunda parte. E também Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 424.

²⁹¹ Referiremos na continuação deste capítulo os ofícios e respectivos oficiais.

²⁹² AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 8 fl. 28-28v.

²⁹³ Em 1656 esta azenha era conhecida como moinho do Avenal Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 408.

²⁹⁴ O autor refere que foram coligidos a partir da documentação da tesouraria do Hospital. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

²⁹⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 314.

²⁹⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

²⁹⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 321.

²⁹⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 127.

²⁹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 493.

³⁰⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

³⁰¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 410.

³⁰² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 490.

³⁰³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 102.

³⁰⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 496.

³⁰⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 495.

³⁰⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 128. Não conseguimos localizar o Curral do Concelho.

³⁰⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 310.

Os fornos de pão que serviam o Hospital e a vila foram feitos por Gomes Aires e Joana Gonçalves, naturais de Santarém, defronte da torre dos sinos e ao lado da casa da cal³⁰⁸, vendidas em 1533 ao Hospital.³⁰⁹

Sobre o primeiro médico do Hospital, Manuel Brás, só sabemos que foi demitido pelo provedor Jerónimo Aires, logo após o *Compromisso*, sucedendo-lhe João Rodrigues, que exerceu até 1523.³¹⁰

No testamento de Álvaro Dias Borges está a única referência documental ao cristão-novo Diogo Álvares Troiano, que surge como devedor de um empréstimo.³¹¹ O irmão deste, Álvaro Dias Troiano³¹², irá, em 1532, aforar o Casal de Belver.³¹³

Ainda antes do aumento do número de privilegiados (mais dez homens livres)³¹⁴ concedido por D. Manuel, a 17 de Fevereiro de 1501³¹⁵, conseguimos encontrar nos textos de Jorge de S. Paulo a referência ao primeiro capelão e, posteriormente vigário³¹⁶, do Hospital e da vila, João Vieira³¹⁷ (capelão de D. Manuel), que terá sido nomeado em 1496, após a Bula que concede a D. Leonor o padroado da igreja de N. Sra. do Pópulo³¹⁸. Faleceu em 1544.³¹⁹ Este morava entre o Hospital e o Rossio do Espírito Santo³²⁰ e teria outras propriedades no limite Nascente do termo da vila (junto a Torre), aforando-as em 1511:

*“Aforamento em três vidas de terras, no termo de Caldas, a Álvaro Dias por João Vieira, capelão da rainha e vigário no Hospital das Caldas, sendo presentes o pe. Bernardo Vaz e o Pe. Simão Luiz, capelães do Hospital das Caldas.”*³²¹

Outro homem do clero e dos primeiros oficiais do Hospital foi o frade agostinho João de Estremoz³²², primeiro enfermeiro e personagem importante do círculo pessoal

³⁰⁸ Vd. capítulo 3 da segunda parte.

³⁰⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 338 e 475.

³¹⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 444.

³¹¹ BPADL – Documento avulso 1. 20/12/1491. [apud] Saul Gomes – *Op. Cit.* pp. 86-90. Publicado pelo mesmo autor – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 97-100. Vd. continuação do capítulo.

³¹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

³¹³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 297.

³¹⁴ Vd. capítulo 5.1. da segunda parte.

³¹⁵ AN/TT – Ch. D. Manuel Lv. 17, fl. 12v. trasladada no *Livro dos Assentos dos preuiliados desta Villa das Caldas*. (...) fls. 6-7.

³¹⁶ Após 7 de Novembro de 1500. Vd. capítulo 5.1. da segunda parte.

³¹⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 392.

³¹⁸ Vd. capítulo 5.2. da segunda parte.

³¹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 392.

³²⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 328.

³²¹ BPADL – Documento avulso 31. 10/10/1511. Devido ao mau estado do documento optamos pela transcrição parcial e notas de Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 126.

³²² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 343.

da rainha; Assim, para Ivo Carneiro de Sousa, João de Estremoz terá sido um dos impulsionadores da construção do Hospital e um dos principais instigadores das obras de misericórdia³²³. Enceta nas Caldas uma vida de serviço aos pobres³²⁴ e enfermos do Hospital (ainda durante a construção do mesmo), sendo venerado por Jorge de S. Paulo, pela sua actividade e forma de vida³²⁵. Iniciou no ofício vários enfermeiros nas Caldas³²⁶ até à década de vinte do século Dezasseis, tendo segundo Jorge de S. Paulo, falecido ao serviço dos pobres do Hospital³²⁷.

“Saibham quantos este estromento de testamento Virem. Como no anno [do] Nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil iij^c lRj, xx dias do mes de d[e]zembro em as] caldas nas moradas de alvaro dijas borges escudeiro criado do jnfante dom fernando que deus ha provedor das dictas caldas per mandado da Raynha nossa Senhora. Estando elle hy e vy[o...]z sua molher ambos asentaram com todo seus jntendimento e siso que lhes o Senhor deus deu. logo por elles foy dicto perante mjm tabeliam e testemunhas adiante nomeadas. que elles timendo o dia e hora da [sua mor]te de que nam eram sabedores quando avja de seer pro descarrego de sua consciências salvaçam de suas almas elles faziam e ordenavam seu verdadeyro testamento na maneyra que se segue.”³²⁸

O primeiro provedor do Hospital, como já referimos várias vezes, foi Álvaro Dias Borges, que surge num dos primeiros documentos da vila³²⁹. Este foi escudeiro de D. Fernando³³⁰, cavaleiro do Hábito de Cristo³³¹ e homem da confiança de D. Leonor³³². Era casado com Violante Álvares³³³ e, provavelmente, irmão do contador na comarca fiscal dos almoxarifados de Leiria e Óbidos, Pero Borges³³⁴.

Ancião com algum desafogo financeiro, aparece no seu testamento de 1491, com um rol de várias propriedades, na ilha do Porto Santo, Norte de África, Caldas, Óbidos e Lisboa³³⁵, além de uma extensa lista de devedores de empréstimos monetários³³⁶, entre os quais a rainha, o rei e vários caldenses:

³²³ Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* pp. 287, 681, 883-884.

³²⁴ Vd. capítulo 5.2. da segunda parte.

³²⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 463.

³²⁶ Vd. próximo capítulo.

³²⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 463. Está sepultado no Convento de Penafirme (Torres Vedras).

³²⁸ BPADL – Documento avulso 1. 20/12/1491. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 86-90. Publicado pelo mesmo autor – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 97-100.

³²⁹ Citado neste capítulo.

³³⁰ Pai de D. Leonor.

³³¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 345.

³³² Vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 44.

³³³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

³³⁴ Segundo Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 44.

³³⁵ Vd. continuação do documento citado transcrito em anexo (documento 3).

³³⁶ Vd. também Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 45. A lista do autor está incompleta.

Devedor	Valor em dívida	Outra informação
Rei D. João II	10 000 reais	
Rainha D. Leonor	Mais de 20 000 reais	
Abraão de Bayona	6 000 reais	Judeu
Diogo Álvares, o Troiano	3 000 reais	Cristão-novo morador nas Caldas
João Afonso, Joanás	2 400 reais	Judeu, morador em Salir do Mato
Pedro Eanes	2 000 reais	Morador no Porto Santo
Pedro Álvares, o Messias	6 justos	Cristão-novo morador em Óbidos
Pedro Rodrigues	25 cruzados	Morador na ilha da Madeira

A sua carreira nas Caldas terá começado em 1488, logo após a *Carta de Privilégios*³³⁷. Atentando à expressão:

*“isto levando elles Carta de C.^{ãa} do Provedor das d.^{as} caldas, q a d.^a Sr.^a ahi ha de pôr com o d.^o cargo, como saa do conto dos d.^{os} trinta mor.^{dores}”*³³⁸

É reconhecido por Jorge de S. Paulo a assinar uma sesmaria, em 1488, para uma azenha na foz do Rio da Azenha dos Pinheiros (Rio do Fiel Amigo) no curso do Rio do Avenal.³³⁹ Esteve também presente no processo de demarcação das fronteiras entre o termo de Óbidos e Alcobaça em 1490³⁴⁰. E, como vimos no início deste capítulo, fez em 1491 uma azenha no Rio das Águas Vertentes, defronte ao Hospital.

Além de ter assessorado a rainha durante a construção do Hospital e a fundação da vila, o primeiro provedor também deverá ter gerido as finanças da Instituição, tendo sido nomeado, Juiz de Sisas em 2 de Março de 1491³⁴¹. Acrescentem-se os empréstimos concedidos aos primeiros habitantes, o que constituiria, para si, *“(…) um complemento significativo no desenvolvimento da sua influência económica e das suas possibilidades de enriquecimento.”*³⁴²

Álvaro Dias Borges após ajudar a desenvolver a estratégia de implementação da vila e a concepção legal e financeira do Hospital³⁴³, morreu em 1595, ano em que foi substituído no cargo de provedor pelo cavaleiro de D. Manuel, Gomes da Fonseca. Sobre este pouco sabemos; para além de ter sido casado com Catarina Rebelo³⁴⁴, terá

³³⁷ Embora Jorge de S. Paulo diga que teria sido em 1485, no início da construção. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 346.

³³⁸ AN/TT – Chancelaria de D. João II – Lv. 10 fl. 131, 4/12/1488. Transcrito a partir do traslado de BPADL – *Livro dos Assentos dos previligiados desta Villa das Caldas. Onde estam tresladados os privilegios delles. Que foi feito e reformado por mandado do padre gaspar da assumpcão provedor. O anno de 1576*, fls. 3-4v. 3/9/1496.

³³⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 409.

³⁴⁰ Vd. capítulo 2.1. da primeira parte.

³⁴¹ BPADL Doc. 48. Vd. o início deste capítulo e o capítulo 5.1. da segunda parte.

³⁴² Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 46.

³⁴³ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p. 844.

³⁴⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 346.

falecido em Março de 1507 e foi sepultado na capela-mor da igreja de N. Sra. do Pópulo. O seu filho, Sebastião da Fonseca³⁴⁵ foi o primeiro foreiro do Casal de Belver³⁴⁶, o qual ainda partilhou com a sua mãe viúva. Largou-o em 1532 para o cristão-novo Álvaro Dias Troiano.³⁴⁷

O primeiro escrivão nas Caldas foi André Homem³⁴⁸, escudeiro da rainha, que aparece a assinar documentos pelo menos desde 1503. Obteve o privilégio de poder fazer sinal público nas escrituras, a 3 de Julho de 1507³⁴⁹, e exerceu o cargo até falecer em 1526.³⁵⁰

“Dada em a sydade de lixboa aos xxj diyas do mes de fevereiro Ruy periz a fez Ano do nascymto de noso Senhor Jehsu Christo de mjll e b^e e b anos.

*Foy conçertado este trellado com ha proprrya por mim Vasco do Coto esprivam deste esprital das calldas,,.”*³⁵¹

Outro escudeiro da Rainha e de D. João II³⁵², que será de suma importância para este estudo³⁵³, é o escrivão Vasco do Couto. Vem para as Caldas como escrivão do estaleiro³⁵⁴, servia de tabelião e escrivão da vila nas vacaturas de Gonçalo Mendes e de André Homem. Vasco do Couto³⁵⁵, casado com Susana Gomes, fez carreira nas Caldas, tendo sido nomeado após a morte de André Homem para o cargo de escrivão do Hospital e da Vila em 28 de Março de 1526³⁵⁶. Foi por várias vezes juiz ordinario e vereador da vila³⁵⁷. Em 1539, já ancião, o rei *“(…) em que houve por bem confiar de sua bondade e saber que Vasco do Couto Escrivão da faz.^{da} servisse de Ouvidor pello Provedor naquellas couzas q lhe mandar.”*³⁵⁸

³⁴⁵ Que pagou a sepultura do pai. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 346.

³⁴⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 297.

³⁴⁷ Já citado anteriormente.

³⁴⁸ Vd. documentação citada. E também Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 427.

³⁴⁹ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos gerais*. fl. 55.

³⁵⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 427.

³⁵¹ AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 102v.-103v. 21/2/1505. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 100-102.

³⁵² Após a morte do monarca.

³⁵³ Pois ao qual se deve quase toda a documentação que nos chegou.

³⁵⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 427.

³⁵⁵ *“Assistia nesta villa hum homem chamado Vasco do Couto da antiga geração dos Coutos deste Reino cazado com Suzana Gomes Escudeiro q tinha sido Del-Rey D. João 2.º, e que por sua morte ficou no serviço da R.^a sua m.^{er}.”* Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 427.

³⁵⁶ Jorge de S. Paulo transcreve a carta de nomeação do escrivão. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 427-428.

³⁵⁷ Vd. capítulo 1.

³⁵⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 428.

É a este escrivão que devemos todos os registos no *Livro Primeiro de Registos Gerais* e noutros documentos de carácter económico do Hospital,³⁵⁹ bem como os treslados de cartas e provisões que serviram de base a este estudo e, também, a Jorge de S. Paulo. Vasco do Couto foi aposentado por D. João III em 1541, renunciando ao cargo para o seu neto Gastão Monteiro, filho do primeiro almoxarife João de Coja³⁶⁰. Contudo, o escrivão ancião manteve-se no activo até falecer em 1546.³⁶¹

Também no estaleiro, surge o escrivão Brás Álvares, escrivão da rainha do qual Ivo Carneiro de Sousa detecta actividade em 1492.³⁶²

A par de Vasco do Couto e de Brás Álvares, nos primeiros anos de Quinhentos, veio para o estaleiro outro escrivão³⁶³, João de Coja³⁶⁴ (surge no Jorge de S. Paulo como João de Coja) que, tal como Vasco do Couto, tinha sido escudeiro de D. João II e da rainha. Fora confirmado como almoxarife das Caldas – o primeiro – em 1509³⁶⁵ e em 1529³⁶⁶. Também foi juiz e vereador na vila e serviu até 1532, pois D. João III, além de conceder a provedoria aos Lóios, entregou-lhe também o almoxarifado da vila.³⁶⁷ Faleceu em 1567.³⁶⁸

Com o início do funcionamento do Hospital, por volta de 1500, fixam-se nas Caldas mais alguns moradores, oficiais da Instituição. Talvez por isso se justifique o aumento do número de privilegiados, prevendo a necessidade de dotar o Hospital de um corpo de oficiais estável – apesar da sanzonalidade do uso – situação que ficará definida com a redacção do *Compromisso do Hospital* em 1508.³⁶⁹

Assim, poderemos elaborar uma lista dos primeiros habitantes das Caldas até 1508, data do *Compromisso* e, em geral, conseguimos determinar os ofícios. No entanto, optaremos por nos debruçar sobre estes mesteres e sobre as sucessões dos oficiais nas Caldas antes da tomada de posse dos Lóios no próximo capítulo.

Se, por um lado na documentação referida, encontramos os oficiais da vila e do Hospital, quanto aos outros habitantes será necessário analisar nos textos de Jorge de S. Paulo para saber quais os ofícios dos primeiros moradores. Encontramos assim, já

³⁵⁹ Vd. também Ivo Carneiro de Sousa – *Op. Cit.* p. 871.

³⁶⁰ Casado com Helena do Couto.

³⁶¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 429.

³⁶² Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A Rainha D. Leonor...* p. 847.

³⁶³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 427.

³⁶⁴ “(...) da antiga progenie dos Monteiros deste Reino.” Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 385.

³⁶⁵ Não sabemos a data da nomeação.

³⁶⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 385.

³⁶⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 386.

³⁶⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 387.

³⁶⁹ Vd. próximo capítulo.

mencionados neste capítulo, cinquenta e oito habitantes (cabeças de casal) nas Caldas, mais dezoito do que o limite de privilegiados, fruto das substituições por morte, transferência de propriedades ou migração. Contudo, não nos é possível determinar se todos estes eram privilegiados, quais destes eram homiziados e, claro, se eram os únicos moradores das Caldas, pois a listagem destes tem por base as suas relações com o Hospital.

Sobre os locais de origem, infelizmente, pelo nome só sabemos dos que eram naturais de Elvas, Carvalhal (Bombarral), Santarém, Alcanede, Guarda, Coja e Estremoz.

Embora não saibamos se eram os únicos, a presença de pelo menos um judeu e quatro cristãos-novos (assumidos como tal), talvez indicie que estes viessem para Caldas em busca de refúgio, pelo clima de intolerância que, no decorrer do século Quinze, se foi desenvolvendo no país e que culminou com a expulsão definitiva em 1497³⁷⁰. Os privilégios concedidos aos homiziados das Caldas³⁷¹ permitiam que estes podessem gozar de liberdade e ser perdoados do crime de terem outra fé.

Nome	Casado(a) com	Ofício ³⁷²	Outras informações
Afonso Eanes	Britis Eanes		Venderam em 1503
Afonso Fernandes		Moleiro	Moinho do Cubo
Mestre Afonso Dias		Sombreeiro	Sesmeiro na Várzea, com casa própria na Rua da Oliveira
Álvaro Dias Borges	Violante Álvares	Provedor e Juiz de Sisas	Morreu em 1495
Álvaro Eanes		Oleiro	
Álvaro Fernandes			Sesmeiro na Várzea
Álvaro Dias Troiano			Cristão-novo
Álvaro Lopes			Cristão-novo, perdoado por D. Manuel em 1501
Álvaro Martins		Sapateiro	Até 1533
António Monteiro		Estribeiro	
André Homem		escrivão	Morreu em 1526
Brás Álvares		escrivão	Activo em 1492
Diogo Afonso		Ferreiro	Sesmeiro na Várzea
Diogo Álvares Troiano	Leonor Eanes		Cristão-novo
Estevão Gomes	Inês Dias		Azenha Nova
Estevão Peres	Catarina Fernandes		Venderam em 1520
Estevão Carvalho da Guarda			Morador na Rua Nova. Morreu em 1534
Francisco de Medina	Isabel Henriques		Criado e escudeiro do

³⁷⁰ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p. 93.

³⁷¹ Vd. capítulo anterior.

³⁷² Vd. justificações no próximo capítulo.

			conde de Marialva
Francisco Afonso		Lavrador	Sesmeiro no Curral do Concelho
Francisco Lopes		Oleiro	
Fernão Dias de Elvas		Alcaide-pequeno	Sesmeiro na Várzea
Fernão Vaz	Beatriz Eanes		Compraram terras em 1503
Gomes Aires	Joana Gonçalves	Padeiro	Fizeram os primeiros fornos de pão
Gomes Eanes		Boticário	Até 1508
Gomes da Fonseca	Catarina Rebelo	Provedor	Entre 1595-1507
Gonçalo Mendes		Tabelião	
Gonçalo Ribeiro			Sesmeiro na Várzea
Iria Fernandes			Sesmeira na Várzea, vendeu em 1520
Jaime da Fonseca	Catarina Rebelo	Lavrador	Casal de Belver, vendeu em 1520
Jerónimo Gonçalves		Serralheiro	
João Álvares		Carpinteiro	Fez casa na Rua Nova e vendeu-a em 1501
João Alves, o velho		Pedinte	Viveu até 1532 à custa de esmolas
João de Coja		Almoxarife	Até 1512
João de Estremoz		Enfermeiro	Frade Agostinho
João Fernandes	Violante Vaz	Hospitaleiros	Sesmeiro na Várzea
João Fernandes		Cabouqueiro	Casal do Cabouqueiro
João Fernandes		Tecelão	Casal do Tecelão
João Figueira		Porteiro da vila	
João Gil	Briolenja de Barros		Morador na Rua Nova
João Gonçalves		Adegueiro	Privilegiado em 1471
João Martins		Lavrador	Sogra de Rodrigo Eanes
João do Rego			Sesmeiro na Várzea
João Vieira		Vigário	Morreu em 1544
Jorge Gonçalves			Sesmeiro na Várzea
Jorge Nunes			Cristão-novo
Leonor Eanes	João Afonso		Sesmeira na Várzea
Lourenço Esteves			Sesmeiro na Várzea
Manuel Brás		Médico	Até 1508
Moises (Mousem)			Judeu, sesmeiro na Várzea
Pedro Eanes Henriques		Moleiro	Sesmeiro do Moinho do Cubo em 1477
Pero Mourinho			Homiziado
Pero de Valadares		Ouvidor	Até 1508
Rodrigo Eanes	Filha de João Martins	Lavrador	Sesmeiro no Vale da Oliveira
Roque de Avelar		Ouvidor	Substituiu Pero de Valadares
Sebastião Gomes			Filho de Gomes da Fonseca
Tomé Cardigo	Isabel de Lemos	Moleiro	Moinho do Cubo
Valente Eanes		Oleiro	
Vasco do Couto	Susana Gomes	Escrivão	Morreu em 1546

4. Os habitantes das Caldas entre 1508 e 1533

4.1. Os oficiais do Hospital e do concelho

O *Compromisso* irá definir o corpo de oficiais da Instituição, daí que se fixem nas Caldas um grupo de famílias com ofícios específicos ligados ao sector da saúde e do apoio social. Contudo, as vagas de privilegiados estariam preenchidas, o que terá conduzido D. Manuel em 1514 a equiparar os oficiais do Hospital aos privilegiados com os mesmos direitos.³⁷³

Após a morte de Gomes da Fonseca, em 1507, a Rainha nomeou como novo provedor do Hospital, o seu capelão e pregador Jerónimo Aires. Embora este nos surja a assinar documentos da Instituição em 1508 e 1509³⁷⁴, a carta de nomeação data de 27 de Abril de 1512³⁷⁵. Relembramos que o *Compromisso* fora enviado a Roma em Março de 1507 e confirmado pelo Papa no ano seguinte, mas só é registado no Hospital em 1512,³⁷⁶ daí que o primeiro provedor após *Compromisso* seja formalmente empossado nesse ano.³⁷⁷

Não conhecemos qual a origem deste eclesiástico do círculo privado da Rainha; contudo, nas Caldas, Jerónimo Aires ocupa a provedoria até à entrega da gestão do Hospital aos Cónegos de S. Elói, em 19 de Junho de 1532³⁷⁸. Segundo Jorge de S. Paulo, que elogia a gestão do antecessor dos seus «pares», Jerónimo Aires contribui para a decisão de D. João III de entregar aos Lóios o Hospital das Caldas³⁷⁹. Estes padres aceitam que, pela sua grande virtude e pelo trabalho realizado nas Caldas³⁸⁰, Jerónimo Aires se retire na *casa* da Congregação em Xabregas – Colégio de S. João Evangelista. Irá falecer em Fevereiro de 1539 e foi sepultado na igreja do referido Colégio.³⁸¹

Como referimos no capítulo anterior, muitos dos oficiais nomeados pela Rainha no início do século mantiveram-se ao serviço do Hospital durante o mandato de Jerónimo

³⁷³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 247. Infelizmente não conseguimos confirmar documentalmente.

³⁷⁴ Vd. por exemplo os documentos transcritos em anexo.

³⁷⁵ Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

³⁷⁶ Vd. capítulo 5.5. da segunda parte.

³⁷⁷ Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

³⁷⁸ *Idem.*

³⁷⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 346.

³⁸⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 347.

³⁸¹ *Idem.*

Aires, integrando-se na regulamentação do seu ofício dado pelo *Compromisso*. Assim, neste capítulo debruçar-nos-emos sobre outros oficiais que vieram para preencher vagas criadas após 1508.

Ficarão por descobrir quais as razões pelas quais o provedor irá demitir, logo em 1508, o médico, o boticário, os hospitaleiros e o alcaide-pequeno. Tal como nos restantes casos, não conhecemos a origem e, vida dos oficiais ao serviço nas Caldas. Assim, socorremo-nos mais uma vez do texto de Jorge de S. Paulo.³⁸²

Ao médico³⁸³ Manuel Brás, sucedeu João Rodrigues, que foi substituído em 1523 por Manuel Jerónimo³⁸⁴, médico pessoal de D. Manuel. Este físico morreu nas Caldas em 1535.³⁸⁵

O boticário Gomes Eanes, que terá inicialmente vivido em Óbidos antes de vir habitar a casa a si destinada junto ao Hospital, foi substituído pelo escudeiro da rainha, Pero Gonçalves, como já referimos, em 1508. Este terá servido até 1526 seguindo-se-lhe no cargo o cristão-novo Diogo Baião que faleceu em 1533.³⁸⁶

Com o *Compromisso*, para além do cargo de enfermeiro-mor, foram criados os cargos de enfermeiros específicos para cada enfermaria. Assim, conjuntamente com o venerável João de Estremoz, serviram o frade-menor Afonso Biguino, que faleceu em 1518, Pero Fernandes e João Rodrigues. Este último ocupará o cargo de médico em 1512³⁸⁷. Em 1521 surgem os nomes de Duarte Girão³⁸⁸ e João Freire, escudeiros de D. Leonor e de António do Couto que era sesmeiro do Casal de Belver³⁸⁹. Também o enfermeiro Francisco Lopes (casado com Brigida do Rego) foi sesmeiro do Hospital, obtendo a horta junto ao tanque de água que fora do tecelão João Fonseca; estes venderam o foro em 1553.³⁹⁰ Por morte de João Freire, entrou em 1525 Henrique Calado, que até então era tabelião do Hospital.³⁹¹ Outro dos enfermeiros conhecidos era

³⁸² O cronista afirma que encontrou os nomes a que faz referência na documentação existente no Cartório. Como o nosso trabalho não contempla a análise das questões económicas, jurídicas e políticas, não aprofundamos a documentação que ainda nos resta sobre estas matérias.

³⁸³ Optamos aqui pela denominação contemporânea em detrimento da de época – físico-mor.

³⁸⁴ Por nomeação de D. Leonor.

³⁸⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 444.

³⁸⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 453.

³⁸⁷ Já referido.

³⁸⁸ Duarte Girão era também alfaiate na vila. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 324.

³⁸⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 298.

³⁹⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 308.

³⁹¹ Como veremos de seguida.

Diogo Homem, irmão do escrivão André Homem e morador proprietário de casas e terrenos na rua que ficou com o seu nome – Rua de Diogo Homem.³⁹²

Em suma, em 1533 os cargos de enfermeiros eram ocupados por: João de Estremoz, Diogo Homem, Duarte Girão, Pedro Eanes, António Soares, António do Couto e Francisco Lopes.³⁹³

No sector feminino, a enfermeira nomeada em 1508 e que se aposentou em 1538³⁹⁴ foi Filipa Costa, mulher do enfermeiro António Soares.³⁹⁵ A outra enfermeira foi Catarina Nunes, casada com o enfermeiro e alfaiate (foreiro do Hospital) Duarte Girão.³⁹⁶

Nos ofícios religiosos, para além do vigário João Vieira³⁹⁷, que faleceu em 1544³⁹⁸, foram vários os capelães do Hospital. Este cargo, criado pelo *Compromisso*, é ocupado inicialmente por Pero Vaz, Bernardo Vaz e Simão Luis,³⁹⁹ que servia também de tangedor⁴⁰⁰. Estes três primeiros padres foram substituídos em datas incertas por Vasco Rodrigues, Vicente Figueira⁴⁰¹, Filipe de Macedo, André Rodrigues⁴⁰² – que surge numa transacção de propriedades em 1520⁴⁰³ – e André Afonso Dias,⁴⁰⁴ filho do sombreiro Afonso Dias.⁴⁰⁵

Em 1528, Fernão Afonso assume o cargo de capelão deixado vago por morte de Simão Luis.⁴⁰⁶ No mesmo ano, Afonso Rodrigues passa a servir de tangedor até 1538.⁴⁰⁷

A hereditariedade dos cargos no Hospital era prática comum, aliás considerada como a mais correcta por Jorge de S. Paulo⁴⁰⁸, sendo, por exemplo, visível⁴⁰⁹ nos cargos «menores» do Hospital.

³⁹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 463.

³⁹³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 463-464.

³⁹⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 418.

³⁹⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 469.

³⁹⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 324.

³⁹⁷ Que possuía várias propriedades na vila. Vd. capítulo anterior.

³⁹⁸ Vd. capítulo anterior.

³⁹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 405.

⁴⁰⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 409.

⁴⁰¹ Capelão de D. Leonor, aparece nas Caldas em 1517 e em 1521 é nomeado reitor da igreja de S. Miguel de Sintra. Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 888.

⁴⁰² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 406.

⁴⁰³ Vd. capítulo anterior.

⁴⁰⁴ Falece em 1534 deixando as suas propriedades ao Hospital. Vd. capítulo anterior.

⁴⁰⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 405.

⁴⁰⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 408.

⁴⁰⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 409.

⁴⁰⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 275.

O provedor substituiu os hospitaleiros João Fernandes e Violante Vaz⁴¹⁰, em 1508, pelo roupeiro João Afonso, viúvo de Isabel Gil, que foi aposentado por D. Leonor em 1520. A este sucedeu-lhe o filho homónimo do primeiro hospitaleiro – João Fernandes e a sua mulher Barbara Gonçalves; substituídos em 1531 pelo seu filho Ciriaco Fernandes e a sua mulher Maria Nunes.⁴¹¹

No hospital dos peregrinos, os hospitaleiros eram o alabardeiro João Eanes e a sua mulher Inês Francisca, que também acumulavam o serviço de limpeza do Hospital.⁴¹² No geral, pelo menos até Jorge de S. Paulo, os hospitaleiros eram sempre um casal.⁴¹³

O primeiro barbeiro e sangrador, cargo instituído pelo *Compromisso*, foi Diogo Dias, que faleceu em 1551.⁴¹⁴

“Ou laa ou laa ou delaa / quem esta hy / cheguay peçovos aqui / que querira entrar laa. / Quem ssoys vos abryvos ey / abryvos e velo eys / que quereys / abry dyr volo ey.

Em abrindo a porta.

Amiguo deos v.º ajude / ea vos faça / dizeyme por vossa graça / assy deos v.º dey favor. / Se estaa aqui joam grande / hum muy grande ortelam / eu o ssam / em quanto a rainha mande.

Ysso seraa zombaria / bem por que / por que foy hũ qu tilque / pouco moor que cotovia. / E jam grande deve ser / hum omem grande crecido / muy comprido / de descriçam e ssaber.

E vos pareçeis bogio / com capelo / rredondo como novelo / ou pymeu em desafio.

Se vos vindes azombar / nam v.º quero mais ouvir / quero myr / que nam posso aqui estar.

Agoarday nam v.º partais / escutayme / estarey e sseguraime / que nã zõbeis de mim mais. / Deixaime passar la porta / que queria la entrar / a falar / co ortelão desta orta.

Pois ou grãde ou pegno / exma qui / o que dizey he assi / assi he por ssamtileno. / Vede vos o que quereis / pareçes a rratalinho / fosforinho / nam disse que nam zombeis.

Ora juos loguo fora / da minha orta / que quero carrala porta / eylo demo vem aguora. / Nam v.º pioire perdam / por qual quer cousa queraste / ou passasse / mais de vossa condiçam.”⁴¹⁵

⁴⁰⁹ Outros exemplos são os escrivãos, tendo Vasco do Couto sido substituído pelo seu neto, e este pelo seu filho e os enfermeiros. Vd. referência da nota anterior.

⁴¹⁰ Vd. capítulo anterior.

⁴¹¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 460.

⁴¹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 478. Ainda estavam ao serviço do Hospital em 1532.

⁴¹³ *Idem.*

⁴¹⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 457.

⁴¹⁵ Henrique da Mota – “Danrique da mota / ao ortelam q a rainha / tẽ nas caldas q he hũ / omẽ muyto pequeno e / chamase joãgrãde e pa / ssou estas palavaras cõ / ele por trazer a carreto / de dizer q o pvedor das / caldas q chamã jerony / mo dayres era muyto / seco ã suas cousas e co / meça abater a porta da orta. E falam ambos hũ / com o outro.” in *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. fls. 205-205v. c. 1515. Transcrito em anexo (documento 30).

O hortelão do Hospital, até 1533, foi Álvaro João Afonso⁴¹⁶, casado com Maria Afonso, que fora escrava cozinheira da Instituição.⁴¹⁷ Curiosamente, sobre este sabemos que seria uma personagem conhecida nas Caldas por ser de pequena estatura, bastante falador e muito orgulhoso do seu trabalho na horta do Hospital e teria como alcunha João Grande. Isto porque o juiz dos orfãos da vila, Henrique da Mota, irá dedicar-lhe um texto poético que ficou registado no *Cancioneiro Geral*, por contraponto com o provedor Jerónimo Aires, que é apresentado como um velho casmurro.

A primeira cristaleira foi Isabel Vaz, aposentada em 1522, sendo substituída por Inês Afonso.⁴¹⁸

*“No tempo da Rainha e do Provedor Hm.º Ayres havia neste Hospital quinze Escravos e Escravas q todos, ou os mais delles fazião os officios do Hospital.”*⁴¹⁹

Os serviços de apoio à Instituição eram totalmente feitos por escravos, havendo escravos específicos, alguns dos quais com tarefas definidas pelo *Compromisso*: cozinheira, escolhedeira, amassadeira, lavadeira, lavadeira dos fatos dos pobres, galinheira, tripeira, canalizador (*“alimpador e concertador de canos”*⁴²⁰), pastor dos carneiros, carregadores de água, carregadores de lenha e criada dos provedores.⁴²¹ Destes, ficam registados os nomes: Margarida, Madalena Rodrigues, Maria Afonso, Inácia, Maria Dias, Clara, Mónica, Ilária Gonçalves, João Velho, Pedro Álvares. Alguns foram libertos em 1532 e ficaram na vila tendo mesmo contraído matrimónio, no caso de Madalena Rodrigues, Ilária Gonçalves, Maria Dias⁴²² e Maria Afonso⁴²³. Por outro lado, além de libertos, ficaram ao serviço do Hospital como oficiais «assalariados» Pedro Álvares e a cozinheira Madalena Rodrigues.⁴²⁴

Os oficiais da administração irão em geral manter-se desde os primeiros anos. Por exemplo, o almoxarife João de Coja, só irá ser substituído em 1532 por Pero da Consolação, padre Lóio.⁴²⁵ Contudo, Jorge de S. Paulo poucas referências faz aos oficiais da vila, sendo necessário procurar em todo o texto pequenas indicações sobre estes.

⁴¹⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 500.

⁴¹⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 309.

⁴¹⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 471.

⁴¹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 483.

⁴²⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 489.

⁴²¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. pp. 479-502.

⁴²² Maria Dias contraiu matrimónio com Domingos Dias do Casal Novo. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 301.

⁴²³ Maria Afonso casou-se com o hortelão do Hospital. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 480.

⁴²⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 489.

⁴²⁵ Vd. capítulo anterior.

“Estando o Pe. Pedro da Consolação, almoxarife do esprital, compareceu joom dyas Sjntrão, morador nas calldas: por elle foy dito q elle fazia llanço no casall de belver q hora trazua Dyogo alvarez morador outrosy em a dita vylla q presente estava de vynte alqueires de trigo e de dez alqueires de çevada e de quatro galynhas e de hũ cabryto hem cada hũ anno e ysto em vyda de tres pessoas [...]

Diogo djas, portejro do conc.^o deu fe q apregoara o d.^o cazal, na vylla e nas suas praças ppublicas.

[Testemunhas]

Roque de Avelar, ouvjdor do esprital, Gil Madeira, Vasco Diogo, esprjvão”⁴²⁶

No final do mandato de Jerónimo Aires, este deixou de servir como ouvidor da vila, cedendo o cargo, em 1529, ao moço de câmara de D. João III, Roque de Avellar⁴²⁷, que faleceu em 1539.⁴²⁸

O provedor também irá demitir Fernão Dias do cargo de alcaide-pequeno da vila, logo em 1509, tendo nomeado João Gonçalves, que servirá até 1525⁴²⁹. Infelizmente não conhecemos o seu sucessor.⁴³⁰

Também João Figueira irá ser demitido por Jerónimo Aires⁴³¹, ficando Diogo Dias com o cargo de porteiro da vila⁴³², que ainda ocupava em 1534⁴³³. Contudo, João Figueira poderá ter passado para o almoxarifado de Óbidos, onde Ivo Carneiro de Sousa o encontra a fazer demarcações.⁴³⁴ É importante relembrar que o provedor tinha poderes sobre todos os habitantes das Caldas⁴³⁵, daí que fossem comuns estas ingerências nos assuntos do concelho⁴³⁶, atribuindo-lhe poder para demitir oficiais.

Ao tempo, o homem do almoxarifado era João Álvares⁴³⁷ e o despenseiro do almoxarifado, até 1532, fora João Madeira⁴³⁸, que sucedeu a António Monteiro em data que desconhecemos.⁴³⁹

O único tesoureiro da época do qual temos conhecimento foi Fernão Afonso, que viveu entre 1529 e 1539 numa casa aforada ao Hospital sita na Rua Nova.⁴⁴⁰

⁴²⁶ Auto de arrematação do casal de Belver. BPADL – Documento 40. 29/9/1534. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* Vol. II. p. 205.

⁴²⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 425.

⁴²⁸ Vd. capítulo anterior e Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 428.

⁴²⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 437.

⁴³⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 437.

⁴³¹ Vd. capítulo anterior.

⁴³² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 437.

⁴³³ Vd. citação anterior.

⁴³⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 861.

⁴³⁵ Vd. capítulo 5.4. da segunda parte.

⁴³⁶ Vd. capítulo 1.

⁴³⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 436.

⁴³⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 496.

⁴³⁹ Vd. capítulo anterior.

O marchante do açougue, em 1522, era Álvaro Coimbra⁴⁴¹ que doou em testamento um terreno junto ao tanque de água (na face Sul da Praça) ao Hospital em 1536.⁴⁴²

Quando escrevemos sobre o hortelão, citamos um texto poético de Henrique da Mota, escudeiro da rainha e escrivão da câmara real. Foi escrivão em Óbidos, tendo participado no processo de demarcação da fronteira do termo de Óbidos em 1491⁴⁴³. Surge nas Caldas como juiz dos orfãos, num processo de licitação da Quinta de Vale das Flores que decorre entre 1509 e 1525.⁴⁴⁴

*“Parece ser, no entanto, na sua obra poética e dramática, maiormente, naquela que se encontra fixada no Cancioneiro Geral resendiano que melhor se capta a dependência do escrivão da câmara real em relação a D. Leonor: encontramos-lo, assim, a produzir no processo de Vasco Abul e do hortelão das Caldas, dois textos que, datáveis de 1510, 1512, se encontram comprometidos com as actividades sociais leonorinas, ao mesmo tempo que as suas dramatizações satíricas acerca da peregrinação de D. João e D. Sancho de Noronha a S. Bernardino, bem como, sobre a mula que ia em romaria a Nazaré, revelam conhecimento, participação e colaboração na obra de santuarização da monarca.”*⁴⁴⁵

Encontramos em alguns documentos os nomes dos tabeliães nas Caldas, cargo a que Jorge de S. Paulo não dedica nenhuma linha. O primeiro tabelião, Gonçalo Mendes será substituído pelo escudeiro da rainha, Diogo Afonso, que assina na venda do Casal de Belver em Março de 1511⁴⁴⁶; este será substituído, no mesmo ano, por novo escudeiro da rainha, pois João Afonso assina outro documento de transmissão de propriedade em Outubro.⁴⁴⁷ Porém, este último será substituído em data incerta por Henrique Calado que foi tabelião até 1525, data em que assume o cargo de enfermeiro, sendo recebido como privilegiado em 25/9/1533⁴⁴⁸ e falece em 1536, deixando em testamento o Casal do Salgueiral ao Hospital.⁴⁴⁹

São vários os escrivãos na vila em simultâneo. Na prática, o escrivão principal foi até 1526 André Homem, substituído no cargo de principal por Vasco do Couto⁴⁵⁰. Contudo, o ouvidor Roque de Avelar e o vigário João Vieira, serviam de escrivãos nas

⁴⁴⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 318.

⁴⁴¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 491.

⁴⁴² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 64 e 310.

⁴⁴³ Vd. capítulo 2.1. da primeira parte.

⁴⁴⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 262.

⁴⁴⁵ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 859.

⁴⁴⁶ Já citado no capítulo anterior.

⁴⁴⁷ BPADL – Documento avulso 31. 10/10/1511. Devido ao mau estado do documento optamos pela transcrição parcial e notas de Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 126.

⁴⁴⁸ O primeiro recebido por Jacome de Sta. Maria.

⁴⁴⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 67.

⁴⁵⁰ Vd. capítulo anterior.

vacaturas do primeiro.⁴⁵¹ Na documentação conhecida por nós, surge André Lourenço como escrivão em 1521⁴⁵² e Vasco Diogo em 1534.⁴⁵³

Ivo Carneiro de Sousa, no levantamento que fez do círculo íntimo e dos oficiais da casa da rainha D. Leonor, encontrou mais algumas personagens ao serviço nas Caldas: o escrivão Brás Vicente, activo em 1519⁴⁵⁴; Fernão Dias, escrivão que também participa no processo poético de *Vasco Abul*, registado no *Cancioneiro Geral*⁴⁵⁵ que foi o juiz ordinário da vila em 1529⁴⁵⁶; e o irmão de Damião de Góis, Frutuoso de Góis⁴⁵⁷, vedor nas Caldas⁴⁵⁸, tendo o seu pai sido almoxarife em Óbidos⁴⁵⁹.

Verificamos que eram vinte e seis os oficiais ao serviço nas Caldas que vinham da «casa» de D. Leonor. Se, por um lado, se pode depreender que estes «homens de confiança» foram nomeados para que a rainha mantivesse um controlo efectivo do Hospital e da vila, por outro, após o *Compromisso*, a rainha, já com uma idade avançada, surge na documentação afirmando-se preocupada com o destino do Hospital após o seu falecimento⁴⁶⁰ – razão pela qual lhe doa os direitos fiscais de Aldeia Galega e Óbidos⁴⁶¹; consideramos que esta razão se tornará plausível para que a rainha coloque os seus homens de confiança ao serviço da nova Instituição, concedendo-lhes também amplos privilégios por forma a garantir a sustentabilidade económica após a extinção da sua «casa».

Encontramos assim os seguintes oficiais de D. Leonor ao serviço do Hospital⁴⁶²:

Nome:	Cargo na «casa» da rainha	Ofício nas Caldas
Álvaro Dias Borges	Escudeiro e criado	Provedor
André Lourenço	Escrivão	Escrivão
Brás Álvares	Escrivão	Escrivão

⁴⁵¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 309.

⁴⁵² BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521* fl. 428. 31/7/1521. Transcrito em anexo (documento 39).

⁴⁵³ Ver documento citado anteriormente.

⁴⁵⁴ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 848.

⁴⁵⁵ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 852.

⁴⁵⁶ Vd. capítulo 1.

⁴⁵⁷ Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 855.

⁴⁵⁸ Faleceu em 1583. Vd. *Idem*.

⁴⁵⁹ Rui Dias de Góis foi almoxarife em Óbidos pelo menos entre 1505 e 1507. Vd. Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* p. 870.

⁴⁶⁰ “(...) o q se nom poderai cumprjr nem manter depois de noso passam.¹⁰ do mundo, se em nosa vjda não dessemos e deixassemos ao d.º Esprital tantas rendas que para as obras de caridade, e esmolos, que lhes mandamos fazer abastassem (...)” BPADL – Doc. avulso 29. 29/12/1508. Transcrito em anexo (documento 27).

⁴⁶¹ Vd. capítulo 5.3. da segunda parte.

⁴⁶² Introduzimos no próximo quadro também os oficiais do Hospital em actividade na alfândega de Salir, Óbidos e Aldeia Galega. Utilizamos como fonte o levantamento in Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha D. Leonor...* pp. 841-888. Vd. também o capítulo 5.2. da segunda parte.

Brás Vicente	Escrivão	Escrivão
Diogo Afonso	Escudeiro	Tabelião
Diogo Álvares	Escudeiro	Almoxarife em Óbidos
Diogo Cotrim	Escudeiro	Almoxarife na alfandega de Salir
Fernão Coutinho	Escudeiro	Almoxarife em Aldeia Galega
Fernão Dias	Escudeiro e manteiro	Escrivão
Frutuoso de Góis	Criado	Vedor
Gomes Eanes	Boticário	Boticário
Gomes da Fonseca	Cavaleiro	Provedor
Gonçalo Mendes	Escudeiro	Tabelião
Henrique da Mota	Escudeiro	Juiz dos orfãos
João Afonso	Escudeiro	Tabelião
João de Coja	Escudeiro	Almoxarife
João Figueira	Escrivão	Porteiro da vila
Rui Pires	Escrivão	Escrivão
Vasco do Couto	Escudeiro	Escrivão
André Rodrigues	Capelão	Capelão
Bernardo Vaz	Capelão	Capelão
Jerónimo Aires	Capelão e pregador	Provedor
João de Estremoz	Capelão e pregador	Enfermeiro-mor
João Vieira	Capelão	Vigário
Simão Luís	Capelão	Capelão
Vicente Figueira	Capelão	Capelão

Em resumo, os oficiais do Hospital entre 1508 e 1533 foram os seguintes:

Nome:	Cargo:	Outras informações:
Jerónimo Aires	Provedor	Até 1532
João Rodrigues	Médico	Faleceu em 1523
Manuel Jerónimo	Médico	Entre 1523 e 1535
Pero Gonçalves	Boticário	Faleceu em 1526
Diogo Baião	Boticário	Faleceu em 1533
João de Estremoz	Enfermeiro-mor	Faleceu após 1520
Afonso Biguino	Enfermeiro	Faleceu em 1518
Pero Fernandes	Enfermeiro	
Duarte Girão	Enfermeiro	
João Freire	Enfermeiro	Faleceu em 1525
Henrique Calado	Enfermeiro e tabelião	Enfermeiro após 1525
Diogo Homem	Enfermeiro	Activo em 1532
Pedro Eanes	Enfermeiro	Activo em 1532
António Soares	Enfermeiro	Activo em 1532
António do Couto	Enfermeiro	Do Casal de Belver
Francisco Lopes	Enfermeiro	Activo em 1532
Filipa Costa	Enfermeira	Esposa de António Soares
Catarina Nunes	Enfermeira	Casada com Duarte Girão
João Vieira	Vigário	Faleceu em 1544
Pero Vaz	Capelão	
Bernardo Vaz	Capelão	
Simão Luis	Capelão e tangedor	Faleceu em 1528
Vasco Rodrigues	Capelão	
Filipe de Macedo	Capelão	
André Rodrigues	Capelão	Faleceu em 1534

André Afonso Dias	Capelão	Faleceu em 1534
Fernão Afonso	Capelão	Faleceu em 1528
Vicente Figueira	Capelão	Entre 1517 e 1521
Afonso Rodrigues	Tangedor	Entre 1528 e 1538
João Eanes	Hospitaleiro do h. dos peregrinos	Alabardeiro
Inês Francisca	Hospitaleira e limpeza	Esposa de João Eanes
João Afonso	Roupeiro e hospitaleiro	Aposentado em 1520
João Fernandes	Hospitaleiro	Até 1531
Barbara Gonçalves	Hospitaleira	Esposa de João Fernandes
Ciriaco Fernandes	Hospitaleiro	Após 1531
Maria Nunes	Hospitaleira	Esposa de Ciriaco Fernandes
Isabel Vaz	Cristaleira	Aposentada em 1522
Inês Afonso	Cristaleira	
Diogo Dias	Sangrador e barbeiro	Até 1531
João de Coja	Almoxarife	Até 1532
Álvaro João Afonso	Hortelão	Pelo menos até 1533
André Homem	Escrivão	Faleceu em 1526
Brás Vicente	Escrivão	Activo em 1519
Fernão Dias	Escrivão	
Vasco do Couto	Escrivão e ouvidor	Ouvidor em 1539
Vasco Diogo	Escrivão	Activo em 1532
André Lourenço	Escrivão	Activo em 1521
João Afonso	Tabelião	Até 1511
Diogo Afonso	Tabelião	Após 1511
Roque de Avelar	Ouvidor	Faleceu em 1539
João Gonçalves	Alcaide-pequeno	Até 1525
Fernão Afonso	Tesoureiro	Entre 1529 e 1539
Diogo Dias	Porteiro da vila	Pelo menos até 1534
Álvaro de Coimbra	Marchante	Faleceu em 1536
João Álvares	Homem do almoxarifado	
João Madeira	Despenseiro do almoxarifado	
Henrique da Mota	Juiz dos orfãos	
Frutuoso de Góis	Vedor	Faleceu em 1583
João Velho	Escravo	
Pedro Álvares	Escravo	
Margarida	Escrava	
Madalena Rodrigues	Escrava	
Maria Afonso	Escrava	
Inácia	Escrava	
Maria Dias	Escrava	
Clara	Escrava	
Mónica	Escrava	
Ilária Gonçalves	Escrava	

4.2. Os outros habitantes

Sobre os restantes mestres dos habitantes das Caldas, no geral, socorremo-nos mais uma vez do texto de Jorge de S. Paulo pois, para além da documentação de índole económica levantada pelo cronista⁴⁶³, vários habitantes irão por doação e testamento deixar as suas propriedades ao Hospital, por benefício das indulgências plenárias concedidas pelas Bulas⁴⁶⁴.

Muitos dos primeiros habitantes referidos nos capítulos anteriores deverão ter chegado a Caldas ainda novos, uma vez que muitos deles ainda estavam vivos em meados do século Dezasseis. De forma sucinta e distribuídos pelo mester iremos conhecer a moldura humana ao redor do Hospital das Caldas.

*“Deu e pagou o d^{to} p^e da consolaçã alx^e A^o prz perdr^o de bj dias q esteue hasentar o Arquo do dto portal e a laurar predrarja p^a ele iij br rs a bxb rs por dia__ iij br rs”*⁴⁶⁵

Na documentação da construção do Hospital, surge o único mestre-de-obra morador nas Caldas, Afonso Pires, um dos responsáveis pelas obras do portal principal do Hospital e do pelourinho.⁴⁶⁶ Seria natural de Penela, pois numa das confrontações da sua casa, na Volta dos Sinos, surge como *“(…) casa de afonso pires penela..”*⁴⁶⁷

Conhecemos, também, o pedreiro Francisco Gomes, casado com Maria do Couto, filha do enfermeiro António do Couto e de Marta Fernandes, que foram sesmeiros do Casal de Belver e dos talhos que, em 1491, foram aforados a Leonor Eanes na Várzea.⁴⁶⁸

O carpinteiro nas obras do Hospital, morador na vila, era António Gil, que deixou em testamento um arneiro no caminho da fonte (estrada do Avenal) à Instituição em 1560.⁴⁶⁹ Este foro foi herdado por outro carpinteiro Luís Dias, casado com Maria Álvares.⁴⁷⁰ Também Gaspar Álvares tinha o mesmo ofício. Este aforou uma casa na Rua

⁴⁶³ Mais uma vez optamos por confiar no trabalho de Jorge de S. Paulo em detrimento de uma análise exaustiva da documentação existente.

⁴⁶⁴ Vd. capítulo 5.2. da segunda parte.

⁴⁶⁵ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 285v, 299, 299v e 301. Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Op. Cit.* Documento 2, p. 56.

⁴⁶⁶ Vd. capítulo 3 e 8.2. da segunda parte.

⁴⁶⁷ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl.95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105. Vd. capítulo 5. sobre as casas do Hospital.

⁴⁶⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 298.

⁴⁶⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 66-308.

⁴⁷⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 308.

Nova em 1529 e largou-a em 1550.⁴⁷¹ Lopo Fernandes, que possuía casas anexas ao bloco da rouparia que em 1529 foram compradas pelo Hospital⁴⁷², também era carpinteiro, desconhecemos se este continuou a viver nas Caldas após esta transferência de propriedade, necessária para a ampliação do hospital da convalescença e futuramente para a construção da *Casa da Câmara*⁴⁷³.

Outro carpinteiro conhecido é Pedro Eanes, que aforou uma casa com quintal junto à ermida do Espírito Santo⁴⁷⁴ e outra no topo do Rossio que vagou em 1555.⁴⁷⁵

O ferreiro Afonso Gil e o serralheiro Jerónimo Gonçalves, dos primeiros povoadores, ainda se mantinham no activo nas obras do Hospital em 1518 e 1532⁴⁷⁶. Outro ferreiro na vila era Dário Fernandes que aforou umas casas do Hospital em 1525.⁴⁷⁷

Os três oleiros a exercer actividade no período anterior a 1508 – Valente Eanes, Álvaro Eanes e Francisco Lopes, mantiveram-se até 1533. O último trazia casas aforadas ao Hospital no topo do Rossio em 1527⁴⁷⁸ e o seu filho Rui, Lopes aforou junto a estas outra casa com quintal dois anos depois⁴⁷⁹. Em 1522, surgiram outros três oleiros, Fernão Dias, com casa no topo do Rossio⁴⁸⁰, Lopo Dias⁴⁸¹ e António Dias. Este último irá ficar com a casa do vigário João Vieira no Rossio do Espírito Santo.⁴⁸²

Nos primeiros anos de funcionamento do Hospital, por falta de material disponível nas Caldas⁴⁸³, as pantufas dos enfermos do hospital eram adquiridas em Santarém. Contudo, desde os primeiros anos e pelo menos até 1533 o Hospital era servido por um sapateiro da vila, Álvaro Martins⁴⁸⁴ e por Francisco Peres, que ainda laborava em 1565.⁴⁸⁵ Outro sapateiro conhecido foi Pero Francisco, morador junto à ermida do Espírito Santo.⁴⁸⁶

⁴⁷¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 313.

⁴⁷² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I, p. 223.

⁴⁷³ Vd. também o capítulo 8.2. da segunda parte.

⁴⁷⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 325.

⁴⁷⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 329.

⁴⁷⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 495.

⁴⁷⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 323-324.

⁴⁷⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 330.

⁴⁷⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 331.

⁴⁸⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 331.

⁴⁸¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 490.

⁴⁸² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 328.

⁴⁸³ Pelames.

⁴⁸⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 493.

⁴⁸⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 104.

⁴⁸⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 325.

Os alfaiates moradores nas Caldas e que forneciam o Hospital eram, em 1530,⁴⁸⁷ João Vaz (alfaiate dos padres) e Duarte Girão, enfermeiro casado com Catarina Nunes⁴⁸⁸ do qual sabemos que trabalhava em 1518,⁴⁸⁹ e era foreiro do Hospital⁴⁹⁰. O tecelão João Fernandes, um dos primeiros sesmeiros da Instituição e dono do Casal do Tecelão, faleceu em 1532.⁴⁹¹

“Nos a rainha fazemos saber aos que este noso allvara vjrem he ho conhecymento dello pertencer que diogo dias e joã dias moradores em a nosa vjlla das calldas nos envjara djzer [rasgado] sua petjã que elles eram presos na cadea e prjsam da dicta vjlla por hũ arojdo que nella allevatara hu [rasgado] gonçallvez e hũ manuell moço ao quall elles soprcantes acudiram [rasgado] ha asy ho juyz que ora he na dicta vjlla e que querendolhe ho dicto juyz mall os prendera djzendo que nã qujzera prender ho dicto [rasgado] gonçallvez e manuell nã avendo no dicto arroydo ferjdo allgũ nem quem delles qejsxase somente ho dicto acusamte e [rasgado] ho dicto juiz prender sem outra causa do que se querijã [rasgado] per sua culpa nos pedjam por merçe que os mandase [rasgado] dar sobre aquella fyança que ouvessemos por noso serviço dando os dictos presos boa fyança abonada de [razurado] cruza[rasgado] cada hu delles se llyvre sollto do dicto caso se por outra [rasgado] nã forem presos he isto dentro de quatro meses que se começam da feitura deste em djante e nã se llyvrando no dicto tempo [rasgado] estando a todo comprjmento de direito que a dicta fiança se [rasgado] pera as obras do esprjtall da dita vjlla a que della fazemos [rasgado] ella he per este mandamos ao escriptã do dicto espritall que ho regjste em seu llyvro pera se saber a maneira per que lhe apropriamos a dicta fyança o que asy comprem fecto em llyxboa a xxxj dias de julho de 1521 anos he heu andre lourenço que ho aqy escrevj.”⁴⁹²

Na documentação por nós analisada, descobrimos mais alguns habitantes, tais como os irmãos que foram presos na cadeia das Caldas e perdoados pela rainha, em 31 de Julho de 1521⁴⁹³, Diogo Dias, barbeiro⁴⁹⁴ e João Dias, lavrador. O último é testemunha no processo de compra da vinha de Iria Fernandes em Novembro de 1520⁴⁹⁵ e sabemos que foi vereador em 1547⁴⁹⁶.

O documento referido no parágrafo anterior dá-nos também a conhecer o nome de mais dois lavradores: Rodrigo Eanes e Afonso Rodrigues, assim como do clérigo Pero Vaz, que não está ao serviço do Hospital.

⁴⁸⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 64.

⁴⁸⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 324.

⁴⁸⁹ *Idem.*

⁴⁹⁰ Vd. capítulos seguintes.

⁴⁹¹ Vd. capítulo anterior. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 128.

⁴⁹² BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521* fl. 428. 31/7/1521. [apud] Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* Vol. II. p. 205.

⁴⁹³ BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521* fl. 428. Documento citado no capítulo 1.

⁴⁹⁴ Encontramos dois oficiais com este nome, o porteiro da vila e o barbeiro.

⁴⁹⁵ Documento citado no capítulo 3.2.

⁴⁹⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 108.

Na rua da Oliveira, viveu até 1533 o alabardeiro Afonso Esteves.⁴⁹⁷

No topo do Rossio, junto à nova ermida de S. Sebastião, vivia a padeira Beatriz Vaz, foreira do Hospital desde 1529⁴⁹⁸. Do seu vizinho Fernão Lourenço desconhecemos o ofício.⁴⁹⁹

Os moleiros em 1508 ainda eram o certamente já ancião Tomé Cardiga, no moinho do Cubo⁵⁰⁰ e Pero Eanes, filho de Pero Eanes Henriques, que deixou, em 1547, algumas propriedades ao Hospital⁵⁰¹. O seu pai, o mais antigo habitante das Caldas, fora aposentado por Jerónimo Aires em 1522⁵⁰². A filha de Tomé Cardiga, Joana Lemos, irá casar com um natural de Aldeia Galega, Pero Dias. Estes venderam em 1550 a sua parte no Moinho do Cubo ao Hospital⁵⁰³ e, no ano anterior, largaram a sesmaria do Casal de Belver⁵⁰⁴ que tinha sido licitada pelo seu pai, em 5 de Outubro de 1532.⁵⁰⁵

No moinho da Botica, azenha na vala de Tornada (Casal do Campo), vivia Dário de Figueiredo, casado com Francisca de Leão, filha de António Martins. Estes venderam as duas partes do moinho ao Hospital em 1536.⁵⁰⁶

A azenha do Ameal, chamada Azenha Nova, será remodelada pelo escudeiro Gaspar Vaz em 1540, com licença do provedor.⁵⁰⁷

Na azenha do Avenal, o moleiro era João Dias Estação, que falece em 1532 deixando as suas propriedades ao Hospital.⁵⁰⁸

No Avenal vivia Francisco Peres, pai do carrasco da vila, Diogo Peres, que obtém uma sesmaria no Avenal em 1528⁵⁰⁹. O carrasco era neto de Fernão Vaz, um dos primeiros habitantes⁵¹⁰. Junto à azenha do Avenal vivia Estevão Eanes, tendo a sua viúva Inês Dias deixado a sua propriedade em testamento ao Hospital em 1540.⁵¹¹

⁴⁹⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 334.

⁴⁹⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 331.

⁴⁹⁹ *Idem.* vd. capítulo 5. sobre as casas do Hospital.

⁵⁰⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 498.

⁵⁰¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 64.

⁵⁰² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 417.

⁵⁰³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 248.

⁵⁰⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 297.

⁵⁰⁵ BPADL – Documento 40. 29/9/1534. Parcialmente transcrito por Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria*, ... p. 131. Desta forma, Tomé Cardiga é um dos casos de longevidade entre os habitantes da vila. Conseguimos documentar que viveu nas Caldas pelo menos entre 1477 e 1532.

⁵⁰⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 257.

⁵⁰⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 408.

⁵⁰⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 66 e 305.

⁵⁰⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 305.

⁵¹⁰ *Idem.*

⁵¹¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 408.

No Casal Novo habitavam: Álvaro Gomes desde 1518⁵¹²; Domingos Dias, casado com Maria Dias⁵¹³, que doaram as propriedades ao Hospital em 1568⁵¹⁴; Manuela Afonso, que faleceu em 1568⁵¹⁵; Guiomar Álvares, que deixou todas as suas propriedades⁵¹⁶ em testamento ao Hospital em 1536⁵¹⁷ e Beatriz Fernandes, que morreu em 1545⁵¹⁸. Também o almoxarife João de Coja deixará em testamento propriedades no Casal Novo em 1560.⁵¹⁹

No Casal do Moreno⁵²⁰ vivia Maria Álvares de Cuba, a velha, que falece em 1591 deixando todas as propriedades ao Hospital.⁵²¹

“Estando o Pe. Pedro da Consolação, almoxarife do esprital, compareceu joom dyas Sjntrão, morador nas calldas: por elle foy dito q elle fazya llanço no casall de bolver q hora trazua Dyogo alvarez morador outrosy em a dita vylla q presente estava de vynte alqueires de trigo e de dez alqueires de çevada e de quatro galynhas e de hũ cabryto hem cada hũ anno e ysto em vyda de tres pessoas [...]

Diogo djas, porteyro do conc.º deu fe q apregoara o d.º casal, na vylla e nas suas praças ppublicas.

[Testemunhas]

Roque de Avelar, ouvjdor do esprital, Gil Madeira, Vasco Diogo, esprjvão

5/10/1532

Presente foy tomee cardjgo, cavaleiro dElRey, mor.º nas caaldas, o quall fez llanço em o dyto casall de mays dez alqueires de çevada em ca hũ anno e duas galynas e mays nam, porq.º as outras duas galynas e cabryto lhes tyram defesa por lançar mays ho dytos dez alqueires de çevada o quall llanço lhe foy Reçebydo.

[segue-se referências às datas em que o casal é trazido em pregão]

25/11/1534

[...] Pera q quem em elle ma quysesse llançar vyr perante elles haRematar [...] e ysto per o dyto provedor a fe do dyto porteyro de como nãa chara quem lhe em o dyto casall mays llancase, lhe mandou dar a hũa e as duas e duas e meya e has tres, eta ahy muyta gente e moradores da d.ª vyla e asy os llançar, ho mandou aRematar ao dyto tomee Cardygo.

[Testemunhas]

Gris Alvarez, capellam do xprital, diogo alvarez, jacome de staMarja, provedor, tomee cardygo, joam dyas, o porteyro, &.^a

9/5/1536

Aos ix dyas do mes de maio de mjl B^c xxxbj no esprital das caldas, nas pousadas dos padres jacome de SantaMaria, provedor, e de pedro da consolaçam almoxarife delle

⁵¹² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 409.

⁵¹³ Que foi escrava do Hospital.

⁵¹⁴ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 301.

⁵¹⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 66.

⁵¹⁶ No Casal Novo, em Tornada e no Curral do Concelho.

⁵¹⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 67.

⁵¹⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 303.

⁵¹⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 302.

⁵²⁰ Actual Bairro das Morenas. A existência de topónimos deste tipo indiciam que, além dos judeus e cristãos-novos já referidos e conhecidos, poderão ter habitado mais outros no termo das Caldas.

⁵²¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 66.

[...] llogo ahy por parte de ysabell de llemos dona vyuva molher q foy de thome cardygo, cavaleiro de caza de el Rey noso Senhor, morador em a d.^a vjlla lhe foy apresentada hũa pytaçam de Requyrymento per esprital ha quall he a seguynte

[v.]

Senhor provedor, Jsabel de llemos dona vyuva molher q foy de thomee cardjgo q Deos tem, diz q o dicto meu marydo sem meu conhecymto nem prazimento, andando hũu casal deste spital em preguão, q se chama cazal do belVer, se emtremeteo A llançar nelle, por desaprazer a outro llançador, o qual asy se ouve contra elle cautamente, q lhe fezz dar por elle quorenta alquejres de pam de foro delle em cada hũu anno em vyda de iij pessoas e ii ou iij galynas, e o q ho sam mujto enguandada e mes fylhos orphons comjguo, por o deto cazal nom valer de foro pella sobreducta maneyra, e por Justa e soa avaljaçãa mays de xb ata xx alqueyros de pão e se mostra elle nom render senom meos. A sobredjcta vyuva e sus fylhos pede ao provedor que faça nova avalyança, e q nam consentyr que o sprital me leve mynha pobreza de que nom tem necesydade, ates parecer cargo de concjença consentyr V. merçe, menos disto.

A que o P.^e provedor respondeu, ho dyto casall de quanto ao d.^o esprital em cada hũu anno vynte alquejres de pam antre trygo, e segunda por ter poucas terras Rotas e serem fracas, e ii galynhas.

Jacome”⁵²²

No Casal de Belver, além de Tomé Cardigo, foi também foreiro do Hospital o lavrador e morador nas Caldas Diogo Álvares e João Dias Sintrão, que surgem no documento de licitação do Casal de Belver em 1532-1534. Documento que nos permitiu também encontrar alguns dos oficiais e moradores nas Caldas, referidos no capítulo anterior.

Nos registos das propriedades urbanas do Hospital nas Caldas⁵²³, que serão os principais documentos estudados nos próximos capítulos, encontramos ainda mais alguns habitantes das Caldas não referidos por Jorge de S. Paulo, nomeadamente: João do Rego um dos primeiros sesmeiros da Várzea em 1491; Manuel do Quintal; o picheleiro Lopo Peres; o carpinteiro Lopo Martins e um francês cujo nome não é registado.

Tendo por base os testamentos e doações⁵²⁴, Jorge de S. Paulo dá-nos a conhecer o nome de vários habitantes nas Caldas, em 1533: Aires Afonso e Leonor Fernandes, falecidos em 1557⁵²⁵; o pescador António Fernandes, falecido em 1545⁵²⁶; Fernão

⁵²² BPADL – Documento 40. 29/9/1534. Parcialmente transcrito por Saul Gomes – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, ... p. 131.

⁵²³ AH/HCR – Livro 1.^o de Registos Gerais fl.95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵²⁴ Embora existam vários destes documentos no AH/HCR optamos por utilizar o texto de Jorge de S. Paulo.

⁵²⁵ Serradinho na Ribeira das Águas Quentes. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 66 e 310.

⁵²⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 123.

Gomes, que viveu entre 1528 e 1555 na Rua Nova em casas do Hospital⁵²⁷; na mesma rua viveu João Luís até 1532⁵²⁸; a viúva do boticário Pero Gonçalves, Francisca de Leoa que faleceu em 1560⁵²⁹, o besteiro Duarte Dias, que foi vereador em 1531⁵³⁰ e morreu em 1538⁵³¹, e o lavrador Afonso Gomes que aforou uma casa em 1529 e faleceu em 1552.⁵³²

Verificámos que vários dos oficiais do Hospital e do concelho permaneceram no activo mais de quarenta anos, tais como o escrivão Vasco do Couto, o vedor Frutuoso de Góis, o almoxarife João de Coja, o enfermeiro João de Estremoz, o provedor Jerónimo Aires, o vigário João Vieira, etc. Também alguns dos primeiros habitantes das Caldas irão manter-se no activo pelo menos até 1533. E em alguns dos casos, pelas datas conhecidas, dá-nos a entender que várias pessoas ultrapassaram os setenta anos de idade.

Em suma, encontramos mais habitantes (cabeças de casal) do que os oitenta e quatro na contagem da população feita por Jorge Fernandes, em 1527⁵³³. A nossa contagem de 1533 é de cento e oito *vizinhos* nas Caldas. Contudo como «perdemos o rasto» a alguns ocupantes dos cargos de oficiais do concelho e do Hospital, como é o caso do alcaide-pequeno, o número seria certamente maior. Por outro lado, verifica-se que o estaleiro de obras era maioritariamente composto por mão-de-obra sazonal. Que, à excepção de dois pedreiros, do ferreiro e de dois carpinteiros, não fixaram residência nas Caldas. A todos estes, haverá que juntar as centenas de anónimos que acorriam às termas durante a época balnear. Só assim será possível conhecer a moldura humana das Caldas em 1533.

Nome (matrimónio):	Ofício:
Afonso Dias	Sombreeiro
Afonso Esteves	Alabardeiro
Afonso Gil	Ferreiro
Afonso Pires de Penela	Mestre-de-obras
Afonso Rodrigues	Tangedor

⁵²⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 321.

⁵²⁸ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 317.

⁵²⁹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 315.

⁵³⁰ Vd. capítulo 1.

⁵³¹ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 319.

⁵³² Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 321-322.

⁵³³ Dados recolhidos pelo escrivão da comarca Jorge Fernandes a 12 de Setembro de 1527 [apud] Braamcamp Freire – “Povoações da Estremadura no XVI século” in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VI, n.º 7, Julho de 1908, p. 251. Também citado por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 346. Vd. citação no final do capítulo 7.4. da segunda parte.

Afonso Rodrigues	Lavrador
Aires Afonso (Leonor Fernandes)	
Álvaro Coimbra	Marchante
Álvaro Dias Troiano	Lavrador (cristão-novo)
Álvaro Eanes	Oleiro
Álvaro João Afonso (Maria Afonso)	Hortelão do Hospital
Álvaro Martins	Sapateiro
André Afonso Dias	Capelão
André Lourenço	Escrivão
André Rodrigues	Capelão
António do Couto (Marta Fernandes)	Enfermeiro
António Dias	Oleiro
António Fernandes	Pescador
António Gil	Carpinteiro
António Soares (Filipa Costa)	Enfermeiro
Beatriz Vaz	Padeira
Clara	Escrava
Ciriaco Fernandes (Maria Nunes)	Hospitais
Dário Fernandes	Ferreiro
Diogo Afonso	Tabelião
Diogo Álvares	
Diogo Baião	Boticário (cristão-novo)
Diogo Dias	Porteiro da vila
Diogo Dias	Barbeiro e sangrador
Diogo Homem	Enfermeiro
Diogo Peres	Carrasco
Duarte Dias	Besteiro
Duarte Girão (Catarina Nunes)	Enfermeiro e alfaiate
Estevão Carvalho da Guarda	
Fernão Afonso	Tesoureiro
Fernão Dias	Escrivão
Fernão Dias	Oleiro
Fernão Gomes	
Fernão Lourenço	
Francês	
Francisco Gomes (Maria do Couto)	Pedreiro
Francisca Leoa	Viúva de Pero Gonçalves
Francisco Lopes (Brigida do Rego)	Enfermeiro
Francisco Lopes	Oleiro
Francisco Peres	Sapateiro
Frutuoso de Gois	Vedor
Gaspar Álvares	Carpinteiro
Gil Madeira	
Gomes Aires (Joana Gonçalves)	Padeiro
Henrique Calado	Enfermeiro
Henrique da Mota	Juiz dos orfãos
Ilária Gonçalves	Escrava
Inácia	Escrava

Inês Afonso	Cristaleira
Jerónimo Aires	Provedor
Jerónimo Gonçalves	Serralheiro
João Afonso	Cabouqueiro
João Álvares	Homem do almoxarifado
João de Coja	Almoxarife
João Dias	Lavrador
João Dias Sintrão	
João Eanes (Inês Francisca)	Hospitais do H. dos peregrinos
João de Estremoz	Enfermeiro
João Gil (Briolenja de Barros)	
João Luís	
João Madeira	Dispenseiro
João do Rego	Lavrador
João Vaz	Alfaiate
João Velho	Escravo
João Vieira	Vigário
Lopo Dias	Oleiro
Lopo Peres	Picheleiro
Lopo Martins	Carpinteiro
Luís Dias (Maria Álvares)	Carpinteiro
Madalena Rodrigues	Escrava
Manuel Jerónimo	Médico
Manuel do Quintal	
Moises	Judeu proprietário
Mónica	Escrava
Pedro Álvares	Escravo
Pedro Eanes	Carpinteiro
Pero Dias (Joana Lemos)	Moleiro
Pero Eanes	Moleiro
Pero Eanes	Enfermeiro
Pero Fernandes	Enfermeiro
Pero Vaz	Clérigo
Rodrigo Eanes	Lavrador
Roque de Avelar	Ouvidor
Rui Lopes	Oleiro
Tomé Cardiga (Isabel Lemos)	Moleiro
Valente Eanes	Oleiro
Vasco do Couto	Escrivão
Vasco Diogo	Escrivão

No Casal Novo:

Álvaro Gomes	Lavrador
Beatriz Fernandes	Viúva
Domingos Dias (Maria Dias)	Lavrador
Guiomar Álvares	Viúva
Manuela Afonso	Viúva

No Avenal:

Estevão Eanes (Inês Dias)	Lavrador
Francisco Peres	Lavrador
João Dias Estaço	Moleiro

No Campo:

António Martins	
Dário Figueiredo (Francisca de Leão)	
Francisco Afonso	Lavrador

Noutros lugares do termo:

Gaspar Vaz	Azenha Nova (Ameal)
Maria Álvares de Cuba	Viúva, moradora no Casal do Moreno
Francisco Afonso	Lavrador no Curral do Concelho

5. A constituição do património foreiro urbano do Hospital

“Quando a R.^a D. Leonor houve provizão del-Rey D. João 2.^o seu marido p.^a virem povoar este lugar das Caldas ate 30 fogos logo tratou de fazer aposentos e cazas assy p.^a o Medico, Escrivão, e Botycairo como p.^a o Vig.^o e Capellães, e ordenou hũa rua fermoza junto ao Hosp. repartido em varios chaos de p.^e a p.^e com seus espaços p.^a quintais, mandando lançar pregão q os moradores novos q vinhão habitar este Couto se quizessem fazer cazas no lugar e couto das Caldas q depois se constituyo em Villa por El-Rey D. M.^{el} emprazaria chãos pera ellas, e as q fizessem á sua custa não pagariam foro algum, e as que fizessem por conta das Rendas della R.^a, ou das que tinha aplicado ao Hosp. E assy todas as cazas desta villa q não pagão foro se edificarão á custa dos moradores, e as q são foreiras ao Hosp., ou se obrarão á custa das Rendas da R.^a, e do Hosp. ou finalm.^{te} se fizerão em chãos q o Hosp. deu por sesmaria. Depois q os novos habitadores tinhão ja cazas em q morar q foy o anno de 1525 e os chãos q se derão depois por sesmaria sempre foy com algum foro ou por prazos fatoris ou de vidas. No anno de 1520 se aperfeiçoarão onze moradas de cazas q o Provedor Hm.^o Ayres q afforou a varias pessoas alem da pr.^a caza q ja estava dada de graça ao pr.^o p.^e Vig.^o Ioannes Vieira. Acho pellos l.^{os} da R. e D. e pellos l.^{os} das Notas q este Hosp. 19 moradas de cazas na rua nova foreiras das quais o Hosp. obrou m.^{tas} á sua custa, e outras comprou feitas e algũas se derão de esmolla.”⁵³⁴

5.1. Os registos de propriedades urbanas do Hospital

Neste capítulo pretendemos analisar as casas que o Hospital aforou aos moradores das Caldas pois, como desconhecemos na globalidade a imagem urbana da vila, iremos socorrer-mo-nos dos registos dos bens de raiz da Instituição para conhecer um pouco melhor qual o tipo de edificação de morada e quais as relações de vizinhança dos primeiros habitantes.⁵³⁵

Para este estudo teremos por base, além do texto de Jorge de S. Paulo, os livros de tomo do Hospital feitos no século Dezasseis. Com estes dados, iremos apresentar esquematicamente e por arruamento os resultados obtidos.

O primeiro registo de bens de raiz urbanos do Hospital, *Lyvro Dos beens e propriedades Do espritall D nosa senhora do populo Das Caldas*⁵³⁶, foi feito por volta de 1532-33. Embora o escrivão não apresente a data, esta poderá ser sugerida por dois factores⁵³⁷: por um lado, por uma confrontação com os herdeiros de João Fernandes⁵³⁸,

⁵³⁴ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 311-312.

⁵³⁵ Embora se dê essa informação não iremos tecer considerações sobre o valor do foro.

⁵³⁶ AH/HCR – *Livro 1.^o de Registos Gerais* fls.93-95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵³⁷ Segundo Saul Gomes, este é certo que foi feito após a morte da rainha, em 1525 e antes da venda de umas casas a João Rodrigues Mexilhão em 1542.

⁵³⁸ AH/HCR – *Livro 1.^o de Registos Gerais* fl.94.

o qual sabemos que faleceu em 1532⁵³⁹, por outro, pelo registo de uma propriedade doada em vida pelo capelão André Rodrigues e que confinava com a casa deste⁵⁴⁰. Ora, como referimos no capítulo anterior, este capelão faleceu em 1534⁵⁴¹, deixando em testamento todas as suas propriedades ao Hospital⁵⁴². Julgamos que as razões pelas quais este tombo foi feito, terá por base a ordem de D. João III quando da entrega da gestão do Hospital à Congregação de S. João Evangelista a 29 de Junho de 1532⁵⁴³:

*“(...) e Bem assi lhes entregareis a Instituição e regim.^{to} do ditto Hospital; e o L.^o do Tombo das [fl. 23] das suas Rendas, propried.^{es} e foros delle; e todos os outros livros, escripturas e papeis q a elle tocarem por onde o d. Hosp. se governa; e dareis ao ditto p.^e conta e rezão q vos pedir nas couzas do ditto Hospital e das propried.^{es} q forão delle (...)”*⁵⁴⁴

O segundo registo de propriedades, será iniciado em 1575 e terminado em 1587, o *Tombo da Fazenda do Hospital*⁵⁴⁵. Sendo bastante mais completo do que o primeiro, embora descure os bens não aforados, tais como o edificado hospitalar e as casas dos oficiais.

*“Pera q a faz.^{da} e bens deste Hosp. em nenhum tempo se possa alienar he m.^{to} necess.^o haver tombo authenticico de todas as propriedad.^{es}, bens, e Rendas delle, e porq ate agora o não ha, mando q o ditto tombo se faça logo em o qual se declare particularm.te todo o movel de ouro, prata, ornam.tos de seda e toda a faz.da de Rais declarando as confrontações, demarcações sitios e medições das propriedades, e os inquilinos e foreiros q as possuem, e por q tt.^o as trazem e o q pagão; o qual tombo fará o Provedor da Comarca por meu mandado em diligencia; (...)”*⁵⁴⁶

Por ordem do visitador António Toscano, em 1572⁵⁴⁷, e por provisão de D. Sebastião no ano seguinte, o provedor Manuel de S. António deveria mandar «tombar»

⁵³⁹ Vd. capítulos anteriores e Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 128.

⁵⁴⁰ AH/HCR – *Livro 1.^o de Registos Gerais* fl.94v.

⁵⁴¹ Vd. capítulos anteriores e Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 333.

⁵⁴² No mesmo ano também faleceu o sombreiro Afonso Dias que deixou as casas e arneiro no topo Poente do Rossio. Vd. capítulos anteriores.

⁵⁴³ *“(...) e pera se conservarem estas rendas ordenou em seu Compromisso houvesse no d. Hosp. hum Tombo de todos os Bens de Raiz e propriedades: e porque niso houve descuido; ou o Tombo antigo deveria ser diminuto por crescerem propriedades de novo”* Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 210.

⁵⁴⁴ AN/TT – Chancelaria de D. João III Lv. 1 fl. 22v-23. Optamos por nova transcrição do original. Foi também transcrito, com diferenças, por Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III, pp. 13-15, julga-se que a partir do traslado: AH/HCR – *Livro 1.^o de Registos Gerais* fl. 22-23.

⁵⁴⁵ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fls.55v.-65. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129.

⁵⁴⁶ Traslado da provisão de D. Sebastião feita em 1573 ordenando o Tombo. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 210-211.

⁵⁴⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 210.

todos os bens de raiz e respectivos foros⁵⁴⁸. Em virtude deste mandato, o corregedor da Comarca de Leiria, António Faria; o escrivão do Hospital, Francisco Coelho; o Juiz de Fora de Óbidos, António Álvares; o almoxarife, Manuel Fernandes Bulhão; o tabelião da vila das Caldas, Álvaro Barreto e os medidores Grisostemo Dias e Gaspar Pereira,⁵⁴⁹ iniciaram a morosa tarefa de inventariar todos os bens. Tal tarefa irá ser terminada em 1578⁵⁵⁰ e entregue na Mesa de Consciência e Ordens⁵⁵¹. Contudo, a versão final organizada pelo juiz António Nogueira⁵⁵² será terminada em 1587.⁵⁵³

Assim, a cada propriedade corresponderá um quadro com três campos principais, separados pelos dados obtidos em cada um dos documentos referidos: o primeiro sector terá a análise do *item do Tombo da Fazenda do Hospital*⁵⁵⁴ onde apresentamos para além da citação e do fólio, o foreiro, o foro, as dimensões, morfologia do edifício⁵⁵⁵, áreas da propriedade⁵⁵⁶ e as confrontações⁵⁵⁷. O segundo sector, conterà sucintamente a informação obtida no terceiro tomo do texto de Jorge de S. Paulo: o foreiro, o foro e a página respectiva; este dado é essencial porque, como o autor nos diz quais foram os foreiros e foros da propriedade, conseguimos saber quem ocupava a *casa* em 1533. Por fim, o último sector é referente aos dados do *Lyvro Dos beens e propriedades Do espiritall D nosa senhora do populo Das Caldas*⁵⁵⁸, seguindo no geral a apresentação do primeiro sector: citação, fólio, foreiro, foro e confrontações; aqui, socorremo-nos de Jorge de S. Paulo para saber o nome do foreiro e do foro respectivo.⁵⁵⁹ Também, conhecendo a relação da propriedade com a sua confinante, sempre que possível completamos as confrontações.

⁵⁴⁸ Vd. citação anterior.

⁵⁴⁹ Estes nomes foram coligidos no documento e também em Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 211.

⁵⁵⁰ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 212.

⁵⁵¹ Segundo Jorge de S. Paulo este original desapareceu. Vd. *Idem*.

⁵⁵² *Idem*.

⁵⁵³ Daí que seja esta a data constante no título do documento.

⁵⁵⁴ AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fls.55v.-65. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129.

⁵⁵⁵ Número de pisos e de divisões.

⁵⁵⁶ Em metros e metros quadrados.

⁵⁵⁷ Nas confrontações optamos por não fazer distinções entre ocupante e proprietário.

⁵⁵⁸ AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fls.93-95. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵⁵⁹ Nos casos em que a propriedade é constituída após 1533, este quadro, logicamente não terá dados. Contudo, para o caso dos bens de raiz que foram doadas ao Hospital após 1533 o campo do foreiro é substituído pelo do proprietário. Vd. o campo das outras informações.

Para facilitar as referências aos dados tratados nestes quadros⁵⁶⁰, criámos um sistema de referência por propriedade. No topo esquerdo do quadro aparece uma sigla de duas letras, referente ao arruamento e um número sequencial da casa. As letras do arruamento serão as seguintes:

RN	Rua Nova
HP	Confinante Sul do Hospital (junto ao hospital dos peregrinos)
ES	Rossio do Espírito Santo
VS	Rua Volta dos Sinos
RO	Rua da Oliveira
R	Rossio
TG	Terreiro das Gralhas
DH	Rua de Diogo Homem

Rua Nova (confinante a Norte):

RN1	<i>Item na entrada da Rua nova huas casas sobradadas as quais partem do norte com amtonio dias oleiro e do sul com rua nova, e do levante com amtonio fernãodez e erdeyros de joão diaz e do poemte com Roçio tem de comprimento dez varas, menos hua oitava, e de llarguo cinco menos quarta são duas casas por cima e duas por baixo, e são aforadas a antonio vazz, ferrador, em tres vidas elle he a primeira e paga de foro, em cada hu anno por nosa senhora d aguosto, seisçentos reais e hua gallynha, e forão medidas por fora,</i>							
1575								
fl. 58								
Foreiro:	António Vaz, ferrador							
Foro:	600 rs. e 1 galinha							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	5,23		Rua:	5,23	Pisos:	2	Total:	56,8
Outra:	10,86		Outra:	10,86	Divisões:	4	Implantação:	56,8
Confrontações:								
Norte:	António Dias, oleiro							
Sul:	Rua Nova							
Nascente:	António Fernandes e herdeiros de João Dias							
Poente:	Praça Nova							
1656:	Foreiro:	João do Rego (Maria Gomes)						
p. 313	Foro:							
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall, tiramdo o primeiro aposentamento de parte do soam em que pousa ho Vigairo da Jgreja do dito esprital que he sobradada he tem majs huã casa d estrebarja.,.</i>							
fl: 93v.								
Foreiro:	João Vieira, vigário							

⁵⁶⁰ Os dados recolhidos e tratados nestes quadros irão servir para a análise e reconstituição dos próximos capítulos.

Foro:	
Confrontações:	
Norte:	
Sul:	Rua Nova
Nascente:	João Gil (Briolenja de Barros)
Poente:	Praça Nova
Informação complementar	Esta casa era a do vigário, tendo sido aforada a primeira vez em 1555 após a morte de Bernardo de Castanheda.

RN2	<i>Item outras casas, que são teReas, a diamteira e a detras sobradada,. as quais partem do norte com amtonio diaz oleyro, e do sull com Rua Nova, e do llevante com casas do ospitall que dioguo garçia e do poemte com çasas [sic] açima d amtonio vaz, tem de comprimento, oito varas e hua quarta e de larguo quatro varas mediadas por dentro são duas casas por baixo, e em çima da casa detras hua camara sobrada, as quais tras aforadas maria jorge em tres vidas ella he a primeira e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agusto, çem reais: e duas galinhas ou dous tostões,</i>						
1575							
fl. 58							
Foreiro:	Maria Jorge						
Foro:	100 rs. e 2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	2	Total:	39,9
Outra:	9,07	Outra:	9,07	Divisões:	4	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	António Dias, oleiro						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Diogo Garcia						
Poente:	António Vaz						
1656:	Foreiro:	João Lopes (Joana Ferreira)					
p. 314	Foro:	100 rs. e 2 galinhas					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito espirital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	João Gil (Briolenja de Barros)						
Foro:	300 rs. e 2 galinhas (por mais propriedades)						
Confrontações:							
Norte:							
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Francisca de Leão						
Poente:	João Vieira, vigário						

RN3	<i>Item loguo hi outras casas terreas que são duas casas hua diamteira e outa detras, e partem do norte com quyntall de amtonio dias oleiro, e do sull com rua pubrica e do poente com as casas açima que tras maria jorge e levante com casa do ospital que tras francisco amRiques tem de comprido oito varas e quarta e de llarguo quatro varas medidas por dentro as quais casas tras dioguo garcia desta vila das quais he a primeira vida e pagua de foro em cada hu ano çem reais e duas galinhas por nosa senhora de agosto de cada hu anno e tem ainda duas vidas.</i>						
1575							
fl. 58							
Foreiro:	Diogo Garcia						
Foro:	100 rs. e 2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	9,07	Rua:	9,07	Pisos:	1	Total:	39,9
Outra:	4,4	Outra:	4,4	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	António Dias, oleiro						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Francisco Henriques						
Poente:	Maria Jorge						
1656:	Foreiro:	Joana Ferreira					
p. 315	Foro:	100 rs. e 2 galinhas					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Francisca de Leão (viúva de Pero Gonçalves, boticário)						
Foro:	200 rs. e duas galinhas						
Confrontações:							
Norte:							
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Francisca de Leão						
Poente:	João Gil						
Informação suplementar	Edificada em 1529.						

RN4	<i>Item outras casas que são duas terreas com seu quymtall por detras partem do norte com Rua pubrica e do poemte com casas do ospitall que tras dioguo garçia e do levante com casas do dito ospitall que tras damazeo de maçedo tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo quootro varas medidas por demtro, e o quymtall detras tem de comprido omze varas e mea e de llarguo; quatro varas e quarta, as quais casas e quymtall tras francisco amRiquez em tres vidas, das quais he a segunda pessoa e paga de foro cada anno por nosa senhora de aguosto huu tostão, e duas galinhas,</i>						
1575							
fl. 58v							
Foreiro:	Francisco Henriques (Maria Dias) Almocreve						
Foro:	1 tostão e 2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	4,67	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	101,4
Outra:	21,72	Outra:	9,07	Divisões:	1	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Damásio de Macedo						
Poente:	Diogo Garcia						
1656:	Foreiro:	João Gomes, capelão					
p. 315-316	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Francisca de Leão (viúva de Pero Gonçalves, boticário)						
Foro:	Em conjunto com RN3						
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Gaspar Álvares, carpinteiro						
Poente:	Francisca de Leão						
Informação suplementar	Edificada em 1529 e aforada em conjunto com RN3.						

RN5	Item outras casas teReas no mesmo coRemte que parte do norte com rua pubrica o quytall que tem por detras: e do sull com Rua nova e do poemte com as casas açima que tras francisco amRiques., que são do mesmo ospitall e do levante com casas do mesmo ospitall que tras gaspar fernãodez maleteiro tem de comprido oito varas e quarta e de que he o que parte com Rua pubrica tem de comprido omze varas e mea e de larguo quatro: as cquais casas e quymtall tras aforadas caterina moreira em tres vidas ella he a segumda, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agoosto çem reais e hua galinha						
1575							
fl. 58v							
Foreiro:	Catarina Moreira, neta herdeira de Damásio de Macedo						
Foro:	1 tostão e 2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	9,07	Rua:		Pisos:		Total:	114,7
Outra:	12,65 (4,4)	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Rua e quintal						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Gaspar Fernandes, foreiro, malegueiro						
Poente:	Francisco Henriques						
1656:	Foreiro:	Paula Ferreira					
p. 313	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:	Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,						
fl: 93v.							
Foreiro:	Gaspar Álvares, carpinteiro						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Francisca de Leão						
Poente:	André Dias						
Informação complementar	Edificada em 1528						

RN6	Item outras casas terreas no mesmo coRemte da Rua nova, com seu qujntaL, por detras partem do norte com rua pubrica e do sul com a mesma rua nova, e do poenta com as casas açima que tras catarina moreyra e do levante com casas do dito ospitall que tras damjana diaz tem de comprido oyto varas e quarta, e de llargo quoaatro varas: e o quyntall tem de comprido doze varas e de llarguo quoaatro as quais casas tras aforadas antonio fernandez esteireiro: e paga cad ano de foro cento e çincoenta reais e duas galinhas he a primeira pessoa							
1575								
fl. 58v								
Foreiro:	António Fernandes, esteireiro							
Foro:	150 rs. e 2 galinhas							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4		Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	97,98
Outra:	22,27		Outra:	9,07	Divisões:		Implantação:	39,9
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Rua Nova							
Nascente:	Damiana Dias							
Poente:	Catarina Moreira							
1656:	Foreiro:	Francisco Antunes						
p. 317	Foro:	150 rs. e 2 galinhas						
1532:	Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,							
fl: 93v.								
Foreiro:	João Luis							
Foro:	150 rs. e 1 galinha							
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Rua Nova							
Nascente:	André Dias							
Poente:	Gaspar Álvares, carpinteiro							
Informação suplementar	Edificada em 1529							

RN7	Item outras casas teReas que são duas casas com seu quintall detras, as quais casas partem do norte com Rua, e do sull com a rua nova e do poemte com as casa atras que tras aforadas amtonio fernãodez e do levamte com casas do dito ospitall que tras margarida cardosa, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quootro varas, e o quyntall tem de comprido treze varas, e mea e de llarguo quootro varas, as quais casas tras aforadas damiana em tres vidas das quais he a terçeyra e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto çem reais, e hua gallinha,							
1575								
fl. 59								
Foreiro:	Damiana Dias (Simão do Couto, pedreiro)							
Foro:	100 rs. e 1 galinha							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4		Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	105,1
Outra:	23,87		Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Rua Nova							
Nascente:	Margarida Cardosa							
Poente:	António Fernandes, esteireiro							
1656:	Foreiro:	Maria Tomás						
p. 317-318	Foro:	100 rs. e 1 galinha						
1532:								
Proprietário:	André Dias							
Foro:								
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Rua Nova							
Nascente:	Fernão Afonso, tesoureiro							
Poente:	João Luis							
Informação complementar	André Afonso Dias, deixou em testamento esta propriedade ao Hospital em 1534.							

RN8	<i>Item outras casas teReas na mesma coRemte que são duas com seu qymtall detras as quais partem do norte com Rua e do sull com Rua nova e do poemte com casas do dito ospitall que tras damiana diaz, e do levamte com casas do ospitall aforadas a francisca neta de gaspar alvariz tem de comprido oyto varas e quarta e de llarguo quatro varas, e quimtaL tem de comprido catorze varas e de llarguo quatro varas, as quais casas tras aforadas maria cardosa mulher d afomso Ribeiro em tres vidas das quais he a segunda, e paga de foro cad ano por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha,</i>						
1575							
fl. 59							
Foreiro:	Maria Cardoso, mulher de Afonso Ribeiro, irmã do vigário Pero Cardoso						
Foro:	100 rs. e 1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	106,34
Outra:	24,17	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Francisca, neta de Gaspar Álvares						
Poente:	Damiana Dias						
1656:	Foreiro:	Mauricio Tavares, enfermeiro					
p. 317	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Fernão Afonso, tesoureiro						
Foro:	Não tem						
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Estevão Carvalho da Guarda						
Poente:	André Dias						
Informação complementar	Edificada em 1529						

RN9	<i>Item outras casas teReas na mesma Rua nova com seu quitall por detras partem do norte, com rua publica e do sull com Rua nova, e do poente com casas açima do dito ospitall que tras margarida cardosa e do levante com casas do dito ospitall que tras aforadas graça ffernandez molher que foy de migell esteves tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quootro, as quais tras aforadas francisca neta de gaspar allvariz que mora em Lisboa em tres vidas das quais he a derradeira, e paga de foro todos os annos por nosa senhora de agosto çem reais, e hua galinha, e vive ora nesta casa catarina allvariz sua madrastra,</i>						
1575							
fl. 59							
Foreiro:	Catarina Álvares madrastra de Francisca, neta de Gaspar Álvares						
Foro:	100 rs. e 1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	4,4		Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:
Outra:			Outra:	9,07	Divisões:		Implantação: 39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	Graça Fernandes, viúva de Miguel Esteves						
Poente:	Margarida Cardoso						
1656:	Foreiro:	Amaro Martins					
p. 318	Foro:	200 rs. e 2 galinhas					
1532:							
Proprietário:	Estevão Carvalho da Guarda						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:							
Poente:	Fernão Afonso, tesoureiro						
Informação complementar	Casa feita pelo carpinteiro João Álvares e vendida a Estevão Carvalho da Guarda em 1501, deu estas casas ao Hospital em 1534						

RN10	<i>Item outras casas teReas que são duas com seu quintal detras as quais partem do norte com Rua e do sull com Rua nova, e do levante com casas d amtonio fernamdez lavarador, e do poente, com casas do dito ospital atras que tras aforadas francisca tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo quatro varas, medidas por dentro, as quais casas tras aforadas graça fernamdez viuva molher que foi de migel estevez, em tres vidas elle he a terceira e paga de foro, todos os anos por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha e hu frãogão</i>						
1575							
fl. 59v							
Foreiro:	Graça Fernandes viúva de Miguel Esteves						
Foro:	100 rs. e 1 galinha e 1 frango						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	
Outra:		Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua Nova						
Nascente:	António Fernandes, lavrador						
Poente:	Francisca						
1656:	Foreiro:	Domingos Marques, oleiro					
p. 319	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:							
Sul:							
Nascente:							
Poente:							
Informação suplementar	Edificada em 1538						

Rua Nova (confinante a Sul):

RN 11	<i>Item outras casas na mesma Rua nova da outra bamda do sul que sam duas casas teReas, as quais tem detras seu quimtall partem do norte com Rua nova, e do sull com vynha de nicullao fernãodez e do levante com casas de maria duarte que ora traz allvaro martinz trabalhador, e do poente com casas do dito ospitall que ora tras maria da syllva, tem de comprido oito varas e quarta e de llarguo quootro, e o quymtall tem de comprido vinte e sete varas e de llarguo quootro, ao longuo das paredes, das casas as quais casas e quyntall sam aforadas a manoel Rodriguez filho de maria duarte que ora he na India em terceira pessoa e pagão de foro della cada anno por nosa senhora d agoosto, çem reais e hua gallinha</i>							
1575								
fl. 59v								
Foreiro:	Manuel Rodrigues, filho de Maria Duarte							
Foro:	100 rs. e 1 galinha							
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:		
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	170,58	
Outra:	38,77	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9	
Confrontações:								
Norte:	Rua Nova							
Sul:	Vinha de Nicolau Fernandes							
Nascente:	Maria Duarte, Álvaro Martins, trabalhador							
Poente:	Maria da Silva							
1656:	Foreiro:	Salvador Coelho						
p. 317	Foro:	150 rs						
1532:								
Foreiro:								
Foro:								
Confrontações:								
Norte:								
Sul:								
Nascente:								
Poente:								
Informação suplementar	Edificada em 1538, foi casa do pintor Belchior de Matos							

RN12	<i>Item outras casas teReas que são quootro casas duas diamtejras e duas detras com seu quymtall partem do norte com Rua nova, e do sul emtesta o quintall com niculao fernandez, e do levante com casas do dito ospital que tras manuell Rodriguez e do poemte com jzabell anes tem de comprido oito varas e quarta, e de llarguo ojto varas, e o quymtall tem de comprido vimte e quootro varas e de largo pollo meio quootro, e ao lomguo das paredes tem sete varas, as quais casa tras maria da syllva em segunda pesoa, e paga de foro dellas todos os anos por nosa senhora d agosto duzentos reais, e duas galinhas,</i>						
1575							
fl. 59v							
Foreiro:	Maria da Silva, filha do capelão Francisco da Silva						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4 (7,7)	Rua:	9,07	Pisos:	1	Total:	199,56
Outra:	35,47	Outra:	9,07	Divisões:	4	Implantação:	82,26
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Quintal de Nicolau Fernandes						
Nascente:	Manuel Rodrigues						
Poente:	Isabel Eanes						
1656:	Foreiro:	António da Silva, licenciado					
p. 321	Foro:	10 rs. e 1 frango					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl. 93v.							
Foreiro:	João Gil, Briolenja de Barros						
Foro:	300 rs. e 3 galinhas (em conjunto com mais duas casas)						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:							
Nascente:							
Poente:	Afonso Gomes, lavrador						
Informação suplementar	Edificada em 1529						

RN13	<i>Item outras casas teReas que são duas casas hua detras e outra diamte com seu quyntall, as quais partem do norte com rua pubrica e do sull com caReiro e servintia e do levante com casas do dito ospitall que tras aforadas maria da syllva e do poente com casas do dito ospitall que tras pedr allvariz tem de comprido oito varas e de llarguo, quatro varas e o quimtall tem de comprido vimte e duas varas e de llarguo quoaatro, as quais casas e quyntall tras aforadas jzabell anes, em tres vidas ella he a primeira, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto, çem reias e hua gallynha, francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, grisostemo diaz,. – e a segunda e terceira vida, ham de pagar mais duas galinhas cad anno,..</i>						
1575							
fl. 60							
Foreiro:	Isabel Eanes, viúva de Afonso Gomes						
Foro:	100 rs. e 1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	146,38
Outra:	33,27	Outra:	8,8	Divisões:	2	Implantação:	38,72
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Maria da Silva						
Poente:	Pedro Álvares						
1656:	Foreiro:	Mauricio Tavares					
p. 322	Foro:	10 rs. e 1 frango					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl. 93v.							
Foreiro:	Afonso Gomes, lavrador						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas (em conjunto com mais outra casa)						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro de acesso à várzea						
Nascente:	João Gil, Briolenja de Barros						
Poente:	Afonso Gomes, lavrador						
Informação suplementar	Edificada em 1529						

RN14	<i>Item outras casa teReas que são duas casas hua diamteyra e outra trazeira, partem do norte com Rua nova, e do sull entesta o quyntall na servimtia e do poemte com casas do dito ospitall que tras maria allvariz e de levante com casas do dito ospitall que tras jzabell anes, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quatro, e o quimtall tem de comprido vynte e duas varas, e de llarguo quoatro, as quais casas aforadas [sic] pedr'alvariz e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto huu tostão e tres galinhas, he elle pedr allvariz e catarina alvariz sua molher primeira e segunda pesoa, francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, gresostemo diaz,. e o que faleçer deRadejro, ha da nomear terceira pesoa, somente,..</i>						
1575							
fl. 60							
Foreiro:	Pedro Álvares, Catarina Álvares						
Foro:	1 tostão e 3 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	146,38
Outra:	33,27	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Isabel Eanes						
Poente:	Maria Álvares						
1656:	Foreiro:	Domingos Francisco					
p. 322	Foro:	100 rs. e 3 galinhas					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Afonso Gomes, lavrador						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas (em conjunto com mais outra casa)						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro de acesso à várzea						
Nascente:	Afonso Gomes, lavrador						
Poente:	Dário Fernandes, ferreiro						
Informação complementar	Edificada em 1529						

RN15	<i>Item outras casas teReas que são duas com seu quimtall detras partem do norte com Rua nova, e do sull com caReiro e servintia e do poemte com casas do dito ospitall que tras dioguo garçia e o quimtall parte com o quymtall que tras marta fernãodez viuva e do levamte parte com pedr allvariz, tem as casas de comprido oito varas e quarta, e de llarguo quoaatro, e o quimtall tem de comprido dezasete varas, e de larguo oyto, as quais casas e quymtall tras mari'allvariz cozinheira em sua vida somente, e emquãoto servir o ospitall não pagara nada e deposi que o não servir pagara çem reais e tres gallinhas todos os anos por nosa senhora d aguosto, francisco coelho escrivão o escrevj, faria bulhão, pessoa, gresostemo diaz,,. a antonia fea em 3 vidas de que he a primeira, paga çem reais e uma gallinha //</i>						
1575							
fl. 60							
Foreiro:	Maria Álvares e Antónia Feia						
Foro:	100 rs. e 3 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	8,8	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	204,46
Outra:	27,77	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Pedro Álvares						
Poente:	Diogo Garcia e quintal de Marta Fernandes						
1656:	Foreiro:	João Luis, esteireiro					
p. 322-323	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Dário Fernandes, ferreiro						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro de acesso à várzea						
Nascente:	Afonso Gomes, lavrador						
Poente:	Dário Fernandes, besteiro						
Informação suplementar	Edificada em 1525						

RN16	<i>Item outras casas teReas que são duas, partem do norte com Rua nova, e do sull com quimtall do dito ospitall que tras maria allvariz, e do levamte com casas do dito ospitall que tras a dita maria allvariz e do poemte com casas do dyto ospitall que tras marta fernãodez: tem de comprido oito varas e quarta: e de llarguo quootro varas, as quais tras aforadas diogo garçia homem do allmoxarifado elle e sua molher maria gill primeira e segumda, e pagão de foro todos os annos por nosa senhora d agousto, çem reais e tres gallynhas francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pesoa, grisostemo diaz,, – e o que deRedeiro ficar ha de nomear terceira somente,,.</i>							
1575								
fl. 60v								
Foreiro:	Diogo Garcia, homem do almoxarifado, Maria Gil							
Foro:	100 rs. e 3 galinhas							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4		Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	39,9
Outra:	9,07		Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:								
Norte:	Rua Nova							
Sul:	Quintal de Maria Álvares							
Nascente:	Maria Álvares							
Poente:	Marta Fernandes							
1656:	Foreiro:	João Rodrigues de Óbidos						
p. 324	Foro:	100 rs. e 2 galinhas e 1 frango						
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>							
fl. 93v.								
Foreiro:	Dário Fernandes, besteiro							
Foro:	100 rs. e 1 galinha							
Confrontações:								
Norte:	Rua Nova							
Sul:	Quintal de Dário Fernandes, ferreiro							
Nascente:	Dário Fernandes, ferreiro							
Poente:	Duarte Girão, enfermeiro, Marta Girão							
Informação complementar	Edificada em 1525							

RN17	<i>Item outras casas teReas, com seu quimtall que são duas casas partem do norte com Rua nova, e do sull com servintia e do poemte com casas do dito ospital que tras marta fernãodez e do levante com diogo garçia tem de comprido dezasete varas, e quarta, e de llarguo quoatro, e o quymtall tem de comprido dezasete varas e de llargo oito, as quais casas tras aforadas marta fernãodez viuva molher que foi de duarte girão, em tres vidas das quais he a segunda e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto çem reais e hua galinha,.</i>						
1575							
fl. 60v							
Foreiro:	Marta Fernandes, viúva de Duarte Girão						
Foro:	100 rs. e 1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	8,8	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	204,46
Outra:	27,77	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Diogo Garcia						
Poente:	Marta Fernandes						
1656:	Foreiro:	João Rodrigues de Óbidos					
p. 324	Foro:	100 rs. e 2 galinhas e 1 frango					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Duarte Girão, enfermeiro, Marta Fernandes						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Dário Fernandes, besteiro						
Poente:	Duarte Girão						
Informação suplementar	Edificada em 1529						

RN18	<i>Item outras casas teReas, sem quimtall na mesma coRemte, partem do norte com Rua nova e do sull com quymtall acima decllarado, e do levante com casas do dito ospitall açima que tras marta fernãodez, e do poente com casas do dito diguo com casas do dito ospitall que tras amtonio vaaz feRador, tem de comprido oito varas, e quarta e de llargo, quoaatro, as quais casas tras aforadas a dita marta fernãodez em tres vidas das quais he a segumda e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha,</i>						
1575							
fl. 60v							
Foreiro:	Marta Fernandes, viúva de Duarte Girão						
Foro:	100 rs. e 1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4	Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	39,9
Outra:	9,07	Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Quintal de Marta Fernandes						
Nascente:	Marta Fernandes						
Poente:	António Vaz, ferrador						
1656:	Foreiro:	Maria Dias, escolhedeira					
p. 325	Foro:	100 rs. e 1 galinha					
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>						
fl: 93v.							
Foreiro:	Duarte Girão, enfermeiro e alfaiate, Marta Girão						
Foro:	200 rs. e 2 galinhas						
Confrontações:							
Norte:	Rua Nova						
Sul:	Carreiro						
Nascente:	Duarte Girão						
Poente:							
Informação suplementar	Edificada em 1529						

RN19	<i>Item outras casas terreas hua dientejra e outra traseira partem [sic] do norte com Rua nova e o quimtall parte do sul com servintia e do poente com servjntia pera as vinhas e do levamte com casas do mesmo ospitall, que tras marta ffernandez, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quatro: as quais casas são aforadas a amtonio vaaz ferrador em tres vidas das quais he a primejra e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agoosto çem reais e hua gallinha</i>							
1575								
fl. 61								
Foreiro:	António Vaz, ferrador							
Foro:	100 rs. e 1 galinha							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	4,4		Rua:	4,4	Pisos:	1	Total:	
Outra:			Outra:	9,07	Divisões:	2	Implantação:	39,9
Confrontações:								
Norte:	Rua Nova							
Sul:	Carreiro							
Nascente:	Marta Fernandes							
Poente:	Carreiro para a várzea							
1656:	Foreiro:							
	Foro:							
1532:	<i>Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito espirital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall,</i>							
fl: 93v.								
Foreiro:								
Foro:								
Confrontações:								
Norte:	Rua Nova							
Sul:	Carreiro							
Nascente:	Duarte Girão							
Poente:	Carreiro							
Informação suplementar	Provavelmente fora alienada antes de 1656							

Confinante Sul do Hospital (junto ao Hospital dos Peregrinos):

HP1	<i>Item huas casas sobradadas, com seu qymtal qu estão na praça desta vylla os quais quymtais e chão tem detras diamte e nas ylhargas, partem do norte com aguoa quente e paço do conselho, e com praça e do levante com casas dos peregrinos: e vay do soão partimdo com quimtais damdre allvariz e com pero fernãodez oleiro e do sull emtesta com pumar de françisco gomez ate emtestar com quymtais dos erdeiros de bastiam piriz, ate tornar a emtestar na aguoa quente e amtre o chão do dito ospitall vay outro proprio do dito francisco gomez ao lomguo dos erdeiros do dito bastiam piriz, e tem o do ospitall do comprido, coremta e tres varas e de larguo polla parte do sull doze varas e sesma e pola parte d augua tem de largo vymte e sete varas e duas terças, as quais casas e quimtall tras o dito francisco guomez aforadas em tres vjdas das quoadis he a primeira pessoa e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto duzentos reais e tres gallinhas, e tem de comprido polla parte do levante trimta e nove varas,</i>						
1575							
fl. 64v							
Foreiro:	Francisco Gomes						
Foro:	200 rs. e 3 galinhas em conjunto com PN2						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	13,32	Rua:		Pisos:	2	Total:	630,1
Outra:	47,3	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Hospital						
Sul:	Pomar de Francisco Gomes e herdeiros de Bastião Pires						
Nascente:	Hospital do Peregrinos						
Poente:	André Álvares e Pero Fernandes						
1656:	Uso:	Estrebaria do Hospital					
p. 336	Foro:						
1532:							
Proprietário:	João de Coja, almoxarife						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Hospital						
Sul:							
Nascente:	Hospital do Peregrinos						
Poente:							
Informação suplementar	Esta seria uma das primeiras propriedades privadas das Caldas, sendo casa de Leonor Eanes, sesmeira na Várzea. Será vendida a João de Coja que a doou ao Hospital por testamento. Foi aforada ao seu neto Francisco Gomes.						

HP2	<i>Item huas casas sobradadas, com seu qymtal qu estão na praça desta vylla os quais quymtais e chão tem detras diamte e nas ylhargas, partem do norte com aguoa quemte e paço do comselho, e com praça e do levante com casas dos peregrinos: e vay do soão partimdo com quimtais damdre allvariz e com pero fernãodez oleiro e do sull emtesta com pumar de françisco gomez ate emtestar com quymtais dos erdeiros de bastiam piriz, ate tornar a emtestar na aguo quemte e amtre o chão do dito ospitall vay outro proprio do dito francisco gomez ao lomguo dos erdeiros do dito bastiam piriz, e tem o do ospitall do comprido, coremta e tres varas e de larguo polla parte do sull doze varas e sesma e pola parte d augua tem de largo vymte e sete varas e duas terças, as quais casas e quimtall tras o dito francisco guomez aforadas em tres vjdas das quoaís he a primeira pessoa e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto duzemos reais e tres gallinhas, e tem de comprido polla parte do levante trimta e nove varas,</i>						
1575							
fl. 64v							
Foreiro:	Francisco Gomes						
Foro:	200 rs. e 3 galinhas em conjunto com HP1						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	30,39	Rua:		Pisos:	2	Total:	1303,7
Outra:	42,9	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Hospital						
Sul:	Pomar de Francisco Gomes e herdeiros de Bastião Pires						
Nascente:	Hospital do Peregrinos						
Poente:	André Álvares e Pero Fernandes						
1656:	Uso:	Estrebaria do Hospital					
p. 336-337	Foro:						
1532:	<i>Item Junto da praça da dita Villa das Calldas tem o dito esprital huum asentamento de casas sobradadas com sua estrebarja e palheiro que estam hapartadas doutras casas he hedificadas em chão do dito esprital ho quall chão e erança do esprital parte do soam com erdeiros de pero gonçalvez boticaíro e de Lourenço estevez e do agujam com o Ribeiro d agoa quente, e da travesya com erdeiros de Joam fernandez teçelão e do abrjgo com Joam de coJa,. ho qual chão tem de comprido çimquoenta e duas Varas e de largo trjnta sejs Varas. //</i>						
fl. 94							
Foreiro:	João de Coja, almoxarife						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Hospital						
Sul:	Pero Gonçalves, boticário						
Nascente:	João de Coja						
Poente:	Herdeiros de João Fernandes, tecelão						
Informação suplementar	Foram doadas em testamento por Leonor Eanes ao Hospital, contíguo com HP1, daí que surjam em conjunto no Tombo de 1575. A soma das dimensões de HP1 e HP2 é superior às dimensões referidas no Tombo de 1532, por isso consideraram-						

HP3	<i>Item huu chãõ em que estão huas casas sobradadas que são duas que nam estão ajmda acabadas que estão açima, do chafaris que de todas as partes, partem, com Ruas pubricas, tem de comprido da bamda do soão da parte d amdre alvariz, e damtonio diaz doze varas, e de comprimento da bamda da travesia doze varas e mea, e tem de larguo da bamda do norte seis varas e mea e tem de larguo da bamda do sul cinco varas as quais casas foram medidas por fora e são aforadas a dominguos Rodriguez ortelão emfateosim e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto hu bom framgam:</i>							
1575								
fl. 65								
Foreiro:	Domingos Rodrigues, hortelão							
Foro:	1 frango							
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:		
Rua:	13,2	Rua:	13,2	Pisos:	2	Total:	84,38	
Outra:	7,15 (5,5)	Outra:	7,15 (5,5)	Divisões:	2	Implantação:	84,38	
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Rua (André Álvares e António Dias)							
Nascente:	Rua							
Poente:	Rua (Nova)							
1656:	Uso:							
	Foro:							
1532:	<i>Item Ahy llogo Jumto em o dito espirital huã morada de casas que comprou a molher de llopo periz pichaleiro com seu qujntall as quaes sam tres casas sobradadas com suas logeas e majs outras duas casas tereas, ho qual asentamento com seu qujntal parte do soam agujam e ponente com Ruas pubrjcas, e do sul com casas e qujntal de lopo martjnz carpinteiro.,.</i>							
fl. 94								
Foreiro:	Lopo Peres, picheleiro							
Foro:								
Confrontações:								
Norte:	Rua							
Sul:	Lopo Martins, carpinteiro							
Nascente:	Rua							
Poente:	Rua (Nova)							
Informação complementar	Não encontramos referências a esta propriedade em Jorge de S. Paulo, deverá ter sido alienada. Esta propriedade seria no actual Largo D. Manuel.							

HP4	<i>Item huas casas terreas que são duas casas que estão acima do chafaris partem de todas as partes com Rua pubrica tem de comprido com seu chão pola banda de cima dezaseis varas e pola bamda do sul dezasete varas e diante tem onze varas e mea porque estaa quasi em triangollo: as quais casas são aforadas [a] emfatiota e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agoosto hum frangão francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pessoa, grisostemo diaz,,. sam aforadas emfateosim a francisco do couto que lhe deu o hospital e cham e elle fez as casas //</i>						
1575							
fl. 61v							
Foreiro:	Francisco do Couto, enfermeiro						
Foro:	1 frango						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:	17,6 (18,7)	Rua:	17,6 (18,7)	Pisos:	1	Total:	118,27
Outra:	12,65	Outra:	12,65	Divisões:	2	Implantação:	118,27
Confrontações:							
Norte:	Rossio junto ao chafariz						
Sul:	Travessa da Rua Nova						
Nascente:	Rua (junto a S. Silvestre)						
Poente:	Rua Nova						
1656:	Foreiro:	Lourenço de Basto, enfermeiro					
p. 337	Foro:	1 frango					
1532:	<i>Item hum çaRadinho d orta e pumar que esta ao tanque donde vem a agoa pera ho chafaris da praça desta Villa das Calldas ho quall he todo çaRado sobre sy que foy de Joam fernandez teçelão morador nesta Villa,.</i>						
fl. 95							
Proprietário:	João Ferdandes, tecelão						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Rossio junto ao chafariz						
Sul:	Travessa da Rua Nova						
Nascente:	Rua (junto a S. Silvestre)						
Poente:	Rua Nova						
Informação suplementar	Era uma horta e pomar cercado e foi aforado pela primeira vez em 1571 ao enfermeiro Francisco do Couto, filho do enfermeiro António do Couto.						

Rossio do Espírito Santo (Rossio das Vacas):

ES1	<i>Item outras casas sobradadas que estão demtro nesta vyla abaixo do espiritu samto, que são duas casas sobradadas com duas logeas pera baixo, e sam aforadas emfateosim e paga se dellas duas gallinhas de foro ao dito ospital por nosa senhora d agoosto: as quais, tras ora peo francisco capateiro desta vylla e partem do norte com migell Jorge, e do sul com Rua publica e do levamte com quintall do mesmo ospital e do poente com serventia pera os fornos do dito ospital tem de comprido omze varas e tres quartas menos tres dedos e de larguo, seis varas e hua oitava, medidas por a bamda de fora.,</i>						
1575							
fl. 57							
Foreiro:	Pero Francisco, sapateiro						
Foro:	2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	12,92	Rua:	12,92	Pisos:	2	Total:	86,95
Outra:	6,63	Outra:	6,63	Divisões:	2	Implantação:	86,95
Confrontações:							
Norte:	Miguel Jorge						
Sul:	Rua entre a ermida de S. Silvestre e a capela do Espírito Santo						
Nascente:	Quintal do Hospital (Horta)						
Poente:	Serventia para os fornos do Hospital						
1656:	Foreiro:	Rafael de Medeiros					
p. 325-326	Foro:	2 galinhas					
1532:							
Foreiro:	Pedro Eanes, carpinteiro						
Foro:	2 galinhas						
Confrontações:							
Norte:	Afonso Peres de Penela (vd. ES2)						
Sul:	Rua						
Nascente:	Horta do Hospital						
Poente:	Serventia para os fornos						
Informação complementar	Dadas por sesmaria em 1529 a Pedro Eanes o qual fez uma atafona nestas casas em 1532						

ES2	<i>Item huu quintall pegado com as ditas casas açima que, he do mesmo foro e das mesmas Casas, o quall parte do norte com migell jorge, e com quintall do mesmo ospital que tras o dito migell jorge, e com o muro da orta do mesmo ospitall, e do sull com Rua publica, e do poemte com as casas açima e do levante com francisco vaaz capateiro e com Roçio tem de comprido pola parte da Rua, omze varas menos hua oitava e polla parte do norte, sete varas e mea sesma, e de larguo medido ao lomguo do Roçio treze varas: o quall quyntall amda Juntamente, com as casas açima ffrancisco coelho e escreuy, faria, bulhão, pessoa gresostemo diaz,,... destas casas e quintal se pagua ao ospitall cad ano duas galinhas emfateosim e tra llas guaspar marquez carpynteiro da dita villa,,.</i>						
1575							
fl. 57							
Foreiro:	Gaspar Marques, carpinteiro						
Foro:	2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	14,3	Rua:		Pisos:		Total:	174,89
Outra:	12,23	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Miguel Jorge						
Sul:	Rua entre a ermida de S. Silvestre e a capela do Espírito Santo						
Nascente:	Francisco Vaz, sapateiro						
Poente:	Pero Francisco						
1656:	Foreiro:	Rafael de Medeiros					
p. 325	Foro:	2 galinhas (em conjunto com ES1)					
1532:	<i>huu pedaço de qujntall que parte do sull com casa J qujntal de pedr eannes carpinteiro e do soam com carado da orta do esprital e do norte e travesya com casa e qujntal de afonso periz penela e com Rua publica,.</i>						
fl. 94v							
Foreiro:	Pedro Eanes, carpinteiro						
Foro:	2 galinhas (em conjunto com ES1)						
Confrontações:							
Norte:	Afonso Peres de Penela						
Sul:	Rua						
Nascente:	Horta do Hospital						
Poente:	Serventia para os fornos						
Informação suplementar	Este quintal estava integrado no foro da ES1						

ES3	<i>Item logo ahi outro chão, o qual parte do norte com orta do ospitall e do sull com Roçio do comselho, e do levamte com canno de aguoa, e do poemte com o quimtall atras, que tras o dito pero francisco tem este chão de comprido nove varas e mea nenos hua polegada, e de larguo tem oito varas e meo: o qual francisco vaaz capateiro aforado emfateosim e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto hum framgão,,.</i>						
1575							
fl. 57v							
Foreiro:	Francisco Vaz, sapateiro						
Foro:	1 frango						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	10,35	Rua:		Pisos:		Total:	96,77
Outra:	9,35	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Horta do Hospital						
Sul:	Rossio do Concelho						
Nascente:	Cano de água						
Poente:	Pero Francisco						
1656:	Foreiro:	António da Rocha, boticário					
p. 340	Foro:	2 galinhas					
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Horta do Hospital						
Sul:	Rossio do Concelho						
Nascente:	Cano de água						
Poente:							
Informação suplementar	Aforado em 1564						

ES4	<i>Item outro quintall atras, dentro da villa, abaixo do espirito samcto parte do norte sul e levante com Ruas pubricas, e do poente com casas do dito ospital que tras ora, antonio dias oleyro o qual tem de comprido medido polo meio quimze varas e hua terça e de larguo – na ponta tres varas e quarta, menos dous dedos: o qual quimtal tras ora o dito amtonio diaz em tres pessoas das quais he a primeira e paga de foro cada ano por nosa senhora d aguosto hua galinha e hum framgão e estava todo tapado de parede.</i>						
1575							
fl. 57v							
Foreiro:	António Dias						
Foro:	1 galinha e 1 frango						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	3,3	Rua:		Pisos:		Total:	55,63
Outra:	16,86	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua						
Nascente:	Rua						
Poente:	António Dias, oleiro						
1656:	Foreiro:						
	Foro:						
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Rua						
Sul:	Rua						
Nascente:	Rua						
Poente:							
Informação suplementar	Desconhecido						

ES5	Item huu quymtall que esta detras das casas de pero taborda que se desnembrou, do quimtall açima d amtonio diaz o qual parte do norte com casas do dito ospital que traz amtonio diaz e do sul com Rua pubrica e do levãote com o quimtall acyma declarado, e do poente com casas do dito pero taborda tem de comprimento medido pola parte de fora da Rua sete varas e tres quartas, e de largo cinco varas e tres quartas, e demtro desta demarcação estaa hua cazinha de forno, o quoall tras o dito pero taborda,						
1575							
fl. 57v							
Foreiro:	Pero de Taborda						
Foro:							
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	6,32	Rua:		Pisos:		Total:	50,24
Outra:	7,95	Outra:		Divisões:		Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	António Dias						
Sul:	Rua						
Nascente:	Quintal de António Dias						
Poente:	Pero de Taborda						
1656:	Foreiro:	Julião Antunes					
p. 326-327	Foro:						
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:							
Sul:	Rua						
Nascente:							
Poente:							
Informação complementar	Sesmaria feita em 1572						

ES6	<i>Item huas casas teReas com seu chão qu esta junto do espiritu sancto parte do norte com orta do ospitall que trazem os padres e do sull com Rocio e do poemte emtesta no cano d agoa, e em çima emtesta em chão do dito ospitall que tras dioguo garçia, tem de comprido cinco varas e duas terças da parte de çima e da parte do canno, tem de larguo seis varas, as quais casas e chão tras pero taborda boticario deste ospitall aforadas emfateosim e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto hum framgam,</i>							
1575								
fl. 64								
Foreiro:	Pero de Taborda							
Foro:	1 frango							
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	6,16		Rua:	6,16	Pisos:	1	Total:	40,65
Outra:	6,6		Outra:	6,6	Divisões:	2	Implantação:	40,65
Confrontações:								
Norte:	Horta do Hospital							
Sul:	Rossio do Espírito Santo							
Nascente:	Diogo Garcia							
Poente:	Cano de Água							
1656:	Foreiro:	Gaspar Calheiros, escrivão da câmara						
p. 326	Foro:							
1532:								
Foreiro:								
Foro:								
Confrontações:								
Norte:								
Sul:	Rua							
Nascente:								
Poente:								
Informação complementar	Sesmaria feita em 1574							

ES7	<i>Item loguo ahi pegado hum chãozinho que parte do norte com orta do dito ospitall e do sull com Roçio e do levamte com servimtia pera a porta da cerca e do poemte com chão que tras pero taborda que he do mesmo ospitall e tem de largo sete varas e quarta, o quall chão, tras aforado o dito pero taborda, emfateosim com o outro chão acima de que paga somente o framgão</i>									
1575										
fl. 57v										
Foreiro:		Pero de Taborda								
Foro:		1 frango (em conjunto com ES6)								
Dimensões totais da propriedade:				Dimensões da construção:				Áreas:		
Rua:	7,97			Rua:		Pisos:		Total:		
Outra:				Outra:		Divisões:		Implantação:		
Confrontações:										
Norte:		Horta do Hospital								
Sul:		Rossio do Espírito Santo								
Nascente:		Serventia para a porta da Cerca								
Poente:		Pero de Taborda								
1656:	Foreiro:	Julião Antunes								
p. 326-327	Foro:									
1532:										
Foreiro:										
Foro:										
Confrontações:										
Norte:										
Sul:		Rua								
Nascente:										
Poente:										
Informação suplementar		Em conjunto com ES6								

ES8	<i>Item detras do spirituo sancto huas casas e chão em que estão cassas comesadas as quais partem do norte com Roçio do spirito sancto e do sul com azinhaga que estaa antre estas casas e amtonio fernandez ferreiro e do levamte com terra propria de francisco antunez e do poemte com Roçio do Concelho tem de comprido casas feitas e chão onde estão comesadas outras, dezasseis varas, e mea e de larguo doze varas, e duas terças e as casas são duas terreas, e são aforadas a francisco antunez carpinteiro emfateosim e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agoosto duas gallinhas:</i>						
1575							
fl. 61							
Foreiro:	Francisco Antunes						
Foro:	2 galinhas						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	18,15	Rua:		Pisos:	1	Total:	253,35
Outra:	13,96	Outra:		Divisões:	2	Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Rossio do Espírito Santo						
Sul:	Azinhaga						
Nascente:	Francisco Antunes, não foreiro						
Poente:	Rossio do Concelho						
1656:	Foreiro:	Domingos Pereira, enfermeiro					
p. 327	Foro:	2 galinhas					
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Rossio do Espírito Santo						
Sul:	Azinhaga						
Nascente:	Francisco Antunes, não foreiro						
Poente:	Rossio						
Informação suplementar	Sesmaria feita em 1560						

ES9	<i>Item huas casas sobradadas e teReas com seu chão detras, e testada diamte, qu estão no Rocio do espritu samcto, as quais partem do levamte com casas proprias d amtonio fernãodez feReiro e do sul com Rua pubrica e do norte com francisco amtunez, e do poemte com Roçio do espittitu samto, tem de comprido pola parte do poemte dezaseis varas, e pola parte do levamte vimte e seis varas, e de largo polla parte do norte doze varas e hua oitava e polla parte da Rua do sull tem llargo treze varas e quarta medido todo de marco a marco, as quais casas e chão tras aforadas amtonio fernãodez ferreiro enfateosim e paga de foro todos os annos por nosa Senhora d agosto hum frangão:</i>						
1575							
fl. 64v							
Foreiro:	António Fernandes, ferreiro						
Foro:	1 frango						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	17,73	Rua:		Pisos:	2	Total:	261,34
Outra:	14,74	Outra:		Divisões:	2	Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	Francisco Antunes						
Sul:	Rua						
Nascente:	António Fernandes						
Poente:	Rossio do Espírito Santo						
1656:	Foreiro:	Joana Rodrigues					
p. 328	Foro:	1 galinha e um frango					
1532:							
proprietário:	João Vieira, vigário						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:							
Sul:	Rua						
Nascente:							
Poente:	Rossio do Espírito Santo						
Informação complementar	João Vieira deixou esta propriedade em testamento, tendo sido aforada a primeira vez em 1555.						

VS2	<i>Item outras casas com seu quimtal que estão junto da torre dos sinos, pegadas com as casas da call partem do norte com as ditas casas, da cal em que ora Vive dioguo vaz, çapateiro e do sul com migel jorge, e do levante com muro da orta do mesmo ospital, e do poente com Rua publica que vai ao longuo do adro, tem todo de larguo ao longo, da face da Rua cinco varas e çinco sesmas e mea, e tem mais hu camtinho as quais casas e quintal tras tãobem aforadas o dito migel jorge juntamente no foro atras de seteçentos reais duas gallinhas e hum frangão: em tres vidas das quais he a prymeira</i>						
1575							
fl. 61v							
Foreiro:	Miguel Jorge						
Foro:	Em conjunto com o foro da ES7						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	5,73		Rua:		Pisos:	1	Total:
Outra:			Outra:		Divisões:		Implantação:
Confrontações:							
Norte:	Diogo Vaz						
Sul:	Miguel Jorge						
Nascente:	Horta do Hospital						
Poente:	Rua (Volta dos Sinos)						
1656:	Foreiro:	António da Rocha, boticário					
p. 341	Foro:	2 galinhas					
1532:	<i>Item Lloguo ahy Junto dos ditos aposentos estan duãs casas tereas do dito espritall apegadas com o serco das galinhas e com huum qujntal de Joam do rrego.</i>						
fl. 93v							
Foreiro:	Marido de Leonor Álvares (esta aforou as casas da Cal em 1564)						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Casas da Cal						
Sul:	João do Rego						
Nascente:	Horta do Hospital						
Poente:	Rua (Volta dos Sinos)						
Informação suplementar							

V55	<i>Item huu quimtall qu esta junto das ditas casas: o quoall esta todoo [sic] çercado de parede, parte do norte com muro da orta do dito ospital e do sull com casas atras decllaradas, que tras lyanor allvariz, e do poemte com Rua pubrica, tem de comprido pola façe da Rua quimze varas, e de larguo polla bamda mais llarga sete varas e vay espreitando que tem hua vara na pomta, o qual chão foy aforado a dioguo vâaz çapateiro e paga de foro delle todos os annos por nosa senhora d aguosto huua boa gallinha,</i>						
1575							
fl. 63							
Foreiro:	Diogo Vaz, sapateiro						
Foro:	1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:			Dimensões da construção:			Áreas:	
Rua:	16,5		Rua:		Pisos:		Total: 71,77
Outra:	7,7 (1.1)		Outra:		Divisões:		Implantação:
Confrontações:							
Norte:	Horta do Hospital						
Sul:	Leonor Álvares						
Nascente:							
Poente:	Volta dos Sinos						
1656:	Foreiro:	António da Rocha, boticário					
p. 340-341	Foro:	2 galinhas					
1532:							
Foreiro:							
Foro:							
Confrontações:							
Norte:	Horta do Hospital						
Sul:	Casa da Cal						
Nascente:							
Poente:	Volta dos Sinos						
Informação suplementar	Julgamos que este quintal fazia parte da Horta, no terreno utilizado pelo estaleiro das obras do Hospital						

R3	<i>Item outras casas teReas que são tres casas com seu arneyro detras e da ilharga, as quais estão Junto das casas do porteiro, e partem do norte com amtonio bras, lavrador e morador nesta vylla das caldas, e em çima com pero do basto ferreiro e do sull com chão de britiz esteves e do levamte com Roçio e estrada do Concelho e do poemte emtesta em estrada do Concelho, tem todo de comprimento asi casas como arneyro, omde estão cincoenta e tres varas e mea medida da parte do sull e do norte tem setemta e tres varas e de largo, tem pola parte do Roçio vymte varas e duas terças e por parte da estrada tem coremta cinco varas e duas terças as quais casas tras aforadas pedr allvariz molejro em tres vidas elle he a primeira e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto, hua boa gallinha</i>						
1575							
fl. 62v							
Foreiro:	Pedro Álvares, moleiro						
Foro:	1 galinha						
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:			Áreas:		
Rua:	22,66	Rua:		Pisos:	1	Total:	1576,56
Outra:	58,85 (80,3)	Outra:		Divisões:	2	Implantação:	
Confrontações:							
Norte:	António Brás, lavrador						
Sul:	Beatriz Esteves						
Nascente:	Rossio						
Poente:	Estrada						
1656:	Foreiro:	João da Serra de Moraes					
p. 330	Foro:	1 galinha					
1532:							
Proprietário:	Afonso Dias, Sombreeiro						
Foro:							
Confrontações:							
Norte:							
Sul:							
Nascente:	Rossio						
Poente:	Estrada						
Informação complementar	Afonso Dias deixou em testamento esta propriedade em 1534. Foi inicialmente aforada a Vasco do Couto, com o foro de 1 galinha.						

R4	<i>Item huas casas sobradadas com outras começadas hy pegado em ellas .s. hua casa sobradada soo em cima e outra por baixo que he a logea, e as começadas sam duas, as quais estão no Roçio com seu chão detras e quymtall, o que todo parte do norte com pero do basto, e do sull com Roçio e do levamte com simão vãaz e do poemte com amtonio bras e vay amtre o dito amtonio braz hua servymtia que he damtre ambos, tem as casas sobradadas e começadas de comprido ate a parede das casas do dito amtonio bras dezasete varas emtramdo, a servymtia porque declaro que lhe todas destas casas e nelas não tem o dito amtonio bras nada, e de llargo tem sseis varas e sesma medidas por fora., e o chão e quymtall tem de comprido pola parte do levamte omde faz huu camto, comprido trimta e sete varas e mea, e pola parte do poemte tem trinta, e tres varas e de llarguo em çima tem catorze varas e mea, e em baixo junto das casas tem dezasete varas as quais casas, quimtall e chão tras aforado enfatiota afomso fernãodez çapateiro e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto tres gallynhas e duzia e mea d ovos,</i>							
1575								
fl. 63v								
Foreiro:	Afonso Fernandes, sapateiro							
Foro:	3 galinhas e 18 ovos							
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:		
Rua:	6,78	Rua:	6,78	Pisos:	2	Total:	354,25	
Outra:	59,95 (36,3 e 15,95)	Outra:	18,7	Divisões:	2	Implantação:	126,78	
Confrontações:								
Norte:	Pero do Basto							
Sul:	Rossio							
Nascente:	Simão Vaz							
Poente:	António Brás							
1656:	Foreiro:	João Gomes, capelão						
p. 332	Foro:	1 galinha e 6 ovos						
1532:	<i>Item No cabo do Resio da dita Vila da parte do norte esta huum chão do dito esprital que foy bacelo amtigo que parte do soam com terra e eramça que foy do framçees e do agujam e travesya com estrada que vay d obidos pera cornagua, e do abrijguo com o dito resyo., E A mor parte deste chão he dado e aforado enfatiota pera moradas de casas., com foro de huã galinha e mea duzia de ovos de cada morada em cada huum Anno.,</i>							
fl. 95								
Foreiro:	Lourenço Peres, almocreve							
Foro:								
Confrontações:								
Norte:	Rua do Cabo da Vila							
Sul:	Rossio							
Nascente:	Beatriz Vaz							
Poente:	Herdeiros do francês							
Informação suplementar	Inicialmente era contígua com R2, R1.							

TG2	<i>Item loguo hy pegado nas ditas casas outras tres casas sobradadas, qu estão de tras das casas acima com tres logeas, por bayxo partem do norte com Rua do conselho, e asi da travesia ,,,</i>						
1575							
fl. 56							
Foreiro:		Casas dos oficiais					
Foro:							
Dimensões totais da propriedade:		Dimensões da construção:				Áreas:	
Rua:		Rua:		Pisos:	2	Total:	
Outra:		Outra:		Divisões:	3	Implantação:	
Confrontações:							
Norte:		Rua do Concelho					
Sul:							
Nascente:							
Poente:		Rua					
1656:		Foreiro:					
Tomo. 1 p. 190		Foro:					
1532:	<i>Item Majs tres moradas de casas que vão Junto das ditas casas da Rouparja ao longo da praça em que pousão os officiaes do espirital .sscilicet. na primeira morada, o boticaíro e a [sic] na segunda o ficiquo e na terceira ho esprivão, he cada huã destas moradas tem tres casas .sscilicet. sala, e cosyinha, e camara em çima.</i>						
fl. 93							
Foreiro:		Boticário, médico, escrivão.					
Foro:							
Confrontações:							
Norte:							
Sul:							
Nascente:							
Poente:							
Informação complementar	Não compreendemos a razão pela qual no Tombo de 1575 não aparecem descritas as casas dos oficiais do Hospital.						

5.2. A definição da dimensão da habitação, da oficina e do quintal unifamiliar

*“O tema da casa familiar ou do espaço de habitar «doméstico» é um dos mais centrais para a caracterização de um património cultural construído. Por um lado, pela quantidade significativa e pela tipificação que atingem os exemplos analisáveis, por outro porque é nessa área que se concentra e afirma muita da expressão «íntima» e do entendimento profundo do espaço arquitectónico pela comunidade – afinal o que nos permite entender como esse colectivo «sente» a adequada utilização do espaço, em articulação com um quotidiano.”*⁵⁶¹

Na citação de abertura do capítulo 5.⁵⁶², Jorge de S. Paulo resume a evolução do património urbano do Hospital em dois formatos distintos: por um lado, as casas que o Hospital construiu para aforar, por outro, as propriedades que a Instituição recebeu por doação ou testamento dos primeiros habitantes. Fora desta contagem ficam as construções que as moradores fizeram à sua custa, sobre os quais, excepto se tiverem sido alienadas ao Hospital, não encontrámos testemunhos.

*“Pera a parte do Norte se situaram as cazas do Enfermeiro Mor sobre a abobada de tijolo, serventia ordinaria da villa. Desta abobada pera o occidente se seguem os apoentos apraziveis do Escrivão da Real fazenda deste Hospital concedidos pella Raynha a toda a pessoa aquem o Provedor conceder a propriedade deste officio, como tambem deaignou cazas proprias na mesma paragem ao Medico e Boticario,”*⁵⁶³

As primeiras casas construídas pela Instituição destinavam-se aos seus oficiais, situando-as na confinante Norte do corpo hospitalar. Distribuídas ao longo de uma rua, em que, do lado Sul (confrontando com o Hospital) ficava a casa do médico e do boticário; estas foram demolidas em 1527 quando da ampliação do edifício hospitalar⁵⁶⁴, transferindo os seus ocupantes para o lado oposto da rua⁵⁶⁵. Aí, além da casa dos dois oficiais já referidos,⁵⁶⁶ ficavam ainda as casas do tabelião⁵⁶⁷, escrivão e do enfermeiro-mor. Esta última confinava com a entrada da varanda do hospital e desenvolvia-se sobre uma arcada, contígua à casa dos hospitaleiros⁵⁶⁸ e com uma

⁵⁶¹ José Manuel Fernandes – *Cidades e casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do século XV ao século XVIII*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Porto: FAUP Publicações, 1996. p. 215.

⁵⁶² Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. pp. 311-312.

⁵⁶³ Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 190.

⁵⁶⁴ Vd. capítulos 8.2. da segunda parte.

⁵⁶⁵ Além de ter ampliado o hospital, esta obra irá alargar a rua criando o Terreiro da Cruz Nova. Vd. capítulo 7.3. da segunda parte.

⁵⁶⁶ Mais próximas da casa dos provedores (para Nascente).

⁵⁶⁷ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 190.

⁵⁶⁸ Lembremos que o roupeiro vivia na casa da rouparia.

varanda virada a Sul sobranceira ao bloco da rouparia⁵⁶⁹. Sobre estas casas, além da já referida inserção urbana, conhecemos também a sua tipologia:

*“Item Majs tres moradas de casas que vão Junto das ditas casas da Rouparja ao longo da praça em que pousão os officiaes do esprital .sscilicet. na primeira morada, o boticaio e a [sic] na segunda o fiquo e na terceira ho esprivão, he cada huã destas moradas tem tres casas .sscilicet. sala, e cosynha, e camara em çima.”*⁵⁷⁰

Assim, seriam casas de dois pisos, em que ao nível da entrada se desenvolvia a sala e a cozinha e no sobrado superior o quarto, independentizando assim os espaços passíveis de um usufruto social com o piso superior mais intimista.⁵⁷¹

No lado oposto do edifício do hospital desenvolveu-se o primeiro núcleo de casas a aforar, enformando a Rua Nova, na qual, ao topo, se construiu a única casa que «destoava» da tipologia das restantes no arruamento⁵⁷²: a casa do vigário, a qual, sabemos que foi dada a João Vieira pela rainha logo em 1500⁵⁷³:

*“Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito esprital deez moradas de casas de cada bamda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall, tirando o primeiro aposentamento de parte do soam em que pousa ho Vigairo da Jgreja do dito esprital que he sobradada he tem majs huã casa d estrebarja..”*⁵⁷⁴

Esta casa teria a mesma morfologia das dos restantes oficiais⁵⁷⁵, mas incluía um anexo para estrebaria. A propriedade manteve-se a uso dos vigários do Hospital até à morte de Bernardo de Castanheda em 1555⁵⁷⁶. Como está descrita no Tombo de 1575,

⁵⁶⁹ Vd. citação anterior e também no item da rouparia no Tombo de 1532 *“Item huãs casas grandes de dous sobrados que estão conJuntas ao ditõ esprital que servem .sscilicet. as de todo çima,. da Rouparja do ditõ esprital com seu eyrado pera soelharem e sacodirem a dita Roupa com seu aposentamento, em que pousão os espritaleiros apegados e conJuntos as ditas casas, e nos sobrados de baixo esta ha enfermarja dos convaleçentes com sua logea em baixo que serve de despejos de madeira..”* AH/HCR – Livro 1.^o de Registos Gerais fl.93. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵⁷⁰ AH/HCR – Livro 1.^o de Registos Gerais fl.93. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵⁷¹ *“Para a maioria dos habitantes de um núcleo urbano, no entanto, a casa era simultâneo espaço de habitação, de trabalho e de venda. O que fazia com que durante as horas de trabalho se abrisse sobre a via pública, constituindo a soleira da porta e em grande medida a parte dianteira da casa, um espaço intermédio entre o público e o privado, caracterizado por uma intensa sociabilidade, pois aí se trabalhava, se conversava com quem passava, se faziam pequenos trabalhos domésticos. A intimidade só se lograva obter depois do toque de recolher quando se fechava a porta, se corriam as fechaduras, se encerravam as portadas das janelas.”* Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p.79.

⁵⁷² Vd. continuação do capítulo.

⁵⁷³ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 312.

⁵⁷⁴ AH/HCR – Livro 1.^o de Registos Gerais fl.93v. [apud] Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

⁵⁷⁵ *Idem.*

⁵⁷⁶ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 312.

conhecemos-lhe a dimensão, área e número de divisões⁵⁷⁷, tendo um total de 56,8m² de implantação.⁵⁷⁸

Adjacente à casa do vigário desenvolviam-se, para Nascente, as outras propriedades que o Hospital irá construir e aforar na Rua Nova. Deixando as relações de vizinhança para o próximo capítulo, caberá neste aprofundar os dados coligidos nos quadros.

Segundo Jorge de S. Paulo, das vinte casas terminadas em 1533, no ano em que faleceu D. Leonor, estavam concluídas e aforadas treze moradas.⁵⁷⁹ Assim, a Instituição começou a aforar casas na década de vinte à medida que se iam terminando as edificações, situação que decorrerá, na Rua Nova, até 1529. Na prática, não reconhecemos uma sequência de conclusões de obra ao longo da rua, confrontando-se casas acabadas com construções em progresso.⁵⁸⁰

Sistematizando os dados coligidos e tratados nos quadros do capítulo anterior é possível conhecer um pouco melhor⁵⁸¹ a tipologia espacial e a distribuição do casario pelo tecido urbano.

Na Rua Nova verifica-se uma grande homogeneidade de construção; o casario apresenta-se no geral⁵⁸² com as mesmas dimensões, com uma fachada de 4,4m e uma profundidade de 9,07m (39,9m²) e a mesma morfologia (casa térrea com duas divisões). Já as áreas dos quintais, sitos sempre nas traseiras, variam, consequência da inserção urbana das suas confinantes: propriedades existentes (sesmarias anteriores), arruamentos e a orografia do sítio, contando-se em média áreas entre 59 e 67m², embora dois ultrapassem os 100m² e outras casas não têm quintal.

Já no Rossio, junto à nova ermida de S. Sebastião⁵⁸³, foram edificadas pelos mesmos anos (1522-1535) quatro casas que, tendencialmente, também acompanharam o plano loteador da Rua Nova, embora, com áreas habitáveis superiores, até porque as condições orográficas assim o permitiam.⁵⁸⁴ As dimensões das fachadas situavam-se entre os 4,76 e os 6,78m com profundidades de 10,45 a 18,7m, enformando assim áreas de implantação entre os 60 e os 126,78m² em propriedades contíguas. Aqui os quintais

⁵⁷⁷ RN1.

⁵⁷⁸ Como Jorge de S. Paulo nos diz que era igual às dos restantes oficiais, assim também poderemos estrapolar as dimensões destas casas. Vd. reconstituição no capítulo seguinte.

⁵⁷⁹ O que se confirmou com a análise efectuada e coligida nos quadros do capítulo anterior. Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo I. p. 130.

⁵⁸⁰ Confira-se estas afirmações com os campos referentes às outras informações nos quadros respectivos às casas da Rua Nova.

⁵⁸¹ Obviamente que faltará o estudo das construções privadas, sobre as quais não possuímos elementos.

⁵⁸² Excepto a casa do vigário.

⁵⁸³ Terminada em 1509. Vd. capítulo 2.

⁵⁸⁴ Sobre este assunto vd. também Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 35-43.

tinham uma dimensão próxima da área das casas. Mais abaixo, contígua ao caminho da fonte,⁵⁸⁵ uma casa ultrapassava os 300m² e, no topo Poente, as casas e o arneiro que o sombreeiro Afonso Dias haveria de deixar em testamento para o Hospital em 1534⁵⁸⁶, atingiam os 1576,56m².

Mais próximo da Praça Nova situavam-se as propriedades maiores. Defronte ao hospital situavam-se as casas privadas de dois pisos, com *logea* e escada exterior, dos herdeiros de Álvaro Dias Borges, Gonçalo Ribeiro e Lourenço Esteves.⁵⁸⁷ Junto ao hospital dos peregrinos, onde hoje é o Largo D. Manuel, encontravam-se quatro propriedades, que foram testamentos posteriores a 1533⁵⁸⁸. Estas confinavam em pelo menos duas frentes com arruamentos; eram compostas por casa de dois pisos e quintal em prédios com áreas totais bastante díspares, mas com as maiores moradas aforadas pelo Hospital.

Por fim, nas ruas fora do circuito dos viajantes, Rua da Oliveira, Volta dos Sinos, Terreiro das Gralhas e Diogo Homem, ficavam as propriedades mais pequenas e com foro inferior.⁵⁸⁹

De modo geral, dos vinte e nove edifícios de que o Hospital recebia foro em 1533,⁵⁹⁰ são maioritariamente casas térreas, vinte e duas, e sensivelmente vinte tinham quintal.⁵⁹¹ Também em termos de área, a média situar-se-ia nos 50m², retirando desta contagem as grandes propriedades com áreas superiores a 1000m². Outro indicador é a predominância da menor dimensão da fachada em relação à profundidade do prédio, com relações de 50%⁵⁹² na Rua Nova e no Rossio e de percentil maior se tivermos em conta os quintais.

Segundo Saul Gomes, pelos indicadores que analisou no Tombo de 1575-1587⁵⁹³, as casas das Caldas morfologicamente aproximar-se-iam das de Óbidos intra-muros e de outros povoados estremenhos.⁵⁹⁴

⁵⁸⁵ R5.

⁵⁸⁶ R3.

⁵⁸⁷ Vd. capítulo 5.2. e Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo III. p. 475.

⁵⁸⁸ HP1 de Leonor Eanes, HP2 de João de Coja, HP3 de Lopus Peres e HP4 de João Fernandes.

⁵⁸⁹ Como é visível nos quadros, as edificações sitas no Rossio do Espírito Santo são posteriores ao período em estudo, por isso não são aqui analisadas.

⁵⁹⁰ Não contabilizamos as casas que foram doadas após 1533 e que surgem no Tombo de 1575. Neste último registam-se 48 propriedades. Vd. quadros do capítulo anterior.

⁵⁹¹ Para uma análise semelhante em 1587 vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 37.

⁵⁹² Planta alongada.

⁵⁹³ Que pouco diferem dos de 1533.

⁵⁹⁴ Vd. Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 38.

Sem entrar pelo estudo da cartografia socio-profissional⁵⁹⁵, é perceptível no jovem centro urbano das Caldas, a diferença entre as casas das zonas nobres, mais próximas da Praça Nova, onde viviam os vizinhos mais abastados, que contrastavam com as casas pequenas das ruas limítrofes, mas não de moradores com ofícios dos quais aferiam menores capacidades financeiras, tais como enfermeiros e capelães, que pelo *Compromisso*, receberiam um soldo superior ao almoxarife e ao escrivão.

Nos locais de passagem, Rua Nova, Direita⁵⁹⁶ e Rossio, moravam os mesteirais, em cujas casas, a divisão que abre para a rua no período diurno era a loja ou oficina de trabalho.⁵⁹⁷ A partir desta:

*“(...) o trabalho do artesanato derramava-se sobre a rua, exposto em tabuleiros que só à noite eram recolhidos, contribuindo a especificidade dos seus trabalhos, manifestada através de ruídos, cheiros e até lixos próprios, para conferir distinta identidade a cada artéria. Aí se comprava e se vendia, se trocavam informações, se difundiam boatos, se discutia, se lançavam insultos (...)”*⁵⁹⁸

A ocupação da via pública pelos moradores como extensão da área de trabalho, «hábito» comum nas *urbes* portuguesas,⁵⁹⁹ os largos arruamentos das Caldas⁶⁰⁰ seriam por demais atractivo por complemento à exiguidade das habitações.

Contudo, para além do carácter e do usufruto das artérias principais da vila, poderemos aferir que as Caldas não perdera a sua identidade ruralizante, atendendo que, no geral, anexo à morada térrea permaneceram os quintais privados, essenciais para a micro-economia familiar que também deveria funcionar *“como espaços exteriores de escoamento, úteis a uma melhor higiene privada ou urbana.”*⁶⁰¹

⁵⁹⁵ Aliás, de grande heterogeneidade na mesma artéria. Veja-se por exemplo os confinantes na Rua Nova. Não sendo fácil tirar, a partir dos testemunhos dos Tombos, grandes elações sobre este assunto.

⁵⁹⁶ Como não temos casas aforadas pelo Hospital nesta rua, julgamos que aí se situavam grande parte das habitações dos moradores não foreiros da Instituição. Local certamente mais apetecível pela sua inserção no tecido urbano: no percurso de quem cruza a vila, a meio caminho entre os dois principais vazios urbanos e em estreita vizinhança com os oficiais do topo da hierarquia do Hospital e do concelho.

⁵⁹⁷ Opinião partilhada por Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 40.

⁵⁹⁸ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p. 70.

⁵⁹⁹ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p. 71.

⁶⁰⁰ Vd. capítulos 7.2. e 7.4. da segunda parte.

⁶⁰¹ Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 36.

6. Reconstituição da vila das Caldas em 1533

“Os espaços públicos afirmavam-se ainda como essencialmente diurnos, tal como era sugerido pelas severas regulamentações locais que interditavam a circulação fora de casa desde que o sol se punha até quando nascia. Os espaços privados pelo contrário, encontravam o seu protagonismo durante a noite quando a casa, afinal o seu mais importante elemento, surgia como o local mais adequado e seguro para um repouso tranquilo e reparador.”⁶⁰²

Estando em posse dos dados que recolhemos dos testemunhos documentais no capítulo anterior é-nos possível reconstituir a imagem genérica da inserção no tecido urbano das casas que o Hospital trazia aforadas em 1533.

Já referimos a homogeneidade das construções da Rua Nova e do topo do Rossio, locais em que a contiguidade de propriedades, sobre as quais temos dados, nos permitem uma reconstituição das confrontações. Ao nome dos foreiros, sempre que possível juntamos o ofício⁶⁰³.

No topo Poente do Rossio ficava a grande propriedade do sombreeiro mestre Afonso Dias, com 1576,5m² que será deixada em testamento ao Hospital em 1533. Enformando também o limite para o subúrbio composto de quintas criadas por sesmarias, dadas ainda no final de Quatrocentos, tais como a do judeu Moisés, a do francês e a de Rodrigo Eanes no Vale da Oliveira.⁶⁰⁴

No canto diametralmente oposto, num terreno que foi de bacelo, marginado a Nascente pela ermida de S. Sebastião e com as várias quintas sub-urbanas dadas de sesmaria nos primeiros anos, o Hospital construiu quatro casas térreas com quintal:

Rua Cabo da Vila, estrada Óbidos – Alcobaça			Rossio	
Herdeiros do Francês	R1	Fernão Dias, oleiro		
	R2	Beatriz Vaz, padeira		
	R4	Lourenço Peres, almocreve		
	Herdeiros do Francês			
	R5	Dário Fernandes, carpinteiro		
Caminho da Fonte, futura Rua do Jogo da Bola				
Quinta do Moisés			Est.	Afonso Dias, Sombreeiro

No núcleo central do espaço urbano, ao redor do Hospital, juntamos as propriedades conhecidas desde o Terreiro das Galhas até às que estavam acima do

⁶⁰² Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p. 69.

⁶⁰³ Vd. capítulo 4.

⁶⁰⁴ Vd. capítulo 3.2.

chafariz da praça, na lateral Sul do hospital dos peregrinos pois, na prática, ocupam o mesmo sector urbano, deitando também para a Rua Nova ou para as suas transversais.

Neste esquema não apresentamos as casas sitas no Rossio do Espírito Santo porque, no geral, as moradas aí aforadas pelo Hospital foram construídas após 1533. Também não incluimos a rua em que viveu o enfermeiro que ficou registado na toponímia, Diogo Homem, dado que não nos é possível determinar relações de vizinhança neste arruamento, nem no restante da Rua da Oliveira e Rua dos Fornos.

Rossio																
			Rua Direita				Terreiro das Gralhas				Rua	Casa dos provedores				
ROI	Ándre Rodrigues capelão				TG1	Diogo Dias, barbeiro										
				Travessa												
					Enfermeiro	Escrivão	Médico	Boticário								
Rua da Oliveira			Rouparia			Largo da Cruz Nova										
Herd. Álvaro Borges			Praça Nova			Hospital					VS 4 e 5	Casa da Cal				
Gonçalo Ribeiro																
Lourenço Peres																
Várzea das Caldas			Rua Nova	Hospital dos peregrinos			Volta dos Sinos					VS2	Gomes Eanes, forneiro			
				HP1	João de Coja, Almoxarife											
				João Fernandes										HP2	João de Coja	
				HP3	Lopo Peres, picheleiro											
				Lopo Martins, carpinteiro												
				Travessa da Rua Nova												
				João Fernandes, tecelão												
				Travessa da Rua Nova												
Serventia											S. Silvestre					
										Rua						
												Rossio do Espírito Santo				
Horta do Hospital																

Na Rua Nova, artéria primigénita do plano urbano das Caldas, no final do nosso período em estudo, estavam edificadas vinte casas, dez de cada lado, que como referimos no capítulo anterior tinham aproximadamente a mesma morfologia e

dimensão. Contudo, desconhecemos os ocupantes de três das propriedades e os dados completos da primeira casa do lado Poente. É também curioso que neste lado, quatro foreiros possuíam duas moradas contíguas cada e a RN12 na prática era duas parcelas contíguas com o mesmo foro⁶⁰⁵.

Serventia		Rua Nova	Travessa da Rua Nova		
RN19			RN1	João Vieira, vigário	
RN18	Duarte Girão, alfaiate		RN2	João Gil	
RN17	Duarte Girão, alfaiate		RN3	Francisca de Leão ⁶⁰⁶	
RN16	Dário Fernandes, besteiro		RN4	Francisca de Leão	Rossio do Espírito Santo
RN15	Dário Fernandes, ferreiro		RN5	Gaspar Álvares, carpinteiro	
RN14	Afonso Gomes, lavrador		RN6	João Luis	
RN13	Afonso Gomes, lavrador		RN7	André Dias, capelão	
RN12	João Gil		RN8	Fernão Afonso, tesoureiro	
RN11			RN9	Estevão Carvalho da Guarda	
			RN10		

No geral, nas ruas mais importantes, nas mais propícias à passagem de viajantes, moravam os artesãos que podiam beneficiar com o comércio, “*especialmente aquele que não esgotava a sua possível clientela na população (...), como acontecia com os alfaiates, os sapateiros, ou ourives, os marceneiros, entre outros*”⁶⁰⁷. Nas ruas fora deste circuito moravam os que a sua actividade económica dependia directamente do Hospital ou então os lavradores, mais próximos da várzea, logo no extremo da vila. Situação de resto comum nos núcleos urbanos portugueses.⁶⁰⁸

A evolução dos bens de raiz urbanos do Hospital, após 1656, veio a alterar a dimensão e o formato das propriedades, pois, se tentarmos sobrepor as casas com as dimensões registadas em 1575 verifica-se que nunca coincidem com as medidas dos edifícios existentes. Na verdade, tal alteração deverá ter sido efectuada durante o século Dezoito, pois, mesmo no *Mapa geral das acomodações*, de 1786⁶⁰⁹ não restam ecos da distribuição da propriedade original no topo do Rossio.⁶¹⁰

Também, na Rua Nova, se somarmos a dimensão de todas as fachadas (sensivelmente 44m) ficamos vinte e três metros aquém da distância total actual entre a

⁶⁰⁵ Daí serem 20 casas das quais se registam 19.

⁶⁰⁶ Viúva do boticário Pero Gonçalves.

⁶⁰⁷ Amélia Aguiar Andrade – *Op. Cit.* p. 52.

⁶⁰⁸ *Idem.*

⁶⁰⁹ Laureano Joaquim de Sousa – *Mapa geral das acomodações que se fizeram na vila das Caldas para sua Mag. e mais famílias da comitiva, no presente ano de 1786*. MNAA, cópia do P.H.

⁶¹⁰ Vd. imagens no capítulo 2.

Travessa da Rua Nova e o acesso ao Largo S. João de Deus⁶¹¹. Ora, atentando ao facto que as casas a partir da RN4 confrontavam com arruamento, que hoje não passa de um pequeno beco, julgamos que o Rossio do Espírito Santo tivesse uma largura superior à actual e uma inserção na Rua Nova diferente e mais larga, fruto, talvez, da manutenção do troço da primitiva estrada Óbidos-Alcobaça que aos poucos, após Jorge de S. Paulo se foi estrangulando.

Para a reconstituição, à falta de iconografia da época que nos mostre o tipo de edificação das moradias nas Caldas, socorremo-nos dos desenhos de Duarte de Armas⁶¹², pois as suas representações das vilas são dos poucos testemunhos das tendências tipomorfológicas das construções nas *urbes* de carácter ruralizado.

Já José Manuel Fernandes constata que, pelos vestígios que nos restam das habitações urbanas deste período no país, aplicadas à realidade das vilas com as quais encontramos semelhanças com as Caldas, poderemos encontrar casas com a seguinte imagem:

“(...) a do edifício com telhado (ou telhados) de quatro águas, proporções atarracadas, poucos pisos – denunciando uma provável origem rural e/ou senhorial (e aqui surge uma articulação possível com a «villa» romana), que se foi gradualmente popularizando e simplificando; a do edifício estreito e alto, com cobertura de duas águas «com a fachada em bico», mas também surgindo em variantes de quatro águas, ou com as duas águas paralelas à fachada (sendo estes casos prováveis situações mistas ou de transição). (...) Se o primeiro tipo de casa se relaciona com uma tradição agrária e senhorial, remota, enraizada e em processo de urbanização, já as duas restantes podem articular-se com o desenvolvimento do «burgo» medievo, ou seja, com as actividades comerciais, mercantis, e frequentemente portuárias da burguesia em ascensão (sem esquecer as dos artesãos, com produção assente neste tipo de casa).⁶¹³

É pelo cruzamento dos dados sistémicos que coligimos e analisámos ao longo dos últimos capítulos e com a imagem de «casa» transmitida pela comparação com as realidades contemporâneas das Caldas que referimos anteriormente, que criamos uma imagem conjectural da vila, em 1533.

Contudo, pela falta de indicadores sobre as propriedades urbanas que não eram património do Hospital, optamos por indiciá-las de forma diferente e mais estilizada⁶¹⁴, como é o caso da casa de Afonso Pires de Penela, na Volta dos Sinos; da de Pero

⁶¹¹ Rossio do Espírito Santo.

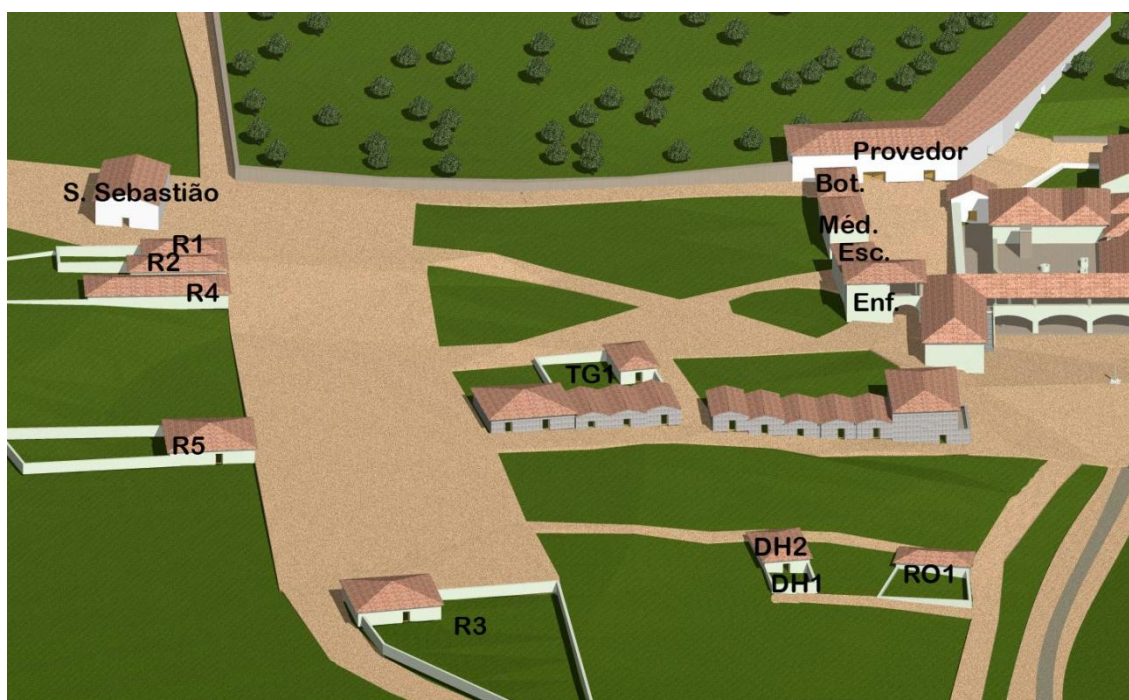
⁶¹² Duarte de Armas – *Livro das Fortalezas: fac-simile do Ms 159 da Casa Forte do AN/TT*, 3.ª ed. Lisboa: AN/TT / Inapa, 2006.

⁶¹³ José Manuel Fernandes – *Op. Cit.* p. 220.

⁶¹⁴ Utilizando uma cor mais escura.

Gonçalves entre a propriedade de João de Coja e a Travessa da Rua Nova; as quatro casas de dois pisos, *logea* e escada exterior na Praça Nova⁶¹⁵ e várias propriedades na Rua Direita, que apesar de não conhecermos quase nada sobre elas, sabemos que existiam, por isso, optámos por conjecturar a sua inserção no tecido urbano, para as quais utilizamos a planta da vila em 1742.⁶¹⁶

Infelizmente, não nos é possível um maior grau de pormenor, apesar de que, desejaríamos poder representar graficamente um património já desaparecido.

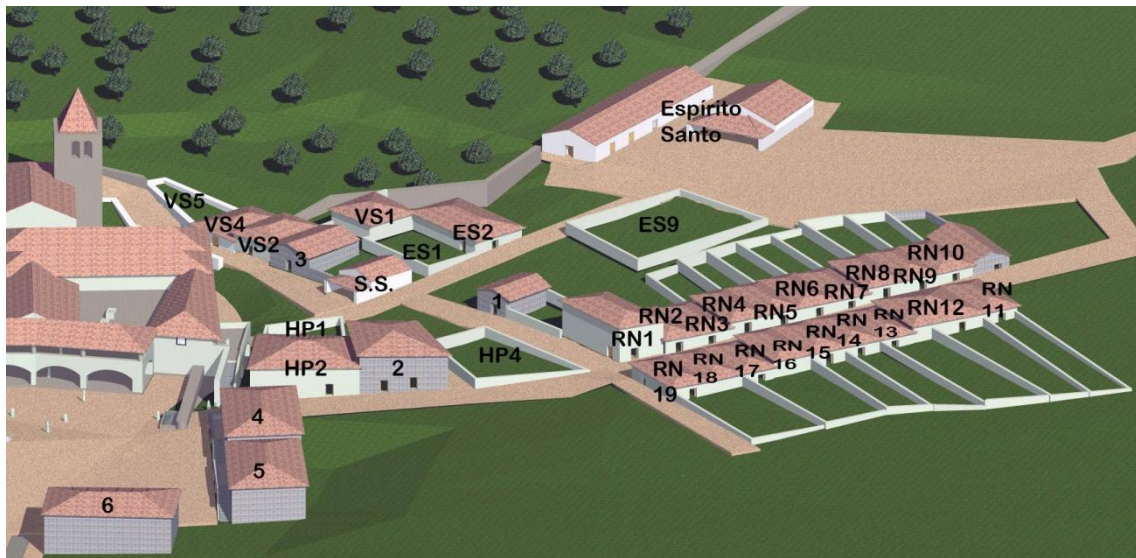


617

⁶¹⁵ Vd. Jorge de S. Paulo – *Op. Cit.* tomo II. p. 270.

⁶¹⁶ João Pedro Ludovice (atrib.) – *Plano da vila das Caldas feito no ano de 1742*. Vd. planta completa no capítulo 7.2. da segunda parte. E em imagens parciais nos capítulos 1. e 2.

⁶¹⁷ Reconstituição conjectural do núcleo urbano das Caldas, sector Norte. As legendas sobre as casas são as siglas dos quadros do capítulo 5.1.



618

⁶¹⁸ Reconstituição conjectural do núcleo urbano das Caldas, sector Sul. As legendas sobre as casas são as siglas dos quadros do capítulo 5.1.

Conclusão

O estudo da evolução, da estratégia da ocupação humana e do património edificado de uma instituição que ainda subsiste, em especial quando optámos por uma baliza cronológica reduzida e distante da actualidade, é um trabalho longe de estar concluído. Naturalmente é um *puzzle* ao qual faltam muitas peças.

A reflexão sobre a evolução e a vivência nas Caldas ao longo do período em que a vila dependia directamente do sucesso do Hospital irá, na verdade, condicionar o desenvolvimento, as opções tomadas e o *modus vivendi* da Instituição e da vila até à actualidade ou, pelo menos, até ao período, não muito distante, em que os caldenses deixaram de considerar as termas como o seu principal foco de sustentabilidade económica.

Optámos por deixar em aberto várias pistas para reflexões futuras no âmbito da História da Medicina, das Instituições, da História Local, da Antropologia – do mítico lugar das águas quentes – e claro, «abrimos a porta» à Arqueologia, para um aprofundamento do sítio. Não descurando também uma análise mais profunda da documentação existente dos sectores financeiros e das relações políticas e/ou religiosas de uma instituição *sui generis* no panorama nacional.

Porém, com a análise sistemática dos dados que nos decidimos estudar, foi possível, no decorrer desta dissertação, reconstituir o essencial do património edificado do Hospital e da vila das Caldas, guiados pela documentação, na qual incluímos as fontes não escritas (solo e construções) que ainda hoje podemos depreender tenuamente.

Comparámos com outros estudos sobre as edificações e o urbanismo da época mas, declinamos qualquer vontade de recriação histórica, cingindo-nos por completo aos dados existentes, reconhecendo que ficará a cargo da imaginação do leitor a imagem das construções dos habitantes que não tinham um vínculo foreiro com o Hospital e da vivência de todos quantos fruíram este sítio.

A ocupação humana do território em causa e o uso regrado das termas das Caldas de Óbidos, anterior à motivação de D. Leonor para implantar o seu Hospital, longe de tirar o mérito fundacional da Rainha, demonstra a capacidade do Homem se adaptar a um ambiente pouco amigável à sua economia ruralizante e, ao mesmo tempo, saber utilizar um recurso natural estranho, o qual tomou por milagreiro.

A comprovação documental do seu uso por estratos sociais/culturais elevados e da manutenção de construções, demonstraram a importância das Caldas como núcleo de

assistência sanitária, embora com uma ocupação humana em permanência bastante reduzida, exceção para o núcleo das termas, a albergaria do Espírito Santo, as duas ermidas e algum anónimo que tenta estabelecer morada, conforme a vontade de D. Afonso V.

É o modo moderno do pensar a doença nos conceitos de caridade e misericórdia tão importante para a D. Leonor, que criará as bases de sustentabilidade da nova vila. As Caldas servem de cadinho de experiências urbanas para a Rainha pôr em prática o seu entendimento da assistência médica e social, colocando em evidência, no centro de uma vila, o edifício médico normalmente repudiado para o subúrbio.

Será talvez este o maior legado e a originalidade dos primeiros anos da vila das Caldas, património implícito que importa preservar.

Já o povo, ainda não embuído da capacidade de aceitar os enfermos no seu seio, demonstrará alguma resistência à ocupação do local, e só a promessa de privilégios e liberdades irá garantir que, trinta anos depois, existisse uma povoação de pelo menos uma centena de famílias, economicamente dependentes da Instituição central da vila.

Assim, pelo menos no período em estudo era ténue a fronteira entre o Hospital e a vila. O mesmo se poderá dizer do termo, pois este não era mais que o conjunto de propriedades rústicas do aro peri-urbano de maior influência do Hospital.



1

Por um lado, melhorar, tornar mais confortável e eficaz a balneoterapia faz-se reconstruindo constantemente o corpo hospitalar, por outro, a evolução da casa/oficina/quintal familiar obriga a repensar a dimensão da propriedade.

¹ Reconstituição conjectural do núcleo urbano das Caldas em 1533.

Portanto, a estratégia da ocupação do espaço ao redor das águas cálidas nas Caldas faz-se pela demolição/descaracterização das construções existentes mais antigas, fruto de uma constante necessidade de modernizar e adequar ao estilo mais em voga a forma de «estar» e do utilizar da terra e das águas.

Infelizmente, com esta forma de evolução urbana, nem sempre bem sucedida, as Caldas procuraram no sector industrial um novo fôlego económico, voltando costas às suas águas e ao Hospital ao redor do qual tomou forma.

Urge a preservação da memória fundacional da vila, reconstituindo o seu mote, as razões que levaram ao seu desenvolvimento e, no fundo, ao necessário reconhecimento do Hospital como elemento agregador de gentes e vontades, para um futuro em que a balneoterapia nas Caldas seja novamente sustentável. Pois a manutenção deste património que nos resta, quase só uma saudade colectiva, um reconhecimento efémero no nome e nos cartazes turísticos, simplesmente será possível com o uso dessas águas ao redor das quais se fez uma vila.

Óbidos, 3 de Janeiro de 2008

Apêndice

Apêndice 1

Cronologia das Caldas até 1683

A preto acontecimentos do Hospital e da Vila.

A azul acontecimentos nacionais.

A vermelho as tomadas de posse dos provedores.

A verde as tomadas de posse dos Juizes de Fora da vila de Óbidos e Caldas.

Ano	Dia e mês	Acontecimento	Localização da fonte ¹
Miocénico superior		Formação da estrutura geológica do local	
I a.c.		Uma estatueta de Neptuno é lançada às águas no local das Caldas	
1210	7/12	D. Afonso II doa Óbidos à rainha D. Urraca	
1222		Testamento de D. Zouido à Albergaria do Espírito Santo	Saavedra 1
1223		Regulamento da Gafaria de Santarém	Silva Correia
1309		D. Isabel (D. Dinis) funda a Gafaria de Óbidos e a Confraria do Divino Espírito Santo na igreja anexa (S. Vicente)	
1337	Início	Álvaro Pais Bispo de Silves está em tratamento por seis semanas nas Caldas	
1413?		Carta de D. Filipa sobre a gestão da gafaria	Tombo do Conc. (Óbidos) fl. 7.
1415	20/7	Óbidos é doado à Infanta D. Isabel	Tombo do Conc. (Óbidos) fl. 12-13.
1420?		Carta de D. Isabel sobre a gestão da gafaria	Tombo do Conc. (Óbidos) fl. 16.
1425		Instituição da Congregação Secular de S. João Evangelista (Lóios) em Portugal	
1428	4/9	Óbidos é doado à Rainha D. Leonor de Aragão	Ch. D. Duarte Lv.1 fl.113v.

¹ Adoptou-se um código simplificado para a localização das fontes impressas ou das transcrições utilizadas neste trabalho quando não conseguimos confirmar a fonte original que é o seguinte:

Jorge de S. Paulo: Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967.

Saavedra 1: João Saavedra Machado – “*As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor. Aspectos da sua evolução até ao século XVII*” in *Terra de Águas, Caldas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993.

Saavedra 2: João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. Documentos.

Silva Carvalho: Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. Documentos.

Silva Correia: Fernando da Silva Correia – *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1995.

Saul Gomes 1: Saul Gomes – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. Apêndice documental.

Saul Gomes 2: Saul Gomes – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, dos século XV a XVIII relativa ao Hospital das Caldas da Rainha” in *Colóquio Sobre a História de Leiria e Sua Região*. Leiria: 1991.

1442	25/5	D. Afonso V casa-se na igreja de Sta. Maria de Óbidos	
1444	31/10	D. Afonso V autoriza Fernão Martins a fazer estalagem no termo de Óbidos	Ch. D. Afonso V Lv.25 fl.20
1455	17/6	D. Afonso V ouve em Cortes o pedido para que se privilegie futuros moradores para plantar vinha e olival na paróquia de S. João.	Ch. D. Afonso V Lv.15 fl.36v.
1458	8/12	Nasce D. Leonor	
1463	13/3	Concedido o privilégio para futuros moradores na paróquia de S. João do termo de Óbidos	Ch. D. Afonso V Lv.9 fl.63v.
1464	16/10	D. Afonso V dá carta de perdão por pagamento de 1000 reais para as obras nas Caldas	Ch. D. Afonso V Lv.8 fl.175v.
1464	6/12	D. Afonso V dá carta de perdão por pagamento de 800 reais para as obras nas Caldas	Ch. D. Afonso V Lv.8 fl.27v.
1464	21/12	D. Afonso V autoriza Jacob Batisolha a praticar física no termo de Óbidos	Ch. D. Afonso V Lv.8 fl.36
1468	Falecido em	João Lemos – provedor da casa e albergaria do Espírito Santo	Ch. D. Afonso V Lv.25 fl.20
1468	4/8	Álvaro Pires – provedor da casa e albergaria do Espírito Santo	Ch. D. Afonso V Lv.28 fl.75.
1471	22/1	Casamento de D. João e D. Leonor	
1471	23/5	D. Afonso V concede privilégios a João Gonçalves, adegueiro nas Caldas	Ch. D. Afonso V Lv.16 fl.116.
1474	26/6	Carta de Privilégios de D. Afonso V	Ch. D. Afonso V Lv.16 fl.13v.
1481		Coroação de D. João II	
1475	18/5	Nasce o príncipe D. Afonso	
1477	18/11	Sesmaria dada a Pero Eanes Henriques para a construção do Moinho do Cubo	Livro de Registos das Semarias, fl. 24.
1482	22/8	A Vila de Óbidos é dada à Rainha D. Leonor	Ch. D. João II Lv. 3 fl. 49v.
1483	Verão	D. João II ordena à rainha que saia de Lisboa por causa de uma peste. D. Leonor e a sua corte rumam a Óbidos para passar o Verão.	
1483	Agosto	Passagem da rainha pelo local das termas	Jorge de S. Paulo
1484	Outubro ?	Teste das virtudes das águas termais por Mestre António	
1485	22/1	Acto solene de lançamento da 1. ^a pedra	Jorge de S. Paulo
1485		Escudeiro da rainha Álvaro Dias Borges – 1. ^o provedor	
1485		Jaime da Fonseca – vedor do hospital	
1487	Março ?	Recebidos os primeiros doentes no Hospital	Jorge de S. Paulo
1488	4/12	Carta de Privilégios de D. João II para 30 vizinhos	Ch. D. João II Lv.10 fl.131.
1490	14/7	Dotação de 2.625mil reais para as obras pias	
1490	10/7	Reunião sobre a questão das fronteiras dos coutos de Alcobaça e do Termo de Óbidos	Lv. de registo de sesmarias fl 91 – 98v.

1490	11/9	D. João II permite em testamento, se falecer antes de D. Leonor que esta disponha de 28 mil escudos de ouro para obras pias	A.S. Carvalho AN/TT
1491	2/3	D. João II concede a Caldas a capacidade de possuir juiz das sisas.	BPADL Doc. 48
1491	15/4	Confirmação da doação das vilas de Óbidos, Alenquer e Sintra a D. Leonor	Ch. D. João II Lv. 10 fl 76.
1491		1. ^a pedra do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa por D. João II	
1491	13/7	Morre o príncipe D. Afonso	
1491	23/6	D. João II ordena que o provedor Álvaro Dias Borges seja também juiz de sizas.	Estremadura Lv.3 fl 128v-129
1491	17/10	Registo de Sesmaria a favor de Álvaro Dias Borges no terreiro das Caldas	Lv. de registo de sesmarias fl 49v.
1491	17/10	Entregua em simultâneo de várias sesmarias no lugar das Caldas	Lv. de registo de sesmarias fl 50 – 50v.
1491	20/12	Testamento de Álvaro Dias Borges	BPADL – doc.1
1495	18/9	Bula de Alexandre VI autorizando a edificação da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo	Saavedra 1
1495	25/10	Morre o rei D. João II	
1495	Novembro	Coroação de D. Manuel	
1496		Escudeiro da rainha Gomes da Fonseca	
1496	3/9	Súplica para indulgências aos visitantes da igreja de N. Sra. do Pópulo	A. V. Reg. Suppl. 1028, fl. 66.
1496	3/9	Bula de concessão de indulgências aos visitantes da igreja de N. Sra. do Pópulo	A. V. Reg. Vat. 999, fl. 6v. – 7.
1496	10/9	Súplica para instituição de capelão na igreja de N. Sra. do Pópulo	A. V. Reg. Suppl. 1028, fl. 137 – 137v.
1496	10/9	Bula para instituição de capelão na igreja de N. Sra. do Pópulo	A. V. Reg. Vat. 873, fl. 143 – 144.
1497	Março	Data limite para a Expulsão dos Judeus	
1497	10/5	Confirmação da carta de privilégios por D. Leonor	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1497	1/6	Bula de Alexandre VI para a remissão plenária aos visitantes da igeja de N. Sra. do Pópulo	A. V. Reg. Vat. 873, fl. 365-365v.
1498	29/1	D. Manuel autoriza o Hospital a possuir até 300 mil reais de rendas por ano.	Ch. D. Manuel Lv. 28 fl .55-55v.
1498	23/4	Registo de Sesmaria no Vale da Oliveira	Lv. de registo de sesmarias fl 91.
1498	30/5	Medida régia de salvaguarda aos Cristãos-novos	
1498	15/8	Fundação da Misericórdia de Lisboa	
1499	17/9	Aparece pela 1. ^a vez a designação de Vila das Caldas num registo de uma Sesmaria	Jorge de S. Paulo
1500		Conclusão das obras da Capela-Mor da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo	porta da sacristia
1500	7/11	Bula para que o vigário seja funcionário do	A. V. Reg. Vat.

		Hospital e que as ofertas à igreja revertam em favor do Hospital	882, fl. 274-276.
1501	9/1	Registo de Sesmarias no lugar das Caldas	Saul Gomes 1
1501	17/2	D. Manuel estende o privilégio a mais 10 pessoas livres aumentando para 40 os privilegiados.	Ch. D. Manuel Lv. 17 fl .12v.
1501	18/10	Carta de perdão a um cristão-novo morador nas Caldas, primeira utilização da expressão vila e couto das Caldas.	Ch. D. Manuel Lv. 37 fl .49.
1502	15/8	D. Manuel autoriza o Hospital a possuir até 400 mil reais de rendas por ano	Ch. D. Manuel Lv. 4 fl .27v.
1503	23/1	Compra dos direitos fiscais de Óbidos e Aldeia Galega da Merciana a D. Manuel por D. Leonor	Ch. D. Manuel Lv. 4 fl .29-30.
1503	3/5	Compra dos bens de João Afonso para o Hospital	BPADL – doc. 16
1503	1/6	Venda dos bens de Afonso Anes a Fernão Vaz	BPADL – doc. 18
1503	10/9	D. Manuel concede aos oficiais do Hospital poder para executar quem não pagar no celeiro de Óbidos	S. Carvalho
1504		Representação do Auto de São Martinho por Gil Vicente na Igreja de N. Sra. do Pópulo	
1505	21/2	Sentença de D. Leonor para a isenção de jugada dos lavradores das Caldas	Lv. de registo de sesmarias fls. 102v.-103v.
1506	8/3	Carta de D. Leonor à Câmara do Porto para o fornecimento de Trigo	Lv. de registo de sesmarias fl 60.
1507	3/7	É concedido ao escrivão do Hospital as atribuições de tabelião de notas	Lv. 1.º de Registos fl. 55.
1507	23/11	D. Leonor envia Diogo Soares a Roma ao Cardeal D. Jorge da Costa (Alpedrinha) com o rascunho do <i>Compromisso</i> .	BPADL doc. 26
1508		Conclusão das obras da Igreja de N. Sra. do Pópulo	
1508	12/5	Concessão papal para a apresentação de padroado e vigararia da Igreja de N. Sra. do Pópulo	BPADL doc. 28
1508	3/6	Bula de Julio II de confirmação do <i>Compromisso do Hospital</i>	BPADL doc. 27
1508	25/7	Lei de D. Manuel a respeito dos que morrerem no Hospital sem declararem herdeiros	S. Carvalho
1508	11/12	Atribuição de plenos poderes ao provedor do Hospital e das Caldas	S. Carvalho
1508	29/12	Doação de D. Leonor dos direitos fiscais adquiridos a D. Manuel ao Hospital	BPADL doc. 29
1509	14/10	Arcebispo de Lisboa, D. Martinho autoriza que se «levantar o altar» na Ermida Nova de S. Sebastião	S. Carvalho
1510	1/8	Suplica ao Papa Júlio II para que autorize que os dízimos das terras das Caldas fossem aplicadas na tesouraria do Hospital, nunca foi concedido.	Saul Gomes 1
1510	17/4	A rainha ordena que não se vendam bens fora da vila de Óbidos excepto para o Hospital	Lv. 1.º de Registos fl. 29.
1510	15/12	D. Manuel isenta a sisa sobre os bens de raiz do	Ch. D. Manuel

		Hospital	Lv.41 fl .9v-10.
1511	9/3	D. Manuel dá de esmola 10 arrobas de açúcar para o serviço do Hospital	Ch. D. Manuel Lv.8 fl .25.
1511	21/3	Instituição da Vila e do Termo por D. Manuel	Ch. D. Manuel Lv.8 fl . 28-28v.
1511		Conclusão da construção da primeira fase do Hospital	
1512	14/1	Privilégio o provedor tenha conhecimento dos «feitos» dos almoxarifes de Óbidos e Aldeagalega	Ch. D. Manuel Lv.7 fl .7.
1512	14/1	Privilégio para que o Hospital não pague portagem	Ch. D. Manuel Lv.7 fl .7.
1512	17/2	Doação vitalícia de 15 arrobas de açúcar ao Hospital por D. Manuel	Ch. D. Manuel Lv.8 fl .46v.
1512	18/3	Compromisso do Hospital (cópia das Caldas)	
1512	27/4	Bacharel Jerónimo Aires	Lv. 1.º de Registo fl. 3v
1512	4/5	Ordem para que os privilegiados prestassem todos os serviços exigidos pelo provedor	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1512	5/5	Confirmação arcebispa do <i>Compromisso</i>	Silva Carvalho
1513	20/8	Foral de Óbidos	
1513	9/5	Sesmaria nos fornos da cal	Lv. de registo de sesmarias fl 49.
1514		D. Manuel concede aos funcionários do Hospital equiparação aos privilegiados das Caldas	JSP II p.247
1515	10/4	Falece Mateus Fernandes (pai)	
1515	14/4	Suplica de D. Leonor ao papa Leão X para a concessão dos dízimos da vila das Caldas ao Hospital.	Saul Gomes 1
1515		Provisão para que os Fazendeiros do Hospital não paguem impostos	Saul Gomes 1
1516	26/11	Mercê a João Alvarez para manter a sesmaria e o moinho que tinha perdido a favor do Hospital	Lv. 1.º de Registos fl. 76-76v
1516	18/12	D. Leonor confirma as doações feitas ao Hospital e das licenças e concessões do Arcebispado de Lisboa	Lv. 1.º de Registos fl. 91-91v.
1518	1/11	A rainha e seu séquito chegam às Caldas por causa da peste de Lisboa (Tifo)	
1518		Visita de D. Pedro, filho do rei de Manicongo ao Hospital e à rainha	
1518		D. João III ordena ao Juiz de Fora de Óbidos que autorize a compra de mantimento em Óbidos pelo Hospital	JSP II p.246
1519	14/5	A rainha e a sua corte partem das Caldas	
1519	23/5	Arcebispo de Lisboa, D. Martinho manda concluir as obras de S. Sebastião	
1520	8/11	Venda da vinha de Iria Fernandes ao capelão	BPADL – doc. 35.
1521	28/2	Sentença contra André Gonçalves pelo roubo do trigo do Hospital	Lv. 1.º de Receitas fl. 427v
1521	31/7	D. Leonor perdoa Diogo Dias e João Dias, presos	Lv. 1.º de

		na Cadeia das Caldas	Receitas fl. 428
1521	28/8	Empreitada de Mateus Fernandes II a abobada e a varanda da rouparia	Lv. 1.º de Receitas fl. 389
1521		Coroação de D. João III	
1521	9/5	D. João III rectifica a carta do termo da vila das Caldas	Ch. D. João III Lv.12 fl .83.
1522		Foi realizada uma tourada pela festa do Corpo de Deus, terão sido feitas outras anteriormente.	JSP III p.107
1525	17/11	Morre D. Leonor	
1526	2/5	D. João III confirma os privilégios	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1526	14/7	D. João III aumenta os privilégios com a isenção de sisas	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1526		D. Catarina ordena que os lavradores que tenham terrenos no termo das Caldas não paguem jugadas a Óbidos	S. Carvalho
1526	22/4	D. João III ordena que se arrecadem as rendas do Hospital sem embargo de provisões anteriores	Lv. 1.º de Registos fl. 29v
1526	24/4	O rei dá jurisdição aos almoxarifes de Óbidos e Aldeagalega para executarem as jugadas nos seus termos, aos que semearem e aos que comprarem	Lv. 1.º de Registos fl. 36v
1527	12/9	Tombo da Comarca da Estremadura – População das Caldas – 70 vizinhos	Brancamp freire
1527		O infante D. Henrique, futuro rei, passa o Verão alojado no Hospital	
1528		Morre Mateus Fernandes Filho que até aí era o mestre-de-obras do Hospital	Saavedra 2
1528	8/6	O rei ordena que os do termo de Óbidos vendam todos os mantimentos necessários ao Hospital e à vila ao mesmo preço dos habitantes de Óbidos	Lv. 1.º de Registos fl. 30
1528	19/7	D. João III concede que se faça uma enfermaria para religiosas e uma para doentes de febres (convalescença)	Jorge de S. Paulo
1529		Os procuradores nas Cortes pedem ao rei que os Cavaleiros da vila, não privilegiados, paguem jugada ao Hospital.	S. Carvalho
1529		O provedor compra as casas de Lopes Fernandes junto ao Hospital para ampliá-lo	S. Carvalho
1529	23/4	D. Catarina autoriza a compra em Óbidos de mantimentos para o Hospital sempre que os mesmos faltem na vila das Caldas e que os de Óbidos que venham vender carne e demais géneros ao Hospital os cedam pelo mesmo preço aos habitantes da vila	Lv. 1.º de Registos fl. 30v
1531	26/1	Terramoto na região da Estremadura	
1531		Visita de D. João III ao Hospital	Jorge de S. Paulo
1531		O capitão Sancho de Ávila trata-se nas Caldas	Jorge de S. Paulo

1532	?	1.º Registo das propriedades urbanas do Hospital	Lv. 1.º de Registos fl. 93 - 95
1532	29/6	D. João III entrega a administração do Hospital aos Lóios (Cónegos de Santo Elói)	Lv.º 1.º fls. 22v-23
1532	29/6	Jacome de Sta. Maria, primeiro provedor Lóio	Lv.º 1.º fls. 22v-23
1532		O abade cisterciense e visitador da Ordem, Claude de Bronseval passa pelas Caldas	
1532	5/10 a 28/11	Mestre Diogo Fernandes, e os pedreiros Vasco Fernandes e Afonso Pires tomam de empreitada o Portal do Hospital e o banho dos «sarmientos»	Lv. De Receitas 1532 – 1533 fls. várias
1532	5/10	Instalação do Pelourinho da vila das Caldas	
1533		Provisão para que o Provedor pudesse fazer Avenças em Óbidos em conjunto com o Juiz dos Direitos Reais	JSP II p.245
1533	15/3	Esculturas do portal do Hospital	Lv. De Receitas 1532 – 1533 fl. 286
1534	29/4	Arrematação do Casal de Belver	BPADL – doc. 40
1535		Tentativa falhada de constituição do Termo do Bombarral	
1536	Março ?	Terramoto na região da Estremadura	
1536		Construção das casas do roupeiro (junto à rouparia) sobre um arco da abobada	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1536		Francisco de Sta. Maria	
1536	14/7	D. João III faz saber aos funcionários e moradores da vila que devem obdiência ao provedor	Lv. 1.º de Registos fl. 26v
1536	Outubro	Obras na casa dos provedores (escadaria e pavimentos) por Afonso Pires e Vasco Fernandes	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1537		Renovação da enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1537		Aplicação do forro da varanda que está à frente da porta do banho da sarna	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1538	16/5	Contracto para restauro dos retábulos do Hospital com o pintor Raimond de Arnois	Saul Gomes 1
1538	6/7	D. João III isenta de sisa os moradores das Caldas	S. Carvalho
1539		Luís da Conceição	
1539		Construção de instalações sanitárias no 1.º piso da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1539	15/10	Vasco do Coto passa a servir de ouvidor	Lv. 1.º de Registos fl. 28
1540		Construção dos aposentos da criada e chaminé da cozinha	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1540		Construção de dois arcos de tijolo junto a S. Silvestre para reforço estrutural da enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1540		Restauro do cano de água da cozinha e padaria antiga (por baixo da rouparia)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1541	6/4	D. João III autoriza Vasco do Coto a renunciar ao cargo de escrivão em favor de Tristão Gomes, seu	Lv. 1.º de Registos fl. 28v

		genro	
1541	?	D. Catarina instaura a Misericórdia na capela do Espírito Santo	JSP II p.537.
1541		Gaspar dos Reis	
1541		Aplicação de grades das janelas da enfermaria das mulheres	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1542		Provisão para que o Hospital não pague decima para as fronteiras	JSP II p.249
1543		Aplicação do pavimento e forro da Copa e da enfermaria dos homens	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1543		Construção do celeiro novo (a Norte da casa dos provedores)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1544		Foi pedido em Cortes que D. João III extinguisse o Couto de Homiziados das Caldas “ <i>por ser gente causadora de problemas</i> ” transferindo-os para o limite do Termo.	Saul Gomes 1
1544		Francisco de Sta. Maria – 2.º mandato	
1545		Foi cedido pelo concelho de Braga 24 moios de centeio e milho para aplacar a fome nas Caldas	JSP III p.108
1545	7/3	Provisão do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando sobre o provimento da Igreja do Hospital ser também a da Vila.	Silva Carvalho
1547	13/1	Contracto para o forro da enfermaria dos Homens com o carpinteiro Lopo Martins, morador da vila	Saul Gomes 1
1547		Diogo de Cristo	
1547		Aplicação do forro da rouparia e das enfermarias	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1548		Ampliação da enfermaria das religiosas (6 camas)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1549		Construção da enfermaria das febres e convalescença	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1549		Consolidação dos taludes da Horta	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1550		O Hospital começa a receber doentes pagantes a 30 reais a ração diária	Silva Carvalho
1550	21/1	Nomeado António Leite para ouvidor da vila	Jorge de S. Paulo
1550		Francisco de Sta. Maria Leite	
1552	?	Reconstrução da capela do Espírito Santo pelo boticário Pêro Taborda	Jorge de S. Paulo
1553		Ampliação da enfermaria das mulheres (mais 19 camas)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1553		Jácome de Sta. Maria – 2.º mandato	
1553		Construção dos quartos sobre o refeitório da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1555	20/1	Renovação do Privilégio do Hospital poder ir comprar mantimentos a Óbidos	Silva Carvalho
1555		Fernão de Nazaret	
1556		Construção dos muros dos jardins	Vd. cap. 8.3. segunda parte

1556	7/1	Licença para se arrendar as rendas do Hospital	Jorge de S. Paulo
1556		Construção da escada da porta da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1556	17/12	Provisão régia para que se arrecade Jugadas quando se quiserem, e o Paço de Óbidos passa a reverter 1 moio de trigo para o Hospital	Lv. 1.º de Registos fl. 61.
1557		Aclamação de D. Sebastião / regência de D. Catarina	
1558		Gonçalo da Cruz	
1558		Aplicação do pavimento da sala dos reis da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1558		Obras de melhoramento das piscinas	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1558		Construção da atafona	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1558	14/6	D. Sebastião dá sentença a favor dos privilegiados	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1559		D. Sebastião autoriza a compra até 400 carneiros para o Hospital	JSP II p.246
1559		Construção do portal do banho dos homens	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1560		Visita de uma delegação da Universidade de Coimbra ao Hospital liderada por Rodrigues de Guevara	Lv. das Visitações
1560		Pêro de S. João	
1560		Restauro das varandas e janelas das enfermarias do 1.º piso	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1561		Remodelação das casas do médico e boticário (demolidas para a construção da enfermaria de S. Pedro)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1562		Entrega da regência ao Cardeal D. Henrique	
1562		Gil da Conceição	
1562		Construção das instalações sanitárias da enfermaria das febres	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1563		Demolição da enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1564		Obras na Copa	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1565		Fernão Rebelo	
1565		Aumento do valor da diária dos doentes pagantes para 40 reais	Silva Carvalho
1566	13/3	Provisão de D. Sebastião para se mandarem aferidores de pesos e medidas às Caldas	Lv. das Visitações
1566		Diogo da Purificação	
1566	15/7	Instalação do relógio na torre da igreja	Livro de receitas e despesas fl. 192
1566		Casa dos fidalgos (aposentos na casa dos provedores)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1566	10/11	Reconstrução da capela de S. Silvestre	Livro de receitas e despesas fls.

			188.
1566		Construção da escada da varanda para a praça	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1567		Restauro da varanda da rouparia (colunas de ferro)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1568	13/7	D. Sebastião e a rainha D. Catarina visitam as Caldas, fugidos de peste em Lisboa	
1568		Restauro dos muros da cerca	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1569		Afonso Alves	
1569	22/3	Provisão de D. Catarina (como regente) para que não se reconduza nos cargos os provedores	Lv. das Visitações
1569		Álvaro da Cruz	
1569		Remodelação da cerca da horta e construção do tanque novo	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1569		Abobada da sala da Casa dos fidalgos (sala dos reis)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1571		Visitação de António Toscano às finanças do Hospital, mandado por D. Sebastião	Lv. das Visitações
1571		Construção da nova atafona da Horta	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1571		Manuel de S. António	
1571		Aplicação do forro das varandas	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1571		Anexo à enfermaria dos homens para purga dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1572		Construção da lareira da Sala dos Reis	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1572		Construção dos socalcos de pedra na Horta (emparcelamento)	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1572		O Hospital recebia uma média de 150 doentes por dia	Jorge de S. Paulo
1573		Construção dos 3 Camarotes para nobres e alto clero	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1574		Provisão para que o Juiz de Fora de Óbidos não moleste os Judeus de Caldas	Silva Carvalho
1575	12/10	Visitação de João Ribeiro	Lv. das Visitações
1575		Gaspar da Assunção	
1575		Início da nova enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1575	13/9	Parecer do visitador António Toscano sobre a má gestão do Hospital	Lv. das Visitações
1575		D. Sebastião sujeita a administração do Hospital à supervisão da Mesa de Consciência e Ordens	Lv. das Visitações
1575		Início do Tombo dos bens do Hospital	Tombo da Fazenda do H.
1575		Ampliação da piscina feminina	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1576	7/6	Privilégios para se poder comprar mantimentos nas vilas vizinhas	Jorge de S. Paulo
1576		Construção dos muros de pedra da Cerca	Vd. cap. 8.3. segunda parte

1576		Aplicação do forro da Casa dos fidalgos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1576	9/11	D. Sebastião confirma os privilégios	Livro dos Assentos dos Privilegiados
1576		Modernização dos fornos do hospital	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1577		Cardeal D. Henrique está em tratamento nas Caldas	Jorge de S. Paulo
1578		Restauro da varanda e arcos que estão sobre a Copa e construções dos camarotes	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1578		Coroação de D. Henrique	
1578		Manuel de S. António – 2.º mandato	
1580	Maio	Sancho de Ávila e o Alcayde Tejada estiveram em tratamento nas Caldas	Jorge de S. Paulo
1580		Aclamação de D. Filipe I	
1580		Martim Leitão	
1581	14/3	Provisão de D. Filipe I para não se aquartelarem soldados nas Caldas	Silva Carvalho
1581		Ambrósio do Espírito Santo	
1583		Afonso Rodrigues	
1583		Conclusão da cerca da Horta	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1583	14/5	Carta do Duque de Bragança para homens de Caldas vão reforçar as guarnições de Peniche porque os Ingleses pretendem desembarcar aí (embora contrarie os privilégios é certo que este pedido foi satisfeito)	Silva Carvalho
1583	28/9	Carta do mesmo duque agradecendo à Câmara a prontidão na resposta do pedido anterior	Silva Carvalho
1584		Conclusão da nova enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1584		Gil da Conceição – 2.º mandato	
1586		Construção da casa dos Lavradores (enfermaria dos doentes pagantes) sobre a Copa	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1586	20/10	Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro manda que o cartório da Igreja de N. Sra. do Pópulo devolva alguns documentos que possui referentes a S. João	Lv. das Visitações
1586		Construção da enfermaria e oratório de S. Pedro	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1587	2/5	Cardeal Alberto de Áustria (regente) promulga alterações à administração do Hospital	Lv. das Visitações
1587		Construção do muro do pinhal para a horta	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1587		Pêro de S. Bartolomeu	
1587		Nova casa da atafona e equipamento	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1587		Conclusão do Tombo de Bens do Hospital	Tombo da Fazenda do H.
1587		Construção das instalações sanitárias na enfermaria das mulheres	Vd. cap. 8.2. segunda parte

1587		Abertura da porta do carro (por baixo do celeiro da cevada)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1588		Alvará de autorização de compra até 500 carneiros para o Hospital	JSP II p.246
1588		Construção do muro do laranjal da horta	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1588	4/4	Cardeal D. Alberto (vice-rei) manda que as Caldas cedam homens para ir em expedição militar a Inglaterra, contrariando os Privilégios	Silva Carvalho
1589		Novo celeiro da cevada (anexo ao celeiro)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1589	Maio	Cardeal D. Alberto está em tratamento nas Caldas	Jorge de S. Paulo
1589		Nova enfermaria para mulheres (convalescença de febres)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1589		Construção dos bancos da horta e da parreira	Vd. cap. 8.3. segunda parte
1590		Baltazar da Trindade	
1590		Obras na Copa (painel de azulejos)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1590		Visitador do Arcebispado de Lisboa obriga o prior de S. João de Óbidos a construir igreja nas Caldas porque os paroquianos não deveriam continuar a utilizar a igreja privada do Hospital	Lv. das Visitações
1590		Aplicação de vidros e redes nas janelas das enfermarias	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1590		Novo forro e instalações sanitárias na enfermaria dos homens	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1591		Início da construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário	Jorge de S. Paulo
1592	11/8	Autorização para se construir Oratório privado na casa dos Provedores	Jorge de S. Paulo
1593		Francisco de Sta. Maria, o Pontevel	
1593		Obras de recuperação dos canos e aquedutos	Jorge de S. Paulo
1593		Construção da Adega nova (anexo da casa dos provedores)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1595		João Pereira	
1596		Gaspar da Conceição	
1597		Privilegio para o Ouvidor poder fazer audiência na Casa dos Contos e não na Casa do Concelho	JSP II p.245
1598		Pela 2. ^a vez o Visitador do Arcebispado de Lisboa obriga o prior de S. João de Óbidos a construir igreja nas Caldas porque os paroquianos não deveriam continuar a utilizar a igreja privada do Hospital	Lv. das Visitações
1598	6/7	D. Filipe I extingue o couto de homiziados mantendo os privilégios para 30 pessoas livres	Silva Carvalho
1598		Coroação de D. Filipe II	
1599		António do Espírito Santo Cines	
1602		Manuel da Transfiguração	

1605	23/4	Regulamentação dos escrivães das sisas	Silva Carvalho
1605		António da Madre de Deus	
1605		Autorização para que o Hospital compre todo o trigo necessário no Celeiro de Óbidos	JSP II p. 247
1606		Paulo Leitão de Abreu	
1606		Construção dos nichos em arco ladrilhados nas enfermarias dos homens e mulheres (reforma das enfermarias)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1606		Visitação às igrejas ordenada pelo Arcebispo de Lisboa, foram ordenadas 20 visitas	Silva Carvalho
1606	3/3	Privilégio para a cobrança de dividas do Hospital	Silva Carvalho
1607		Alvará para o Hospital ter açougue	Silva Carvalho
1608	Abril	Ordem para retirado a administração do Hospital aos Lóios	Lv. das Visitações
1608	9/10	Visitação sobre a gestão dos Lóios	Lv. das Visitações
1609	Fevereiro	A Mesa de Consciência propõe ao rei 4 nomes para provedor do Hospital	Lv. das Visitações
1609	19/12	Manuel Severim de Faria passa nas Caldas	
1609		Simão de Sta. Maria	
1610		O rei reitera a confiança na Congregação dos Lóios	Jorge de S. Paulo
1612		António Roiz de Figueiredo	
1612		Baltasar na Anunciação	
1614	28/12	Provisão para o Hospital ter açougue separado do da vila	Silva Carvalho
1614	Dezembro	Provisão para se cobrarem as jugadas como bens reais	Jorge de S. Paulo
1615	13/2	Alvará para que o Hospital não venda casas que desde a fundação serviam de aposentos aos funcionários	Jorge de S. Paulo
1615		Jerónimo da Cruz	
1615	2/4	Provisão para o Monteiro pagarem jugada do linho e do vinho	Jorge de S. Paulo
1617		Urbano de Gouveia	
1618		Martinho do Espírito Santo	
1618		Nova porta fronha para o terreiro da igreja	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1619	4/12	Confirmação da Mesa de Consciência para que a administração do Hospital se mantivesse a cargo dos Lóios	Silva Carvalho
1621		Coroação de D. Filipe III	
1621		Salvador da Visitação	
1624	9/3	Visitação de D. Fr. Tomé de Faria, Bispo de Targa	Lv. das Visitações
1624		Manuel Baptista	
1625		Diogo Souto Maior	
1626		Construção da instalação sanitária da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1626		O Cabido da Sé envia em visitação Agostinho	Lv. das

		Botelho da Fonseca	Visitações
1626		Construção da estrebaria da casa dos provedores	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1626		Encomenda das telas com os retratos dos reis de Portugal para a Sala dos Reis	Saavedra 2
1626		Construção da Casa dos Contos (por cima dos aposentos dos criados)	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1626		A Misericórdia de Lisboa começa a enviar os seus membros a tratamentos no Hospital « <i>Conductas das Caldas</i> »	Jorge de S. Paulo
1628		Nova visitação do Cabido da Sé, foram feitas mais quatro visitas nos anos seguintes	Lv. das Visitações
1629		Remodelação da casa do escrivão	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1630		Manuel da Anunciação	
1632		Provisão para retirar poder ao Corregedor de Leiria sobre assuntos do Hospital	Lv. das Visitações
1632		O médico Dionísio Fortes, obriga o Hospital a dar-lhe a casa destinada desde a fundação do Hospital ao médico, que agora estava arrendada, pedindo por si, o valor da renda	JSP II p.249
1633		Ampliação da casa da farinha	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1633		Salvador da Cruz	
1633		Construção do oratório da enfermaria dos religiosos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1634	28/6	Visitação por ordem da Mesa de Consciência por Sebastião Carvalho	Lv. das Visitações
1635		Francisco Lucena, secretário do Concelho de Estado esteve em tratamento	Jorge de S. Paulo
1636		António da Conceição	
1636		Construção da escada da <i>porta do Sol</i> que desce na lateral da igreja, junto à torre sineira	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1637		Regulamentação das taxas de pão	Silva Carvalho
1638		Embargo e Demolição da ermida de S. Bartolomeu	
1639		Francisco de Sousa	
1639		Tomé do Espírito Santo	
1639		Provisão isentando o Hospital de obedecer ao Corregedor de Leiria. O Hospital só responde à Mesa de Consciência	Jorge de S. Paulo
1640		Aclamação de D. João IV	JSP II p.249
1641	19/10	Provisão de D. João IV para a redução das penas dos cativos	Jorge de S. Paulo
1642		João Homem de Meneses	Silva Carvalho
1643		Francisco da Ressurreição	
1643		Privilégio para que não se sentenciasse nenhuma causa do Hospital sem a assistência do Provedor da Coroa	JSP II p.248
1644		Tomé do Espírito Santo – 2.º mandato	

1644	8/9	Fogo no Hospital	Jorge de S. Paulo
1645		D. João IV trata o reumatismo nas Caldas	Jorge de S. Paulo
1646		Domingos de Andrade Sampaio	
1647	12/9	Visitação de Diogo de Sousa por ordem da Mesa de Consciência	Lv. das Visitações
1648		Gaspar da Ressurreição	
1648		Infante D. Afonso está em tratamento nas Caldas com uma vasta corte	Jorge de S. Paulo
1649		Pêro da Anunciação	
1650	15/11	Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida ordena visitas às Igrejas das Caldas	Lv. das Visitações
1651		Novo Hospital dos Peregrinos	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1651	15/5	Ordem régia para que não se aceite mais religiosas no Hospital	Jorge de S. Paulo
1652		Remodelação da casa do escrivão	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1652		2.º Visita ao hospital de D. João IV para tratamento ao reumatismo	Jorge de S. Paulo
1652	9/5	Provisão de D. João IV sobre o tratamento de freiras de clausura no Hospital	Jorge de S. Paulo
1651		Reedificação da Albergaria	JSP II p. 63-64
1653		Roque da Cunha Pinheiro	
1653		Jorge de S. Paulo	
1653		Provisão de D. João IV para que os nobres e privilegiados paguem oitavos ao Hospital	Jorge de S. Paulo
1653		Novo refeitório dos oficiais	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1654	Agosto	Provisão para que não se aceitem freiras de clausura no Hospital (não foi cumprido).	Silva Carvalho
1654		Renovação da atafona e dos aposentos dos criados	Vd. cap. 8.2. segunda parte
1656		População das Caldas – 800 pessoas em 193 fogos	JSP II p. 66
1656		Coroação de D. Afonso VI / regência de D. Maria Luísa de Gusmão	
1656		Jorge de S. Paulo escreve o <i>Hospital das Caldas até ao ano de 1656</i>	
1656		Tomás de S. João	
1656		Rainha D. Luísa de Gusmão dá início às obras de modernização do Hospital	
1657		António Vaz Correa Peixoto	
1659		Pêro da Anunciação – 2.º mandato	
1659		O mestre-de-obras Custódio Milheiros inicia as obras de modernização do Hospital	Silva Carvalho
1659	30/6	Azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo	Saavedra 2
1660		D. Afonso VI está em tratamento	
1661		Jerónimo Nogueira de Araújo	
1662		Jorge de S. Paulo – 2.º mandato	

1662		Fim da regência de D. Maria Luísa de Gusmão	
1663		Francisco Correa Peixoto	
1663		Francisco da Purificação	
1664		Domingos Nogueira	
1664	21/5	Morre Jorge de S. Paulo	
1664	27/5	D. Afonso VI manda conduzir todos os vagabundos às fronteiras do reino	
1664	17/7	Provisão da Rainha D. Luísa para que o corregedor de Leiria possa ter poderes em Caldas e Óbidos	Silva Carvalho
1665	16/5	Provisão para que o Médico e o Cirurgião não sejam obrigados a servir nos cargos da Câmara da vila	Silva Carvalho
1665		Sebastião da Madre de Deus	
1666	12/11	Provisão da Rainha D. Luísa para que não haja apelação ao ouvidor do Hospital em coisas a que não digam respeito ao Hospital	Silva Carvalho
1668		Paulo da Trindade	
1668	2.º trime.	Azulejos da Copa e das Enfermarias	Saavedra 2
1670		João da Costa Leitão	
1670	31/1	Provisão de D. Maria Isabel para dando plenos poderes aos provedores	Silva Carvalho
1670		António da Madre de Deus Chichorro	
1672		Manuel Alves de Carvalho	
1673		Manuel de Santa Maria	
1674		Provisão de D. Maria Luísa sobre as jugadas	Silva Carvalho
1675		Francisco Cordeiro da Silva	
1676		João da Cruz	
1678	9/9	Manda-se encerrar a janela da enfermaria das freiras que dá para o porta travessa da igreja	Silva Carvalho
1679	Março	Azulejos da Enfermaria das Mulheres	Saavedra 2
1679		Luís da Anunciação	
1681		Francisco da Conceição	
1683		Coroação de D. Pedro II	
1683		Visitação do Cabido da Sé	Lv. das Visitações
1683		Rainha D. Maria Isabel está em tratamento	Silva Carvalho
1683		Infanta Isabel Luísa (filha de D. Pedro II) está em tratamento e é retratada por Josefa D' Óbidos	Silva Carvalho
1683		Rainha D. Maria Isabel de Sabóia deixa em testamento rendimentos ao Hospital (faleceu em 27 de Dezembro)	Silva Carvalho

Apêndice 2

Lista dos Provedores do Hospital até 1683²

Data da tomada de posse	Provedor
1485	Escudeiro da rainha Álvaro Dias Borges – 1.º provedor
1496	Escudeiro da rainha Gomes da Fonseca
1512	Bacharel Jerónimo Aires – 1.º provedor após o <i>Compromisso</i>
1532	Jácome de Sta. Maria – 1.º provedor Lóio
1536	Francisco de Sta. Maria
1539	Luís da Conceição
1541	Gaspar dos Reis
1544	Francisco de Sta. Maria – 2.º mandato
1547	Diogo de Cristo
1550	Francisco de Sta. Maria Leite
1553	Jácome de Sta. Maria – 2.º mandato
1555	Fernão de Nazaret
1558	Gonçalo da Cruz
1560	Pêro de S. João
1562	Gil da Conceição
1566	Diogo da Purificação
1569	Álvaro da Cruz
1571	Manuel de S. António
1575	Gaspar da Assunção
1578	Manuel de S. António – 2.º mandato
1581	Ambrósio do Espírito Santo
1584	Gil da Conceição – 2.º mandato
1587	Pêro de S. Bartolomeu
1590	Baltazar da Trindade
1593	Francisco de S. Maria, o Pontével
1596	Gaspar da Conceição
1599	António do Espírito Santo Cines
1602	Manuel da Transfiguração
1605	António da Madre de Deus
1609	Simão de Sta. Maria
1612	Baltasar na Anunciação
1615	Jerónimo da Cruz
1618	Martinho do Espírito Santo
1621	Salvador da Visitação
1624	Manuel Baptista
1630	Manuel da Anunciação
1633	Salvador da Cruz

² Dados recolhidos em Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. tomo 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656). E Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932.

1636	António da Conceição
1639	Tomé do Espírito Santo
1643	Francisco da Ressurreição
1644	Tomé do Espírito Santo – 2.º mandato
1648	Gaspar da Ressurreição
1649	Pêro da Anunciação
1653	Jorge de S. Paulo
1656	Tomás de S. João
1659	Pêro da Anunciação – 2.º mandato
1662	Jorge de S. Paulo – 2.º mandato
1663	Francisco da Purificação
1665	Sebastião da Madre de Deus
1668	Paulo da Trindade
1670	António da Madre de Deus Chichorro
1673	Manuel de Sta. Maria
1676	João da Cruz
1679	Luís da Anunciação
1681	Francisco da Conceição

Apêndice 3

Lista dos Juizes de Fora das vilas de Óbidos e Caldas de 1565 a 1683³

Data da tomada de posse	Juiz de Fora
1565	Fernão Rebelo
1569	Afonso Alves
1580	Martim Leitão
1583	Afonso Rodrigues
1595	João Pereira
1606	Paulo Leitão de Abreu
1612	António Roiz de Figueiredo
1617	Urbano de Gouveia
1625	Diogo Souto Maior
1639	Francisco de Sousa
1642	João Homem de Meneses
1646	Domingos de Andrade Sampaio
1653	Roque da Cunha Pinheiro
1657	António Vaz Correa Peixoto
1661	Jerónimo Nogueira de Araújo
1663	Francisco Correa Peixoto
1664	Domingos Nogueira
1670	João da Costa Leitão
1672	Manuel Alves de Carvalho
1675	Francisco Cordeiro da Silva
1690	António Pinto da Rocha

³ Seguimos a lista em *Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos*. Lisboa: IN-CM/CMO, 1985. pp. 232-233.

Apêndice 4

Património da rainha D. Leonor⁴

Património territorial	Património financeiro	Padroados
Fortaleza de Lagos	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Sintra	Sta. Maria de Óbidos
Vila de Sintra	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Óbidos	S. Pedro de Óbidos
Vila de Torres Vedras	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Alenquer	S. Tiago de Óbidos
Vila de Óbidos	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Torres Vedras	S. João Baptista de Óbidos
Vila de Alenquer	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Aldeia Galega	S. António de Dagorda
Vila de Torres Novas	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Aldeia Gavinha	N. Sra. da Aboboriz (Amoreira)
Vila de Alvaiázare	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Torres Novas	N. Sra. do Pópulo das Caldas
Vila de Silves	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Alvaiázare	Sta. Maria Madadela em A-dos-Negros
Vila de Faro	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Silves	S. António de Salir do Mato
Vila Franca de Xira	Direitos rendas e jurisdições do termo de Faro	N. Sra. da Conceição de Atougua
Vila de Castanheira (do Ribatejo)	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Vila Franca de Xira	Sta. Maria de Alenquer
Vila de Azambuja	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Castanheira	S. Pedro de Alenquer
Vila de Cascais	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Azambuja	S. Tiago de Alenquer
Aldeia Galega	Direitos, rendas e jurisdições do termo de Cascais	S. Estevão de Alenquer
Aldeia Gavinha	Arras de 20 mil escudos de	S. Julião de Alenquer

⁴ A listagem é independente das datas de incorporação e alienação.

	ouro por dote de casamento	
Aldeia da Merceana	Joias no valor de 24.898 cruzados de herança de D. Brites	Sta. Maria de Aldeia Galega
Vila Verde dos Francos	335 mil reais rendas e direitos (por herança de D. Brites)	Sta. Maria de Triana
Aldeia de Salir	Aras de 28 mil escudos de ouro por testamento de D. João II	Sta. Maria de Merceana
Aldeia de A-dos-Ruivos	Rendimento anual da rainha 225mil reais	N. Sra. da Piedade de Merceana
Vila de Almada (por herança de D. Brites)	Sisa judenga e genesim dos judeus dos seus territórios	Sta. Maria de Ribafria
Prédios urbanos e fundiários em Beja (por herança de D. Brites)	Direitos da mouraria de Silves	S. Miguel de Palhança
Prédios urbanos e fundiários em Lisboa	Direitos da mouraria de Faro	Sta. Maria da Ventosa
	Sisa da Casa do Aver	S. Sebastião da Espiçandeira
	Sisa da Casa do Peso de Lisboa	Sta. Justa da Ota
	Sisa do trigo de Liboa	Sta. Marta de Vila Nova da Rainha
	Dízima da Alfândega de Salir	N. Sra. das Candeias de Vila Nova da Rainha
	Dízimo do pescado e do atum do porto de Faro	Sta. Maria de Sobral de Monte Agraço
	Dízimo do pescado e do atum do porto de Silves	S. Salvador de Monte Agraço
	Dízima das jóias do reino	Sta. Maria de Enxara do Bispo
	Meia corretagem de Goa	S. Tiago de Torres Vedras
	Imposto sobre a Droga da Casa da Índia	S. Pedro de Torres Vedras
	Tença de 100 arrobas de açúcar da Madeira	Sta. Maria de Torres Vedras
	Impostos pontuais na Alfândega de Lisboa	S. Miguel de Torres Vedras
	Impostos pontuais na Casa da Mina	Sta. Maria da Carvoeira de Torres Vedras
	Impostos pontuais na Casa da Índia	Sta. Susana de Alcabrichel
	Impostos pontuais na Tesouraria das especiarias da Casa da Índia	S. Pedro de A-da-Rainha
		Sta. Maria de Sintra
		S. Pedro de Sintra

	S. Marcos de Sintra
	S. Miguel de Odrinhas
	Sta. Maria de Cascais
	S. Salvador de Santarém
	S. Estevão de Santarém
	Sta. Maria de Povos (Santarém)
	Sta. Maria da Alcaçova (Santarém)
	S. Pedro de Torres Novas
	Sta. Maria de Torres Novas
	S. Salvador de Torres Novas
	S. Tiago de Torres Novas
	Stma. Trindade de Sata
	Sta. Maria de Alvaiázare
	Sta. Maria de Castelões (Viseu)
	Sta. Maria de Catria (Viseu)
	N. Sra. da Conceição de Faro
	N. Sra. da Conceição de Beja
	Sta. Maria de V. Franca de Xira
	S. Nicolau em Lisboa
	S. Martinho em Lisboa
	Sta. Maria Madalena em Lisboa
	S. António em Lisboa
	S. Bartolomeu em Lisboa
	Sta. Maria de Azambuja
	S. Bartolomeu de Castanheira

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo do Histórico do Hospital das Caldas da Rainha (AH/HCR)

- Fundo do Hospital Termal
 - Sc. Gestão Patrimonial:
 - Sr. Livros de Tombo
 - *Livro primeiro de Registos (1522-1570)*
 - *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587*
 - Sr. Obras e Instalações
 - *Livro de memórias e instruções pertencentes à renovação do Real Hospital principiado em Maio de 1747 Livro 1.º [decisões e administração da obra do Hospital].*
 - *Livro de memórias e instruções pertencentes às obras da Câmara, Cadeia e Açougue da Vila das Caldas [1748].*
 - *Livro de memórias pertencentes ao aqueduto, minas, fontes e tanques da Vila das Caldas [1748].*
 - Sr. Sesmarias
 - *Livro de Registo de Sesmarias do Hospital (1490-1543).*
 - Sc. Gestão Financeira:
 - Sr. Receitas e despesas
 - *Livro primeiro de notas [1525-1540].*
 - *Livro de Receitas e despesas de 1520 a 1521.*

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria (BPADL)¹

- Fundo do Hospital das Caldas da Rainha
 - *Livro dos Assentos dos Privilegiados desta Villa das Caldas da Rainha*
 - *Livro das Visitações feitas ao Hospital por ordem del-Rey*
 - *Livro quarto da receita e despesa [-1533]*
 - *Documentos Avulsos*
 - *Testamento de Álvaro Dias Borges [1491].*
 - *Carta de doação das Rendas e Direitos de Jugada de Aldeagalega.*

¹ Optamos por esta abreviatura, embora alguns autores utilizem: ADL ou ADLei.

- *Treslados das bulas.*
- *Notas sobre a missão do Licenciado Diogo Dias para o cardeal D. Jorge da Costa em Roma [1507].*

Arquivo Histórico Municipal de Óbidos (AHMO)

- *Livro do Tombo do Concelho [1410-1434]*

Arquivo da Misericórdia de Óbidos

- *Livro de Tombo da Fazenda da Misericórdia*

Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (AN/TT)

- Chancelarias régias
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 2 fl. 92v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 8 fl. 27v, fl. 36 e fl. 175v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 9 fl. 63v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 15 fl. 56v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 16 fl. 13v, e fl. 116v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 19 fl. 107v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 25 fl. 20.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 28 fl. 75v.*
 - *Chancelaria de D. Afonso V lv. 30 fl. 90.*
 - *Chancelaria de D. João II lv. 10 fl. 131.*
 - *Chancelaria de D. João II lv. 14 fl. 55v.*
 - *Chancelaria de D. João II lv. 16 fl. 85.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 4 fl. 27v e fl. 29-30.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 7 fl. 7.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 8 fl. 28-28v.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 17 fl. 12v.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 27 fl. 66.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 28 fl. 55-55v e fl. 63.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 37 fl. 49.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 41 fl. 9v-10.*
 - *Chancelaria de D. Manuel lv. 43 fl. 66v-67*

- *Estremadura lv. 2 fls. 39-39v e 69v.*
- *Estremadura lv. 3 fls. 128v-129.*
- *Chancelaria de D. João III lv. 12 fl. 83.*
- *Chancelaria de D. João III lv. 43 fl. 58v.*
- *Chancelaria de D. Filipe I lv. 5 fl. 41v.*
- *Chancelaria de D. Afonso VI lv. 26.*

- Livros de Privilégios
 - *Privilégios de D. João III lv. 6 fl. 115v.*
 - *Privilégios de D. Filipe III lv. 1 fl. 197.*
 - *Privilégios de D. Filipe III lv. 4 fl. 149.*

- Fundo da Colegiada de S. João do Mocharro de Óbidos
 - *Livro das Possessões da igreja de S. João do Mocharro da vila de Óbidos:*
Livro n.º 1

Fontes impressas

BORGES, Nicolau (transcrição e notas) – *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas, com alguns mappas curiozos, no anno de 1797 e 1798*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 2002.

BRANDÃO, Joaquim Inácio de Seixas – *Memórias dos anos de 1775 a 1780 para servirem de história à análise e virtudes das águas termais das Caldas da Rainha*. Lisboa: Régia Oficina, 1781.

O Compromisso da Rainha. (Transcrição e actualização ortográfica do original de 18 de Março de 1512). Caldas da Rainha: Ed. PH, 1992.

CARDOSO, Pe. Luís – *Dicionário Geográfico ou noticia histórica de todas as cidades, villas e lugares de Portugal e Algarve*. Lisboa: Régia Oficina Silviana da Academia Real, 1745/51.

CARVALHO, André Gomes de – *Memória das Caldas 1758*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1991.

CARVALHO, Augusto da Silva – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932. Documentos.

Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal (...) tomo III. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712.

CORREIA, Fernando da Silva – *Pergaminhos das Caldas*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1995.

DataGeo & Gabinete de Planeamento do CHCR – *Concessão do HM-14, Estudo do perímetro de protecção*. Caldas da Rainha: Setembro de 1999 (policopiado).

GOMES, Saul – *Subsídios documentais para a história do Hospital de Caldas da Rainha*, Leiria: 1984 (policopiado).

GOMES, Saul – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, dos séculos XV a XVIII relativa ao Hospital das Caldas da Rainha” in *Colóquio Sobre a História de Leiria e Sua Região*. Leiria: 1991.

GOMES, Saul – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. Apêndice documental.

MACHADO, João Saavedra – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. Documentos.

S. PAULO, Jorge de – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656).

SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha da misericórdia na história da espiritualidade em Portugal na época do renascimento*. Vol 2 (documentos) Dissertação de doutoramento em Cultura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1992. (policopiado)

Fontes iconográficas

- Gabinete de Planeamento do CHCR
 - Levantamento integral do Hospital Termal – versão actual
 - Levantamento integral do Palácio Real – versão actual
 - Fotografia aérea – data de voo Julho de 1966
 - Levantamentos integrais das igrejas de N. Sra. do Pópulo, S. Sebastião e Espírito Santo
 - Peças desenhadas dos estudos geológicos
 - Peças desenhadas da versão preliminar do Plano de Pormenor do Centro Histórico

- Câmara Municipal de Caldas da Rainha
 - Plantas de execução do Plano Director Municipal
 - Fotografia aérea – data de voo Outubro de 2001
 - Plantas de Localização a 1:5000 de 1970
 - Peças desenhadas do Plano Director Municipal

- Câmara Municipal de Óbidos
 - Plantas de localização 1:5000
 - Carta Militar 1:25000
 - Peças desenhadas do Plano Director Municipal

- Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)²
 - [s.a.] – Vista geral da cidade de Milão. 1581, cópia digital da BNL digital cota: cc-350-a_0001_1_p24-C-R0072.
 - Pirro Ligorio – Vista geral da cidade de Roma. c.1510, cópia digital da BNL digital cota: cc-155-v_0001A2_1_p24-C-R0090.
 - [s.a.] – Vista geral da cidade de Lisboa. 1590, cópia digital da BNL cota: cc-142-p2_0001B2_1_p24-C-R0150.

² Biblioteca Digital.

- Peças desenhadas copiadas em fontes impressas

Mapa de Portugal – Regional Centro 1:300000. Michelin, 2006.

Perspectiva do Hospital de 1747, Mapa de 1742, Mapas das Acomodações de 1786 in AIRES-BARROS, Luís (coord.) – *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005.

Planta do Rossio da Vila in BORGES, Nicolau (transcrição e notas) – *Noticias interessantes da Real Villa das Caldas, com alguns mappas curiozos, no anno de 1797 e 1798*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 2002.

Planta conjectural da vila em 1659 in Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha – *Boletim n.º2 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, Julho de 1971.

Mapa da Cidade em 1926 in FERRARI, António de Melo & outros – *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua história, as suas águas, as suas curas*. Caldas da Rainha: Soc. Gráfica Editorial, 1930.

Fotogramas do século XIX in TRANCOSO, Vasco – *Caldas da Rainha, Um contributo iconográfico através do Bilhete-postal Ilustrado editado até meados do século XX*. Lisboa: Ed. ELO – Publicidade e Artes Gráficas Lda, 1999.

Bibliografia

Obras de interesse específico

AIRES-BARROS, Luís (coord.) – *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005.

AIRES-BARROS, Luís (coord.) – “Termalismo e prevenção do património cultural e natural” in *Idem*. pp. 66 a 79.

ALMEIDA, Fernando de, FERREIRA, Octávio da Veiga & MONTEIRO, Jorge de Almeida – “Estatueta romana de Neptuno encontrada nas Caldas da Rainha” in *Arqueologia e História*, 9.^a série, I, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1968.

AMORIM, Pr. Miguel de – “Capelas de S. Sebastião, Espírito Santo e São Jacinto” in *Arte e Arqueologia – Boletim n.º1 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, 1971.

AMORIM, Pr. Miguel de – “Duas Capelas Caldenses – notas históricas” in *Arte e Arqueologia – Boletim n.º2 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, 1971.

BAPTISTA, Alberto Vieira – *As barracas dos pescadores da Lagoa de Óbidos*. Barcelos: Companhia editora do Minho. Fevereiro 1989.

BARBOZA, J M Sachetti – *Appendix ao que se acha escrito na matéria medica do Dr. José de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, effeitos e uso prético em forma de bebida, e banhos, das agoas das Caldas da Rainha*. Londres: 1757.

BELO, Domingos Duarte – *As Jugadas da vila de Aldeia Galega D’apar da Merceana e o Hospital Real de Caldas da Rainha – 1777*. Caldas da Rainha: [e.a.], 2006.

BORGES, Nicolau – *O Hospital das Caldas da Rainha: arte e património*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998. (policopiado)

BORGES, Nicolau (coord.) – *Bordalo nas Caldas: Obra gráfica*. Caldas da Rainha: Ed. PH & CHCR, 2005.

BOTELHO, Joaquim da Silveira – *Óbidos: Vila Museu*. Óbidos: CMO. 1982.

CALADO, Mariano – *Peniche na História e na Lenda*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche, 4ª ed. 1991.

CALADO, Mariano — “Onde se fala de uma carta de D. Afonso de Ataíde, Senhor da Atouguia, para D. João III e de como, ao depois, para defesa de Lisboa e do País, se alevantaram as fortificações de Peniche” in *Oeste Cultural, Revista de Cultura e Teoria*, n.º 1. Torres Vedras: ADRO, 2002.

CÂMARA, Teresa Bettencourt da – *Óbidos: Arquitectura e Urbanismo, séc. XVI e XVIII*. Lisboa: CMO/IN-CM, 1990.

CARVALHO, André Gomes de – *Memória das Caldas 1758*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1991.

CARVALHO, Augusto da Silva – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932.

Castelo de Óbidos – Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 68-69. Lisboa: MOP, 1952.

CASTELO-BRANCO, Fernando – “Os portos da enseada de São Martinho e o seu tráfego através dos tempos” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 23. Lisboa: 1975.

CASTRO, Manuel Baptista de – *Chronica do Máximo Doutor e Príncipe dos Patriarcas S. Jerónimo (...)*. AN/TT, Ms. Livraria n.º 729.

CHAVES, Luís — “Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)” in *O archeologo português*, vol. XX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915. pp. 258-271.

Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha – *Boletim n.º1 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, Janeiro de 1971.

Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha – *Boletim n.º2 da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Concelho das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: CMCR, Julho de 1971.

CORREIA, Fernando da Silva – *O Hospital Termal das Caldas. A sua História. As suas águas. As suas curas*. Caldas da Rainha: [e.a.], 1950.

COSTA, António Domingues Sousa – “*Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV*”. Separata das Actas Sobre *A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: IPPC, 1973.

DELGADO, J F N — *Noticia acerca das Grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1867.

DUARTE, Miguel – *Quando nem as pedras restam: O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Vale Benfeito*. Óbidos: 2005. (policopiado)

DUARTE, Miguel – *Povoamento e ocupação humana nas margens da Lagoa de Óbidos, uma primeira abordagem*. Óbidos: 2005. (policopiado)

ESPÍRITO SANTO, Moisés — *Cinco Anos de Cultura a Oeste, Etno-história da religião popular numa região da Estremadura*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

FERRARI, António de Melo & outros – *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua história, as suas águas, as suas curas*. Caldas da Rainha: Soc. Gráfica Editorial, 1930.

FERREIRA, Maria Fernanda Guilherme – *Caldas da Rainha: elementos para a sua história de aglomerado urbano*. Dissertação de Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1972. (policopiado)

FERREIRA, Ivo & PRIETO, Jorge – *Orientação morfológica da vila de Óbidos*. [s.d.] (policopiado)

FLOR, Pedro – *O túmulo de D. João de Noronha e de D. Isabel de Sousa na Igreja de Santa Maria de Óbidos*. Lisboa: Edições Colibri. 2002.

FORSADO, Rui – *As ruas das Caldas: achegas para a toponímia caldense*. Caldas da Rainha: Tip. Caldense, 1937.

FRANÇA, José Augusto – *Rafael Bordalo Pinheiro, O português tal e qual*. Lisboa: L. Bertrand, 2ª ed., 1982.

GAMA, Luís Filipe Marques da (leitura e notas) – *O testamento inédito da pintora Josefa d' Óbidos*. Óbidos: CMO, 1986.

GAMA, Luís Filipe Marques da – *Figueiras, Ayalas e Avelares de Óbidos: Subsídios para o estudo da família da pintora Josefa de Óbidos*. Óbidos: CMO, 2001.

GARCIA, Eduíno Borges — *As torres e os fachos na Lagoa da Pederneira. A torre de D. Framondo*. 1964. (policopiado)

GUAPO, António – “Memória da Fundação do recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Aldeia Gavinha” in *Oeste Cultural, Revista de Cultura e Teoria*, n.º 1. Torres Vedras: ADRO, 2002.

GUEDES, Natália Correia – *População e sociedade caldense no século XVI*. Caldas da Rainha: Col. Cadernos de História local n.3, Ed. PH, 1992 (elaborado em 1965)

GOMES, Saul – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, dos século XV a XVIII relativa ao Hospital das Caldas da Rainha” in *Colóquio Sobre a História de Leiria e Sua Região*. Leiria: 1991.

GOMES, Saul – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994.

GONÇALVES, Iria – *Viajar na Idade Média de e para Alcobaça no século XV*. Lisboa: Estudos medievais n.º 2. 1982.

GONÇALVES, Iria – *O temporal do Mosteiro de Alcobaça século XIV e XV*. Dissertação de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. 1984. (policopiada).

GORJÃO, Sérgio – *Santuário do Senhor Jesus da Pedra: Óbidos (Monografia Histórica)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

GORJÃO, Sérgio — *O Convento de S. Miguel (Trás do Outeiro e Gaeiras)*. Óbidos: Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos, 1998.

GORJÃO, Sérgio — *Catálogo do Museu de Óbidos*. Óbidos: CMO, 2000.

GORJÃO, Sérgio – *O foral manuelino de Óbidos*. Óbidos: CMO, 1999.

GORJÃO, Sérgio – *Igreja de S. João Baptista de Óbidos (antiga capela de S. Vicente)*. Col. *Essencial Descobrir Óbidos*. n.º 11. Óbidos: CMO, 2002.

GORJÃO, Sérgio – *Tesouro das Igrejas de Santa Maria e de S. Pedro de Óbidos: Guia do núcleo museológico*. Óbidos: CMO, 1998.

HENRIQUES, Guilherme João Carlos – *Alenquer e seu concelho: fac-simile da edição de 1873*. Arruda dos Vinhos: Arruda Editora, 2005.

HENRIQUES, M. V. – *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche: Unidades geomorfológicas e dinâmica actual dos sistemas litorais*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora, 1996. (policopiado)

HENRIQUES, Paulo (coord.) – *António Montês: Museu José Malhoa*. Caldas da Rainha: Museu José Malhoa/IPM, 1996.

LOPES, Silvano Armando – *Notícia do que foi ontem e do que é hoje a vila das Caldas da Rainha*. Lisboa: Tip. Minerva Central, 1883.

MACEDO, Jorge Borges de & NATIVIDADE, J. Vieira – “As instituições e as técnicas na história regional”, in *A região Oeste da Serra dos Candeeiros*. Lisboa: FCG, 1961.

MACHADO, João Saavedra – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987.

MACHADO, João Saavedra – “As Caldas. A fundação do Hospital e da vila pela Rainha D. Leonor. Aspectos da sua evolução até ao século XVII” in *Terra de Águas, Caladas da Rainha, História e Cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993.

MANGORRINHA, Jorge (coord.) – *Rodrigo Berquó Cantagalo 1839-1896: Arquitecto das Termas*. Caldas da Rainha: CHCR, 1996.

MANGORRINHA, Jorge – *O lugar das termas: património e desenvolvimento regional, as estâncias termais da região oeste*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, tirados dos historiadores portugueses e espanhóis e manuscritos originais dos arquivos, de que se faz menção nestes apontamentos. Lisboa: IN-CM/CMO, 1985.

MATIAS, Cecilia – *Ficha IPA PT031006030039: Hospital Termal das Caldas da Rainha*, DGEMN, 2002.

MATIAS, Cecilia – *Ficha IPA PT031006030017: Palácio Real das Caldas da Rainha*, DGEMN, 2002.

MENDONÇA, Isabel – *Ficha IPA PT031006030009: Ermida de S. Sebastião das Caldas da Rainha*, DGEMN, 1992.

MENDONÇA, Isabel – *Ficha IPA PT031006030008: Ermida do Espírito Santo das Caldas da Rainha*, DGEMN, 1992.

MENDONÇA, Isabel – *Ficha IPA PT031006030001: Igreja Matriz das Caldas da Rainha*, DGEMN, 2002.

MENDONÇA, Isabel – *Ficha IPA 1011020003: Forte de São Miguel Arcanjo, Sítio da Nazaré*, DGEMN, 1992.

MENDONÇA, Isabel – *Ficha IPA 1014040002: Fortaleza de Peniche*. DGEMN, 1992.

MENDONÇA, Isabel & MESTRE, Victor – *Ficha IPA 1014020009: Forte da Praia da Consolação*. DGEMN, 1992.

MONTEIRO, João Oliva – “Rinoceronte e o palácio quinhentista no Mosteiro de Alcobaça” in *Actas – Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII, colóquio 23-27 de Novembro de 1994, Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2000. pp. 291 a 300.

MONTEZ, Paulino – *Caldas da Rainha: um plano de extensão, de regularização e de embelezamento da cidade*, Col. *Estudos de Urbanismo em Portugal*, n.º 4. Lisboa: Portugal-Brasil, Lda. 1941.

MOREIRA, José Beleza — *Eburobrittium*. Porto: Produção Mimesis, 2002.

MORGADO, MANUELA [et al.] – *Plano de Pormenor do Centro Histórico de Caldas da Rainha. Estudo preliminar*, 2002 (policopiado).

PARREIRA, José – *A Lagoa de Óbidos, Património Ambiental*. Caldas da Rainha: [e.d.], 1999.

PATO, Associação – *Dossier Técnico de Candidatura da Lagoa de Óbidos a área de paisagem protegida de âmbito local e regional* (versão preliminar). Caldas da Rainha: 2005 (policopiado).

PERDIGÃO, Lurdes – *Ficha do IPA 1014020015, Castelo da Vila de Atouguia da Baleia*. DGEMN, 1998

PEREIRA, Paulo – “A igreja do Pópulo e a obra de Mateus Fernandes” in *Historia da Arte Portuguesa*. vol. II. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. pp. 44 a 47.

PESTANA, Benedita (coord.) – *Linha do Oeste: Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*. Col. Rosa-dos-ventos n.º 2. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.

PEREIRA, José Fernandes – *Óbidos*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

PINTO, Helena Gonçalves – *Caldas da Rainha no princípio deste século: fotografias de Alfredo Pinto (Sacavém)*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994.

PITON, Andrea Dondi – “O mosteiro e a vila de Alcobaça” in *Linha do Oeste: Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*. Lisboa: Assírio e Alvim, col. Rosa-dos-ventos n.º 2, 1998. pp. 187-206.

Plano Director Municipal de Óbidos. Resolução do Concelho de Ministros n.º 187/96. DR n.º 276, Série 1B. 28 de Novembro de 1996.

Plano Director Municipal de Alcobaça. Resolução do Concelho de Ministros n.º 177/97. DR n.º 248, Série 1B. 25 de Outubro de 1997.

Plano Director Municipal de Caldas da Rainha. Resolução do Concelho de Ministros n.º 101/2002. DR n.º 138, Série 1B. 18 de Junho de 2002.

QUERIDO, Carlos Marques – *Salir d'outrora*. Caldas da Rainha: Ed. P.H., 2007.

REINER, Francisco & SANTOS, Raul — *Berlengas, as histórias e as estórias...* Lisboa: Intermezzo — Audiovisuais, Lda., 2002.

ROCHA, Santos — “As grutas da Columbeira” in *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, tomo I, n.º 4. Figueira: Imprensa Lusitana de Augusto Veiga, 1907.

ROCHA, Santos & HENRIQUES, Arthur Salles — “Novas explorações na gruta da Lapa do Suão” in *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, Tomo I, n.º 5. Figueira: Imprensa Lusitana de Augusto Veiga, 1907.

RODRIGUES, Luís Nuno (coord.) – *Terra de Águas: Caldas da Rainha, história e cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993.

RODRIGUES, Luís Nuno – “Caldas da Rainha no século XVIII: entre o hospital e a Câmara” in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, história e cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993.

SABUGOSA, Conde de (António Maria José de Melo César e Meneses) – *A rainha D. Leonor 1438-1525*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 2.ª edição. 1974 (texto de 1921).

SEGURADO, Jorge – “Boytac e a Capela de Nossa Senhora do Pópulo” in *Belas-Artes*, 2.ª série, n.º 31. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1977.

SERRA, João Bonifácio – *Introdução à história das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1995.

SERRÃO, Victor – *Belchior de Matos 1595-1628: Pintor das Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha: Museu José Malhoa, 1981.

SERRÃO, Victor – *Josefa de Ayala e a pintura tenebrista em Óbidos: catálogo da Exposição Josefa de Óbidos*. Óbidos: C.M.O., 1984.

SERRÃO, Victor – *Josefa de Ayala, pintora ou o elogio da inocência: catálogo da Exposição Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*. Lisboa: IPPC, 1991.

SERRÃO, Victor – “A arte da pintura no eixo Caldas da Rainha: Óbidos, 1520-1684” in *Linha do Oeste: Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*. Col. *Rosa-dos-ventos* n.º 2, Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.

SERRÃO, Victor; ESTRELA, Jorge, GORJÃO, Sérgio – *Baltazar Gomes Figueira (1604-1674): catálogo da Exposição evocativa dos 400 anos do nascimento de Baltazar Gomes Figueira*. Óbidos: CMO, 2005.

SILVA, Carlos da [et. al.] – *A região a Oeste da Serra dos Candeeiros: estudo económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche*. Lisboa: FCG, 1961.

SILVA, Carlos Guardado da – “O foral antigo de Torres Vedras (15 de Agosto de 1250)” in *Oeste Cultural, Revista de Cultura e Teoria*, n.º 1. Torres Vedras: ADRO, 2002.

SILVA, José Custódio Vieira da – *A igreja de Nossa Senhora do Pópulo*. Caldas da Rainha: CHCR, 1985.

SILVA, Manuela Santos – *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administração concelhia*. Cascais: tese de mestrado na Universidade Nova de Lisboa, 1987. (policopiado)

SILVA, Manuela Santos – *A região de Óbidos na época medieval*. Col. *Estudos e Documentos*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994.

SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha da misericórdia na história da espiritualidade em Portugal na época do renascimento*. Dissertação de doutoramento em Cultura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1992. (policopiado)

SOUSA, Ivo Carneiro de – *A rainha D. Leonor 1458-1525: Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: FCG, 2002.

SOUSA, Ivo Carneiro de – “Um Hospital do Pópulus: da misericórdia e da rainha para uma vila do renascimento” in *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005.

TAVARES, Mário – “Mais perto de Lisboa e do resto do país: Caldas da Rainha e o sistema de comunicações e transportes no século XIX.” in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, história e cultura*. Caldas da Rainha: CMCR, 1993.

TRANCOSO, Vasco – *Os Grandelas e a Foz do Arelho*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994.

TRANCOSO, Vasco – *Caldas da Rainha, Um contributo iconográfico através do Bilhete-postal Ilustrado editado até meados do século XX*. Lisboa: Ed. ELO – Publicidade e Artes Gráficas Lda, 1999.

VASCONCELOS, José Leite — “Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)” in *O archeologo português*, vol. XIX. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

VASCONCELOS, José Leite — “Coisas Velhas” in *O archeologo português*, vol. XXIV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

VERMELL Y BUSQUETS, Luís – *Origem do Real Hospital e da Villa das Caldas da Rainha, com mais alguma noticia interessante assim histórica como arqueológica, e também acerca da virtude das aguas minerais da dita villa*. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878.

ZÊZERE, José Luís – “A geomorfologia da região das Caldas da Rainha” in *Caldas da Rainha: património das águas*. Caldas da Rainha: Assírio e Alvim, 2005.

Obras de referência³

AFONSO, Luís – *Arquitectura da cidade: limite e forma urbana*. Tese de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1991. (policopiado)

AIRES-BARROS, Luís – *As rochas dos monumentos portugueses, tipologias e patologias*. Lisboa: IPPAR, 2001.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

AMARAL, Keil do [et al.] – *Arquitectural Popular em Portugal*, 2.^a ed. Lisboa: Sindicato Nacional do Arquitectos, 1980.

ARMAS, Duarte de – *Livro das Fortalezas: fac-simile do Ms 159 da Casa Forte do AN/TT*, 3.^a ed. Lisboa: AN/TT / Inapa, 2006.

BATORÉO, Manuel – *Pintura Portuguesa do Renascimento: O Mestre da Lourinhã*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

BELLO, Mónica – *Enigmas, A Costa dos Tesouros*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

BENEVOLO, Leonardo – *História de la arquitectura del renacimiento*. vol. I, Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1981.

³ Excluem-se obras gerais e dicionários excepto se forem citados.

BIERMANN, Veronica & outros – *Teoria da Arquitectura, do renascimento aos nossos dias*. Lisboa: Tachen. 2006.

BONET CORREA, António – *Morfologia y ciudad*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1978.

BORDALLO-PINHEIRO, Thomaz – *Manual Prático de Alvenaria e Cantaria. Biblioteca de Instrução Profissional*. Lisboa: Livraria Allaud e Bertrand. 3.^a ed. [s.d.].

BRÁSIO, António – *As confrarias medievais do Espírito Santo, paradigma das Misericórdias*. Separata das *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academina Portuguesa da História, 1982.

BUESCO, Ana Isabel – *D. João III*. Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CAETANO, Carlos – *A ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (século XV a XVIII)*, Lisboa: Pandora, 2004.

CASTELO-BRANCO, Fernando – “A renovação urbana: O Bairro Alto” in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

CASTRO, Albino – *Impressão de vários homens notáveis após a sua visita a este burgo*. Óbidos: Tipografia Empresa de Marco de Canaveses [s.d.].

CASTRO, Ana Sampaio & SEBASTIAN, Luís – “Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de São João de Tarouca” in *Património Estudos*, n.º 8. Lisboa: Publicações IPPAR M/C, 2005.

CATALDI, G. – *Per una scienza del territorio*. Firenze: 1993. (policopiado).

CHAROLA, Elena (coord.) – *A torre de Belém: intervenção de conservação exterior*. Lisboa: IPPAR, 2000.

CHICÓ, Mário Tavares – *A cidade ideal do renascimento e as cidades portuguesas da Índia*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1956.

CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Presença, 1982.

CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e Formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: [e.a.], 1946.

CORREIA, Fernando da Silva – *A arquitectura do Hospital de Todos-os-Santos: subsídios para a sua história*. Separata do *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*. Lisboa: 1948.

CORREIA, José Eduardo Horta – “O urbanismo em Portugal.” in AAVV – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986.

CORREIA, José Eduardo Horta – “Arquitectura Maneirista e estilo chão” in AAVV – *História da Arte em Portugal*. vol. VI. Lisboa: Alfa, 1986.

COSTA, Adelaide – *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense.*, Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta, 1999 (policopiado).

COSTA, António Domingues Sousa – *Estudos sobre Álvaro Pais*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966.

COSTA, João Paulo de Oliveira e – *D. Manuel*. Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CUNHA, Rui Maneira – *As medidas na arquitectura: século XIII-XVIII*. Oeiras: Caleidoscópio, 2003.

DIAS, Pedro – *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença, 1490-1540*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982.

DIAS, Pedro – “O manuelino” in AAVV – *História da Arte em Portugal*. vol. VI. Lisboa: Alfa, 1986.

DUARTE, Luís Miguel – “*A Marinha de Guerra Medieval Portuguesa*” in *Nova História Militar de Portugal*, vol I. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003.

FERNANDES, José Manuel – *Cidades e casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitectura doméstica nas ilhas atlânticas sob influência portuguesa, quadro histórico do século XV ao século XVIII*. Dissertação de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Porto: FAUP Publicações, 1996.

FERRO, João Pedro – *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996.

FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

GIEDION, Sigfried – *Espaço, Tempo e Arquitectura, o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Saul – “Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremenha: Leiria Medieval”, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas*, 2, Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

GOMES, Saul – “Corregedores da Comarca da Estremadura e suas intervenções no concelho de Leiria na Idade Media” in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 42. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.

GOMES, Saul – *Higiene e saúde em Leiria Medieval*. Separata do *III Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1999.

GOMES, Saul – *D. Afonso V*. Col. Reis de Portugal, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

GORJÃO, Sérgio – *Os Franciscanos em Óbidos*. Col. *Essencial Descobrir Óbidos*. n.º 10. Óbidos: C.M.O. 2002.

Guia de Portugal – Estremadura, Alentejo e Algarve. Lisboa: FCG, 2.^a reimpressão, 1991.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca – *Aquilégio Medicinal, em que se dá notícia das águas de Caldas, de Fontes, Rios, Lagos e Cisternas do Reino de Portugal, que ou pelas virtudes medicinais que têm ou por outra alguma singularidade são dignos de particular memória*. Lisboa: Oficina da Música, 1726.

KOSTOFF, Spiro – *The city assembled. The elements of urban form through history*. London: Bullfinch Press, 1992.

KUBLER, George – *A arquitectura portuguesa chã entre as especiarias e os diamantes*. Barcarena: Editorial Vega, 2.^a ed., 2005.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Tese de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: FCG, 1993.

LEITE, José (coord.) – *Santos de Cada Dia*. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1985.

Livro de Posturas Antigas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

LOBO, Rui – *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006.

LOPES, Flávio (coord.) – *Informar para Proteger, Legislação Nacional*. Lisboa: IPPAR, 1996.

LOUREIRO, Carlos Penin – *A forma da paisagem em arquitectura: contributo para uma metodologia da interpretação do carácter dos lugares e a sua transformação no acto de edificar*. Tese de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1996. (policopiado).

LYNCH, Kevin – *A imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

MAGALHÃES, Joaquim Romero & COELHO, Maria Helena da Cruz – *O poder local concelhio, das origens às cortes constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986.

MARQUES, A. H. de – “Introdução à história da cidade medieval portuguesa” e “As cidades medievais portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais)”, in *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença, 1988.

MATOS SEQUEIRA, Gustavo de – *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Leiria*. Vol. V. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955.

MATTOSO, José – “A reconstituição dos espaços do passado” in *A escrita da História*. Col. *Obras Completas de José Mattoso*. vol. 10. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002.

MENDONÇA, Manuela – *D. Jorge da Costa “Cardeal de Alpedrinha”*. Lisboa: Colibri História, 1991.

MOITA, Irisalva (coord.) – *V Centenário do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: Correios de Portugal. 1992.

Irisalva Moita (coord.) – *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte. 1994.

MOITA, Irisalva – “*Lisboa no Século XVI*” in *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte. 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “O central, o local e o inexistente regional” in *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da idade média à união europeia)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1996.

MOREIRA, Rafael – *Um tratado de arquitectura do século XVI*. Lisboa: Tese de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa, 1982. (policopiado).

MOREIRA, Rafael – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*. Lisboa: Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. 1991. (policopiado).

MORENO, Humberto Baquero – “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados, instituídos pela coroa” in *Os municípios portugueses no século XIII a XVI: Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

MÜLLER, Werner & VOGEL, Gunther – *Atlas de Arquitectura*. vol. II, Alianza Editorial, 3.^a ed., 1995.

PEREIRA, Paulo (dir.) – *O Hospital Real de Todos-os-Santos: séc. XV a XVIII: catálogo da exposição no Museu Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1993.

PEREIRA, Paulo (coord.) – *Historia da Arte Portuguesa*. vol. II. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

PINHO LEAL, Augusto – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III e X. Lisboa: Livraria de Mattos Moreira e Companhia, [1874].

RIBEIRO, Deolinda Margarida – *Acção da Rainha D. Leonor na vida portuguesa*. Lisboa: Edições Gama, 1947.

RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal: estudo crítico*. Lisboa: IN-CM, 1977.

RODRIGUES, Ana Maria – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa: FCG, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Col. *Cidade em Questão*. n.º 8, Porto: Afrontamento, 1992.

SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário Mariano*. Lisboa: 1721, tomo VII

SANTA MARIA, Francisco de – *O céu aberto na terra, História das sagradas congregações dos cônegos seculares de S. Jorge de Alga em Veneza e de S. João Evangelista em Portugal*. Lisboa: Tip. de Manuel Lopes Ferreira. 1697.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1603-1609-1625*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Vol. II, III e IV. Lisboa: Editorial Verbo, 3.^a ed. 2001.

SERRÃO, Vítor – *A Cripto-história de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SOUSA, Armindo de – *A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II*, Porto: separata da *Revista da Faculdade de Letras (série de História)* 2.^a série, vol. VI 1989.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Col. *Reis de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

SOUSA, Ivo Carneiro de – *Introdução ao estudo do património, da casa e da corte de D. Leonor*. Separata da *Revista da Faculdade de Letras, Linguas e Literaturas*,

anexo V – *Espiritualidade e Corte em Portugal séculos XVI – XVIII*. Porto: Faculdade de Letras, 1993.

TEIXEIRA, Gabriela & BELÉM, Margarida de Cunha – *Diálogos da edificação: técnicas tradicionais de construção*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.

TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida – *O urbanismo português, séc. XIII – XVIII, Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

VALLE PÉREZ, Xosé Carlos (coord.) – *Do Tardogótico ao maneirismo: Galiza e Portugal*. Fundación Pedro Barrié de La Meca & FCG, 1995.

VILLA, Giorgio & CHIAPPI, Carlo – *Tipo/progetto e composizione architettonica: Note dalle lezioni di Gianfranco Caniggia*. Col. Saggi e documenti n.º 18. Florença: UNIEDIT, 1979.

VINHAS, Joaquim Alves – *A igreja e o convento de Vilar de Frades: das origens da Congregação de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento. 1425-1834*. Barcelos: Ed. IPPAR & Junta de Freguesia de Areias de Vilar, 1998.

VITERBO, Sousa (coord.) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: IN-CM, 1922.

Anexo

Corpo documental

Documento 1

Carta de privilégios a trinta homens que quizerem viver no local das Caldas¹

BPADL – *Livro dos Assentos dos previligiados desta Villa das Caldas. Onde estam tresladados os privilegios delles. Que foi feito e reformado por mandado do padre gaspar da assumpcão provedor. O anno de 1576, fls. 3-4v. 3/9/1496.*

4/12/1488

Dom Joan II por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem Mar em Africa, S.^{or} da Guinea, e da Conquista, navagação, Comercio da Etiopia, Arabia, Persia e da India, &^a. A q.^{tos} esta nossa carta virem, fazemos saber, q a Rajnha Dona Leonor minha sobre todalas m.^{to} amada, e prezada mulher, nos disse, q esguardando ella como nosso S.^r dava a m.^{tos} efermos, q se hião curar aos banhos das agoas das Caldas, q são no termo da sua villa d’Obidos, os quaes por nãa serem corregidos, nem as cazas de apozentam.^{to} dellas serem taes, como p.^a boa saude, e proveito dos d.^{os} enfermos pertencia ella mandára fazer todo de novo, e q por serem em logar, em q os enfermos nãa podeem achar tão cumpridam.^{te} os mantim.^{tos}, e couzas p.^a suas Provizões, como lhe cumpria, por cuja cauza m.^{tos} Deixãa de se vjr curar aos d.^{os} baños, nos pedia, q por esta coiza ser de tanto serviço de Deos, e ella a queria fazer boa, abastada, e nobre, por seu serviço quizessemos daar Privillegio de Liberdades p.^a aquelles, q aas d.^{as} Caldas viessem moraar, p.^q então havendo ahi mor.^{dores} podiãa os d.^{os} enfermos achar todo o q lhe cumpriasse, e vendo noos como isto era assi serviço de Nosso S.^r, e p.^r neste bem ‘vermos parte, e como ella d.^a Senhora m.^{to} dezejava, queremos, e nos apraz, q todas aquellas pessoas, q daqui em diante vierem morar, e viverem nas d.^{as} Caldas até a quantia de trinta viz.^{nhos}, hajãa e teñãa p.^a sempre este Privillegios, graças, e liberdades, q se ao diante seguem

=Item, q nãa serãa em nenhũas guerras, assim por mar, como por terra co nenhũas pessoas de qualquer estado, e condiçãa, q sejão, salvo connosco, ou co o Pr.^{pe} meu sobre todos m.^{to} amado e prezado f.^{lho}

=Item, q nom pagoem em nenhũs pedidos, nem ‘prestimos, nem em outros nenhũs encargos, q p.^r noos, nem p.^r Conce.^{os} sejãa [fl. 5v] lançados assi em xp.^{al} como em particular

=Item, q todalas mercadorias, e couzas, q comprareem p.^{lo} Reyno p.^a seus uzos, e provizões de sus cazas, nãa pagoem dello nenhũa portagem

=Item, q nom sejão acouteados em cavalgaduras e armas p.^r nenhũas pessoa, nem postos p.^r besteyro do co.^{to}, nem outras algũa qontia

=Item, q nãa pouzem com elles, nem lhe tomem nenhũa coza d seu contra su vont.^e, nem sejã constringidos p.^a com sus pessoas, boes, carros ‘ver dir servir em nenhũas carregas, salvo com as nossas, ou da d.^a Senhora, e Principe, q.^{do} por noos, e por elles xp.^{al} em for mandado

¹ Optamos por uma nova transcrição a partir do treslado deste documento, nas folhas seguintes (5 a 7) tresladaram-se os autos de confirmação dos privilégios e outras sentenças referentes a este assunto, o original deste documento encontra-se em AN/TT – Chancelaria de D. João II – Lv. 10 fl. 131, 4/12/1488. Foi transcrito com correcção ortográfica por Fernando da Silva Correia – *Pergaminhos das Caldas. Caldas da Rainha*: Ed. PH, 1995. pp. 5-8 (julgamos que a partir do documento da chancelaria). Por Augusto da Silva Carvalho – *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa: Tip. da Livraria Ferin, 1932 pp 297-300 (do documento do Livro dos Privilegiados). e por Jorge de S. Paulo – *O Hospital das Caldas até ao ano de 1656*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967 (edição impressa do manuscrito de 1656). tomo I pp. 98-100.

=Item, q naa pagoem portagem, costumagees, nem outros algũs fóros, D.^{tos}, nem tributo de cozas, q levaree p.^a vender, e troux.^{em} aas d.^{as} Caldas, salvo nas terras das ordees, onde se nãa podem tolher, s o D.^{tos} e isto levando elles Carta de C.^{ãa} do Provedor das d.^{as} caldas, q a d.^a Sr.^a ahi ha de pôr com o d.^o cargo, como saa do conto dos d.^{os} trinta mor.^{dores}

=Item, d todos los mantim.^{tos}, bestas, vestidos, calçado, roupa de cama, q comprarem, e venderem adentro nas d.^{tas} Caldas aos enfermos, e pessoas outras, q aellas vierem de corar, e p.^a sus provizões nãa pagoem dello siza algũa

=Item, q nã paguem oit.^{uo} de Vinho, q houuerem de sus novid.^{es} nas d.^{as} Caldas, e seu lim.^{te}

=Item, q os mor.^{es} d d.^{as} Caaldas teñaa Camara e Vereação e Juizes, e Officiaes de hũ anno, de q a leição aos tp.^{os} ordenados se fará som.^{te} na Villa d'Oobidos, sem mais sobre ellas, nem sobre os mor.^{es} das d.^{as} Caaldas terem outra Juridicção

=Item, q a d.^a Sr.^a, e as q depos della vierem possãa ter, e teñã nas d.^{as} Caldas seu ouvidor p.^a conhecer dos Feytos cjvees, e crimes dos d.^{os} mor.^{es} do qual venhã p.^r Applação, e Aggr.^o p.^a a Caza da Relação, se o Ouvidor em ella, segundo se faz dos Juizes das outras sus terras

=Item, q todos los os omniziados, q aas d.^{as} Caldas ouverem dvir morar ate a qontia de vinte, os quaes serãa do conto dos trinta mor.^{es}, hajam inteiram.^{te} os Privilegios declarados, q temos dado aos Omjziados do Couto da villa de Marvãa, tendo porem cada hũ delles caza e vinha nas d.^{as} Caaldas, q faraa do dia, q ellas vierem a trez annos primos seg.^{tes}, os quaes sãa estes, q se seguem

=Item, q aos d.^{os} vinte omjziados, q assi as d.^{as} Caldas vierem viver, nãa possãa ser prezos, accusados, nem demandados por nenhũz cazos q sejão assim cjves, como crimes, em q teñã corrido, e seja obg.^{os} a responder, salvo em cazos de leve, e traição, porq destes sempre noos e nossa Justiças os podemos mandar prender, e fazer delles D.^{to}, e Justiça

=Item, q esses vinte omjziados, assim continuam.^{te} viverem nas d.^{as} Caldas, tendo ahi sus cazas de morada, e o uzo dellas, q possãa participar, crear, e lavras nas d.^{as} Caldas, e termo dellas, e assi andar, e tratar, conversar, e isto com lic.^a do d.^o Prouedor, e Ouvidor da d.^a Sr.^a Rainha nas d.^{as} Caldas, com tanto q seus maleficios nã seja em cada hũ dos d.^{os} logares

=Item, q os d.^{os} vinte omjziados q.^{os} vierem, q lhes cumpre demandar por algũ pescado p.^a seus mantim.^{tos}, possãa escolher ate doos delles, q continuadam.^{te} lhes vaa por elle, os quaes possam seguram.^{te} ir, e vir pllo d.^o pescado, com tanto q nãa seja naquelles logares, onde assi tiverem os d.^{os} maleficios, os quaes Almocreves levaram p.^a isto Cartas assigna.^{as} plo Pro.^{or} das d.^{as} Caldas, [fl. 6] e aselladas com çello do Concelho dellas, e com o traslado deste C.^{to}; proee mandamos aos Vedores da nossa Fazenda, Contadores, Almoxarifes, Corregedores, Juizes, e Justiças, Officiaes, e pessoas a q esta nossa Carta for dmostrada, e o conhecim.^{to} della pertencer, q s.^{pre} em todolo o cumprãa, e guardem, e fação inteiram.^{te} dcumprir, e guardar aos d.^{os} trinta viz.^{os} das d.^{as} Caldas, e pella maneira q em ella he conteúdo, sem duvida nem embarg.^o algũ, q lhe a ello poñã; porq.^e assi he nossa mercê. E rogamos, e encõmenta.^{os} ao Principe sobre todos los amado e prezado fjlho, e a outros successores, q apoz elle vierem a estos Reynos, q s.^{pre} o assi de conservem, e façãa interam.^{te} comprir, e goardar, porq por ser coza de tanto seruiço de Nosso S.^{or}, q nos a esto move, e pola devoção, q nisto tomou a d.^a Sr.^a Raynha, asi o devem fazer, p.^a assi se cumpra, e goarde, e darem de todala ajuda, e favor

Dada em a Villa de Beja a iiij dias do dezembruo. Antonio Carneiro a fez, anno de Nosso S.^{or} Jezus Christo de mil CCCC oytenta biiij

=Pedimos a d.^a Sr.^a q lhe confirmassemos a d.^a Carta, e visto p.^r noos seu req.^{to} p.^r lhes nisso comprazer provemos dello, e lha confjrmamos por confjrmada na maneira, q dito he, e porem mandamos aos sobred.^{os} nossos officiaes, q assi lha cumprãa, e faça m.^{to} inteiram.^{te} cumprir, e guardar sem duvida algũa, q a ello ponhão, perq assi he nossa merçê

=Dada em Evora a dez dias do mez de Maio = João Paes a fez anno de Nosso S.^{or} Jesus Christo de mil quatrocentos nouenta e sete.

E ao pe da dita Carta estavam hũas regras assignadas pelo d.^o Sr.^o, q dizem[fl. 6v]

= E porquanto pro este Privilegio se não declara, qual pessoa ha de ser Ouvidor das ditas Caldas, e a Raynha minha Senhora Irmãa praz, q o seja o provedor, q aora he, e ao diante pelos tp.^{os} for das d.^{as} Caldas a noos praz e outorgamos, q assi se cumpra, e guarde, e q Provedor das d.^{as} Caldas aora, e ao diante tenha a Ouvidoria dellas; e porq a cerca dos moradores, e omiziados, q uivem, e estão nas d.^{as} Caldas se move duvida, segundo somos informados, dizendo q por bem deste Privilegio são excuzos de todos os serviços, e encargos, e q não devem servir nos serviços das cozas necess.^{as} aas Caldas. Declaramos p.^r este, que elles sirvão naquellas, p.^a q forem requeridos plo Prouedor das ditas Caldas, q pertençãoo aas necessid.^{es} do d.^o Xprital dellas, porq disto os nom escuzamos; e q.^{do} assi servirem, lhes serão pagos sus serviços, e trabalhos, como seja razão, e com estas declarações mandamos q se cumprão e guardem: feyto em Lisboa a quatro dias de Maio

=Antonio Fernandez a fez = de mil quinhentos e doze annos.

[com outra letra à margem]²

Estes privilegios concedidos aos omiziados foram estendidos por D. Manuel a mais dez pessoas livres que nas Caldas vivessem, em carta de Lisboa a 17 de Fevereiro de 1501 e confirmados por D. João III em Almeirim a 2 de Maio de 1526.

[fl. 7]

[Continuação do texto]

O rei Nosso Senhor assignou uma postilha em Santarem a 14 de Julho do mesmo ano, em que se lê =E assim me praz, q onde este privilegio diz, q não pague siza dos mantimen.^{tos} bestas, vestido, calçado, e roupa de cama q comprarem, e venderem dentro nas Caldas aos enfermos, e pessoas outras q a ellas se vierem curar, se entenda no q das ditas cozas tambem venderem, e comprarem os moradores das ditas Caldas; porq quero, q tenham nisso a d.^a Liberdade, e assim mando q se cumpra, e guarde como se atequi se fez e lho El Rey meu S.^{or} concedeu no d.^o Privilegio por hua apostila, q estava no pe delle, e por tanto o mandei assi aqui por escrita.

[Álvaro Barreto 13/3/1576]³

² Letra de tipo muito recente, eventualmente apontamento de um leitor, podemos ler estas linhas na transcrição de Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* p. 299.

³ Data critica obtida pelo auto de abertura.

Documento 2

Carta de D. Leonor sobre a contenda sobre as fronteiras do termo de Óbidos com os coutos de Alcobaça⁴

AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 91-98.

5/7/1490

Dona lianor per graça de deos Raynha de portugall e dos algarves daquem e dalem maar em afryca e seõora de guyne a todolos corregedores juizes e justiças dos nosos Reinos a que esta nosa carta de trymjnaçam e sentença for mostrada saude sabede que nos ouvemos por çerta emformaçõ e nos foy dito que dom abade dalcobaça e seus ofycyaes tomavão e arecadavão os direitos que a nos pretençyam em algũas terras que confrontavão per seus termos e llemjtes e ajnda lamçavão mãao por allgũas teras que as queryão apropiar asy como ora fazyam ha hu yoam afomso morador em selir do mato per o quall de tudo majs largamente se poderya ver emformaçom e sobrelo escrevemos a alvaro diniz escudeiro da casa dellRey meu Señor e seu Corregedor na comarqua da estremadura e procurador das nosas teras que fose ao dito lugar de selyr e por escripturas e teetemunhas antigas e asy per o Concelho dobydos E per o noso Almozaryfe e remdeiros soubese parte desta contenda e teras e se pertençyã a nos ou ao dyto mosteyro trando sobrelo jnquirições e sabydo delo ho çerto nolo emvjase pera njso mandarmos a maneira que se em ello ouvese de teer e que elle Corregedor hy fose e o fizesse sabe a dom abade pera que elle mostrase a parte que em yso tevese O quall Coregedor tanto que vjo nosa carta se partyo loguo e foy ter ao lugar de selirr do mato coute e jurdyçom do mosteiro dalcobaça e dally emvjou suas cartas .s. hũa a dom abade ysydro e outra aos [92] hofyçyaes e almoxarife da dyta vylla dobydos pera com elles ver a dyta contemda e serem com elles juntos ate hu dya serto e termo que lhe foy asynado pareseo peramte o dyto Corregedor gyll vas ouvydor de dom abade do dyto mosteiro com sua procuraçõ sofycyemte E asy pareceram os ofyçyaes dobydos e ho noso almoxaryfe e asy ho allmoxaryfe dellRey meu Señor com os hescripvães de seus ofyçios e asy os remdeiros das nosas jugadas e outros escudeiros e omês bõos da dita vylla e com o dito gyll vaz ouvydor pareçeo Joham rodriguez feytor do dito mosteiro e o dito Corregedor com os sobre ditos e com outros foy ber e apegar per omde partyão os termos da dita vylla dobidos com os lugares do coute dalcobasa e say foy ver as teras da contemda sobre que he a demanda por parte do dito dom abade contra Joam afomso dallcunha yonãs as quaes eram todas da parte dallesm da rybeira descontra a dita vylla dobydos yndo com ho dito Corregedor o dito yoam afonso foram pola rybeira a fumdo desde ho porto do furnjgall atee varzea da mota camjnho dallfeyzeram falamdo todos sobre os ditos marcos dizemdo os da dita villa dobydos que a dita villa partya per o Rijo a fumdo E o procurador do dito dom abade disse que era verdade mas que o Ryjo per tempos antygos yaa per outras partes e nom per onde agora yaa que as teras da contemda que fosesm da parte dallem do Ryjo e no termo dobydos quer nõ que ho dito mosteiro dallcobaça estava em pose daver dellas destamto tempo que ha memorya de homês nõ era em contrairo o quarto e dyzymo que sempre o pagara o dito Johanas ao dito mosteiro e seu pai e sua may e seus avos e elle so nom de sertos hanos que lhe nom querya pagar nem recunhecer o dito senhoryo das ditas teras dizemdo ho precrador do dito mosteiro apropiava as ditas teras asy por dizer que fyquavão no termo e ljmite de selir que hera de seu coute e sobre esto [fl. 92v] hos vereadores e ofyciaes da dita vylla

⁴ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história da espiritualidade em Portugal na época do renascimento*. Vol. 2 (documentos) Dissertação de doutoramento em Cultura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1992. (policopiado). pp. 63-73.

dojdos querendo atribuir ao termo de salir do mato a asy allfeyzyram que he seu couto e juridiçã mujtas herdades he vjnhas que estam em ha varzia e Rybeira que vem da feyteura asy pela rybeira abajxo ate a fos de salir do porto dizemdo que has herdades e vjnhas que jos moradores de seu couto tynham daugua allem pera la era termo do dito seu couto e que queryam emtrar no termo da dita vylla dobydos ho quall termo da dita vjlla sempre fora asy como vynha a dita augua corente de syma dos vydaes honde esta ha demarcaçam per marquos amtre samtarem e coutos do dito mosteiro he hi jaa dita vjlla dobydos e aata aho dito porto de salir e asy como diz pela auguos do dito Ryo per allem hera termo dovjdos e sempre fora que memorya dos oomês desertos he qua nom hera em comtrairo e que asy go queryam provar per testemunhas amtygas Requeremdo ao dito corregedor que has perguntase e se confirmase com seus testemunhos e asy ho demarquase a quall pityçã per ho dito corregedor lhe foy reçebyda e lhe mandou que lhe mostrassem e trouvesem quais quer escripturas que se podese provar ho que e a dita petyçam dyzjã e que asy lhe trouvesem as testemunhas amtygas por que se pudesse provar o comteudo em a dita petyçã e que o dito gyll vaz ouvjdor e procurador do dito dom habade dese outra petyçam contra esta que se qujsese e mostrase quajs quer escripturas que deve se per omde se provase partyrem as teras do couto dallcobase com ho termo da dita vylla dojdos e asy quajs quer testemunhas amtygas per que se pudese provar ho que em sua pitysam disese com ha quall petyçam ho dito procurador do mosteiro beo a dita vjlla dojdos e nomeou sertas testemunhas pera provar o comteudo [fl. 93] em sua pityçã os quais ho dito corregedor preguntou se com ella foy avjda a dita emqujrysam por haquabada e que nom tynha mays pera dar em sua ajuda somente hua escriptura do termo he foro porque ho mosteiro dallcobasa fora dado ao dito llugar de salir do mato sobre as comfromtassõis deles e que nom querya mays dar e sobre esto ho dito corregedor fez vir peramte sy as testemunhas que foram tyradas por parte do dito dom habade no feyto que helles ouverão contra o dito yanas peramte yõas de deos juz apostoliquo por que vjo a dita emqujrisam e seus testemunhos que testemunharão comfusamente as quais pero ho dito Corregedor outra vez foram preguntadas E com ellas se deu a carta da povoraçam do dito lugar de selijr ooferecyda por parte do dito Concelho dobydos e noso allmoxaryfe per a quall se mostrava que hu frey Joam abade que foy do dito moesteiro dalcobaça e convemto deram aos povoradores de seljr as suas herdades do dito logo .s. como se começa no Ryo de selijr e de sy ao enfesto pella augua da bembosya coo parte com baramtes açyma ao cume e dally ja a cruz de yão do outeiro e de hy pello caryl dos encruvães com vaay as procaryças de seljr de desçemdemte ao vale da proquaryça e de sy polo vale a fumdo como parte com as traballyas e de hy em dyamte per ese cume vertemte augua contra o Rijo de seljr pera çyma do moyinho e de hy como se vay ao valee de pae martjnz e de hy dyreytamente a cabeça rrasa de sobela feyteyra e de hy per esse lombo a fumdo como parte com teras da feyteyra e de hy diretamente aho porto do formjgall e dyto lugar de se [fl. 93v] selijr a quall foy fecta a onze dias do mes de novembro da era de mjll e trezentos e setemta anos e por que ho dyto procurador do dito mosteiro alegou a doaçam que ho dito moesteiro tynha E asy outras escripturas ao dito corregedor lhe mandou que has trouxese e apresentandoo hua carta dellRey dom denjs que deo tem que rrecota como ho abade e convemto do dito moesteito dalcobaça lhe fizera serviço de huua augua que tyrava da madre do Rijo e a deitava pelo seu erdamento que hãao na granja da mota a quall augua lhe fazia mester de se tyrar da madre do dito Riyo por razam do seu rregengo que fazya abryr e por que lhe nom querya que por o serviço que lhe asy fazia perdesem do seu mamdou que por ho dito mudamento da dita augoa que nom perdesem seu herdamento e mamdou e outorgou que ho ouvessem em paz asy como antes avya e uzava a quall foy feyta a oyto de novembro de mjll e trezentos e

vinte e seis annos e com esta carta foy aprezemtada por parte do dito mosteiro hũa margaryda esteves molher vjuva por testemunha a quall per o dito Corregedor foy perguntada e por moor crareza da verdade ho dito Corregedor mamdou asemtar no feito ho auto do libelo da jmquirição que se tyrou sobre o dito caso por parte do dito dom abade comtra ho dito yoaanas per que ha sentença fora dada per juiz apostoliquo contra o dito yoam vazz pera se verem os testemunhos das testemunhas em a dita jmquirição preguntadas com a dita decaração que lhes per o dito corregedor foy feita nas perguntas que lhe fez por achar que o testemunharam confusamente e todo nos foy emvjado e sobre esto nos escrepemos ao Coregedor que nos havjamos por bem e noso serviço que llogo fose a dita vjlla dobidos e mandase Requerer ao dito dom abade dallcobaça que emvjasse seu procurador ou precuradores ao termo sobre que foy tirada emquiryção que elle tyrara sobre e por omde partyam hos termos da dita villa com a tera dallcobasa e que llevasse comsyguo horigynall e que ouvese seus precuradores hou elle e todo que achase por omde o termo era asy tryminase e jullgase por sentença a quall se puzese em prubriquo na camara da dita vylla poemdo marquos na dita demarcasam pera se em todo saber por omde ho dito termo e parte e sobrello nom aver comtenda e que elle Corregedor nos emvyase ho trellado de todo feito e semtença pera se confirmar e estando ho dito corregedor per hir comprir noso mandado falleceo o dito dom abade yzidro, emtam nos falou dom frey João emlleito do dito mosteiro dallcobasa e nos dise como em nome do dito mosteiro querya lla ir em pessoa tamto que lla fose o dito corregedor pello quall lhe mandamos so dito corregedor que logo se fyzese prestes pera iso e lhe fizese a saber e que llevase comsygo ho noso allmoxaryfe e os officiaes da dita villa dobidos. E que dese hordem e avjamento como se fizese bem asy por parte nosa como do dito moesteiro que cada hũ ouvese ho seu sem nenhu cargo de comçiemçia tamchamdo logo marquos antre termo e termo pera que sobre esto ã ouvese majs duvida nem comta e depois nos trornamos a escrepver ao dito Corregedor fazemdolhe a saber como nos lhe tinhamos escripto por vezes sobre a declaraçom dos termos da dita vjlla dobidos e cousas dallcobaça e as demarqase e fizesse meter marcos diretamente por omde partyam segundo jaa dello tyrara jnquiriçam e que a nos falara o dito emleito dalcobaça pedindonos que estyvese asy a dyta demarquaçom pera se aver de fazer por lletemos sobre ho quall nos falamos a ellRey meu señor e sua allteza ouve por ber yr a dita demarcaçam o doutor Rui Boto do seu conselho e desembargador do Paso e noso ouvdydor em todas nosas teras pera com ho dito corregedor ho ouvesem de fazer mamdandolhes que llogo o fosem fazer e que ho fyzesem saber ao dito emlejto e comvemto do dito mosteiro que fosem ou emvjassem seu precurador abastamte com quais quer doaçoys ou escriptutas que tyvesem a hu termo serto E asy se demarquarya quais quer termos com a dita nosa vjlla dobidos tyvesem allgua divjzam ou duvjda E por bem de todo foy ho dito emlleito e comvemto Requerido e o dito doutor e ho dito Corregedor ajumtarão em cornaga termo da dita vjlla dobidos e com elles agostynho jirão noso contador e asy o dito emlleito e frey João e frey monges do dito mosteiro e nuno gonçallvez seu houvdydor e outros que com elle jhão e desj foram todos juntos pella varzea abajxo e com elles mujtos homẽs asy da parte dos coutos como da djta vjlla dobidos jndo por parte do dito mosteiro e seus coutos ho dito emleito e monges e ouvjdor e por nosa parte agostynho gyrão e por parte da dita vjlla llopo nunes juiz e João dobydos vereador e yõam gomes precurador e christovã allvarez e vjsente dias e allvaro pires e escripvão da camara e diogo allvares noso almoxaryfe moradores na dyta villa e outros e foram pela varzea a fumdo de hũa parte e da outra Refretamdo quada hu ho que lhe paresya ate chegaram a seljr do porto e dali se foram a ajumtaram no quasall que se chama damoreira que he no termo da dyta villa dobidos e des he se deseram a varzea e amdarão hao lomo do ryo das vallas e vyeram ter jumto do paul de pero

dalcaseva e da hy amdarão houlhando per omde partiam os ditos termos e [fl. 94v] quaes erã as teras que herm jsemtas e quaes erã quartagueyras allcobasa e se foram per toda ha rybeira ate syma de selir do mate ate o porto do formilgall e sama delle hũ pedaço homde acordarã praticando e refretando cada hũ seu direito hũs com os outros asy de hũa parte da ribeira como da outra e ouviram as ditas partes semdolhes apresentadas por parte do dito mosteiro sertas escripturas .s. hũa da povoasã de baramtes e outra da povoaçã dallfeizyrão com dous estromentos escriptos em purgamjnho hu desqaymbo de sertas courellas e outro de pose e per a carta da povoaçã de baramtes se mostrava que frey abade que foy do dyto mosteiro com seu convento derã e outorgarã hũs seus erdamentos que yazem amtre as suas granjas da mota e de salir pera fazer povoasam o quall queryã que fose chamada baramtes aos montes do dito lugar os quais erdamentos do dito lugar sam primeiramente como parte com a mota pela pomte da mourarya e de como vay feryr suso per hũu sem os marcos a cabesa da eguaa pera cyma do courrall da mata e dij como vã aho camjnho que vem dallfeizirã pera sellir como som os marquos per o gram quaryll e per hos marcos vertemte ao ryo e de hi decemdo por emcuberto e pelo val a fomite de rramaseyra e asy como som os marcos postos e vã feryr ao Ryo de selir dyreitamente e partem com ho termo dobidos dalem e daquem dauguoas e dy como vã feryr a varzea do ameall e dahi tornão ao Ryo de hi como partem com as vynhas de cornada e vam feryr a pomte de lareyra aho padrão como partem pelo termo dobydos ate ho marco que se na costa e vam feryr a vall mujnho da mota pelos marcos ahy postos aho ryo velho e de hi como se tornã a ponte e se acaba e hemserã os ditos termos com sã devjzados e demarcados pelo dito abade do convento e pelos sysmeyros a quall carta foy feyta aho primeiro dya de yaneiro de mjll trezemos e symquoenta e nove e per outra carta da pubryquaça que foy dada a dita vjlla dallfeizerã e se mostra que frey fernando abade que foy do dito mosteiro e seu convento dera aos povoradores dallfeyzirã e ate mota da tore do fromondo segundo erã demarquadas per estas dyvjzas [fl. 95] a quall foy feita o primeiro dya do mes de junho de mjll e quatrocentos e sesemta e na carte do escaybo se mostra que dõ frey yoham dornellas abade que foy do dito mosteiro com seu convento sedo todos em cabydo e por servjço de deos e proll do dito seu mosteyro e por que ho dito mosteiro avja e a hũ pedaço de chão naldea de cornaga que de longo tempo jazya em monturo o qual chão partya da travesya com camjnho propico que vay pola dita aldeia e dagiyão com hũ conchouso que foy de yõam esteve e do soão e abrigo com ezinhagas propicas da dita alldea e majs dos talhos derdades que ho dito moesteiro avja açerca da dita aldeia em logo que chamam dalquydosos e por quanto do dito chão nõ avja a nenhũ proveyto e por o dito chão e talhos pertemçya a joam lourenço e da sua molher que se elles lho davão em escaybo e por escaybo do dito chão e talhos por duas courelas derdades que ho dito yõão loureço e a sua molher avya acerqua da dita aldeia de cornaga. E majs hua doaçom delRey dom afomso e da rainha dona uraqa sua molher escripta em llatim e aselada com o sello de chumbo per a quall doaçom se mostra confirmar a primeira doaçom que hao dyto mosteiro foi feita per ellRey dom afomso primeiro e dijz que a tera dallcobaga e asy dos outros coutos que com a dita vjlla dobydos comfrontam de que os os ditos Reix foy feyta doaçam ao dito mosteiro parte polla foz de selijr como vaay por esa auguua do furadoiro e de hy ha garganta de ollmos segundo este e outras mujtas cousas mjllhor e majs compridamente em as ditas escripturas e doações eram contehudas sobre as quaes foy dicto e arrozado por parte do dto mosteiro sendo majs feita perguntas aos ditos monjes e ouvjdor e rrequerendores do dito mosteiro sendo majs feita perguntas aos [fl. 95v] ditos monges e ouvjdor e requeredores do dito mosteiro se querya majs dar ou oferecer em ho dito feito por parte do dito moesteiro algumas escripturas ou rrazões e elles diserão que nõ E foy yso mesmo tanto rrazoado por parte

da dita vylla dobydos que com o que alegado e arrezoadado era por parte do dito mosteiro que ho feito foy concluso. O quall visto per nos hacordamos vistos estes autos e ao que per elles mostrava a pitiçom dada por parte do Concelho da villa dobidos contra dõ yzidor abade que foy do mosteiro dalcobaça e contra ho convemto do dito mosteiro e a jnquiryçom que por elle foy tirada E visto o fecto por parte do dito abade e convemto foy hordenado contra yão afonso yonas com ho yasame que depouis foy fecto das testemunhas que no dito feito foram preguntadas e vysto como dom yoaem emleito do dito mosteiro e convemto forão rrequerydos pera falarem a este feito e estarem a demarquaçom do termo da dita vylla dobidos com os termos dos coutos do dito mosteiro O quall emleito e asy allgums monjes do dito mosteiro com outros moradores dalcobaça vierem e alegaram per sua parte o que qujserão e ofereserão e ofereçerão as escripturas de que se emtemdiam hayudar e foram houvydos com os hofyciaes e procurador da vylla dobydos e foram vjsto como pella escriptura da doaçom feyta per ellRey dom afonso o segundo ao dito mosteiro dalcobaça em que lhe confirmou a primeira doaçom que ao dito mosteiro foy feyta [fl. 96] per ellRey dom afonso ho primeiro se mostra que ha tera dallcobaça e asy dos outros coutos que com a dita villa dobydos confrontam de que per os ditos reys foy feyta doaçom ao dito mosteiro vair ter por a foz de selijr como vaij per esa augua do furadouro e dey garganta de ollmos e posto que se ora nõ sayba çerto onde se chama ho furadoyro e sem duvida que deve ser no Ryjo que vay ter a foz de sellijr e que a dita demarquaçom deve ser da dita sempre per ho ryo açyma e tee omde se chama o furadouro por na dyta carta se nom por outra confromtaçom nem divjsa antre ha dita foz e agoaa que vay per ho furadoyro per que se mostra que a dyta demarcaçom seyaa fora do Rijo o que fora neçesaryo se declarar na dita carta se a tera por que as ditas doações que os dytos Reys fizerão ao dito mosteiro pasarão ho rjio de selijr contra hobydos e visto hiso mesmo como per escriptura da povorasam de selir do mato por parte do comçelho dobydos hoferecyda se mostra que ho dito lugar de selor do mato da parte que comfromta com ho termo dobidos parte com o dyto termo dobidos per a augua do dito Rey E asy segundo ha emformaçom que per vysta e per testemunhas ouvemos a povoasã da feyteira que he do dito mosteiro parte com ho termo da dita vylla dobidos e per a ponte do canudo e dahi pera fundo per o dito rryo ate o porto do frumjgall onde entra ho termo de selir do mato e vista a escriptura do escaybo feita antredom yão dornellas que foy abade do dito mosteiro e seu convento em yão lourenço morador que emtã era em selijr do mato em o quall se contem que ho dito abade e convemto derrão ao dito yão lourenço em escaybo dous talhos derdade que sã abajxo de cornagaa e partem do soão com o dito Rijo prubryço que vay perante o termo dobydos e o termo dos cojtos dallcobasa partem per o dito Rijo e vjsto ysso mesmo como na outra escriptura da pose que se tomou asy por parte do dito mosteiro como do dito yão lourenço das courellas todas serão na provemsya de cornagaa por que se mostra serem no termo dobidos por serem dallem do ryo contra obidos e visto yso mesmo como todas as testemunhas verballmente per nos forã preguntados allgũas cujos testemunhos sam escriptos se afirmão que sempre ouvjrã dizer que os ditos termos partiam per o dito [fl. 96v] Ryo posto que nas escripturas da povoasã dallfeyzerã e de baramtes hoferesydas por parte do dito mosteiro se comtem allgũas teras que sã dallem do Rijo contra hobidos asy na varzea de cornagaa com ha fundo e asyma qe se mostra que os povoradores dos ditos lugares estyverã e estam em pose delles e que ho dito mosteiro esta em pose de reseber os quartos e foros dos pesuydores delles e nã se mostra nem prova que as ditas teras que sã dalem do rryo contra hobidos de que o dito mosteiro e seus llavradores estã em pose fosem pesujdas por termo nem como termo dallcobasa nem de seus coutos que huzarão hy de autos allgũs de jurdisão per que se posa dizer que os pesujrão per termo seu em prejuizo da dita vylla dobydos nem he encomvjnyemte os ditos termos partysem per o

dito Ryo posto que as ditas teras ou allgũas dellas seyão do dito mosteiro e posto que por parte do dito mosteiro se allege que ho dito Rijo foy em outro tempo per outras partes e que da ponte da cornagaa per syma pera a ponte do canudo se mudou ho ryo por sy e da ponte de cornagaa pera baixo foi mudado a Requymento dellRey dom denjs por nom fazer noyo ao seu regengo e pera prova desto hoferecerão a carta do dito rey dom denjs e per os testemunhos que verballmente perguntamos se nom prova as ditas mudanças do Rijo serem feitos nos lugares por parte do dito mosteiro apontados posto que allgũas testemunhas disesem que ouvjrão dizer que ho dito Rio em allgũas partes soya de hi per omde por parte do dyto mosteiro se allega ho que em allgũs llugares per elles amostrados parece ynpusuvell jr o ryo e corer naturallmente sem artefycyo de omes per os ditos llugares antes parece que sempre a madre do Ryo foy por omde ora vay e per a dita carta dellRey dõ denjs se nom prova que ho Ryo do porto de cornaga [fl. 97] pera baixo fose ter aserqua da ponte das liziras e dy pera baixo pera o pe do monte que ho do termo dobydos onde esta o casall da moreyra e o da mourarya e que fose mudado per outra parte per onde ora core por que se na dita carta se contem que a dita mudança do Rijo avya de ser na granja da mota que auguo se tyrase da madre do Rijo avja de ser deitada per o erdamento da gramja da mota e per a escriptura da povoaçã dalfeizerão se mostra que a demarqaçom da granja da mota nõ pasava dalmojnha velha que foy da mourarya pera çyma per a varzea de cornagaa per que se mostra que a dicta mudança do Rijo nõ havja de ser nem foy na dita varzea de cornagua as que a madre de dito Rijo foy sempre na dita varzea per onde ora he e a dicta escriptura descaybo do dito johã lourenço foy muyto tempo depois feita a dita carta dellRey dõ denjs a quall escriptura fallaa deste mesmo ryo que ora he como por as confrontações da dita escriptura se mostra a quall escriptura demarqa os termos da dicta villa dobidos com os dalcobaça per este mesmo Rijo como dito he nem se pode yso mesmo dizer que o dito Rijo foy mudado do pee do dito monte onde estão os ditos casaes da mourarya e damoreyra e que foy feita aberta e deitada auguoa per onde ora vay por que a mudança da dita auguaa se avja de fazer pera provejto do regengo que o dito Rey dom dinjs mandava abryr e sendo o regengo ho paull que ora he de pero dallcaçova que ha dita ponte das liziras pera çima como por parte do dito moesteiro se alega a dicta mudança dauguaa fecta em fumdo nõ pode ja fazer proveito algũu ao dito rregengo ajnda per vista se mostra que ho dicto Rijo nõ podia hijr pello pee do dito monte se o nõ fezesem per i jr artyficiallmente e aberta e valles velhos que paresem per aserquia do dito monte parece que farão feitos a mão por tornar auguoa dos montes e outras que dos ditos montes nase nom corerem por a varzea. O que todo bem visto e eysamjnado asy per ho que dito e Como por ho jsame de apegamento e vjsta decramos hos termos dis coutos do mosteiro dallcobasa partyrem com os termos de selljr do porto e dobidos pera a foz de selljr e dy per a madre daugoa do dito Ryo de selir asyma asy como ho [fl. 97v] dito ryo asyma ate chegar ao termo de samtarem. E asy decramos todas has teras e eramsam que sam do dito Rijo pera hos dytos coutos serem da jurdição dallcobaca e dos termos dos ditos coutos e todas has que sã d outra parte do dito ryo pera obydos serem do termo e jurdiçã e sogeyção da dita vylla dobidos e per consegunte noso por a dita vylla ser nosa nõ tolhendo porem per esta decrarasão e demarquasão de termos ao abade e convento do dito mosteiro poderem aver foros e rendas de quais quer teras que no dito termo dobidos tiverem segundo lhes por direito pertencer nõ tolhendo yso mesmo aos posoidores das eramças e teras que hora por esta demarquaçã fiquão no termo dobidos e se entenderem que nom som hobrigados pagar ao ditto mosteiro foros nem rendas allgũas poderem husar de seu direito ho requererem como devem. E quanto ao que por nosa parte se ora requiere que os llavrades que pesuem e lavrão as teras de que ataa ora nõ pagarão jugada por se dizer que erã dos termos dos ditos coutos dalcobaça que se ora

mostra ficarem no termo dobidos que seã condenados que pagem as ditas teras e jugadas a nos por ora nõ pronuciamos cousa algũa visto como os ditos lavradores e pesoidores nõ forã pera jso cytados nem ouvjdos como se fazer devera pera particularmente se saber a rrazão que cada hũ tinha pera nõ pagar a dyta jugada. E porem fique rresguardado aosditos ofiçiaes nosos seu direito açerqua desto pera poderem demandar os ditos pesoidores e lavradores das ditas teras per hũu e como devem e e seja sem custos visto o que se per o feito se mostra. E porem vos mandamos que asy o compraes e gardeis e faraes cumprir e guardar como per nos e detremjnados e jullgado e mamdado e da dita detrimjnação mandamos das esta sentença a dita villa dobj[fl. 98]dos que nolla pedio dada naldea dos dos Rujvos termo da dita vjlla dobidos a b dias do mes de Julho a Raynha o mandou per os ditos doutores Ruj boto do conselho dellRey seu seõor e seu desembergador do paço e ouvjdor da dita seõora Rainha em todas suas terras alvaro diaz escudeiro da cas do dito seõor Rey e seu Corregedor na comarquia da estremadura e por a dita seõora em suas teras a que esto mandou livrar alvaro bareto a fez ano do nacimiento do noso seõor Jhesu christo de mjll e quatro çemtos e noventa anos.

Documento 3

Testamento de Álvaro Dias Borges⁵
BPADL – Documento avulso 1.
20/12/1491

Em nome de deus amen.

Saibham quantos este estromento de testamento Virem. Como no anno [do] Nascimento de noso Senhor Jesu Christo de mil iij^c IRj, xx dias do mes de d[e]zembro em as] caldas nas moradas de alvaro dijas borges escudeiro criado do jnfante dom fernando que deus ha provedor das dictas caldas per mandado da Raynha nossa Senhora. Estando elle hy e vy[o...z sua molher ambos asentarom com todo seus jntendimento e siso que lhes o Senhor deus deu. logo por elles foy dicto perante mjm tabeliam e testemunhas adiante nomeadas. que elles timendo o dia e hora da [sua mor]te de que nam eram sabedores quando avja de seer pro descarrego de sua consciências salvação de suas almas elles faziam e ordenavam seu verdadeyro testamento na maneyra que se segue.

= Item prim[eiramente disser]am que elles encomendavam suas almas ao nosso Senhor deus que as criara e pediam e Rogavam a benta vjrgem maira sua madre nossa Senhora que fosse sua vogada em maneyra que quando partissem da vjda presente fossem dignas e mere[cedoras] de Regnar com os seus sanctos em a gloria do paraíso amen.

= Item disseram que falecendo elles em a vjda presente dentro na dicta villa das caldas ou em a villa de obidos e seu termo que seus corpos [...] dentro na igreja de sancta maria da dicta vjlla d obidos e deixavam aa dicta igreja por o seu jazigo mil reais de moeda hora corrente e mandavam que ao enterramento de cada hũu lhe disseram çinco [...] e lhes fizessem e cantassem todallas horas dos finados compridamente com sua ladajinha segundo custume e de oferta lhes dessem çinco duzeas de pescadas e cinco alqueires de trigo e çinco almudes de vynho [...] ao ano outro tanto, com as dictas mjssas e horas e falecendo elles ou cada hũu destes em outra parte que seus corpor fossem enterrados dentro na igreja em cuja fregujsia de finassem aa qual [...] pera o dicto jazigo e mandavam que se fizessem os dictos officios e se dessem as dictas ofertas segundo em çima he conheudo.

= Item mandavam que por falecimento de cada huu disesem dentro na [...sso...] tres trintayros e esto dentro em cada anno em que falesçesse.

= Item mandavam que dentro em o anno em que se cada huu finasse se tirasse huu cativo de terra de mouros o mais [...] hosse.

= Item disseram que para se todo cumprir elles tomavam sua direita parte de todos seus beens moveis e de Raiz avidos e por aver onde quer que achados fossem ao tempo de seus finamentos em [...ho...yras] e ordenavam e mandavam que do primeiro que falecesse o que ficasse vjvo fosse seu testamenteyro e comprisse todos los legados segundo neste testamento se contem e o mais Rema[nçar...]sse vjvo fosse seu testamenteyro e ho ouvesse e lograsse. em sua vjda e per elle se mantevesse vem [sic] e Remjmento dos cativos e esto naquelles que mais pobres e desemparados forem que non tiverem por onde de se Remijr. pera o qual fazem testamenteyro do ultimo e derradeyro [...mem] posteyro da Rendisam dos cativos que carrego tem da dicta Rendçam. ao qual

⁵ Saul Gomes – *As cidades têm uma história: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII*. Caldas da Rainha: Ed. PH, 1994. Apêndice documental pp. 86-90. Publicado pelo mesmo autor – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, dos séculos XV a XVIII relativa ao Hospital das Caldas da Rainha” in *Colóquio Sobre a História de Leiria e Sua Região*. Leiria: 1991. p. 97-100.

averiam e mandavam que ouvesse toda a dicta fazenda que assy per morte do derradeyro deles ficasse e lhe fosse entregue [...] tabeliam na dicta Rendiçam dos cativos na maneyra que sobredicto he. fazendo sse primeiro as dictas exequias e ofiços devjnos que [...] mandavam fazer. e pera ello desrdavam todos seus parentes e herdeyros com cinco soldos que nom herdassem mais em sua fazenda e faziam suas almas em ella herdeyras na maneyra [...] E disserom que por morte do primeiro que assy falecesse o que assy ficasse vjvo ouvesse todo o seu poder pera se manter em sua uida como dicto he e esto contando que o que assy vjvo ficasse [...]to a seu poder pera se manter em sua vida como dicto he e esto contando que o q assy vjvo ficasse estevesse em sua honrra honestamente. e se nam casase nem abarregasse e casando se ou aba[rregando se ...] e fazendo o contrayro que o dicto menposteyro dos cativos logo lhes possa tomar conta e fazer partiçam dos bens do defunto a aver todo a sua mão e poder e o despende todo na dicta [Rendiçam] dos cativos na maneyra que dicto he.

= Item disseram que elles ao presente devjam estas divjdas que se seguem .s. devjam aos herdeyros de huu moço per nome afomso que mataram os mouros em gujne [...] per anno e tempo de seu serviço oyto mil rreais e que elle lhe nam sabiam outros herdeyros somente diziam que avia hy huu clerigo seu tio que vivja em alanquer e que tinha hua irmã que chamavam alicina que era teçedeyra de veos porem mandavam que se achados fossem que lhes fossem dados os dictos viij [mil] reais e que se achados nam fossem que se despendessem por sua alma na dicta Rendiçam.

= Item disseram que com elles vjvia hua moça per nome branca que lhy fora dada com seu encargo a qual criaram de idade de tres annos e meio ata ser de idade de xij annos que se finou porem per descarrego de suas consçiencias posto que a ello obrigados nam fossem lhes deixavam por alguuns servjços que lhy tinha fectos dous mjl reais os quaes mandavam que se despendessem por sua alma della dentro dicta Rendição.

= Item deixavam a estev'eanes irmão da dicta moça dois mjl reais e esto todo mandavam que se pagasse do monte moor. e o al que Remancasse se despendesse por suas almas na maneyra que dicto he.

= Item disseram que porquanto o derradeyro que assy ficasse vjvo nam podessem sonegar algua cousa de sua fazenda ou em outro algu modo enalhear do que assy ordenado tinham elles faziam logo mistigamente inventayro de toda a fazenda que a presente ambos tinham logravam e possioam.

= Item disseram que tinha estes bens de Raiz que se seguem .s. hua açenha que tem nas dictas caldas e huu pisam que esta junto com ella e huns baçelos que outrossi tem nas dictas caldas com sua çarrada.

= Item na ilha de porto sancto hua herdade que levava dez moyos de pam em semadura que lhes hora foy julgada com custas e novjdades de xix annos.

= Item outra herdade na mata sobre que andam em demanda com Ruy calaça o moço.

= Item disseram que lhes devja Pedro Rodriguez filho de vicente Rodriguez buticayro morador na ilha da madeyra em sancta cruz vijnte e cinco cruzados que Recebeo por elles de luiz eannes ourivez.

= Item disseram que joam alvariz messias lhes deve seis justos de ouro. o qual joham Rodriguez tem a obrigaçam e procuraçam pera os delle Receber.

= Item disseram que lhes devja diogo alva[res marido] de lianor eanes morador nas dictas caldas tres mil iij^c reais.

= Item mais disseram que lhes deviam pedr annes do porto sancto dous mil reais que lhes ficara devendo de hua herdade que lhe venderam.

= Item disseram que lhes devja Joanas de selir do mato dous mil iij^c reais.

= Item disseram que lhe devia abrão de bayona judeu bj [mil] reais de gado que lhe vendeo que depois lhy foy tomado pera Renda del Rey o qual era ja embargado.

= Item disseram que el Rey nosso Senhor lhes devja dez mil reais que emprestaram pera o casamento do principe.

= Item disseram que a Raijnha nossa Senhora lhes devja ata feitura da presente de seu mantimento vjnte e tantos mil rreais.

= Item disseram que a feytura da presente tinham seis escravos .s. três machos e três fêmeas dos quaes forravam a Catarina. e Diogo. e anna e esto per morte de ambos e que outros se vendessem e se despendessem na dicta Rendiçam. e estes que assy forravam fosse com condiçam que os servissem em vjda delles ambos testadores.

= Item disseram que tinham sete marcos e meio de prata .s. seis e meio de valia de bastiães e huu marco de colhares e outro movel de casa e de fora .s. dinheiro Roupas bestas que se aqui nam conta ficasse em juramento e em consciencia do derradeyro que assy vjvo ficasse que o non sonegasse.

E per este testamento Revogaram todolos outros testamentos cédulas condicilhos que ata o presente tevessem fectos [e] daqui em diante fizessem os quaes queriam que nam valesse somente este tevesse e valesse deste dia para sempre e se comprise segundo em elle se contem. E querjam que em nehua maneyra em nehuu tempo o nam podessem demenuir nem perorar posto que este Renunciassem salvo se na Renunçiaçam fosse deste fecta mençam jnteryamente de verbo a verbo com hua ave maria jnteyramente. e doutra gujsa nam valesse nam tolhendo porem que per moor declaraçam aos tempos de seus finamentos nam podessem fazer algua declaraçam em que declarassem mais compridamente a fazenda que possouam em maneyra que ho em este testamento se podese mais inteiramente comprir. e finalmente e em toda a maneyra esta sua tençam que na dicta Rendiçam e exequias hora determjavam se teer em nehua maneyra se nam podese em nehuu tempo Revogar porquanto jnstitujam e ordenavam de oje em diante por seus herdeyros suas almas e os dictos cativos commo dicto he. e lhe aprazia de nuca em nehuu tempo o poderem Revogar. e deserdavam todos seus parentes em vijdas de suas heranças e herdeyros com os dictos .v. soldos como dicto he que mais em sua fazenda nam ouvessem e lhes aprazia que o derradeyro que ficasse fosse testamenteyro do primeiro e comprise o que em este estromento ordenavam e o mais tevesse em seu poder como dicto he e se mantivesse por elle em sua vjda vivendo honestamente e em sua honrra sem se casar nem abarregar com dicto he se o fizesse que logo se partisse com elle na maneyra que dicto he e alem disso o que o contrayro fizesse ou algua cousa sonegasse neste mundo ma fim e no outro o jnferno pera sempre. E em testemunho de verdade ambos juntamente outorgraram o mandaram assy ser fecto este estromento de testamento que foy fecto e outorgrado dia mes e era sobredictos testemunhas que presentes foram Joam do Rego e Jorge gonçallvez e Diogo afonso ferreyro e pedr'eannes alcaide todos na dicta vjlla moradores aas quaes testemunhas o dicto testamento nam foy leudo porquanto os testadores disseram que nam queriam que se divulgasse somente ao tempo de seus finamentos. E eu Joham gomez ppublico tabeliam pella Raynha nossa Senhora em a sua vjlla d obidos e seu termo que que [sic] este testamento per mandado dos dictos testadores escrivi e em elle meo ppublico sinal fiz que tal he [sinal] – pagou com duas jdás ij^c rreais.

Documento 4

Súplica da rainha D. Leonor para indulgências aos visitantes da capela de N. Sra do Pópulo⁶

Arquivo do Vaticano Reg. Suppl. 1028, fl. 66.

3/9/1496

Beatissime Pater, exponitur S. V. Pro parte devote V. S. Et sancte Romane Ecclesie filie Leonore regine, relictæ bone memorie Johannis, quondam regis Portugalie, quod alias ipsa, provide considerans quod in territorio opido de Obidos, loco das Caldas nuncupato, Ulixbonensis diocesis, erant certa balnea distructa et fere totaliter dissipata, que propter defectum mansionum ab hominibus non frequentabantur nec ad illa pro reciperent, dicta regina, zelo Dei ducta, balnea ipsa suis propriis sumptibus et expensis construxit et reparavit ac cameras et mansiones pro personis infirmis ad illa confluentibus necnon unam capellam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, construi et edificari fecit et ut christifideles eo libentius devotionis causa ad dictam capellam beate Marie de Populo nuncupatam confluant et ad illius conservationem promptius manus porrigant adiutrices quo ex hoc ibi dono celestis gratie uberius conspexerint se refectos, desiderat ipsam capellam regina predicta aliquibus indulgentiis et gatiis muniri. Supplicat igitur S. V. Dicta regina quatenus in permissis opportune providentes, omnibus et singulis personis utriusque sexus, vere penitentibus et confessis, qui dictam capellam in singulis tribus festivitibus, in litteris exprimendis, a primis vesperis usque ad secundas vespertas earundem festivitatum devote visitaverint annuatim et ad reparationem, manutentionem aliaque necessaria capelle manus porrexerint adiutrices, indulgentiam septem temporibus duraram, concedere et indulgere misericorditer dignemini de gratia speciali. Constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis.

– Concessum ut petitur, in presentia domini nostri pape. A. Cardinalis sancte Praxedis.

Et cum absolutione a censuris quoad effectum et indulgentia septem annorum et totidem quadragenarum pro visitantibus et manus adiutrices porrigentibus in singulis tribus festivitibus, in litteris exprimendis, a primis vesperis usque ad occasum solis. Et quod indulgentia perpetuo duret ac quod maior et verior specificatio premissorum fiat in litteis.

– Concessum. A. Cardinalis sancte Praxedis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tertio Nonas Septembris, anno quinto.

⁶ António Domingues Sousa Costa – “Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV” Lisboa: Separata das *Actas Sobre A pobreza e a assistência aos pobres na península Ibérica durante a Idade Média*. IPPC, 1973. Documento 12. p. 307.

Documento 5

O papa Alexandre VI concede indulgências aos que visitarem a capela de N. Sra. do Pópulo⁷

Arquivo do Vaticano Reg. Lat. 999, fl. 6v.-7.

3/9/1496

Alexander, etc. Universis christifidelibus presentes inspecturis. Salutem, etc. Etsi profeta dicente Dominum in sanctis eius laudare deceat, in illa precipue, per quam humano generi eterna salus apparuit, videlicet beata Maria semper Virgine, Christifera, Deum colaudari et benedici eo celebrius convenit fundatasque in ipsius honore capellas christifidelibus devotius venerari quod ipsa Virgo sacratissima Redemptoris nostri mater effecta meruit in celis pre ceteris sanctis honorari sublimius et super choros angelorum decentius exaltari. Cum itaque, sicut accepimus, alias carissima in Christo filia Leonora, Portugalie regina illustris, relictā quondam clare memorie Johannis, dum vixit Portugalie regis, provide considerans quod in territorio opidi de Obidos, in loco Caldas nuncupato, Ulixbonensis docesis, erant certa balnea destructa et fere totaliter ruinosa que propter defectum mansionum, quibus locus ille carebat, ab hominibus non frequentabantur nec ad illa pro recuperanda sanitate persona confluebant et ipsa suis propriis sumptibus et expensis reparaverat necnon cameras et mansiones pro personis infirmis, ad illa proficiscentibus, ac unam capellam in honorem ac sub invocatione gloriosissime Virginis Marie de Populo nuncupate, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, construi et edificari fecerit, nos igitur cupientes quod dicta capella a fidelibus ipsis congruis honoribus frequentetur et fideles ipsi eo libentius devotionis causa inibi confluant et ad eiusdem capelle conservationem manus promptius porrigant adiutrices quo ad hoc dono celestis gratie [fl.7] uberius conspexerint se refectos, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius auctoritate confisi, omnibus et singulis utriusque sexus christifidelibus vere penitentibus et confessis, que in Epifanie Domini nostri Jhesus Christi et Annuntiationis ac Assumptionis Virginis Marie festivitatibus a primis vespers usque ad occasum solis festivitatum earundem dictam capellam devote visitaverint annuatim et ad illius reparantionem ac manutentionem necnon pro aliis eiusdem capelle necessariis manus porrexerint adiutrices, septem annos et totidem quadragenas de iniunctis eis penitentiis misericorditer in Domino relaxamus, presentibus perpetuis futuris temporibus valituris. Volumus autem quod si alias visitantibus dictam capellam vel ad premissa manus porrigentibus adiutrices aut alias inibi pias elemosinas erogantibus seu aliqua alia indulgentia in perpetuum vel ad certum tempus nondum elapsum duratura per nos concessa fuerit presentes littere nullius existant roboris vel momenti.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo nonagesimo sexto, tertio Nonas Septembris, anno quinto.

⁷ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Documento 13. p. 308. Existem treslados desta bula em BPADL, documento 3 e documento 7 com tradução transcrita in Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p.106. E Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 95-98.

Documento 6

Súplica da rainha D. Leonor a pedir para se instituir capelão na igreja de N. Sra. do Pópulo, isentado-o da jurisdição do pároco de Óbidos⁸

Arquivo do Vaticano Reg. Suppl. 1028, fl. 137-137v.

10/9/1496

Beatissime Pater, exponitur S. V. pro parte oratricis vestre et sante Romane Ecclesie filie Leonore regine, relictæ bone memorie quondam Johannis, regis Portugalie, quod alias ipsa, provide considerando quod in territorio opidi Obidos, loco das Caldas nuncupato, Ulixbonensis diocesis, erant certa balnea destructa et fere totaliter dissipata, que propter defectum mansionum ab hominibus non frequentabentur nec ad illa pro recuperanda sanitate confluebant, et ut christifideles ad illa confluerentet sanitatem reciperent, dicta regina, zelo Dei ducta, ea ipsa suis propriis sumptibus et expensis reparavit ac cameras et mansiones pro personis ad illa confluentibus necnon unam capelam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, construi et edificari fecit, ad que quidem balnea plures persone, varias infirmitats habentes, pro sanitate ibidem recuperanda confluunt ac dicta regina salarium uni capellano qui in capella predicta missas infirmis et aliis personis ibidem commorantibus celebrare teneatur solvit et quia balnea predicta per tria miliaria a dicto opido distant quodque grave et periculosum esset dictis infirmis pro recipiendis ecclesiasticis sacramentis necessitatis tempore ad eundem locum accedere, summopere desiderat eadem regina capellano eiusdem capelle pro tempore existenti facultas ecclesiastica sacramenta ibidem ministrandi et confessiones christifidelium audiende per S. V. donetur. Supplicat igitur eidem S. V. dicta regina oratrix quatenus in permissis oportune providentes, capellano dicte capelle pro tempore existenti confessiones christifidelium in dictas balneis et loco commorantium et infirmorum ad ea confluentium audienti et ecclesiastica sacramenta eis ministrandi ac elemosinas et offertoria, que ibidem sibi offerentur et donabuntur, recipiendi et in suos usus et utilitatem convertendi licentiam et facultatem concedere et si contingat aliquos infirmos seu alias personas ibidem decedere et pro fabrica et reparatione dicte capelle aliquid ex bonis suis reliquere et legare, liceat pro tempore existenti administratori eiusdem capelle sive fabrice illud in usus et utilitatem tam dicte fabrice quam etiam in substantationem pauperum et infirmorum in dicata balneis existentium convertere et insuper quod deputatio capellani dicte capelle, pro cuius salario dicta oratrix certa bona reliquere parata existit, ad reginam predictam dum vixerit et post eius obitum ad successores suos, ad quos balnea et capella huiusmodi devenerint, perpetuo pertineat et idem capellanus, postquam semel deputatus fuerit, sit perpetuus nec possit abind, nisi suis demeritis exigentibus, et iudicialiter, amoveri [fl. 137v] que im premisis efficac ... cum clausula contradictores etc., etiam cum inocatione brachii seculares... sit, attento, Pater Sancte, quod in hoc non preiudicatur in aliquo dictis... misericorditer dignemini de gratia speciali, constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum clausulis oportunis.

– Fiat ut petitur. R.

Et cum licentia et facultate dicto capellano pro tempore existenti audiendi confessiones et ministrandi sacramenta ecclesiastica ac offertoria et oblationes etc., accipiendi ut prefertar. Et cum facultate magistro fabrice seu administratori dicte recipiendi bona que per christifideles reliquantur dicte fabrice et illa exponendi ut

⁸ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Documento 14, p. 309-310.

prefertur. Et quod deputatio dicti capellani pertineat ad reginam vel successores, etc. Et cum decreto et declaratione predictis quoad omnes illius partes. Et cum deputatione iudicum et clausula contradictores, etc. Et cum invocatione auxilii brachii secularis, quantenus opus sit. Et quod maior et verior specificatio omnium premissorum ac situationum, qualitatuum et invocationis et omnium oportunorum fiat in litteris.

– Fiat. R.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto Idus Septembris, anno quinto.

Documento 7

Bula do papa Alexandre VI concede a D. Leonor a faculdade de designar o capelão de N. Sra. do Póculo⁹

Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 873, fl. 143-144.

10/9/1496

Ad perpetuam rei memoriam. Apostolice sedis gratiosa benignitas ad ea libenter intendit, per que animarum christifidelium saluti, sublati quibusvis impedimentis et incommodis, oportune consuli possit. Sane pro parte carissime filie nostre Eleonore, regine illustris, relicte clare memorie Johannis, Portugalie regis, nobis nuper exhibita petitio continebat quod olim ipsa, provide considerans quod in territorio oppidi de Oblados, loco das Caldas nuncupato, Ulixbonensis diocesis, erant certa balnea destructa seu totaliter dissipata que propter defectum mansionum ab hominibus non frequentabantur nec ad illa pro recuperanda sanitate confluebant, ut christifideles ad illa confluere et sanitatem accipere possent, zelo Dei ducta, dicta balnea suis propriis sumptibus et expensis reparavit ac cameras et mansiones pro personis ad illa confluentibus necnon unam capellam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, canonice construi et edificari fecit, ad que quidem balnea plures persone, varias infirmitates habentes, pro sanitate recuperanda continue conflunt ac dicta regina salarium uni capellano, que in capella predicta missas infirmis et aliis personis ibidem commorantibus celebrare teneatur, persolvit et quia balnea predicta per tria miliaria a dicto oppido distant ac grave et periculosum esset dictis infirmis pro recipiendis ecclesiasticis sacramentis tempore necessitatis ad dictum oppidum accedere, summopere desiderat prefata regina quod capellanus pro tempore inibi deputatus ecclesiastica sacramenta christifidelibus ad dicta balnea confluentibus ministret eorumque confessiones audiat, quare pro parte eiusdem regine nobis fuit humiliter supplicatum ut in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui animarum christifidelium saluti eorumque commoditatibus, quantum cum Deo possumus, libenter consulimus, huiusmodi supplicationibus inclinati, autoritate apostolica, tenore presentium, statuimus et ordinamus quod capellanus inibi pro tempore deputatus confessiones christifidelium in dictis balneis et loco pro tempore commorantium et ad ea confluentium infirmorum audire ac ecclesiastica sacramenta eis ministrare necnon elemosinas et offertoria, que ibidem fient et offerentur, recipere ac in suos usus et utilitatem convertere et si contingat aliquos infirmos seu personas alias ibidem decedere ac pro fabrica et reparatione dicte capelle aliquid ex bonis suis relinquere et legare, pro tempore existens eiusdem capelle seu fabrice administrator illud is usus et utilitatem tam dicte fabrice quam sustentationem pauperum et infirmorum in dictis balneis consistentium etiam convertere libere et licite possint ac deputatio dicti capellani, pro cuius salario dicta regina certa bona relinquere parata existit, ad ipsam reginam, quamdiu vitam duxerit in humanis, et postei obitum ad successores suos, ad quos balnea et capella huiusmodi devenient, perpetuo pertineat et capellanus predictus, postquam semel deputatus fuerit, sit perpetuus nec possit inde, nisi suis demeritis exigentibus et iudicialiter [fl. 144] cognitis, amoveri ipsaque capella ab omni iurisdictione et superioritate parrochialium ecclesiarum dicti oppidi, quibus, ut dicta regina asserit, in aliquo non preiudicatur, libera sit et exempta nec illorum rectores pro tempore existentes super capellam et cappellanos predictos aliquam iurisdictionem et dominium exercere neque de bonis capelle ac capellani pre dictorum ullo umquam

⁹ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Documento 15. p. 310-311.

tempore se intromittere possint. Quocirca dilectis filiis cantori et archydiacono de Santarem ecclesie Ulixbonensis ac officiali Ulixbonensi mandamus quatenus ipsi vel duo aut unus eorum per se vel alium seu alios faciant auctoritate nostra statutum et ordinationem huiusmodi firmiter observari. Contradictores, etc., invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Non obstantibus constituionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque. Aut si aliquibus communiter vel divisim ab eadem sis sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbum de indulto huiusmodi mentionem. Nulli ergo, etc., nostrorum statuti et ordinationis infringere, etc. Si quis autem etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominice m.cccclxxxxxvi, quarto Idus Septembris, pontificatus nostri anno quinto.

Documento 8

Bula do papa Alexandre VI concede a indulgência plenária em artigo de morte aos internados no hospital que deixassem algum bens ao hospital¹⁰

Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 873, fl. 365-365v.

1/6/1497

Ad perpetuam rei memoriam. Hospitalium et aliorum piorum locorum, in quibus charitatis opera continue exercentur et opportuna subsidia indigentibus exhibentur, singularem ut tenemur curam sollicitudinemque gerentes, illa libenter concedimus, per que christifideles, ad illa pro tempore confluentes, conscientie pacem ac animarum salutem, Deo propito, consequi possint. Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte carissime in Christo filie nostre Elionore, regine, relicte clare memorie Johannis, Portugalie regis, petitio continebat, ipsa alias, fervore devotionis accensa, unum hospitale pauperum balneorum das Caldas nuncupatum in territorio oppidi de Obidos Ulixbonensis diocesis et balnea ipsa que fere totaliter destructa erant pro pauperibus et miserabilibus personis, ad illa pro tempore declinantibus, inibi recipiendis, de propriis bonis suis decenter reparaverit et reedificaverit [fl. 365v.] nos cupientes hospitale predictum et illud pro tempore declinantes aliquibus spiritualibus gratiis prosequi, prefare regine in hac parte devotis supplicationibus inclinati, auctoritate apostolica, tenore presentium, statuimus et ordinamus quod omnes et singuli utriusque sexus christifideles que deinceps preceptis futuris temporibus in dicto hospitali decesserint et in eorum ultimis voluntatibus vel alias eidem hospitali de bonis eis a Deo collatis iuxta suarum exigentiam facultatum aliquid pie erogaverint seu legaverint, plenariam omnium suorum peccatorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, remissionem in mortis articulo, ipsis tamen in sinceritate fidei, unitate sancte Romane Ecclesie ac obdientia et devotione nostra et successorum nostrorum Romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, consequantur. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo, etc. Nostrorum statuti et ordinationis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno etc. Millesimos quadringentesimo monagesimo septimo, Kalendis Junii, pontificatus nostri anno quinto.

¹⁰ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Documento 17. p. 311-312. Existem treslados desta bula em BPADL – documento 4, 17 e documento 6 com tradução transcrita por Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 104-105. e Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 92-94. E foi publicado com correcção ortográfica por Fernando da Silva Correia – *Op.Cit.* pp. 8-9.

Documento 9

Bula do papa Alexandre VI concede à rainha D. Leonor que o capelão possa receber (ser funcionário) do Hospital, de forma que as ofertas feitas na capela revertam para a instituição¹¹

Arquivo do Vaticano Reg. Vat. 882, fls. 274-275.
7/11/1500

Alexander, etc. Ad perpetuam rei memoriam. Admonet nos et inducit suscepti pastoralis officii sollicitudo ut votis illis, per que ad divini cultus incrementum animarumque christifidelium salutem, pauperum et miserabilium personarum subventionem provide statuta et ordinata, semotis quibuscumque impedimentis, suum sortiantur effectum, libenter annuamus et in hiis, prout in Domino salubriter expedire conspiciamus, eiusdem officii partes favorabiliter impendamus.

Dudum siquidem pro parte carissime in Christo filie nostre Elionore, regine illustris, relictæ clare memorie Johannis Portugalie regis, nobis exposito quod olim ipsa, provide considerans quod in territorio opidi de Obidos, loco das Caldas nuncupato, Ulixbonensis diocesis, erant certa balnea destructa seu totaliter dissipata, que propter defectum mansionum ab hominibus non frequentabantur nec ad illa pro recuperanda sanitate confluebant, ut christifideles ad illa confluere et sanitatem accipere possent, zelo Dei ducta, dicta balnea suis propriis sumptibus et expensis reparaverat ac cameras et mansiones pro personis, ad illa confluentibus, necnon unam capellam, in qua misse et alia divina officia celebrarentur, canonice construi et edificari fecerat et quod ad ipsa balnea plures persone, varias infirmitates habentes, pro sanitate recuperanda confluebant ac quod dicta regina salarium uni capellano, qui in capella predicta missas infirmis et aliis personis ibidem commorantibus celebrare teneretur, persolvebat et quia [fl. 274 v.] balnea predicta per tria miliaria a dicto opido distabant ac grave et periculosum erat dictis infirmis pro recipiendis ecclesiasticis sacramentis tempore necessitatis ad dictum opidum accedere, summopere desiderabat quod capellanus, inibi pro tempore deputatus, ecclesiastica sacramenta christifidelibus, ad dicta balnea confluentibus, ministraret eorumque confessiones audiret, Nos tunc eiusdem Eleonore regine in ea parte supplicationibus inclinati, per alias nostras litteras auctoritate apostolica perpetuo statuimus et ordinavimus quod capellanus, inibi pro tempore deputatus, confessiones christifidelium in dictis balneis et loco pro tempore deputatus, confessiones christifidelium in dictis balneis et loco pro tempore commorantium et ad ea confluentium audire ac ecclesiastica sacramenta ministrare necnon elemosinas et offertoria, que ibidem fierent et offerrentur, recipere ac in suos usus et utilitatem convertere et si contingeret aliquos infirmos seu personas alias ibidem decedere ac pro fabrica et reparatione dicte capelle aliquid ex bonis suis relinquere et legare, pro tempore existens eiusdem capelle seu fabricæ administrator illud in usus et utilitatem tam dicte fabricæ quam sustentationem pauperum et infirmorum in dictis balneis consistentium etiam convertere libere et licite possent, ac deputatio dicti capellani, pro cuius salario dicta Elionora regina, ut asserebat, certa bona relinquere parata existebat, ad ipsam Elionoram reginam, quamdiu vitam duceret in humanis, et post eius obitum ad successores suos, ad quos balnea et capella huiusmodi devenirent, [fl. 275] perpetuo pertineret et quod capellanus predictus, postquam semel deputatus foret, esset perpetuus nec posset inde, nisi suis demeritis exigentibus et iudicialiter cognitis, amoveri ipsaque capella ab omni iurisdictione et superioritate parrochialium ecclesiarum dicti opidi,

¹¹ António Domingues Sousa Costa – *Op. Cit.* Documento 21. p. 323-325.

quibus, ut dicta regina asserebat, im aliquo non preiudicabatur, libera esset et exempta nec illarum rectores pro tempore existentes super capellam et capellanum predictos aliquam iurisdictionem et dominium exercere nec de bonis capelle et capellani predictorum ullo umquam tempore se intromittere possent, certis executoribus qui facerent auctoritate nostra statutum et ordinationem huiusmodi observari desuper deputatis, prout in eisdem litteris plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte eiusdem Elionore regine petitio continebat, quia forsam talia possent in ipsa capella offerri, que omnia si dictus capellanus perciperet et in suam utilitatem converteret, ex hoc minium preiudicium hospitali, inibi pro dictis infirmis maxime pauperibus recipiendis fundato seu constructo, generaretur et etiam forsam dictus capellanus tantum ex dictis oblationibus non perciperet quod ad sui sustentationem sufficeret, pro parte ipsius Elionore regine nobis fuit humiliter supplicatum ut quod dictus capellanus ex redditibus predicti hospitalis ac ex oblationibus predictis percipere habeat et que ex dictis bonis in ipsa capella offerendis ad fabricam dicti hospitalis pertinere habeant et in sustentationem [fl. 275v] pauperum et infirmorum in eodem hospitali pro tempore degentium converti debeant statuere et ordinare aliasque in premissis oportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui pauperum et infirmorum necessitatibus subveniri ex intimis dilectionis precordiis desideramus, huiusmodi supplicationibus inclinati, eadem auctoritate apostolica, tenore presentium, statuimus et ordinamus quod dictus capellanus pro tempore existens ex redditibus dicti hospitalis singulis annis duodecim nullia regalia monet illarum partium, triginta ducatos auri de camera vel circa constituentia, sibi singulis annis per administratorem dicti hospitalis in tribus terminis cuiuslibet anni, videlicet Ressurrectionis Domini nostri Jhesu Christi ac eiusdem Domini nostri Jhesu Christi et beati Johannis Baptiste nativitatum festivitatibus persolvenda et ultra hoc oblationes que fient in missa videlicet pecunias ac panem coctum et alia offertoria ac etiam oblationes baptizandorum necnon pro defunctis tempore sepulture ac exequiarum et anniversariorum pro ipsis celebrandorum offerenda videlicet panem coctum, carnes et pisces dumtaxat percipere habeat, reliqua vero danda et offerenda mobilia seu etiam immobilia bona ac panni, linei et lanei necnon reliqua iocalia pretiosa vel non pretiosa dicta capella offerenda ad fabricam dicti hospitalis pertineant et in repationem [fl. 276] ac utilitatem dicti hospitalis ac pauperum et infirmorum, in eodem hospitali pro tempore degentium, sustentationem convertantur dictasque litteras cum deputationis et aliis in eisdem contentis clausulis ad hoc extendimus ampliamus. Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscumque. Nulli ergo etc., nostre constitutionis, statuti, extensionis et ampliationis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc. millesimo quingentesimo, septimo Idus Novembris, pontificatus nostri anno nono. Gratis de mandato domini nostri pape. F. De Turrecremata.

Documento 10

Compra dos direitos fiscaes a D. Manuel por D. Leonor¹²
AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 4 fl. 29-30.
23/1/1503

Don Manoel por gracia de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor da Guinee e da Conquista navegacao e comercio da Etiopia Arabia Persia e da India & Aquantos esta nossa Carta virem fazemos saber que a Senhora Rainha minha Irmaa nos disse como ella por servico de Nosso Senhor Deos mandaara fazer hu Hospital na sua villa das Caldas e porque seu desejo e vontade era que a dita obra fosse durante para sempre e lhe queria deixar tanta renda porque se pudesse bem manter ou o por ella ordenado em a Instituicao que tem feito ao dito Hospital pedindonos que porquanto ella naa podia logo achar a vender tantos bens de raiz que em todo hu anno rendenseem trescentos mil reis que para o dito Hospital manter eraao necessarios e por quanto nos lhe eramos obrigados e as rendas direitos bens e terras da Coroa de nossos Reinos mandar pagar seu dote que lhe era devido lhe quizessemos vender as jugadas de paam vinho e foros das suas villas de Obidos e de Aldeagalega dapar da Merciana com outros direitos que ora ella tem nas ditas villas e seus termos e se para ella recadaam que ao diante saa decrarados e lhe quizesmos dar nossa authoridade que ella em sua vida ou por seu fallecimento pudesse tudo deixar o dito Hospital e noos visto seu requerimto posto que achassemos que por ser para obra taam piedoza noos podiamos por direito fazer a dita venda porem por serem rendas da Coroa de nossos Reinos as quaes somos tidos conservar e acrescentar quizessemos saber quantas as ditas Jugadas e rendas eraam e o que verdadeiramente em todo hu anno rendiaa ou podiaam render e o que poderia valer segundo comum estimacao e estado das Comarcas e terras em que saa e parecer escrevemos a Anrique da Silva nosso Contador na Comarca de Leiria e Obidos e a Fernão da Luz de Faria nosso Contador d'Alenquer e Cintra aos quais mandamos que com muita deligencia se informassem e soubessem o que renderaam as ditas Jugadas e direitos e assim o que poderaa render em tres annos e todo que assim achassem que renderaam ou poderam render fizessem avaliar a homens dos que o bem entendessem e o soubessem fazer aos quais dessem juramento sobre os Sanctos Evangelhos que bem e verdadeiramente avaliassem o que valia de compra o moio de trigo e o tonel de Vinho das ditas rendas e assim o dinheiro aves e quaesquer outras coizas que nellas houvesse os quaes Contadores cumpriraam em todo nosso mandado e se informaraa pelos Selleiros das ditas Jugadas e direitos e assim pellos arrendamentos que dellas era feitos e todo o que acharaa fizeraao juramento dos Evangelhos avaliar a pessoas que razaao tinhaam de o saber o que cada moio de trigo e tonel de vinho das ditas rendas assim o dinheiro e aves e outras coizas valiaao fazendo a avaliacaam de cada coiza sobre si e todo nos foi enviado pelos ditos contadores por elles e pelos ditos avaliadores assignado e sellado com seus sellos e visto todo por nos por maior abundamento para que melhor pudessemos saber se todas as ditas jugadas rendas e direitos se arrecadava como devia ou se alguns que carrego tinhaa de arrecadar favoreciaa algumas pessoas assim em fazerem avencas o que naa deviaa fazer como em lhas fazerem mais favoraveis do que deviaa por algus respeitos ou naa quererem constranger alguns que privilegios naa tinhaam nem outra razaam, porque fossem escuzados de pagar mandamos ao Doutor Rui Botto do nosso Conselho e chanceler mor

¹² Optamos por nova transcrição do documento. Está publicada a transcrição, com correcção ortográfica de Augusto da Silva Carvalho referente ao traslado posterior do reinado de D. Sebastião, citando igualmente a confirmação de D. João III in Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 303-308.

de nossos Reinos e Senhorios e a Goncalo Figueira fidalgo de nossa Caza que fossem as ditas Villas e vissem todos os livros por onde as ditas jugadas rendas e direitos se arrecadavaam e por inquizicaa ou por qualquer outro modo que melhor pudessem soubessem se se arrecadavaam como deviaam ou era feito favores a algumas pessoas como naam deviaam aa cerca da paga das ditas jugadas e direitos e todo o que achassem que verdadeiramente renderaa ou poderaam render se diretamente se arrecadavaam fizessem escrever e nos trouxassem todo para noos vermos os quais em todo cumprira nosso mandado e feita toda diligencia que sobre elle podessem fazer fizeraa todo escrever e nos fizeraa delle Relacaam e nos alem das avaliacoos que jaa eram feytas por se melhor fazer mandamos ao dito chanceler mor e ao Doutor Ioaao Facanha e a Anrique de Figueiredo, e ao dito Goncalo Figueira e Vasco Gil mercador que se ajuntassem todos e vissem os arrendamntos e diligencias que os ditos chanceler mor e Goncalo Figueira fizeraam e todos cinco avaliassem o que verdadeiramente segundo commum estimacaa valiaa todas as ditas rendas os quaes em cumprimento de nosso mandado jurando primeiramente aos Sanctos Evangelhos que o fizessem verdadeiramente posto que por os primeiros avaliadores em mais baixas quantias as ditas rendas foraa postas avaliaraam o moio de trigo das ditas rendas de compra em trinta dous mil e quatrocentos reis e o moio de cevada em dezasseis mil e duzentos reis e avaliaraa o milheiro dos reais brancos de seis ceitis e real de compra em vinte mil reis e o tonel de vinho de Obidos em limpo em dez mil reis de compra e de cada galinha em dezasseis reis e dois frangos por hua galinha no dito preco e as de Aldeagalega em vinte reis cada galinha e feytas as ditas avaliacoos mandamos que se fizessem massa de tres annos de todo o que as ditas rendas e direitos renderaa ou poderaam render se foram arrendadas como deviaa e foi achado que as rendas d'Obidos assim de jugadas como de foros e reguengos renderaa hum anno da dita massa cento e cinco moios e sete alqueires e tres quartas de trigo e contando a cevada a razao de dous alqueires por hu de trigo e foi achado rendeu o dito anno de massa de vinho quarenta e hu toneis e nove almudes e rendeu os foros de dinheiro em cada hu anno trezentos reis e de foro de aves trinta galinhas e trinta sete frangos que fazem contando frangos para hua galinha quarenta oito galinhas em massa e desta soma se descontara quatro moios de trigo que levaa em cada hum anno de mantimentos cinco mercieiras da Capella dos Passos da dita he quarenta oito alqueires de trigo a cada hua por anno e mais de vinho limpo dous toneis e dezasseis almudes isto vinte e quatro almudes a cada hua pro anno e mais a ellas em dinheiro mil e seis centos e vinte reis isto trezentos e vinte quatro reis a cada hua por anno e mais se descontara da dita soma sete mil e duzentos reis que em cada hu leva de seu mantimento com as candeas o Capellaa e candeas a dita Senhora Rainha ou o dito Hospital em que as ditas rendas possuirem seraa sempre obrigados a pagar como se atequi pagou e outras despezas algumas ordinarias de Officiaes nem outras senaa descontaraa por nos naam sermos obrigados de as pagar aos que ora saam e ao diante forem e feita a conta das ditas rendas e foros acima decrarados que somente entrara nesta venda se achoo que montava tiradas as ditas despezas de mercieiras e Capellaam seis contos e quinhentos e dez mil quatrocentos e quarenta reis e n'esta venda naa entraraa rendas que a dita Senhora tinha dadas a D. Rodrigo de Menezes na dita Villa de Obidos que saam portagens e oitovos de linhos e os quastos dos ditos linhos dos Reguengos e a dizima da Lagoa e o direito do pescado que vem de fora e as dizimas das Sentencas e a sougagem e salario de pam e dizima de terca e foros de duas cazas que estaam na dita Villa e as penas de forcas e sangue sobre os olhos e as couzas do vento e pensoos de Tabelioos e as ditas rendas que ora tem o dito D. Rodrigo por seu Fallecimento hade ficar aa dita Senhora Rainha ou a noos e a Corooa de Nossos Reinos nem entra nesta venda o direito que a dita Senhora tem na dita Villa de Aldeagalega e as

jugadas do pam e oitavos de vinho e linho portagens da terra da leira da Merciana e a sougagem e ventos e dizima da telha e sangue sobre os olhos e forcas e feyta conta por tres annos de massa pela maneira sobredita se achou que rendeu o dito anno da massa quarenta cinco moios vinte oito alqueires e meio de trigo e de vinho trinta tres toneis e treze almudes em limpo e de dinheiro que vaa metidos os linhos e todas as rendas declaradas em sima nove mil cento e cincoenta ses reis e meio o que todo foi avaliado pela maneia sobredita e mais dez galinhas avaliadas a vinte reis a galinha e foi achado que valia tudo pelo modo sobredito dous contos e trezentos vinte dous mil reis e sete centos reis. E destas rendas de Aldeagalega e Aldeagavinha se naa descontara ordinarias de officiaes nem outras alguas nem entrara nesta compra as pensooes dos Tabelliooes as quaes ficaraa por fallecimento da Senhora Rainha a noos e a nossos sucessores e ajuntando ambas sobreditas somas maiores fazem ao todo em soma cinco contos oito centos trinta tres mil cento e quarenta reis de seis ceitis o real que fazem de reaes de prata de conto e dezassete em marco de lei onze dinheiros que ora contem em estes nossos Reinos e Senhorios duzentos noventa e hu mil seis centos cincoenta sete reis de prata por os quaes duzentos noventa e hum mil seis centos cincoenta sete reis de prata nos vendemos aa dita Senhora Rainha as rendas e direitos acima declarados com os selleiros e adegas de pam e vinho em que se recolhem e lhes damos e outorgramos nosso real poder e authoridade que ella em sua vida possa fazer de todo doacaam ao dito Hospital das Caldas a qual doacaam lhe possa fazer como de coiza sua propria comprada por seus dinheiros o qual preco nos confesamos ter recebido e outrotanto que mandamos descontar aa dita Senhora do que por nos e por a Corroa de Nossos Reinos lhe he devido por esta guiza assim tres contos e nove centos mil reis por dez mil cruzados em que fora contado o Castello e os terreiros da nossa Villa de Lagos que foi dado a ElRei D. João meu Primo que Deos Haja em parte de pago de dote do casamento que com a dita Senhora houve com tal condicaam que fallecendo elle primeiro que a dita Senhora lhe fosse pago e restituído o dito dote e hum conto quinhentos setenta oito mil cento e sessenta reis em que lhe eramos devedor e obrigado e a cumprimento de pago de dous contos trezentos noventa seis mil cento e seeenta reis que monta em seis mil cento quarenta e quatro cruzados que valem e joias que della houvemos que foram entregues a Luiz de Goes que tinha carrego de nosso Thesoureiro porque os oito centos e dezoito mil que falta foi a dita Senhora delles paga em Bartholomeu e hum dezembargo que delles tinha para Fernaa Lourenco nosso Thesoureiro da Caza da Guinee foi roto perante nos e os duzentos e cincoenta quatro mil nove centos e oitenta reis que falem para cumprimento de paga dos ditos cinco contos e oitocentos trinta tres mil conto e quarenta reis nos pagou a dita Senhora por certas dividas em que nos lhe eramos devedor e obrigado dos quaes dinheiros nos mandamos por pago contente e satisfeito e esta venda lhe fazemos com tal preito e condicaa que se nos ou o Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho ou qualquer outro nosso sucessor nestes reinos depois do nosso fallecimento quizer haver estas rendas e direitos que lhe assim vendemos que o possa fazer com tanto que primeiramente que delles hajaa a posse dem outra tanta renda ao Hospital em bens de raiz ou em direitos Reaes em alguu logar ou logares que não sejaa muito alongados do Hospital por onde bem e sem diffcultade se possa haver e prometemos por nossa fee Real de em todo termos e mantermos este contrato de venda e mandamos e encomentamos a nossos filhos e sucessores que em todo o queiraam assim cumprir conservando o como nos a isto fazer moveu principalmente ser tanto servico de Deos e obra taam piedoza para que a dita Senhora queira apropriar. E de nosso moto proprio certa sciencia e poder absoluto supprimos toda a solenidade que de direito ou de feito he necessario para esta venda firme ser e porquanto a dita Senhora ade por os officiaes e ao depois do seu fallecimento o

Provedor do dito Hospital para arrecadar as ditas rendas e direitos queremos e nos praz que aquellas pessoas que ella ou o dito Provedor em cada hua das ditas Villas puzerem por recebedores dos ditos direitos tenhaa toda a jurisdicaam de conhecer todas as rendas demandas e contendas que se ordenarem sobre a paga dellas e de suas sentencas daraam appellacoom e agrabo para os juizes de nossos feytos isto sem embargo de quaesquer Leis Ordenacooes e Capitulos Decretos que em contrario ali haja as quaes quanto a isto havemos por annulladas e revogadas e em testemunho disso mandamos fazer esta Carta por nos assignada e asselada com o nosso sello de chumbo

Dada em a nossa Cidade de Lisboa a vinte tres dias do mez de Janeiro Gaspar Rodrigues a fez anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e tres

Documento 11

Compra e tomada de posse dos bens de João Afonso e Leonor Eanes à Rainha¹³
 BPADL – Documento avulso 16
 13/5/1503

Em a vjlla e couto das caldas em as pouusadas homde poua pero de Valadares bacharell em leys e ouvidor pella Rainha (...) em ha dicta vjlla e couto das caldas (compareceram partes (...))

Partes: João Afonso e Leonor Eanes, moradores nas Caldas, que venderam à Rainha todollos seus bens forros e jsentos que elles tem e am em ho loguo do carrascall termo da villa d obydos .s. casas curraes vynhas herdades de pam matos olyvaaes e palheyros e ortas e qujntaes e chãos e matos rrotos E por Ronper e arvores de frujto e asy hu tonell que leva corenta almudes de vynho e pardieyros as quaes cousas vendem a dita Senhora, asy como ho elles am e por dirreito pertencem d aver (...) os quaes bens elles ditos vendedores confrontavam em esta maneyra (...)

= Item hũa casa com qujntal e com hũ pedaço de chão que parte de agujam com hos holyvaaes dos [apagado do original] e da travessia com Diogo Annes da dos Ruivos, e do abrego com Rua publica e per hũ curral com dois palheyros e hũ quyntall pera detras com arvores de fruto que parte tudo de travessia com Pero lopez morador no dicto logo e do ssoam com alvaro Rodriguez morador no dicto logo.

= Item hua herdade com sua [apagado do original] que vem ter a hũ chouso de Pero Henriquez que parte do agujam com herdeiros de Afonso martjns e do abrigo com diogo anes da dos Ruivos.

= Item outra herdade ao outeyro das pedras que parte do soam com Diogo Alvarez da dos Ruivos, e da travasya com elle dito diogo alvarez;

= Item outra herdade a careyra velha que parte de agujam com alvaro rodriguez e do abrigo com herdeiros de Fernão eanes.

= Item outra herdade com duas oliveiras que parte do aguião com alvaro anes, monteiro;

= Item arroteia da Igreja que parte do abrigo com herdeiros da jgreja e do aguião com pero afonso.

= Item um talho as fontanelas que parte do aguião com herdeiros de beatriz lopez e do abrigo com herdeiros de vicente

= Item a vinha do Malheiro que parte do abrigo com alvaro rodriguez e do aguião com pero gonçalvaz

= Item na favaca hũa parte de hũ baçello que parte de abrigo com fernão estevez e do aguião com matos manjnhos

= Item hũ talho da cocorella de vinha que parte com alvaro anes monteiro do soam, e de travessia com hũ talho de João Afonso de D. Durão

= Item hũ talho de vinha nos Pereyros que parte do soam com pero fialho e da travessia com pero Gonçalvez

= Item outro talho do soam que parte com João Diaz pescador e do abrigo com Pero afonso

= Item a metade de hũa çarrada d arvores na lajea e a metade de hũ codorneyro que parte do soam com os herdeiros de Afonso martjnz e da travessia com fernão estevez

= Item hũ chão de ameyxoeyras ás areias.

= Item hũ chão com hus peez de castynheyros e de montynhaaes

¹³ Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* pp. 117-118.

= Item cinco pez de oliveira no bouçello que partem de abrigo com herdeiros de Fernão ... (apagado no original)

Tudo vendido, salvo de dizimo, por 20 mil reais brancos. Receberam logo 51 cruzados e 110 reais, em que montava a dita quantia

Testemunhas presentes

Pero de Valadares, bacharel de leis

Alvaro Veloso e António Peres, criados da rainha

Gomes Anes, boticário da rainha

Gonçalo Mendes, tabelião nas Caldas

[v.]

Documento de posse do hospital dos bens referidos

Documento 12

Carta de Sentença de D. Leonor pela questão das isenções de jugada dos lavradores das Caldas¹⁴

AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 102v.-103v.

21/2/1505

Trelado de huã sentença que foy dada Comtra hos llavradores das calldas.

Dona lianor Per graça de deus Rainha de purtugal e dos allgarves daquem e dalem mar em afryqua, senhora da ginee ct. a Vos Roj diãz escudeiro de nossa casa que ora temdes carego de noso allmoxaryfe em a nosa vjlla d obidos e a todos os outros nosos hofycyaes e pessoas A que o Conhecimento desto pertencer e esta nosa carta for mostrada saude

Sabede que peramte nos em esta corte nos foy aprezentada huã carta testemunhavell d agravo que damte Vos tomaram yoam fyalho e duarte nogeyra Remdeiros que foram das nosas Jugadas em esa vjlla a quall paresya ser fecta e asynada per Christovam allvares esprivão dese allmoxaryfado aos quatro dias do mes de dezembro do ano pasado de qujnhentos e quatro na qual se contynha amtre as outras cousas que per os ditos remdeiros Vos fora feyto hum Requymento dyzendo que a nosa vjlla e couto das calldas fora termo desa vjlla d obydos e amdara e amdava sempre nese almoxarifado das yugadas e direitos que a nos pertemçem as quais forão aremdadas ho ano pasado aos sobreditos em o quall ano ouve moradores em as ditas calldas que semearam trigo com seus boís allguns delles segundo se contynha na emqerysão e emformação que por vos allmozaryfe fora tyrada por bem da qall erão hobrygados pagar a elles rendeiros a jugada e forão pasados a Rol pera se darem a emxuquasão segundo custume e sendo reque [fl. 103]Rerydos os sobreditos pera averem de pagar as ditas Jugadas e elles as não querryam pagar nem o dito omem do allmoxaryfado os não querya penhorar nem sytar nem emxuqatar rrequeremdo uos que hos mandaseys enxuqatar ou lhe descontaseys aquello que se em elo montase do que vos asy avjam de pagar do dito aremdamento pedyndo nom no queremdo Vos asy fazer a dita carta testemunhavell.

A qall vos rrespomdestes dezendo que era Verdade ho que elles sopriqantes dizyam e que elles sabyam bem que vos mandareis penhorar as pessoas que llavraram e semearam trigo ho dito ano que pagase[m] a dita jugada e queremdo os penhorar o dito omem do allmozaryfado e James da fomsega primeiro veador por nos em a dita vjlla e coutos das calldas mandara que nos desm penhroas porquanto nos querya primeiro falar que posto que ho privjllegio os nos relevava do dito trebuto nom avja de comsemtyr que ho pagassem ate ate [sic] o nam saber de nos nem avja de comsemtyr que por ello fosem penhorado ho que todo elle dixer a vos dito allmozaryfe em pesoa e que portanto Vos nom qujgeres em esto majs mandar.

E contodo os ditos rremdeiros tyraram a dita carta testemunhaVell e a prezemtaram es esto majs mandar,,

E Vysta por nos achamos que os ditos remdeiros não som agravados por uos dito allmozaryfe nem por o provedor das calldas em nom eixuqatardes nem consentyrdes emxuqatar hos moradores das ditas calldas pella Jugada que os ditos remdeiros requerem porquanto os ditos moradores do pão que colhem e am das teras que lhe nos mandamos dar de sesmarya por seu foro nos lymites das ditas calldas nom som hobrygados pagarem Jugada allguã [fl. 103v] Poes tem as ditas teras por seu foro que

¹⁴ Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* p. 100-102.

pagam a nos porem se os sobreditos moradores do llugar das ditas calldas tem e llavrão outras allguas teras fora de seus limjtes e termos ou dentro nelles que são Jugadejras e lhe não forão dadas de foro que destas tays nom se deve tolher por nosos hofesyaes aos ditos rendeiros que nom areqadem delles suas jugadas e direitos que lhe pertemserem d aVer porque nesta parte se pagar nom qujserem seyão por ello costrangydos e enxuquatados E portanto vos mandamos que hasy ho cumprajs e guardeys e facais compryr e guardar como por nos e detremjnado e mamdado e all nom facades

Dada em a sydade de lixboa aos xxj diyas do mes de fevereiro Ruy periz a fez Ano do nascymento de noso Senhor Jehsu Christo de mjll e b^c e b anos.

Foy conçertado este trellado com ha propria por mim Vasco do Coto esprivam deste espritall das calldas,,.

a) Vasco do coto.//

Documento 13

Carta de D. Leonor pedindo à Câmara do Porto que ceda alguns alimentos aos doentes do Hospital¹⁵

AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fls. 60v.

28/3/1506

Juízes vereadores procuradores e homens bons da nossa mui nobre e sempre leal cidade do porto, nós a Rainha vos enviamos muito saudar. Esta nossa Vila de Óbidos em que ora estamos aposentada e assim sua comarca está mui desfalecida e minguada de pão e por nós esperamos com a graça de deus estar aqui o tempo que a nosso senhor prouver e é-nos muito necessário havermos pão principalmente para manutenção dos pobres e enfermos que ora daqui avante hão-de vir curar aos banhos e hospital de nossa senhora do pópulo situado na nossa vila das caldas onde deus querendo por alguns dias esperamos estar, confiando Nos de vossas bondades e virtudes que a isto com todas vossas possibilidades nos socorreres propusemos sobre isto vos escrever rogando-vos muito que voz praza deixardes tirar para nós e para o que dito é dessa comarca trinta moios de trigo entrando nesta soma algum centeio e milho o qual pão encomendamos a nicolau nogueira e Joaneannes moradores em matozinhos que no-lo trouxessem ao porto da nossa vila de salir e assim trezentas ou quatrocentas galinhas para os ditos enfermos os quais hão-de trazer vossa certidão de todo o pão que dela trouxerem por seu juramento que tudo tragam ao dito porto de salir crendo que e o assim fazerdes vo-lo agradecemos muito e teremos em grande serviço escrita em a dita Vila a xxbiij dias de março francisco fernandes a fez ano do senhor de mjll e bc bj. Rainha.

¹⁵Original no Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Lv. 1.º de Provisões*, fl. 63, tendo sido publicado com correcção ortográfica por Artur de Magalhães Basto – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Vol. 1, Porto: Ed. SCMP, 1934 e copiado por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* p. 10.

Documento 14

Apontamentos sobre os assuntos que Diogo Dias deverá levar à Corte Pontifícia¹⁶
 BPADL – Documento avulso 24.
 28/3/1507

Estas são as cousas que vous bacharell diogo d'iaz avees de fazer e rrequerer per nos em corte de rroma pera omde deos querendo ora partijs as quais por vosa lembrança apontamnos nesta ystrução per nos asynada.

Primeiramente visitares da nosa parte ho reverendissimo cardeall de purtugall la damdolhe muytas encomendas nosas e dizendolhe quanto contentamento E consolação rreçebemos com boas novas de sua desposição a quall noso senhor queira sempre comservar com muyta saude como elle deseja e nos queriamos. E apos ysto lhe dares nosa carta de crença que levaees.

= Item depois disto lhe direes da nosa parte que lhe pedimos muy afeituosamente que por o noso não lhe seja trabalho querer ver de verbo a verbo o trelado do compromisso que temos feito pera o espirital da nosa villa das caldas o quall per suas mãos foy começado e avido com trabalho seu muytas graças que tem E por que nenhuua cousa nosa não queriamos nunca se fose posivel fazer sem seu conselho e autoridade E em espicial esta que he de ficar por compromisso pidindo a sua reverendissima p. que depois de visto e achando nelle algu erro que não pareça bem rreçeberemos em grande e syngullar graça em emviarlla E pareçendolhe que esta na forma que deve e compre segundo nosa tenção pera serviço de deos sua reverendissima p. queira de nosa parte sopricar ao noso santo padre que nollo queira asy confirmar e venha per breve ou logo acabado per bulla se lhe parecer ornada com muytas escumunhoes e prraguas a quem comtra elle em algũ tempo quizer hir em parte ou em todo em maneira que faça grande espanto e temor a quem soamente nyso cuidar açerca da quall cousa lhe falees majs compridamente na forma que ho com vosco praticamos per virtude da nosa carta de crença. [fl. 1v.]

= Item mais direis a sua reverendissima p. que tão bem lhe pidimos que nos aja liçemça per que na jgreja da dita villa que se chama samtamaria do popullo posão Rezar ho ofício Romão continuadamente como na nosa capella.

= Item outrosy tão bem pidimos a sua reverendisima p. que nos aja outra liçença que por nosa devação se posa Rezar na nosa propria capela ao sabado ho ofício de nosa Señora.

=Item majs lhe apontares que lhe pidimos muy afeituosamente que nos aja tão bem liçemça que semdo nos neçesario posamos tirar de quall quer hordem que segundo nosa devação nos bem parecer hũa freira onesta que posa estar em nosa casa e rrezar com nosco.

= Item majs lhe faleares açerca da igreja de são bertolameu de lixboa da quall nos tynha comendado a vigairaria della pera diogo gomez tesoureiro da nosa capela da quall he em pose afonso vaaz beneficiado na se da dita çidade que he tão neçesaria pera o apousentamento da dita nosa Capela a quall cousa lhe apontares na forma que ho com o vosco fallamos.

= Item majs seres lembrado falar a sua reverendissima p. açerca da rração que temos dada a domyngos gonçalvez noso moço da capella Em são pedro de torres vedras per virtude de hũa letra sua per que nos comçedeo apresentação das rrações que vagasem nas jgrejas de diogo gonçalvez noso Capelão mör prior da dita jgreja em sua

¹⁶ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* vol. II. p. 141.

vida delle a quall letra nos foy trazida per ho bacharell pero da costa noso capelão a primeira vez que ho la emviamos e sem embargo do ditto moço da capela ser apresemntado [fl.2] a dita rração em vida do dito diogo gonçalvez e estar em posse della. Sua reverendissima p. proveo ora della per sua letra huu pero Cardoso e por lhe não ser dada a pose della tirou estromentos per llaa que lhe pidimos que tenha disto lenbrança e não comsenta ho comtrairo como se espera de suas grandes virtudes.

= Item mais dares as Cartas que levaees sobre outra rração que tão be nos tem dada na dita villa em santa maria pera amtoneo de lião noso capellão açerca da quall nesa corte lhe he feito grande demanda per hũu sobrinho de mestrescola que foy da see de lixboa sem embargo daver muyto tempo que ho dito amtoneo de lião esta em pose della que pidimos a sua reverendissima p. que ho carrega e não leixe asy pasar pojs que nola tem dada.

= Item outrosy lhe direes que lhe pidimos que pera noso descarrego e satisfação dalguas cousas a que temos obrigação nos queira fazer graçao das apresentações das Rações que vagarem nas jgrejas de noso padroado Cremdo que avemdoo asy por bem ho ystimaremos muyto de sua reverendissima p.

Muyto vos rrogamos que todas estas cousas aquy apontadas percuresse façaes com muyta deligmeçia na forma que vollo emcomendamos per virtude de nosa carta de crença que levaees E açerca do espidir das letras pera este negocio teres a maneira que com vosco falamos. Cremdo que de tudo fazerdes como vos comfiamos que por ser cousa de noso gosto nos fares muyto serviço e vollo gradeçeremos escrita em a nosa villa dalamquer xxiiij dias de novembro diogo de lemos a fem de milbc bij.

= Item outrosy dires majs a sua reverendissima p. que lhe pedimos que nos aja letra que em nosa vida posamos presentar vigairo a dita jgreja de santamaria do populo que seja cura della ao quall temos hordenado qujnze mill reais por anno que posa tão bem aver algũas obrações que ha dita jgreja vierem sem embargo de ser asetuada na freguesia de são Johão de mocharro asetudo açerca da nosa villa dobjdos E per noso faleçimento posa apresentar a dita vigairia quem nos leixamos por minystrador como se contem no dito compromisso.

L Raynha

Documento 15

Bula de confirmação do Compromisso do Hospital¹⁷
 BPADL – Doc. avulso 27
 12/5/1508

Julius episcopus servus servorum Dei Venerabili fratri Archiepiscopo ullissiponensi salutem et apostolicam benedictionem licet quæ in favorem hospitalium et pauperum ad divini cultus piam devotionem facta dicuntur liberiter cum á nobis petitur mandamus aduci apostolici nominis firmitatem exhibita siquidem nobis nuper pro parte charissimæ in Christo filiæ Leonora Reginæ relictæ claræ memoriæ joannis secundi portugalix et algarbiorum regis petio continebat quod cum certa balnea quæ in loco das Caldas sive de aquis calidis principat tuo diocesis consistunt cum flueret et confluat multitudo pauperum et aliorum infirmorum pro recuperanda sanitate a diversis infirmitatibus quibus detinentur et dictus locus habitatione frequenti hominum careret ita ut præsertim pauperes infirmi ad dicta balnea accedentes curari non possent et si forsán aliquem pauperem infirmum ibidem decedere contingeret non erat locus ubi ecclesiasticæ sepultura tradi et sacramenta ecclesiastica succipere posset ipsa Leonora regina charitatis zelo motta ac cupiens terrena in celestia felici comertio comutate et pauperivus infirmis ut ibidem a suis languoribus sanarentur providere in pregacto loco prope dicta balnea non sine magnis impensis unum hospitale cum pluribus domibus construi et ædificari fecit ac in eodem hospitalli lectos et alia alimenta ac pro eisdem pauperibus et aliis infirmis ad balnea venientibus curandis medicos, cirurgos et alios officialies deputavit nec non ipsum hospitale suis propriis bonis sufficientissime dotavit medicis vero cirurgis et allis officialibus ibidem pro tempore existentibus de sufficientibus salariis etiam providit nec non im dicto hospitalli unam ecclesiam sub invocatione beatæ Maria de popullo pro uno perpetuo vicario qui curam haberet animarum et tribus perpetuis cappellanis ac uno Sachrista sive Thesaurario qui in dicta ecclesia in divinis et ecclesiasticis sacramentis ministrandis pauperibus infirmis et peregrinis ibidem venientibus deserviant et in eadem ecclesia non nullas missas pro Leonoræ et joannis regis predictum ac dilecti filii Alfonsi principis præfactum joannis et Leonoræ filii animarum salute celebrarent canonicæ construi et ædificari ac ordinari mandavit et fecit. Et ut ecclesia et hospitalli hujus modis melius gubernarentur cura pauperum infirmorum haberetur et in divinis deserviretur ac ibidem divinus cultus augmentum succiperet jura q dicti hospitalis perpetuis futuris temporibus firma, et illibata permanerent semper q augmentum et non diminutionem susciperent non nullas constitutiones et statuta fecit et edidit quas et quæ in ipsi hospitali per illius pro tempore existentes admnistratores et gubernatores ac dictos vicarium = capellanos sachristam sive thesaurarium clericos cœteros q officilaes firmiter perpetuis futuris temporibus observari voluit pro ut in quibusdam literis capitulis et instramentis publicis desuperconfectis dicitur plenius contineri. Quare pro parte dictæ Leonoræ Reginæ nobis fuit humiliter suplicatum ut constitutionibus ordinationibus, capitulis et statutis per eam ut perfertur super gubernatione administratione et regimine ecclesiæ as hospitalis prædictorum factis pro ilorum subsistentia firmiori robur apostolicæ confirmationis adjcere alias q in permissis opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur qui singulorum Christi fidelium præsertim pauperum et infirmorum piam subventionem et in quibus libet locis divini cultus augmentum sinceris desideramus affectibus præfactam Leonoram Reginam a quibus vis excommunicationis suspensionis et

¹⁷ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 338-341.

interdicti allis q. Ecclesiasticis sententiis censuris et pænnis á jure vel ab homine quavis occasione vel causa latis siquibus quo modo libet innodata existit ad effectum proesentium duntaxat consequendum harum sine absolventes et absolutum fere censescentes huiusmodi suplicationibus inclinati fraternitati tuæ per apostolica scripta mandamus quantinus omnia et singula constitutiones ordinationes statuta et capitulla per eandem Leonoram Reginam ut perfertur super gubernatione administratione et regimine ecclesiæ et hospitalis prædictorum quovis modo facta quaternus sint licita et honesta et libertati ecclesiæ non obvient autoritate nostra per te ipsum approbs et confirmes suppleas q omnis et singulis defectus siqui forsan intervenerint in eisdem. Ut nihil ominis si approbationem confirmationem et suplectionem prædictas vigore præsentium fieri contrigerit per te vel alium seus alios in prmissis efficacis defensionis proesidio assistere facias constitutiones ordinationes statuta et capitulla prædicta juxta illorum et approbationis ac confirmationis huius modi tenorem per eos quos illa concernunt observari contradictores per censuram ecclesiasticam appellatione proposita compescendo non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis quibuscunq aut si aliquibus communiter vel divisim ab apostolica sit sede indultum quod interdicti suspendi vel excommunicari non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto hujus modi mentionem. Datum Romæ apud Sanctum Petrum anno incarnationis Domini millesimo quinquigentissimo octavo tertio nonas junii Pontificatus nostri anno quinto.

Documento 16

Carta de doação dos direitos fiscais comprados por D. Leonor para o Hospital¹⁸
 BPADL – Doc. avulso 29.
 29/12/1508

Dona Leonor por graca de Deos Raynha de Portugal e dos Algarves daquem e d'alem maar em Affrica Senhora de Guinea &^a. A quantos esta Carta de Doacom vjrem fazemos saber que consyderando nos como algus enfermos se vjnham curar aos banhos que estaam junto da Villa dobidos onde ora e a Villa das Caldas e muitos recebjam ay sauude de djversas Infirmydades e por naam haver ay cazas nem recolhimento pera os enfermos que a elles vjnham se poderem gasalhar e assy por ay nam acharem meyznhas nem terem quem os curase em suas doencas se partjam muito antes de acabarem de tomar os bannos que pera a cura lhes eram necessairos e outros deixavam de vjr aos dectos banhos por ser logar despovado e desesperarem de se ay poderem repayrar E vendo nos quanto servjco de Nosso Senhor e bem de muitos enfermos e pobres Seja fazermos no decto lugar cazas grandes e repartidas em q os q pera se curarem de suus ynfirmydades vjessem se podessem bem agasalhar E como principalmente he necessario fazer hy huu esprytal bem repairado e abastado de leytos e camas e matimentos e meyznhas e de todalas outras cousas pera mantimento e repayro dos enfermos e pobres necessaryas Determynamos por servjco de Noso Senhor e da bem aventurada gloryosa sempre vjrgem Sancta Maria sua madre Nosa Senhora E por salvacaam da mynha alma mandar fazer em o decto lugar casas taes como pera servyr as obras de caridade e mysericordia E pera que homees e molheres apartadamente assy nos banhos como nas casas se poderem remediar e curar de suas doencas. E bem assy mandamos fazer hum esprital com haas dectas cazas e banhos. E pera os enfermos todos outros possam ouvyr cada um myssa. E terem a quem lhes mynistre os sacramentos da Confissaa e da Comunhaam. Mandamos fazer hua nobre jgreja de nossa Senhora do Populo em que pera sempre digam Myssas e celebrem os outros officios djuynos e mynistrem os sacramentos. Huu vygaio e trees capellaaes hordenamos que sempre na decta jgreia hy sempre sirvam. As quaes obras com a graca de Noso Senhor ja de todo temos bem acabadas e postas em aquella perfeicam que pera noso senhor hy servydo e se fazerem as obras de caridade que temos devacoo que pera sempre se faram parecer convenyente. Honde prazendo a noso senhor sempre os pacyentes que ao decto esprytal e banhos se forem curar poderaa achar provyr e remedio pera aas ynfirmydades quer das almas como dos corpos. A qual Jgreia temos dotado e fornjcuda de cruces calizes e de todallas outros vasos douro e de prata e de hornamentos de panno dojro e de todas as cousas e partencas que pera servyco de Noso Senhor e de sua gloryosa madre e da Sancta Jgreia bem poderam abastar e assim mandamos logo dar para o Esprytal muitas roupas e vestidos para os enfermos e todas as alfaias e coizas que para o dito Xprital e de reparo e provimento dos enfermos nos pareceraao necessarias e mandamos casas para aposentamentos dos sacerdotes que em a dita Jgreja haam de servir e para todos offjciaes e servidores do dito Xprital e para alguuas outras pessoas que na dita Villa moraam ou dos que aa dita Villa forem ou por ali passarem poderam ser gasalhados e porque nosso proposito e desejo he que a ordenancaa que temos fejta para regimento e

¹⁸ Optamos por nova transcrição. Foi publicado com correcção ortográfica por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 300-303. e por Fernando da Silva Correia – *Op.Cit.* pp. 11-14. Sobre o mesmo assunto vd. a Carta de confirmação da doação dos bens pela rainha que está complementada com o elenco dos bens de Aldeia Galega que foram doados ou são da propriedade do Hospital, registo datado de 18/12/1516 no AH/HCR – *Livro 1.º de Registo Geral*, fl. 91-91v.

governança e mantença da dita Igreja e Espiritual seja perpetua e para sempre guardada e em todo mantida e sem menguamento alguu nem mudança cumpria e executada e o servico de Noso Senhor seja ali sempre feyto e acrescentado e naam minguado e os pobres enfermos recebaao sempre em o dito Espiritual consolacao e reparo espytual e corporal segundo a tenca da nosa Instituicao o que se nom poderai cumprjr nem manter depois de noso passamento do mundo se em nosa vjda naam dessemos e deixassemos ao dito Espiritual tantas rendas que para as obras de caridade e esmolaz que lhes mandamos fazer abastassem e por se naa poderem achar a vender bens de tal renda para prazos mandarmos cumprir e os darmos ao dito Espiritual nos soccorremos ao muito alto e muito excellente e poderoso Senhor Rey meu Jrmão lhes pedimos nos quizesse vender todas Jugadas e Outavos e rendas e direitos e foros das nosas Villas d'oobidos de aldeagallega dapar de Merceana e sus termos assim como nos tinhamos e possuujamos as ditas rendas e detjtos e se para nos arrecadavaam para as nos darmos [v.] e dotarmos para sempre ao dito Xprital e se poderem por as ditas rendas cumprjr todas obras de mizerjcordia e pjedade temos por nosa Instituica ordenado que se ahi sempre faca por servico de Noso Senhor e de Nosa Senhora e por salvacaam da mi alma e o dito Senhor vendeu como noos criamos as ditas rendas e direitos para cousa taa pjedoza e de tanto merecimento ante Noso Senhor para que elle e os que delle descenderem sejaam connosco participantes em todos os sacrefjcios e esmolaz e obras pjas que se em a dita Igreja e Xprital fazem e ao diante fjerem lhe aprove nos vender como de facto vendeu todas as ditas rendas e direitos que nos as ditas Villas tinhamos e habamos para as os darmos ou deixarmos para sempre ao dito Espiritual e se cumprir que essa Instituicaam e ordenança que para o dito Espiritual temos feito e ao deante fjzermos como mais largamente he declarado em a Carta da dita compra que nos o dito Senhor mandou dar asselada com o seu Çello de Xumbo e tendo o digo e querendo nosso justo proposjto proseguir para que todo o que asi por servico de Noso Senhor ordenado temos perpetuamente se possa realmente e effejto cumprir e manter nos praz fazer como defejto fazemos pura e jrrevogavel Doacaam entre vyvos para todolo o sempre valedora que nunca em tempo algum possa pro nenhuu caso cuidado ou naa cuidado que a vir possa por noos nem por outrem ser revogada diminuida nem mudada de todas as ditas rendas e direitos das ditas Villas de Obidos e Aldeagalega e seus termos assim como as nos do dito Senhor Rey meu Jrmaam por compra havemos e queremos e nos praz q o dito espytal e Adminjstr[adores?] que pelos tempos della forem as hajaam para por ellas se manter e cumprir todo o que na Instituicaam e ordenançaam e Regimento do dito Espiritual temos ordenado e mandado que se faca e pomos e trespasamos em o dito Espiritual e seus Provedores todo o direito propriedade posse e accaam que em as ditas rendas e direitos por bem da dita compra temos porque de todolo lhe fazemos para sempre pura yrrevogavel Doacaam como dito he e lhes cedemos todas as accoes uteis e direitos que a nos para haver e demandar e arrecadar as ditas rendas pertencem e para qualquer maneira e tornar possa e por esta nossa Carta de Doacaam damos poder e auctorydade ao Provedor que ora do dito Xprital he que por si e por quem lhes aprover tome e possa tomar e cubrar em nome do dito Xprital a posse corporal real e actual de todas as ditas rendas e direitos e dali em diante elle e os outros Provedores. Que pelo tempo forem do dito Xprital tenhaam a posse e a administracao e governançaam das ditas rendas assim como de quaesquer outros bens do dito Espiritual segundo em o Regimento do seu offycio declarado empero nossa tencaam e vontade he que as ditas rendas e bens fiquem sempre profanos e de nossa Jurisdicaam e depois de nosso fallecimento dos Reys e Raynhas destes Reynos e os arcebyspos da Cidade de Lisboa não tera Jurisdicaam alguua atirar as ditas rendas e bens do dito Espiritual nem sobre o provimento e governançaam do dito Espiritual por que ysso reservamos para noos e para

os Reys e Raynhas que destes Reynos forem como no dito noso compromysso temos deccrado e somente os ditos arcebyssos poderem vjzitar a dita Jgreja como as outras da sua Deocese e haveraa por sua vjzitacao o em o dito compromysso he contheuudo. E por quanto em a Caarta de venda que nos o dito Senhor fez das ditas rendas he posta hua clausula que querendo em alguu tempo o dito Senhor ou cada huu de sus sucessores destes Reynos haver e recobrar as ditas rendas para fjcarem da Corooa do Reyno como de antes da dita venda eraam que o possa fazer dando primeiramente ao dito Esprital tantos e taes bens patrimonyaes de que o Esprital em cada huu anno seguramente podesse ljuvrememente haver outro tanto e taa boa renda como era a renda das ditas Villas dobidos e de aldeagalega que nos assi vendeu segundo na dita Caarta de Venda mais comprydamente he contheuudo, a nos praz que quando tal caso acontecer o dito Esprital haja logo os taes bens como totalas as suus rendas e direitos que lhe constar pelas ditas rendas de oobidos e d'aldeagalega forem dados porque d'agora para entaam lhes fazemos dellas nossa caarta ora damos a dita renda e direitos que por nossos proprios dinhejros compramos como dito hee e pedimos por mercee ao dito Senhor Rey meu Jrmaam e aos Reys seus Sucessores como aquelles aqui principalmente depois de nosso fallecjmento temos encomendado o Provimento do dito Xprital q queyra guardar e manter e para sempre em todolo e por todolo mandar decumprjr e guardar esta nossa doacaam como nella he contheuudo e por certidaam deso e seguranca do dito Xprital mandamos de todo fazer esta nosa Caarta por nos assignanda e assellada do Çello de nosas armas para ser posta e guardada na arca das Escrypturas do dito Esprital e outras [duas] totalas de huu mesmo theor para huua ser posta na Torre do Tombo da Cidade de Lixboa e onde huua Escryptura do Compromysso do dito Esprital mandamos delancar e outra no Cartoyro de Santo Eloy da dita Cidade para que em todolo tempo se possa saber a verdade e a forma desta doacaam que asi ao dito Esprital fazemos senaa posa fazer alguua mudanca nella.

Dada em o Lavradio a xi de Dezembro Gomes Vaz, esmoler, e capelam da dita Senhora, e escripvão apostoljco a fez, era de mjl Biiij

Rainha

João Alves

Documento 17

Privilégio concedido ao Hospital para não pagar siza¹⁹
 AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 41 fl. 9v.-10.
 15/12/1510

Dom Manoel por Graça de D.^{os} Rei de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista navegação, Cômércio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India &.^a. Fazemos saber aquantos esta nossa Carta virem, q querendo nós fazer graça, e m.^a por esmola ao Hospital das Caldas de junto da Villa d'Obidos, e por nisto comprazermos á Rainha minha Irmã, q nolo pediu: Temos por bem esta prez.^a Carta damos, e outorgamos Previlegio ás d.^{as} Caldas, q não paguem siza das coizas dellas, e q p.^a ellas houverem, e comprare, no modo abaixo declarado, convem a saber, dequaesq.^r bens de raiz, q p.^a as d.^{as} Caldas se comprarem, ou venderem, ou escambarem, as d.^{as} Caldas não paguem siza, q das taes vendas, ou compras, ou escambos á sua p.^{te} montar, e do pam, vinho, bestas, e legumes, e mantim.^{tos} de qualq.^r genero, e qualid.^e, q sejam, tirando carnes, e de todo o movel, assim de roupas como de qualq.^r outra coiza, q movel seja q p.^a necessid.^e, e serviço das d.^{as} Caldas seja, e se comprar, ou vender ou escambar, não pagarão as d.^{as} Caldas, nem outras partes, comq as compras, ou vendas, e escambos das d.^{as} Coizas fizer nenhũa siza, porq nos praz, q sejam as d.^{as} Caldas, e as partes nestas coizas de movel de todo relevadas, e escuzadas de pagar. Porem lhe mandamos de lo dar esta nossa Carta de Privelegio, o qual mandamos aos nossos Vedores da Fazenda, Contador da Com.^{ca} da d.^a Villa, Almoxarife, Rendeiros, Officiaes, e pessoas a q for mostrada, e o conhecimento della pertencer, q em todo lha cumpram, e guardem, e fação cumprir, e guardar, como nella he conteúdo, porq assim he nossa mercê; e pero declaramos, q qd.^o as compras, e vendas, e escambos das d.^{as} coizas, de q as d.^{as} Caldas Privelegiamos das paga da d.^a siza, se fizerem, sempre posto q a não hajão de pagar fação saber ás ditas cazas, e aos officiaes da arrecadação dellas, p.^a se não fazer coiza, q não deva, e a seja do nosso desserviço p.^a acerca delo os ditos nossos officiaes fazerem qualq.^r delig.^a q por nosso serviço lhes parecer, q convenha, e isso mesmo nos praz, e mandamos, q as d.^{as} Caldas daqui em diante não paguem siza de cabritos, galinhas, frangos, e ovos, q p.^a ellas se comprarem.

= Dada em S. João a quinze dias de Dezembro, anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e dez. E este se entenderá saido o arrendam.^o do Almoxarigado deste anno.

¹⁹ Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 345-346.

Documento 18

D. Leonor ordena que não saia gado de Óbidos excepto para o Hospital²⁰

AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fl. 29.

17/4/1510

Nos a rainha mandamos ha vos juizes da nosa vila dobidos e seu termo nam consyntais que nenhũs Regataens levem da dita villa e termo nenhuas galinhas frangãos capoens cabritos nem carneiros salvo aqueles que trouxerem hasynados do veador da casa do señor Rey meu Jrmão que forem necessarios pera serviço de sua alteza e haqueles os leixareis levar per seus dinheiros e defendereis aos moradores e lavradores da dita villa e termo sob çerta pena que nõ dem nem vendam nenhũa das ditas cousas as ditas pessoas pera Regatar soamente as que forem pera sua alteza como dito he por quanto sam muito necesairos pera os emfermos do espritall da nosa villa das calldas ho que asy comprir sob pena de parardes mill reis pera a nosa chancelaria ffeito em almada a xbij dias dabrill francisco fernandez o fez de mill quinhentos e dez

Sob escriptvãõ

Manda V. A. Aos juizes da vosa villa dobidos que nã leixem tirar da dita villa e termo nenhũs Regataes galinhas cabritos frangaos capoes e carneiros salvo se trouxerem asynado do veador dellRey que sam necessairos pera serviço de sua alteza.

Foy conçertado com o proprio per mim Vasco do Coto escriptvãõ do dyto espritall.

Vasco do coto.

²⁰ Ivo Carneiro de Sousa – *A rainha da misericórdia na história ...* Vol. II. p. 168.

Documento 19

Carta de demarcação e instituição do termo da vila das Caldas²¹

AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 8 fl. 28-28v.

21/3/1511

Dom Manoel por graca de Deos Rey de Portugal e dos Aalgarves daquem e daalem maar em Affrica Senhor da Guinee e da Conquista Navegacaam Coomercio da Etiopia araabya Persia e da Jndia &.^a A quantos esta nosa Caarta vjem fazemos saber que a Raynha mjnha Jrmaam nos pidio que pellos grandes gastos e dispesas que ella tinha feyto nos baanhos das caaldas junto da Villa d'obidos e pelo mujto servico de Noso Senhor Jesu Christo que se seguya da cura e Remeideo que mujtos Jnfirimos aly Recebiam de sus Jnfirmydades para mayor contentamendo e prazeer seu nos prouvese lhe fazer villa o decto lugar das Caaldas o que lhe outorgramos segundo que dello lhe pasamos nosa Carta e porque logo emtam lhe nom foy ordenado nem dado termo nem lymite que a dita villa ouvese de ter por suu termo nos pjdio por merce que mandasemos ao doutor Ruy Bootto do noso conselho e chancerell moor de nosos Reynos a se adjuntar com os Juizes e offjciaes da vylla dodjdos de cujo termo se avya dordenar e lymitar o termo a dita villa das caldas e com os juizes e offjciaes da dita villa das caaldas pera que comelles juntadamente pratycasem sobre o termo que se darya e ordenarya aa dita Vjlla das Caldas o qual mandado pasamos pera o dito chancerell moor e em comprjmento delle se foy aas ditas villas e fes adjuntar os juizes e offjciaes dellas e outros homes booms e antjgos e ouvydos e praticando sobre elle de huua parte e doutra tanto como foy necesayro determynou com os sobredytos juntamente que a dita villa das caaldas ficase por termo o lemite e terra plas demarcacooms e confrontacooms adbajxo decretadas

= Item no arneyro da Relvynha acerqua da ribeyra do Avenall da banda da dita villa dObidos acerqua do porto do dito ribeyro que estaa no camjnho que vay para a villa das caaldas huu marquo e outro logo mays acima da mesma banda do dito rybeiro contra o levante em outro arneyro que chamaam o arneyro do porto do chom da deta banda dobjdos e outro marquo logo aleem do dito rybero do Avenall contra o levante em huu outeyro que esta sobre o deto rybeiro acerqua do outeyro do monte redoundo e outro marquo logo aleem contra os coutos do mosteyro dAlcobaca contra o dito mosteyro no sobredito outeyro que chamaam monte redoundo e outro marquo loguo aleem de huua xtrada contra o djto mosteyro de que descobre o ribeyro do formygall per onde demarcam os djtos coutos com o termo da vylla dobjdos contra o djtos mosteyro e outro marquo contra a villa de Alfejzeram alem de hum valle que dece loguo contra o dito ribeiro do formygall per omde partem os ditos coutos como em cima faz mencam em huua lombada onde estam huuas grandes barrejas vermelas em outro marquo logo aleem contra o casall do coto da banda dalem em outro valle que se vay meter no dito rybeiro do formjgall em hum cabeco redoundo que esta junto com a estraada que vay do cazall noovo pera o logo do furmigall antre a dita estraada e o dito valle djreito a vylla de selyr da foaz e outro marquo loguo aleem em huu teso contra o dito logo do coto e outro marquo [fl. 28v.] marquo aleem delle contra o maar sobre os casaees do dito logo do coto e huu que se chama o outeyro dantre os outeyros no arnejro dantre os curraes e outro marquo logo aleem delle na gargantua do rybeiro da Lavandeyra que vay

²¹ Optamos por nova transcrição. Estão publicadas transcrições deste documento, com correcção ortográfica, por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 342-344 e por Fernando da Silva Correia – *Op. Cit.* pp. 14-17. ambos autores transcreveram a partir da carta de confirmação ortograda por D. João III – Ch. D. João III, Lv. 12, fl. 83 de 9 de Maio de 1521.

dantre dous outros oteiros de casal noovo contra o logo de selyr da fooz sobre o dito ribejro da lavandejra e de hy defere pello dito ribejro da lavandejra e gargantua fora direjto a cabeça da vella que esta na sera do boyro decontra do maar e outro marquo na borda da estraada que vay da dita villa das caldas pera o logo de cornaga onde estam huuas xpinheiras e outro marquo may aleem no mesmo djreito da cabeça da vella sobredjta na borda doutra xtrada que vaj de sellyr da fooz pera a ditta villa dobidos pelo campo do chaam da paraada do quall marquo a djta demarcacam volve pla dita demarcacam e estraada que vay do dito logo de sellyr pera oobidos ata entestar noutro marquo que esta na dita estraada decontra do mojnho do alvejro demarca delle djreito a outro primo marquo donde se comecou o primeyro marquo da dita demarcacam que estaa metydo no dito arneyro da relvynha sobre o dito rybeiro do avenaal antre os quaes dous marquos em que se asy comecoo e acaba de carrar a demarcacam que corta per antre a azenha dos pynheiros e azenha noova fjcando a deta azenha noova que he de huum estebam gomez adentro no termo da dita villa das caaldas e a dos pynheiros no termo doobidos por ser graande espaco de huua charneca em que hacequa de huua legoa e o dito chancarell mor a vysta de huus ofjciaes de huua villa e da outra logo mandou carrar e fjca por termo da dita villa das caldas todolo o que fjca dos detos marquos a dentro pera contra a deta villa das caldas

= Pydindo nos a dita Senhora Rayna mjnha Jrmaam que lhe mandasemos dar nosa Caarta de Termo que asy fjca a dita villa nas caaldas pera delle usar pera sempre como de termo seu e como as villas dos nosos Reynos usam e se logram e aprovejtam de sus termos e vysto per nos porque em todalas as cousas que por ella nos sam requyridas folgamos de lhe comprazar como he muyta Rezam por esta presente Caarta queremos e nos praz que pera todo sempre fique a dita villa das caldas e sus teermos plas demarcacojs asima carradas o quaal desnembramos e tyramos da dita villa doobidos e o damos a deta villa das caaldas a qual usaraa dele e se aprovejtaraa e lugraraa asy e naquella proprja forma moso e maneiras de que usam as outras vjllas de noso Reyno de sus termos e comquelles poderes e autorydades que as villas nos sus termos teem sem embargo de quaaeesquer ordenancas que em contrajro deso sejam ou posam ser por quallquer gjsa que seja e mandamos a todolos nosos corregedores juizes e juticas desembargadoores e quaaesquerotros a que esta Caarta for mostrada que em todo leyxem usar a djta villa das caartas do se termo pellas devjsons e demarcacojs aquj he nosa merce.

= dada em Santos a xxj dias do mez do março. Antonio fernandez a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mill b^cxj

Documento 20

Aforamento de terras no termo das Caldas²²

BPADL – Documento avulso 31

10/10/1511

Aforamento em três vidas de terras, no termo de Caldas, a Álvaro Dias por João Vieira, capelão da rainha e vigário no Hospital das Caldas, sendo presentes o pe. Bernardo Vaz e o Pe. Simão Luiz, capelães do Hospital das Caldas.

A saber (total de cinco terras. O doc. está muito apagado conseguindo-se ler as referências, apenas, às seguintes:)

- item onde chamam a Torre outra terra que parte do abrigo com terras do moinho da comenda, da travessia e do soão com Pedro de Goes, e do aguião com terras do moinho da comenda (...) as quaes terras ho dito porteiro deu fe que apregoara, ho dito tempo, pellas praças e Ruas ppublicas desta villa (...) evisto por elle provedor como alvaro dياز, que presente estava lançara mais que qualquer outor, mando que o porteiro apregoasse outra vez todos esses bens por toda a villa, nom se achando quem mais quisesse dar (...) e entom o dito provedor lhes ouve aprecados com toda a solenidade que o direito manda e mandou a mym, tabeliam, que lhe fizesse este ppublico estrumento em o quall ho dito provedor disse que aforara (...) as ditas terras ao dito Alvaro dياز e isto em vida de tres pessoas.

Foro = 14 alqueires de bom trigo, que deve ser levado ao celeiro do hospital, por dia de St.^a Maria de Agosto, ficando Alvaro Dias livre de pagar jugada.

Tabelião – João Afonso, escudeiro da rainha e tabelião no hospital

²² Devido ao mau estado do documento optamos pela transcrição parcial e notas de Saul Gomes – *A documentação do Arquivo Distrital de Leiria...* p. 126.

Documento 21

Privilégio concedido ao Hospital para não pagar portagem²³

AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 7 fl. 7.

14/1/1512

Dom Manoel por Graca de Deos Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor de Guinee e da Conquista navegacaam Coomercio da Etiopia Arabia Persia e da India A quantos esta nossa Carta virem fazemos saber que querendo noos fazer graca e muito por esmola ao Hospital da Villa das Caldas de junto da Villa d'Obidos: Temos por bem e Privilegiamos e queremos e nos praz que das coizas que para o dito Hospital vierem assim pelos officiaes delle como pelos moradores da dita Villa que sejaam para a necessidade do dito Hospital e para nelle se venderem como daquellas que delle para fora sairem por qualquer maneira que seja como do dito forem se naam pague portagem porem mandamos dar esta nossa Carta a que mandamos a todos nossos contadores almoxarifes recebedores corregedores juizes ouvidores e todos outros officiaes e pessoas a que for mostrada e o conhecimento della pertencer que em todo a cumpraam e guardem e facaam cumprir e guardar como nelle he conteuado porque assim he nossa mercee.

=dada em a nossa Cidade de Lisboa a quatorze dias do mez de Janeiro = Antonio Fernandez a fez = anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e doze.

²³ Optamos por nova transcrição. Está publicada com correcção ortográfica por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 344-345. Foi feita a transcrição de uma carta de confirmação deste documento com data de 13 de Novembro de 1576, julgamos que a partir de um livro de tombo do Hospital que não pudemos confirmar.

Documento 22

Privilégio para que o Provedor conheça todos os feitos no Hospital e nas Vilas de Caldas, Óbidos e Aldeia Galega²⁴

AN/TT – Chancelaria de D. Manuel Lv. 7 fl. 7.

14/1/1512

Dom Manoel por gracia de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e d'alem maar em Affrica Senhor da Guinee e da Conguista Navegacaa Comercio da Etiopia araabia Persia e da India &.ª A quantos esta Caarta virem fazemos saber que por alguus respeitos que nos movem para fazermos mercee e esmola ao dito Esprital da Villa das Caaldas iunto da Villa d'obidos nos praz que o Proovedor q'ora hee e ao adiante for do dito Xprital conheca todos os feytos que deante os Almoxarifes das Villas d'oobidos e de aldeagalega dapar da Merceana sairem por appellacaa e Aggr[avo] sobre os Direitos Reaes que pla Raynha mjnha Jrmaam saam dotados por noos confjirmados ao dito Xprital assi como delles avia de conhecer o Juiz de nosos feytos ou qualquer outro Juiz ordinairo que os ditos Feytos adeante os ditos Almoxarjfe aviaam ordinairamente de vjr o qual Provedor os despaxaraa com o direito lhe parecer ouvindo as Partes e guardando inteiramente su Justica dando porem o dito Provedor Applacaam e Aggr[avo] aas Partes que delle Applar ou Aggravar quizerem para o Juiz de nosos feytos ou para aquelle a quem direjtamente pertencerem porquanto o notifjcamos assi aos ditos Almoxarifes lhes mandamos que os feytos que dante elles sajrem por Applacaam ou Aggravado que toquem os direitos Reaes que tem e tiver ao diante o dito Esprital os adrecam e enviem ao dito Proovedor para os veer e despaxar como com Direito lhes pertencer e nesta Caarta he contheuudo e em tudo a cumpraam e guardem como nella se conthem sem duvida nem embargo alguu q lhe a ella ponhaa porque assi he nosa m[erçe].

= dada em a nosa cidade de Lixboa a xxiiij dias do mez de janeiro Antonio fernandez a fez anno do señor de Jbcxxij

²⁴ Optamos por nova transcrição. Está publicada com correcção ortográfica e a partir de traslado posterior de localização desconhecida por Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp 341-342.

Documento 23

Carta de confirmação da autenticidade da Bula de confirmação do *Compromisso do Hospital* pelo Arcebispo de Lisboa²⁵
5/5/1512

D. Martinho por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma, Arcebispo da cidade de Lisboa etc. E juiz apostolco no negocio e causa que ao diante fará expressa mensão A quanto esta carta de sentença virem saude em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeira saude e salvação, fazemos saver que por o muito honrado Jeronimo Aires Capelão da senhora Rainha D Leonor e Provedor do seu hospital das Caldas em seu nome nos foi apresentada hua letra apostolica de nosso Senhor e Sancto Padre Julio segundo ora na igreja de Deos presidente escrita em purgaminho bulla da sua verdadeira bulla de chumbo pendente por cordão de canemo segundo uzo e costume da Corte de Roma non viciada non cancelada nem em alguma parte de si suspeita mas de todo carecente segundo por ella primeira facie parecida da qual o teor de verbo ad verbum he o seguinte:

[segue-se o treslado integral da bula]

A qual letra assi apresentada como dito he logo o dito Jeronimo Aires Provedor do dito hospital nos requireo que aceitassemos a dita letra, e a dessemos á sua devida execução assi como se em ella continha. E nos visto seu requerimento tomamos a dita letra em nossas mãos e co muita reverencia a acatamento a beijamos e pusemos sobre nossa cabeça e como filho obediente aos mandados appostolicos aceitamos a dita letra e causa em ella conteuda e mandamos que fizessem petição conforma a dita letra e que fariamos justiça com a qual a dita senhora Rainha por seu procurador veio dizendo que era verdade que ela fizera e tinha feito na sua vila das Caldas dapar da sua villa de Obidos hum hospital da invocação de nossa senhora do Popullo que dotava de suas renda pera nelle se curarem todos os enfermos homes e mulheres que a elle viessem ordenando nodito hospital hum vigario perpetuo e tres cappellaes continuos e hum sanchristão pera no dito hospital fazer solennemente o officio divino e ministrarem os sacramentos aos ditos enfermos e hu Provedor e Almoxarife e officiaes e pessoas necessarias pera recolhimento de fazenda do dito hospital e assi pera servirem e ministrarem aos enfermos do necessário em abastança assim de mantimento como de camas roupas e vestidos fisico e surgião e Boticario segundo mais largamente se continha no Compromisso em que mui devotamente e notavelmente mandava tudo escrever para bõ seguimento e governança dos que por tempo no dito hospital fossem officiaes. E pera firmeza do contheudo no dito compromisso no q tirava ao temporal a dita Senhora Rainha ouvera confirmação do mui alto e mui poderoso Senhor elrei Dom Manoel seu irmão, e do muito alto e mui excellente o Principe seu filho sobrinho da dita senhora Rainha como parecia pela confirmação assignada pelo dito senhor Rei e Principe e passada pela sua Chancelaria com sello de chumbo de suas armas do dito senhor Rei seu irmão. E pera o conteudo no dito compromisso ser de todo muito mais firme especialmente pelo que tocava ao hospital a dita senhora impetrava a dita bulla de confirmação do Sancto Padre a nos dirigida per que approvassemos e confirmassemos o dito compromisso na maneira que nelle se continha segundo mais largamente pela dita

²⁵ Original de um Livro de Registos da BNL (não nos foi possível encontrar o documento) segue segundo a transcrição de Augusto da Silva Carvalho – *Op. Cit.* pp. 338-341.

bullla constava e que disso era publica vos e fama pedindonos que por vertude da dita bullla confirmassemos approvassemos e rateficassemos o dito compromisso assi e na maneira que nele se continha mandando, e defendendo sob ecclesiasticas censuras authoritate appostolica a qualquer pessoa de qualquer dignidade estado e condiçao que fossem que não vão, nem presumão ir contra o dito compromisso em todo nem em parte defeito, dito conselho obra favor nem ajuda antes o cumprissme e guardassem tão cumpridamente como nelle se continha. A qual petição vista por nos mandamos que dessem a ella sua prova a qual derão per hum livro de establilimentos e constituições e regimento do dito hospital assinado pela dita Senhora Rainha e per elrei Dom Manoel seu irmão e per o Principe seu filho sellado com seu sello e armas de Portugal em que confirmou o dito livro e regimento em elle conteudo etc., e em todo mandamos ir o feito a nos finalmente concluso o qual visto pro nos pronunciamos em elle huma sentença definitiva que tal he = vista a Bulla do nosso mui Sancto Padre o Papa Julio a nos dirigida com os estabelimentos estatutos e ordenações feitas pela Senhora Rainha acerqua do regimento governança e administração da igreja e hospital da sua villa das Caldas e q na dita bulla he feita mensão os quais cõ deligencia e deliberação vistos e examinados per nos não achamos em elles cousa algua que contraria parecesse a liberdade da Sancta Madre igreja antes per em si serem honestos licitos e virtuosos favoraveis a liberdade eccllesiastica a dita Senhora he bem merecedora de grande memoria e louvor porem authoritate appostolica confirmamos e approvamos os ditos estabelimentos ordenaçõess e estatutos segundo que no livro do seu compromisso he contheudo que se compeça em nome da Sancta Trindade assinado pela dita senhora confirmando e outrosi assinado por elRei nosso senhor e pelo Principe seu filho. E per esta nossa sentença e confirmação mandamos que o dito compromisso se cumpra e guarde, como se pelo Sancto Padre originalmente fosse feito, e ordenado er eadem authoritate suprimos nelle e avemos per suprido todos e quaisquer vicios e defeitos que ao dto compromisso possão de feito ou de direito ser nocivos e danosos. E bem assi mandamos a todalas pessoas que os ditos estabelimentos, ordenações e estatutos devem, e obrigados são a guardar os cumprão inteiramente, e guardem segundo no dito compromisso largamente se contem sendo certos que fazendo o contrario procederemos no caso per sua culpa e desobediencia segundo firma da Bulla e disposição de Direito. Dada em a dita Cidade de Lisboa sob nosso sinal e sello hoje cinco dias do mes de Mayo. Pero de Torres notario apostolico a fes anno do Senhor de mil e quinhentos e doze anos o Arcebispo de Lisboa.

Documento 24

Registo de uma sesmaria no lugar das Caldas²⁶
AH/HCR – *Livro de Registos de Sesmarias* fl. 49.
9/5/1513

Foy dado por mym Jeronimo dayres, provedor do esprital da villa das caldas, sesmaria do covão ao pee da caalçada, q foram jaa fornos de caal, partindo com hũu piqueno penedo q esta na banda da calçada, acjma do prymeiro covam, e day vay tar a ryba onde se pôs um marquo, e vam a redor do dicto covão ter ao canno, pera se construyrem cazas e lhe ser dado de foro hũu alqueyre de trjgo por cada anno.

²⁶ Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital de Caldas da Rainha*, Leiria: 1984 (policopiada). [sem página].

Documento 25

Registos das propriedades urbanas do Hospital nas Caldas²⁷

AH/HCR – *Livro 1.º de Registos Gerais* fls.93-95.

[1532]²⁸

Lyvro Dos beens e propriedades Do espirital D nosa senhora do populo Das Caldas.,.

Beens das calldas.

= Item Primeiramente hum asemntamento de casas que ao corpo Do mesmo espirital com seus dormjtorjos e Banhos e ofiçinas,. e com sua Jgreja e capela apegado com o dito espirital.,.

= Item huãs casas grandes de dous sobrados que estão conJuntas ao ditõ espirital que servem .sscilicet. as de todo çima,. da Rouparja do ditõ espirital com seu eyrado pera soelharem e sacodirem a dita Roupa com seu aposentamento, em que pousão os espiritaleiros apegados e conJuntos as ditas casas, e nos sobrados de baixo esta ha enfermarja dos convaleçentes com sua logea em baixo que serve de despejos de madeira.,.

= Item Majs tres moradas de casas que vão Jumto das ditas casas da Rouparja ao longo da praça em que pousão os officiaes do espirital .sscilicet. na primeira morada, o boticaio e a [sic] na segunda o fiquo e na terçeira ho esprivão, he cada huã destas moradas tem tres casas .sscilicet. sala, e cosyinha, e camara em çima.

[fl. 93v.]

= Item Hum aposentamento de casas sobradadas açima do dito espirital que servjam d aposentamentos da Rainha em que ora pousão os provedores com seu serado de vjnha orta e pumar, e com seu serço pera galinhas e pombal e lagar de vinho.,.

= Item Lloguo ahy Junto dos ditos aposentos estam duãs casas tereas do dito espirital apegadas com o serco das galinhas e com hum qujntal de Joam do rrego.

= Item Na Rua nova da dita Villa tem ho dito espirital deez moradas de casas de cada banda da dita Rua as quaes moradas sam de duas casas tereas cada huã delas com seu qujntall, tirando o primeiro aposentamento de parte do soam em que pousa ho Vigairo da Jgreja do dito espirital que he sobradada he tem majs huã casa d estrebarja.,.

= Item no Resio da dita Villa das Calldas tem ho dito espirital huã morada de casas tereas com seu qujntal que partem do soam com estrada que vay pera a sera do boiro e agujam com eramça que foy do françes e do abrygo com dito resyo. //

[fl. 94]

Aquem do dito Resio contra o espirital tem huã morada de casas .sscilicet. casa dianteira e camara, tereas, com seu qujntal de tras çercado, que partem do soam e abrygo com Rua ppubrica e do agujam com casa da confraria de nosa senhora e com qujntall de manuel do qujntall E tem majs a dita casa que foy da confrarja que lhe trocou djogo diãz que a tinha, per hum pardyeyro e lhe tornaram myll reais.

= Item Ahy llogo Jumto em o dito espirital huã morada de casas que comprou a molher de llopo periz pichaleiro com seu qujntall as quaes sam tres casas sobradadas com suas logeas e majs outras duas casas tereas, ho qual asemntamento com seu qujntal

²⁷ Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 103-105.

²⁸ Data critica, julgamos que este tombo terá sido feito para dar cumprimento às ordens de D. João III aos oficiais na entrega da gestão do Hospital aos Lóios na qual refere o tombo das suas rendas, foros e propriedades (próximo documento). Segundo Saul Gomes, este é certo que foi feito após a morte da rainha, em 1525 e antes da venda de umas casas a João Rodrigues Mexilhão em 1542.

parte do soam agujam e ponente com Ruas pubricas, e do sul com casas e qujntal de lopo martjnz carpinteiro.,.

= Item Junto da praça da dita Villa das Calldas tem o dito espirital huum asentamento de casas sobradadas com sua estrebarja e palheiro que estam hapartadas doutras casas he hedificadas em chão do dito espirital ho quall chão e erança do espirital parte do soam com erdeiros de pero gonçalvez boticaire e de Lourenço estevez e do agujam com o Ribeiro d agoa quente, e da travesya com erdeiros de Joam fernandez teçelão e do abrjgo com Joam de coJa,. ho qual chão tem de comprido çimquenta e duas Varas e de largo trjnta sejs Varas. //

[fl. 94v.]

= Item na praça da dita Villa da bamda do sull tem ho dito espirital huum asentamento de casas sobradadas com sua escada de pedrarja pera serventia dellas ho quall asentamento he aposentamento dos Romeiros e pelegirinos e pasaJeiros,. e as logeas de baixo servem de estrebarjas dos enfermos que se vem curar ao dito espirital e asym das bestas dos ofiçães do espirital.,

= Item Abaixo da dita praça na Rua da oliveira esta huã morada de casas tereas que sam duas casas de que andre Rodriguez capelão fez doação ao dito espirital as quaes partem de ambas as partes com casa do dito andre Rodriguez e de detras com qujntall do mesmo andre Rodriguez e com Rua publica, da parte do sull.,

= Item Açima da Jgreja Junto do carado da orta do espirital tem ho dito espirital huã casa com dous fornos em que cosem ho pão dos enfermos com huum pedaço de qujntall que parte do sull com casa J qujntal de pedr eannes carpinteiro e do soam com carado da orta do espirital e do norte e travesya com casa e qujntal de afonso periz penela e com Rua publica.,

[fl. 95]

= Item Hy llogo Junto da casa dos fornos esta huã casa terea em que Recolhem ha call pera as hobras do espirital com huum pedaço de chão que esta entre a dita casa e a casa de afonso pires penela.,

= Item No cabo do Resio da dita Vila da parte do norte esta huum chão do dito espirital que foy bacelo antigo que parte do soam com terra e eramça que foy do framçees e do agujam e travesya com estrada que vay d obidos pera cornagua, e do abrjguo com o dito resyo.,

E A mor parte deste chão he dado e aforado enfatiota pera moradas de casas,. com foro de huã galinha e mea duzia de ovos de cada morada em cada huum Anno.,

= Item Abayxo da Rematada junto dos chãos de casall novo esta huã terra de pão que deyxto d esmola ao espirital fr Francisco afonso, que parte do soam com erdeyros de Joham Lourenço, e asy do aguyam e emtesta em bayxo com a estrada que vay pera a cornaga, e do abrego parte com amRyque callado.,

e tem de comprido lRbiiij varas com sua testada de mato que esta por Romper e de larguo xxbij varas.

= Item hum çaradinho d orta e pumar que esta ao tanque donde vem a agoa pera ho chafaris da praça desta Villa das Calldas ho quall he todo çarado sobre sy que foy de Joam fernandez teçelão morador nesta Villa.,

Documento 26

Registo de despesa de obras no hospital²⁹

BPADL – *Livro de Receitas e despesas de 1/10/1532 a 30/9/1533* fl. 285v, 299, 299v e 301.

[5/10/1532]

Deu e pagou a V^{co} Fêr perdi^o de bj dias q esteue a laurar pedrarja pã o dto portal a
bx rs por dia _____ iij bx Rs

[11/10/1532]

Deu e pagou a A^o pëz pÿdro de bj dias q esteue a laurar pedrarja pã o dto portal a
bx rs por dia _____ iij bx rs

Deu e pagou a Ant^o crjado do dto Afonso pëz de bj dias q esteue a desguastar na
dta pedrarja iij Rs a xxx brs _____ iij rs

[21/11/1532]

Aos xbj dias de novembro pagou a Jm de Lx^a e a p^o a^o e guaspar fRz e a di^o a^o e a
thome Vaz de dez caRadas de cantarja q troueram p^a a porta do Sprital _____ iij L^{ta} Rs

[28/11/1532]

Deu e pagou a V^{co} Fêr perdr^o de bj dias q andou a trabalhar no sobdto iij bx Rs a
bx Rs por dia _____ iij bx Rs

Deu e pagou o d^{to} p^e da consolaçã alx^c A^o prz perdr^o de bj dias q esteue hasentar o
Arquo do dto portal e a laurar predrarja p^a ele iij br rs a bxb rs por dia _____ iij br rs

²⁹ Transcrição publicada por João Saavedra Machado – *Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha (séculos XVI - XVIII)*. Caldas da Rainha: IPPC & Museu José Malhoa, 1987. Documento 2, p. 56.

Documento 27

Auto de arrematação do casal de Belver ³⁰

BPADL – Documento 40

29/9/1534

Estando o Pe. Pedro da Consolação, almoxarife do espytal, compareceu joom dyas Sjntrão, morador nas calldas: por elle foy dito q elle fazia llanço no casall de belver q hora trazua Dyogo alvarez morador outrosy em a dita vylla q presente estava de vynte alqueires de trigo e de dez alqueires de çevada e de quatro galynhas e de hũ cabryto hem cada hũ anno e ysto em vyda de tres pessoas [...]

Diogo djas, porteyro do conc.º deu fe q apregoara o d.º cazal, na vylla e nas suas praças ppublicas.

[Testemunhas]

Roque de Avelar, ouvjdor do esprital, Gil Madeira, Vasco Diogo, esprjvão

5/10/1532

Presente foy tomee cardjgo, cavaleiro dElRey, mor.º nas caaldas, o quall fez llanço em o dyto casall de mays dez alqueires de çevada em ca hũ anno e duas galynas e majs nam, porq.º as outras duas galynas e cabryto lhes tyram defesa por lançar mays ho dytos dez alqueires de çevada o quall llanço lhe foy Reçebydo.

[segue-se referências às datas em que o casal é trazido em pregão]

25/11/1534

[...] Pera q quem em elle ma quysesse llançar vyr perante elles haRematar [...] e ysto per o dyto provedor a fe do dyto porteyro de como nãa chara quem lhe em o dyto casall mays llancase, lhe mandou dar a hũa e as duas e duas e meya e has tres, eta ahy muyta gente e moradores da d.ª vyla e asy os llançar, ho mandou aRematar ao dyto tomee Cardygo.

[Testemunhas]

Gris Alvarez, capellam do xpritall, diogo alvarez, jacome de staMarja, provedor, tomee cardygo, joam dyas, o porteyro, &ª

9/5/1536

Aos ix dyas do mes de maio de mjl B^c xxxbj no esprital das caldas, nas pousadas dos padres jacome de SantaMaria, provedor, e de pedro da consolaçam almoxarife delle [...] llogo ahy por parte de ysabell de llemos dona vyuva molher q foy de thome cardygo, cavaleiro de caza de el Rey noso Senhor, morador em a d.ª vjlla lhe foy apresentada hũa pytaçam de Requyrymento per esprital ha quall he a seguynte [v.]

Senhor provedor, Jsabel de llemos dona vyuva molher q foy de thomee cardjgo q Deos tem, diz q o dicto meu marydo sem meu conhecymto nem prazimento, andando hũu casal deste spital em preguão, q se chama cazal do belVer, se emtremeteo A llançar nelle, por desaprazer a outro llançador, o qual asy se ouve contra elle cautamente, q lhe fezz dar por elle quorenta alquejres de pam de foro delle em cada hũu anno em vyda de iij pessoas e ii ou iij galynas, e o q ho sam mujto enguandada e mes fylhos orphons comjguo, por o deto cazal nom valer de foro pella sobreducta maneyra, e por Justa e soa

³⁰ Parcialmente transcrito por Saul Gomes – “A documentação do Arquivo Distrital de Leiria, ... p. 131.

avaljaãa mays de xb ata xx alqueyros de pãao e se mostra elle nom render senom meos. A sobredjcta vyuva e sus fylhos pede ao provedor que faça nova avalyança, e q nam consentyr que o sprital me leve mynha pobreza de que nom tem necesydade, ates parecer carguo de concjença consentyr V. merçe, menos disto.

A que o P.^e provedor respondeu, ho dyto casall de quanto ao d.^o espritall em cada hũu anno vynte alquejres de pam antre trygo, e segunda por ter poucas terras Rotas e serem fracas, e ii galynhas.

Jacome

Documento 28

Registo de despesa de obras de reconstrução da capela de S. Silvestre³¹
BPADL – Livro de Receitas e despesas de 9/6/1566 a 8/6/1567 fl. 188, fl. 192.
[15/7/1566]

(...) aos xb dias do mes de julho de ↯ bc lxbj despendeu majs ho dyto almoxarife outocentos reais na seRagem do Relogio, hentrando quatrocentos reais que deu ao omem que o concertou.

[10/11/1566]

(...) aos x dias do mes de novembro de ↯ bc lxbj despendeo majs ho dyto almoxarife omze mjill he quinhemtos reais na obra de saam sylvestre que o provedor maodou fazer de novo.

³¹ Parcialmente transcrito no elenquo geral feito por Saul Gomes – *Subsídios documentais para a história do Hospital...* p. 101.

Documento 29

2.º inventário das propriedades urbanas do Hospital nas Caldas³²
 AH/HCR – *Tombo da Fazenda do Hospital de 1587* fls.55v.-65.
 Iniciado em 1575

Raiz das caldas:

Título dos bens e propriedades que estão dentro, na Villa das caldas –

= Item primeiramente tem o dito ospital hua igreja Capella da invocação de nossa senhora do popullo. Com sua torre dos sinos e de Rador huu muro, e o adro entre o dito muro e a igreja ,.

= Item loguo hy hua ermida de são sylvestre junta a dita igreja ,.

= Item junto a dita igreja hua enfermaria dos omens a qual começa da dita igreja até a casa da copa, que esta a entrada da porta principal do dito ospital e seu banho dos omens,.

= Item outra enfermaria das mulheres, do mesmo teor com seu banho,.

= Item hus apozentamentos de Religiosos, e outros de Religiosas, e pessoas nobres, e outra enfermaria de mulheres, tudo misteço e cercado, de varandas do ospital adentro, sem partir com outra alguma pessoa por tudo ser do dito ospital,.

= Item hy loguo pegado a parte do norte, hua enfermaria de omens para febres, e em cima o aposentamento, da Rouparia as quais partem do sull com a praça e do norte e travessia com Rua publica,.

= Item pegado com a dita Rouparia huas casas em que pousa o Roupeiro em que são duas casas, sobradadas e hua terrea, partem de todas as partes, com Ruas publicas do conselho, tem huu arco por onde se servem, tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo, sete varas,.

= item outras //

[fl. 56]

Raiz das caldas:

= Item outras Casas pegadas com a dita enfermaria que correm para a banda da travessia em que haas tres casas sobradadas e per baixo são varandas terreas,.

= Item loguo hy pegado nas ditas casas outras tres casas sobradadas, que estão de tras das casas acima com tres logeas, por baixo partem do norte com Rua do conselho, e asi da travessia ,.

= Item hua Casa da botica que esta debaixo da enfermaria a llogea tem hua porta para a praça ,.

Título do apozento dos padres provedor e almoxarife.

= Item huas casas grandes com seu pateo que he do apozento dos padres provedor e almoxarife e dos seus, em os, quais apozentos estaa adega e celeiro e llagar e gallinharia e pomball tudo do dito ospital e asi atafona [sic] e huu corredor em que se Recolhe a lenha

= Item detras das ditas casas para o levante huu sarrado de orta e pumar e llarmyall e pinhall tudo cercado de muro e vallado, antigo o qual parte do norte com estrada que vay desta Villa para bellver, e do levante com amtonio denis com simão Vaaz francisco afonso, amtonio diaz jurdão do couto, e outros entre os quais estaa o muro e vallado velho, e do sull com herdeiros de llopo martinz e duarte diaz e com chãos do dito ospital que estão dados para casas e do poente com casas foreiras ao dito

³² Saul Gomes – *As cidades têm uma história...* pp. 115-129.

ospitall que ora tras migell Jorge e dioguo Vãaz e framçisco Vaz e com quymtais dos erdeiros de Jorge gonçallvez e com quymtall de jorge piriz diguo com quymtall de joão piriz e as ditas casas com o terreiro do ospitall Rua publica

Aiij //

[fl. 56 v.]

Raiz das caldas:

= Item huas casas sobradadas na praça que servem de pouzadas dos perjgrinos partem do norte com praça e do soam com Rua publica e do sull com prazo do dito ospitall qu tras francisco guomez tem de comprido vymte varas menos sesma, tem de llarguo çimquo varas, e tres dedos framcisco coelho escrevão o escreuj: faria ,,

Titulo das propriedades desta uyla das caldas

= Item huas casas teReas, que estão nesta vyla ao Roçio que tras amtonio fernãodez allfaiate emfateosim e paga de foro em cada huu anno, por nosa senhora d agusto, hua gallynha e mea duzia d ovos com huu pequeno chão diamte que partem do norte, com simão vaaz, e do levante com servimtia que vay pera o quymtall do dito amtonio fernãodez, e do sull emtesta no Roçio do Comselho: com o dito chão: e da travesia com o dito simão vaaz tem de comprido asi as casas como o cham que estaa diamte ate o direjto do cunhal das outras casas proprias do dito amtonio fernamdez, omze varas e ema de norte a sull., e tem de largura polla bamda do Roçio quatro varas e terça, e largura: por detras da bamda do norte tem as mesmas quootro varas e terça, foi presente o dito simão vaz com quem parte, e a molher do dito amtonio fernamdez, e o dito corregedor asinou com os medidores gaspar pereira e grisostemo diaz e com manuell fernãodez bulhão allmoxarife das jugadas d obidos que asistio a dita medição em nome do dito ospitall francisco coelo escrevão o escreuj: faria, bulhão, pesoa, gresostemo diaz

= item outras //

[fl. 57]

Raiz das caldas:

= Item outras casas sobradadas que estão demtro nesta vyla abaixo do espiritu samto, que são duas casas sobradadas com duas logeas pera baixo, e sam aforadas emfateosim e paga se dellas duas gallinhas de foro ao dito ospitall por nosa senhora d agusto: as quais, tras ora peo francisco capateiro desta vylla e partem do norte com migell Jorge, e do sul com Rua publica e do levante com quintall do mesmo ospital e do poente com servemtia pera os fornos do dito ospitall tem de comprido omze varas e tres quartas menos tres dedos e de larguo, seis varas e hua oitava, medidas por a bamda de fora., e o dito corregedor e medidores com o dito manuell fernãodez bulhão allmoxarife asinarão francisco coelho escrevão e escreuj,. faria, bulhão, pesoa, gresostemo diaz,,

= Item huu quintall pegado com as ditas casas açima que, he do mesmo foro e das mesmas Casas, o quall parte do norte com migell jorge, e com quintall do mesmo ospital que tras o dito migell jorge, e com o muro da orta do mesmo ospitall, e do sull com Rua publica, e do poemte com as casas açima e do levante com francisco vaaz capateiro e com Roçio tem de comprido pola parte da Rua, omze varas menos hua oitava e polla parte do norte, sete varas e mea sesma, e de larguo medido ao lomguo do Roçio treze varas: o quall quymtall amda Juntamente, com as casas açima ffrancisco coelho e escreuy, faria, bulhão, pesoa gresostemo diaz,,...

destas casas e quintal se paga ao ospitall cad ano duas galinhas emfateosim e tra llas guaspar marquez carpyntejro da dita villa,,.

Aiiij //

[fl. 57 v.]

Raiz das caldas:

= Item logo ahi outro chão, o qual parte do norte com orta do ospitall e do sull com Roçio do conselho, e do levante com canno de aguoa, e do poente com o quimntall atras, que tras o dito pero francisco tem este chão de comprido nove varas e mea nenos hua polegada, e de larguo tem oito varas e meo: o qual francisco vaaz capateiro aforado emfateosim e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto hum framgão, francisco coelho o escreuy, faria, pesoa., bulhão, gresostemo diaz.,

= Item outro quintall atras, dentro da villa, abaixo do espirito samcto parte do norte sul e levante com Ruas pubricas, e do poente com casas do dito ospital que tras ora, antonio dias oleyro o qual tem de comprido medido polo meio quimze varas e hua terça e de larguo – na ponta tres varas e quarta, menos dous dedos: o qual quimntal tras ora o dito amtonio diaz em tres pessoas das quais he a primeira e paga de foro cada ano por nosa senhora d aguosto hua galinha e hum framgão e estava todo tapado de parede francisco coelho escrivão o escrevy faria, bulhão, pesoa, gresostemo diaz.,

= Item huu quymntall que esta detras das casas de pero taborda que se desnembrou, do quimntall acima d amtonio diaz o qual parte do norte com casas do dito ospital que traz amtonio diaz e do sul com Rua publica e do levãote com o quimntal acyma declarado, e do poente com casas do dito pero taborda tem de comprimento medido pola parte de fora da Rua sete varas e tres quartas, e de largo cinco varas e tres quartas, e demtro desta demarcação estaa hua cazinha de forno, o quoall tras o dito pero taborda, francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz.,

= Item na emtrada //

[fl. 58]

Raiz das caldas:

= Item na entrada da Rua nova huas casas sobradadas as quais partem do norte com amtonio dias oleiro e do sul com rua nova, e do levante com amtonio fernãodez e erdeyros de joão diaz e do poente com Roçio tem de comprimento dez varas, menos hua oitava, e de llarguo cinco menos quarta são duas casas por cima e duas por baixo, e são aforadas a amtonio vazz, ferrador, em tres vidas elle he a primeira e paga de foro, em cada hu anno por nosa senhora d aguosto, seisçemtos reais e hua gallynha, e forão medidas por fora, francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz.,

= Item outras casas, que são teReas, a diamteira e a detras sobradada., as quais partem do norte com amtonio dias oleyro, e do sull com Rua Nova, e do llevante com casas do ospitall que dioguo garçia e do poente com çasas [sic] acima d amtonio vaz, tem de comprimento, oito varas e hua quarta e de larguo quatro varas mediadas por dentro são duas casas por baixo, e em çima da casa detras hua camara sobrada, as quais tras aforadas maria jorge em tres vidas ella he a primeira e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto, çem reais: e duas galinhas ou dous tostões, francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz.,

= Item loguo hi outras casas terreas que são duas casas hua diamteira e outa detras, e partem do norte com quyntall de amtonio dias oleiro, e do sull com rua publica e do poente com as casas acima que tras maria jorge e levante com casa do ospitall que tras francisco amRiques tem de comprido oito varas e quarta e de llarguo quatro varas medidas por dentro as quais casas tras dioguo garcia desta vila das quais he a primeira vida e paga de foro em cada hu ano çem reais e duas galinhas por nosa senhora de agosto de cada hu anno e tem ainda duas vidas. //

[fl. 58v.]

Raiz das caldas:

= Item outras casas que são duas terreas com seu quymntall por detras partem do norte com Rua publica e do poente com casas do ospitall que tras dioguo garçia e do levante com casas do dito ospitall que tras damazeo de maçedo tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo quatro varas medidas por dentro, e o quymntall detras tem

de comprido omze varas e mea e de llarguo; quatro varas e quarta, as quais casas e quymtall tras francisco amRiquez em tres vidas, das quais he a segumda pesoa e paga de foro cada anno por nosa senhora de aguosto huu tostão, e duas galinhas, francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

= Item outras casas teReas no mesmo coRemte que parte do norte com rua pubrica o quytall que tem por detras: e do sull com Rua nova e do poemte com as casas acima que tras francisco amRiques., que são do mesmo ospitall e do levante com casas do mesmo ospitall que tras gaspar fernãodez maleteiro tem de comprido oito varas e quarta e de que he o que parte com Rua pubrica tem de comprido omze varas e mea e de larguo quatro: as cquais casas e quymtall tras aforadas caterina moreira em tres vidas ella he a segumda, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto çem reais e hua galinha francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

= Item outras casas terreas no mesmo coRemte da Rua nova, com seu qujntaL, por detras partem do norte com rua pubrica e do sul com a mesma rua nova, e do poenta com as casas acima que tras catarina moreyra e do levante com casas do dito ospitall que tras damjana diaz tem de comprido oyto varas e quarta, e de llargo quootro varas: e o quyntall tem de comprido doze varas e de llarguo quootro as quais casas tras aforadas antonio fernandez esteireiro: e paga cad ano de foro cento e çincoenta reais e duas galinhas he a primeira pessoa francisco coelho escrivão o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

Item outras casas //

[fl. 59]

Raiz das caldas:

= Item outras casas teReas que são suas casas com seu quimtall detras, as quais casas partem do norte com Rua, e do sull com a rua nova e do poemte com as casa atras que tras aforadas amtonio fernãodez e do levante com casas do dito ospitall que tras margarida cardosa, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quootro varas, e o quyntall tem de comprido treze varas, e mea e de llarguo quootro varas, as quais casas tras aforadas damiana em tres vidas das quais he a terçeyra e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto çem reais, e hua gallinha, francisco coelho o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

= Item outras casas teReas na mesma coRemte que são duas com seu qymtall detras as quais partem do norte com Rua e do sull com Rua nova e do poemte com casas do dito ospitall que tras damiana diaz, e do levante com casas do ospitall aforadas a francisca neta de gaspar alvariz tem de comprido oyto varas e quarta e de llarguo quatro varas, e quimtaL tem de comprido catorze varas e de llarguo quatro varas, as quais casas tras aforadas maria cardosa mulher d afomso Ribeiro em tres vidas das quais he a segunda, e paga de foro cad ano por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha, francisco coelho o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

= Item outras casas teReas na mesma Rua nova com seu quitall por detras partem do norte, com rua poblica e do sull com Rua nova, e do poente com casas acima do dito ospitall que tras margarida cardosa e do levante com casas do dito ospitall que tras aforadas graça ffernandez molher que foy de migell esteves tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quootro, as quais tras aforadas francisca neta de gaspar allvariz que mora em Lisboa em tres vidas das quais he a derradeira, e paga de foro todos os annos por nosa senhora de agosto çem reais, e hua galinha, e vive ora nesta casa catarina allvariz sua madrastra, francisco coelho o escrevy, faria bulhão pesoa, gresostemo diaz,.

[fl. 59v.]

Raiz das caldas:

= Item outras casas teReas que são duas com seu quimtal detras as quais partem do norte com Rua e do sull com Rua nova, e do levante com casas d antonio fernamdez

lavarador, e do poente, com casas do dito ospital tras aforadas francisca tem de comprido oito varas, e quarta e de llarguo quatro varas, medidas por dentro, as quais casas tras aforadas grãcia fernamdez viuva molher que foi de migel estevez, em tres vidas elle he a terceira e paga de foro, todos os anos por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha e hu frãogão francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, grisostemo diaz,.

= Item outras casas na mesma Rua nova da outra bamda do sul que sam duas casas teReas, as quais tem detras seu quimtall partem do norte com Rua nova, e do sull com vynha de nicullao fernãodez e do levante com casas de maria duarte que ora traz allvaro martinz trabalhador, e do poente com casas do dito ospital que ora tras maria da sylla, tem de comprido oito varas e quarta e de llarguo quatro, e o quymtall tem de comprido vinte e sete varas e de llarguo quatro, ao longuo das paredes, das casas as quais casas e quyntall sam aforadas a manôel Rodriguez filho de maria duarte que ora he na India em terceira pessoa e pagão de foro della cada anno por nosa senhora d agoosto, çem reais e hua gallinha francisco francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, grisostemo diaz,.

= Item outras casas teReas que são quatro casas duas diamtejas e duas detras com seu quymtall partem do norte com Rua nova, e do sul emtesta o quintall com niculao fernandez, e do levante com casas do dito ospital que tras manuêl Rodriguez e do poente com jzabell anes tem de comprido oito varas e quarta, e de llarguo oito varas, e o quymtall tem de comprido vinte e quatro varas e de largo pollo meio quatro, e ao longuo das paredes tem sete varas, as quais casa tras maria da sylla em segunda pessoa, e paga de foro dellas todos os anos por nosa senhora d agosto duzentos reais, e duas galinhas, francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, gresostemo diaz,.

Item outras //

[fl. 60]

Raiz das caldas:

= Item outras casas teReas que são duas casas hua detras e outra diamte com sue quyntall, as quais partem do norte com rua publica e do sull com caReiro e servimtia e do levante com casas do dito ospital que tras aforadas maria da sylla e do poente com casas do dito ospital que tras pedr allvariz tem de comprido oito varas e de llarguo, quatro varas e o quimtall tem de comprido vinte e duas varas e de llarguo quatro, as quais casas e quyntall tras aforadas jzabell anes, em tres vidas ella he a primeira, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto, çem reais e hua gallinha, francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, grisostemo diaz,. – e a segunda e terceira vida, ham de pagar mais duas galinhas cad anno,.

= Item outras casa teReas que são duas casas hua diamteyra e outra trazeira, partem do norte com Rua nova, e do sull entesta o quymtall na servimtia e do poente com casas do dito ospital que tras maria allvariz e de levante com casas do dito ospital que tras jzabell anes, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quatro, e o quimtall tem de comprido vinte e duas varas, e de llarguo quatro, as quais casas aforadas [sic] pedr'alvariz e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agoosto huu tostão e tres galinhas, he elle pedr allvariz e catarina alvariz sua molher primeira e segunda pessoa, francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pessoa, gresostemo diaz,. e o que falecer deRadejro, ha da nomear terceira pessoa, somente,.

= Item outras casas teReas que são duas com seu quimtall detras partem do norte com Rua nova, e do sull com caReiro e servimtia e do poente com casas do dito ospital que tras dioguo garçia e o quimtall parte com o quymtall que tras marta fernãodez viuva e do levante parte com pedr allvariz, tem as casas de comprido oito varas e quarta, e de llarguo quatro, e o quimtall tem de comprido dezasete varas, e de larguo oito, as quais casas e quymtall tras mari'allvariz cozinheira em sua vida somente, e emquãoto servir o ospital não pagara nada e depôsi que o não servir pagara çem reais e tres galinhas

todos os anos por nosa senhora d aguosto, francisco coelho escrivão o escrevj, faria bulhão, pessoa, gresostemo diaz,, a antonia fea em 3 vidas de que he a primeira, paga çem reais e uma gallinha //

[fl. 60v.]

Raiz das caldas:

= Item outras casas teReas que são duas, partem do norte com Rua nova, e do sull com quintall do dito ospitall que tras maria allvariz, e do levante com casas do dito ospitall que tras a dita maria allvariz e do poemte com casas do dyto ospitall que tras marta fernãodez: tem de comprido oito varas e quarta: e de llarguo quootro varas, as quais tras aforadas diogo garçia homem do allmoxarifado elle e sua molher maria gill primeira e segumda, e pagão de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto, çem reais e tres gallynhas francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pesoa, grisostemo diaz,, – e o que deRedeiro ficar ha de nomear terçeira somente,,.

= Item outras casas teReas, com seu quintall que são duas casas partem do norte com Rua nova, e do sull com servintia e do poemte com casas do dito ospitall que tras marta fernãodez e do levante com diogo garçia tem de comprido dezasete varas, e quarta, e de llarguo quootro, e o quymtall tem de comprido dezasete varas e de llargo oito, as quais casas tras aforadas marta fernãodez viuva molher que foi de duarte girão, em tres vidas das quais he a segunda e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto çem reais e hua galinha francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pessoa, grisostemo diaz,,.

= Item outras casas teReas, sem quintall na mesma coRemte, partem do norte com Rua nova e do sull com quymtall acima decllarado, e do levante com casas do dito ospitall acima que tras marta fernãodez, e do poente com casas do dito diguo com casas do dito ospitall que tras amtonio vaaz feRador, tem de comprido oito varas, e quarta e de llargo, quootro, as quais casas tras aforadas a dita marta fernãodez em tres vidas das quais he a segunda e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto, çem reais e hua galinha, francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa, grisostemo diaz,,.

Item outras //

[fl. 61]

Raiz das caldas:

= Item outras casas terreas hua dientejra e outra traseira partem [sic] do norte com Rua nova e o quintall parte do sul com servintia e do poente com servjntia pera as vinhas e do levante com casas do mesmo ospitall, que tras marta ffernandez, tem de comprido oito varas e quarta e de larguo quatro: as quais casas são aforadas a antonio vaaz ferrador em tres vidas das quais he a primejra e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto çem reais e hua gallinha francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pessoa, grisostemo diaz,,.

= Item detras do spirituo sancto huas casas e chão em que estão cassas comesadas as quais partem do norte com Roçio do spirito sancto e do sul com azinhaga que estaa antre estas casas e amtonio fernandez ferreiro e do levante com terra propria de francisco antunez e do poemte com Roçio do Concelho tem de comprido casas feitas e chão onde estão comesadas outras, dezasseis varas, e mea e de larguo doze varas, e duas terças e as casas são duas terreas, e são aforadas a francisco antunez carpinteiro emfateosim e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto duas gallinhas: francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa, grisostemo diaz,,.

= Item huas casas onde estão dous fornos com seu quintall partem do norte com quintall de maria Jorge e do sul com servintia pera os ditos fornos e de levante com orta do dito ospitall e chão de francisco vaz e do poemte com migel jorge tem de comprido cinco varas e mea e de larguo cinco varas e quarta da parte do norte e do sul tem de comprido sete varas e tres quartas e de largo tem seis varas e mea, os quais fornos tras aforados o dito migel jorze [sic] em tres vidas e ele he a primeira paga de foro cad ano

por nosa senhora d agosto, seteçentos reais duas gallinhas e hu frãogão, em que emtrão as duas propriedades seguintes. francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa,.. //

[fl. 61v.]

Raiz das caldas:

= Item outras casas com seu quintal que estão junto da torre dos sinos, pegadas com as casas da call partem do norte com as ditas casas, da cal em que ora Vive dioguo vaz, çapateiro e do sul com migel jorge, e do levante com muro da orta do mesmo ospital, e do poente com Rua publica que vai ao longuo do adro, tem todo de larguo ao longo, da face da Rua cinco varas e çinco sesmas e mea, e tem mais hu camtinho as quais casas e quintal tras tãobem aforadas o dito migel jorge juntamente no foro atras de seteçentos reais duas gallinhas e hum frangão: em tres vidas das quais he a prymeira francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa, grisostemo dياز,,.

= Item mais hu pedaço de chão junto com os ditos fornos, em que o dito migel jorge tem feito hua camara sobradada parte do norte com fazenda jsemta dele forejro e do soão com a casa dos fornos, e do sul com Rua e do poente com o dito migel jorge, tem de comprido com o pedaço de cham que tem diamte treze varas e de largo ao longo da Rua duas varas, e de largo da banda do norte tres varas e meia, o qual chão tras o dito migel jorge aforado, juntamente com os foros e casas, em tres vidas e ha a primeira e entra no dito foro alvaro barreto o escrevj,, antonio alvariz, João fernandez dioguo garçia,,.

= Item huas casas terreas que são duas casas que estão acima do chafaris partem de todas as partes com Rua publica tem de comprido com seu chão pola banda de çima dezaseis varas e pola banda do sul dezasete varas e diante tem onze varas e mea porque estaa quasi em triangollo: as quais casas são aforadas [a] emfatiota e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto hum frangão francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pesoa, grisostemo dياز,, sam aforadas emfateosim a francisco do couto que lhe deu o hospital e cham e elle fez as casas //

[fl. 62]

Raiz das caldas:

= Item huas casas teReas qu estão na Rua da oliveira que são duas casas partem do norte e levante com grisostemo dياز e do poente com llionardo fernãodez, capateiro, e do sull com Rua publica tem a casa diamteira ao comprido quatro varas e mea e de largo medida polo meio tem quootro varas, e a casa de demtro tem de comprido quatro varas e mea e tres dedos, e de largo duas e terça mediadas por demtro, as quais casas tras aforadas dioguo do basto o moço em tres vidas das quais he a segunda e paga de foro cas huu ano por nosa senhora d agosto duzemos reais e hua galinha,,.

= Item huu chão pera casas qu estaa na Rua em que vivia diogo omem, o qual parte do norte e soão com Rua publicas e do poente com gaspar piriz e dioguo allvariz, e em baixo da parte do sull com quintall de grisostemo dias tem de comprido medido ao llomguo da Rua seis varas e duas terlas e pola parte domde mora gaspar piriz tem cimquo varas e mea e sesma e de llarguo medido pollo meio seis varas e quarta, o quall chão esta aforado a dioguo allvariz molejro do moinho do cubo, em tres vidas das quais hea primeira e paga de foro todos os anos por nosa senhora d aguosto çem reais e foy prezemte o dito grisostemo dias francisco coelho o escrevj, faria bulhão, pesoa gresostemo dias,,.

= Item huas casas teRias [sic] logo acima as quais partem do norte com Joam dias cymtrão e do levante com Rua e do sull outrosi com Rua que vay pera as casas de gaspar piriz e o poente com casas de dioguo omem, são tres, casas teReas as quouis tem todas de comprido dez varas e sesma e de llarguo medidas pollo meyo, çinquo varas, e tres quartas medidas por demtro,, as quouis casas tras aforadas, Julliana moura em tres vidas das quouis he a segumda vida, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d

agosto: duzentos reais e duas gallynhas francisco coelho o escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

Bi//

[fl. 62v.]

Raiz das caldas:

= Item huas casas teReas que são duas com seu quimtal detras ao estão no cabo do Roçio partem do norte e llevante com Rua e Roçio e do sull com simão afomso, e do poemte emtesta com Rigueira d agoa tem de comprido as casas medidas polla bamda de fora nove varas e mea e de largo cimquo varas e quarta., e o quimtall tem de comprido dez varas e tres quartas., e de larguo cimquo varas e terça as quais casas e quymtall tras aforadas margarida ynes emfateosim, e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agusto, duas gallinhas, francisco coelho o escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

= Item outras casas teReas que são tres casas com seu arneyro detras e da ilharga, as quais estão Junto das casas do porteiro, e partem do norte com antonio bras, lavrador e morador nesta vylla das caldas, e em çima com pero do basto ferreiro e do sull com chão de britiz esteves e do levante com Roçio e estrada do Concelho e do poemte emtesta em estrada do Concelho, tem todo de comprimento asi casas como arneiro, omde estão cincoenta e tres varas e mea medida da parte do sull e do norte tem setemta e tres varas e de largo, tem pola parte do Roçio vymte varas e duas terças e por parte da estrada tem coremta cinco varas e duas terças as quais casas tras aforadas pedr allvariz molejro em tres vidas elle he a primeira e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agusto, hua boa gallinha francisco coelho o escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

= Item huas casas teReas que sam duas casas e huu corredor que vay pera o quimtal que tem que estão no meio da vylla o que todo parte do norte com casas de pedr alvariz da Roza e do sull com Rua pobrica que vai ter as casas de francisco vaz, o velho, e do levante com Rua pubrica que vay do Roçio pera a jgreia do ospitall e do poemte com casas d antonio fernãodez suRador tem as ditas casas de comprido, oito varas e sesma. //

[fl. 63]

Raiz das caldas:

E sesma de largo quoaatro varas e quarta medidas por a parte de demtro, e o quymtall tem de comprido oito varas e quarta e de largo oito varas menos quarta as quais casas e quimtall tras aforadas pero Ribeiro allfaiate, que com Licenca do provedor se pasarão a francisco martins viguairo, da jgreia desta villa em que lhea segunda pesoa e paga de foro por nosa senhora d agosto de cada huu ano çem reais e hua galinha e tem ajnda hua vida

= Item huas casas terreas que se chamão as casas da call qu estão defromte da torre dos sinos as quoaais partem do norte com çerca da orta do ospitall e do sull com casas do mesmo ospitall que tras migell jorge e do poemte com Rua pubrica que são duas casas e tem de comprido nove varas e hua oitava, e de larguo quoaatro varas e mea, as quais casas aforadas llyanor allvariz em tres vidas das quoaais he a primeira e paga de foro em sua vida cada huu ano por nosa senhora d agosto dous framgãos somente, e os que soçederem em segunda e terceira hão de pagar cada hu anno pollo dito hua gallinha francisco coelho o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

= Item huu quimtall qu esta junto das ditas casas: o quoaall esta todoo [sic] çercado de parede, parte do norte com muro da orta do dito ospitall e do sull com casas atras decllaradas, que tras llyanor allvariz, e do poemte com Rua pubrica, tem de comprido pola face da Rua quimze varas, e de larguo polla bamda mais llarga sete varas e vay espreitando que tem hua vara na pomta, o qual chão foy aforado a dioguo vãaz

çapateiro e paga de foro delle todos os annos por nosa senhora d agoosto huua boa gallinha, francisco coelho o escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

Bij //

[fl. 63v.]

Raiz das caldas:

= Item huas casas sobradadas com outras começadas hy pegado em ellas .s. hua casa sobradada soo em cima e outra por baixo que he a logea, e as começadas sam duas, as quais estão no Roçio com seu chão detras e quymtall, o que todo parte do norte com pero do basto, e do sull com Roçio e do levante com simão vâaz e do poemte com antonio bras e vay amtre o dito antonio braz hua servymtia que he damtre ambos, tem as casas sobradas e começadas de comprido ate a parede das casas do dito antonio bras dezasete varas emtramdo, a servymtia porque declaro que lhe todas destas casas e nelas não tem o dito antonio bras nada, e de llargo tem sseis varas e sesma medidas por fora., e o chão e quymtall tem de comprido pola parte do levante omde faz huu camto, comprido trimta e sete varas e mea, e pola parte do poemte tem trinta, e tres varas e de llarguo em çima tem catorze varas e mea, e em baixo jumto das casas tem dezasete varas as quais casas, quimtall e chão tras aforado emfatiota afomso fernãodez çapateiro e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agoosto tres gallynhas e duzia e mea d ovos, francisco coelho o escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

= Item huas casas teReas ao Roçio com seu chão detras e testada diamte ate o direiro das casas, de margarida fernãodez, as quias casas são tres e estão no caminho que vay pera a fomte partem do levnte com dito caminho, e do poemte com casas de margarida fernãodez e do norte emtestada com pero do basto e o sull com Roçio do conselho tem todo jumto de comprido pola parte do levante trimta e duas varas e da parte do poemte trimta e hua varas, e de largo tem pola parte do norte oito varas menos hua oitava, e da parte do Roçio tem de llarguo, oito varas e duas terças tras llas aforadas joam llopez carneireiro em tres vidas elle he a primeira pesoa, e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto, duzentos e sesenta reais em dinheiro e hua gallinha e dous framgãos: francisco coelho escrivam que esto escrivão o escrevy, faria, bulhão, pessoa gresostemo diaz,,.

Item huas casas //

[fl. 64]

Raiz das caldas:

Item huas casas sobradadas novas com seu chão por detras que estão a ylharga de sam sebastião as quais casas e chão, partem de todas as partes com Ruas e Roçio que estaa amtre a dita ermjda, e o dito chão como estaa demarcado tem tudo de comprido, dambalas partes dezasete varas e de larguo dez varas e quarta: as quais casas e chão tras aforadas pero fernãodez olejro emfatiota e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agoosto huu frãogão, francisco coelho o escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

= Item huas casas teReas com seu chão qu esta jumto do espritu sancto parte do norte com orta do ospitall que trazem os padres e do sull com Rocio e do poemte emtesta no cano d agoa, e em çima emtesta em chão do dito ospitall que tras dioguo garçia, tem de comprido cinco varas e duas terças da parte de çima e da parte do canno, tem de larguo seis varas, as quais casas e chão tras pero taborda boticario deste ospitall aforadas emfateosim e paga de foro todos os annos por nosa senhora d agosto hum framgam, francisco coelho escrivão o escrevy, faria, bulhão, pesoa grisostemo diaz,,.

= Item loguo ahi pegado hum chãozinho que parte do norte com orta do dito ospitall e do sull com Roçio e do levante com servimtia pera a porta da cerqua e do poemte com chão que tras pero taborda que he do mesmo ospitall e tem de largo sete varas e quarta, o quall chão, tras aforado o dito pero taborda, emfateosim com o outro

chão acima de que paga somente o framgão francisco coelho escrivão o escrevj, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

Biiij //

[fl. 64v.]

Raiz das caldas:

= Item huas casas sobradadas e teReas com seu chão detras, e testada diamte, qu estão no Rocio do espritu samcto, as quais partem do levamte com casas proprias d amtonio fernãodez feReiro e do sul com Rua pubrica e do norte com francisco amtunez, e do poemte com Roçio do espitu samto, tem de comprido pola parte do poemte dezaseis varas, e pola parte do levamte vimte e seis varas, e de largo polla parte do norte doze varas e hua oitava e polla parte da Rua do sull tem llargo treze varas e quarta medido todo de marco a marco, as quais casas e chão tras aforadas amtonio fernãodez ferreiro emfateosim e paga de foro todos os annos por nosa Senhora d agosto hum framgão francisco coelho o escrevj, faria, bulhão, pesoa grisostemo diaz,,.

= Item huas casas sobradadas, com seu qymtal qu estão na praça desta vylla os quais quymtais e chão tem detras diamte e nas ylhargas, partem do norte com aguoa quemte e paço do comselho, e com praça e do levamte com casas dos peregrinos: e vay do soão partimdo com quimtais damdre allvariz e com pero fernãodez oleiro e do sull emtesta com pumar de framçisco gomez ate emtestar com quymtais dos erdeiros de bastiam piriz, ate tornar a emtestar na aguoa quemte e amtre o chão do dito ospitall vay outro proprio do dito francisco gomez ao lomguo dos erdeiros do dito bastiam piriz, e tem o do ospitall do comprido, coremta e tres varas e de larguo polla parte do sull doze varas e sesma e pola parte d augua tem de largo vymte e sete varas e duas terças, as quais vasa e quimtall tras o dito francisco guomez aforadas em tres vjdadas das quois he a primeira pesoa e paga de foro todos os annos por nosa senhora d aguosto duzentos reais e tres gallinhas, e tem de comprido polla parte do levamte trimta e nove varas, francisco coelho escrivão que esto escrevy, faria, bulhão, pessoa grisostemo diaz,,.

[fl. 65]

Raiz das caldas:

= Item huu chão em que estão huas casas sobradadas que são duas que nam estão ajmda acabadas que estão acima, do chafaris que de todas as partes, partem, com Ruas pubricas, tem de comprido da bamda do soão da parte d amdre alvariz, e damtonio diaz doze varas, e de comprimento da bamda da travesia doze varas e mea, e tem de larguo da bamda do norte seis varas e mea e tem de larguo da bamda do sul cinco varas as quais casas foram medidas por fora e são aforadas a dominguos Rodriguez ortelão emfateosim e paga de foro todos os anos por nosa senhora d agosto hu bom framgam: e o asinou o dito juiz com os medidores, joão fernãodez e dioguo garçia, allvaro barreto o escrevi: Amtonio allvariz, joam fernamdez: dioguo garçia,,.

Biiij //

Documento 30

Texto poetico de Henrique da Mota, juiz de orfãos nas Caldas³³
Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. fls. 205-205v.³⁴
 c. 1515

Danrique da mota / ao ortelam q a rainha / tẽ nas caldas q he hũ / omẽ muyto
 pequeno e / chamase joãgrãde e pa / ssou estas palavaras cõ / ele por trazer a carreto / de
 dizer q o pvedor das / caldas q chamã jerony / mo dayres era muyto / seco ẽ suas cousas
 e co / meça abater a porta da orta. E falam ambos hũ / com o outro.

Ou laa ou laa ou delaa / quem esta hy / cheguay peçovos aqui / que querira entrar
 laa. / Quem ssoys vos abryvos ey / abryvos e velo eys / que quereys / abry dyr volo ey.

Em abrindo a porta.

Amiguo deos v.º ajude / ea vos faça / dizeyme por vossa graça / assy deos v.º dey
 favor. / Se estaa aqui joam grande / hum muy grande ortelam / eu o ssam / em quanto a
 rrainha mande.

Ysso seraa zombaria / bem por que / por que foy hũ qu tilque / pouco moor que
 cotovia. / E jam grande deve ser / hum omem grande crecido / muy comprido / de
 descriçam e ssaber.

E vos pareçeis bogio / com capelo / rredondo como novelo / ou pymeu em desafio.

Se vos vindes azombar / nam v.º quero mais ouvir / quero myr / que nam posso
 aqui estar.

Agoarday nam v.º partais / escutayme / estarey e sseguraime / que nã zõbeis de
 mim mais. / Deixaime passar la porta / que queria la entrar / a falar / co ortelão desta
 orta.

Pois ou grãde ou peqno / exma qui / o que dizeys he assi / assi he por ssantileno. /
 Vede vos o que quereis / pareçes a rratalinho / fosforinho / nam disse que nam zombeis.

Ora juos loguo fora / da minha orta / que quero carrala porta / eylo demo vem
 aguora. / Nam v.º pioire perdam / por qual quer cousa queraste / ou passasse / mais de
 vossa condiçam.

Por hy me podeis levar / que per bem / nam me vençer a ninguem / ora podeis vos
 entrar. / Benzas deos as lorangeiras / pareçe ca olho creçem / e jateçem / por aqui estas
 limieiras.

O que cousa tam rreal / começada / entray que nam vedes nada / o que fremoso
 cidral.

E estas lorangeirinhas / delaranjas carreguadas / sam prantadas / por estas santas
 mãos minhas.

Quantos obos aqui prantais / tudo prende / por q tanto se mentende / que ninguem
 nã ssabe mais. / Hũ pao secco aqui metido / com ssaber que me se deu / farey eu / ficar
 verde e muy frolido.

O que cousa de louvor / esta hee / metey ca por vossa fee / este vosso provedor. /
 Hy correndo muy asynha / q v.º valha de trazeo / e fazeo / que serviço da rrainha.

³³ Henrique da Mota, escudeiro da casa da rainha escrivão em Óbidos e juiz dos orfãos nas Caldas (paricipou na demarcação do termo, ainda como juiz na vila de Óbidos), tem registados seis textos no *Cancioneiro*. Sem data definida sabemos que estes são escritas após a tomada de posse de Jerónimo Aires e como são das últimas registadas, apontamos para uma data próxima da conclusão do *cancioneiro*, em 1516.

³⁴ *Fac-simile* do original na Biblioteca Nacional de Lisboa in BNdigital. Segue-se a leitura em linha com separação de / por verso.

O jesu nam me faleis / nessa cousa / por q meu saber nam ousa / fazer ysso que quereis. / Por q toda a natureza / nem o ssaber de medea / nem cumea / nam faram tal aridez.

Por q ssua ssequidade / he de ssorte / que nunca se nam per morte / mudara sa calidade. / E pera sse reguar bem / primeiro despenderey / e ssecarey / toda quãta aagoa aqui vem.

E aynda nam matrevo / arregualo / e se quiser bem agoalo / nam farey co o que devo. / Antes ele fique seco / que dar maa conta de mym / e em fim / serey julgado por seco.

[fl. 205v.] Por q ssempre ouvy falar / ca elaa / que o que natura daa / ninguem o pode neguar. / Ele tem sseca naçam / de sseu sseco natural / pelo qual / nam a hy ja rredençam.

Assy que v.º despedis / de trazelo / doutra parte eu ponho sselo / a ysso que concruois. / Por que depoyes que naçy / outra tam sseca pessoa / ssendo booa / nunca nessa terra vy.

Fym e concrusam.

E assy que concrudindo / nunca pude achar maneyra / pera que ssua sse queyra / se fosse deminuindo. / Porem dizem qua hũ dito / bem me deveys dentender / que sse acha em escrito / que quando vyrmos ssolfito / ques peremos por chover. //

Documento 31

Texto poetico de Henrique da Mota, juiz de orfãos nas Caldas³⁵
Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. fls. 206v.-209.³⁶
 c. 1515

Trovas danrriq da / mota a hũa mula muy/to magra, e velha que / vyo estar no bonbarral / ha porta de dom dio/guo filho do marques / e era de dom anrique / seu yrmão que hya em / rromaria a nossa sen/hora d nazarete e leva/va nele hum seu amo.

Donde ssoys senhora mula / quassy stays desmazalada / vos no pecado da gula / nam debes de ser culpada. / Segundo estays dilicada / juraria / que sereys acostumada / a comer pouca çevada / cada dya.

[fl. 207] vos por vossa grã magreyra / nam debes ter dor de baço / ja debes deyxar o paço / pois v.º dá tã ma cõteira. / Queu nã synto quẽ v.º queira / poremssey / quãdo foy dalfarroubeyra / quã aveys na dianteyra / cos del rrey.

Dessa vossa guarniçam / bem ssey q v.º contentays / doutra parte he rrazam / pois q tem tantos metays. / Ouro prata estanho e mays / tem verniz / latam cobre nam deixays / pareçes hy onde stays / hũa boiz.

Se fordes a nazaree / aly he vosso fartar / ho q gram ducçura he / area e agoa do mar. / Se v.º os bem ajudar, / nesta jornada / quero vos profetizar / que aves la de ficar / estirada.

Vos pareçes hum diabo / se nã quando soys mays fea / por mays q bulays com rrabo / aves das ter bem maaças e / tendes feyçam de lamprea / na longura / da barrigua pouco chea / ho jesu ee ma esfrea / que restura.

A mula

A bo fee bem v.º meteys / sem saber com quẽ falays / e de mays se vos cuidays / que falays com quem ssoeys. / Vos de mym zõbar queres / assaz de mal / q fuy do senhor marques / e ja rreys vy morrer tres em portugal.

O q dizeys he assy / dizey assy v.º ds farre / no tempo del rrey duarte / v.º afyrmo q naçy / e jaa quatro rreys servy / portugueses / e com quanto mal soffry / nunca de casa sahy / dos marqueses.

Poys cõ quẽ vyveis agora / q v.º tem tam mal tratada / traz mũ homẽ emprestada / de quem sse ja çedo fora, / nam me dyreys onde mora / se ousasse / mas traz hũa tal espora / querya la na maa ora / sse falasse.

No tempo dos caramelos / q comẽs q deos c.º valha / hũa quarta de farelos / hũa juerya de palha. / Nam comes outra bytalha / assy gozedes / nam como mays nymygalha / darvos ha fome batalha / iora dedes.

Ora bem e no beber / assy v.º poẽ prouvyssam / quanta disso fartassam / nam ha hy alque dysser. / Se me dessem de comer / dessa maneyra bem podya gordasser / nam me vyrya morrer / de lazeyra.

Tendelos ossos muy altos / e a carne muy ssomyda / andays bem fora dos saltos / soys de quadrys bẽ fornyda, / por hy veres vos a vyda / q eu passo / e por sser mays destroyda / vou cõ hũ homẽ nesta byda / muy escasso.

Ora bem esse vossamo / nam dyreus como se chama / he o amo queu desamo / q amym bem pouco ama. / Nam ey de calar ssa fama / que mesfole / mas ssagora ouvesse lama / se lheu nam fizesse a cama / na mays mole.

³⁵ Consideramos este texto um exemplo importante do ambiente social que rodeava os viajantes e as peregrinações regionais.

³⁶ *Fac-simile* do original na Biblioteca Nacional de Lisboa in BNdigital. Segue-se a leitura em linha com separação de / por verso.

Gomez anriques

O jesu q ma vysonha / o q cosa tam disforme e / tem no pescoço conforme / com garganta deçegonha. / donde he tal carantonha / de tays geytos / sam da casa de noronha / e nam ey daver vergonha / de meus feytos.

Por q vedes me aquy / eu vos juro de verdade / q por mety vyrgyndade / e estou tal qual naçy. / Em meu bom tẽmpo sservy / quanto pude / e depouys q em velheçy / nũca mays bem rreçeby / enm saude.

O amo q hya nela

Que diabo he quereys / a esta triste coyada / diz q nam come çevada / e q vos q lha tolheys. / Quero poys quysso dyzeys / q ssabays / q a come cada mes / cada mes ha vynta trez / que ma nam days.

Anrique da mota

[fl. 207v.]por q partydo ouvestes / a mula q foy das boas / aforada em tres pessoas / o cara maa vyestes, / nũca foro me dissestes / de tal forte. / mas poys vos isso fezestes / em me faço logo prestes / pera morte.

O amo

Estays ora muy em fynta / e estays troçando ho rrosto / mas bradam todos co vosco/ por meterdes tam famynta. / Deveys lançar hũa fynta / em alcoentre / pera lhe encher a cynta / fycovos q mays nã lynha / dor de ventre.

Fala o amo com anrique da mota

Se soubessey como anda / fycaryes espantado / ssey que anda mal pecado / nam muy farta de vyanda. / Parece lingua vanranda / de ta velha / trave longa muyto panda / zambuco q sse nam manda / nem govarena.

Fala o amo com a mula quando sse ja quieram yr.

Todaa jente sse vay jaa / vamonos da quy em boora / mas q vamos na maora / q comygo andara. / Inday rryjo e ver vos haa / esta jente / nunca ds tal quereraa / que me da vyda tã maa / q ho contente.

Quãto mays q eu nã posso / fazer isso q quereys / por co meu mal e vosso / tode meu como sabeys. / O que ando he q me pes / e com payram / des que em mym c.º colhes / cuydays que sam hũ arnes / de mylam.

O amo.

Anday ãday nã v.º torçais / quolham todos pera nos / oxala rrysem de vos / tanto ata q v.º deçais. / Aguarday poys q palrrays / colar vos ey / e vos dona rrespyngays / sse me vos assouelais / q farey.

Despydimento da mula em sse partindo.

Senhores do bombarral / voume com vossa merçe / tanta merçe me faze / que v.º lembres de meu mal. / E a cousa pryncipal / que a deos peçays / qesta fome tam jeral / q anda em portugal / nam dure mays.

Que se eu ssam mal provida / quando a terra he abastada / q farey quando a çevada / a corenta he vendida. / Seu escapo desta hyda / com tal cura / ey de buscar hũa ermyda / onde faça outra vyda / mays segura.

Daly a dias indo anrryq / da mota ter alcoentre honde / dom anrryque estava achou / a mula q lhe deu conta deto/do o que passara na jornada / da rromarya a onde fora de q / ja era tornada.

Folgo bem de v.º achar / senhor meu naquesta terra / pera v.º contar a guerra / q me da nam mastigar. / S quyferdes escuytar / contarvos ey / meu intrinstyco penar / minha gram dor e pesas / q passey.

Partymos naquele dya / q nos vos vystes partyr / todos vya muyto rryr / se nam eu nam podya. / Que nam pousa alegrya / nem prazer / na trypa muyto vazya / por q todo bem sse crya / do comer.

E ffomos ter no arelho / onde la esses senhores / e todos seus servydores / todos eram duñ consselho. / Lyngoado perdiz coelho / e em fym / muyto branco e vermelho / e em em hũ palheyro velho / por rroyrn.

Poys la em selyr do porto / q terra de fyde pura / de çevada muy enxuta / careçyda de conforto, / suey langue aly no orto / com payxam / meu efforço aly foy morto / porem foy o grande torto / sem rrazam:

[fl. 208] Que v.º juro de verdade / q como fomos chegados / todos foram apousentados / se nam eu que gram maldade. / nam averem pyadade / de meu mal / e de minha etyguidade / se nam sso lopo dandrade / q me vai.

O qual me deu por pousada / hũa casa muyto frya / de vyanda muy vazya / muy varryda e muy agoada. / E sselada e em freada / medeyxaram / e aporta bem ffechada / sem me dar de comer nada / sse tornaram.

Fyquey assy paseando / chorando minhas fadyguas / em minhas obras antyguas / como ja case ssonhando, / muytas vezes sospirando / por comer / os galos todos cantando / e eu triste arrenegando / sem prazer.

Se nam quando eylo vem / cũa quarta dũa quarta / de farelos q mal farta / quem taam grande fome tem. / Das eu disse nam com bem / dengeytar / este tam pequeno bem / por q nam fyque aquem / de çear.

Fomonos alifezyram / onde ha infyndo sal / nam levey cu daly al/se nam dor de coraçam. / Daly afamalycam nam tardam.º / q nome de maldyçam / q nem çevada nem pam / nam acham.º

E daly apederneyra / levey hũ bom suadoyro / mas eu namlevava çoyro / ho lombo nem cylheyra. / Levava muy gram peteyra / na barryga / muyta fome gram lazeyra / e cheguey desta maneyra / com fadygua.

Bem disse o ssabedor / oje mal e pyor craas / sse em mal passey atras / aly foy muyto pyor. / Darea la meu senhor / fartar me manda / ela tm muy gentyl cor / mas dayo demo o sabor / da vyanda.

Tomamos outra jornada / la caminho dalcobaça / eu lanava pouca graça / por quya muy esfaymada. / Aly fuy atormentada / nesta vya [rasurado] com a festa bem lograda, que corrya.

Fyquey uyto deseanstada / quando me vy no mosteyro / em poder do estrebeyro / de poder deste tyrada / quando vy / çevada ja debulhada / ante mym a presentada / que comy.

Tyve muytas alegryas / os dias qualy passey / nam ssey quãdo taes tres dias / em meus dias passarey. / Gram saudade tomey / ha partyda / e partyndo começey / ho quam pouco q logrey / asta vyda.

Assy triste lamentando / me party a ssem prazer / outros myl males passando / q nam ssam pera o dyzer / as caldas vymos ter / sem tardar / perguntey por mays saber / estas agoas tem poder / de mengordar.

E dyseranme sy tem / porem logo sem detença / quem nelas entrar cõ vem / q faça muy grã pendença. / Bem me praz desta convênça / poys he tal / mas esta minha doença / he faminta pestenença / muy mortal.

De hũa dor de trystura / q faz aos mays honrrados / das sospiros muy dobrados / seos toca per ventura. / Que nam ha hy dor tã dura / de soffrer / avyiente cryatura / como versse em apertura / de comer.

Esta faz muytas vylezas / onde nam valem castigos / esta faz my fortalezas / dar em poder dos inmygos / esta faz muytos amygos / se perderem / os presentes e antygos / sse posseram em myl perigos por comerem.

Assy qua dor q masseyta / y pocras e galeano / dam em contra de sseu dano / hũa muy gentyl rreçeyta, / e dyzem quade sser feyta / per esfarte / de farelos satisfeyta / çevada bem escolheyta / que me farte.

[fl. 208v] [rasurado] eu estando conçertada / pera entrar ja nos banhos / foram meus males tamãnhos / que fuy loguo emfreada. / E aly foy apartada / a companhia / cada parte foy tornada / com seu senhor apousada / que foya.

A mula a dom dioguo quando hya

Vossa senhorya vay / caminho do bombarral / rresty senhor meu mal / poys que fuy de vosso pay. / E com vosco me levay / que eu myrey / ou senhor me comenday / a vosso irmão senam cuyday / que morrerey.

E dyzelhe e com rrygor / q mande curar de mym / nam deseje minha fym / poys q fuy tal sevydor. / Olhay bem o grandamor / que me tinha / vosso padre meu senhor / q somente sseu favor / me mantinha.

Olhay bem quãto servyço / fys na idade passada / nam queyra tomar por vyço / verme morrer esfaymada.

Dũ alqueyre de çevada / que he hũa vento / com farelos mesturada / com pouco mays casenada / me contento.

Dom dioguo

Bem he isto q pedys / meu irmão o ssabera / servyvos como servys / q tudo se bem fara. / Ho senhor quesqueçera / loguo sse digua / ante q daquy sse vaa / que depoy nam lembrara / minha fadygua.

Todos teverã folgança / senhor meu neste caminho / çevada pam carne vynho / tudo foy em abastança / todos andam em bonança / sem tromenta / se nam cu sem esperança / questa fome por eramça / matormenta.

Dom dioguo

Nam dignayisso maaora / poys q eu ssey o contrayro / sse eu todos bẽ rrepayro / como fycays vos defora, / nam dyguo mays por agora / por quee feyo / mas poys isto sse inora / manday vos fazer de mora / e sabeyo.

Dom dioguo

Nam ssey como sser podya / nam comerdes vos çevada / poys vos era ordenada / bem tres quartas cada dia. / çerto eu bem folguarya / e convem / ssaber vossa senhorya / o çerto desta porfya / mas he bem.

Dom dioguo ao seu veador

Dyzey bastiam costa / vos q sabeys a verdade / day aquy vossa rresposta / quem farya tal maldade. / Ho senhor he vaydade / nam v.^o menta / nam lhe des autoridade / q ja passa da idade / dos setenta.

Aos quereys arabucarme / que nam ousse defalar / vos bem podeys matar / mas eu nam ey de calar. / E vos cuydays danganarme / neste vale / mas vos queres desfamarme / hũa queyrays vos asanharme / que eu fale.

Porem vos tomays solas / e em mym nã entra rryso / ho senhor q nam tem syso / diz aquysto que lhe praz / ora isso nam me faz / nenhũ agravo / preguntay aquẽ me traz / e sabey bem onde jaz / este cravo.

Dom diogo ao amo

Dyzey amo poys lograys / esta triste descarnada / nam lhe vystes dar çevada / o senhor nam na creays. / Que de poys que ca andays / nam ha fome / tres quartas lhe dam e mays / bem e vos força machays / de quem come.

[fl. 209] dom dioguo ao veador

Dyzey aquem entregays / a rraçam a ssaber saa / a çevada que lhe days / am amo q hy estaa. / Dyzey ao amo vynde caa / he assy / assy foy he e sera / e ella nam o negara / q eu lha vy.

Dyzey vystes me gostar / a çevada q dizeys / nam mas ssey e vos sabeys / que vola mandava dar. / Senhor sede mym sachar / que foy comyda / fazeyme vos defesar / manday ma sela quebrar / cabryda.

Dom dioguo

Ora eu nam tenho culpa / na ma vyda que passaste / a verdade me desculpa / a qual vos espermentastes. / Señor vos bẽ v.º mostrastes / verdadeyro / e aquem mencomendastes / bem comprio o q mandastes / per inteyro.

Porem toda a culpa tem / este moço q me cura / açevada bem precura / mas ele guardaa muy bem, / sabe ds qaum mal me vem / esta lazeyra / mas fazelo me com vem / por q nam acho ninguem / que me queyra.

Senhor ey de conhecer / poysa verdade se cre / a muyto grande merçe / q me folgastes fazer.

Porem eu posso dyzer / que passey / oyto dias ssem comer / mantendome no prazer / que levey.

Acaba a mul de cõ/tar anrryque da mota / todo o que passou e da / fym e concrusam.

E depoy de estas rrazoes / todos tomos apartados / senam cu que de payxões / nam no fuy por meus pecad.º. / Aquy ando com cuydados / ssem de porte / hu meus dias mallogados / seram sempre lastumados / ate morte.